



Antes de ingressar no Itamaraty, Carlos Alberto Pessôa Pardellas formou-se engenheiro civil pela Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil. Trabalhou na profissão durante oito anos: estagiário em refinaria de petróleo, engenheiro em construtora de pontes e diretor de empresa de navegação.

No Ministério das Relações Exteriores, além dos períodos na Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro e em Brasília, foi secretário nas Embaixadas em Washington, Bruxelas e São José da Costa Rica; conselheiro, em Londres; ministro em Pequim e no Vaticano; embaixador no Irã e na Bulgária (cumulativamente, na Macedônia).

Foi diretor do Departamento da Amazônia, no Ministério do Meio Ambiente (1993-94) e subsecretário na Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República (1994-98), exercendo também as funções de membro dos Conselhos da Agência Espacial Brasileira e do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas).

vista. O tempo... a beleza da... a mulher seria grande... a qual por distração a bordo...

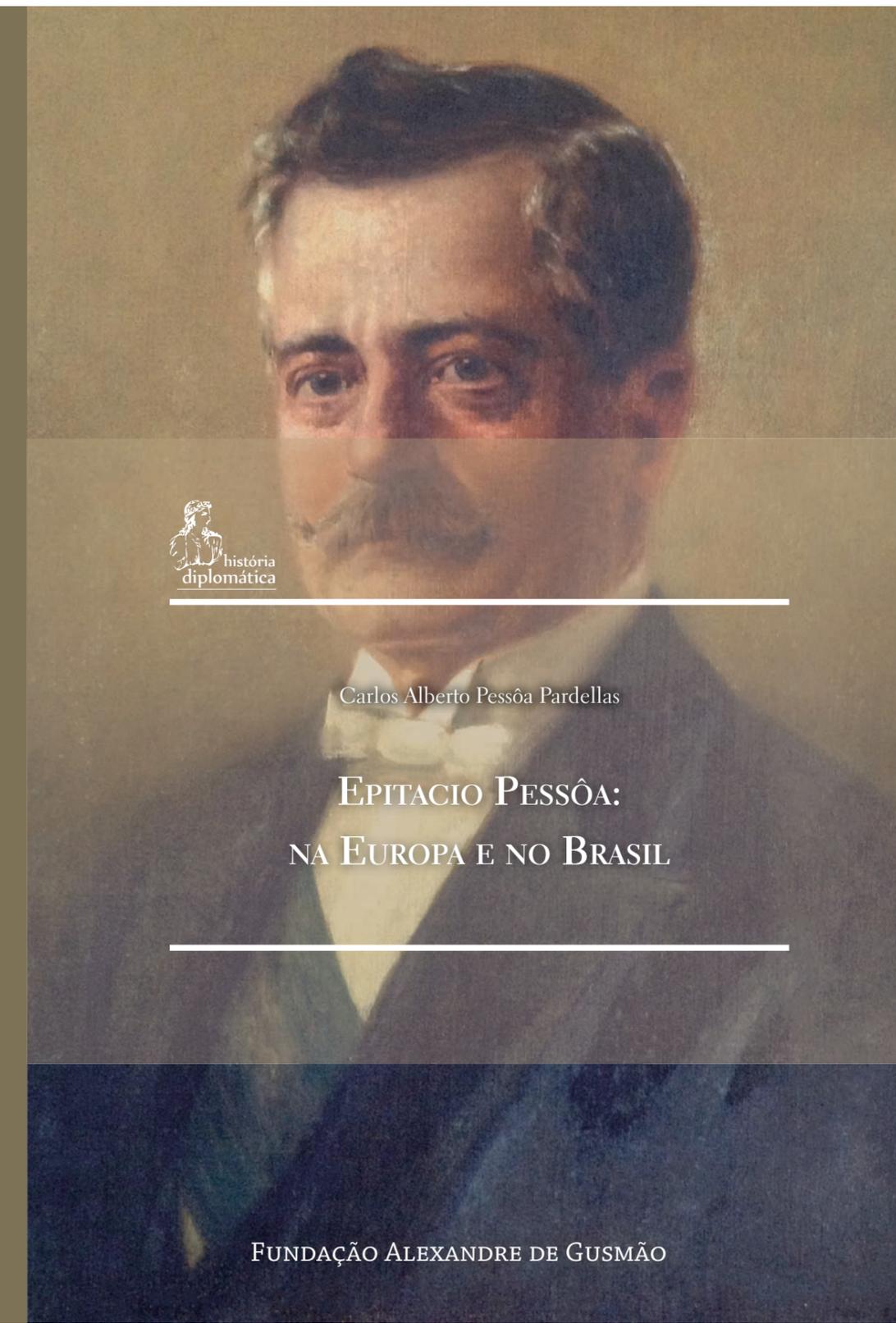
S. Petersburgo.

Muito jovem, Epitacio Pessôa passou quase todo o ano de 1897 em viagem pela Europa e anotou, cada dia, o que tinha visto ou feito.

Mais de um século depois, seu neto, de posse desse diário, observou como aquela viagem tinha sido útil para a formação do futuro presidente. Nesse sentido, fez comentários sobre o diário e decidiu publicá-lo.

Pareceu-lhe necessário ir mais a fundo e produzir uma biografia atualizada. Foi a parte mais demorada do trabalho, porque exigiu consulta à documentação, especialmente no Arquivo de Epitacio Pessôa, guardado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a releitura de suas Obras Completas.

Resultou para o leitor uma visão ampla da vida daquele estadista e seu exercício vai enriquecido pelos textos de Alberto da Costa e Silva, Sérgio Moreira Lima e Francisco Rezek.



Carlos Alberto Pessôa Pardellas

EPITACIO PESSÔA:
NA EUROPA E NO BRASIL

Por longo tempo, os quatro cadernos de anotações diárias da viagem de Epitacio Pessôa à Europa em 1897 ficaram inéditos, entregues aos cuidados de seu neto Carlos Alberto Pessôa Pardellas.

Depois de aposentado, o embaixador Pardellas, ao reler o diário com a visão de veterano engenheiro, encontrou nele material suficiente para explicar muitas das providências práticas do chefe de Governo vinte anos mais tarde. A visão de diplomata convenceu-o de que a biografia atualizada acrescentaria interesse à leitura do diário e informaria as novas gerações sobre a personalidade de Epitacio e sua atuação no país e no exterior.

Cabe ao leitor julgar se a viagem à Europa traz benefício ao desempenho do futuro homem público.



Carlos Alberto Pessôa Pardellas

EPITÁCIO PESSÔA:
NA EUROPA E NO BRASIL

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



EPITACIO PESSÔA: NA EUROPA E NO BRASIL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Ministro Paulo Roberto de Almeida

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Gelson Fonseca Junior

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães e Silva
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Embaixador Eduardo Paes Saboia
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Carlos Alberto Pessoa Pardellas

EPITACIO PESSÔA:
NA EUROPA E NO BRASIL



Brasília - 2018

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
André Luiz Ventura Ferreira
Luiz Antônio Gusmão
Rogério de Souza Farias

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Capa:

Epitacio Pessoa, retrato oficial. Por J. Timotheo, pintor chileno.

As ilustrações incluídas no diário foram retiradas do livro “Les Capitales du Monde”, da Librairie Hachette, 1892.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P226 Pardellas, Carlos Alberto Pessoa.

Epitacio Pessoa : na Europa e no Brasil / Carlos Alberto Pessoa Pardellas. – Brasília : FUNAG, 2018.

544 p.: il. - (História diplomática)

ISBN 978-85-7631-758-6

1. História diplomática - Brasil. 2. Relato de viagem - Europa - 1897. 3. Pessoa, Epitácio, 1865-1942 - biografia. 4. Brasil. Presidente (1919-1922 : Epitácio Pessoa). I.Título. II. Série

CDD 923.181

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Bibliotecária responsável: Kathryn Cardim Araujo, CRB-1/2952

*A Juanita,
Com muito amor,
minha gratidão pelo incentivo e pela paciência.*



APRESENTAÇÃO

VIAJANDO PELA EUROPA COM EPITÁCIO PESSOA

São quatro cadernos de capa preta. Neles Epitácio Pessoa guardou, numa letra miúda que pede às vezes o socorro da lupa, um pouco do que lhe coube ver e viver, durante a viagem de quase um ano que fez, em 1897, à Europa. É possível que a tenha concebido como uma repetição daquele *Grand Tour* com que os aristocratas britânicos completavam sua educação: saíam do isolamento de suas ilhas e se demoravam no continente, e por mais tempo na Itália, a embeber-se do que se considerava a alta cultura. Epitácio Pessoa não buscava, porém, refazer-se nas lições da Antiguidade e do Renascimento. No seu diário de viagem, não demonstra comover-se, como o teriam feito o seu pai e o seu avô, diante de ruínas da Grécia e da Roma clássicas, nem entusiasmar-se, como sucederia com a geração de seus netos, com as construções barrocas e rococós das cidades que visitou, reservando o elogio para alguns grandes palácios, nos quais louva o bom uso dos materiais nobres – dos mármore, do granito, do alabastro, do pórfiro, do bronze e da prata. E anota cuidadosamente as dimensões de edifícios, estátuas e monumentos, mais atento ao tamanho deles e ao arrojo técnico de que são produtos do que à beleza de suas formas.

O seu olhar era o de uma época que queria bem a si mesma e que opunha às ruas estreitas e cheias de curvas, as avenidas retas, largas e ensolaradas. Não se estranhará, por isso, que procure os bairros novos das cidades que visita e se desinteresse ou queixe dos antigos, aqueles mesmos que hoje nos fascinam. Ele reserva as boas palavras para o que a Europa tinha de moderno e podia servir de exemplo e modelo. Não se estende sobre as novidades, mas nos transmite a forte emoção com que viu, no raio X, os seus ossos da mão e do braço. E, se não revela se, na Alemanha, chegou a tomar a aspirina recém-lançada pela Bayer, anota que assistiu a uma exibição de cinematógrafo e mostra como a luz elétrica estava, em várias cidades, tal qual ocorria no Brasil, se impondo sobre a iluminação a gás.

Nesse diário, que talvez tenha escrito para um único leitor – aquele que, a somar recordações, viria a ser –, dá notas, à sua maneira, às paisagens que percorreu de trem, às moças que viu em diferentes cidades, aos funcionários das alfândegas com quem tratou, aos companheiros de comboio, aos quartos de hotel, aos dias de frio e aos dias de calor. E, como se estivéssemos a ler um livro de aventuras, nos leva de viagem com ele, cúmplices até mesmo de seu horror à prática, que se estava difundindo, das gorjetas.

Ainda bem que Carlos Alberto Pardellas retirou da gaveta esse diário. Ao prepará-lo para a edição, juntou-lhe os comentários que as repetidas leituras lhe foram provocando e uma biografia de Eptácio Pessoa, que, embora rigorosamente fundada nos documentos, se veste com a linguagem carinhosa das memórias familiares. Pois Pardellas, ao escrever sobre o Eptácio Pessoa político, diplomata, professor, magistrado e jurista, não esqueceu um só momento o homem de sua casa e de sua gente: seu avô.

Tudo neste livro traz a marca do afeto. Cada um dos retratos de Eptácio Pessoa nos quais se vão mostrando as mudanças dos anos

parece desenhado com a ponta fina de um lápis. Neles, Epiácio Pessoa raramente está sozinho ou calado. Fala na saudade do neto, e este lhe ouve a voz, que refaz na memória, em cada frase do que dele lê e transcreve.

Homem de sua casa e de sua gente – e de seu tempo. Por isso, para lhe acompanhar o enredo da vida, Carlos Alberto Pardellas, formado, como bom diplomata, no ofício de procurar entender os acontecimentos que se vão tornando história, nos trouxe de volta, em forma de prosa, os ambientes e as circunstâncias em que atuou Epiácio Pessoa. Se as notas diárias que este escreveu nos ajudam a imaginar a vida em dezenas de cidades europeias no fim do Oitocentos, os comentários e a biografia que Pardellas, com brilho e segurança, juntou ao diário do avô nos devolvem parte do que fomos na primeira metade do século XX.

Alberto da Costa e Silva



SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	13
PREFÁCIO	17
<i>Sérgio Eduardo Moreira Lima</i>	
PRÓLOGO	21
<i>Francisco Rezek</i>	
INTRODUÇÃO	29

PRIMEIRA PARTE

DIÁRIO DA VIAGEM DE EPITACIO PESSÔA (1897).....	63
---	----

SEGUNDA PARTE

BIOGRAFIA	315
PRESIDÊNCIA.....	367
APÊNDICE – OBRAS COMPLETAS DE EPITACIO	
PESSÔA.....	543



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: E. P. na viagem à Europa (1897)	61
Figura 2: Lisboa – Torre de Belém	71
Figura 3: Lisboa – Praça do Príncipe Real	75
Figura 4: Cintra – A Penha.....	77
Figura 5: Madri – Palácio Real	95
Figura 6: Madri – Ponte de Toledo	100
Figura 7: Madri – Puerta Del Sol	103
Figura 8: Paris – Place de l’Opera	107
Figura 9: Paris – Place de La Concorde.....	111
Figura 10: Londres – O rio Tâmis e a Torre	121
Figura 11: Londres – Igreja de São Paulo, vista do Tâmis	124
Figura 12: Londres – O Banco da Inglaterra.....	126
Figura 13: Londres – Hyde Park	131
Figura 14: Londres – Fachadas no bairro de Holborn	137

Figura 15: Amsterdam – Torre de Montalbaan	168
Figura 16: Amsterdam – Casa de Rembrandt	171
Figura 17: Christiânia (Oslo) – Avenida Karl Johans...	189
Figura 18: Estocolmo – Palácio Real.....	192
Figura 19: Estocolmo – O cais da cidade.....	196
Figura 20: São Petersburgo – Perspectiva Nevsky.....	202
Figura 21: Berlim – Portão de Brandemburgo	221
Figura 22: Berlim – O Rio Spre.....	225
Figura 23: Viena – Rua de Graben.....	232
Figura 24: Viena – O Palácio Imperial.....	237
Figura 25: Roa – Rio Tibre, Mausoléu de Adriano (Castelo Sant’Angelo) e a Cúpula de São Pedro – ao fundo	262
Figura 26: Vaticano – Praça e Igreja de São Pedro	267
Figura 27: Umbuzeiro (Paraíba) – casa da infância de E. P.	316
Figura 28: Na Faculdade de Direito (Recife – 1882).....	318
Figura 29: Quartanista na Faculdade aos 20 anos	318
Figura 30: E. P. ministro da Justiça e recém-casado (1900)	326
Figura 31: Mary Sayão Pessôa (autorretrato na época do seu casamento) Doado ao Museu Histórico Nacional, atualmente no Museu da República	330
Figura 32: A casa da Voluntários da Pátria	332
Figura 33: E.P. no Supremo Tribunal, 1907/1908.....	333

Figura 34: E.P. na biblioteca, 1917/1918.....	339
Figura 35: Delegação brasileira à Conferência da Paz. Sentados, comandante Armando Burlamaqui, Pandiá Calógeras, Epitacio Pessôa, Rodrigo Otavio e general Malan d'Angrogne; de pé, os diplomatas do Itamaraty.....	342
Figura 36: Comitê Organizador da Liga das Nações – Paris, 1919 (O presidente Woodrow Wilson, de pé, ao centro; Epitacio Pessôa, sentado, à direita ao lado de Victor Orlando, da Itália).....	347
Figura 37: E. P. no Palácio do Catete, com a família e os auxiliares da Casa Civil e da Casa Militar	369
Figura 38: Estátua de E. P. na capital da Paraíba	383
Figura 39: Chegada dos reis da Bélgica (1920) – O rei Alberto e E. P.	401
Figura 40: A rainha Elisabeth e Mary Pessôa (1920)	402
Figura 41: E. P. com o rei Alberto, em Teresópolis	405
Figura 42: E. P. e o ministro da Marinha, Raul Soares no Enc. Minas Gerais	411
Figura 43: Mary Pessôa na época da presidência do marido	415
Figura 44: E. P. na Haia (Corte Internacional de Justiça) 1924.....	506
Figura 45: E. P. em Montecatini em 1927.....	507
Figura 46: Foto com dedicatória a Antonio Pessôa Filho.....	507

Figura 47: E. P. e os brasileiros na viagem para Europa, a bordo do “Capitão Polonio” 1928	508
Figura 48: Assinaturas no verso da foto anterior.....	509
Figura 49: E. P. diante do túmulo de Campos Salles – 1934.....	509
Figura 50: Casamento de Angelina Pessôa e Raphael Pardellas. O presidente Washington Luís e senhora, padrinhos, ao centro (maio de 1927)	511
Figura 51: E. P. de partida para a última viagem à Europa (1936). Nas extremidades, à esquerda, o Desembargador Antonio Rodolfo Toscano Espínola, seu amigo desde o tempo da Casa Civil; à direita, os genros Edgard Raja Gabaglia e Raphael Pardellas.....	529
Figura 52: E. P. na varanda da casa de Petrópolis (1936/1937)	531
Figura 53: A casa de Petrópolis.....	532
Figura 54: Missa na Igreja da Candelária, no dia do centenário de Epitacio Pessôa. No primeiro plano os casais Carlos Alberto Pessôa Pardellas, Antonio Pessôa Filho e Jorge Pessôa. (Os demais membros da família tinham viajado à Paraíba com os restos mortais de Epitacio e Mary Pessôa)	539

PREFÁCIO

Novembro de 2018 marca o centenário do armistício da Grande Guerra (1914-1918). O Brasil foi o único país da América Latina que teve reconhecida sua condição de beligerante. Convidado, no ano seguinte, às negociações de paz, o governo fez-se representar por Epiácio Pessoa, que se destacou na defesa dos interesses nacionais. O Brasil logrou não apenas participar do Comitê de Redação do Estatuto da Liga das Nações e eleger-se membro temporário de seu Conselho Executivo, como também assegurou compensações por perdas vinculadas ao conflito. Enfim, seus principais objetivos foram, em grande medida, alcançados.

Em sua coleção “Makers of the Modern World” (2010), a editora inglesa Haus Publishing incluiu Epiácio Pessoa entre aqueles que se destacaram na Conferência e contribuíram para a construção do mundo moderno. O jurista e político brasileiro mereceu perfil próprio sob o título: “Epiácio Pessoa: Brazil”, de autoria do historiador inglês Michael Streeter. Segundo ele, Pessoa era um jurista brilhante que com seu talento diplomático obteve importantes vitórias para o Brasil, como a manutenção da posse de 46 navios alemães e o reconhecimento pela Alemanha de uma

dívida da venda de café, apreendido em portos alemães durante a guerra, além de maior prestígio internacional¹.

Após sucessivos ataques a navios brasileiros testarem a neutralidade antes anunciada, a decisão política do presidente Venceslau Brás de declarar guerra ao Império alemão representou, por si só, momento definidor da posição do Brasil no cenário internacional. Trata-se de um marco da história da diplomacia brasileira, em circunstância que alçou o País a um lugar de destaque no concerto das nações. O gesto político superou a relativamente modesta contribuição militar brasileira. O Brasil compartilhou não só a mesa de negociações de paz com as grandes potências da época, sucessivamente em Paris e Versalhes, como também obteve cadeira na instância decisória máxima da organização representativa da comunidade internacional. Ademais, a política externa brasileira transcenderia os limites do hemisfério para assumir projeção transatlântica², passo para o universalismo definidor do paradigma esboçado, mais tarde, na Política Externa Independente (1961-1964) e consolidado no Pragmatismo Responsável na década de 1970.

A repercussão do desempenho em Paris do chefe da delegação brasileira tornou ainda mais natural sua indicação como candidato à presidência da República (1919) e sua eleição, naquele mesmo ano, em disputa com Rui Barbosa. Epiácio Pessoa tinha em Paris o desafio de pelo menos manter o prestígio conquistado por Rui na II Conferência de Paz da Haia de 1907, quando este resgatou o princípio da igualdade jurídica dos Estados e ajudou a criar o fundamento do multilateralismo³. Sua atuação honrou

1 STREETER, Michael. *Epitacio Pessoa: Brazil, the Peace Conferences of 1919-1923 and their aftermath. Makers of the Modern World*. Haus Publishing, 2010.

2 GARCIA, Eugenio Vargas. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/FUNAG, 2006. p. 35-51.

3 FUNAG. *II Conferência da Paz, Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa* / [Centro de História e Documentação Diplomática]. – Brasília: FUNAG, 2014.

ainda as tradições de Rio Branco. Conseguiu atingir os principais propósitos da chancelaria brasileira e deu contribuição pessoal ao desenvolvimento progressivo do Direito Internacional.

Apesar do esforço de estudiosos do direito e das relações internacionais⁴, Epitácio Pessoa permanece pouco conhecido. Assim, neste biênio de comemorações do centenário do Armistício e do Tratado de Versalhes, justifica-se, tanto pela oportunidade como pela importância histórica seminal, a publicação pela Fundação Alexandre de Gusmão do livro “Epitácio Pessoa: na Europa e no Brasil”. Organizado pelo embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas, o volume contém fonte primária inédita, acompanhada de informações úteis por ele elaboradas a título de biografia e apêndice. São precedidas pela Apresentação do embaixador e historiador Alberto da Costa e Silva, membro da Academia Brasileira de Letras, e de Prólogo do jurista, ex-membro da Corte Internacional de Justiça da Haia, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, e ex-chanceler professor Francisco Rezek, que dá eloquente testemunho da singularidade de Pessoa no universo jurídico e político brasileiro.

A decisão do Conselho Editorial da FUNAG de publicar o livro se fundou nos critérios institucionais de relevância para a política externa brasileira e para a memória diplomática do Brasil. Levou em conta sua contribuição ao aprofundamento do estudo das relações internacionais e à formação de uma opinião pública sensível aos problemas de convivência entre as nações. Considerou, ainda, a prioridade do tema quando se verifica a necessidade permanente de pesquisas e análises sobre fatos e personagens relevantes para a compreensão do Brasil, dos seus valores e de sua identidade.

4 FRANCA FILHO, Márcilio Toscano e outros (org.). *Epitácio Pessoa e a codificação do direito internacional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013.

Na medida em que refletíamos todos sobre o personagem e a obra, surgiu a questão da utilidade de contextualizar a peça central – o diário de viagens de Pessoa – tanto em termos de definição da trajetória do homem público como da perspectiva da história diplomática e da evolução da política externa brasileira. Com isso, poderiam ser compreendidas no seu devido contexto as observações pessoais que fez no diário por simples registro de sua primeira viagem a Europa.

É necessário conhecer bem Epitácio Pessoa e refletir sobre o alcance de seu papel na história do Brasil, especialmente no plano externo, tendo em vista a circunstância de vir a participar de momento singular para a diplomacia brasileira. Assim, a partir desse contexto, poderiam ser mais bem apreciadas as suas anotações e comentários nas incursões exploratórias pelos centros da Europa mais de uma década antes. O cotidiano dessas metrópoles refletia estágio sofisticado da cultura e dos costumes no mundo à época. Ainda mais surpreendente dentro dessa perspectiva histórica, o fato de que, em plena “Belle Époque”, no centro da civilização ocidental, fosse desencadeada uma das guerras mais brutais de que a humanidade tem notícia. A Grande Guerra foi um dos episódios mais dramáticos e surpreendentes da História. Criada em Versalhes, a Liga das Nações consistiu num esforço inovador de um grupo de países, entre os quais o Brasil, para restabelecer a ordem internacional, após o conflito.

O exame desse contexto histórico ilustra *a posteriori* a leitura das notas do diário de Pessoa, escritas para uso pessoal no final do século XIX.

Sérgio Eduardo Moreira Lima

PRÓLOGO

Decidido a editar os diários da viagem que seu avô, Eptácio Pessoa, empreendeu ao velho mundo no romper da casa dos trinta anos, o embaixador Carlos Alberto Pessôa Pardellas nos ofereceu afinal uma obra magnífica e virtualmente completa em torno daquele personagem extraordinário da história do Brasil. Um ícone no parlamento, no governo e na justiça, cuja trajetória ninguém jamais igualou.

Era março de 1931 quando o governo para constitucional de Getúlio Vargas pretendeu reinvestir no Supremo Tribunal Federal o mais cosmopolita dos seus antigos juizes, aquele que envergara a toga no romper do século, aos trinta e seis anos de idade, e que a deixara um dia para pontificar como diplomata, como estadista até o topo da pirâmide do poder republicano, mais tarde como magistrado internacional, e que manifestara o desejo de voltar à nossa casa maior de justiça para justificar seus proventos, agora que a saúde e as circunstâncias o permitiam. Vargas, contudo, parecia entender provê-lo numa das vagas resultantes da aposentação arbitrária de alguns dos integrantes da casa, por razões só conhecidas do foro íntimo do próprio caudilho. Eptácio, o mais refinado presente da Paraíba à inteligência e à integridade deste país e do mundo, cuja superlativa serenidade a história haveria de

consagrar, não vacilou em deixar de lado a brandura diplomática para escrever ao presidente, de quem já recusara outras honrarias:

Membro que fui do Supremo Tribunal Federal ao tempo em que ele representava o coroamento de um poder independente; magistrado que nunca reconheci no exercício do meu ministério outro limite nem outra inspiração que não fossem os da minha própria consciência, não me sinto com forças, presidente, para tomar assento numa corte da qual possa amanhã ser afastado violentamente, sem forma nem figura de juízo, ao primeiro voto que o governo, por motivos só dele sabidos, não considere inteiramente conforme ao seu critério pessoal de justiça.

Nem o mais imaginativo dos oráculos teria podido profetizar para aquele infante do agreste paraibano, da discreta Umbuzeiro que ainda hoje não alcança dez mil habitantes, para aquele que, aos oito anos, amargou a orfandade de pai e mãe, o prodigioso destino que lhe estava reservado. Ninguém mais, entre nós, foi investido na presidência da República tendo antes conhecido o mandato popular nas duas casas do Congresso Nacional e a dignidade precoce da Suprema Corte. Ninguém mais, no espaço limitado pelas duas grandes guerras, assumiu o mandato da Liga das Nações no tribunal da Haia depois de envergar a faixa de chefe de Estado – do Estado soberano que ele próprio, por seu notável desempenho diplomático, havia alçado à estatura dos mais influentes da sociedade internacional da época, emergente, como a ave lendária, das cinzas do conflito.

Eleito presidente da República quando se encontrava no exterior, caso único talvez na história não só deste país, Epitácio deixaria na conferência de Versalhes, berço da organização internacional de nosso tempo, a marca daquele estadista que, sem desertar dos grandes princípios lançados por Ruy Barbosa

na Conferência de Paz de 1907, trabalhava entretanto com o legado do extinto e imponderável barão do Rio Branco: a visão realista e pragmática das relações internacionais. De outro modo ele não teria logrado, ao lado de algumas conquistas logísticas no trato do espólio da guerra – a recuperação dos quase dois milhões de sacas de café brasileiro retidos na Alemanha vencida e o domínio dos navios mercantes alemães apresados no Brasil –, enriquecer, pelo engenho de Raul Fernandes, seu colaborador na delegação brasileira à mesa de Versalhes, o estatuto do nascente tribunal de Haia com a *cláusula facultativa de jurisdição obrigatória*, mecanismo votado a garantir a autoridade da nova corte à base do consentimento, então, e ainda hoje, e para sempre, o único fundamento possível da legitimidade das regras do jogo na arena internacional. Nem teria podido, com o apreço que lhe votava o presidente Woodrow Wilson, convencer aquele colégio basicamente eurocêntrico de que haveria de atribuir-se ao Brasil uma das cadeiras temporárias no Conselho Permanente da Liga das Nações. Único participante latino-americano da aliança vitoriosa na guerra, o Brasil seria afinal a singular presença do novo mundo na composição do Conselho – desde que, para amargura do presidente Wilson, o Senado norte-americano não quis aprovar a ratificação, pelos Estados Unidos, do pacto da organização incipiente.

Quando em tempos recentes vimos a diplomacia brasileira romper com sua própria história e destacar-se mais que tudo pela intermitente incidência no desacerto e na tropelia, e quando observamos que o desalento reinante, nessa que foi outrora a mais luminosa das vertentes da função pública na esfera do governo, teve como razão primordial a indiferença, senão o desprezo que parecia votar-lhe o comando supremo da República, tornou-se imperativo evocar aquele final de julho de 1919 quando, em cenário sem precedentes, e que tampouco se renovaria mais tarde, a casa presidencial, na velha capital do Brasil, recebeu o governante vindo

diretamente das lides da diplomacia, da afirmação internacional de nossos princípios mais caros e da defesa, no concerto das nações, de nossos direitos e de nossos interesses legitimados pelo direito.

Assim, a vocação do diplomata não abandonou em instante algum o estadista, ainda que conturbado o domínio político da época. Epitácio governou com audácia, a ponto de nomear um intelectual civil para o Ministério da Guerra. Desenvolveu a siderurgia nacional, a agricultura e a exportação cafeeira, a indústria; a irrigação e o desenvolvimento no seu Nordeste natal; fundou a legendária Universidade do Brasil, então sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Foi também pioneiro ao discursar ao povo brasileiro pelas ondas do rádio, uma novidade no Brasil quando do centenário da Independência.

Os inevitáveis enfrentamentos que a história deste e de qualquer outro país impõe aos governantes desvelaram sua inarredável fidalguia: não lhe faltou sequer uma palavra de homenagem ao idealismo e à bravura dos insurretos do forte de Copacabana.

O direito brasileiro deve diretamente à sua lavra as manifestações em nome do Ministério Público, ainda no Império e na casa dos vinte anos; e as intervenções do jovem deputado à assembleia constituinte da primeira República. Deve-lhe as decisões tomadas no Supremo, onde, ao que relata a crônica da casa, nunca ficou vencido nos feitos de que foi relator. Deve-lhe ainda, por sua autoridade enquanto ministro da Justiça do presidente Campos Sales, o projeto do Código Civil.

Maior ainda, contudo, foi seu legado ao direito internacional do seu tempo: a primeira abordagem convencional do direito dos tratados, aprovada na conferência pan-americana de Havana, em 1928, resulta de um projeto seu – em que a doutrina veio a reconhecer maior qualidade que a do produto final, trabalhado e votado pela conferência.

A história consolidou a figura de Epitácio entre as de maior destaque no cenário dinâmico da codificação do direito internacional, na década de 1920; e o esforço da Junta Pan-Americana de Jurisconsultos pela produção de um código de direito internacional público gravitou essencialmente em torno de um projeto também dele, concebido mais de quinze anos antes, quando de sua retirada do Supremo.

No tribunal da Haia, para onde foi eleito quando da morte de Ruy Barbosa – que não chegara a participar de nenhum processo –, exerceu quase que por inteiro o mandato de nove anos. Há de ter ressentido, o antigo ministro do Supremo Tribunal do Brasil, naquele pretório global que dava então seus primeiros passos, o peso constrangedor da falta de executoriedade das decisões da corte, sempre na dependência de que a honra e a integridade de sua clientela, constituída tão-só de Estados soberanos, assegurasse a autoridade do provimento judiciário – garantida esta, na ordem jurídica interna de qualquer país, pelo braço forte do próprio Estado. Muitos anos mais tarde, no elogio fúnebre de Filadelfo Azevedo, que como Epitácio envergara a toga do Supremo antes daquela da Haia, o presidente da corte, Jules Basdevant – originário de uma exemplar e antiga democracia onde, no entanto, a Justiça não é, como ela não é na imensa maioria dos países do mundo ainda hoje, um autêntico *poder*, já que não tem autoridade para a crítica e a eventual anulação do produto dos poderes políticos –, o presidente Basdevant destacava o pesar nostálgico que se abatera sobre o magistrado brasileiro por exercer, no plano das Nações Unidas, uma autoridade judiciária carente de força efetiva que assegure, em qualquer caso e de imediato, a execução de suas sentenças. Vale lembrar de todo modo que hoje ainda, como nos anos vinte em que Epitácio Pessoa dizia o direito internacional ao lado de Loder e de Hugues, de Bustamante e de Huber, de Fromageot e de Anzilotti, o apreço das soberanias nacionais pelo direito tem assegurado, de

si mesmo, a execução das decisões da corte das Nações Unidas e a atenção às diretrizes de seus *pareceres consultivos*. Na realidade histórica, portanto, a obediência à corte mesmo na falta de um mecanismo de sanções coercitivas parece confirmar a reflexão de Hannah Arendt sobre o conceito de *autoridade*: esta se impõe por si mesma e dispensa o emprego de meios externos de coerção. “Ali onde a força é empregada é porque a autoridade propriamente dita fracassou.”

Não há relatoria na corte de Haia: todos os seus juízes leem cada página da argumentação escrita das partes e ouvem com igual atenção seus embates orais em sessões públicas. Os anos de Epitácio Pessoa, justamente os primeiros da história do tribunal internacional, foram também os mais fecundos. Em nenhuma outra década o tribunal trabalhou tanto como nos anos vinte. São desse tempo os pareceres consultivos sobre a composição e a competência *ratione materiae* da então nascente Organização Internacional do Trabalho, sobre fronteiras e sobre nacionalidade das pessoas em casos de sucessão de Estados. Remontam também ao mandato de Epitácio os acórdãos tomados em casos emblemáticos como o do vapor *Wimbledon*, opondo a Grã-Bretanha e seus litisconsortes à Alemanha, afinal vencida; o da *Alta-Silésia*, o da planta industrial de *Chorzow*, o do vapor *Lotus*, opondo a França à Turquia, esta afinal vitoriosa.

Em todos esses casos Epitácio Pessoa integrou a maioria, quando não a unanimidade da corte, e participou da redação do acórdão ou do parecer consultivo.

Ele dissentiu, entretanto, das vozes majoritárias, e redigiu seu voto separado, no uso fluente dos dois idiomas de trabalho da corte, em quatro casos: o das concessões *Mavrommatis*, que se estendeu de 1924 a 1927, tendo como partes a Grécia e a Grã-Bretanha; os dos *empréstimos sérvios e brasileiros*, ambos de interesse da França,

julgados em 1929; o das zonas francas de Alta Savoia e Gex, do mesmo ano, confrontando a França à Suíça. É curioso e sugestivo que a dissidência do juiz brasileiro se tenha fundado sempre numa preliminar de incompetência ou de inadequação do caso à jurisdição contenciosa da corte; não porque ele fosse *restricionista*, como alguns célebres juízes da Suprema Corte norte-americana, na determinação do escopo da autoridade judiciária, mas porque lhe parecia que uma casa de justiça da altitude daquela não haveria de baratear sua agenda, não deveria consagrar seu tempo e suas energias – ora a litígios que mais tinham a ver com interesses privados do que com temas de império das soberanias em confronto, ora a questões cujo melhor deslinde se encontraria na conciliação, no entendimento direto, no puro e simples exercício da diplomacia ordinária, do que no embate jurisdicional.

A século e meio do nascimento de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa no agreste da Paraíba, a pouco menos que isso de sua dupla orfandade, a cem anos de sua múltipla glória, é toda a nacionalidade brasileira, e não somente sua província de tão bela história, que lhe bendiz a memória e evoca sua singularíssima, sua exemplar, sua inigualável biografia. Se a educação se faz pelo exemplo mais que por qualquer outro instrumento, esse extraordinário compatriota é o modelo que temos a apresentar aos brasileiros que hoje tratam de construir seu caráter e de reconstruir o perfil político da pátria – e a todos os que, com esses mesmos objetivos, virão depois. O livro do embaixador Pessoa Pardellas serve, a propósito, como um primoroso roteiro.

São Paulo, outono de 2018.

Francisco Rezek



INTRODUÇÃO

Este livro transcreve, mais adiante, o diário de longa viagem à Europa, feita em 1897. Não deve, porém, ser tomado por guia turístico, antigo, e, por isso, curioso.

Comentando-o, procuro mostrar como aquela viagem influiu na formação de um estadista. Mas não pretendo, tampouco, que sirva de manual para futuros políticos e administradores.

Moveu-me o desejo de dar testemunho de admiração por meu avô, Epitacio Pessoa. Desde a primeira infância guardo dele boas lembranças: suas visitas diárias à nossa casa, a acolhida carinhosa na Rua Voluntários da Pátria ou em Petrópolis, o relato de casos antigos do Nordeste; uma chegada de navio, vindo da Europa, que nos deu a oportunidade de ir recebê-lo de lancha à entrada da baía (o mais remoto registro de minha memória); sua presença nas Missas do Galo, na Casa de Santa Ignez, lá no alto da Gávea, e em recepções ou solenidades, a que as crianças tinham acesso. Mas, por outro lado, meu primeiro contato mais íntimo com o desgaste da extrema velhice.

No correr da vida, senti orgulho em conhecê-lo melhor, pela leitura de sua obra, pelos estudos de História, pelas conversas de família e pelo depoimento de tantos contemporâneos.

Hoje, eu próprio na extrema velhice, recomendo este livro aos jovens que, por achar alguma graça nos hábitos, gostos e valores de outra época, podem recolher benefício em sua leitura e análise crítica. Recomendo-o, sobretudo, a meus netos, brasileiros pela metade e que vivem no exterior. Eles precisam cultivar seus vínculos com o Brasil. Interessarem-se pelo antepassado ilustre já é um bom começo.

Os netos de meus irmãos e de meus primos têm os mesmos motivos para derivar ensinamentos e desafios da trajetória de Epitacio Pessôa. E, por viverem no país, com frequentes ocasiões de comparação com a atualidade, hão de encontrar motivo para fazê-lo com vaidade familiar, não obstante boa dose de inquietação patriótica, quase desalento.

COMENTÁRIOS

Em 1950, por ocasião de minha primeira viagem à Europa, minha avó, Mary Pessôa, me dera quatro pequenas cadernetas pretas que continham, em caligrafia miúda, o diário da viagem feita por meu avô, Epitacio, em 1897. A ideia dela era que pudessem servir-me de guia e inspiração. Por prudência e sem dizer a ela, resolvi não levar comigo o diário. A duração da peregrinação do Ano Santo, organizada pelo Colégio Santo Inácio, era muito mais curta e seu roteiro muito diferente. Além disso, preocupava-me que pudesse perder aquela preciosidade. Folheei-a com interesse e guardei-a com cuidado.

Em agosto de 1962 entreguei ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo de Epitacio Pessôa. As 38 grossas pastas, que o Instituto depois desmembrou em 74 novas pastas, mais 18 volumes encadernados de recortes de jornais, haviam estado sob a minha guarda desde 1957, quando sua filha mais

velha e minha tia, Laurita Pessoa Raja Gabaglia, viúva de pouco, decidira fechar a casa da Praia do Flamengo e fazer-se Carmelita em Teresópolis. A pedido dela, eu assumira essa responsabilidade.

Durante aqueles cinco anos, o manuseio do Arquivo, sempre por iniciativa de Antonio Pessoa Filho, sobrinho e secretário de meu avô, atendeu unicamente à necessidade de fornecer material ao Instituto Nacional do Livro para a publicação das Obras Completas de Eptacio Pessoa.

O Congresso Nacional aprovava a Lei 1992, de 28 de setembro de 1953, sancionando projeto do deputado Adroaldo Mesquita da Costa, e aquele órgão do Ministério da Educação e Cultura se incumbiu da edição dos 25 volumes, ao longo de quase uma década. Foram discursos no Senado e na Câmara Federal, acórdãos e votos no Supremo Tribunal e na Corte de Justiça Internacional na Haia, pareceres jurídicos, pareceres legislativos, laudos arbitrais, questões forenses, pareceres e consultas na Procuradoria-Geral da República, discursos, ofícios e telegramas na Conferência da Paz em Versalhes, intervenções em Conferências internacionais pan-americanas e de jurisconsultos, despachos do Ministério da Justiça, Mensagens ao Congresso Nacional, Vetos e Discursos na Presidência e o *Pela Verdade*. (O *Pela Verdade*, em dois volumes, foi o único livro em defesa do governo, escrito pelo próprio titular, sem ajuda de assessores ou colaboradores)⁵.

O Arquivo de Eptacio Pessoa continha muitos outros documentos, que não figuram em suas Obras Completas, inclusive a correspondência recebida ao longo de sua vida pública, com cópias das respostas e anotações de próprio punho⁶.

5 A lista das Obras Completas se encontra no Apêndice.

6 O Arquivo foi extensivamente estudado, nos anos setenta, pela doutora Linda Lewis, da Universidade de Stanford, que, mais tarde, escreveu análise muito elogiosa sobre o trabalho, intitulada "The Papers of Eptacio Pessoa – An Arquivial Note and a Personal Comment" (*Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin, 1995).

No mesmo armário-cofre do Arquivo eu havia guardado as quatro cadernetas pretas. Como não se tinha cogitado de publicar o diário da viagem de 1897 entre as Obras Completas de Epitacio Pessôa, não achei que devesse juntá-lo aos outros documentos entregues ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tanto mais que, àquela altura, eu já o tinha lido com atenção e sido tomado de encantamento pelas anotações de meu avô-turista. Estava decidido a estudar mais a fundo o diário e procurar interpretar o seu significado. Quando possível, publicar o resultado desse trabalho.

Na carta de encaminhamento do Arquivo ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do IHGB, não fiz menção aos quatro caderninhos, mas, em encontro com ele, algum tempo depois, sim. Nascera em minha consciência um compromisso.

Até então, estudante universitário ou engenheiro recém-formado, não tivera tempo de pensar em tal empreitada. Menos ainda, depois do casamento e do ingresso no Itamaraty, com o exercício simultâneo das duas profissões para acudir às despesas de pai de família. Mais adiante, os quatro caderninhos acompanharam minhas andanças de quatro décadas, por quatro continentes. Sempre mantidos sob mil cuidados, é verdade, muitas vezes folheados, mas nunca alvos da consideração que me levasse à decisão, como mereciam. Nos postos diplomáticos que ocupei na Europa, colhi nesse diário sugestões de programas e itinerários. Assim foi na Bélgica, na Inglaterra, na Itália e, de passagem, em Paris, em Viena e na Escandinávia.

Faltavam-me, contudo, a determinação e o preparo físico para repetir as visitas a museus e galerias, as escaladas a torres e zimbórios de igrejas, a busca pelo melhor ponto de vista de onde descortinar cada cidade. Afinal, foram mais de 130 igrejas e outros tantos museus e bibliotecas, nas 50 cidades que Epitacio Pessôa

percorreu, de Lisboa a São Petersburgo, da Escócia à Campânia, entre março e novembro de 1897. Era quase uma repetição ampliada da viagem que, trinta anos antes, o jovem Rio Branco fizera à Europa.

Mesmo tendo em conta o zelo de que sempre procurei cercá-los, surpreende-me que nenhum dos pequenos cadernos se tenha extraviado ao longo de tantos anos e de uma dúzia de mudanças. Certamente eles terão sido poupados pela Providência para que eu pudesse um dia desincumbir-me do tal compromisso íntimo.

À transcrição dos diários somente vim dedicar-me quando o ócio da aposentaria, uma vez vencidos recentes percalços de saúde, permitiu-me estabelecer para este fim uma rotina de trabalho.

Cedo percebi que não se trataria apenas da tarefa de copiar, com o frequente auxílio de uma lente, as anotações mais que centenárias daquela viagem e, simplesmente, comentá-las. A leitura foi revelando a necessidade de um desdobramento: era preciso mostrar a influência da longa e remota viagem na preparação de Epitacio Pessoa para o desempenho futuro das funções de presidente. Como e quanto a experiência daqueles meses de imersão na geografia e na cultura do Velho Mundo deixaria marcas na sua mente. De que forma o jovem de 30 anos, de feitio conservador, provinciano ao quadrado, porque latino-americano e oriundo da Província da Paraíba, processaria suas observações de forasteiro, aceitaria todas as novidades, sacudiria ou não idiosincrasias e preconceitos, e acabaria por transformar-se no estadista de visão moderna e ideias progressistas. A essa altura, eu não tinha intenção de tentar uma biografia.

Talento e caráter são dons genéticos que, no seu caso, mobilizados pelo amor à justiça, determinaram a diretriz de sua carreira e de sua vida. Vida e carreira, aliás, assinaladas muito mais

pela vocação de magistrado do que de político, decisiva em sua atuação na presidência.

No que se refere especificamente à vertente de administrador, os apontamentos de 1897 já denunciavam uma predisposição. Mostram que Epitacio, desde cedo, tivera o hábito do estudo disciplinado e da boa leitura. Maturidade e minuciosa observação, incomuns para sua idade, transparecem do texto. Sobretudo, uma curiosidade multiforme que extravasa do academicismo de predomínio jurídico tão característico de sua geração.

Anos depois de sua morte, quando me tocou selecionar de sua biblioteca as obras de Direito que foram doadas à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, impressionou-me a variedade de livros sobre outros assuntos, anotados por ele, muitos de vetustas edições do século XIX. Era sinal de que Epitacio desde sempre sentia necessidade de dar ao espírito nutrição adequada.

Essa base cultural, adquirida com a espontaneidade de amador e a disciplina de autodidata, abriu-lhe as portas para a atividade de intelectual, de pensador, mais à vontade como jurista do que como político. Sua atuação política seria sempre balizada pelas reflexões de cultor da justiça, o que lhe custou, muitas vezes, incompreensão, críticas e inimigos.

Epitacio nunca chegou a ser um escritor de primeira linha (embora fosse um orador excepcional) e tampouco desenvolveu, em matéria de artes, o gosto requintado que talvez tivesse ambicionado. De toda forma, a boa leitura, temperada pelo senso analítico, habilitou-o, ao longo daquelaviagem à Europa, a melhor ver e sentir, a julgar e selecionar, principalmente, a reter e assimilar tudo que lhe parecesse válido e importante. Gravou mentalmente uma dissertação que lhe seria útil nas tarefas de administrador.

Não há dúvida de que a experiência da estada na Europa germinou no terreno fértil de seu cérebro voltado à reflexão crítica.

Sem essa capacidade de observação e análise, aquela viagem poderia ter sido somente um período de férias prolongadas, a vilegiatura de rapaz ocasionalmente desempregado.

Em vez disso, o ano de 1897 significou para Epitacio Pessôa, um *sabbatical year*, que lhe proporcionou a oportunidade de aprofundar-se sobre muitos aspectos da realidade brasileira, postos em evidencia pelo contraste com o que via na Europa.

Não obstante alguns assomos de patriotismo hajam atenuado ou destorcido os efeitos dessa comparação, era inevitável que a mesma cristalizasse nele a nítida percepção do quanto precisava ser feito em nosso país naquela virada de século.

Todo fim de século é um período de expectativa de mudança. No longínquo 1897, essa procura do que estava por vir fazia-se ainda mais excitante na cabeça de um jovem de 30 anos, lançado sozinho na aventura de uma expedição pelo Velho Mundo desconhecido. Melhor dito, precariamente conhecido, através da leitura, da visão de gravuras ou, ocasionalmente, da novidade chamada fotografia, e do depoimento de terceiros. Mal conhecido, também, durante frustrante viagem anterior, abreviada pelo luto.

Era quase um descobrimento às avessas. O nativo de terras remotas vinha ao centro do “mundo civilizado” para observar, aprender, e, sem se dar conta, prospectar e absorver o rico manancial de experiência que lhe serviria no desempenho de suas funções no insuspeitado futuro.

Não há qualquer anotação no diário de 1897 que indique em Epitacio a vontade de ver transferidos para o Brasil os aspectos positivos de tudo que observou na Europa. Seu nacionalismo juvenil o impediria de registrar tal desejo. Mas a insatisfação do jovem político naquele fim de século com o rumo incerto do novo regime em seu país e a triste constatação dos contrastes então existentes em tantos setores, na comparação da nossa realidade

com a do velho continente, não de ter excitado nele a ansiedade de mudança. A experiência daqueles nove meses na Europa, como a de outras viagens posteriores, teve influência marcante na atuação de Epitacio Pessôa, vinte anos mais tarde, tanto na Conferência da Paz, quanto no exercício da presidência.

Em Versalhes, em 1919, tratou com os principais líderes europeus, Lloyd George, Clemenceau, Vittorio Orlando, e com Woodrow Wilson, com o traquejo de um veterano diplomata. Contando com a colaboração de um grupo de escol, Pandiá Calógeras, Raul Fernandes, Rodrigo Otavio, general Malan d'Angrogne e comandante Armando Burlamaqui, e assessorado pela sempre eficiente equipe do Itamaraty, resolveu favoravelmente os dois assuntos que interessavam diretamente ao Brasil; elevou o prestígio do país e conseguiu colocá-lo em situação privilegiada na organização da Liga das Nações.

Na presidência, seu reconhecido empenho de modernização em todos os setores da administração pública, somente foi superado pelo seu obsessivo respeito à justiça. Também naquela função ficou muito a dever a seus auxiliares diretos, os sete ministros de Estado: Alfredo Pinto, na Justiça, Azevedo Marques, nas Relações Exteriores, Homero Baptista, na Fazenda, Simões Lopes, na Agricultura, Pires do Rio, na Viação e Obras Públicas, e – surpresa na época – os dois civis, Pandiá Calógeras, no Ministério da Guerra, e Raul Soares, no da Marinha.

Curiosamente, em sua viagem de 1897, a revelação da imensa desigualdade entre as nações da Europa e o Brasil, em termos de urbanismo, de infraestrutura, do cabedal artístico e histórico, parece atrair mais atenção de Epitacio do que a comparação da situação social.

Dir-se-ia que, naquela etapa da vida, não o escandalizam ainda os contrastes da fortuna. Ele relata com indiferença e até com uma

pitada de irritação a impertinência dos mendigos em Granada e na encosta do Vesúvio, sem alusão à situação semelhante em nosso país. Talvez julgasse a mendicância inadequada no cenário de prosperidade, mas natural e aceitável no Brasil daquela época. Descreve em tom chistoso as acrobacias dos guris-mergulhadores da Ilha de São Vicente à cata de vinténs, sem lhe ocorrer um pensamento sobre a pobreza endêmica em sua terra. Onde andariam naquela época os antepassados dos nossos meninos de rua de hoje em dia? Talvez a indignação fosse então menos gritante, tanto lá, como cá. Talvez não houvesse ainda suficiente difusão e plena avaliação do problema social. Talvez aquela geração, que abolira a escravatura, achasse que tanto bastava para redimi-la de outros pecados.

Felizmente a consciência social de Epitacio, como a vocação de Santo Agostinho, desabrochou com a maturidade. Foi resultante de seu fervoroso culto à justiça, antes do que de uma inclinação para o populismo. Era mais cerebral do que emocional.

A pobreza extrema do povo desprovido de educação e de serviço de saúde, e, principalmente, a miséria desassistida das populações do Nordeste infringiam a justiça. Cabia ao homem político, ao legislador, ao detentor de alguma parcela de poder, a responsabilidade de agirem em consequência.

A bem da verdade, já em sua atuação parlamentar, viera à tona com certa frequência a preocupação social de Epitacio. Na elaboração da Constituição de 1891, ele se batera quixotesicamente pela total igualdade política dos estados, persuadido de que a federação seria mais justa na partilha dos recursos oficiais e, portanto, na distribuição de renda, se os estados fossem representados com o mesmo critério de equidade na Câmara de Deputados como no Senado Federal. Debalde. Prevaleceu o modelo norte-americano que, transplantado para cá, contribuiria para acentuar a diferença

econômica entre as regiões do país e para perpetuá-la por efeito das migrações internas.

Nos anos seguintes, no Parlamento, embora intensamente ocupado na oposição à virtual ditadura de Floriano Peixoto, empenhou-se diversas vezes em favor de projetos que beneficiavam as camadas mais pobres, quase sempre dirigidos ao Nordeste e, de preferência, não assistenciais, mas geradores de emprego. Logo depois, como ministro da Justiça (e Educação) de Campos Salles, convencido de que a educação era a alavanca de progresso social, promoveu a reforma do ensino secundário e superior, unificada no Código de Ensino de 1901. Além de abolir irregularidades e privilégios, que permitiam a prática da “indústria de aprovações”, o novo Código instituiu a obrigatoriedade, pela primeira vez, de certo número de vagas gratuitas em todos os estabelecimentos de ensino do país. Era uma semente de democratização que, aliada à instituição de regime de concursos e gratificações regulamentadas para professores, asseguraria melhora da educação, como instrumento eficaz de acesso e harmonia sociais. Mas a novidade implicava frequência obrigatória e mais rigorosa disciplina. Houve no Distrito Federal, violentas manifestações estudantis de desgosto. Como não lograsse dissuadir os amotinados com seus esclarecimentos, nem quisesse reprimi-los com a força policial, e a fim de preservar a paz urbana e o prestígio crescente do governo Campos Salles, o ministro Epitacio preferiu demitir-se.

A educação no Brasil continuou a mesma. Anos depois, em 1914, nova reforma do ensino incorporou muitas das ideias da predecessora de 1901. Somente em 1920, já na presidência de Epitacio Pessôa, foi criada no Brasil a primeira Universidade, que, aliás, contemplava o ensino gratuito integral.

Da mesma forma, em 1920, após submeter ao Congresso a proposta de criação de um Ministério da Saúde Pública, sem obter

o apoio parlamentar então necessário para tal iniciativa, Eptacio Pessôa criou o Departamento Nacional de Saúde Pública, para cuja direção nomeou o brilhante Carlos Chagas. Juntos empreenderam total reformulação dos serviços sanitários do país, centralizando-os tanto quanto possível e dotando-os de um código, que representou progresso notável naquela época.

Com a maturidade, constata-se que Eptacio deixou-se guiar pela preocupação social em diferentes áreas de sua atuação. Na economia doméstica, a partir do momento em que outros rendimentos do trabalho lhe asseguravam os meios de manter sua própria família, fez questão de distribuir entre famílias necessitadas os seus proventos de ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Naturalmente e com maior razão, isso vigorou durante o período em que ocupou a presidência da República. Na gestão da vida política no estado da Paraíba, os seus quinze anos de domínio (1915-1930), assinalaram a ascensão permanente de indivíduos de origem humilde nos quadros partidários e no funcionalismo oficial. Sempre com o escrúpulo de proporcionar-lhes empregos produtivos e não sinecuras. Essa evolução auspiciosa para as classes menos favorecidas foi observada pela já mencionada Dra. Linda Lewin, professora de História da Universidade de Stanford, Califórnia, em seu livro *Politics and parentela in Paraíba*. Nessa obra, resultado de prolongadas consultas ao Arquivo de Eptacio Pessôa no IHGB, aquela historiadora aponta também a elevação, naquele período, dos salários agrícolas na Paraíba a níveis jamais registrados.

Foi, aliás, o programa de combate às secas, que teria significado a redenção do Nordeste e a eliminação da pobreza infame na região, se não tivesse sido lamentavelmente interrompido no governo seguinte e deficientemente retomado anos mais tarde, o ponto alto da atuação social de Eptacio Pessôa. Mas isso é assunto que merece ser desenvolvido em separado.

Caberiam aqui outros comentários sobre os “diários” de 1897. A primeira observação é que não se trata propriamente de um diário: nada tem de íntimo, de introspectivo, de revelador da alma; é um caderno de anotações, um registro de experiências vividas, de atividades objetivas, até mesmo de sensações estéticas, nunca de sentimentos. Pelo contrário, nota-se a preocupação de ocultá-los.

Epitacio fizera, recém-casado, uma viagem anterior à Europa, concluída em Paris de maneira trágica, ao cabo de dez meses, com a morte de sua mulher ao dar à luz um menino morto. Dois anos depois, essa nova viagem, por tempo indeterminado, há de ter sido feita com o intuito de aliviar a tristeza. No entanto, pouco é deixado transparecer dessa dor recente. No dia 24 de abril, segundo aniversário da perda, o registro lançado no “diário” é lacônico: “dia de bem tristes recordações que, entretanto, não devem ser consignadas aqui”. Meses adiante, estando em Basileia, Epitacio anotou: “tendo seis horas diante de mim aproveitei-as para rever Basel, que há três anos justamente visitei em condições muito mais felizes. Cheguei a me arrepender dessa interrupção da viagem, tão tristes foram as recordações que me assaltaram”.

Mesmo as sensações alegres e prazerosas, quando podem trair algum sentimento pessoal, Epitacio procura esvaziá-las de todo conteúdo emocional, recorrendo até a linguagem evasiva ou em código. Assim, por exemplo, ao viajar de Madri para Barcelona, diz: “tinha formado o propósito de partir ontem para Zaragoza, demorar-me ali um dia e seguir depois para Barcelona; mas motivo de certa ordem me levou a modificar esse plano”. É legítimo supor que o motivo tenha sido uma aventura com uma madrilenha.

Ainda mais enigmática é a referência feita a uma personagem feminina pouco antes de sair da Bélgica. A beleza das mulheres belgas já merecera louvores, talvez exagerados, em Bruges: “as mulheres em geral são muito bonitas; as crianças adoráveis”.

Novamente, em Antuérpia: “há moças bonitas em Anvers; vestem-se com luxo e elegância”. Logo depois, em um parágrafo singular, um nome apenas: “Elza”. Quem seria? Por que lhe deu Epitecio consignação tão singular? É clara, somente, a intenção de mantê-la na penumbra, incógnita, recordação privativa, vedada a todas indiscrições. Nenhuma intimidade de alma.

Muito menos rigoroso em disfarçar suas reações, Epitecio se mostrava toda vez que se tratava de manifestar enfado, impaciência, ou irritação, em diferentes graus. A começar pelo Lazareto de Lisboa, onde por dez horas viu-se retido pela burocracia das autoridades sanitárias e aduaneiras lusitanas. Mais adiante, queixa-se quando importunado pela investida de vendedores ambulantes e de mendigos na Espanha e no sul da Itália, ou pela ganância dos empregados franceses em busca da gorjeta (prática que não era ainda universalmente difundida). Na Rússia, parece desproporcionada sua intolerância com o que ele chama de “burrice” dos camareiros e com a formalidade, repetida muitas vezes, de controle de passaporte dos estrangeiros. Provavelmente sua implicância terá sido exacerbada pela dificuldade de comunicação, ao encontrar-se pela primeira vez em um país cuja língua desconhecia e cujo povo tanto divergia dos padrões europeus.

Essas manifestações de irritação quase incontrolável, ou, pelo menos, de impaciência exagerada formam um traço de temperamento que perturbou o dia a dia de Epitecio, até mesmo em circunstâncias corriqueiras. Na hora da contrariedade ou do atrito, sua disciplina interior conseguia evitar a explosão, mas não disfarçava o mau humor, que cedo desaparecia, mas deixava registro na memória. O passar dos anos amenizou esse defeito.

Quando se trata, porém, de dar vazão à saudade do Brasil, de lamentar-se da solidão ou de expressar arroubos de patriotismo não há resquíio de discrição. Em Gotemburgo: “quedas d’água

como as de Trollhätan se encontram em qualquer rio no Brasil; bem perto do Rio, o Paraíba oferece espetáculos mais belos e mais grandiosos”. Na floresta de Fontainebleau: “os grandes carvalhos que me mostraram como os maiores da floresta, o Júpiter e o Pharamond, são, pela altura e grossura, árvores muito comuns no Brasil, árvores que se encontram em qualquer mata”. No trajeto entre Praga e Viena, assim como fizera em Moscou, queixa-se do calor: “temos tido grande calor, tão forte como no Rio em novembro ou dezembro, e, entretanto, para estes europeus o Brasil é “inabitável” (sem atinar para o fato que no Rio o calor se estende até abril, o que, na era anterior ao ar-condicionado, devia fazer a cidade quase “inabitável”. E nós, os nativos, quando podíamos, fugíamos para Petrópolis...).

Da solidão se lamenta ao encontrar um grupo de brasileiros em Kiel e com eles prazerosamente confraternizar. Deixa ver também os efeitos do prolongado isolamento ao festejar com genuína satisfação a acolhida que lhe foi dispensada pelos diplomatas no consulado em Estocolmo e na legação em São Petersburgo. Nesta última faria amizade com Olyntho de Magalhães que lhe serve de cicerone no passeio das Ilhas e na visita a Tsarekoie Selo e que, pouco tempo depois, seria seu colega no Ministério de Campos Salles (Olyntho, nas Relações Exteriores, Epitacio, na Justiça e Interior).

Pena que, espírito introvertido, não tenha sido levado pela solidão a procurar mais amiúde as repartições diplomáticas brasileiras; talvez tivéssemos em seus caderninhos o registro de conversas interessantes.

É patente a preocupação de Epitacio em, via de regra, baixar o tom encomiástico, na hora da despedida de cada um dos lugares visitados. Como se o elogio definitivo, o julgamento final de admiração valesse por proclamar o contraste entre o Brasil

primitivo e os países da Europa no apogeu da *Belle Époque*. Esse pedal-surdo, ao pronunciar o veredicto, amortecendo sempre o efeito de louvação anterior, pretendia talvez diminuir a distância qualitativa entre, de um lado, a Rua do Ouvidor e, do outro, Via del Corso, Piccadilly, ou Champs-Élysées.

Esse decoro crítico provoca sentenças surpreendentes. Da Inglaterra diz não levar: “nem boa nem má impressão”. E, no entanto, havia passado duas semanas em Londres, durante as quais não regateara generosos qualificativos, admirando seus museus e galerias, palácios e catedrais; havia viajado a Edimburgo, Glasgow, Liverpool, Manchester e Brighton; havia produzido reportagem completíssima sobre o jubileu da rainha Victoria; havia revelado sincero encantamento diante da beleza do campo inglês.

Teria sido aquele parecer anódino resultante do clima da Inglaterra, daqueles “dias intoleráveis de nevoeiro e de chuva”, ou dos domingos aborrecidos “quando tudo permanece fechado, menos as casas de tabaco”? Teriam sido as construções em tijolo nu ou enegrecidas pelo *smog*? De toda maneira, esse conceito pouco lisonjeiro será revisto por Eptacio em viagens posteriores, especialmente na visita que fez a Londres em 1919 como presidente eleito.

De Viena, onde a arquitetura de Otto Wagner rivalizava em criatividade com a pintura de Klimt e Kokoschka – ambas, artes-motrizes da projeção daquela cidade como virtual centro do mundo no limiar do século XX – Eptacio parece ignorar a verdadeira essência. Critica a falta noturna de movimento e animação, o calçamento irregular de paralelepípedos, a arborização falhada, a iluminação pública deficiente, “de gás, lampiões com um só bico, amortecido e mesquinho, como os de Pernambuco”. Apesar de fluente em alemão, sofre as limitações do turista. Vai à Academia de Belas Artes, foco de irradiação cultural e artística, mas anota

apenas que “possui alguns quadros bons”, entre os quais encontra com surpresa uma vista do Rio de Janeiro por Ender. Após ter comentado duas vezes que Viena é só a *Ringstrasse*, conclui que a cidade “não está à altura dos elogios que se lhe fazem”. Isso tudo, depois de ele próprio haver esbanjado elogios a varejo durante sua estada na cidade.

De São Petersburgo diz que: “apesar de seus numerosos palácios e das muitas coisas bonitas que possui, não é como cidade, tanto quanto se me dizia”.

Por sua vez, “Moscou nada tem de bonita... é apenas curiosa pelo seu *cachet* todo especial”. E, ao deixar o território russo, em viagem de Varsóvia a Berlim, anota: “a boa impressão que levo da Rússia é somente das suas igrejas, da magnificência, do luxo, das riquezas fabulosas que elas encerram”. Nenhuma alusão remissiva ao Museu de Ermitage e ao Palácio de Tsarekoio Selo, que, no entanto, lhe haviam inspirado louvores arrebatados.

Praga e Budapeste não recebem tampouco a aprovação a que têm direito, talvez porque Epitacio não estivesse, naquela quadra da vida, preparado para apreciá-las e distinguir o antigo do simplesmente velho.

A mesma ojeriza ao “velho”, em oposição ao que lhe parecia moderno e progressista, explica a falta de entusiasmo por Florença, a crítica às “ruas tortuosas e estreitas” de Roma e Nápoles, a distinção em Gênova entre bairros de “ruas tão estreitas que a luz do sol não pode penetrar” e outras “vias modernas muito bonitas [...] têm construções esplêndidas e ricos estabelecimentos comerciais, iluminadas à luz elétrica e sempre muito animadas”.

Em grande parte, é o apreço pelo traçado geométrico das cidades que o leva a simpatizar logo com Edimburgo e a proclamar Turim “a mais bonita cidade que vi na Itália: as suas ruas se cortam em ângulo reto, as construções são elegantes, em geral de arcadas

sustentadas por pilares ou colunas”. Neste último caso, estava certamente também sob o efeito favorável da sensação que mais tarde arrancaria de Le Corbusier o comentário de que “Turim é a cidade mais bem situada do mundo”.

No cômputo final, a Itália alcança apenas aprovação moderada, que denuncia sua curta sensibilidade artística.

À Holanda confere julgamento positivo:

Levo boa impressão da Holanda. O povo é atencioso, delicado e cortês. Nos cafés, nos trens, nos bondes, os que chegam não deixam de cumprimentar os que já estão; os cocheiros e condutores são de uma amabilidade extrema [...]

Sobre a Haia diz: “uma bela cidade com construções elegantes, esplêndida arborização, bonitas praças [...] quão agradável deve ser a residência em tais sítios!”. Nem lhe passava pela cabeça que um quarto de século mais tarde ele estaria vivendo parte do ano na Haia, como juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional.

Sem contar Paris, que já naquele tempo exercia fascínio sobre os brasileiros, são Berlim e Estocolmo que merecem a nota máxima. Diante delas o preconceito provinciano se rende:

Berlim tem me causado a melhor impressão; o que tenho visto da cidade é muito bonito: edificação grandiosa e imponente, palácios suntuosos, ruas esplêndidas, estabelecimentos magníficos, muito asseio, muito movimento. É uma cidade muito plana, contando cerca de um milhão e oitocentos mil habitantes.

À capital da Suécia dedica comentário que o verão faz ainda mais merecido: “não me cansei de admirar suas belas construções e a sua maravilhosa situação; até aqui é a cidade mais bonita que tenho visto, depois de Paris”.

Tanto Berlim, como Estocolmo, ofereciam a Epitacio a possibilidade de abranger a cidade de um só olhar, a partir de pontos de vista favoráveis, e, portanto, de compreendê-la mais facilmente, sem o estorvo das “ruas estreitas e tortuosas”. Ambas as cidades refletiam a transição entre duas épocas e anunciavam o que para ele significava moderno. Tal como Turim, a cavaleiro entre o barroco e o dinamismo industrial.

Em todo caso, a preferência de Epitacio em matéria de urbanismo, manifestada com insistência às vezes demasiada, iria, no futuro, ter efeitos benéficos, na capital da República. O desmonte do Morro do Castelo⁷ e a rede de artérias perpendiculares entre si na esplanada resultante, os edifícios das exposições do Centenário, a urbanização da Lagoa Rodrigo de Freitas, a reforma da Avenida Atlântica, o túnel João Ricardo, a encomenda feita a amigos capitalistas da construção dos hotéis Glória e Copacabana Palace, todas essas iniciativas de melhoramento e “modernização” do Rio, tiveram sua remota origem nas observações de Epitacio Pessôa na sua viagem pela Europa.

A permanente procura de Epitacio pela “harmonia arquitetônica” encontra satisfação em diferentes cenários: nas quintas de Cintra e de Mont’estoril, no Alcazar de Sevilha e no Alhambra de Granada, no Escorial, na Rambla de Barcelona, na monumental Paris e nos monumentos de Londres, na parte nova de Hannover e à margem do Alster em Hamburgo, nas magníficas

7 A demolição do morro do Castelo, apesar de ter sido recomendada pelo Plano Beaurepaire de 1843 e pela Comissão de Melhoramentos (com a participação do futuro prefeito Pereira Passos) em 1874, tem recebido críticas de alguns historiadores e de políticos esquerdistas. Aqueles lastimam o desaparecimento de um dos marcos iniciais da ocupação da cidade; estes se afligem pelas famílias deslocadas e pelas muitas outras que não puderam ali se instalar ao longo do último século. Ambos os grupos parecem ignorar que a demolição do morro se fez com jatos d’água, o que basta para mostrar como ficariam vulneráveis os vestígios coloniais e a comunidade moderna em caso de tempestades. (Aos engenheiros recomendo consultar a Memória Histórica “Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro”, de autoria do prefeito Carlos Sampaio, publicada em 1924 pela Lumen Empresa Internacional Editora).

construções de Estocolmo e no seu encantador arquipélago, nos palácios dos grão-duques em São Petersburgo e no Kremlin, na Ringstrasse de Viena, em certos recantos de Veneza e de Roma, mas, sobretudo, nas igrejas, catedrais e basílicas por toda a parte.

O gosto de Epitacio nessa época é acadêmico. Muita vez prefere a imponência recente ao despojamento secular. Não admira a simplicidade das casas londrinas, as de Belgravia, por exemplo: “casas sem arquitetura, não tem frontão, são inteiramente chatas e, como não se veem os telhados, parecem antes caixões de casa do que casas propriamente ditas”. Não é arrebatado pela sedução de Roma e Florença medievais.

Ele, em parte, se redime por seu enlevo ao apreciar tudo que a natureza tem de belo e pelas vivas descrições que dela nos deixa. Aproveita com prazer contagiante todas as ocasiões de embevecimento do olhar. A paisagem vista do trem, os *fjords* da Noruega, os pequeninos parques de Praga, os *bois-de-boulogne* das diferentes cidades, o panorama descortinado de mirantes escolhidos. Da mesma forma, o campo inglês no trajeto de Londres a Edimburgo, os encantadores arredores de Paris, o Passo de Brenner, o Caminho de Fiesole, o jogo das águas em Versalhes, tudo isso deu motivo a tantas páginas enternecidas de pintura fiel.

Digna de nota e muito louvável em um jurista, é a observação dos aspectos tecnológicos de tudo que lhe parecia inovação, de conteúdo científico ou não. Esta curiosidade multiforme se manifesta diante da profusa iluminação elétrica da Feira de Sevilha, das mil e uma máquinas e invenções no Museu de South Kensington (o futuro Science Museum) de Londres, dos bondes de Antuérpia, capazes de sair dos trilhos para dar passagem uns aos outros. Ela se repete na descrição admirativa das intermináveis docas de Hamburgo, do “Shopping Center” (ainda não batizado com esse nome universal) e do restaurante popular em Christiania

(hoje Oslo), do “bonde-aéreo” da exposição de Estocolmo, das obras de arte de engenharia nas estradas de ferro entre Munique e Verona ou entre Milão e a Suíça, bem como da Galeria Vittorio Emanuele em Milão, e da coleção do Conservatório de Artes e Ofícios em Paris.

Notável é também o cuidado de apontar a referência histórica que realça o interesse de cada edifício, monumento, quadro ou escultura. Esse recurso tem o mérito de aliviar o fardo das longas enumerações do texto. E se, para o leitor de hoje, parece exibir certo verniz pedante de erudição, pode-se justificar com a observação de que era, então, o nível de conhecimentos de um jovem patricio culto. Afinal, Epitacio fora aluno aplicado e brilhante do Ginásio Pernambucano (o único, por isso mesmo, contemplado com uma bolsa de ensino gratuita) e, depois da Faculdade de Direito de Recife; já fora promotor público, deputado à Constituinte de 1891 e líder da oposição a Floriano Peixoto na Câmara Federal; era professor catedrático de sua Faculdade do Recife e no ano seguinte seria escolhido ministro da Justiça pelo presidente Campos Salles. Já lera muito, principalmente, mas não só, sobre direito, política, economia e administração.

Dito isso, é de lamentar que não haja dedicado espaço em seus apontamentos diários para observações sobre a atualidade dos países visitados. Nenhuma palavra sobre as consequências do Congresso de Berlim de 1878, sobre a atuação de Bismark e a projeção da Alemanha como ameaça à paz. Nada a respeito da experiência francesa com o regime republicano. Ou sobre a Itália unificada e recém-derrotada na Abissínia. Nem menção à tendência expansionista dos impérios, à exacerbação de suas rivalidades e a sua presença irrestrita na África e no Oriente. Tampouco qualquer referência à política ibérica, mais próxima de nós. No entanto, o mundo vivia uma época rica em acontecimentos significativos, que enfatizam e valorizam a diplomacia e eram assunto permanente

do jornalismo. Não há dúvida de que, naquele tempo, ainda não se estabelecera em Epitacio o desejável equilíbrio entre a perspectiva histórica e a observação do fato local imediato. O intelectual ainda não se animava a interpretar a História, nem a política.

E, no entanto, o “diário” havia começado promissor, com uma longa crônica oral de um episódio da nossa política, feita pelo diretor do *Jornal do Commercio*, seu companheiro de viagem a bordo do “Thames”⁸.

Por outro lado, a dose excessiva de “memorabilia napoleônica” pode aborrecer o leitor de gerações que já se liberaram daquela veneração juvenil.

Outra frustração já referida decorre da limitada sensibilidade artística de Epitacio. Laurita Pessôa Raja Gabaglia, sua filha e biógrafa, observou, a propósito do mês inteiro que ele viajou na Itália:

*a Itália é uma pedra de toque, pela maneira de vê-la e compreendê-la julga-se se um homem tem ou não o temperamento de um artista. Epitacio não o tinha [...] não se farta de travar conhecimento com as obras plásticas de mestres do Renascimento e da Antiguidade Grega [...]. Mas não há propriamente o frêmito característico da emoção estética*⁹.

O mesmo se poderia dizer de como ele atravessou indiferente outras cidades, onde a efervescência da criação artística se manifestava a olhos vistos, como já foi mencionado a respeito de Viena. Perdoa-se ao turista desavisado não tomar conhecimento de que, naquele ano de 1897, abriram-se em Londres duas

8 As longas conversas com José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Commercio*, durante a travessia consolidaram uma permanente amizade entre ambos. Dez anos mais tarde, em agosto de 1907, o jornalista convidou Epitacio para dirigir o *Jornal do Commercio*. Convite recusado porque implicava afastamento do STF. (Correspondência a esse respeito no Arquivo de Epitacio no IHGB).

9 GABAGLIA, L. P. R. *Epitacio Pessôa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951, p.137.

importantíssimas galerias de arte: a Tate Gallery, ainda sob o nome de National Gallery of British Art, que é até hoje o mais notável museu de arte britânica, e a Wallace Collection, cujo acervo de pintura flamenga é um dos maiores do mundo. Mas, não se pode relevar que ele haja demorado em Paris, sem se dar conta do movimento impressionista. De 1874 a 1886 os grandes nomes do impressionismo se reuniram regularmente em exposições de ampla repercussão. Camille Pissaro, que esteve presente a todas elas, pintou seu “Boulevard des Italiens” no próprio ano de 1897, a dois passos do Grand Hotel de l’Europe, onde se hospedou Epitácio. Vá lá que este não tenha sabido e, para tristeza hoje de seus herdeiros, não tenha comprado diretamente no ateliê do pintor a tela que pertence à National Gallery de Washington, ou, qualquer outro *boulevard* menos famoso do mesmo Pissaro, como, por exemplo, o “Boulevard Montmatre”, vendido recentemente na Sotheby’s de Londres por 20 milhões de libras. De toda forma, ele, pobre, não poderia competir com os lances dos milionários americanos, como Henry Frick, Andrew Mellon, George Vanderbilt ou Peter Widener, que desde 1870 estavam comprando quadros de pintores impressionistas europeus e levando-os para os Estados Unidos. Mas não deixar um registro sequer a respeito daquele movimento, que sacudiu a consciência estética de sua época, denota indesculpável desinteresse.

Encontram-se por outro lado originalidades divertidas no texto. Algumas delas refletem a realidade de tempos idos há mais de um século. Assim, por exemplo, a surpresa de Epitácio em Lisboa, ao ir aos raios XX (escritos com dupla consoante), que Roentgen descobrira em 1895 e ainda eram uma novidade, sem emprego na área médica; sua ida ao Jogo da Pelota em Madri: “é a mesma coisa que no Rio” (o nosso futebol); os primeiros contatos com o cinematógrafo que Lumière inventara três anos antes; os passeios nos ônibus de Londres, com a “imperial” (designação

que se dava ao segundo andar dos ônibus), e bancos transversais, “meio magnífico de ver-se a cidade”; a ida a Montmartre, “no cimo de cuja colina se está construindo a Basílica do Sacré Coeur”; ou a contratação de fotógrafos, também em Paris, para mandar “fazer uns retratos”¹⁰.

Outras curiosidades do texto têm a ver com as características pessoais do autor: suas repulsas peculiares, como o horror em diferentes graus às touradas e às gorjetas, sua austeridades quase puritana, ao defrontar-se com os banhistas seminus em Ostende e totalmente nus em Estocolmo, ou com as coristas do *cancan* no Moulin Rouge; sua sutileza, como que desentendido, ao contar as investidas do *gay* inglês no trajeto de Utrecht a Hannover; sua maliciosa e detalhada descrição dos cintos de castidade do Museu de Cluny.

De modo geral, são divertidos os relatos que faz de seus contatos com companheiros de viagem ou com ocasionais figurantes em suas andanças. A presença dessas personagens no “diário” ajuda a resolver uma questão que, de início, me intrigava. Por que teria Eptacio escrito esse jornal de viagem? Por que tanto detalhe e tamanho capricho? Teria intenção de divulgá-lo ou passá-lo a um filho futuro, como subsídio a outras viagens? Não. A prova é que não o fez, guardou-o para si nos caderninhos portáteis e o terá certamente consultado em diversas ocasiões. Mas não o cedeu a terceiros jamais. Caberia perguntar que papéis têm no texto aquelas personagens: a freira lindíssima no trem de volta do Escorial, “parecida com J. de J. M.”; o intérprete que lembra o Salazar (não o futuro primeiro-ministro português, mas um incógnito Salazar), o Costa, o Bruno Chaves, o Barroso, o padre Fernandes Távora; o romeno que se dizia holandês; os austríacos

10 Desde 1889, o modelo aperfeiçoado de máquina fotográfica usava filme em vez de papel, mas devia ser mandado de volta à fábrica para revelação em série após certo número de poses. As primeiras *brownies*, câmeras quadradas que permitiam tirar *snapshots*, são de 1900.

que subiram o Vesúvio; e mesmo os que merecem mais longa atenção, como o tcheco Luis Glaser e o cônsul, genro de Benjamin Constant? São recordações pessoais, meros pontos de referência, bastiões de apoio para a memória, que só têm utilidade para o autor.

O que importa saber é que o “diário”, embora não traga à tona intimidades, foi escrito para uso próprio. Com que propósito? Muito provavelmente, para gravar melhor tudo que foi feito ou visto durante a viagem.

Da mesma forma que o aluno aplicado, sem prescindir do livro texto ou da apostila, anota, quase como taquígrafo, as palavras do professor, Epitacio não se satisfaz com o Guia Baedeker, apesar da confiança que nele deposita. Faz questão de escolher suas prioridades e acrescenta seus comentários. Suas prioridades são, claramente, os aspectos urbanísticos das cidades e, nelas, os museus, as igrejas, as bibliotecas, os monumentos, os edifícios mais nobres. E tem suas preferências: entre estes últimos, procura com maior frequência as universidades; entre os primeiros, os museus históricos.

No fim de seu governo, um quarto de século mais tarde, deixou criados a Universidade e o Museu Histórico Nacional.

O leitor atento notará que Epitacio cita também os prédios dos Correios com muita frequência. A principal razão terá sido, provavelmente, a criação contemporânea da União Postal Internacional, assunto palpitante naquela época. Pois bem, além do edifício dos Correios de São Paulo, um dos mais vastos da América, e da ampliação do da capital, foram construídos no seu governo os Correios de Manaus, Natal, Paraíba, Recife, Santos e Petrópolis, este último um dos mais belos prédios da Rua do Imperador.

Eis aí outra serventia indireta do “diário”: realçar como as observações de uma viagem podem contribuir para as realizações de um administrador. Obviamente, Epitacio não estava prevendo em

1897, nem em sonhos, a carreira política que o levaria à presidência. Mas o que viu naquela ocasião, bem como nas sucessivas estadas na Europa, em 1908, 1911, 1912 a 1914 e 1919, impressionou-o com duas constatações: que o Brasil era desconhecido e, em comparação com todos os países visitados, era atrasado. Anos depois adotaria duas linhas de ação para combater aquelas carências.

Em primeiro lugar, com a ajuda decisiva do ministro gaúcho Homero Baptista, especialista em finanças, que fora por muitos anos relator do orçamento na Câmara Federal e presidente do Banco do Brasil, tomou medidas econômicas adequadas: o plano de valorização do café, o recenseamento de 1920, com a novidade de incluir todos os dados sobre produção agrícola e industrial, o que permitiu a seleção de investimentos públicos produtivos, a reforma alfandegária, o reaparelhamento de portos, a nacionalização de estradas de ferro, a criação da Carteira de Redesconto, as obras do Nordeste. No período do seu governo, o país desenvolveu-se em ritmo mais acelerado do que o resto do mundo^{11, 12}

Por outro lado, para tornar o país mais conhecido, Eptacio procurou praticar boa publicidade, aproveitando oportunidades de ouro que se ofereceram logo antes de sua posse e durante seu governo.

Fora eleito presidente enquanto era embaixador, chefe da delegação do Brasil à Conferência da Paz em Versalhes. Tivera atuação de destaque em defesa dos interesses brasileiros na Conferência e em favor das pequenas potências na organização

11 O presidente do Banco do Brasil era o Dr. José Maria Whitaker, que, anos depois, classificou a medida como essencial para permitir aos bancos brasileiros competir com os estrangeiros.

12 Em recente trabalho a respeito do Índice de Desempenho Presidencial na Economia, os professores Luiz Antonio Mattos Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia, e Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, observaram que os resultados econômicos do governo de Eptacio Pessoa somente foram superados pelos do governo Dutra (no imediato pós-guerra) e do governo Médici (obra do famoso "milagre econômico"). Ver: FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 136 e ss.

da Liga das Nações. Foi convidado a visitar seus respectivos países pelos governos da Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Peru e Portugal. Para deter-se nos EUA antes de chegar ao Brasil, o convite foi feito pessoalmente pelo presidente Wilson.

A fim de não atrasar a volta ao Brasil e supondo, com demasiado otimismo, que poderia ir aos países vizinhos durante o governo, visitou a Bélgica, Inglaterra, Itália e Santa Sé, França, Portugal, Canadá e EUA. Nesse percurso passou os meses de maio e junho de 1919. O dom da oratória, o domínio dos idiomas e a cultura geral, que lhe dava bastante conhecimento de cada um desses países, ajudaram-no a cativar a admiração muitas vezes entusiástica do mundo oficial, da imprensa e da população das capitais visitadas. As homenagens ao presidente-eleito significavam o acolhimento daquelas nações ao país distante e espaçoso, aberto à imigração, rico em matérias-primas, que a guerra recente pusera em evidência como parceiro promissor. Além disso, tratava-se de um país desembaraçado de disputas internas ou com os vizinhos, habitado por um povo de raízes predominantemente europeias e regido por instituições de feitio europeu ou norte-americano.

Já no exercício do governo, consciente disso, Epitacio buscou fortalecer a projeção internacional do Brasil. Era a vez de receber visitas ilustres. Em 1920, a imagem do Brasil beneficiou-se com a visita por mês inteiro do rei Alberto e da rainha Elizabeth da Bélgica. Era o primeiro chefe do Estado europeu a visitar-nos. E logo quem! O monarca de maior renome no mundo, que conquistara durante a Grande Guerra o cognome de Rei Herói. Mas vieram também naquele ano, Vittorio Orlando, ex-presidente do Conselho de governo da Itália e companheiro de Epitacio Pessoa na Conferência da Paz, e Benbridge Colby, secretário de Estado norte-americano, como representante do presidente Woodrow Wilson.

Em 1922, as comemorações do Centenário trouxeram o presidente de Portugal, Antonio José d'Almeida, e delegações de 20 nações da Europa, da Ásia e das Américas, cujos embaixadores especiais foram portadores das mais altas condecorações de seus respectivos países para o presidente do Brasil.

Em verdade, a projeção externa de Eptacio Pessôa remontava a 1909, quando o barão do Rio Branco lhe confiou a redação do Projeto de Código de Direito Internacional Público, cuja elaboração havia sido decidida na Terceira Conferencia Pan-Americana, reunida no Rio e presidida por Joaquim Nabuco, em 1906.

Em 1912, coube a Eptacio presidir a Reunião da Junta Internacional de Jurisconsultos, encarregada pela mesma Terceira Conferência de analisar os dois códigos, de Direito Internacional Público e de Direito Internacional Privado. A partir de então, ele estabeleceu relações de amizade com os principais jurisconsultos das Américas, formando uma rede prestigiosa de expoentes do Direito Internacional.

Não somente as personalidades oficiais entretinham Eptacio Pessôa com genuína simpatia, como também, nos lugares públicos, sempre que era reconhecido e, sobretudo nos hotéis que frequentava com regularidade, eram-lhe dispensadas e à sua família cortesias de toda ordem e até mesmo honrarias muito além do protocolo. Isso lhe permitiu prosseguir na promoção permanente da imagem do Brasil. Isso amenizou o sacrifício de ter de passar longe da pátria vários meses por ano, a partir de 1923 quando foi eleito juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional.

A amizade com o rei Alberto e a rainha Elizabeth, iniciada na visita do presidente eleito a Bruxelas em 1919, firmara-se durante a longa estada dos soberanos belgas entre nós, no ano seguinte. Ao regressar ao seu país, de volta de sua visita ao Brasil, o rei declarou em entrevista à imprensa: “De todos os chefes de

Estado que tenho encontrado, o presidente Pessôa foi o que mais me impressionou, pela sua firmeza tão esclarecida e por se colocar acima da popularidade para trabalhar pela prosperidade da Nação”. A admiração recíproca e uma série de afinidades mantiveram viva a amizade. Epitacio, sua mulher e suas filhas, passaram a deter-se, a partir de 1923, todos os anos na Bélgica a caminho da Haia, para atender a convite dos reis e almoçarem ou jantarem no Palácio de Bruxelas ou no de Laaken em seus arredores. A correspondência entre o ex-presidente do Brasil e o rei dos belgas continuou assídua até a morte trágica de Alberto, em 1934, em consequência de uma queda quando praticava alpinismo nas Ardenas. Mary Pessôa e a rainha trocavam cartas até a Segunda Guerra Mundial.

Também o rei da Itália, Vittorio Emanuele III, conservou o relacionamento com o ex-presidente do Brasil. Nesse caso, formou-se boa camaradagem entre as jovens filhas dos dois casais, de idades semelhantes; o convívio renovou-se pela circunstância de que uma cura regular e obrigatória na estação de águas de Montecatini levava Epitacio a iniciar pela Itália suas viagens a Europa dali em diante.

Em Montecatini, após a Segunda Guerra, a Prefeitura local colocou na fachada do hotel Nizza-Suíssa, placa alusiva às frequentes estadas naquela cidade do “Grande Statista Brasileiro”. Para a cerimônia do descerramento dessa placa em 1949 foram convidadas as principais personalidades da política italiana do imediato pós-guerra¹³.

Fechada essa digressão pelo futuro do passado, voltemos à viagem de 1897, ponto de partida para a formação do Epitacio Pessôa internacionalista. Alguns comentários novos se impõem: uns positivos, outros nem tanto. Começando pelos últimos: é de

13 A fotografia da placa foi tirada nos anos 80 pelo meu chefe e amigo Roberto Campos quando embaixador em Londres.

lamentar, como já foi dito, que Eпитacio não tenha dispensado em seus apontamentos maior atenção a tópicos da política internacional e, mormente, da política brasileira. Na travessia de ida, a bordo do *Thames*, as conversas com José Carlos Rodrigues haviam dado matéria para minuciosas anotações. Depois da chegada à Europa, dir-se-ia que Eпитacio se desinteressara pela política nacional. Desgostoso com o não reconhecimento de sua reeleição, em 1894, pela Comissão de Poderes da Câmara, considerava, talvez, encerrada sua vida pública como deputado federal. Nem mesmo quando recolhe jornais brasileiros nas repartições diplomáticas, há uma palavra sua sobre a situação política. E, no entanto, corria o terceiro ano do governo de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da República, que enfrentara desde maio daquele ano séria crise, com a revolta da Escola Militar, o rompimento com Francisco Glicério e a crescente disputa pela sucessão presidencial, felizmente resolvida, meses depois, com a bem inspirada escolha de Manuel Ferraz de Campos Salles.

Era natural que Eпитacio se preocupasse com os acontecimentos em sua terra. Preferiu, contudo, abster-se de comentá-los em seu diário de viagem, deixando ao leitor a frustração de ignorar o pensamento dele e de alguns de seus ocasionais interlocutores, como o barão do Rio Branco, o visconde de Ouro Preto, Olyntho de Magalhães e Pandiá Calógeras, sobre aquela fase importante da consolidação republicana no país. Teria sido interessante, sobretudo, conhecer como reagira à enérgica ação de Prudente de Moraes, diante da primeira manifestação de indisciplina militar contra o poder civil, aquele que, no governo, um quarto de século depois, saberia enfrentá-la com igual autoridade.

O leitor de hoje em dia, habituado ao gênero da crônica social, encontra no texto de Eпитacio outra deficiência: seu total desinteresse em anotar nomes de personalidades, muitas das quais resistiriam à passagem de um século como celebridades. Sua veia

frívola parece murchar à medida que a viagem avança. Nenhuma notícia nos dá sobre o que se passa na sociedade de Paris ou de Londres. Como nossa curiosidade se satisfaria em conhecer, por exemplo, os nomes ilustres de alguns participantes da Semana Santa em Sevilha ou das festividades do jubileu da rainha Victoria! Ou qualquer história a que os jornais, por força, hão de ter dispensado atenção e que nos ajudaria a reviver o espírito da época.

A abstenção de toda sorte de referência mundana é mais um indício de que os apontamentos de viagem se destinavam a uso próprio. As pessoas que aparecem no texto ou interagiram com Epitacio ou são figurantes cuja utilidade principal é lembrá-lo de algum lugar ou de alguma peripécia.

Finalmente, uma crítica legítima tem a ver com excesso em vez de escassez. O autor se excedeu na fé depositada no seu Guia Baedeker e no rigor em seguir-lhe a orientação. É verdade que, nesse caso, Epitacio pecou em boa companhia, haja vista que Joaquim Nabuco, em *Minha Formação*, confessa seu irrestrito respeito pelo Baedeker.

No fim das contas, o texto da agenda epitaciana exhibe muito mais virtude do que defeito. O estilo é leve, mas a correção absoluta. Dir-se-ia um texto passado a limpo e não anotações de viajante atribulado. Por vezes, a ironia ou o tom de pilhéria atraem a atenção do leitor, assim como os adjetivos exuberantes fazem-no compartilhar a admiração e o entusiasmo do forasteiro.

A própria escolha do itinerário obedeceu a critério judicioso: começar pela Península Ibérica, com a qual tínhamos e temos maior afinidade etnográfica; depois, países do Norte, determinantes dos nossos parâmetros culturais e econômicos; depois a Escandinávia e a Rússia, novidades além do horizonte; depois a Mittel-Europa, transição de retorno ao centro do mundo; por fim, a Itália e Paris, onde o brasileiro, então e hoje, se sente à vontade.

É um exercício bizarro procurar situar o ano de 1897 na cronologia dos acontecimentos que balizam nossa noção do passado. Quão remoto nos parece hoje aquele fim do século XIX. Vale a pena pesquisar o que constituía atualidade naquela época e qual seria o cabedal de conhecimento trivial das mentes similares à do jovem viajante.

Subtraindo tudo que foi sabidamente, evento, obra ou conquista do século XX, fica mais fácil imaginar o retrocesso a 1897.

Naquele ano, Belo Horizonte estava sendo inaugurada, assim como o metrô de Paris; a Academia Brasileira de Letras foi criada; Marie e Pierre Curie descobriram o rádio e abriam caminho para toda uma nova área da ciência. Edmond Rostand publicava o *Cyrano de Bergerac*, Wells, *The Invisible Man*, Zola, *J'accuse*. Recém terminara a longa depressão econômica iniciada em 1873; Foucault realizava no Pantheon a experiência com seu pêndulo, que comprovava o movimento de rotação da terra. O gás de iluminação atingira seu apogeu nas cidades mais prósperas, onde o calçamento de madeira, aparecido por volta de 1880, começava a perder espaço para o asfalto; os primeiros jogos olímpicos da era moderna haviam sido realizados no ano anterior.

Na Europa não se percebiam ainda os sinais de vulnerabilidade da instituição monárquica. A República e a própria democracia eram criações do Novo Mundo, ainda no processo de aprendizado.

No Brasil as recentes transformações políticas e sociais tinham sido traumáticas, em que pese às enganosas aparências.

Uma longa viagem à Europa valia, portanto, para Epitacio como um bálsamo: a experiência de progresso no ambiente prazeroso da *Belle Époque*, usufruída com uma boa mistura de espírito crítico e otimismo patriótico, naturais em um jovem de trinta anos.

Decorrido mais de um século, passa a ser uma curiosidade a frequente citação de preços, seja de obras de arte compradas

por museus, seja de serviços públicos e hotéis. Denota a vocação de parcimônia do viajante, mas serve também para ilustrar os resultados da inflação intercorrente.

Outras observações podem ajudar-nos a retroceder no tempo até o longínquo ano dos “diários”. Por exemplo, os dados demográficos extraídos do “Grand Larousse du XIX Siècle” e inseridos abaixo do nome das cidades visitadas por Epitacio dão ideia do tamanho de cada uma delas naquela época.

A natureza da vida era diferente. O ritmo dos acontecimentos era mais lento ou, pelo menos, a notícia que se tinha deles era diferida e, em geral, incompleta. Os espaços e as distâncias pareciam medirem-se em unidades mais adequadas à percepção humana. Talvez o funcionamento de corações e mentes refletisse os fatores condicionantes da época.

Aquele período da história recebeu depois da Grande Guerra a designação de *Belle Époque*, exatamente por ter sido um longo tempo de quase meio século, assinalado, de um lado, pela paz reinante entre as principais potências europeias e, de outro, pelo progresso científico e tecnológico.

Não era bem assim... A paz vigorou, apenas, entre as três potências da Europa Ocidental, Alemanha, França e Inglaterra. A Rússia e a Turquia meteram-se nas Guerras Balcânicas. Aquela sofreria no início do século XX derrota frente ao Japão. Esta assistiria ao declínio final do Império Otomano. A Espanha perderia para os Estados Unidos as Filipinas, Porto Rico e Cuba, em conflito armado, cujas origens são até hoje objeto de debate. Europeus combateram na África nesse período, da Abissínia ao extremo Sul. Por outro lado, os efeitos do progresso científico e tecnológico fizeram-se sentir em ritmo lento e beneficiaram parcela minoritária da população.

Como alguém já observou (não sei se foi Stefan Zweig ou Harold Pinter), “past is a foreign country. Everything happens differently there”. Vale a pena, de vez em quando, entregarmo-nos à abstração de retroceder um século, se o pretexto justificar, como espero seja o caso, e se estivermos munidos de tolerância com as excentricidades do passado.

Figura 1: E. P. na viagem à Europa (1897)





PRIMEIRA PARTE
DIÁRIO DA VIAGEM DE EPITACIO
PESSÔA (1897)



28 de março 1897 – Saí de Pernambuco às 12h30 da tarde no *Thames*. Encontrei a bordo muitos brasileiros, entre eles o Dr. José Carlos Rodrigues que, em conversa sobre a revolução de 1893, assegurou-me que a 13 de setembro o Floriano estava resolvido a render-se e não o fez porque o barão do Rio Apa avisou-o de que a Escola Superior de Guerra tinha deliberado assassiná-lo se ele não resistisse. O mesmo doutor referiu-me o assassinato do coronel Gentil de Castro, segundo as informações de uma testemunha ocular. O coronel descera de Petrópolis, pela manhã, apesar dos conselhos de parentes e amigos. De volta, à tarde, achava-se no trem de São Francisco Xavier, em um vagão de corredor central, ocupando o 3º assento da direita, a contar da frente. No lado oposto, um pouco mais para o meio do carro estavam o Ouro-Preto e o filho. Em uma das partes do vagão, que ficava quase fronteira ao coronel, estava de pé um mancebo, que se supõe ser o filho do Benjamin Constant, com uma bengala em volta do braço, a olhá-lo disfarçadamente. Às 5h, do trem da Central, desce um grupo de 20 ou 30 pessoas, que se encaminham para o trem de São Francisco. “Temos novidade, coronel”, diz o Ouro-Preto. O grupo, aos vivas à República e morras à Monarquia, passou a porta traseira do carro e dirigiu-se para a da frente, onde se achava o rapaz, com o qual trocou algumas palavras. Alguns entraram então e intimaram o coronel a sair; este respondeu-lhes que nada tinha a fazer lá fora. Do grupo partiram então alguns tiros, dos quais dois atingiram o Gentil, que se havia levantado e feito o gesto de tirar um revólver, e caiu sobre o banco da frente. Indigitam como autores desse

assassinato Joaquim Augusto Freire, empregado da alfândega, um oficial de polícia reformado de nome Moreira e outros. Quando o grupo chegava à porta da frente, pela de trás fugiam Ouro-Preto e o filho. Um oficial do exército, acompanhado de outros assaltantes, viu-os e perseguiu-os. O Affonso Celso aconselha o pai a correr, volta-se e pede que o matem, mas que poupem o Ouro-Preto. O oficial aproxima-se, encosta-lhe o revólver na frente, fá-lo resvalar pela testa acima de modo a tirar-lhe o chapéu e dispara sem ofendê-lo. Nota cômica: um dos indivíduos apanha o chapéu e oferecendo-o ao A. Celso; “está sem chapéu, moço!”. O Ouro-Preto e o filho refugiaram-se em casa de uma mulher, onde pouco depois foram procurá-los os assaltantes, aos quais a dona da casa indicou uma falsa pista. Mais tarde saíram os dois e tomaram o trem, que só naquele momento ia partindo, e que parou por instâncias e reclamações de diversos passageiros.

29 de março – Desde que saímos temos tido magnífico tempo. Às 8h da manhã passamos Fernando de Noronha, bonita ilha, com alguns morros alcantilados, um deles em forma de torre, campos cultivados e um povoadozinho pitoresco. Ao meio-dia havíamos percorrido, a contar da hora da saída, 350 milhas.

30 de março – Bom tempo. Pela madrugada passamos a Linha. Ao meio-dia, mais 368 milhas.

31 de março – Continua o bom tempo. Mar de leite. Fizemos a loteria das milhas. Ao meio-dia tínhamos percorrido mais 340 milhas. O paquete diminui a marcha para chegar às 6h da manhã de 2 de abril em São Vicente. A temperatura desce sensivelmente. À noite tivemos uma sessão de prestidigitação, dada por um passageiro da 3ª classe. Poucos trabalhos e medíocres.

1º de abril – Percorremos mais 322 milhas; faltam-nos 228 para São Vicente, onde devemos chegar amanhã muito cedo. Tivemos novamente a loteria das milhas. À noite eu e o Dr. José Carlos

Rodrigues dirigimos, como brincadeira própria do dia, uma carta a um Sr. Gonçalves Ferreira chamando-o em nome do comandante, ao camarote deste para um negócio urgente. A este propósito ocorreram incidentes muito engraçados. O tempo continua bom, mas um pouco frio.

2 de abril – Ao amanhecer estávamos em São Vicente. Tanto quanto pude verificar o porto, bastante vasto, é formado por duas ilhas, a de São Vicente, que forma um grande arco de círculo, e a de Santo Antão que, como corda, liga as extremidades desse arco. Nessas extremidades estão as duas únicas entradas do porto, uma para os navios que demandam a Europa, a outra para os que dali vêm. Mais ou menos à altura do meio da corda e defronte das duas entradas há um curioso rochedo em cujo cimo construíram um farol e levantaram um mastro de sinais. O homem não escolheria posição mais conveniente. O rochedo tem uma forma singular: largo na base, vai afinando para o cimo em espirais irregulares. Os franceses, não sei por que semelhanças, chamam-no “étron”. Os portugueses dão-lhe o mesmo nome, mas em português, e acrescentam “de D. João V”. O aspecto das ilhas, vistas do porto, é desolador. São verdadeiros rochedos, formando cadeias de montanhas, sem uma árvore, sem grama, sem uma folha, sem vegetação de espécie alguma. Apenas na ilha de São Vicente (a que fica à direita de quem segue para a Europa), próximo ao insignificante povoado, se divisa à beira da praia, e isto mesmo em pequena quantidade, uma planta rasteira semelhante ao nosso junco. Entretanto dizem que a ilha de Santo Antão, na parte oposta ao porto, é muito fértil e produz em abundância café, legumes, cereais, frutos, etc. Disseram-me aqui que, há algum tempo, deixou de chover por três anos em São Vicente, e, no entanto, na ilha de Santo Antão, que lhe fica a muito poucas milhas, chovia regularmente. Do porto veem-se numerosas casas de ingleses construídas nos píncaros dos morros. Logo que fundeamos, aproximaram-se de nós diversos botes tripulados por

meninos e rapazes naturais do país. Em geral não são muito pretos, têm o cabelo acastanhado, vêm os maiores apenas com uma tanga e os menores completamente nus, e falam um mau português, adubado de palavras de pior inglês. Nadam e mergulham admiravelmente, apanham as moedas que se atiram ao mar, vão ao fundo buscam conchas em troca de um shilling, atravessam por baixo do vapor, etc. Fazem um barulho ensurdecedor, uma algazarra intolerável, já disputando entre si as moedas atiradas pelos passageiros, já solicitando a atenção destes pelo monótono *I say*. Mais tarde apareceram diversas canoas com produtos do país: laranjas, bananas, cocos, rosários de pipocas e de coral, cestos, aves, etc. Saímos de São Vicente às 4h30 da tarde, com fortíssimo vento pela proa e o mar bastante acarneirado, e assim navegamos o resto do dia. À noite tivemos concerto de piano e canto. A parte do piano foi executada por duas meninas brasileiras, Rita e Julia Leitão, que se saíram sofrivelmente; a parte do canto por diversos *brits*, entre os quais o capitão. Esta foi detestável, nem de outro modo poderia ser: Inglês é a negação de tudo quanto é suave, doce e harmonioso. Depois do concerto, algumas valsas e polkas; damas – as duas meninas brasileiras; cavalheiros – todos quantos quiseram andar aos encontrões pela balaustrada do salão, pois o mar estava então muito picado e assim conservou-se durante a noite.

3 de abril – Ao meio-dia tínhamos feito 273 milhas. O mar conserva-se muito agitado; impetuoso vento de proa; muitos passageiros, sobretudo senhoras, enjoados. Tivemos às duas horas variados jogos atléticos, em que tomaram parte os passageiros ingleses e a marinagem.

4 de abril – Mais 321 milhas tínhamos percorrido ao meio-dia. Hoje, domingo, dia insípido; os ingleses, concentrados e macambúzios, não se entregaram aos jogos de costume e os outros passageiros, em atenção a eles, deixaram-se quietos nos salões ou no tombadilho. Às 11h formou todo o pessoal a bordo, ao qual

passou revista o comandante; seguiu-se depois, na sala de jantar, o serviço religioso, a que assistiram quase todos os ingleses, com o acatamento e fervor que todos lhes reconhecem. O vento amainou; o mar está menos picado. Contamos chegar a Lisboa depois de amanhã às 6h.

5 de abril – A viagem tem continuado sem incidente. Ao meio-dia mais 351 milhas. Tivemos ainda hoje a loteria da distância percorrida; fui um dos favorecidos pela sorte, tirando o 2º prêmio (10 shillings). Para vencer a insipidez de bordo, tenho jogado o solo; parceiros os senhores Antonio Barroso Fernandes, capitalista, e Costa, sócio da casa Salgado Zenha, do Rio. À noite tivemos a distribuição dos prêmios aos vencedores dos jogos atléticos de anteontem: dinheiro aos marinheiros; aos passageiros; fotografias do vapor, algumas emolduradas em pelúcia, charutos, extratos, etc. O mar tem-se conservado calmo; a temperatura vai baixando cada vez mais. Passamos as Canárias às 5h da manhã.

6 de abril – A viagem continua sem incidentes. Vencemos mais 353 milhas, até o meio-dia, faltam-nos 258 para Lisboa. Tivemos ainda a loteria, o solo e, à noite, dança no salão, onde também fiz umas sortes de cartas. A temperatura tem baixado muito: o sobretudo já se torna indispensável. O mar sereno como um lago. Hoje, último dia de viagem para o porto de meu destino, deixo aqui consignados os nomes de alguns companheiros: Dr. José Carlos Rodrigues, redator-chefe do *Jornal do Commercio* do Rio; barão e baronesa de São Joaquim; condessa de Friburgo, dois filhos e uma filha; Antonio Barroso Fernandes, capitalista no Rio; T. Guerra e um filho, residentes em Paris.

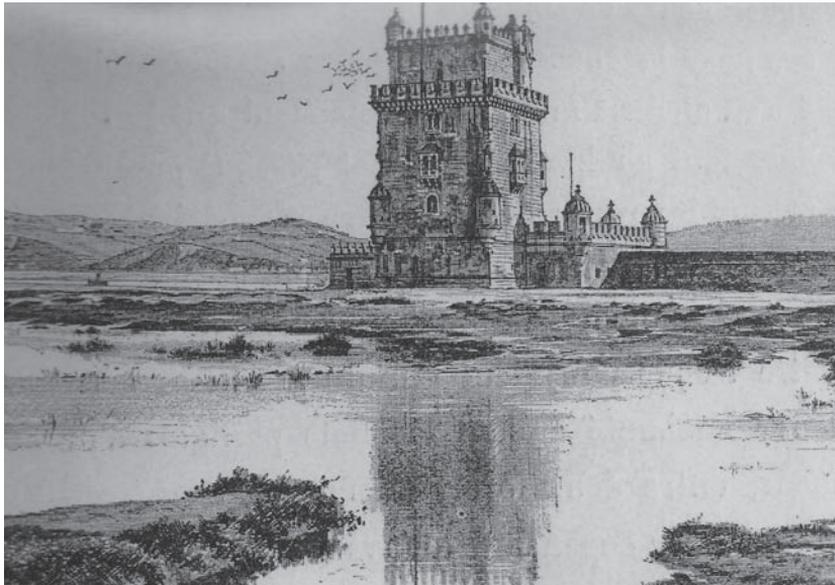
LISBOA

(280.000 habitantes) (atualmente 2.840.000)

7 de abril – Ufa! Que felizmente já estou livre do *Thames*, o que é bom, e do celebérrimo Lazareto de Lisboa, o que é cem mil vezes melhor. Chegamos de manhã muito cedo; soubemos, com prazer, que não haveria quarentena, mas que, entretanto, toda a bagagem, mesmo as malinhas de mão, deveria seguir para o lazareto para o serviço de fiscalização e desinfecção. Como a minha bagagem era apenas uma bolsa de viagem (o resto mandei para Cherbourg) contava safá-la imediatamente e por isso segui do paquete para o Lazareto, diversamente do que fizeram quase todos os outros passageiros que, primeiro vieram à cidade almoçar para, mais tarde, voltarem em busca das malas. Isto me valeu uma detenção de mais de dez horas no espaço acanhado em que está situada a repartição fiscal e sanitária, exposto a um vento frigidíssimo e testemunhando a sordidez do fisco de Portugal. Que delongas, que formalidades ridículas, que inspeção irritante, que exigências grosseiras! Vi vasculharem as malas até os mais insignificantes escaninhos, com um empenho, com uma garra raivosa de descobrirem alguma coisa sujeita ao imposto ao menos de alguns vinténs. A revista aos passageiros, feita de modo indelicado com palavras cheias de suspeitas e ironia, é simplesmente revoltante. Vi apreenderem objetos evidentemente de uso pessoal do viajante. A mim apreenderam uma faca, aparelhada de prata, não sei se por ser aparelhada de prata ou se porque o fisco receava que eu, com uma faca só, fosse negociar em cutelaria sem pagar imposto. Felizmente restituíram-na depois, com algumas explicações, talvez envergonhados de tanta mesquinhez. Afinal, largaram-nos às 5h30 da tarde. Cheguei à cidade já quase à noite e tomei aposentos no Hotel Borges, no famoso Chiado, uma bonita rua, que é pena não ser plana.

Com a minha saída precipitada do paquete, não tive tempo de admirar o bellissimo panorama que Lisboa oferece a todos que entram a barra do Tejo e que eu já conheço da outra viagem. Na vinda do Lazareto, o vento cortante que então soprava não me deixou ainda gozar do soberbo espetáculo.

Figura 2: Lisboa – Torre de Belém



Em viagem para o hotel encontrei o rei D. Carlos, que passeava a cavalo com um ajudante de ordens à esquerda e dois criados atrás, a respeitosa distância. É um bonito rapagão, menos gordo do que me fez crer Guerra Junqueiro que, no poema *Pátria*, lhe atribui oito arrobas de banha. Montava um belo cavalo zaino¹⁴.

Na cidade, a temperatura muito agradável. À noite, após um curto passeio, fui ao Teatro D. Maria Amália, uma nova e bela casa de espetáculos, que infelizmente é mal iluminada, e onde trabalha

14 No livro *Equador*, Miguel Souza Tavares atribui ao rei D. Carlos 110 kg.

atualmente uma bem sofrível companhia espanhola de zarzuelas. Grande enchente. O belo sexo lisboeta bem representado. O *demi-monde* abundante e variado. *Dandys* empertigados e desfrutáveis em penca.

8 de abril – Dia esplêndido: luz, suavidade e frescura. Passei a manhã a escrever cartas. Depois do almoço saí a passeio. Vi e visitei: a estátua de Camões, erguida num pedestal de 7 metros e meio de altura, cercada de oito plintos com outras tantas estátuas de varões ilustres de Portugal, trabalho de Victor Bastos; a estátua do poeta mede 4 metros de altura e é de bronze; é um bonito monumento, situado na praça de Luís de Camões – a alameda de São Pedro de Alcântara, de onde se tem uma bela vista sobre a cidade; – a praça do Príncipe Real, ajardinada, com um grande repuxo, ladeada de bonitos prédios, entre as quais a casa, estilo mourisco, de um Sr. Ribeiro da Cunha; – O Museu de Belas Artes, ainda muito pobre em comparação com os museus de outras cidades, aí destacam-se: três coches antigos de bela obra de talha, que serviram na cerimônia do casamento de D. João V; um curioso carrinho que pertenceu a D. João VI; algumas telas de mestres do século XVI; quatro belíssimos carvões de Sequeira; a seção de ourivesaria, onde é digna de admiração uma custódia de ouro, de fino trabalho artístico, com centenas de pedras preciosas, seis brilhantes enormes, um rubi e uma esmeralda de grandeza e cor pouco comuns; – o Palácio das Necessidades, velho casarão sem arquitetura e sem valor; – a estátua de D. José I: é equestre e de bronze e assenta sobre um sóco de mármore lioz, onde se admiram dois grupos alegóricos, a Fama de um lado e do outro o Triunfo; em frente do pedestal as armas portuguesas e por baixo destas um medalhão de bronze com o busto do Pombal, o qual D. Maria I, em 1777, mandou retirar e substituir pelas armas de Lisboa, sendo repostado pela Regência em 1833. A estátua está situada na praça do Comércio, a melhor de Lisboa e onde se encontram os Ministérios,

a Bolsa, a Alfândega, o Superior Tribunal de Justiça e o belo Arco da rua Augusta.

À noite, depois de um giro pelo Chiado, o Rocio e a Avenida, fui ao teatro do Colyseu, onde trabalha atualmente uma companhia acrobática.

9 de abril – Visitei as igrejas dos Mártires, do Loreto e da Encarnação. Segui depois para a dos Jerônimos, grandioso templo, magnífico espécimen da arte Manuelina. No altar-mor admira-se um grande sacrário de prata primorosamente cinzelado. A vasta sacristia tem o teto abobadado e sustentado por uma só coluna, toda de cantaria. Em uma capela anexa à igreja nota-se o túmulo de Alexandre Herculano, soberbo monumento de estilo gótico-manuelino.

Fui depois às ruínas da igreja do Carmo, onde está o museu arqueológico, ainda pouco importante. Em seguida, à Biblioteca (315 mil volumes), onde encontrei livros de alto valor e raridade, entre os quais a Bíblia feita pelo próprio Guttemberg em 1455, uma edição dos Lusíadas feita em vida do poeta, a coleção das sentenças da Inquisição. Quando examinava a seção dos manuscritos, abri casualmente um volume que, entre outros, se achava em uma mesa e, com grande surpresa minha, abri-o justamente na sentença de Tiradentes e dos outros revolucionários de Minas.

Passei em seguida pelo notável Arco das Águas Livres (do abastecimento d'água de Lisboa), pela Penitenciária, que é um belo edifício, e fui ver as estátuas do Duque da Terceira e do Marquês de Sá da Bandeira. A primeira é de bronze e representa o marechal com o bastão na mão direita e o chapéu armado no braço esquerdo, tem 3,30 metros e todo o monumento 9 metros. A segunda é também de bronze, assenta sobre um pedestal de mármore branco, tem dos lados, na base, dois leões, na parte anterior a Gratidão, representada por uma escrava que mostra ao filho o seu benfeitor,

e na parte posterior a História, tudo de bronze. O monumento é obra de Giovanni Ciniselli.

À noite fui ao teatro da Trindade assistir à revista “Em pratos limpos”, de Souza Bastos. É uma bonita casa de espetáculos. O tempo tem continuado magnífico.

10 de abril – Visitei: a igreja de São Roque, onde está a célebre capela de São João Batista, mandada fazer em Roma em 1710 por D. João V e na qual se admiram belos quadros de mosaico de Manucci e esculturas de Giusti; as igrejas de Madalena e de Santo Antonio; a Sé; a igreja de São Vicente de Fora, vasto e suntuoso templo, onde está o jazigo da casa real de Bragança, que visitei na outra viagem e que agora não pude ver, a basílica da Estrela, majestoso templo, com belos mármore e excelentes esculturas, um magnífico zimbório, mandado construir por D. Maria I, cujo precioso mausoléu se vê na capela-mor; o monumento dos Restauradores, em homenagem à revolução de 1640, um obelisco sobre um embasamento quadrangular, ornado na frente com a estátua da Vitória e atrás com o Gênio da Independência; o monumento de D. Pedro IV (1º do Brasil), uma alta coluna de mármore rematada pela estátua de D. Pedro, em bronze; na base, quatro figuras alegóricas – a Justiça, a Prudência, a Fortaleza e a Temperança; a estátua de José Estevão, de bronze, em frente ao palácio das Côrtes; a Torre de Belém; os coches reais, com belos ornatos de talha e de metal, excelentes pinturas, vidros de Boêmia, fundos de tartaruga ou de marfim com embutidos de madrepérola, etc; e o belo palácio da Ajuda.

À noite fui ao Gymnásio, pequeno teatro pobrementemente decorado.

Figura 3: Lisboa – Praça do Príncipe Real



11 de abril – Fui aos raios XX, na Avenida da Liberdade. Fiquei maravilhado. É realmente admirável a nitidez com que se percebem os ossos da mão, do braço, etc. Em minha mão direita vi perfeitamente o espinho que ali se cravou em 1882.

Fui depois ao Campo Pequeno, assistir a uma tourada dirigida pelo afamado matador espanhol Reverte. É um belo edifício circular, com quatro elegantes zimbórios, sobre cada um dos quais se apoia um globo encimado por uma flecha. A afluência foi extraordinária. Centenas e centenas de carros enchem o vasto pátio e era uma *b'lleza*, como aqui se diz, vê-los desfilar, tirados por magníficas parelhas uns, e outros por magros rocins, conduzindo estes galegos e saloias endomingados, aqueles as mais ricas e formosas moças de Lisboa. Milhares e milhares de pessoas se acotovelavam na imensa praça, literalmente cheia. A primeira parte da corrida foi muito boa. O entusiasmo chegou ao delírio. Era um espetáculo admirável

ver aquela multidão enorme a aplaudir unânime, com verdadeiro frenesi, o notável toureador, batendo palmas, agitando lenços, atirando chapéus, etc. Assistiram à corrida D. Carlos, D. Maria Pia e D. Afonso. Um dos subalternos da quadrilha (não conheço a tecnologia tauromáquica) na ocasião em que procurava agarrar o touro à unha, foi derrubado, levantou-se, investiu novamente contra o animal e este, suspendendo-o nos cornos, atirou-o, sem sentidos a alguns passos de distância.

À noite fui ao teatro D. Maria, o qual, como edifício, está muito aquém do que geralmente se diz. Refiro-me ao interior.

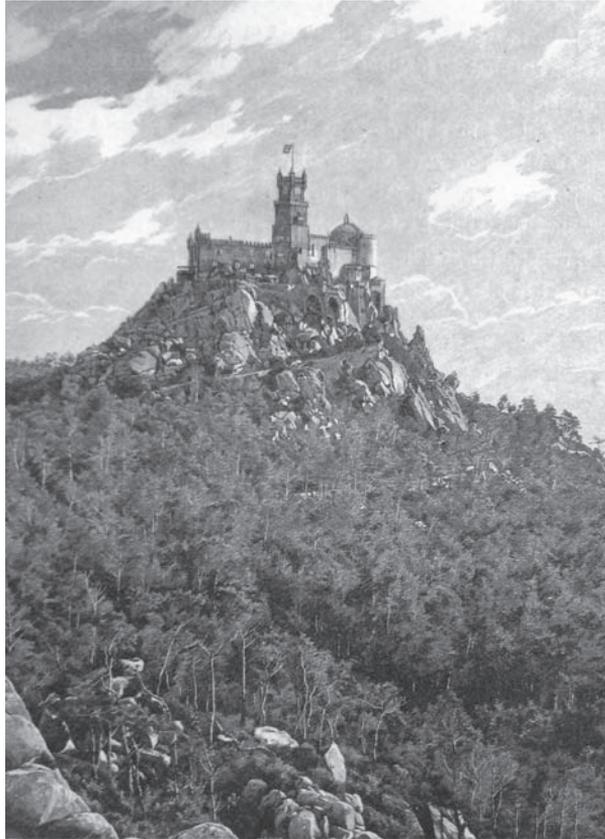
12 de abril – Fui a Cintra, a uma hora de Lisboa. O trajeto é interessante: há belas paisagens durante o percurso, chalets, plantações, moinhos, pequeninos campos matizados de lindas e variadas flores silvestres. Ao sair de Lisboa, há um extenso túnel que atravessa grande parte da cidade e desemboca em Campolide, de onde se veem os 35 grandiosos arcos de aqueduto das Águas Livres.

Cintra é verdadeiramente encantadora com o seu clima, os seus pinheiros, as suas quintas, os seus regatos, as suas camélias, etc. Lá visitei: o palácio real, onde mora durante o verão a rainha D. Maria Pia e que foi residência dos reis mouros de Lisboa. Além do que diz o Guia, vi nesse palácio a curiosa sala de banhos dos mouros, um quarto relativamente vasto, todo revestido de azulejo e em cujas paredes há milhares de pequenos orifícios de onde jorra violentamente a água: é uma espécie de ducha circular; o Castelo da Pena (tão conhecido de todos que aqui vêm) de onde se descortina um panorama soberbo; as ruínas do Castelo dos Mouros, muito curiosas; a quinta dos Seteais, etc, etc. No castelo ou palácio real, no salão de fumar, o fogão tem uma bela escultura de Miguel Ângelo, presente de um Papa: representa dois cavalheiros prestes a lutarem¹⁵.

15 A lareira foi presente de Leão X a D. Manoel em 1514.

À noite, chuva, umidade, frio; não saí.

Figura 4: Cintra – A Penha



13 de abril – Fui a Cascais, uma linda praia de banhos, a uma hora de distância de Lisboa. A viagem é encantadora: à esquerda o Tejo, à direita uma paisagem variada, chalets, jardins, plantações de trigo, campos floridos, povoações.

Nos arredores de Cascais está a conhecida Boca do Inferno, uma grande escavação nuns altos rochedos que ficam à beira-mar e onde o oceano penetra e arrebenta com espantosa violência e

temeroso rugido. Vi aí também a gruta chamada Mata-cães, um sulco profundíssimo, com muitos metros de extensão e apenas um metro de largura, onde reflui a água do mar com enorme fragor. O rochedo neste lugar é muito alto e parece ter sido fendido de alto a baixo por tremenda convulsão. Nas proximidades vê-se ainda um espetáculo curioso. Os rochedos avançam aí, como um cabo, pelo mar a dentro; a água minou-os, perfurando-lhes um túnel, uma gruta que se estende de um lado a outro e que apenas se percebe quando a maré está baixa. O mar quebra-se aí também com terrível estrépito e quando a água está quase ao nível da parte superior da gruta, espadana pelos lados com extraordinária violência, desfazendo-se a grande distância em chuva fina e alvíssima, como o vapor a jorrar duma locomotiva gigantesca.

De Cascais vim a carro até Mont'Estoril, uma outra praia de banhos. É um bijou. Sobre uma pequena colina elevam-se umas trinta ou quarenta quintas, cada qual mais graciosa; chalets encantadores surgem de entre a verdura e os jardins; ruas de pinheiros cortam-se em todas as direções; relva; flores; caramanchões, etc, e em baixo o mar a espriar-se docemente numa pequenina enseada alva e luminosa.

À noite fui ao teatro da Rua dos Condes, na Avenida, onde levam agora uma revista intitulada *O Reino da Bolha*. É um teatrinho acanhado e insignificante.

14 de abril – Desde ontem que estou livre e desembaraçado para seguir viagem; resolvi adiar a partida para hoje, porque hoje é esperado o *Cordillère*, que saiu de Pernambuco a 4. – O vapor chegou à tardinha, quando já não era possível distribuir as cartas. Deixo recomendado no Correio que remeta para Sevilha as que para mim vierem. Sigo para ali no trem da 7h30 da noite; vou assistir às célebres festas da Semana Santa, alterando assim o itinerário que me havia traçado. Levo boas impressões de Lisboa. Não é uma

cidade bonita, no seu conjunto, mas tem pontos de notável beleza: a Avenida, o Rocio, o Chiado, a praça do Príncipe Real, a rua Áurea, etc. O calçamento é bom, a cidade asseada, pouco arborizada, tem algumas ruas bonitas, calçadas feitas de pedrinhas brancas e pretas fingindo mosaico. As moças vestem bem e no geral são belas; algumas verdadeiramente lindas; custa-se a encontrar uma moça realmente feia. O povo é pacífico, atencioso e amável. É um costume original em Portugal, nos teatros, nas estações, em qualquer aglomeração andarem sujeitos ou raparigas a oferecer água fresca.

SEVILHA

(110.000 habitantes) (atualmente 1.877.000)

15 de abril – Cheguei às 8h da noite depois de uma enfadonha viagem de 24 horas. Não há serviço direto entre Lisboa e Sevilha. Saí de Lisboa às 7h30 da noite de 14; tomei um compartimento de 1ª classe, onde só encontrei um médico português. Conversamos durante algum tempo e, depois de passarmos o Entroncamento, às 11h da noite, espichamo-nos mui comodamente nos assentos da carruagem e improvisamos assim o nosso *wagon-lit*. A soneca, porém, não foi das mais tranquilas; além do frio que fazia, éramos de quando em vez despertados pelos gritos monótonos dos empregados anunciando alguma estação ou mesmo pelos condutores do trem que vinham assinalar os bilhetes. Nunca vi tantas verificações.

Pouco pude ver do país. A via margeia o Tejo, de extraordinária largura em alguns pontos, n'alguma ocasião profusamente iluminado pela lua. Às 6h ou 7h da manhã chegamos a Badajoz. Submeti a minha maleta à verificação da alfândega espanhola que não foi para comigo tão severa e exigente como geralmente se diz;

depois fui ao buffet da estação, onde tomei por uma peseta (!) o café mais infame que já tocaram meus lábios, servido em uma tigela de louça grossa de cerca de um centímetro de espessura.

Em Badajoz, que fica a alguns minutos da estação e que não pude ver senão de longe, por falta de tempo, muda-se de trem para Mérida. Aí chegamos às 10h, almoçamos e mudamos mais uma vez de trem para Sevilha.

O trajeto nada oferece de importante: extensas plantações de trigo, algumas pequeninas cidades, belas e variadas paisagens, uma ponte de 350 metros, um túnel de 1.000.

Eis-me afinal em Sevilha, “La ciudad vaga y llena de primores y grandezas”, como diz Mariani, a pátria de Velásquez e Murillo, da qual dizem orgulhosamente os seus filhos: “quien no ha visto Sevilla, no ha visto maravilla”.

Logo que saltei do trem vi-me cercado por um sem número de *mozos* a quererem carregar a minha maleta; saindo da estação, assaltaram-me também inúmeros meninos e uns três ou quatro cocheiros que haviam pagado uma forte contribuição para poderem circular com seus veículos em alguns pontos da cidade, pois na 5ª e 6ª feiras santas suspende-se todo o movimento de veículos e animais. Fugindo às investidas do bando que só faltava arrebatá-lo a bolsa, tomei lugar em uma diligência que estacionava em face da estação; mas esquecido dos bons conselhos de meu Baedeker, deixei de ajustar o preço do transporte, confiado em que não poderia ser grande coisa, desde que o trajeto seria de 5 minutos no máximo. Entretanto, ao chegar ao Hotel de Roma, onde ia hospedar-me, o cocheiro teve a audácia de pedir-me 10 francos (12\$000 ao câmbio atual). Felizmente o administrador do hotel, revoltado contra o escândalo, como ele qualificou, disse-me que pagasse apenas 5 francos, o que fiz.

No hotel encontrei apenas uma *habitación* desocupada, um quarto no pavimento térreo, sem janela, pequeno, e só com uma porta sobre o pátio, que todas as casas de Sevilha têm. Receioso de não achar lugar em outra parte, pois nesta época Sevilha se enche de estrangeiros, tomei o aposento por 25 francos diários, incluindo a pensão. Uma vez instalado saí e fiz um curto passeio pela rua das Sierpes, então profusamente iluminada à luz elétrica e invadida por uma enorme multidão. É a principal rua da cidade, rua estreita e tortuosa, como, aliás, todas as ruas de Sevilha. O meu hotel fica na praça Del Duque de la Victoria, onde se vê uma estátua de Velásquez, *o pintor da verdade*, como se lê no pedestal.

16 de abril – Logo cedo dei um passeio pela cidade. Sevilha tem 135 mil habitantes, fica à margem de Guadalquivir (na outra margem há um arrebalde chamado Triana); é uma cidade irregular, de ruas estreitas e tortas, mas alegre pelo tom festivo de suas casas caiadas e pelo sol brilhante que a inunda de luz. Fica situada em uma extensa planície, limitada a NO pela Serra Morena.

Percorri quase todos os hotéis, *fondas e casas de huéspedes* e encontrei tudo *lleno*; não há, pois, remédio senão conformar-me com o mau quarto do Hotel de Roma.

Visitei hoje: 1º – O Alcázar, antigo palácio real dos Mouros e hoje residência do governador. É uma maravilha. Não se pode conceber nada de mais belo em arquitetura. Que admiráveis trabalhos em mármore e azulejos, colunas, arcos, tetos, portas, etc! Há estuques e frisos e arabescos tão finos, tão delicados, que parecem uma renda de marfim. Salientam-se: a porta e a fachada principal, o Pátio de las *Donzellas*, o salão de Carlos V, o magnífico salão dos embaixadores, o Pátio de las Muñecas e os vastos jardins; 2º – A Giralda, que é a formosíssima torre da Catedral. De cima, têm-se uma vista admirável sobre Sevilha e seus arredores; 3º – o Pátio de los Naranjos, dentro da Catedral, onde se vê ainda a

tribuna em que pregava São Vicente Ferrer; um crocodilo dado de presente em 1260 a Afonso o Sábio por um sultão do Egito; a brida do cavalo do Cid, etc; 4º – A Catedral, “uma das maiores, belas e ricas catedrais góticas da Cristandade”, que não tive tempo de visitar toda hoje. Vi ali: o célebre Crucifixo de Montañez e os quadros Anjo da Guarda e Santa Dorothea, de Murillo (na Sacristia de los Cálices); a Sala Capitular, onde se admiram uma belíssima Conceição (tela) de Murillo e mais oito retratos murais (entre eles um admirável de Santa Justa) do mesmo pintor; a Capela Real, cujo altar é de prata e encerra em uma grandiosa urna também de prata (pesa 140 arrobas) o corpo de São Fernando, que em certos dias do ano é exposto ao povo e à tropa; nesta mesma Capela há uma Mater Dolorosa de Murillo; na Capela do Batistério, um grande quadro de Murillo (Santo Antonio de Pádua e o Menino Jesus); 5º – O Ayuntamiento, onde há uma bela sala de sessões.

À tardinha fui ocupar na Praça de La Constitución uma cadeira que alugara por 5 pesetas para assistir à procissão. A multidão era enorme pelas ruas por onde tinha de passar o cortejo. Aguardava-me para esta ocasião, a fim de observar as sevilhanas. Há rostos realmente lindíssimos, há mulheres deslumbrantes de beleza, mas não em tão grande quantidade como faz acreditar a fama. Em geral as moças de Sevilha não são formosas; há, porém, alguns tipos de tão peregrina formosura como ainda não vi em parte alguma. Todas elas usam as celebradas mantilhas que lhes dão de fato extraordinária graça.

Uma das pragas de Sevilha são os cicerones e os mendigos: a todo o momento e em toda parte se é assaltado por uma chusma de homens, mulheres e crianças a pedirem esmolas ou a se oferecerem para mostrar os monumentos. Se o estrangeiro para alguns momentos na rua vê-se logo cercado de numeroso bando. Como em Portugal se encontram a cada passo sujeitos oferecendo água fresca (um copo, 5 cêntimos).

A procissão é realmente notável. É um cortejo imenso de confrarias, músicos, lanceiros, sujeitos vestidos à antiga, de capacetes e malha, outros conduzindo cruces de prata, trombetas de prata, bandeiras bordadas a ouro, etc, e os seguintes andores: 1º – Cristo crucificado; 2º – A Virgem, de cujos ombros pende um riquíssimo manto bordado a ouro; o andor enorme, pesado, é todo de prata, como o anterior, com um toldo bordado a ouro apoiado em 8 colunas de prata, 3º – O Senhor conduzindo a cruz; esta é toda de tartaruga, é oitavada, sendo as arestas de prata, bem como as extremidades da haste e dos braços; 4º – a Virgem, no mesmo gênero do outro, com magníficos lampadários de prata; 5º – Cristo caindo com a cruz, esta de madeira com incrustações de prata, 6º – A Virgem, como os outros; 7º – Cristo crucificado entre os dois ladrões; Madalena aos pés, deslumbrante; 8º – A Virgem, como os anteriores; 9º – Cristo descido da cruz, nos joelhos de Maria; a cruz, de madeira com incrustações de ouro, ainda rígida; um admirável grupo de sete pessoas; 10º – Cristo crucificado; 11º – A Virgem. Todos esses andores são de extraordinária riqueza, alguns de prata, outros dourados, representam grandes estrados de uns 3 metros de comprimento sobre dois de largura e meio de altura. Os mantos que cobrem as imagens (em tamanho mais que o natural) são notáveis pela riqueza e beleza dos bordados.

17 de abril – Fui ao Museu. É pequeno, contém apenas cerca de 200 números, mas que quadros! Só de Murillo há 23 e entre eles sobressaem: Conceição; a Virgem com o Menino, um pequeno quadro conhecido pelo nome de Virgen de La Servilleta, por ter sido pintado em um guardanapo; Anunciação, uma Virgem belíssima; a Morte de Cristo, bela pintura que faz pena ver, tal a dor infinita que transparece no rosto de Maria; São Feliz de Cantalice, com o Menino Jesus nos braços, considerada uma das melhores obras do mestre; São Thomas de Villanova distribuindo esmolos, também

muito celebrada; Adoração dos Pastores; Grande Conceição; Cristo na cruz abraçando São Francisco.

Notam-se ainda: o Martírio de Santo André, de Roclas, e Apoteose de São Jerônimo, de Zurbaran; um grupo de terracota representando a Virgem com o Menino, por Torrigiani; a estátua de São Jerônimo, de barro cozido, que é a obra-prima do mesmo autor; a estátua de São Domingos e a da Virgem com o menino (Virgen de las Cuevas) por Montañez. São ambas de madeira.

Fui depois ao Hospital de Caridade, onde se podem admirar: a Rede, Pão e Peixes, o Menino Deus e São João de Deus, quadros de Murillo, além de uma Anunciação a São João Menino, do mesmo pintor. Percorri depois o Paseo de Christina, passei pelo suntuosíssimo palácio de Santelmo (dos duques de Montpensier), pelo Parque de Maria Luiza e pelo magnífico Paseo de las Delicias, ponto de reunião do *high-life* sevilhano. Esta parte da cidade é muito bonita, é formada por extensas aléas, parques, passeios, avenidas, etc, mas pouco povoada.

Segui depois para a Casa de Pilatos, assim chamada porque é uma cópia perfeita da casa em que morou Pilatos em Jerusalém. É propriedade dos duques de Medina Coeli. São notáveis o Pretório, a Capela (onde há a cópia da coluna em que Cristo foi flagelado), a riquíssima escada, no topo da qual há a reprodução do lugar onde Pedro negou o Senhor pela 3ª vez; e a cópia da mesa onde Judas contou os 30 dinheiros.

Voltei à Catedral, onde visitei ainda algumas capelas, não podendo, contudo, pela falta de luz, admirar as pinturas que as decoram.

À noite fui assistir a uns bailes andaluzes. Gostei muito. São bailados muito graciosos e animados, em que tomam parte raparigas e rapazes tocando castanholas, aquelas de vestido curto de cores vivas e variadas, estes de calça justa, perneiras,

jaquetinha de veludo, faixa de seda de cor, bem longa, e boné redondo de veludo.

Hoje é sábado e só terça-feira começa a afamada feira de Sevilha. Como já visitei quase toda a cidade e ainda tenho que assistir à feira, vou aproveitar estes dois dias para visitar Cádiz.

CÁDIZ

(60.000 habitantes) (atualmente 124.000)

18 de abril – Parti de Sevilha às 7h15 da manhã. Grande parte do trajeto é feito por planícies intermináveis, com plantações de trigo e oliveiras, campos matizados de lindas flores escarlates, azuis e róseas, onde pastam numerosas boiadas e rebanhos. Junto à estação de Alcantarillos, a 46 km de Sevilha, há bonitas ruínas de uma ponte romana, não tão grandes, porém, como as que vi em Mérida. Logo depois de Jerez, vê-se o campo de batalha de Guadolete; depois de Puerto de Santa Maria, de sobre uma ponte de 160 metros de comprimento, se tem uma bela vista sobre Cádiz ao longe; e depois de Puerto Real avistam-se pelas margens da via-férrea centenas de altas pirâmides de sal, produto das ricas salinas dessa região.

Cádiz é uma bonita cidadezinha, numa situação admirável à entrada da formosa baía de seu nome. É uma cidade alegre, de casas caiadas e iluminadas de um sol sempre brilhante, com pontos de vista soberbos sobre a baía e o mar alto, com lindos passeios, como o Genovez, belas praças e ruas, como a Praça da Constitución e a Rua do Duque de Teluan, ambas iluminadas à luz elétrica e ponto de reunião da alta sociedade gaditana. É cidade forte, totalmente cercada de uma alta muralha, de onde se tem golpes de vista admiráveis. Vista do alto, como por exemplo, da torre da

Catedral, parece uma cidade do Oriente, tantos são os frontões, cornijas, torres, minaretas, etc, tudo branco, tudo resplandecente de luz; quase que não se vê um só telhado. Quase todas as casas têm balcões – largas varandas envidraçadas de alto a baixo – e isto lhe dá uma feição característica e é de um efeito encantador.

Tem um pequeno museu de pintura, onde há um *Ecce Homo* de Murillo. Na pequena igreja de Santa Catalina há também um Murillo, última obra do mestre que, quando a ultimava, caiu do cavalete e veio a morrer dessa queda (3 de abril de 1682).

Amanhã volto para Jerez e daí, ao depois de amanhã, para Sevilha.

JEREZ

(50.000 habitantes) (atualmente 215.000)

19 de abril – Deixando com saudades *joiosa* Cádiz, com os seus originais miradores e o seu bom Hotel de Cádiz, o melhor da cidade (onde pagava 10p. por um quarto no 1º andar e pensão!), tomei o trem às 9h30 da manhã. Antes, porém, dei ainda um passeio pela Muralha Real e fui ver no Oratório de San Felipe Néri uma Conceição de Murillo. Senti que não encontrasse à venda vistas da cidade, como aqui também não achei vistas de Jerez.

Cheguei às 11h30 e tomei aposento na melhor fonda da cidade (De los Cisnes), um pequeno hotel muito alegre e asseado, onde pago por um bom quarto no 1º e a pensão 8 pesetas! Isto me faz notar como fui e como vou ser roubado em Sevilha, para onde sigo amanhã às 7h15. Jerez (50.000 habitantes) é menor ainda que Cádiz (60.000) e como cidade não tem importância alguma: há umas duas ou três ruas e praças sofríveis, iluminadas a luz elétrica (com globos e não com pequenas lâmpadas de aposento, como se usa em algumas cidades do Brasil). A sua importância vem dos

seus magníficos vinhos. Fui visitar a principal bodega da cidade (de Gonzalez Byass e Cia), um estabelecimento muito curioso, onde me deram a provar vinhos deliciosos, dos quais certamente o Brasil não importa.

SEVILHA

20 de abril – Cheguei de Jerez às 11h30, muito aborrecido por ter perdido o meu livro de notas e com ele o meu passaporte.

É tal a afluência de forasteiros em Sevilha que já não encontrei nem mesmo a minha ruim *habitación* do hotel de Roma; fui obrigado a aceitar numa sucursal do mesmo hotel um quarto ainda pior, e por 20 pesetas! Mas com tudo tem os seus prós e contras, a mulher a cuja guarda está confiada essa casa é muito agradável, prestativa e simpática e uma sobrinha que a ajuda é por igual de uma amabilidade extrema.

Fui às touradas, para as quais com muito custo e com grande ágio encontrei um bilhete. Arrependi-me extraordinariamente e protesto não ir mais a tão estúpido divertimento. A tourada espanhola é uma coisa bárbara, selvagem, horrível. Não compreendo como um povo civilizado pode deleitar-se com espetáculos tão repelentes! E o que é ainda mais para admirar e para entristecer é que a mulher, naturalmente tão sensível, seja quem mais calorosamente aplauda essas cenas de crueldade e de sangue.

Logo que surgiu na arena, o primeiro touro investiu furiosamente contra o primeiro cavalo que encontrou e de uma cornada rasgou-lhe profundamente a anca; ao segundo, enterrou-lhe um dos chifres na axila, e o pobre animal, manquejando, escorrendo sangue, foi obrigado, à força de esporas e de chicote, a aproximar novamente do touro, tendo para isto um dos olhos

vendado. O que se seguiu foi horrível: o touro alcançou-o em meio do ventre, enterrou-lhe os cornos e suspendeu-o um pouco do solo; depois, não podendo sustentá-lo, deixou-o cair, mas ainda conservando cravados os chifres; fez novo esforço para erguê-lo e, então, viu-se o ventre do cavalo distender-se, esticar e irromperem violentamente na parte superior as extremidades dos cornos que, com o esforço do touro, haviam rasgado e traspassado as carnes. E a pontapés e pauladas a pobre alimária foi ainda obrigada a se levantar no meio dos aplausos delirantes de uma multidão enorme, para tornar a cair mais adiante quase sem vida. Nem ao menos pôde morrer em paz, porquanto, quando já estava nos estertores da agonia, o touro investiu de novo contra ele, com redobrada fúria. Não pude ver mais, senti-me triste, revoltado, doente; senti que não podia resistir à repetição dessa cena e fugi em busca de uma distração a meu espírito horrorizado.

Dirigi-me para a feira, tão decantada “Feira de Sevilha”. Ela faz-se em um vastíssimo campo chamado de São Fernando, cortado de um extremo a outro por uma larga avenida, na qual vêm desembocar perpendicularmente algumas outras. No meio da grande avenida há um mirante, de onde com um só golpe de vista se abrange todo o campo. A um lado a feira de *ganados*. Em toda extensão da avenida principal há quatro ordens de barracas e nas outras, duas, cheias de guloseimas, bonecos, etc. Há também cafés, restaurantes, circos ginásticos e equestres, exposições de animais, de figuras de cera, tivolis com os seus tradicionais realejos, alguns movidos a braço, outros a cavalo, outros a vapor; grandes barracas de diversas associações da cidade, de militares e das principais famílias de Sevilha. O movimento de carruagens, de cavalos e de peões é espantoso: a algazarra de todos que apregoam as suas mercadorias ou as suas habilidades é ensurdecadora; é intolerável a insistência com que cada um, sobretudo as mulheres, procuram

atrair os estrangeiros às suas barracas: agarram-se-nos ao braço grosseiramente, brutalmente, e não há meio de fugir-lhes.

À noite o espetáculo é admirável, verdadeiramente fantástico. Profusa iluminação elétrica, milhares de balões venezianos de todas as cores, pendentes das árvores; e ao longo de todas as avenidas a iluminação a gás em meios globos de porcelana branca fazendo caprichosos recortes. A Rua de São Fernando, a principal das que ligam o campo à cidade – iluminada por grandes arcos de luz, mui próximos uns dos outros, formando uma verdadeira abóboda de fogo. Em quase todas as barracas, mesmo das principais famílias, dança-se à moda sevilhana, com as clássicas castanholas e a tradicional guitarra, e, em frente, a multidão aglomerada, compacta, a assistir embasbacada aos graciosos meneios das *señoritas de mantilla*. Os bailes duram quase toda a noite.

Sigo amanhã para Granada. Não sei se lá encontrarei também esse hábito que têm os de Sevilha de fumarem durante todo o jantar e se a cada passo se encontram mulheres a pedirem em voz lamurienta uma *limosita* e crianças a agarrarem-se aos transeuntes suplicando *una parrita*.

21 de abril – Parti às 10h20 da manhã para Granada. Duas mudanças de trem, em Roda e em Bobadilla. O trajeto nada tem de interessante a não serem algumas paisagens e alguns belos golpes de vista sobre a Sierra Nevada.

Às onze horas de viagem teriam sido muito aborrecidas, se não fosse a companhia, de Bobadilla a Granada, de três francesas, das quais duas mui gentis, uma solteira e a outra casada, esta menos bonita que aquela, porém extraordinariamente simpática e sobretudo espirituosíssima. No mesmo carro vinham também três espanhóis e um italiano, caixeiro viajante, que falava o francês. Interessante palestra, boas risadas provocadas pelos ditos finamente chistosos da *madamita*. Disse-me ela que ia escrever as

suas impressões de Sevilha e, a propósito, contou-me em meias palavras o que vira uma noite em uma casa de mulheres livres cujas janelas davam sobre o seu quarto, o *rez-de-chaussée* do Hotel Madrid, e as proposições que lhe faziam as transeuntes através das grades da janela!!! Chegamos a Granada às 9h da noite, com um atraso de uma hora e 20 minutos. Hospedei-me no hotel Victoria.

GRANADA

(65.000 habitantes) (atualmente 240.000)

22 de abril – Logo pela manhã fui visitar o palácio de Alhambra, a maior curiosidade de Granada, e, contra os reiterados conselhos de meu Baedeker, tomei um guia. Antes não o tivesse feito; fui forçado a fazer minha visita muito rapidamente e com insuficientes explicações. Em todo caso o que vi deixou-me maravilhado. Não se pode imaginar nada de mais delicado, de mais fino, de mais rico, de mais belo em arquitetura. Na impossibilidade de descrever, mesmo sucintamente o que mais me impressionou, limito-me a consignar aqui o que visitei: o palácio Generalife, residência de verão dos reis mouros, com seu belo parque, cheio de belas rosas, de terraços, grotos, etc, com o Pátio dos Ciprestes, onde se eleva o Cipreste da Sultana plantado há 600 anos, com o seu Mirador, de onde se tem uma vista encantadora sobre Granada, o Alhambra e o vale do Dasso; o palácio de Alhambra propriamente dito, com o seu parque de los Arrayanes, o dos Leões, a sala dos embaixadores, a dos Abencerragens, a da Justiça, a das Duas Irmãs, o Mirador e o Pátio de Doiana, os Banhos, o Peinador de La Reina, o admirável Cuarto Dorado, etc; – o palácio de Carlos V – o parque – o jardim de los Adasves – a torre das Infantas – a torre de La Cantina – a

torre de La Veja, de onde se goza um admirável panorama sobre Granada, Alhambra, a Sierra Nevada, etc, etc.

De volta à cidade, fui ainda visitar a Casa de los Tiras, onde há uma bela sala (Cuadra Dorada) cheia de quadros e esplêndidos móveis antigos e onde se pode ver também uma preciosíssima espada, que se diz ter sido a de Boabdil.

À tarde fui ver a Cartuja, um antigo convento. Há em uma das paredes do Refeitório uma Cruz, de Cotan, fingindo madeira. É surpreendente a pintura, a ilusão é completa. Na igreja destaca-se a suntuosa sacristia, toda de mármore de cores, bem combinados, simetricamente dispostos, e com extraordinária opulência de decoração, e com magníficas cômodas feitas de pedacinhos de marfim, nácar, tartaruga, prata, etc, trabalho delicadíssimo de José Vasquez. Em dois altares laterais da Sacristia veem-se ainda duas enormes e formosas ágatas, talvez as maiores até agora conhecidas, pois mede cada uma seguramente um pé de diâmetro.

Visitei depois a Catedral, grandioso monumento, cuja capela-mor é coberta por uma imponente abóboda apoiada em colunas coríntias; sobre estas os 12 Apóstolos representados por estátuas colossais de bronze dourado; quadros de Bocanegra e Cano; vidraças de Theodor de Holanda e Juan Del Campo. Na capela de São Miguel, La Virgen de La Soledad, de Cano, bela cópia de um célebre quadro de Gaspar Becerra.

No altar de Jesus Nazareno bonitos quadros de D. Theotokopuli (São Francisco) e Ribera (o Menino Deus aparecendo a Santo Antonio, o Martírio de São Lourenço, Madalena e São Paulo, sendo este último uma cópia).

Na capela Real os majestosos túmulos de Fernando o Católico e sua esposa Isabel (obra de Domenico Fancelli) e de Philippe d'Áustria e a infanta Joana, a Louca (de Bartolomé Ordoñez). Na sacristia, dentro de um armário veem-se, entre outras coisas, a

espada de Fernando e a coroa e o septo de Isabel, que não são lá grande coisa.

Pode dizer-se que são estes os únicos monumentos dignos de ver-se em Granada. Como cidade não vale nada: ruas estreitas, tortas, sujas. Apenas há a notar o Paseo Del Salon e o seu prolongamento o Paseo de la Bomba, que são duas bonitas alamedas de altos e frondosos olmos.

Granada é, como já alguém disse, uma ruína viva; conserva a sua feição mourisca; a civilização moderna parece que pouco a tem modificado. Muitos mendigos, impertinentes e aborrecidos, uma numerosíssima colônia de ciganos, que tem o seu bairro próprio, onde moram em verdadeiras furnas cavadas na montanha, onde se entregam em plena liberdade a seus jogos e folgares, e onde, diz-se, é perigoso alguém aventurar-se só.

Vi aqui na calle de Garcia nº 12, a casa em que nasceu a imperatriz Eugenia, viúva de Napoleão III.

Sigo amanhã para Córdoba.

CÓRDOBA

(50.000 habitantes) (atualmente 325.000)

23 de abril – Saí de Granada às 6h15 da manhã e aqui cheguei quase às 2h da tarde. Hospedei-me no Hotel Suisso, o melhor da cidade, dizem os guias, e é bom efetivamente.

O trajeto nenhum interesse oferece; grande parte dele, até Bobadilla, já o havia feito quando fui para Granada. Córdoba é uma cidade velha e feia. A não ser a Catedral, nada tem que mereça ser visto, nem ruas, nem passeios, nem monumentos. A Catedral é um edifício grandioso, antiga mesquita dos árabes. O interior é todo abobadado, apoiado em centenas e centenas de colunas de todas as

ordens arquitetônicas, umas de mármore, outras de pórfiro, outras de jaspe; parece uma floresta. O que há de mais notável, porém, é uma pequenina capela, chamada Mibrâb, com belíssimos mosaicos, admiráveis colunatas de mármore verde e cor de rosa, uma cúpula feita de uma só peça de mármore fingindo uma concha.

No interior do Mibrâb vê-se em volta do ponto onde se guardava o Alcorão a pedra gasta pelos joelhos dos crentes, que só podiam entrar ali nessa posição humilde e reverenciosa.

No Guadalquivir há uma ponte construída pelos árabes sobre os fundamentos de uma antiga ponte romana.

Córdoba tem 50 mil habitantes; é menor do que Granada que tem 65mil.

Amanhã parto para Madri.

24 de abril – Dia de bem tristes recordações, que, entretanto, não devem ser consignadas aqui. De manhã dei ainda um passeio pela Catedral: da torre descobre-se vasto e belo panorama.

Às 2h30 tomei o trem para Madri, em companhia de um engenheiro romeno, Constantin Minculescu, com quem fiz conhecimento em Granada e que, a princípio, não sei por quê, dizia-me ser holandês. O trajeto carece de importância, pelo menos na parte que pude ver enquanto houve dia.

Em Espelui, onde há buffet, paguei pelo meu jantar, como de costume, 4 pesetas. Informou-me depois o meu companheiro que eu fora roubado e, de fato, mostrou-me o regulamento da Companhia das Estradas de Ferro, em virtude do qual as fondas das gares não podem cobrar mais do que 3 pesetas pelo almoço. E 3,50 pelo jantar. Entretanto, desde que viajo por Espanha a tarifa para mim tem sido sempre de 3,50 para o almoço e 4 para o jantar, e ainda por cima dava o indispensável “pourboire”.

É o diabo; precisa-se ter vinte sentidos para se viver no meio destes europeus: parece que eles só têm uma preocupação na vida, depenar os estrangeiros.

MADRI

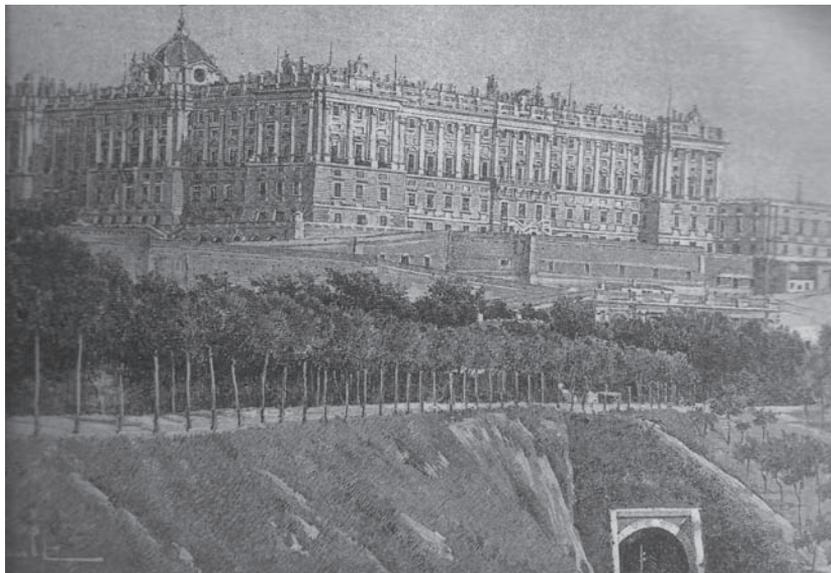
(450.000 habitantes) (atualmente 6.370.000)

25 de abril – Cheguei às 6h da manhã, após mais de 16 horas de viagem! Em matéria de caminho de ferro a Espanha ainda está muito atrasada. Não há trens expressos, as distâncias são enormes, de sorte que tem de sofrer maçadas terríveis quem quer conhecer as principais cidades do país.

Não encontrando aposentos no hotel Del Universo, que me havia sido indicado pelo Rodolfo Galvão, hospedei-me no dos embaixadores, na Rua da Victória nº 1, a dois passos da Puerta del Sol, que é o centro da cidade. Pelo que tenho visto até agora, pode-se dizer que Madri é uma bela cidade.

Depois de um passeio pela Puerta del Sol, onde está o Palácio de La Gubernación; pela bonita rua de Alcalá, onde se veem o belo edifício da Equitativa, o Palácio do Ministério da Guerra e o majestoso Banco de España, cuja fachada principal, de 267 metros de comprimento, dá sobre o Salon del Prado; pela praça de Madri, onde se nota a Fuente de Cybeles (Cybeles sobre um carro tirado por leões, tudo de mármore); pelo lindo passeio do Prado, onde se admiram o Monumento del Dos de Mayo, a Bolsa de Comércio e, mais afastados, de um lado a igreja de São Jerônimo, de outro o Palácio del Congresso, entrei no célebre museu do Prado, onde se guardam as mais preciosas obras primas da pintura. Não pude visitá-lo todo; quando concluir a minha visita, citarei os quadros mais notáveis.

Figura 5: Madri – Palácio Real



Saindo do Museu, fiz um passeio pelo jardim Botânico e depois pelo magnífico parque do Buen Retiro, de onde saí às carreiras, debaixo de uma chuva torrencial. À noite não saí, estava caindo de fadiga.

26 de abril – Fui hoje novamente ao Museu do Prado e ainda não pude concluir a minha visita. É uma coleção riquíssima de obras primas dos mais célebres pintores. Entre os quadros que admirei ontem e hoje, saliento os que passo a indicar, convindo notar, todavia, que destes mesmos autores e de outros há numerosas outras produções de valor.

De Velásquez: I – A forja de Vulcano; II – Cristo na cruz; III- Las Meninas ou La Família, magnífico quadro representando Felipe IV e a mulher num espelho e a princesa Margarida, no primeiro plano, cercada de cortesãos, damas da Corte e bobos; IV – Rendição de Breda ou Los Lanzas, um dos mais celebrados quadros do mestre;

V – Los Borrachos (camponeses parodiando uma festa de Baco) quadro pintado aos 25 anos de idade; VI – Las Hilanderas (tecedeiras de tapete da fábrica de Madri trabalhando); VII – Santo Antonio e São Paulo no deserto, além de muitos retratos de príncipes.

De Murillo: I – A Santa Família, chamada “del Pajarito”. II – Conceição, a melhor obra do pintor que o museu possui; III – Crucificação de Santo André.

De Ticiano: I – Dois quadros representando Vênus completamente nua; II – Bacanal; III – Vênus e Adonis; IV – A Fecundidade, uma maravilha de colorido; V – A Espanha e o Catolicismo, alegoria; VI – Adão e Eva; VII – La Gloria, apoteose de Carlos V.

De Rubens: I – Perseu e Andrômeda, concluído por Jordaens, depois da morte do pintor; II – Uma festa num jardim da Antuérpia; III – A adoração das Serpentes, uma das mais notáveis obras do Mestre; IV – Saturno e Ninfas; V – Rapto de Europa, cópia de um quadro de Ticiano; VI – Adoração dos Reis; VII – O julgamento de Paris; VIII – As três graças.

De Raphael: I – Madonna de la Rosa; II – Santa Família, uma belíssima miniatura; III – Madonna del Pesce; IV – Santa Família, conhecido sob o nome de La Perla; V – Caminho da Cruz, chamado “Spasimo de Sicília”, quadro de beleza incomparável.

De Veronese: I – Jesus e o homem de Cafarnaum; II – O Caminho da Virtude, alegoria.

De Ribera: I – Madalena no deserto; II – Um anjo libertando São Pedro da prisão; III – Martírio de São Bartolomeu.

De Corregio: I – Cristo e Madalena; II – Santa Família.

De Van Dyck: Prisão de Cristo, além de muitos retratos.

Ao sair do museu fiz um passeio pelo esplêndido Paseo de Recoletos e sua continuação o Paseo de la Castellana. Na Praça de Colombo, que é o ponto de separação dos dois passeios, há

uma bonita estátua de Colombo, sobre uma elevada coluna; mais adiante, no Paseo de la Castellana, uma estátua equestre do marechal Gutierrez de la Concha e depois uma de Isabel a Católica.

De manhã, antes de ir ao Museu, fui pela rua de Alcalá até a Praça de Touros: em caminho, além da Porta de Alcalá, há a notar uma estátua equestre de Espastero, duque de la Victoria, general em chefe das tropas legais na 1ª guerra carlista e regente de Espanha de 1840 a 43.

À tarde e à noite, chuva; não pude sair.

27 de abril – De manhã, depois de ter visto nas praças de las Descalzas e de San Martin as estátuas do marquês de Pontejos, fundador da Caixa de Socorros, e de Francisco Piquer, fundador do monte de Piedade, fui à vasta Praça do Oriente, onde estão situados o palácio e o teatro reais. O meio da praça tem um jardim circular, cercado por grandes estátuas de granito dos reis de Espanha; no centro eleva-se a grandiosa estátua equestre de Felipe IV, obra do florentino Pietro Tacca, segundo um quadro de Velásquez.

O palácio real é um imponente edifício; a fachada lateral que dá para a Praça do Oriente tem 150 metros de comprimento. A entrada principal é na praça d'armas, onde se acha situada a Real Armeria, uma rica coleção de armaduras, arnezes, troféus, tapetes e armas de todas as qualidades de reis de Espanha.

Fui depois visitar o Museu de Artilharia, uma boa coleção de armas de todas as espécies e épocas, algumas históricas, planos, relevos, modelos de fortalezas, postos e fortificações, troféus, etc. Vê-se ali o carro em que foi assassinado o general Prim em 1870 e bem assim a roupa que ele vestia na ocasião e a bala que lhe foi extraída do corpo.

À tarde fiz um grande passeio pelo interior da cidade e pelo parque do Buon Retiro, onde visitei um pequeno jardim zoológico.

Hoje à noite não choveu, mas em compensação a temperatura baixou muito: está fazendo um frio de rachar.

28 de abril – Logo que saí fui ver o Museu da Academia de Belas Artes, rua de Alcalá. Quadros a notar: de Murillo – I: O sono e II: O despertar do cavaleiro, muito belos; III: Santa Isabel da Hungria curando doentes, quadro esplêndido conhecido pelo nome “El Tiñoso”; IV: Ascensão de Cristo ao céu e Assunção de Madalena ao céu, de Ribera. Além destes, alguns quadros de Rubens, Goya, Zurbaran, Pereda, etc.

Visitei hoje também o Museu Arqueológico e o Museu de Arte Moderna, ambos no majestoso palácio da Biblioteca Nacional, Paseo de Recoletos. O Museu Arqueológico é muito vasto e contém inúmeros objetos de todas as idades; o de Arte Moderna possui alguns quadros belos, bem como algumas esculturas. Entre as pinturas sobressaem: O Campanário de Huesca (cena horrível) de J. Casado; Pedro o Cru fazendo os seus vassallos saudar o cadáver de Ignez de Castro, de Martinez Cubello; Cena doméstica (a esposa chorando, a filhinha ao lado do pai) de C. Peá; e A entrada dos Bárbaros em Roma, de Checa.

Dei depois um passeio pela cidade, indo à Plaza Mayor, onde está situado o Ayuntamiento e onde há uma imponente estátua equestre de Filipe III, obra de Giovanni de Bologna, segundo um quadro de Pantoja de la Cruz, depois à Plaza de Província onde há o bonito edifício do Ministério de Ultramar; depois pela rua da Atocha até a do Pacífico, vendo a Faculdade de Medicina, a Estação do Meio, o Liceu de Artes e Ofícios, o Museu Antropológico, o Observatório Astronômico (um pouco arredado), a basílica de Nossa Senhora da Atocha, etc.

À noite fui ao Circo de Colón, onde muito me diverti com uma “tourada de cães” e com engraçados “experimentos” do Sr. Onofroff, que eu ainda não conhecia.

29 de abril – Ontem e hoje, dias esplêndidos. De manhã visitei: a bela igreja de São Francisco, o Grande, as cavaliças reais, onde admirei soberbos cavalos, mas onde me encantaram, sobretudo, as lindíssimas “joquitas”; o Senado, onde há muitos quadros modernos, sobressaindo entre eles a já notável tela “Entrega de Granada” de Pradillas.

À tarde visitei a Capela Real e a Biblioteca, onde vi livros preciosos, manuscritos notáveis, autógrafos de homens célebres, todas as edições até hoje feitas do D. Quixote, etc, etc.

Passei depois pela cidade, passando pela Plaza de la Villa, onde há um monumento de D. Alvaro de Bazan e onde estão situados o Ayuntamiento (na Plaza Mayor, de que falei ontem, está é a Câmara Municipal) e a torre de Lujánes, onde esteve preso Francisco I, de França.

À noite fui ao teatro de Zarzuelas; não gostei nem da casa nem da companhia.

30 de abril – Visitei hoje o Museu Naval, o Museu de Reproduções Artísticas e voltei ao Museu do Prado.

O dia amanheceu magnífico; às 4h da tarde, porém, começou a chover. Pretendia vir amanhã ao Escorial e domingo ou segunda feira, 2 ou 3 de maio, partirei para Barcelona, pois nada mais de notável tenho a ver em Madri.

À noite forte trovoada e chuva.

Consigno aqui alguns hábitos dos espanhóis. Quase todos os madrileños, qualquer que seja a classe, se benzem ao passarem defronte de uma igreja; se em seu caminho encontram dez, vinte templos, dez, vinte vezes se benzem.

Quando uma pessoa se despede de outra – hasta luego, hasta mañana, adiós – a que fica responde invariavelmente: Va ‘ted com Diós – o que ainda demonstra o espírito religioso deste povo.

Pelas ruas, pelos teatros, pelos passeios, nos botequins, há sempre água a vender (5 cêntimos o copo).

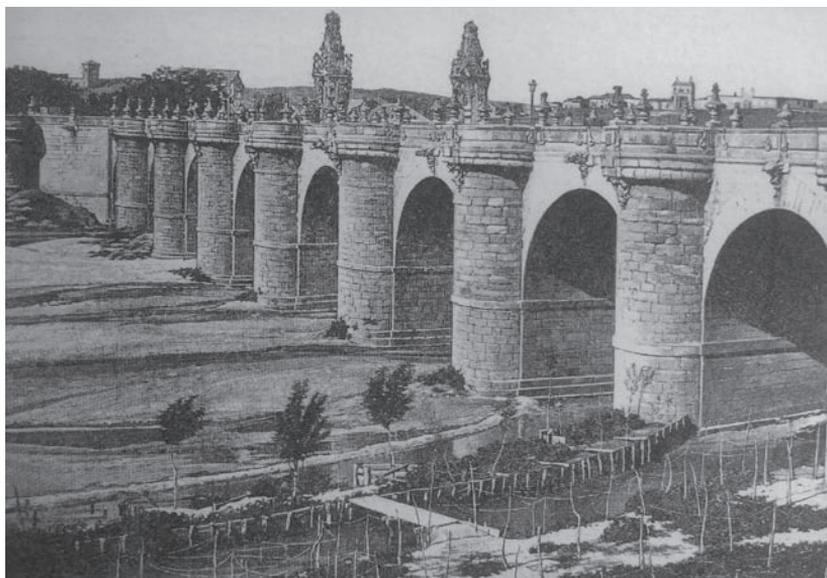
As ruas são de contínuo aguadas com grandes bombas; em Lisboa, além das bombas, usam carroças, como no Rio de Janeiro.

Os bondes são tirados por grandes burros; há-os abertos e fechados, todos sem imperial; a tabuleta é colocada nos lados, em um dos ângulos inferiores.

Nos hotéis, nos bondes, nos trens, é costume cumprimentar; nestes quem leva o seu jornal não deixa de oferecer aos que se acham no mesmo compartimento.

No dia seguinte ao da minha chegada a Madri, não, no dia mesmo da minha chegada, enterrou-se Perez Erchich. Vi passarem grupos e grupos de crianças, que depois soube serem asilados, as quais iam tomar parte no préstito; só no dia seguinte, porém, soube pelos jornais de que se tratava.

Figura 6: Madri – Ponte de Toledo



1º de maio – Fui hoje ao Escorial, a hora e meia de viagem. É um edifício enorme, com 206 metros de comprimento sobre 161 de largura; tem 16 pátios, 1.200 portas, 2.673 janelas, 86 escadas, etc. É hoje um mosteiro, mas contém ainda um palácio real e o panteão dos reis de Espanha.

A igreja é belíssima, tem a forma de uma cruz grega, com oito abóbodas pintadas a fresco por Giordano; tem 48 altares, sendo realmente admirável o altar-mor, todo de mármore de cor, com belas colunas de base e capitel de bronze dourado, com 15 estátuas também de bronze dourado, com dois púlpitos de ágata e colunatas e cúpulas douradas, com dois magníficos grupos de estátuas douradas (Carlos V e a família, Filipe II e a família) com bons quadros.

Atrás do coro há um célebre crucifixo de mármore, de B. Cellini.

A sacristia encerra diversos quadros, sendo o mais notável um de Claudio Coello, que se vê no altar; é alusivo à Santa Forma e contém os retratos de Carlos II, do duque de Medinaceli e do pintor.

Nas salas capitulares há um pequeno, mas precioso museu de pintura. Aí se admiram, entre outros, os seguintes quadros: de Velásquez, Jacob e seus filhos; de Ticiano, A Ceia; de Ribera, a Santíssima Trindade; de P. Veronese, Anunciação.

A Biblioteca tem muitos livros notáveis pela antiguidade, pelas iluminuras, etc.

O palácio real tem bonitas salas, todas forradas de esplêndidos tapetes (as paredes) reproduzindo quadros de Goya, Terniers etc. Nesta parte do edifício estão também os aposentos de Filipe II, notáveis pela simplicidade.

Mas o que o Escorial tem de mais belo são os panteões dos reis e dos príncipes. É uma coisa maravilhosa, soberba. O dos reis é uma sala oitavada de 10 metros de diâmetro, abobadada, toda de mármore de cores (na maior parte preta), com frisos dourados.

Em um dos lados do polígono há um altar com um grande crucifixo de bronze dourado; no lado fronteiro fica a entrada. Os outros lados são divididos em nichos (quatro cada um), onde se acham colocados os sarcófagos, todos de mármore negro com inscrições douradas. À esquerda do altar estão os reis, à direita as rainhas. Há ainda 26 sarcófagos vazios.

O panteão dos Infantes, que ocupa diversos compartimentos, é ainda mais bonito. Os sarcófagos são todos de mármore branco, alvo como neve, com arabescos magníficos e frisos dourados; não se acham colocados em nichos, mas sobre uma espécie de estrado, também de mármore, no solo, formando, ao longo das paredes laterais das salas, filas de seis ou oito. Cada um deles é encimado por uma cruz de mármore branco e tem as armas do infante em cores muito vivas e o nome em letras douradas. Abóbada, paredes, corredores, tudo é de mármore alvíssimo. No centro de um dos compartimentos há um grandioso monumento, de forma circular, constituído de alto a baixo por pequeninas catacumbas, com magníficos relevos e dourados: são os túmulos dos príncipes falecidos ainda no berço. De moderno foi o que vi de mais belo nos países que tenho visitado.

Voltei do Escorial à tarde, trazendo a melhor impressão. No mesmo trem, veio uma freira formosíssima, muito parecida com J. de J.M. À noite, teatro.

2 de maio – Visitei o palácio do Congresso. Achei pequena a sala das sessões. Há a notar o salão das conferências, alguns quadros, retratos, bustos, etc.

Fui depois assistir ao desfile de guarnição de Madri, que formou hoje para a festa do 2 de maio. Da Praça de Madri, junto à fonte de Cibele, vi descerem os batalhões pela rua de Alcalá. Golpe de vista admirável!

Fiz depois um passeio pela cidade (rua, porta e ponte de Toledo).

Madri é quase toda calçada com pedras: o calçamento em geral não é bom. Apenas numa ou outra rua, como, por exemplo, a Carrera de São Jerônimo e a Rua de Sevilha, o calçamento é de madeira. Em regra, as ruas não são arborizadas. Assim a Plaza del Sol e as ruas que daí irradiam – Mayor, Arenal, Preciados, Carmen, Montera, Alcalá, São Jerônimo, etc, não tem arborização.

Para os bondes (tramvias) não há número de ordem, como em Paris. A passagem oscila entre 5 em 30 cêntimos, segundo a distância.

O espanhol quase sempre é atencioso, amável e prestativo. Entre o povo baixo, sobretudo entre os camponeses, é uso raspar toda a barba.

Figura 7: Madri – Puerta Del Sol



3 de maio – Temos tido chuva de vez em quando. Percorri ainda alguns pontos da cidade. Fui também ver o jogo da pelota no Euskal-jaí. É a mesma coisa que no Rio.

Sigo hoje para Barcelona no expresso de 6h30. Tinha formado o projeto de partir ontem para Zaragoza, demorar-me ali um dia e seguir depois para Barcelona; mas motivo de certa ordem me levou a modificar esse plano. Madri tem 450 mil habitantes.

Os barbeiros usam uma camisola de chita sobre o colete.

BARCELONA **(533.000 habitantes) (atualmente 5.375.000)**

4 de maio – Cheguei às 11h30 do dia, após 17 horas de viagem! Felizmente pude dormir um pouco no trem, porquanto éramos poucos no mesmo compartimento, embora não fosse um sono mui tranquilo, porque a cada momento era despertado pela má posição ou pelos gritos dos empregados das estações: “Señores viajeros al tren!”.

Hospedei-me no hotel Oriente.

Logo depois do almoço saí a visitar a cidade, e comecei por subir ao monumento de Colombo, de onde se desfruta um panorama soberbo sobre Barcelona, o porto e arredores. É um belo monumento de 60 metros de altura, uma coluna de ferro encimada por um enorme globo dourado e sobre este uma estátua colossal de Colombo (7 metros de altura); em baixo, leões, estátuas, baixos-relevos, etc. Há um elevador.

Percorri depois a Rambla, um grande *boulevard* de cerca de 1.200 metros de extensão, com duas linhas de magníficos plátanos, ricas lojas, grandes hotéis, teatros, etc, que é o ponto mais movimentado da cidade, a Rua do Ouvidor de Barcelona. É uma bela rua, não há dúvidas; pena é que não seja completamente reta.

Ao sair da Rambla, na Praça da Cataluña, dei na parte nova da cidade e fiquei realmente surpreendido. São numerosos largos

e intermináveis *boulevards*, com quatro linhas de árvores, uma casaria suntuosa e imponente; as ruas, limpas e bem calçadas cortam-se em ângulo reto, formando nos pontos de interseção uma praça oitavada por meio de um recorte nas casas das esquinas. Bondes, ônibus, carros, povo enchem constantemente as ruas e praças. Entre os *boulevards* sobressaem pela sua arborização e pelas suas construções: o Paseo de Gracia, a Calle de las Cortes e a extensa ronda que faz o circuito da cidade, tomando os nomes de São Pedro, Universidad, Marquez Del Duero, Santo Antonio, San Juan, etc.

Na parte antiga da cidade, que a municipalidade se empenha em melhorar, encontram-se também alguns pontos bonitos, como os Paseos de Colón, todo plantado de palmeiras, de Isabel II e de la Aduana, a Plaza Real, e a Plaza de Palácio, com uma bela fonte de mármore. Nesta praça está situada a Casa Lonja, um grande e antigo edifício que serve hoje de Bolsa de Comércio.

Os bondes (alguns dos quais com “imperial” como em Paris) percorrem a cidade em todas as direções; a passagem, qualquer que seja a distância é de 10 cêntimos (menos de 40 réis).

5 de maio – Visitei hoje a Catedral, um grande e majestoso templo, agora em reparações. O interior, porém, é tão escuro que mal se podem ver as suas numerosas capelas. É antiquíssimo, tem mais de 800 anos, foi templo romano e mais tarde também mesquita.

Visitei também a igreja de Santa Ana, que não tem grande importância, a Casa de Diputación, onde há uns belos quadros de Fortuny e Lima, e a Casa Consistorial, que também é um bonito edifício.

Fui depois ao Parque, um dos pontos mais agradáveis de Barcelona, com uma coleção zoológica bem regular, uma bela estátua do general Prim e uma lindíssima fonte, la Cascada del Parque (um grupo de Afrodite entre Ninfas e Cavalos Marinhos

uma Aurora puxada por cavalos dourados); há na cascata uma interessante gruta e um Aquário.

Ao sair do Parque, no Paseo de São Juan, se veem os esplêndidos palácios de Belas Artes, da Justiça e de Ciências, e mais adiante o Arco del Triunfo.

Fui também ao Cemitério de Este e achei curiosa a disposição daquela mansão dos mortos. O cemitério é dividido por altos e grossos muros em 16 partes, formando como ruas de uma cidade; nos muros, de um e outro lado, há de 5 a 7 ordens de catacumbas, em forma de meia-lua, perfeitamente iguais. De espaço a espaço há um quadrado, onde se erguem então os mausoléus e jazigos de família.

À noite fui ao Eldorado ou Teatro de la Cataluña. Além deste há muitos outros, entre os quais sobressaem o Teatro Principal (agora fechado) e o do Liceu, onde está trabalhando uma companhia lírica que, porém, leva hoje o Lohengrin, que já conheço.

6 de maio – Fiz um passeio pela cidade, voltei à Catedral e passei por uns velhos edifícios citados pelo Baedeker.

Sigo hoje às 4h para Paris. Levo de Barcelona muito boa impressão.

7 de maio – Cheguei ontem às 10h30 da noite aqui, Cerbère. Muito fatigado, resolvi dormir e prosseguir hoje a minha viagem para Paris. Já estava munido do bilhete, mas o dono do restaurante da *gare* ofereceu-se para fazê-lo aceitar outra vez pela bilheteria e conseguiu-o. Dormi mal, sobretudo por causa da furiosa ventania que abalava a casa até os alicerces. Nada vi de Cerbère; não saí da estação, ou antes, do hotel que lhe é anexo.

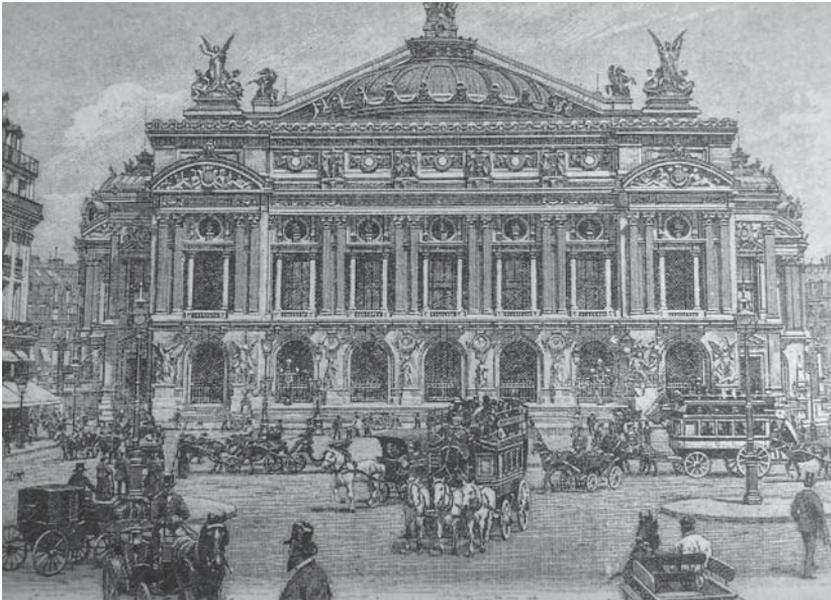
PARIS

(2.710.000 habitantes) (atualmente 11.8000.000)

8 de maio – Cheguei às 5h30 da manhã, com quase 24 horas de viagem. De Cerbère até Arvant, onde cheguei às 7h da noite, o trajeto é muito bonito: o Mediterrâneo, canais, rios, cascatas, montanhas nevadas, campos cultivados, prados verdejantes variam ao infinito a paisagem e suavizam os incômodos da viagem.

Hospedei-me no hotel de Russie e gastei o dia em algumas visitas e rápidos passeios pela cidade.

Figura 8: Paris – Place de l’Opera



9 de maio – Levei a manhã a escrever para o Brasil.

Depois do almoço fui ao Louvre, onde visitei os museus de Mármore Antigo e de Esculturas da Média Idade e da Renascença. Em seguida, fui aos Campos Elísios. A multidão era enorme; a

afluência de carros como nunca vi em Paris. De instante a instante os *sergents de ville*¹⁶, erguendo o bastão de louça branca, faziam estacar as filas intermináveis de equipagens para tornar possível a passagem de um lado para o outro da avenida, e a um novo sinal, os milhares de veículos que se haviam aglomerado nesses poucos momentos de interrupção, prosseguiam vertiginosamente a sua marcha, como enorme massa d'água que houvesse rompido os diques. Espetáculo soberbo! O dia, embora frio, estava muito bonito, e além do mais era domingo, o que concorria para aumentar a concorrência nas ruas, praças, jardins, etc. À noite fui ao Robert Houdin.

10 de maio – De manhã fui ao Banco Brasileiro, onde me foram apresentados o visconde de Ouro Preto, a quem nem de vista conhecia, e o filho.

Depois do almoço fui ao Salon, à grande exposição de pintura e escultura que se faz anualmente no Palais de l'Industrie. Lá passei o resto do dia.

À noite fui ao Varietés ouvir Petit Faust.

11 de maio – De manhã visitei no Louvre o Museu de Esculturas modernas e, depois do almoço, nos Invalides, parte do museu de artilharia, a capela e o túmulo de Napoleão. Infelizmente se acha em reparações a parte do museu que contém armas históricas do tempo da revolução e do império. Fiz depois um passeio pela cidade e à noite fui ao Olympia.

12 de maio – Depois do almoço fui à legação e dali segui para o Louvre a fim de começar minha visita ao museu de pintura. Visitei, com efeito, a sala Duchâtel, onde se acham dois belos quadros de Ingres – A fonte (uma bela moça nua com um jarro d'água) e Édipo explicando o enigma – e o célebre salão quadrado,

16 Designação antiga dos agentes de polícia.

esplêndida coleção de obras primas. Aí se acham entre outros, os seguintes quadros:

De Corregio: a conhecida tela – Antíope e Júpiter disfarçado em Satiro; e o casamento místico de Santa Catarina.

De Van Ostade: o Mestre Escola, magnífica miniatura.

De Ticiano: A colocação no túmulo; Ger Dou A mulher hidrópica; Afonso de Ferrara e Laura de Dianti (uma mulher formosíssima).

De Murillo: A Imaculada Conceição, grande tela comprada em 1852 por 615.300 francos.

De Raphael: A Virgem do diadema azul; a Santa Família de Francisco 1º; a bela Jardineira (a Virgem com Jesus e João, a Virgem de uma beleza, candura e ingenuidade notáveis); São Miguel esmagando o demônio.

De Leonardo da Vinci: a Joconda (retrato da mulher de Giocondo, amigo do artista); A Virgem, o Menino e Santa Ana (aquela sentada nos joelhos desta).

De Giorgieu: Concerto Campestre (mulheres nuas).

De Veronese: As Bodas de Canaã, o maior quadro do Louvre (6,66 metros de altura sobre 9,90 metros de largura; contém retratos de Eleonora d'Áustria, Francisco 1º, Maria de Inglaterra, o sultão Soliman, Carlos V, Ticiano, Tintoreto e o próprio Veronese, estes três últimos fingindo de músicos e os outros sentados à mesa). Além de muitas outras obras de grande reputação.

Saindo do Museu, fiz um passeio pela cidade e à noite fui a rua Colbert (espetáculo variado).

13 de maio – Já há dias que temos mau tempo; o frio tem sido muito intenso e às vezes temos chuva. Hoje caiu neve nos arrebalde de Paris!

De manhã prossegui na minha visita ao museu de pintura do Louvre; dispunha, porém, de pouco tempo e por isso apenas passei

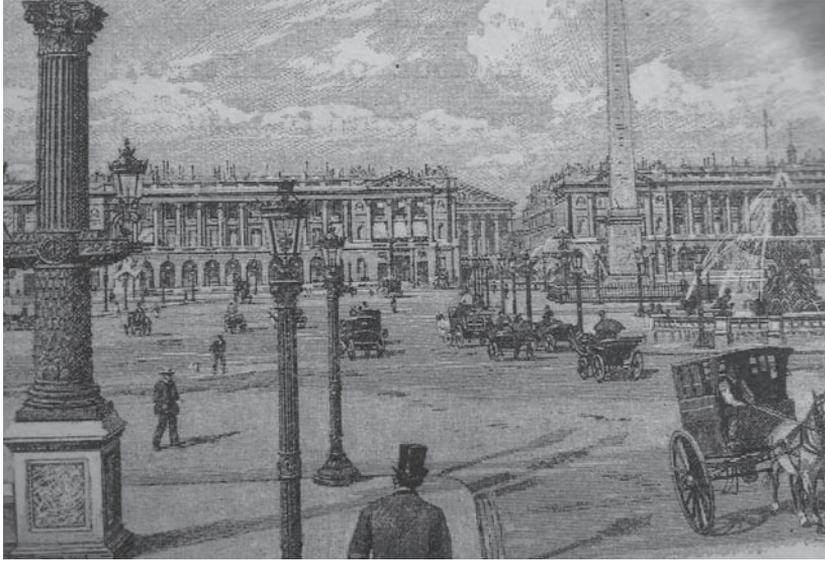
uma vista na sala dos Primitivos e em uma pequena parte da Grande Galeria. Quando houver feito uma segunda visita, consignarei aqui os quadros que mais me tiverem impressionado.

Depois do almoço fui a uma matinée no Isola; após o espetáculo dei um passeio e à noite fui ao teatro das Novidades, onde assisti a uma comédia engraçadíssima – *Le Sursis* – magnificamente desempenhada.

14 de maio – Dia frio e aborrecido. Não saí de manhã, à espera do Barroso, que ficou de procurar-me; só veio, porém, às 2h; combinamos um *rendez-vous* mais tarde e fui passar ainda uma hora ao Louvre. Às 5h fui com o Barroso ao Casino, um café cantante, e depois fui jantar com ele na pensão Noir, 60 Avenue d’Iéna. À noite fomos às Folies Bergères, espetáculo variado, muito interessante, que terminou por lutas romanas entre diversos atletas. Numa delas o Barroso se interessava por um dos combatentes; num momento em que este caía e parecia ir ser vencido, ele solta, no meio do silêncio da sala, um – irra!... – que mais pareceu um urro e que provocou uma gargalhada geral.

Disse um dia destes que os bastões dos *sergents de ville* são de louça; leio, porém, nos jornais que tal não acontece, que eles são de madeira, revestidos de laca branca.

Figura 9: Paris – Place de La Concorde



15 de maio – De manhã fui ao Louvre e depois do almoço dei, com o Barroso, um longo passeio pelo bosque de Boulogne. Dia bonito e não muito frio. À noite fui à rua Feydeau (teatro).

16 de maio – Fui a Versailles, cujo museu incomparável tantos estrangeiros atrai diariamente. No pátio de honra do Castelo ergue-se uma estátua equestre de Luis XIV e pelos lados 16 grandes estátuas de guerreiros ilustres da França.

O museu pode-se dizer, contém em pintura toda a história francesa. A 1ª galeria (11 salas) é formada de quadros históricos desde Carlos Magno até Luis XVI; ao lado dela a Galeria dos Túmulos, onde se notam os belos monumentos de Fernando e Isabel de Castella, de Carlos o Temerário e de Maria de Borgonha. Segue-se a Galeria das Cruzadas, cinco salas esplêndidas, ricamente decoradas com armaduras de chefes das cruzadas e contando magníficos quadros modernos relativos ao assunto.

No 1º andar há outra galeria de escultura na qual se destacam o monumento do duque de Orleans e uma estátua de Joana d'Arc feita pela princesa Maria d'Orleans, filha de Luis Philippe; ao lado a belíssima Galeria de Constantina (de pintura), onde, entre inúmeros quadros preciosos, se destacam os seguintes: Retirada da Rússia, de Yvon; Tomada da Sinalah de Abd-el-Kader em 1843, de H. Vernet, quadro soberbo de 21,39 metros de longo sobre 5 largo; Batalha de Isly (1844) do mesmo; Sítio e Tomada de Constantina (1837), três quadros, do mesmo; A Garganta de Malakoff, A Cortina de Malakoff e a Tomada de Malakoff (1855) de Yvon; o juramento do jogo da Pela (1789) de Couder; As Últimas Vítimas do Terror (1794) de Muller, quadro muito divulgado, onde se vê no primeiro plano, em uma cadeira, André Chenier.

A 2ª Galeria de História de França (10 salas), em outra ala do 1º andar, contém quadros de história de 1797 a 1835.

Os antigos grandes apartamentos do rei e da rainha estão hoje também ocupados pelo museu de pintura. Nos últimos releva salientar um quadro de Gros – A Batalha de Aboukir, e os últimos momentos de Napoleão – mármore de Vela.

A esplêndida Galeria das Batalhas, com 120 metros de comprimento sobre 13 de largo, suntuosamente decorada, contém 34 grandes quadros de batalhas e 80 bustos de príncipes, generais, almirantes, etc. Entre aqueles sobressaem: Ary Scheffer, Batalha de Tolbac; Atenbeu, Batalha de Tours; Neuville, Batalha de Champigny (1870); Horace Vernet, Batalha de Bouvines, de Fontenoy e de Wagram.

Junto a esta Galeria há a sala dos Guerreiros, onde estão os retratos de todos os generais da Revolução e do Império.

A Galeria do Império compreende 13 salas cheias de quadros referentes à história de Napoleão I, sua família e seus generais.

Depois da visita ao museu (do qual ainda me falta ver uma pequenina parte) percorri um trecho de célebre Jardim de Versailles, onde, nessa ocasião jogavam as pequenas águas.

No Castelo ainda há a notar o seguinte: A Galeria dos Espelhos, 73 metros de longo, 10,50 de largo, 13 de alto, ricamente decorada com pinturas de Lebrun e ornada de 17 grandes espelhos em arcadas douradas; os pequenos aposentos do rei, que, além de outras peças, compreendem o quarto de dormir de Luis XIV, com um rico leito (o mesmo em que morreu esse monarca) separado por uma balaustrada dourada, a famosa Sala do Olho de Boi, onde os cortesãos esperavam o despertar do rei; e os pequenos aposentos de Maria Antonieta – sala de banho, sala de repouso, biblioteca, etc.

17 de maio – Visitei o museu do Conservatório de Música, onde há uma rica coleção de instrumentos antigos, alguns históricos. Fiz passeios pela cidade.

18 de maio – Fui a Fontainebleau. O castelo, que exteriormente não tem grande imponência, é ricamente decorado no interior. Entra-se pelo grande pátio do Cheval-Blanc (152 metros de longo sobre 112 de largo) ou dos Adeuses, pois foi ali que Napoleão, a 20 de abril de 1814, se despediu dos granadeiros da velha guarda.

O que há de mais notável é o seguinte: 1º) aposentos de Napoleão, compreendendo, entre outros, uma bela sala de banhos com espelhos ornados de pinturas, os quais se achavam anteriormente nos aposentos de Maria Antonieta, no Petit Trianon; o gabinete onde Napoleão assinou a sua abdicação a 11 de abril de 1814 e a mesinha de que para isto ele se serviu; o gabinete de trabalho; o quarto de dormir com um belo leito, o berço do rei de Roma e uma rica pêndula ornada de camafeus antigos, presente de Pio VII; 2º) A Sala do Conselho; 3º) a Sala do Trono, com um belo lustre de cristal; 4º) os aposentos de Maria Antonieta, entre os quais se salientam

o *boudoir* e o quarto de dormir. 5º) a Galeria de Diana ou da Biblioteca (85 metros de longo) com diversos quadros, e onde se vê um fac-símile do autógrafo de abdicação de Napoleão, e bem assim a espada e a cota de malha do conde Monaldeschi, que Christina da Suécia, que habitava Fontainebleau em 1657, mandou assassinar por ciúme; 6º) os aposentos de Mme de Maintenon; 7º) a Galeria de Henrique II, ricamente decorada, é a antiga sala das Festas; 8º) a Galeria de Francisco 1º; 9º) os aposentos de Catharina de Medicis, Ana d'Áustria e Pio VII; 10º) a Galeria dos Pratos, assim chamada porque foi decorada por Luis Philippe com pratos de porcelana representando todas as residências reais.

No Castelo há um pequeno museu chinês, onde se veem alguns objetos interessantes.

Os jardins são bonitos; a afamada floresta de Fontainebleau, porém, não me causou a impressão que esperava. Sem dúvida que tem belíssimas alamedas, estradas magníficas, e muito bem organizada, tratada e conservada; mas quanto à vegetação, fica a perder de vista em comparação com as nossas florestas. Os grandes carvalhos que me mostraram como os maiores da floresta, o Júpiter e o Pharamond (este com 1.400 anos) são, pela altura e grossura, árvores muito comuns no Brasil, árvores que se encontram em qualquer mata. E é de estranhar a grande admiração que em Fontainebleau causam essas duas árvores, pois ali mesmo no Castelo, na Sala do Conselho, há uma mesa (em torno da qual poderá sentar-se talvez uma dúzia de pessoas), cujo tampo é feito de uma só peça de madeira. Diante da árvore que forneceu essa peça, os tais carvalhos seriam verdadeiros caniços.

19 de maio – Continuei a minha visita ao museu de pintura do Louvre.

À noite fui ao Cirque d'Été, nos Campos Elísios.

20 de maio – Fui a Saint-Germain. O trajeto é bonito, como, aliás, todas as excursões pelos encantadores arredores de Paris.

Saint Germain-en-Laye é uma pequena cidade de 14.000 habitantes. O que tem de mais notável é o Castelo, que encerra o riquíssimo museu de antiguidades nacionais. Ao lado do Castelo começa a floresta e, pela orla da floresta e acompanhando o Sena, um longo terraço de 2.400 metros, de onde se goza um panorama admirável; é uma planície imensa, cortada pelo rio, semeada de aldeias, de jardins, de parques, de casas de campo, etc; daí vê-se Montmartre e a torre Eiffel, bem como o campanário de São Diniz.

Voltei em *tramway*, por Bougival, Malmaison, Rucil, Courbevoie e Neuilly.

21 de maio – Dei diversos passeios pela cidade em companhia do Barroso. À noite fui ao teatro de Cluny.

22 de maio – Continuei a minha visita ao Louvre, onde estive mais de quatro horas. À noite fui jantar com uma amiga.

23 de maio – Dia de meu aniversário, em que mostrei que, apesar dos anos, ainda continuo a ser muito ingênuo¹⁷.

Fui novamente a Versailles, para ver o resto do museu, os Trianons e o jogo das grandes águas.

A parte do museu que me faltava visitar não tem grande importância. Refiro-me à parte visível, porque muitas seções se acham agora em reparações. Releva, entretanto, nomear as salas dos Marechais, onde se veem, em tamanho natural, os retratos de todos os marechais de França.

Depois do museu, visitei o que me faltava rever dos famosos jardins e segui para o grande Trianon, o elegante castelo que Luis XIV fez construir para Mme de Maintenon. Nada de realmente notável: salas bem decoradas, vasos do Japão, de Sèvres, belos

17 Possivelmente o comentário tenha a ver com a "amiga" da véspera.

vasos de malachita dados a Napoleão por Alexandre, da Rússia, alguns quadros de Boucher, os aposentos de Napoleão, etc.

O Museu dos Carros, ao lado, contém oito magníficos carros de gala: o da sacração de Napoleão I, o que lhe servia quando cônsul, o de seu segundo casamento, o da sacração de Carlos X, o do casamento de Napoleão III, o do batismo do rei de Roma, o dos embaixadores e o que serviu no ano passado para a recepção do czar.

O pequeno Trianon pouca importância tem. Nos antigos aposentos de Maria Antonieta há um belíssimo guarda-joias que pertenceu a essa rainha.

Voltando de visitar esses palácios e seus respectivos jardins, fui assistir ao jogo das grandes águas, que é realmente um espetáculo magnífico. São dignas de particular menção as bacias de Latona, do Obelisco e, sobretudo, a de Netuno.

24 de maio – Hoje, segunda-feira, dia em que todos os museus se acham fechados, limitei-me a fazer alguns passeios pela cidade.

25 de maio – Fui ao Louvre. Acabei de visitar o museu de pintura; em dias anteriores havia já percorrido a Galeria de Apolo, onde se acham as joias da Coroa, e a Galeria das joias antigas.

Já indiquei os mais belos quadros da Sala Duchâtel e do Salão Eldorado; indicarei agora os das outras salas, procurando resumir o mais possível, por isso que são em número muito avultado as telas notáveis. Suprimirei mesmo algumas salas.

Na Grande Galeria: de Palma, o Anúncio aos Pastores, “uma das mais belas telas da escola veneziana”; de Raphael, Santa Margarida; de Ticiano, Júpiter e Antíope, chamado a Vênus del Pardo; do mesmo, o Cristo coroado de espinhos; de Veronese, os discípulos de Emaús, de Raphael, retrato de um mancebo (que muito tempo se supôs ser o do artista) e retrato de Joana de Aragão, dois tipos de beleza; de Leonardo da Vinci, a bela Ferranière,

retrato de uma moça; de Ticiano, Alegoria em honra de Afonso de Avalos; de Dominiquin, Santa Cecília, quadro muito divulgado pela gravura; de Murillo, o Nascimento da Virgem, muito bonito; do mesmo, o Jovem Mendigo, magnífico; de J. Cousin, o Juízo Final; de Ruisdael, o “Buisson”, paisagem célebre; de Helst, Julgamento do preço do Arco, reprodução do quadro maior que existe no museu de Amsterdam; de Rubens, 21 grandes quadros magníficos, representando a história de Maria de Medicis; de Ruisdael, a Floresta, sua obra capital; de Van Dyck, a Virgem dos Doadores, além de muitos outros quadros dos mesmos e de outros artistas.

Nas pequenas Salas francesas: de Lesneur, A morte de São Bruno.

Na Galeria do século XVII: de Lesneur, Jesus carregando a Cruz, belo quadro que “enternece pela tristeza e acabrunhamento que transparecem no rosto de Cristo”, do mesmo, São Paulo pregando em Éfeso, uma das obras primas do artista; de Poussin, Os Pastores de Arcádia, quadro célebre (“o encontro de um túmulo desperta entre jovens pastores e uma moça a ideia esquecida da morte”): do mesmo, O Julgamento de Salomão, célebre também; do mesmo, Eliezer e Rebeca, também muito apreciado.

Na Galeria do século XVIII: de Greuze, A noiva da Aldeia, considerada a sua obra-prima; de Chardin, O Benedicite, a sua melhor obra; de Watteau, o embarque para Citera; de Greuze, O vaso quebrado, o mais popular de seus quadros (uma bela moça tendo na mão direita um pote quebrado).

Galeria do século XIX: de Delacroix, Dante e Virgílio nos infernos, “tela ardente e sombria”, “esclarecida por uma luz infernal”, de Delaroche, Morte da rainha Isabel da Inglaterra; de Gros, Napoleão percorrendo o campo de batalha de Eylau.

Sala das Sete Chaminés: de David, As Sabinas, uma de suas melhores obras; do mesmo, A Coroação de Napoleão I; de Gerard, Psyché recebendo o primeiro beijo de Amor; de Girodet-Trisson,

Atala levada para o túmulo, quadro muito divulgado em gravura; de Gros, Bonaparte visitando os pestiferados de Joffa.

Sala Henrique II: de Giraud, o Mercador de escravos, uma formosa moça nua oferecida ao exame do comprador.

A Galeria de Apolo, a mais bela sala do Louvre, ricamente decorada com soberbos móveis, belas pinturas no teto e 28 retratos de soberanos e pintores franceses, executados em tapeçaria, contém, além de muitos objetos riquíssimos e curiosos, como vasos, estatuetas, cibórios, copos, relicários de ágata, de prata, de ouro, de cristal, etc, as joias da Coroa, que não entraram na venda de 1887. São elas: o Regente, não o maior mas o mais belo diamante do mundo, com 136 quilates (cerca de 28 gramas), avaliado em 12 a 15 milhões; o Mazarin, outro grande brilhante, conhecido sob o nome de Flor de Pessegueiro por causa de seus reflexos róseos; um grande rubi, talhado em forma de dragão; a coroa de Napoleão 1º, imitação da de Carlos Magno; um relógio, todo cravejado de brilhantes, dado a Luis XIV pelo rei de Alger; uma grande pérola, talhada em forma de dragão; magnífica espada militar mandada fazer por Napoleão, com o punho todo de brilhantes, avaliada em 2 milhões; o espelho e o castiçal de Maria de Médicis, guarnecidos de sardônicas e ágatas talhadas e gravadas, presente dos estados de Veneza, etc.

Em uma vitrina ao lado admiram-se também o capacete e o escudo de Carlos IX, ambos dourados e esmaltados.

Saindo do Louvre, fui ainda ao museu do Luxemburgo, cuja visita, porém, só amanhã concluirei.

26 de maio – Voltei ao museu do Luxemburgo, coleção de obras de artistas vivos. Tem belas esculturas (em uma vitrina um bonito busto de Gallia em marfim, ouro e prata, com topázios) e entre as pinturas destacam-se as seguintes: de Bourguereau, Triunfo do Martírio (Santa Cecília), Virgem Consoladora e a

Juventude e o Amor; de Breton, A bênção dos Trigos; de Cabanel, o Nascimento de Vênus (nua sobre as ondas); de Detaille, o Sonho e Saída da guarnição de Humingue, dois belos quadros militares, o último, sobretudo; de Lefebvre, A Verdade, uma bela moça nua sustentando sobre a cabeça um foco de luz; de Robert Fleury, O último dia de Corinto...

Do Luxemburgo fui à Sainte-Chapelle e ao Palácio de Justiça. A Santa Capela, construída de 1245 a 1248 para receber as relíquias trazidas das Cruzadas por São Luis, é um lindo edificozinho gótico de 35 metros de longo e de alto sobre 11 de largo, e se compõe de duas capelas superpostas, a de baixo para os criados, a de cima para a Corte. A primeira tem três naves, abóbodas douradas, colunas azuis com castelos dourados, etc; a segunda uma nave só, tem 15 janelas (15 metros de alto sobre 4 de largo), com vidros de cores esplêndidas, as paredes são cobertas de decorações policromas; sobre colunas as estátuas douradas dos 12 apóstolos; no altar um elegante baldaquino gótico, onde estavam as relíquias (hoje em Notre-Dame).

O Palácio de Justiça tem salas ricamente decoradas. Entre elas sobressaem: a Câmara dos requerimentos, a esplêndida Sala civil e a primeira Câmara da Corte de Apelação.

São dignos ainda de menção: A Sala dos Passos Perdidos (73 metros de longo, 18 de largo e 10 de alto) onde se veem os monumentos de Malesherbes entre a França e a Fidelidade e do célebre advogado Berryer entre a Eloquência e a Fidelidade; e o Vestíbulo de Harloy, onde se notam quatro estátuas de soberanos legisladores – São Luis, Philippe Augusto, Carlos Magno e Napoleão I.

27 de maio – Passei o dia em arrumações, pois amanhã tenciono seguir para Londres.

28 de maio – Saí de Paris às 11h50 da manhã, passando por Amiens, Boulogne, onde Napoleão reuniu o exército para descer na

Inglaterra (há no campo uma grande coluna em memória disto, que se vê do trem) e Calais. Não pude visitar essa cidade, porque, ao saltar do trem mal se tem tempo de tomar o vapor. A travessia, que é apenas de uma hora, é muito incômoda. O mar é agitadíssimo (e diziam-me que estava calmo); só à custa de esforços sobre-humanos deixei de vomitar, de enjoar completamente. Dover, onde aportam os vapores vindo de Calais, é uma cidade de cerca de 40.000 habitantes. Da estação de estrada de ferro se veem bem o Castelo, no alto de uma colina, a cidade em baixo, e o porto formado por uma bacia e duas docas.

LONDRES

(6.226.00 habitantes) (atualmente 15.010.000)

Cheguei a Londres às 7h30 da noite. Noite é um modo de dizer, porque aqui nesta época o dia finda depois de 8h.

Hospedei-me no hotel Charing Cross, no Strand, anexo à estação onde desembarquei.

No trajeto do Dover para aqui travei conhecimento com um venezuelano, com o qual, nesta mesma noite, fui ao Alhambra, teatro de bailados situado em Leicester Square, não longe do hotel. A cidade, pelo que já pude avaliar, é imensa: durante muitos minutos o trem corre em plena cidade. O zimbório de São Paulo é o que chama logo a atenção de quem vai chegando. A impressão que se tem não é agradável; as casas são muito escuras, as ruas estreitas, irregulares, tortuosas. O movimento é espantoso. A iluminação pareceu-me insuficiente, talvez devido à cor escura das casas.

Figura 10: Londres – O rio Tâmis e a Torre



29 de maio – De manhã dei um passeio pela cidade. Meti-me na imperial de um ônibus, desci o Strand, Fleet Street, Ludgate, passei defronte de São Paulo, depois Cheapside e fui até a ponte de Londres; perto dali tomei um trem até as docas e depois voltei pelo mesmo caminho até o hotel, não tendo podido fazer o meu curso de orientação por falta de um vaporzinho que me trouxesse das docas até Hyde Park. Não sei por quê a linha estava interrompida.

Fui à National Gallery (museu de pintura), situada num belo edifício em Trafalgar Square. Não terminei a visita.

À noite fui por Piccadilly até Hyde Park, na volta andei um pouco em Regent Street e ruas adjacentes.

30 de maio – Já tinha ouvido falar muitas vezes na insipidez dos domingos em Londres; não supunha, porém, que os ingleses levassem tão longe o seu respeito por esse dia. O movimento, se não cessa de todo, diminui extraordinariamente; poucos ônibus,

poucos carros, pouca gente nas ruas, os teatros não funcionam, as lojas fecham e, o que é mais, é muito raro encontrar-se um café ou um restaurante aberto, pelo menos até 1 da tarde.

Fui a São Paulo, um templo imenso, belo e majestoso. Como ontem, servi-me da imperial de um ônibus, meio magnífico de ver-se a cidade, principalmente nos ônibus de Londres, onde os assentos são em posição transversal e não longitudinal. Há sempre nas ruas uma quantidade infinita de ônibus, formando às vezes filas intermináveis, que os “policemen” partem de vez em quando para facilitar a circulação dos que estão a pé. Além desses veículos, cujos condutores e cocheiros, sem farda, às vezes com um simples gorro de bordo, gritam aos transeuntes os principais pontos de seu trajeto, além desses veículos que, ao contrário dos de Paris, param todas as vezes que se quer, o que mais se encontra em movimento são os *hansoms*, um cabriolet, com duas rodas muito altas (com os aros revestidos de borracha, como, aliás, os carros comuns) de marcha muito rápida. A boleia é atrás; o cocheiro conduz o cavalo por cima da cobertura do carro. Carros de praça de quatro rodas há relativamente muito poucos.

Não pude percorrer a Catedral, estavam celebrando os ofícios; limitei-me a uma vista d’olhos no interior do soberbo templo, a igreja mais clara que tenho encontrado na Europa. Saindo de São Paulo fui ver os três vastos edifícios do correio que lhe ficam próximos; Goldsmiths Hall, a casa da corporação dos ourives, onde são experimentadas e autenticadas todas as obras de ouro e prata fabricadas em Londres; e a célebre prisão de Newgate, um casarão quase sem janelas, de pedras enegrecidas e aspecto sombrio.

Voltando no ônibus para o Strand, saltei próximo do grandioso palácio de Sommerset, com uma esplêndida fachada de 240 metros sobre o Tâmisia, e que é hoje destinado a diversos serviços:

registro civil, administração da alfândega, etc. Desci até a ponte de Waterloo (420 metros de longo sobre 13 de largo), uma das mais bonitas de Londres e de onde se tem um belo golpe de vista sobre a cidade, desde o palácio Westminster até São Paulo. Próximo daí, no cais Vitória está a Agulha de Cleópatra, um obelisco como o de Luqsor, em Paris, porém mais baixo e não tão bonito. Isto me faz lembrar que perto da ponte de Londres vi também uma coluna de 61 metros de altura, encimada por uma urna dourada de onde saem as chamas, que foi erigida em memória do grande incêndio de 1666, em que arderam 460 ruas, 89 igrejas, quatro portas da cidade e 13.200 casas.

A ponte de Londres tem 283 metros de longo e 26 de largo; os candelabros do parapeito são de bronze de canhões franceses tomados em Espanha; o movimento aí é extraordinário; diz o guia que se calcula em 100.000 pessoas e 25.000 carros que passam diariamente por cima desta ponte.

Volto, porém, ao meu passeio de domingo. Tendo percorrido parte do cais Victoria, largo e bem arborizado (coisa rara em Londres, onde as ruas não têm arborização), com alguns trechos ajardinados e diversas estátuas de homens célebres e que se estende desde a ponte de Blackfriars até a de Westminster, dirigi-me para a Galeria Nacional, onde continuei a visita encetada no dia anterior.

Figura 11: Londres – Igreja de São Paulo, vista do Tâmis



31 de maio – De manhã fui passar umas duas horas na National Gallery e depois do almoço segui para São Paulo, cuja bela fachada, formada de dois pórticos superpostos, o primeiro de doze colunas coríntias, o segundo de oito compostas, se vê bem desde o começo de Ludgate Street. Pena é que a igreja, com todos os edifícios públicos em Londres, e outras igrejas, e largos, e praças, e casas particulares, esteja agora, até certa altura, coberta de arquibancadas para a procissão do jubileu da rainha, que deverá ter lugar no dia 22 de junho. No interior da igreja notam-se, sobretudo, o retábulo, que é magnífico, e muitos monumentos de ingleses notáveis, entre os quais sobressaem: o de Wellington (um alto sarcófago colocado em um templo de mármore, com uma estátua jacente, de bronze) e o de Nelson. Aí também os monumentos de Picton e Ponsonby, dois generais mortos em Waterloo.

Subi a Whispering Gallery (galeria do eco) na cúpula da igreja (260 degraus), onde há um eco como o do Conservatório de Artes e Ofícios em Paris: palavras pronunciadas de um lado, em voz baixa, se ouvem distintamente, retumbantemente do outro lado, a 33 metros de distância em linha reta. Subi em seguida a Stone Gallery, uma galeria exterior que faz o circuito do tambor do zimbório; daí se tem uma vista muito extensa sobre Londres; a fumaça, porém, que sobe de milhares de chaminés não deixa ver bem a cidade nos pontos mais afastados. Depois subi a Golden Gallery, acima do zimbório, e por fim à bola da lanterna (616 degraus) onde se pode bem alojar uma dúzia de pessoas. Por uma escadinha de ferro que há aí, guindei-me até o teto da bola, onde há uma abertura por onde se pode olhar para fora. Do soalho de bola tem-se, por uma outra abertura circular, uma vista curiosa sobre o interior da igreja.

Descendo, fui à cripta, onde entre outros se veem: o sarcófago de Wellington, feito de um só bloco de pórfiro escuro sobre um soco de granito, e o de Nelson, feito do grande mastro do l'Orient, navio francês que fazia parte da esquadra de Aboukir. Vê-se também na cripta o carro fúnebre de Wellington, com troféus d'armas, bandeiras, e os nomes de diversas de suas batalhas, entre as quais a de Waterloo.

Saindo da Catedral, desci Cheapside, uma rua animadíssima e cheia de lojas muito ricas e fui a Guildhall, a câmara municipal de Londres, que não é grande coisa e que encerra um museu de antiguidades que também visitei. Depois desci até a praça onde estão situados o Banco da Inglaterra, a Bolsa e a Mansion House, morada oficial do Lord-mayor e onde há também uma estátua equestre de Wellington.

O Banco é um vasto edifício de um só pavimento, sem janela alguma exterior. Para visitá-lo é preciso uma autorização que vou tratar de obter.

A Bolsa é um belo edifício, com uma rica colunada coríntia e um frontão. Estava fechada.

A Mansion House também tem um pórtico de seis colunas e um frontão ornado de um grupo alegórico.

À noite fui ao teatro do Empire: espetáculo variado, sendo a parte principal do programa magnífico bailado intitulado Monte-Cristo e tirado do romance de Dumas.

Figura 12: Londres – O Banco da Inglaterra



1º de junho – De manhã concluí a visita da National Gallery. Quadros mais notáveis: de Pallajuolo, Martírio de São Sebastião, a sua obra-prima; de Leonardo da Vinci, A Virgem e o Menino com São João Batista e um anjo, quadro comprado por 9.000 libras; de Botticelli, Marte e Vênus; de Lippi, A Anunciação; de Grandi, A Virgem com o Menino e santos, a sua obra-prima; de Raphael, A Visão de um Cavaleiro ou Dever e Prazer; A Madona

degli Ansidei (a Virgem com o Menino, São João e São Nicolas de Bari, quadro adquirido por 70.000 libras, a maior quantia que já se tem dado por uma tela; a Madona Aldobrandini (A Virgem, o Menino e São João) conhecido em Inglaterra pelo nome de Garnach Madonna; Sta. Catarina de Alexandria; retrato de Julio II; de Perugino, Virgem e o Menino, com São Jerônimo e São Francisco; de Holbein, Os embaixadores; de Libri, A Virgem e o Menino com Sta. Ana; de Tintoreto, São Jorge e o Dragão; de Ticiano, A adoração dos Pastores; de Pacimbo, A ressurreição de Lázaro, grande e expressivo quadro; de Ticiano, Baco e Ariane, Noli me tangere ou Jesus ressuscitado aparecendo a Madalena; de Veronese, Adoração dos Magos, A Família de Dario diante de Alexandre, célebre obra-prima comprada por 13.650 libras; de Corregio, A Virgem do Cesto; de Crivelli, A Virgem da Andorinha (com o Menino, São Jerônimo e São Sebastião); de VanDyck, retrato equestre de Carlos I, comprado por 17.500 libras; de Rembrandt, A mulher adúltera, belíssimo quadro; de Maes, A Preguiçosa, obra-prima do artista; de Rubens, O triunfo de César; cópia livre de Mantegna; de Ter Borch, A Paz de Westphalia (retratos de plenipotenciários), obra-prima do artista; de Memling, A Virgem e o Menino em um Jardim; de Lorain, O casamento de Isaac e Rebeca e o Embarque da Rainha de Saba, duas admiráveis paisagens; de Turner, Nascer do Sol e Fundação de Cartago, duas belas paisagens também, dadas pelo autor com a condição de que seriam colocadas ao lado das antecedentes; de Landseer, Dignidade e Imprudência (dois cães), Aristocrata e plebeu (idem), Alexandre e Diógenes (idem); além de muitos outros quadros, pois há 22 salas repletas. As condições de luz do museu não são boas; os vidros que cobrem as telas refletem como espelhos, o que torna difícil e em certas ocasiões mesmo impossível examinar-se um quadro.

Fui visitar mais tarde a abadia de Westminster. Antes, porém, dei uma vista d'olhos sobre o palácio, que é um edifício soberbo,

com 11 pátios, 100 escadas, 1.100 peças, com três belas torres, numa das quais um relógio, cujo mostrador tem 7 metros de diâmetro e um sino que pesa 260 quintais, um dos maiores do mundo. A magnífica fachada que dá sobre o Tâmis é decorada com estátuas dos soberanos de Inglaterra, desde Guilherme, o Conquistador, até a rainha Victoria e tem 275 metros de extensão. Da ponte de Westminster (353 metros de longo e 26 de largo) se tem uma bela vista sobre o palácio. Nas imediações deste há diversas estátuas: de Lord Derby, de Lord Palmerston, de Lord Beaconsfield, de Robert Peel, de Ricardo Coração de Leão.

A abadia de Westminster, ricamente decorada no interior e com belas colunas de mármore, contém uma infinidade de túmulos de reis e monumentos de homens célebres – entre esses monumentos há alguns verdadeiramente grandiosos. Eis aqui os nomes de algumas das celebridades que têm monumentos na abadia; W. Pitt; Chatham; G. Canning; Lord Beaconsfield; Lord Palmenston; Castlereagh, alma das coalizões contra Napoleão I; Robert Peel; Cobden; Buxton, o abolicionista; Wilberforce; idem; Nelson; Lyell, o geólogo; Fox, o estadista; W. Pitt filho; Paoli, o célebre general da Córsega; Livingstone; Garrick, o ator; Macauley; Shakespeare; Milton e Longfellow. Estão sepultados nesta igreja: Fox, os dois Pitt, Darwin, Herschill, Carlos Dickens, Garrick.

Nas capelas em torno do coro estão os monumentos reais e alguns de outras personagens célebres. Entre as capelas destaca-se a de Henrique VIII, que é uma maravilha de arquitetura.

Quanto aos monumentos, são notáveis, entre outros, os de: Maria Stuart; Monk, o restaurador dos Stuart; duque de Buckingham, favorito de Carlos 1º; duque de Montpensier, irmão de Luis Philippe; Henrique VII; a rainha Isabel; Franklin, o navegante; James Simpson, o descobridor da virtude do clorofórmio.

À noite fui ao museu de Mme Tousseau, uma curiosa coleção que não acabei de visitar e onde tenciono voltar amanhã.

2 de junho – Visitei de manhã a Galeria de Retratos, uma enorme coleção de retratos de príncipes e homens ilustres do Reino Unido, ocupando mais de 20 salas. Há também aí um grande quadro representando a Câmara dos Comuns depois da reforma de 1832, com 320 retratos, por Hayter.

Fui depois ao British Museum (num suntuoso edifício), uma preciosíssima coleção de impressos, manuscritos, estampas e desenhos, antiguidades orientais, britânicas, gregas, romanas, moedas, medalhas, etc.

Aí se admiram: esplêndidas miniaturas desde o século X ao século XVI; autógrafos de uma infinidade de homens ilustres de todos os tempos e de todos os países; as primeiras obras impressas em diversas nações; livros com folhas de madeira; esculturas antigas; os restos de célebre templo de Diana em Efeso; os célebres mármore de Elgin, restos de esculturas do Parthenon de Atenas, de Phidias, considerada a maior obra-prima da Escultura; os restos do túmulo de Mausolo, erigido 352 anos antes de J.C., monumento colossal que tinha 42 metros de altura; esculturas de palácios de Nínive (700 a 800 anos antes de J. C.); uma rica coleção de joias antigas, etc, etc, etc.

À noite voltei ao museu de Mme Tussaud, que compreende 374 figuras de cera representando personagens célebres de todos os países. Além disto, há ali as seguintes curiosidades: o carro de Napoleão III em Sedan; o facão da guilhotina (e parte mesmo da máquina) que decapitou Luis XVI, Maria Antonieta e os grandes homens da revolução francesa; um grande número de lembranças de homens célebres (cabelos, armas, vestimentas, objetos de uso, etc); a camisa que Henrique IV trazia na ocasião em que foi assassinado (ainda se vê a grande mancha de sangue);

e, finalmente, o museu especial de Napoleão I, uma grande coleção de retratos e bustos dele, de sua família e de seus generais, e um avultado número de lembranças do grande homem, entre as quais: o berço do rei de Roma, filho de Napoleão (o qual, como se sabe, foi batizado com água expressamente trazida do Jordão); a bandeira dada por Napoleão aos guardas nacionais de Elba; a cadeira favorita de Napoleão em Santa Helena; o carro de sua coroação como rei de Itália; um pedaço do pinheiro à sombra do qual ele costumava sentar-se e depois foi sepultado; um belo estojo que Maria Luiza lhe deu por ocasião de sua partida para a Rússia, contendo objetos de toilette, os quais, juntamente com 300 diamantes, foram roubados pelos prussianos em Waterloo, pois o estojo se achava na carruagem de Napoleão, que ali foi apreendida e que agora figura também no museu; um serviço de mesa, de 38 peças, de que se servia Napoleão em Santa Helena; camisa, colete, ceroula, lenços, meias usados por Napoleão; a equipagem de campanha, apreendida com a carruagem; um relógio de ouro dado por ele a Mati, um dos seus criados, depois da batalha de Leipzig; um anel de camafeu dado a Luciano; um diamante achado na carruagem; uma faca, um garfo e uma colher, dados a José e depois dados por este ao Dr. O'Meara; a espada trazida por Napoleão na campanha do Egito, dada por Luis Napoleão, depois Napoleão III, ao Dr. O'Meara; os mantos da coroação de Napoleão e Josefina, uma xícara usada por ele em Sta. Helena; uma caixa de rapé, de ouro, dada por ele a Luciano; um dente de Napoleão, extraído pelo Dr. O'Meara; uma colher e um frasco de essências achados na carruagem; o atlas usado pelo imperador e no qual se acham traçados por seu próprio punho diversos planos de batalha, etc, etc.

Figura 13: Londres – Hyde Park



3 de junho – Visitei Hyde Park, o Bois de Boulogne de Londres, um parque magnífico aonde afluí, em belas carruagens tiradas por soberbos cavalos, todo o *high-life* da grande capital.

O parque ocupa uma superfície de 158 hectares. Das suas nove entradas principais a mais frequentada é Hyde Park Corner, no fim da Piccadilly, ao lado de Apsley House, a casa de Wellington.

De Hyde Park passei-me para os belos jardins de Kensington e daí fui ver o Albert Memorial, um monumento esplêndido, soberbo, elevado à memória do falecido esposo da rainha Victoria. Tem 53 metros de altura. A larga base tem nos ângulos quatro grupos de mármore representando a Europa, a Ásia, a África e a América; sobem-se depois uns 15 degraus, chega-se à base propriamente dita do monumento, recoberta de 169 figuras de mármore representando os principais artistas do mundo, e nos ângulos quatro grupos – a Agricultura, a Indústria, o Comércio e a

Arquitetura. Sobre esta base está assentada a estátua do príncipe, com o costume da Jarreteira, em bronze dourado. Acima ergue-se uma espécie de pátio gótico, sustentado por quatro feixes de colunas de granito e acabando por uma elevada flecha. Todo o monumento é ornado em profusão de estátuas de mármore e bronze, de dourados, de pedras de cor e de mosaicos de vidro.

Em face de Albert Memorial ergue-se Albert Hall, uma grande rotunda que serve de sala de concertos. Lendo casualmente o anúncio afixado no exterior vi que no concerto do dia tomava parte Adelina Patti. Comprei imediatamente um bilhete e meia hora depois estava ouvindo a célebre cantora, sempre delirantemente aplaudida e sempre forçada, de cada vez, a cantar alguma coisa mais.

Saindo do Albert Hall, dei uma vista d'olhos no Instituto Imperial, destinado a favorecer a agricultura, o comércio e a indústria, e no belo palácio do Museu de História Natural (fachada, 205 metros) que lhe fica próximo.

4 de junho – Visitei os museus de South Kensington e de História Natural. O primeiro compreende um museu de artes decorativas, uma galeria de pintura, uma biblioteca artística, uma biblioteca científica e técnica, uma escola de artes e o real Colégio de Ciências. É um museu riquíssimo, de coleções excepcionalmente abundantes e preciosas. Há aí: moldes e reproduções (e também alguns originais) de grandes obras de arquitetura e escultura; uma coleção muito valiosa de pequenas obras de arte em marfim, âmbar, ágata e porcelana; outra de objetos de prata, utensílios eclesiásticos, ornamentos, condecorações, relógios, tabaqueiras, armas, anéis, camafeus, braceletes, brincos, colares, medalhas, baixelas de prata e ouro, leques, instrumentos, porcelanas, bronzes, móveis, rendas, tapetes; esculturas originais dos mais célebres artistas, Miguel Ângelo, Donatello, Robbin, etc; galeria de pintura, onde figuram sete cartões de Raphael; móveis de luxo e históricos; máquinas e

invenções (a máquina de Beck para o Cometa, o primeiro barco a vapor que andou na Europa, a primeira locomotiva de Stephenson); aparelhos telegráficos; galeria de piscicultura; aparelhos científicos; laboratório antropométrico; museu das Índias (construções, tapetes, vestuários, armas, bordados e sobretudo as obras de ouro, prata e pedrarias, uma coisa fabulosa que ocupa armários e mais armários e deixa pasmado o visitante: um trono de ouro, chapéus, couraças, baixelas, vasos, chicotes, caixas, tudo de ouro e coberto de pedrarias). Esqueci-me de falar também em uma coleção de grandes obras de ouro ou prata pertencentes a reis ou famílias nobres: mesas, cadeiras, secretárias, jarros, bandejas, espelhos, etc.

O museu de História Natural compreende importantíssimas coleções de geologia, paleontologia, zoologia, mineralogia, botânica, osteologia, etc, tudo admiravelmente bem classificado. Notam-se aí: grupos para a explicação do albinismo, do melanismo e das mudanças produzidas pela domesticação e cruzamentos; elementos de uma coleção morfológica, relativa à formação e transformação dos corpos orgânicos. Entre outras curiosidades: um pedaço de pele de mamute da Sibéria, ainda com os pelos; pássaros fósseis cuja cauda é um prolongamento da espinha; o meteorito de Melbourne, o maior que se conhece (3.550 kg); restos de habitantes das cavernas; esqueletos de mamute; mastodonte, da vaca marinha de Steller, etc, etc.

5 de junho – Visitei hoje o interior do palácio de Westminster, grandiosa e luxuosamente decorado, merecendo especial menção a soberba Câmara dos Lords, de magnífica e suntuosa arquitetura gótica. Os assentos são divans de marroquim vermelho; em uma das extremidades está o trono da rainha, sob um baldaquim gótico dourado, tendo à direita a cadeira do príncipe de Gales e à esquerda a que era destinada ao príncipe consorte. (Esta sala tem 30 metros de longo sobre 14 de largo e de alto).

A Câmara dos Comuns (19 metros de longo sobre 14 de alto e de largo), apesar da riqueza com que é preparada, é, contudo, inferior à dos Lords.

São notáveis ainda neste palácio uma pequena igreja subterrânea e a grande sala de Westminster Hall, resto do antigo edifício, rica de lembranças históricas: entre outros fatos, basta assinalar que aí foi Carlos I condenado à morte; aí foi Cromwell declarado Lord Protector e oito anos mais tarde o seu corpo foi retirado da Abadia, arrastado pela lama e a sua cabeça exposta em Westminster Hall, onde permaneceu trinta anos.

Visitei também a afamada Torre de Londres, antiga prisão de Estado, ainda hoje mantida como fortaleza, tão rica igualmente de lembranças históricas. Há aí uma valiosa coleção de armaduras antigas e, dentro de uma vitrine revestida de grades de ferro, as joias da Coroa. Entre estas se destacam: a coroa de Santo Eduardo, que serve na coroação dos reis da Inglaterra; a esplêndida coroa da rainha Victoria, ornada de 2.783 brilhantes, com um rubi e uma safira de grandeza descomunal, obra avaliada em 111.900 libras (cerca de 3.400 contos ao câmbio atual); a coroa de Maria d'Este, com diamantes e pérolas; o cepto de Santo Eduardo (1,40 metros de comprimento e pesando 90 libras); o cepto da rainha Victoria com uma cruz guarnecida de pedras preciosas.

Dei depois uma vista pela grandiosa ponte da Torre (com sua parte móvel para deixar passar os navios, sua passagem fixa para pessoas a pé a 43 metros de altura, seu comprimento de ½ milha); pela Casa da Moeda, pela Alfândega, e, mais tarde, de volta ao centro da cidade, pelo palácio de St. James, no aprazível parque do mesmo nome.

6 de junho – Domingo, e além de domingo dia de nevoeiro, pesado, aborrecido, estúpido. Domingo, dia em que o movimento da cidade cessa quase por completo, em que tudo se fecha, à

exceção das casas de tabaco, em que os restaurantes só abrem depois de uma hora da tarde, em que se paga mais um penny por selo de carta. Fugi para o campo, fui para Hampton Court, a 24 km da cidade, um lindo arrebalde de Londres, à margem do Tâmis. Ao atravessar o limite da zona urbana, parecia que o trem saia da treva e entrava na luz, o nevoeiro dissipou-se e surgiu em plena claridade a campina verdejante, semeada de quintas, de jardins e de parques. Pelo que vi e pelo que tenho lido, creio que o que Londres tem de mais bonito são os seus arredores. Hampton Court é um velho palácio real, onde há uma excelente galeria de pintura. Aí, além da curiosa coleção de grandes retratos das damas mais formosas das cortes de Hampton e de Windsor, se encontram alguns quadros notáveis, entre os quais: Diana e Acteon, uma das obras-primas de Veronese; Santa Família, de Corregio; e o célebre Triunfo de César, de Mantegna, grande aquarela que consta de nove quadros.

Os vastos jardins do palácio, com os seus magníficos tapetes de relva e as suas extensas aleias de árvores frondosas, são soberbos.

Em Hampton Court tomei um cômodo coche puxado por quatro valentes trotadores, atravessei em todo o seu cumprimento a célebre aleia de castanheiras de Bushy Park (2 km de extensão, três ordens de árvores), depois a pequena cidade de Richmond e fui até Kew, onde tomei um pequeno vapor e descí até Londres. Todo esse trajeto, quer de Hampton Court a Kew, quer de Kew a Londres, é lindíssimo. As margens do rio são admiráveis: Moetlake, Chiswick, Hammersmith, Putney, Fulham, são pequeninas cidades situadas em uma ou outra margem, no meio de verduras e flores. Depois desta última estação vai-se entrando na cidade, passa-se a ponte de Battersea, a ponte Alberto, depois à direita o parque de Battersea, à esquerda o bairro de Chelsea, com o seu lindo cais arborizado, em seguida a elegante ponte suspensa de Chelsea, a ponte de Vauxhall, a de Lambeth, com o palácio deste nome ao lado, mais adiante à direita o vasto hospital de St. Thomas e o cais Alberto, à esquerda o

imponente palácio do Parlamento, depois a ponte de Westminster e por fim Charing Cross, onde desembarquei.

7 de junho – Passei o dia no jardim zoológico, que dizem ser o primeiro do mundo. É em Regent's Park, o mais vasto de Londres. É efetivamente uma coleção soberba.

À noite fui ao Aquário, um casarão onde se faz uma espécie de feira; há ali de tudo: teatro, velódromo, tiro ao alvo, mascates de bugigangas, retratistas à *la minute* (lá tirei o meu retrato por um shilling), exercícios de força, etc, etc.

8 de junho – Visitei o museu Sloane, uma reunião de objetos de diferentes naturezas, mas sobretudo de escultura e pintura. Entre as coisas mais notáveis que aí se encontram, contam-se: quatro quadros de Hogarth sobre peripécias de uma eleição e oito quadros do mesmo autor sobre a vida de um debochado; um belo sarcófago egípcio de uma só peça de alabastro, de uma admirável transparência; o manuscrito original da “Jerusalém” de Tasso; e uma pistola que pertenceu a Pedro, o Grande, dada em Tilsitt por Alexandre da Rússia a Napoleão.

Figura 14: Londres – Fachadas no bairro de Holborn



9 de junho – Temos tido dias intoleráveis, de nevoeiro e chuva.

Hoje fui a Dulwich, a uns 8 ou 10 km de Londres, onde há uma preciosa galeria de pintura. Entre belos quadros que aí abundam, destacam-se: A Virgem e o Menino, de Van Dyck; uma porca com os seus bacorinhos, de Teniers Junior; uma menina à janela, de Rembrandt; uma florista, de Murillo; Pequenos Camponeses, do mesmo; Santo Antonio de Pádua e São Francisco de Assis, de Raquel; Santa Família, de A. del Sarto; além de muitas paisagens de Cuyp e alguns quadros dos Teniers, de Rubens, Veronese e Ruysdael.

Era minha intenção ir de Dulwich ao Palácio de Cristal e cheguei mesmo a começar a viagem que, aliás, não é longa; mas dei tantas voltas, mudei tantas vezes de trem, andei sempre tão descontraído com os comboios, que afinal perdi a paciência e voltei à cidade. Ficará para a volta, pois amanhã sigo para Edimburgo.

EDIMBURGO **(265.000 habitantes) (atualmente 782.000)**

10 de junho – Parti de Londres às 10h da manhã no *Flying Scotsman*, um expresso que deita mais de 46 milhas por hora. O trajeto, via York, Newcastle e Berwick, é belíssimo: cidades, campos verdejantes povoados de rebanhos, ruínas de castelos, rios, o mar durante um largo trecho da estrada, pontes grandiosas, soberbos viadutos. Realmente não supunha que essa parte do interior da Inglaterra fosse tão bonita: a viagem de Londres a Edimburgo em sua maior parte parece ser feita por dentro de um parque. Cheguei às 6h30 da tarde e hospedei-me no hotel Douglas, Princes Street, a mais bela rua de Edimburgo, embora, a meu ver, esteja longe de ser “a mais bela rua da Europa”, como a qualifica o meu guia.

Saí logo a dar um passeio pela cidade. Percorri a Princes Street, que só tem casas de um lado, sendo a parte fronteira ocupada por jardins; em uma espécie de viaduto, o Mound, que liga esta parte da cidade, que é a parte nova, à cidade antiga, estão situados os museus de escultura e de pintura, que são dois bonitos edifícios, embora muito baixos. Na orla dos jardins há diversas estátuas de escoceses ilustres e um belo monumento, o Scott Monument, encerrando uma estátua de Walter Scott, à semelhança do Albert Memorial de Londres, mas não tão grandioso nem tão bonito.

Do outro lado do profundo vale que separa as duas partes da cidade, vê-se sobre uma colina a massa imponente do Castle, a antiga residência dos reis da Escócia. Entre os outros edifícios que vi hoje, releva notar o Arquivo (Register House) com uma estátua equestre de Wellington em frente (o cavalo apoia-se somente nas patas traseiras, como o de Luis XIV em Paris), o Correio, a prisão em forma de castelo e o High School, bonito edifício de estilo grego. Em frente à Register House um outro viaduto liga as duas partes da cidade; daí tem-se uma bela vista à noite. A parte nova da cidade é muito regular, é formada de ruas largas e retas; tem três artérias principais – Princes, George e Queen Streets – que são paralelas. Em George Street, em cada ponto de interseção das ruas perpendiculares, há um monumento, uma estátua.

A edificação em geral é bonita, não é tão simples como a de Londres.

11 de junho – Percorri hoje toda a cidade, que não é muito grande e conta (sem Leith) uns 265 mil habitantes.

Pode-se dizer que é uma cidade bonita; a parte nova, como já disse, é formada de belas ruas largas e direitas, tem vários *squares*, muitas estátuas, boa casaria, bonitos edifícios e igrejas, é limpa e bem calçada; mas mesmo na parte velha onde se encontram casas muito curiosas, algumas de extraordinária altura (8 a 12 andares), há boas ruas, ricas lojas, jardins e alguns edifícios notáveis.

Pelo seu castelo, Edimburgo lembra Coblenz com a fortaleza de Ehrenbreitstein; pela sua pitoresca situação recorda Lucerna. Logo de manhã fui ao Castelo, de onde se goza uma vista soberba sobre a cidade e os seus arredores. Lá se veem o tesouro da coroa da Escócia (o que há de mais notável é uma coroa ornada de pérolas, das quais quatro muito grandes), um museu de armas e a insignificante capela de Sta. Margarida, o mais antigo edifício de Edimburgo (é de 1100). Achava-me em uma das baterias do Castelo quando passava

uma guarda (fardeta escalarte com uma tanga de variadas cores caindo até quase os joelhos, meias compridas, entre a extremidade superior da meia e a inferior de tanga a perna nua) puxada não por um tambor ou por uma corneta, mas por um soldado vestido de fardeta branca tocando uma gaita de fole. O que é certo é que a toada era melodiosa e marcava bem a cadência da marcha.

Depois do Castelo visitei a Catedral de St. Giles e em seguida o Tribunal de Justiça, que é um vasto e belo edifício. Aí vi uma coisa de que já tinha notícia e é que em Inglaterra os advogados e juizes mantêm ainda o uso da peruca, que hoje em dia não deixa de ser supinamente ridículo.

Fui depois ao palácio de Holyrood, antiga residência dos reis escoceses. Lá se visitam os aposentos de Maria Stuart, com o seu leito e algumas outras relíquias, os aposentos de seu segundo marido Lord Darnley, e uma galeria de retratos dos monarcas escoceses, que não tem grande valor. No vestíbulo da sala de audiência da rainha há uma mancha que se diz ser do sangue de Rizzio.

Todos esses edifícios são na cidade velha e aí ainda há notar a Universidade, o Museu e a Nova Universidade, obras modernas e bonitas.

Passando para a cidade nova, percorri algumas das suas principais ruas, seus *squares*, seus pontos de vista, suas igrejas, entre as quais se destaca a Catedral de Sta. Maria.

Fiz depois, na imperial de um *tramway*, o circuito de grande parte; é um passeio interessantíssimo que oferece magníficos pontos de vista. O que mais embeleza Edimburgo é a sua admirável e harmoniosa combinação da arte e da natureza. É uma cidade com que a gente simpatiza logo, em que se orienta facilmente pela disposição racional de suas ruas e por isso que, de um ponto elevado, se pode abrangê-la com um só olhar.

12 de junho – Visitei hoje o museu de escultura, que pouco valor tem, e a galeria de pintura, onde se encontram alguns belos quadros de Van Dyck, Teniers, Ruysdael, Rembrandt, Murillo, Veronese e Ticiano e muitas obras de artistas ingleses. Fui em seguida à galeria de retratos, de valor bem secundário, e ao museu de antiguidades, onde há algumas relíquias históricas e onde tive ocasião de ver “the Maiden”, uma espécie de guilhotina, usada já no século XVI (o facão baixa sob o peso de uma grande pedra).

Fui depois a Leith (o porto), a Portobello (arrebalde) e dei diferentes passeios em diversas direções pela cidade.

Às 6h50 da tarde tomei o trem para Glasgow.

GLASGOW

(390.000 habitantes) (atualmente 2.850.000)

Bonito o trajeto de Edimburgo para aqui; é a mesma natureza que se admira de Londres para a capital da Escócia. Em Linlithgow vê-se da via férrea o palácio em que nasceu Maria Stuart.

Hospedei-me no North British Station Hotel, em George Square, “the finest open space in the city”, diz o meu guia. É uma vasta praça ajardinada, cercada de belos edifícios (entre os quais a imponente Câmara Municipal) e que tem nada menos de 14 estátuas de homens ilustres, sobressaindo a de Walter Scott em uma coluna de 80 pés de altura.

13 de junho – Domingo, ainda mais aborrecido do que em Londres, e para o cúmulo da insipidez o dia está enevoadado e ameaçando chuva.

Glasgow, uma grande cidade de 80.000 habitantes, é puramente comerciante e industrial, nenhum interesse oferecendo ao simples turista. Tem ruas largas e direitas e boa edificação,

mas as casas são tão enegrecidas que imprimem à cidade um tom sombrio e lúgubre. Entre as ruas notam-se as de Sanchichall, Buchanan e Argyle, onde se encontram ricos estabelecimentos comerciais, conforme vi ontem à noite, porque hoje todas as casas, inclusive as particulares, amanhecera hermeticamente fechadas e assim se conservaram durante todo o dia.

Visitei a Catedral, que nada tem de interessante e passei o dia a percorrer a cidade em diferentes direções. Dos edifícios públicos, a não ser a Municipalidade, é digna de nota apenas a Universidade.

Tenciono visitar amanhã logo cedo o que me falta ver (isto é, bem pouco) e seguir à tarde para Liverpool.

LIVERPOOL **(600.000 habitantes) (atualmente 484.600)**

Cheguei pouco depois de 7h, tomando aposentos no Exchange Station Hotel, anexo à *gare* onde desembarquei, hotel que me parece tão bom quão detestável o que tomei em Glasgow.

Na viagem passei em algumas cidades de certa importância, como Carlisle, Dumfries e Blackburn. O trajeto até meio caminho é alegre e risonho, como o de Londres a Edimburgo; depois o terreno torna-se mais árido e mais devastado.

Pelo que já vi, Liverpool tem a mesma feição de todas as cidades inglesas: sombria, ruas irregulares e sem arborização, casas que parecem pintadas a carvão, muita fumaça.

O ponto mais bonito da cidade é a praça em frente à estação de Lime Street. Aí se notam St. George's Hall, um grande e belo edifício em forma de templo greco-romano, com elegante colunata coríntia, contendo sala de concerto, tribunais, repartições públicas, etc; o Museu de Pintura, a Livraria Picton, a Biblioteca pública e a

Country Sessions House, edifícios todos bonitos. Em frente de St. George's Hall uma estátua equestre da rainha Victoria e outra do príncipe consorte; ao lado uma coluna de 115 pés de altura com uma estátua colossal de Wellington.

Uma das melhores ruas é Dale Street, onde se acham: Municipal Building, Town-Hall e, atrás, a Bolsa, bons edifícios, sobretudo o último que é uma construção grandiosa. Entre ela e Town-Hall está um monumento de Nelson.

15 de junho – De manhã percorri em um trem elétrico a região ocupada pelas docas de Liverpool, na margem do rio Mersey. Há mais de 50 docas e bacias. No meio da linha das docas há um cais de embarque, flutuante, de 2.060 pés de comprimento, chamado Landing Stage.

Fui depois ao museu de pintura, onde se encontram algumas telas antigas e belos quadros de artistas ingleses.

Saí em seguida a passear pela cidade. Entre os edifícios públicos há ainda a notar: Revenue Buildings, contendo a alfândega e o correio; a igreja de São Pedro, catedral, e a de São Lucas. As ruas Castle, Church, Lord e Bold têm boas lojas e são muito frequentadas. A mais bela rua de Liverpool, porém, é sem dúvida Princes Road, um extenso *boulevard*, bem arborizado e bem edificado. Pena é que as casas sejam em tijolo, como se usa tanto aqui em Inglaterra.

À noite fui ao Empire (nas cidades inglesas há sempre um teatro chamado Empire), onde vi magníficas fotografias animadas.

16 de junho – Desde a madrugada que sopra um verdadeiro furacão sobre Liverpool; o vento é de uma impetuosidade inconcebível, o frio intolerável, a poeira cega e sufoca; o Mersey está encapelado como um mar em temporal desfeito. Não pude fazer um passeio pelo rio, como pretendia. Fui ao museu da Biblioteca, uma rica e interessante coleção de antiguidades, lembranças históricas,

de etnologia, zoologia, aquário, etc. Aí vi esquisitos vestuários de esquimós feitos de intestinos de leão marinho. Entre as relíquias de pessoas célebres há: um relógio em forma de coração fabricado por Luis XVI para Maria Antonieta; o boné, as luvas e os sapatos que Lord Byron usava na Grécia; um rico adereço de ônix dado por Napoleão a Josefina, tendo nas peças principais o busto dele em relevo; um anel de sardonia, com o busto de Napoleão cercado de pequenos diamantes, dado por ele a Madame Ney; uma caixa de rapé, com o retrato de Josefina cercado de seus cabelos, dados por ela à mesma Madame Ney.

Passei depois pela cidade e às 5h30 tomei o trem para Manchester, não suportando mais o vento, o frio e o pó.

MANCHESTER **(490.000 habitantes) (atualmente 541.300)**

Cheguei às 6h15. Bonito trajeto. Nas imediações da cidade há uma verdadeira floresta de chaminés, que se estende a perder de vista por uma planície enorme e que denuncia a aproximação da primeira cidade manufatureira de Inglaterra.

Hospedei-me no Hotel Victoria.

Logo depois do jantar comecei a visita da cidade. Percorri as belas ruas de Piccadilly, Market, Dean's Gate, cheias de ricos estabelecimentos comerciais e bons prédios. Ao contrário do que se dizia, Manchester é, a meu ver, mais bonita que Liverpool: ruas largas e extensas, construções muito elegantes, mais movimento e mais asseio. Entre os edifícios públicos que já vi destacam-se: a Royal Infirmary, defronte da qual há a infalível estátua de Wellington, a Bolsa e o Tribunal de Justiça.

Ônibus e bondes percorrem a cidade em todas as direções. Nestes últimos o condutor não recebe diretamente o *fare* das mãos do passageiro: apresenta-lhe uma caixa de metal com uma abertura na parte superior e o passageiro deixa cair aí a moeda.

Na rua é-se a cada momento importunado por meninos e meninas, às vezes velhas também, oferecendo caixas de fósforo.

Os mictórios nas cidades inglesas são em geral subterrâneos, limpos e bem feitos. Nas portas das latrinas há um aparelho com uma abertura, onde quem está necessitado deixa cair um penny: só assim a porta se abre. Há *lavatories* especiais para *gentlemen* e outros para *ladies*; não é, pois, como em França, onde homens e mulheres vão promiscuamente ao mesmo *cabinet d'aisance*.

Nos teatros conserva-se o chapéu e fuma-se durante todo o espetáculo; os chamados à cena e os pedidos de bis são feitos unicamente por meio de palmas. A plateia é tolerante como, aliás, nos outros países que tenho visitado. Parece que há razão em dizer-se que a plateia do Rio de Janeiro é exigente. Aqui o empresário suprime partes do espetáculo, os artistas deixam de vir à cena, a orquestra nega-se a bisar um trecho, tudo apesar das solicitações do público, e este se conforma; no Rio qualquer destas coisas seria um *casus belli*. Parece-me que neste ponto temos mais razão.

A coisa mais difícil que há em Inglaterra é achar quem fale francês. Em casas comerciais e hotéis de primeira ordem, em agências de estrada de ferro (como diversas sucursais da Cook), em casas de câmbio, não encontrei um inglês que falasse outra língua que não fosse a sua: até aqui, somente em um ou dois hotéis (e eu frequento sempre os melhores) encontrei um e quando muito dois ou três criados que falassem francês e somente criados da *table d'hôte*; em estabelecimentos de outra natureza, nem um. E quase sempre os criados que falam francês não são ingleses, são italianos, alemães, etc.

17 de junho – Continuei hoje a minha visita à cidade: bonitas ruas, espaçosas, retas, longas, pena é que as casas sejam tão escuras. Há edifícios imponentes; podem citar-se como mais notáveis o New Town Hall, o museu de pintura, que contém uma coleção de quadros de pouca importância, e o Free Trade Hall. Os teatros em geral, e há muitos, são prédios muito elegantes.

O furacão, que rompeu ontem em Liverpool, estendeu-se até aqui. O vento sopra com uma violência espantosa; o frio é de rachar; não obstante achar-me bem resguardado com roupa de lã, custo a suportá-lo.

Nada mais tendo a ver em Manchester, embarquei às 5h para Londres. Deixei de tomar o trem das 4h, como tencionava, por me ter sentido subitamente muito incomodado.

O trajeto, que fiz em cinco horas, é esplêndido, sobretudo nos vales encantadores do Wye e do Derwent. A linha passa por cidades importantes, como Derby, Leicester e Bedford.

Tomei em Londres o mesmo hotel, Charing Cross.

LONDRES

18 de junho –Tempo frio e úmido; vento intolerável. Passei a noite bem incomodado do estômago e de um grande resfriamento que pilhei em Manchester.

Dei uns curtos passeios pela cidade, que se acha já toda enfeitada para as festas do jubileu, apresentando um aspecto brilhante as decorações das casas e das arquibancadas.

Vi hoje a Universidade de Londres, que ainda não tinha visto: é um palácio soberbo.

Estive umas duas horas na legação, onde ainda não havia ido.

À noite mudei-me para o Hotel Mathis, que o R. Galvão me havia indicado e que afinal descobri; o proprietário do Charing Cross impôs a cada hóspede uma contribuição diária, além do preço do quarto, de 30 shillings, a partir do dia 21 até o dia 24; não querendo sujeitar-me a essa especulação, tratei de mudar-me logo, antes que chegasse o dia 21. Não estou bem acomodado, mas enfim só conto me demorar em Londres até o dia 23.

19 de junho – Fui a Greenwich. Fiz a viagem de ida pelo Tâmis, o que é um passeio agradável, e voltei por terra. Greenwich só tem de curioso seu hospício, que é um esplêndido palácio formado de quatro edifícios distintos, mas que de longe parecem constituir um só. Visto do Tâmis o hospício é verdadeiramente imponente. Ele contém um museu naval com modelos de navios, relíquias históricas, um plano de batalha de Trafalgar e a Galeria Naval, formada de quadros e retratos relativos à marinha inglesa. Nesta galeria há também muitas relíquias de Nelson, entre elas a roupa que ele vestia na batalha de Trafalgar: ainda se vê o sangue do ferimento que o matou.

Visitei também o parque de Greenwich e fui até o célebre Observatório, que não é acessível ao público e de cujo terraço se tem uma vista magnífica sobre o Tâmis.

20 de junho – Passei o dia em casa: primeiro por ser domingo; segundo por ter de responder muitas cartas; terceiro por estar muito incomodado de meu resfriamento.

21 de junho – Fui a Brighton, a 82 km de Londres. A linha percorre uma bonita região. Brighton (150.000 habitantes) é o ponto hoje preferido pelos ingleses para os banhos de mar. Demorei-me lá apenas umas quatro ou cinco horas, pois tencionava voltar, como voltei, ainda a tempo de ir ao Palácio de Cristal. Visitei o Royal Pavilion antiga residência real e hoje destinado a conferências, concertos e bailes. É um bonito edifício, todo em

estilo oriental; aí vi dois esplêndidos lustres, cada um dos quais custou 2.000 libras.

Passei em seguida pela galeria de pintura que pouco valor tem, e fui ao Aquário, a principal curiosidade da cidade, onde em quarenta e três grandes bacias se admiram os mais raros peixes. Passei, finalmente, pela Esplanada, uma bela rua à beira-mar, longa de mais de uma légua, e onde está situado o West Pier, uma *jetée* de 350 metros de comprimento, na qual se faz uma espécie de feira, com teatro, concerto, restaurantes e bazar, e de onde se tem uma bela vista sobre o mar e a cidade.

Na volta saltei em Sydenham (a 9 km de Londres) e fui ao Palácio de Cristal. É um palácio imenso (só a nave central tem 490 metros de extensão), construído só de vidro e ferro. O aspecto é imponente. Interiormente é uma feira e uma grande exposição. Há inúmeras estátuas e cópias notáveis da escultura de todos os tempos; há tanques, fontes, plantas, animais empalhados, uma grande coleção etnográfica representando todas as raças humanas, um aquário, um tanque de natação, um palácio de macacos, um laranjal, uma sala de patinação, além de um sem número de pequenas lojas de todas as mercadorias, exposições e restaurantes. Conta mais o Palácio de Cristal um lugar para orquestra, que pode conter 4.000 pessoas, com um órgão de 4.384 tubos, um teatro, para 2.000 espectadores, uma sala de concertos das mesmas dimensões e diversos salões, com imitações de todos os gêneros de arquitetura e escultura, desde os primeiros tempos até hoje. Há assim o salão egípcio contendo imitações de velhos monumentos do Egito, templos, colunadas, etc; os salões grego, romano, bizantino, italiano, da Idade Média, da renascença, contendo cópias de monumentos, estátuas, igrejas e palácios, dessas épocas; o salão de Alhambra, que é uma perfeita reprodução de parte do palácio de Alhambra, o pátio dos Leões, as salas do Julgamento e dos Abencerragens, o salão de Pompeia, uma casa romana do

tempo de Tito, tal qual foi descoberta em Pompeia; o salão chinês, da Indústria e das Manufaturas.

Não tive tempo de visitar as galerias do 1º andar, nem os jardins e o parque do Palácio e realmente senti que tão tarde tivesse feito essa excursão, pois o Palácio de Cristal merece bem repetidas e demoradas visitas.

Chegando à noite em Londres, encontrei uma multidão enorme pelas ruas apreciando as iluminações, pois hoje é a véspera da grande procissão. Tive de pagar um shiling por um lugar na imperial de um ônibus, pois a começar de hoje os preços são especiais.

22 de junho – Chegou afinal o grande dia. Desde a madrugada que é extraordinário o movimento de povo nas ruas. Os veículos só podem transitar nas zonas por onde não deve passar a procissão. O caminho está todo enfeitado com dísticos, lanternas de cores, bandeiras, arcos, colchas, folhagem, flores, etc, etc; lança-se areia nas ruas, para evitar que os cavalos prancheiem; a cada canto surge um batalhão, de grande gala, música à frente, marchando para ocupar lugar na dupla linha de proteção estabelecida em todo o percurso; em pequenos intervalos ambulâncias perfeitamente montadas para os desastres possíveis; a multidão torna-se mais e mais compacta à proporção que se aproxima a hora; as arquibancadas, as janelas, todas as saliências ou reentrâncias onde se pode acomodar uma pessoa, estão regurgitando de povo. Tomarão parte na procissão perto de 50 mil homens de todas as armas, cerca de 40 príncipes e maior número de princesas, fora as altezas de outros continentes, corpo diplomático, generais, delegações das colônias, enviados especiais, etc, etc.

Às 8h em ponto já estava eu empoleirado na minha *seat*, na varanda de um 1º andar do Strand, com extensa vista à direita e à esquerda. O povo, nem sempre respeitoso, perseguia com assuadas

todos que passavam no espaço destinado ao cortejo, entre as filas da infantaria, fossem senhoras, enviados estrangeiros, generais, etc, que se dirigiam para o lugar de onde devia partir a procissão; se eram peões, então a assuada tomava proporções de uma vaia enorme.

Antes de começar o desfile, passaram ainda alguns batalhões, entre eles um de marinha com tambores (e também um bumbo) na frente, marchando admiravelmente, que arrancou palmas e bravos gerais.

Às 10h principiou a passar o cortejo, favorecido por um tempo esplêndido, o mais belo dia que tenho visto em Inglaterra. Nesse momento já a tropa de proteção lutava com dificuldade para conter a massa enorme de povo que ameaçava irromper no espaço vazio. Não é de admirar: os jornais calculam em dois, uns e outros, em três milhões os estrangeiros entrados em Londres para assistirem à comemoração do 60º aniversário do reinado da rainha Victoria.

Rompia a marcha da procissão o capitão Ames, o homem mais alto do exército inglês, acompanhado de quatro soldados de cavalaria; seguiam-se as tropas das colônias na seguinte ordem: um destacamento e uma banda de música de “horse-guards”, cavalaria do Canadá, 1º de infantaria de Nova Gales do Sul, Cavalaria de Victoria, Cavalaria de Queensland, Cavalaria e 1º de infantaria do Cabo da Boa Esperança, Cavalaria e 1º de infantaria da Austrália do Sul, Cavalaria de Natal, 1º de infantaria da Austrália Ocidental, mais dois regimentos de cavalaria de colônias, três bandas de música alternando com três batalhões de infantaria e finalmente um outro regimento da cavalaria do Canadá. Estas tropas, formadas de homens de todas as raças, exibindo uma variedade infinita de uniformes, produziam um efeito magnífico e arrancaram palmas e gritos de frenético entusiasmo da multidão.

Às tropas das colônias, seguia-se a banda escocesa de gaitas de fole (35 figuras), com o seu uniforme original em que sobressai um grande manto cor de café, a qual provocou aclamações delirantes do povo; e depois: um Estado-Maior, uma guarda avançada de Cavalaria de Guarda, um regimento de artilharia montada com a sua banda de música, o 1º de cavalaria da Life-Guard com a sua banda, o 1º e 2º de dragões da Guarda com as respectivas músicas, ainda um regimento de artilharia, o 1º, 2º e 6º dos dragões com as suas bandas, um outro regimento de artilharia, o 3º e 8º de hussares com as músicas, outro regimento de artilharia, o 10º e 15º de hussares com as bandas, outro regimento de artilharia, o 12º e 17º de lanceiros e as respectivas músicas, finalmente mais um regimento de artilharia. Foi um espetáculo soberbo o desfilar dessas tropas. As couraças e capacetes de metal amarelo com penachos ora brancos, ora escarlates, ora pretos, ora mesclados, as blusas vermelho-claro com vivos amarelos e largos canhões brancos nas mangas, as lanças com bandeirolas de duas cores, branca e vermelha, tudo isso iluminado por um sol americano, era de um efeito prodigioso. A farda da artilharia era preta ou azul escuro com vivos amarelos; em lugar do capacete, um pequeno gorro redondo. Os cavalos de cada regimento são todos da mesma cor; as músicas não têm tambor, mas dois pequenos bombos, como de teatro, que vêm escanchados no pescoço do cavalo, quase sempre pampa: o bombo marcha na frente. Os regimentos são formados alternando as filas de lanças e espadas. Quando passava em frente à minha varanda, a música do 17 de lanceiros começou a tocar o hino inglês: toda a multidão, *a una voce*, entoou o *God save the Queen*.

Em seguida à cavalaria e artilharia: os ajudantes de campo do comandante em chefe, os ajudantes de campo da rainha, ricamente uniformizados e cobertos de condecorações, o duque de Westminster e o seu brilhante Estado-Maior, três feld-marechais, os sheriffs, três oficiais às ordens do príncipe de Gales, cem

escudeiros, os adidos militares estrangeiros, um esquadrão do 1º de dragões da Guarda Prussiana, da qual a rainha é coronel honorário, uma numerosa deputação de oficiais das tropas do Imperial Service, dezoito landaus com as crianças da família real, muitas princesas, alguns príncipes e o corpo diplomático, dois escudeiros escoltando a carruagem da imperatriz Frederica, o Lord Mayor, a Escolta das Colônias formada de oficiais de todos os corpos, o 2º regimento de Life Guards, escudeiros, 36 príncipes ingleses e estrangeiros a cavalo, a magnífica Escolta da Índia, o comandante em chefe do Exército inglês, a carruagem da rainha, conduzindo esta, a princesa de Gales e a princesa de Connaught, tirada por oito esplêndidos cavalos brancos ricamente ajaezados e ladeada à direita pelo príncipe de Connaught, à esquerda pelo duque de Cambridge, e mais tropas oficiais e porta-estandartes e escudeiros e *grooms* e palafreiros fechando o cortejo o 2º regimento de Life Guards, um regimento irlandês e um esquadrão de House-Guards. Esta parte da procissão era de magnificência inexcédível: carruagens e cavalos soberbos, cocheiros empoados, librés riquíssimos, fardas e mantos bordados a ouro, tudo, mesmo nos menores detalhes, exibiam um luxo, um fausto, uma suntuosidade de deslumbrar¹⁸.

À noite saí com o Costa, meu companheiro de viagem do Brasil para Lisboa, que ontem casualmente encontrei aqui, a percorrer alguns pontos por onde passara a procissão. As iluminações de Piccadilly, St. James Street e adjacências eram belíssimas, mas a massa de povo era tal, que ao cabo de algum tempo, cansados, apertados, quase asfixiados, resolvemos fugir ao torvelinho

18 Vale a pena transcrever o comentário da própria rainha Victoria sobre o desfile do seu jubileu: "Um dia inesquecível. Acredito que jamais alguém foi recebido com uma ovação como a que me foi oferecida ao longo daquelas seis milhas de ruas. A multidão era indescritível e seu entusiasmo verdadeiramente maravilhoso e profundamente emocionante. Os aplausos e vivas eram ensurdecedores e todos pareciam cheios de uma alegria verdadeira". (Tradução livre dos diários da rainha Victoria. Royal Archives).

e procurar lugares menos frequentados, Regent St., Leicester Square, etc.

Sigo amanhã para Ostende.

Não levo nem boa nem má impressão da Inglaterra. Algumas coisas me agradaram, outras não, muitas ficaram aquém de minha expectativa.

Antes de fechar as notas deste dia, quero consignar aqui umas ligeiras observações. O uso do *pourboire* não é aqui tão frequente como em França: a não ser nos restaurantes servidos por homens, pode dizer-se mesmo que em Inglaterra raramente se dá um *pourboire*. Os hotéis ingleses exigem dos hóspedes uma contribuição diária adicional ao preço do quarto para pagamento do serviço, pedindo aos viajantes, por avisos afixados nos quartos, que não deem gratificação aos criados e proibindo a estes aceitarem-nas. Acho isto mais franco e mais nobre: evita-se assim a degradação, o rebaixamento de caráter a que a ambição do *pourboire* arrasta o indivíduo e, ao mesmo tempo, poupa-se o viajante ao espetáculo desolador de ver, saindo do hotel, formarem-se alas de homens fortes, robustos, bem parecidos, decentemente vestidos, a lhe estenderem as mãos como quem pede uma esmola, e é isto o que se vê em França. Aos cocheiros não é de uso dar gratificação alguma; em Paris, pode-se deixar de dar um *pourboire* a qualquer pessoa, menos a um cocheiro: é até perigoso e o menos que nos pode custar é uma furiosa descompostura.

A organização do serviço da estrada de ferro metropolitana ressentem-se, a meu ver, de alguns pequenos defeitos. Não se vê o nome das estações, inteiramente perdido em um aluvião enorme de cartazes de todas as cores e anúncios em todos os tipos, e como os trens quase nada se demoram nas paradas e os condutores não anunciam a estação, corre-se o risco a cada momento de passar ou de não chegar ao ponto que se deseja. Na rede suburbana há constantes

mudanças de trem, mas o condutor não avisa o passageiro nem este o vê mais durante o trajeto, e o bilhete por sua vez nada diz; de modo que ao estrangeiro acontece frequentemente perder horas em idas e vindas sem conseguir chegar ao ponto de destino.

Em geral as ruas em Londres não são numeradas como nas cidades do continente; a numeração começa de um lado da rua e volta pelo outro; isto causa grande embaraço em encontrar uma casa, às vezes numa rua de mais de uma légua de comprimento.

A edificação, por via de regra, é em tijolo nu; as casas, sem arquitetura, não têm frontão, são inteiramente chatas, e como não se veem os telhados, parecem antes caixões de casas do que casas propriamente ditas.

OSTENDE

(30.000 habitantes) (atualmente 70.000)

23 de junho – Saí de Londres às 10h da manhã, cheguei a Dover ao meio-dia e aqui às 4h da tarde, ou às 16h, como se diz na Bélgica. A travessia marítima foi muito boa, o mar estava tranquilo como um lago; o tempo claro, a temperatura um pouco elevada.

Ostende é uma pequena cidade de menos de trinta mil habitantes que só tem de realmente interessante a sua lindíssima praia de banhos. À beira-mar há um dique de 1.500 metros de comprimento, bordado de casas magníficas, hotéis ou vilas, que é o passeio dos milhares de banhistas que afluem a Ostende durante a estação. A parte da cidade que avizinha o cais é de construções modernas e bonitas, de cores claras e vivas que deslumbram principalmente quem chega de Londres; a outra parte é de casas antigas e sem valor.

Em meio do dique há um belo edifício, o Kursaal, e em uma das extremidades um elegante chalet que pertence ao rei.

A praia está sempre cheia de banhistas e curiosos e, sobretudo, de crianças; há centenas delas que aí passam o dia a brincar, acompanhadas por suas mães, amas secas ou criados. É de notar a sem-cerimônia com que meninas já crescidas, algumas já moças, e mesmo mulheres do povo, exibem à vista de todas as pessoas, muitas vezes até as coxas; crianças de 10 e 12 anos erguem as saias às vezes até a cintura e assim brincam à beira d'água sem aparente constrangimento.

Os banhistas se despem dentro de uma vagonete de madeira que, depois, é puxado por um cavalo até dentro d'água e aí os espera para reconduzi-los.

À noite estive largo tempo em frente ao Kursaal ouvindo uma excelente orquestra.

BRUGES

(50.000 habitantes) (atualmente 120.000)

24 de junho – Parti de Ostende às 9h da manhã e aqui cheguei 25 minutos depois. Hospedei-me no hotel de Londres; em Ostende, no hotel Royal des Arcades, perto do Kursaal.

Bruges, capital de Flandres Ocidental, é uma cidade de 50.000 habitantes, muito interessante pela feição medieval, que ainda conserva, e pelas curiosidades que oferece ao exame estrangeiro. As casas em geral são de frontispício recortado como escadas; as igrejas, algumas das quais de belo estilo gótico, são em tijolo nu, mas interiormente são muito elegantes, claras e decoradas com muita riqueza. A catedral, com uma rica ornamentação policrômica, contém numerosos quadros de pintores holandeses, alguns de

subido valor. A vasta igreja de Notre-Dame é um verdadeiro museu de pintura, possui também quadros de primeira ordem, entre os quais merecem ser assinalados: Adoração dos Magos, de G. Seghers, o seu melhor quadro; A Transfiguração, de Pourbus; e uma Mater Dolorosa, atribuída a J. Mostert. Admira-se ainda neste templo uma Virgem assentada com o Menino Jesus, atribuída a Miguel Ângelo, e os dois magníficos túmulos de Carlos o Temerário e sua filha Maria Bourgogne (estátuas de cobre dourado sobre sarcófagos).

Na igreja de São Jacques há um bom quadro de Van Aost sênior, a Apresentação da Virgem no Templo.

A Capela do Santo Sangue, assim chamada por possuir algumas gotas do sangue de Jesus Cristo trazidas da Terra Santa por Thierry da Alsácia, Conde de Flandres, em 1128, tem belos vidros, um enorme e belo crucifixo de prata maciça, uma riquíssima *châsse* de prata dourada guarnecida de pedras finas e alguns quadros, entre os quais o mais notável é um tríptico de Gérard David, A Descida da Cruz.

O Hospital de São João possui alguns quadros soberbos de Memling; entre eles: na *châsse* de Santa Ursula seis pequenos quadros a óleo, de uma fineza e perfeição admiráveis, representando cenas da legenda dessa Santa; o Casamento Místico de Sta. Catarina e uma Adoração dos Magos; todas essas telas são pinturas de extraordinário valor.

O museu de pintura, apenas uma sala, possui os seguintes quadros notáveis: um tríptico, O Batismo de Jesus, de Gérard David; A Virgem (muito feia) com o Menino (idem) e o Doador (uma obra-prima) de Van Eyck; e um outro tríptico, São Cristovão com o Menino Jesus sobre os ombros e mais dois Santos, de Memling.

Entre os edifícios de Bruges, podem mencionar-se: o Mercado, com uma torre (beffroi) elevadíssima e meio inclinada; o palácio do governo, bonita construção em pedra; o Hotel de

Ville, antiga construção muito curiosa; e a Justiça de Paz, um lindo edificozinho, no estilo da Renascença, todo dourado e ornado de estátuas também douradas.

O Palácio da Justiça possui uma imensa e magnífica chaminé de mármore negro na parte inferior e na superior de madeira finalmente talhada, feita provavelmente em memória da batalha de Pavia, com estátuas de Carlos V e alguns de seus antepassados, escudos de armas, etc.

GAND

(155.000 habitantes) (atualmente 250.000)

25 de junho – Antes de deixar Bruges, às 9h30 da manhã, fui à Capela do Saint-Sang ver as gotas do sangue de Jesus Cristo que ali se acham depositadas e que se expõem todas as sextas-feiras à adoração dos fiéis. Elas se acham encerradas em um tubo de vidro, de meio palmo de comprimento e uma polegada de diâmetro mais ou menos, com dois engastes de ouro nas extremidades. Um padre, sentado a uma pequena mesa sobre um altar ladeado de duas escadas de meia dúzia de degraus, presidia a romaria: o povo subia por um lado, beijava a relíquia, que o sacerdote imediatamente limpava com um lenço dobrado, e descia pelo outro lado indo postar-se em oração no corpo da igreja. Fiz como todos, demorando-me um pouco em examinar o tubo, em cujas paredes se vê efetivamente, aderido, um pouco de sangue já seco; se foi de J. Cristo é que eu não sei.

Cheguei a Gand às 10h45 e tomei aposentados no Hotel de la Paix.

Gand (155.000 habitantes), capital de Flandres Oriental, situada sobre o Escalda e o Lys, a pátria de Carlos V, não é uma cidade

bonita, mas merece ser visitada pelas suas igrejas e os quadros que elas encerram. A Catedral, St. Bavon, é em tijolo nu, como todas as outras; mas pela sua decoração interior é considerada como uma das mais belas igrejas da Bélgica. Aí se acha a pia do batismo de Carlos V em 1500; tem a forma de globo celeste. O púlpito, parte em carvalho, parte em mármore, representa a árvore da vida, com figuras alegóricas, e é reputado a melhor obra de escultura da Bélgica no século XVIII. Há diversos túmulos, alguns dos quais muito bonitos.

Entre os numerosos quadros salientam-se: Jesus entre os Doutores, de Pourbus, contendo diversos retratos, o duque de Alba, Carlos V, Philippe II e o do pintor mesmo; St. Bavon deixando a vida militar para abraçar a vida monástica, de Rubens; e a Adoração do Cordeiro Místico, de João e Humberto Van Eyck, irmãos, julgada a mais notável das obras da velha escola flamenga. É um tríptico. Do quadro original só resta a parte central; as laterais estão em Bruxelas e em Berlim e aqui se acham substituídas por boas cópias livres. Exterior: em cima os profetas e sibilas que predisseram a vinda de Cristo; no meio o Anjo Gabriel saudando a Virgem; em baixo os quatro evangelistas (no original os doadores e os dois São João). Interior: parte central, em cima, Jesus, vestido ricamente, abençoa a multidão, os seus hábitos são de belíssima cor escarlate com magníficos bordados de ouro; à sua direita a Virgem, lendo, com um vestido azul, com os cabelos, meio presos por um rico diadema, caindo sobre os ombros; à esquerda São João Batista envolvido em um manto verde. Em baixo, o Cordeiro Místico e em torno do altar anjos, santos e mártires; mais longe papas, bispos e peregrinos, que vêm adorar o Cordeiro. É uma pintura esplêndida, de cores vivíssimas, finas e delicadas, figuras bem proporcionadas, de rara perfeição.

Parte lateral da esquerda: em cima, Anjos cantando, tão bem feitos que antigos escritores diziam que se podia distinguir os

baixos e os tenores; em baixo, cruzados que se dirigem à adoração do Cordeiro; ao lado destas pinturas, Adão depois do pecado (aqui vestido, mas no original nu). Parte da direita: em cima, Santa Cecília tocando e anjos que cantam; em baixo, heróis que vão também adorar o Cordeiro; ao lado, Eva, depois da queda (aqui também vestida, mas no original, em Bruxelas, como o Adão, nua).

De cima do Beffroi, uma torre de 118 metros de altura que se eleva perto da catedral, tem-se uma bela vista sobre a cidade. Conta-se que o duque de Alba aconselhara uma vez a destruição de Gand a Carlos V e que este, mostrando-lhe a cidade do alto do Beffroi, lhe perguntara: “Combien faudrait-il de peaux d’Espagne pou faire um Gant de cette grandeur”.

Há em Gand duas ruínas notáveis, a da abadia de Saint. Bavon, demolida por ordem de Carlos V, e a do Castelo dos Condes de Flandres.

O museu de pintura não tem grande valor.

Entre as curiosidades de Gand convém salientar os dois Béguinages, instituições que tem uma organização religiosa e por fim as obras de caridade. Cada um deles constitui uma pequena cidade dentro da cidade: é uma igreja de onde irradiam diversas ruas, formadas pelas casas das *béguines*; a pequena cidade é cercada de muros e de fossos. Cada casa tem um nome de santo inscrito acima da porta e por ele é conhecida. Visitei os dois que existem em Gand, justamente em ocasião que as *béguines* se reuniam na igreja para a oração da tarde, todas vestidas de preto com um pano branco cobrindo a cabeça e os ombros. Alegres, risonhas, algumas bem bonitas, não têm o ar retraído e desconfiado que em geral distingue as freiras e as irmãs de caridade.

Entre os edifícios de Gand merecem menção, além do Hotel de Ville que tem uma bela fachada gótica, o Palácio da Justiça e a Universidade, que tem bonitos pórticos coríntios, e o Instituto de

Ciências, o maior edifício da Bélgica depois do Palácio de Justiça de Bruxelas.

Desde que saí de Ostende que estalo de sede: a água de Bruges e de Gand é simplesmente intragável.

ANVERS (ANTUÉRPIA) **(250.000 habitantes) (atualmente 998.000)**

26 de junho – Saí de Gand às 8h da manhã. Aqui cheguei às 9h40. Anvers, pelo que já tenho visto, é uma cidade cheia de movimento e de vida. Tem 250.000 habitantes; está situada sobre o Escalda, onde tem um bom porto, apesar de se achar a 20 léguas do mar (do Norte). Divide-se em duas partes, a cidade antiga de ruas estreitas e tortuosas, e a parte nova, onde há bonitas artérias e construções elegantes.

Comecei a minha visita pelo Hotel de Ville, sendo acompanhado por uma gentil mocinha que devia servir-me de cicerone. Acontecia, porém, que ela sabia poucas palavras de francês, apesar de ser de Anvers, e vexava-se e envergonhava-se por não poder dar-me as explicações que desejava e que eu perfeitamente dispensava, pois que tinha em mãos o meu inseparável Baedeker. Afinal arranjando-nos mais ou menos em inglês, que ela falava um pouco. Na ocasião em que chegava à sala dos casamentos, saíam dois pares de recém-casados, uma das moças notavelmente formosa, coisa que não é rara aqui em Anvers. O Hotel de Ville nada tem digno de menção especial.

Fui depois ao museu Kums (particular), uma coleção de pequenos quadros antigos e modernos. Aí chamou-me especialmente a atenção um quadro de G. Dou, Cozinheira holandesa, de uma naturalidade e fineza admiráveis.

A igreja de São Jacques, magnificamente ornamentada de mármore no interior, possui muitos quadros; entre eles, um de Rubens, representando o Menino sobre o seio de Maria adorado por São Boaventura, atrás de São Jerônimo, São Jorge e três mulheres. Este quadro está na mesma capela onde se acha o túmulo do grande artista.

A igreja de Santo Antonio tem dois grandes e belos quadros: Cristo morto sobre os joelhos de Maria, de Van Dyck; e A Virgem entregando o Menino a São Francisco, de Rubens.

Fui à tarde ao Jardim zoológico, num parque bem conservado e com belíssimos canteiros de flores. É uma esplêndida coleção de animais de todas as espécies, alguns raríssimos na Europa; talvez tenham razão aqueles que julgam este jardim superior ao de Londres, se não pela quantidade de animais, ao menos pelo número de espécies representadas.

À noite assisti a um bom concerto por uma banda militar na Place Verte, um dos pontos mais concorridos da cidade e onde se eleva uma grande estátua de Rubens.

Amanhã é domingo; felizmente já não estou na Inglaterra.

27 de junho – Pela manhã fui à Catedral, a maior igreja gótica da Bélgica, com sete naves, 125 pilares e uma torre soberba, que Carlos V dizia que merecia ser guardada em um escrínio. Aí se acham os dois célebres quadros de Rubens, a Descida da Cruz e a Elevação da Cruz, duas obras-primas, especialmente a primeira, o mais belo trabalho que tenho visto deste pintor. As figuras de Cristo morto, São João recebendo o corpo em seus braços, Maria mostrando no rosto a mais cruciante dor, Madalena banhada de lágrimas, são verdadeiramente soberbas. Além destes quadros, há ainda a notar: A Assunção da Virgem, de Rubens também, pintado em 15 dias e que orna o altar-mor; uma formosa cabeça de Cristo,

pintada sobre mármore branco por Van Vaen; e umas imitações de baixos relevos de mármore por Van Brée, em que a ilusão é perfeita.

O Museu Real, em um grandioso edifício do estilo renascença grega, contém numerosas obras-primas. Podem ser aqui lembradas: de Rubens, A educação da Virgem (de pé com um livro na mão, apoiada no colo de Santa Ana); a Adoração dos Magos, quadro que tem 4 ½ metros de altura e que se diz ter sido pintado em 13 dias; A Virgem do papagaio, uma das obras-primas do artista (a Virgem, formosíssima, assentada; ao pé dela o pequeno Jesus de pé; por trás São José; no sóco de uma coluna um papagaio ou antes uma arara); Cristo na cruz; Cristo entre os dois ladrões ou o Golpe de lança, grande tela muito celebrada pelos competentes; o Cristo da palha (Jesus, morto, deitado sobre um pouco de palha, apoiado por Maria, São João e José de Arimateia: atrás a Madalena); de Van Dyck, Cristo morto, célebre composição que comove o espectador (Jesus deitado sobre o colo de Maria, que ergueu os braços para o céu num gesto de extraordinário desespero; São João, acabrunhado de dor, mostra a mão esquerda de Cristo a um anjo; um outro anjo oculta o rosto entre as mãos); Cristo na cruz, com Sta. Catarina de Sena e São Domingos, pintado pelo artista aos 30 anos e em satisfação a um pedido de seu pai moribundo; Cristo deposto da cruz (Maria encara o céu, como no outro quadro, com profunda dor; Madalena e João têm o rosto banhado de lágrimas); de Quentin Matsys, a Deposição no túmulo, São João Batista e São João Evangelista (tríptico), magnífico quadro (o pintor era ferreiro, fez esta obra-prima para obter a mão da moça, cujo pai, pintor, só queria concedê-la a um oficial do mesmo ofício); além de muitas outras telas de menor celebridade.

Fui também ao museu Plantin, que é a casa de célebre impressor deste nome, com sua imprensa e todos os pertences, vários retratos entre os quais 14 pintados por P. Paulo Rubens.

Esquecia-me de dizer que o museu real tem uma coleção muito interessante que é a reprodução pela gravura e pela fotografia de quase todos os quadros de Rubens; há mais de 1.100 números.

Dos edifícios, podem ser consignados aqui como os mais bonitos de Anvers: o Teatro Flamengo, a Ópera, o Banco Nacional e o Palácio de Justiça, além do Museu.

As ruas mais frequentadas são a Avenida Reyser, Place Meir e Place Verte.

28 de junho – Visitei a Bolsa, um grande edifício encaixado entre as casas particulares, de modo que quase não se vê do exterior; apenas se veem as quatro entradas para as quais dão quatro ruas, uma de cada lado. O interior é muito curioso: é uma vasta sala coberta de vidro, cercada por uma dupla galeria de 68 colunas e em cima por uma outra de 38, e decorada com as armas das províncias do reino e das principais nações marítimas.

Anvers tem um belo parque quase no centro da cidade; o bairro que circunda esse passeio é muito bonito, formado de construções modernas e elegantes, grandes avenidas e *boulevards* bem arborizados e onde se veem diversos monumentos.

Percorri também o cais, onde há dois extensos *promenoirs* à moda de pontes ou terraços, dos quais se tem uma bela vista sobre o Escalda. Vi igualmente algumas das bacias do porto. Por fim, dei um passeio pelas fortificações, onde há belos postos.

Há bonitas moças em Anvers; vestem-se com luxo e elegância.
Elza.

Sigo amanhã para Rotterdam e de lá à tarde, se tiver tempo, para Haya.

Hoje, em frente à Academia de Belas Artes, tomei um bonde para a Praça Meir; em uma rua onde só havia uma linha encontramos outro bonde que vinha em sentido contrário; com grande surpresa

minha, aquele em que eu ia desviou-se dos trilhos, deixou o outro passar e mais adiante tomou novamente os rails, sem ter parado um momento sequer; esta manobra repetiu-se várias vezes e o que é curioso é que quase não se percebia a diferença de trepidação. Vi depois que são bondes apropriados para isto.

HAYA

(100.00 habitantes) (atualmente 1.400.000)

29 de junho – Saí de Anvers às 7h da manhã; duas horas depois achava-me em Rotterdam. Em Roosendaal é a alfândega holandesa, da qual nada tenho que dizer. Entre Lage-Zwalusse e Willemsdorps, que são as duas estações seguintes, passa-se a grandiosa ponte do Hollandsch-Diep, lançada sobre um braço de mar de 2.640 metros de largura; a ponte, propriamente, só tem 1.432 metros, por causa dos diques que construíram nas duas extremidades; ela tem 14 arcos, cada um de 100 metros de abertura, e uma parte móvel para a passagem dos navios.

Rotterdam é uma grande cidade (250.000 habitantes); muito curiosa e interessante pela sua situação. Ela está colocada sobre uma infinidade de canais; pode-se dizer que não há uma rua por onde não passe um canal; numerosas pontes facilitam a circulação; os cais são bordados de bonitas árvores, tapetes de relva, canteiros de flores, o que dá mais um aspecto pitoresco à cidade; as casas são em geral de tijolo nu, mas não são tão denegridas como as de Inglaterra e oferecem aspectos muito variados. Os canais sempre cheios de embarcações. O museu de pintura não tem grande importância. A cidade possui dois esplêndidos parques, em um dos quais há um jardim zoológico bem regular. Edifícios públicos de pouco valor. As ruas mais animadas são Nood Blaack e Hoogstraat.

Aqui e ali, à borda dos canais, um moinho agitando os seus longos braços.

O primeiro dinheiro que gastei na Holanda, em Rotterdam, foi para comprar um copo d'água! Não sei o que faria esta gente se possuísse as fontes da Tijuca, do Silvestre, de Petrópolis.

As mulheres do povo usam de um toucado muito curioso. Sobre o cabelo reunido na parte anterior da cabeça lançam um pano de cambraia branca, às vezes com rendas ou bordado, cujas extremidades descem abaixo dos ombros; na parte posterior da cabeça ajustam esse pano com dois grandes grampos cujas cabeças são duas longas espirais de metal amarelo em forma de chifre. Algumas trazem sobre esse toucado um chapéu de palha com plumas e muitas flores. Este mesmo enfeite, mais rico e de mais gosto, se encontra às vezes também na classe média.

Saí de Rotterdam às 5h20 e aqui cheguei às 6h da tarde. Hospedei-me no Hotel de l'Europe. O que vi da estação até o hotel impressionou-me muito agradavelmente. Saí para aproveitar ainda as duas horas de dia que me restavam; não pude, porém; desencadeou-se sobre a cidade uma trovoadas medonha, acompanhada de formidável aguaceiro que me encurralou largo tempo, felizmente em uma bela "Passagem" com lojas magníficas.

30 de junho – Haya é realmente o que me pareceu à chegada, uma bela cidade: construções elegantes, esplêndida arborização, bonitas praças, muita relva e muita flor ornando as margens dos canais e soberbos parques. Os bairros contíguos ao célebre bosque de Haya e ao Willemspark são verdadeiramente encantadores; quão agradável deve ser a residência em tais sítios! O Nyverberg, a Lange-Voorkout e o Plein constituem o centro da cidade; o primeiro são áreas de grandes árvores copadas que se estendem por uma das margens do Nyver, um lago artificial; a segunda é uma praça contígua, grande e bem arborizada; o terceiro é outra praça, na

margem oposta do lago, onde se acham diversos edifícios públicos entre os quais o grandioso palácio do Ministério da Justiça. Nesta margem estão também: o palácio que pertenceu a Maurício de Nassau, governador do Brasil, que é o museu de pintura atualmente; a praça Binnenhof, curiosa pelos edifícios antigos que a formam e em dois dos quais funcionam as câmaras legislativas; e a praça de Buitenhof, onde está situada a Gevangespoost, antiga prisão de Estado, que contém uma coleção de instrumentos de tortura.

O museu de pintura encerra muitos quadros notáveis. Entre eles devo assinalar: de Ruisdael, Vista de Harlem, pequenino quadro de 50 centímetros de altura em que o artista representa com admirável fidelidade uma extensa paisagem; de Rembrandt, o célebre quadro A lição de anatomia, composição soberba que representa o professor Nicolas Tulp a dissecar um cadáver em presença de sete cirurgiões de Amsterdam; do mesmo, A apresentação de J. Cristo no templo, conhecido geralmente por Simeão no templo, quadro de pequenas dimensões; de Vlieger, A praia de Scheveningen; de Van Ostade, O artista ambulante; de Steen, O estaminet, a Menagerie e a Família do pintor, três belas e engraçadas composições; de Ger. Dou, A jovem Mãe, um mimo; de Paul Potter, O jovem Touro, de grandeza natural, pintado aos 22 anos, quadro muito popular e que é realmente uma tela magnífica.

Dei um passeio por Willemspark, onde se eleva um grande monumento comemorativo do restabelecimento da independência da Holanda em 1813 e da volta do príncipe Guilherme, mais tarde Guilherme I. À noite fui ao Bosque assistir a um concerto por uma banda militar.

1º de julho – De manhã fui a Scheveningen, a célebre praia de banhos, a 20 minutos de Haya. É uma praia bonita, não há dúvida, mas prefiro a de Ostende. Há ali grandes construções, com a de Kurhaus, que é cassino e hotel, e De Seniport, que é

um simples restaurante, as quais honrariam qualquer capital; há quintas encantadoras, chalets muito catitas, residências luxuosas. O trajeto de Haya a Scheveningen, sobretudo pelo caminho velho, é o que se pode imaginar de mais bonito: o *tramway* corre por baixo de uma abóbada de folhagem, formada por altas árvores frondosas e a estrada é marginada de bosques verdejantes e de lindas casas de campo.

De volta de Scheveningen fui visitar a Huinten Bosch, um palácio real situado no Bosque de Haya. O exterior pouco vale, é como o do palácio da cidade; mas no interior há salas ricamente decoradas, sobressaindo entre todas a sala d'Orange, esplendidamente pintada por diversos artistas notáveis.

Na cidade visitei ainda a Biblioteca, que possui uma rica coleção de moedas, camafeus e miniaturas, e a Groote Kerk, a grande igreja, *encombrée* de bancos e cadeiras como todos os templos holandeses, e que nada tem de notável.

Sigo dentro em pouco para Amsterdam.

Figura 15: Amsterdam – Torre de Montalbaan



AMSTERDAM

(500.000 habitantes) (atualmente 3.709.000)

Cheguei às 5h30; hospedei-me no belo Hotel Victoria, em face da estação central, um grande e bonito edifício. A cidade, situada no Y, um golfo ou baía do Zuiderzee, é no mesmo gênero de Roterdam e Haya, mas é maior (500.000 habitantes) e não é tão bonita, nem tão regular: as ruas são tortuosas, a edificação muito simples e igual, casas muito estreitas, etc; somente no extremo oposto ao porto, onde se edificam agora bairros novos, é que se encontram

algumas ruas bonitas e algumas construções grandiosas. É, além disso, uma cidade de difícil orientação para o estrangeiro, pois os seus numerosos canais dividem-na em 90 ilhotas ligadas por 300 pontes! Ela é edificada sobre estacas enterradas profundamente no solo, porque este é formado de limo e areia movediça. O centro da cidade é a praça chamada Dam, onde se acham o Palácio Real, a Bolsa e a Igreja principal, edifícios de aparência secundária. Daí irradiam algumas ruas animadas e com ricas e bonitas lojas, sendo a principal a Kolverstraat, estreita como a rua do Ouvidor, mas com belos cafés e magníficos estabelecimentos comerciais.

2 de julho – Visitei o Museu Real, num soberbo palácio situado na parte nova da cidade. Compreende: museus de artilharia, de marinha, das colônias, dos costumes holandeses, e uma riquíssima coleção de pintura. Nesta salientam-se os seguintes quadros: de M. Hondecoster, A pena flutuante, quadro conhecido, de uma fidelidade admirável, representando diversas aves domésticas à borda de um tanque e uma pena flutuando na água; de Flinck, Festa de guardas cívicos, um grande quadro que é reputado a obra-prima do artista; de Rembrandt, A Ronda da Noite, a maior e mais célebre composição do pintor; de Van der Helst, o Banquete da Guarda Cívica, grande tela de 5,38 metros de largo sobre 2,27 de alto representando 25 pessoas em tamanho natural; de Rembrandt, Le Syndic des drapiers, outro quadro célebre, contendo cinco magníficos retratos.

Saindo do Museu, fui ao Jardim zoológico, que possui uma esplêndida coleção de feras, de papagaios e parentes, de pássaros cantadores, etc; lá vi o nosso sabiá, o canção e outras aves conhecidas do Brasil. No jardim há também um aquário.

3 de julho – Visitei a igreja Nova, a principal da cidade, que tem um belo púlpito de madeira esculpada, uma bonita grade de cobre maciço, de 4 metros de altura, separando o coro da nave, e

alguns monumentos entre os quais o do célebre almirante de Ruyter, o terror dos mares, como se lê no epitáfio (*immensi tremor oceani*).

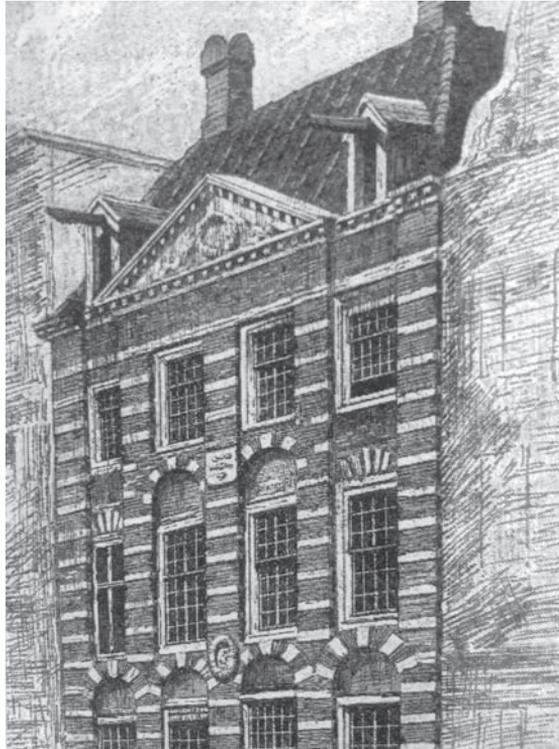
Fui depois ao Palácio Real, que tem belas salas revestidas de mármore branco, com quadros, estátuas, baixos-relevos, cortinas de damasco, mobílias e paredes forradas do mesmo estofado, etc. O salão de recepções e festas é um dos maiores da Europa, tem 35 metros de comprimento, 30 de altura e 18 de largura.

Visitei ainda o museu Fodor, uma pequena coleção de quadros, sobretudo de pintores franceses.

Passei depois pelos bairros novos da cidade, que são bonitos, mas um tanto monótonos pela quase perfeita igualdade das casas em tijolo, como em Londres.

Dos edifícios de Amsterdam podem citar-se, além do Museu, o Palácio da Indústria (há atrás uma bela “Passagem”) e o Grande Teatro.

Figura 16: Amsterdam – Casa de Rembrandt



UTRECHT

Ceguei às 5h30 da tarde e hospedei-me no Hotel Central, em face da *gare*. Utrecht é uma pequenina cidade (90.000 habitantes) sem importância alguma para o estrangeiro. Nenhuma curiosidade, nenhum edifício, nenhuma rua tem, digna de especial menção; é atravessada por canais e em alguns pontos estes canais são marginados por magníficas linhas de árvores. Tenciono ir amanhã cedo ver a Maliebaun, um passeio que dizem ser magnífico e cujas árvores já Luis XIV recomendava especialmente que conservassem, e seguir às 10h para Hannover.

4 de julho – Saí às 7h, como tencionava; dei um passeio pela cidade, cerca de 8h voltei ao hotel para tomar o meu café e em seguida tomei um bonde para Maliebaun. Seguia eu na plataforma mui tranquilo, quando em meio do caminho para o bonde, aproximou-se um indivíduo acompanhado de um soldado, mostra-me uma medalha para fazer-me ver que pertencia à polícia e convida-me a descer e acompanhá-lo. Apesar de profundamente surpreendido, pois longe estava de imaginar sequer uma tal aventura, não deixei percebê-lo e, sem mostrar a menor hesitação, acompanhei o empregado à polícia (o soldado deixou-se ficar). Em caminho perguntei-lhe em alemão, pois que não falo nada de holandês, o que queriam comigo; respondeu-me com um gesto e um grunhido que tanto podia significar – não sei como não entendo. Eu estava de posse de todo o meu sangue frio, ia perfeitamente tranquilo porque tinha certeza de desfazer num momento o equívoco de que eu era vítima; e se às vezes me sobrevinha alguma inquietação era ao pensar que tudo aquilo podia ser também uma comédia, podia ser uma cilada a que me atraíam; lamentava então o ter deixado na bolsa a minha Alagoa seca...

Afinal chegamos à repartição da polícia; fui introduzido em um gabinete onde um cidadão de meia idade, naturalmente empregado superior, tomava o seu café com leite. Depois de ter trocado algumas palavras em holandês com o meu condutor, dirigiu-me a palavra em francês, perguntando meu nome e se eu tinha comigo algum passaporte. Apresentei-lhe o passaporte que tirei em Londres (o de Pernambuco perdi em Sevilha), infelizmente incompleto, pois não tem os meus sinais característicos, o que o levou a pedir que lhe desse outras provas de minha identidade; exibí então minha carta de crédito e alguns cartões de visita e disse-lhe que estava pronto a mostrar-lhe outros documentos se quisesse acompanhar-me ao hotel. Respondeu-me que não era necessário, mas dirigiu-me uma série de perguntas – se havia estado em Haya, em que dia, que

idades da Holanda visitara, que hotéis tomara, se não tinha outro costume além do que trazia naquele momento, se não usava uma condecoração (sobre isso insistiu diversas vezes), se não havia saído muito cedo do hotel, etc – às quais respondi clara e precisamente; depois, sempre com muita delicadeza, pediu-me que lhe mostrasse o que trazia nos bolsos e, satisfeita ainda essa exigência, deu-se por satisfeito, apresentou-me um papel para que eu escrevesse meu nome e, com muitas desculpas, declarou-me que podia retirar-me, acompanhando-me à porta e oferecendo-me uma pessoa para acompanhar-me ao hotel, caso eu não soubesse o caminho, o que recusei. Durante o interrogatório ele lia várias vezes um telegrama. O que acabo de descrever passou-se em poucos minutos, de sorte ainda tive tempo de ir a Maliebaun, que afinal de contas não é o que eu esperava – uma rua com seis ordens de árvores pouco frondosas – e tomei o trem das 10h para Hannover¹⁹.

Levo boa impressão da Holanda. O povo é atencioso, delicado e cortês. Nos cafés, nos trens, nos bondes os que chegam não deixam de cumprimentar os que já estão; os cocheiros e condutores são de uma amabilidade extrema; mesmo na rua as pessoas da classe baixa cortejam respeitosamente as que supõem de classe mais elevada. Esta noite passada dormi mal pela excessiva amabilidade de um criado; tão serviçal, tão previdente e também tão curioso se mostrou, que fiquei desconfiado, e esta desconfiança aumentou quando alta noite veio ele bater-me à porta para perguntar-me se não seria para mim um telegrama que acabava de chegar.

O país é muito interessante, com os seus números canais (grachten), os seus polders (mares dessecados), os seus

19 Durante toda a vida, Epitacio soube, apenas, que havia sido confundido com um líder revolucionário irlandês, sem o identificar. Ajudou-me a esclarecer o mistério meu amigo Stelio Amarante, que, embaixador em Dublin, observou certa semelhança entre meu avô e Arthur Griffith, um dos fundadores do Sinn Féin, que viria a ser eleito, em 1922, o primeiro presidente da Irlanda.

moinhos, as suas belas pastagens; é inteiramente plano, não se vê uma montanha.

A 2ª classe dos trens holandeses é magnífica, carros espaçosos, muito asseados, muito cômodos; os assentos são forrados de veludo amarelo escuro.

Magnífico queijo, com o formato do que se vende no Brasil sob o nome de queijo do reino, mas sem a cor encarnada e a película.

HANNOVER

(200.000 habitantes) (atualmente 1.120.000)

Cheguei às 6h da tarde, pela hora alemã, que excede em 60 minutos a hora holandesa, a de Greenwich.

Alojei-me no Royal Hotel.

A viagem, feita até Oberhausen no grande expresso de Amsterdam a Frankfurt, correu sem incidente; apenas, em meio caminho, um inglês que desde algum tempo passeava em toda a extensão do vagão e uma vez por outra fitava-me com certa insistência, veio sentar-se defronte de mim e perguntou-me se eu falava inglês. Antes mesmo de receber a minha resposta, foi-me informando que ia para Homburg (not Hamburg, repetia ele), que gostava muito de viajar, que já atravessara 16 vezes o Atlântico, etc; mas dizia-me tudo isso ao ouvido, em voz baixa, como quem receava chamar a atenção. Ao mesmo tempo tinha um ar e uns modos singulares, experimentava nos dedos a fazendo do meu fato, perguntava-me onde havia feito, convidava-me com estranhável interesse a que voltasse a Londres e aí o procurasse, fitava disfarçadamente o meu anel, de maneira que instintivamente fui me abotoando, supondo ter pela frente um *pickpocket*. Escarmentado com o que acabava de acontecer-me em Utrecht,

estava ansioso por chegar a Oberhausen, onde devia mudar de trem. Quando lhe disse que tinha de descer na próxima estação, mostrou-se muito penalizado e pediu-me que desse um cartão de visita, com o meu endereço de Pernambuco, pois era possível que ele fizesse mais adiante uma viagem ao Brasil. Pretextei não ter cartões de visita na ocasião; mas o diabo do inglês não se deu por vencido, apresentou-me uma carteirinha de notas e pediu-me que escrevesse ali o nome e endereço; escrevi – L. Machado Pereira, 29 rua do B da Victoria, Pernambuco – ao que ele acrescentou depois alguma coisa que não pude ler. Afinal o trem parou e eu escapuli-me.

Hannover (200.00 habitantes), antiga capital do reino de Hannover e hoje província prussiana, tem uma pequena parte moderna que é muito bonita, calçada de asfalto, muito limpa, construções grandiosas, jardins, etc; aí se veem a *gare* central, o correio, o teatro real que, sobretudo os dois últimos, são edifícios magníficos. A parte antiga é interessante apenas pelas construções góticas que possui, entre as quais a casa de Leibnitz, com a fachada ornada de dourados e de 16 baixos relevos representando passagens da Bíblia; tem sete andares.

5 de julho – Visitei os museus que nada possuem de notável. Depois fui ao Castelo de Herrenhausen, antiga morada dos reis, a uma meia hora da cidade. O trajeto se faz por uma extensa e soberba aléa de tílias – quatro filas de árvores perfeitamente iguais, elevadas, frondosas, formando três longas abóbodas de verdura, duas estreitas nos lados e uma larga no centro. Em meio caminho está situado o castelo dos Guelfos, hoje Escola Politécnica, que é um palácio imponente. O castelo de Herrenhausen não vale grande coisa como edifício; tem, porém, um belo jardim à Le Nôtre, cheio de fontes, *parterres* e estátuas.

Entre os edifícios de Hannover podem ser citados ainda o Palácio de Justiça, o Castelo Real e a Assembleia (Staudhaus).

Entre os monumentos: o Kriegarden Rural, onde estão inscritos cerca de 1.200 nomes de hanoverianos mortos em 70, e a coluna de Waterloo, de 47 metros de altura, dedicada “pela Pátria agradecida aos vencedores de Waterloo”. Os pontos mais concorridos na cidade são a bela rua de Jorge (Georgstrasse) e a praça do Teatro (Theaterplatz). Em frente à gare há uma bonita estátua equestre do rei Ernesto Augusto.

Sigo amanhã cedo para Hamburgo.

HAMBURGO

(518.000 habitantes) (atualmente 3.209.000)

6 de julho – Parti de Hannover às 8h15 da manhã; aqui cheguei às 11h30. Hospedei-me no hotel Belvédère, à margem do Alster, que é talvez o ponto mais bonito de Hamburgo. É uma espécie de lago de quase dois quilômetros de circuito formando um quadrilátero: três lados são bordados de cais magnificamente arborizados e com edifícios esplêndidos; o quarto lado é ocupado por uma ponte por sob a qual o lago se comunica com uma bacia muito maior, o Alster exterior (Aussen-Alster).

Os três cais chamam-se de Novo e Velho Jungfernstieg e Alsterdam; a ponte Lombardsbrücke. Uma multidão de vaporzinhos, botes e cisnes povoa o lago, sobre o qual, à noite, tenho uma vista encantadora da janela do meu quarto: o reflexo na água da brilhante iluminação das casas e dos cais e as miríades de luzes de todas as cores das inúmeras embarcações que sulcam o lago e têm alguma coisa de fantástico.

O tempo está chuvoso e frio, sopra um vento úmido e desorientado que me aborrece e irrita. Não há remédio senão deixar para amanhã os passeios que projetava pela cidade. Em todo caso

já vi hoje o museu de pintura, que não tem grande importância e alguns dos edifícios públicos da cidade, o Teatro, o Correio, a Bolsa, a Kunsthalle (onde está a galeria de quadros), o Museu de História Natural, a Escola Industrial, o Palácio de Justiça e o Hotel de Ville (Rothause), todos bonitos, sobretudo o último que é um palácio esplêndido, como poucos tenho visto. As duas fachadas principais, sobre a praça de Rothhausmarckt e sobre a Bolsa, são ricamente decoradas de estátuas. No centro uma bonita torre.

7 de julho – Até meio-dia não pude sair por causa da chuva. A essa hora o tempo levantou felizmente. Saí a percorrer a cidade. Fui à Bolsa, um belo edifício que se liga ao Hotel de Ville, formando no centro uma praça decorada por uma bonita fonte. A fachada principal, porém, é do lado oposto. Interiormente dois vastos salões repletos de homens de negócios. Das galerias superiores se tem uma curiosa vista do conjunto. É um ruído constante, surdo e confuso; parece um enxame de milhões de abelhas colossais a zumbirem ao mesmo tempo.

Visitei depois a igreja de São Nicolás, a principal, cuja bela torre é uma das mais elevadas da Europa (144 metros).

Daí segui para Elbhohe, uma colina no meio de um parque, de onde se tem uma vista esplêndida sobre o porto; e depois para Altona, cidade hoje ligada a Hamburgo. A rua por onde vão os bonitos *tramways* de Hamburgo é soberba; quatro filas de árvores, teatros, panoramas, circos, construções elegantes e grandiosas. A maior parte dos bondes tem um carro especial para fumantes; os cocheiros e condutores trajam-se à militar, de camisa pardo-clara. Afinal isto é a moda para todos que exercem uma função pública ou particular: todos vestem farda, todos cumprimentam à militar. O exemplo vem do alto, do imperador, ao qual todos procuram imitar, mesmo nas coisas mais insignificantes. Agora lembrou-se Guilherme III de usar

bigodes arrepiados; todos usam bigodes arrepiados e cada qual se esmere em trazê-los mais hirsutos.

Altona é uma cidade puramente comercial; tem algumas estátuas e uma ou duas ruas bonitas, é tudo.

De volta de Altona fiz alguns passeios pelos bairros novos de Hamburgo. A cidade tem visivelmente duas partes distintas, a antiga e a nova. As fortificações foram destruídas e substituídas por um largo *boulevard* ajardinado, formando um arco de que o Elba faz a corda. Este *boulevard*, onde se encontram diversos edifícios públicos e alguns monumentos, entre os quais o Kriegardenkmal, separa as duas partes da cidade. A parte antiga é bonita, tem grandes ruas largas, belas construções, muita animação e muita vida; a outra, porém, deixa-a perder de vista, é uma cidade edificada por assim dizer num parque: são extensas ruas muito largas e retas, com duas ou quatro filas de árvores, belas construções elegantes e variadas, com jardim na frente, terraços que parecem canteiros, varandas todas cobertas de trepadeiras em flor. Nada mais agradável que um passeio ao longo dessas ruas, cheias de casas magníficas, de jardins e de flores lindas e variadas, como só na Europa se encontram.

Há bondes que circulam a cidade pelas antigas fortificações e o porto: é também um trajeto muito interessante. Aqui em Hamburgo há uma mania dos trajetos circulares: há o Hafen-ring, Binnen Alster-ring, Aussen-Alster-ring e um grande número de rings por *tramways*.

8 de julho – De manhã visitei o porto com um bilhete circular; percorri em vaporzinho somente as bacias principais; nem podia ser de outro modo, pois o porto de Hamburgo é formado por um elevado número de bacias que ocupam 8 km de extensão na margem direita do Elba. O movimento de embarcações, o número de navios ancorados, carregando ou descarregando, é extraordinário. Vi aí o Potosi, o maior navio de velas do mundo, com cinco mastros; vi

também alguns vapores de nomes brasileiros, como o Pernambuco e o Paranaguá.

Visitei o jardim zoológico, que não é o que eu esperava: basta dizer que possui apenas um leão; muitas outras espécies de animais ou não são de todo ou são parcialmente representadas. O aquário, que o Baedeker diz ser célebre, é realmente paupérrimo. Parece-me que quem viu o aquário de Brighton, nada mais tem a ver nesse particular.

Sigo às 5h para Kiel a fim de tomar o paquete dinamarquês que sai de madrugada para Copenhague.

Uma das coisas que me tem surpreendido nesta parte da Alemanha é a carestia da mesa. Nos restaurantes dos hotéis os preços dos pratos são realmente exorbitantes: não há prato que custe menos de 1 marco e 50 ou quase 2 francos e chega-se ao exagero de pagar 6 marcos ou 7 francos por uma costeleta ou um *entrecôte*! Os vinhos, mesmo os vinhos alemães, são vendidos por preços elevadíssimos, sem serem, entretanto, dos melhores. Em compensação a cerveja é excelente e não muito cara.

KIEL

Cheguei pouco depois das 7h. Trajeto sem interesse. Não visitei a cidade, que afinal nada tem de curioso para um turista; vi apenas o porto, o grande edifício do correio e a rua que margina o cais. Assim que desci do trem, corri a comprar meu bilhete para Copenhague e tomar um camarote no vapor. Informado na agência de que só às 9h podia ser-me designado o beliche, fui jantar no hotel Germânia, próximo da *gare*. Assim que entrei, notei três rapazes sentados a uma mesa, na extremidade da sala, que me pareceram brasileiros; eles olharam-me também, sem dúvida com o mesmo pensamento. Apurei o ouvido e reconheci que não me enganara:

falavam português e português do Brasil, com todos os termos de nossa gíria. Só quem viaja só e passa semanas e semanas sem falar a nossa língua é que pode bem calcular a surpresa agradável que se tem ao ouvi-la inesperadamente em um meio em que tudo se conta encontrar menos um compatriota. Depois de algum momento de hesitação, cerquei-me da mesa onde se achavam os brasileiros, fiz a minha própria apresentação e aceitei gostosamente o convite que me fizeram de jantarmos todos juntos. Eram o engenheiro Octavio Jardim, o oficial da marinha Santos Porto e outro oficial que se retirou antes de despedir-me e que não me deu o seu cartão. Jantamos alegremente conversando sobre coisas da pátria e dos países da Europa que já conhecemos. Às 10h despedi-me pesaroso. Quando encontrarei agora um brasileiro em meu caminho?

Chegando a bordo, designaram-me um camarote onde já se achava alojado um passageiro. Era um rapaz austríaco, Luís Glaser, das proximidades de Praga, que acabava de formar-se em direito e vinha passar umas semanas em uma cidade da Suécia. Alegre, expansivo, travou logo conversação comigo, disse-me quem era, contou-me os seus estudos, as suas aspirações, etc, e ficou encantado quando lhe disse que também era formado em direito. Pediu-me então minuciosas informações sobre o ensino jurídico no Brasil, as quais lhe prestei complacentemente. Daí em diante conversamos como dois conhecidos velhos. Ele vai também para Copenhague, onde passará uns três ou quatro dias. Já combinamos que havemos de visitar a cidade juntos.

É tarde; o vapor levanta ferro à 1h30 da madrugada, depois da chegada do expresso noturno de Hamburgo. A travessia será de cinco horas, o que quer dizer que às 6h30 deveremos estar em Korsör, pequena cidade da Dinamarca. Glaser dorme a sono solto, mas uma vez por outra se levanta para beijar uma garrafa de vinho do Porto que tem ao pé da cama; diz ele que o vinho do Porto é preservativo do enjoo, de que está muito receoso por ser a primeira

vez que embarca. Ele sabe algumas frases de francês e só quer falar-me nesta língua, sem dúvida para aprender à minha custa; eu também só quero falar-lhe em alemão para ver se desembarço um pouco a língua nesse dialeto de bárbaros. O que é engraçado é ver como ele fica encantado quando eu digo que o compreendo e que ele já vai se exprimindo regularmente. Não cessa de manifestar a sua surpresa ao ver-se compreendido numa língua de que, diz ele, já falou um pouquinho, mas da qual há três anos não proferia uma palavra.

Vou dormir, pois Glaser acaba de sentenciar-me a acordar às 4h da madrugada para ver o nascer do sol.

COPENHAGUE

(360.000 habitantes) (atualmente 600.000)

9 de julho – Antes de 4h da madrugada Glaser acordou-me. Subimos ao tombadilho do Skyrner; há muito que o dia amanhecera, mas não se via o sol, o céu estava nublado, ameaçando chuva. Costeávamos nessa ocasião a ilha de Langeland e já avistávamos à distância o porto de Korsör, onde devíamos desembarcar. Desci outra vez à minha Kajyt; às 7h despertou-me novamente o Glaser, desta vez para o café. Desembarcamos às 7h30 e, feita a visita da bagagem por empregados bem condescendentes, partimos para Copenhague. O trajeto não oferece interesse. Uma das estações intermediárias é Roskilde, antiga capital do reino. Chegamos às 10h. Glaser ficou de encontra-me no museu Thorvaldsen. Ao sair da estação, um farmacêutico de Berlim, que fez conhecimento conosco no trem, convidou-me a fazer-lhe companhia no carro em que já se achava, pois ele se destinava como eu ao Hotel de Inglaterra. Em caminho fez-me ver que devíamos dividir a despesa da *course*, ao

que de boa vontade acedi, pois era minha intenção, como brasileiro que sou, tomar a mim toda a despesa.

Ao meio-dia começou a choviscar; saí, não obstante, para visitar a cidade. O Hotel d'Anglatèrre é situado na bela Praça Kongens Nytorv, o centro da cidade, onde além do castelo de Charlottenborg, hoje Academia de Belas Artes, se acha o Teatro Real, o mais belo edifício de Copenhague. A cidade é assim, assim. As ruas mais frequentadas e onde estão os estabelecimentos mais ricos – Östergade, Amagertorv, Nimmelakoft – são estreitas e tortuosas e ficam na parte antiga de Copenhague; na parte nova há bonitas ruas, espaçosas e retas, bordadas de belas construções, mas tristes, sem movimento, quase desertas.

Em frente ao Teatro duas estátuas – de Holberg, criador da comédia dinamarquesa, e de Öhlenschloger, o maior trágico da Dinamarca; nas proximidades, as dos célebres marinheiros Jual e Tordenskjold.

Depois de dar uma vista às ruínas do Castelo de Christiansborg, em frente às quais se acha a estátua equestre de Frederico VII, o legislador da Dinamarca, fui ao museu Thorvaldsen, formado exclusivamente de trabalhos do célebre escultor. Entre estes sobressaem duas estátuas de Ganymede, Psyché, Adonis, Mercúrio, o Jovem Pastor, as Graças, e como baixos relevos o triunfo de Alexandre, modelando em honra de Napoleão, as Estações, o Dia e a Noite (muito conhecido) e as Idades do Amor, que encantaram de tal sorte o Papa quando em 1824 visitou o atelier de Thorvaldsen, que ele se esqueceu de dar-lhe a benção apostólica.

Em seguida à visita do museu saí com Glaser a passear pela cidade. Fomos à igreja de Mármore, o único templo bonito da cidade, de cujo zimbório dourado goza-se uma vista soberba sobre o porto, o Snud até as costas da Suécia. À noite fomos ao Tivoli, que dizem ser, depois do Crystal Palace de Londres, o mais notável

estabelecimento de diversões do mundo; ocupa um vasto parque com bonitas aléas, tapetes de relva, flores, fontes, lagos e tem teatros, panoramas, montanhas russas, balões cativos, salas de concerto, de bailes públicos, etc. Entre os pequeninos teatros há um cujo pano de boca é original, é formado por um pavão com a cauda aberta.

Jantamos em um dos restaurantes que há no Tívoli, a maior parte dos quais não têm *menu*, expõem numa espécie de balcão todas as comidas e a pessoa escolhe ali o que lhe agrada. Excelente cerveja.

Cada dia bendigo a hora em que me lembrei de estudar um pouquinho de alemão; se não fosse isto, não sei como me arranjaría por aqui.

10 de julho – Fui à igreja de Notre-Dame ver as esculturas modeladas (e algumas executadas) por Thorvaldsen especialmente para ela. Exteriormente há: no frontão um grande grupo de mármore, executado pelo artista, representando a pregação de São João no deserto; acima da porta baixo-relevo (modelo do artista) representando a entrada de Jesus Cristo em Jerusalém. Interiormente: treze estátuas colossais de mármore (Jesus e os Apóstolos; destes somente São Paulo foi executado por Thorvaldsen); um lindo Anjo ajoelhado tendo nos braços uma concha que serve de pia batismal, e quatro baixos-relevos – O Batismo, A Ceia, O Anjo da Guarda e a Caridade.

Ao meio-dia visitei com o Glaser o castelo de Rosenberg, onde há uma riquíssima coleção de móveis, armas de luxo, joias, uniformes, etc, que pertenceram aos reis da Dinamarca. Depois fomos almoçar e aí fizemos as nossas despedidas, pois que ele deve prosseguir amanhã a sua viagem e está comprometido para uma excursão hoje à tarde. Retirei-me pesaroso, pois me agradava a convivência desse rapaz alegre, franco, expansivo e alguma coisa ingênuo. Tanto instou comigo que fiquei de visitá-lo em Böhm

Leipor, onde mora, a três ou quatro horas de Praga: “um americano em Leipor, diz-me ele rindo, que novidade para a minha terra!”.

Visitei ainda o porto, a Langelinie, um aprazível passeio à beira-mar, e depois na outra extremidade da cidade os parques de Frederiksberg e Søndermarken.

11 de julho – Fui ao museu de pintura, num bonito edifício; a coleção não vale grande coisa. Depois fui ao Glyptothèque de Ny-Carlsberg, num arrebalde, uma valiosa coleção de esculturas antigas. Voltando à tarde ao hotel, encontrei um cartão do Glaser, que adiou a viagem e convidava-me a encontrá-lo à noite no Tívoli. Lá fui; tempo magnífico, multidão enorme, belas moças, belas *toilettes*, variado *demi-monde*. Ri-me muito com o austríaco ao vê-lo estacar diante de cada moça que passava e fitá-la com a maior sem-cerimônia, aprumando o seu *pince-nez* de míope, aconchegando o seu enormíssimo sobretudo de cor indefinível e enterrando até as orelhas um pequenino chapéu mole completamente redondo e de cor tão indecifrável como a do *pardessus*.

Subimos no balão, assistimos a um curiosíssimo baile público que nos provocou bem gostosas gargalhadas, tal a variedade e esquisitice dos tipos, das poses, dos passos; à esplêndida iluminação do parque (focos elétricos, milhares de copinhos de todas as cores revestindo todos os edifícios, desde a base até as torres, os zimbórios, etc) e a um excelente fogo de artifício. Por fim despedimo-nos, desta vez definitivamente até Leipor.

Sigo amanhã para Gotemburgo ou Göteborg em sueco, por Helsingör e Helsingborg.

GOTEMBURGO

(80.000 habitantes) (atualmente 970.000)

12 de julho – Parti de Copenhague às 10h47 da manhã. Em uma das primeiras estações grande multidão cercava os destroços dos vagões arrebatados em um grande desastre ontem ocorrido, no qual pereceram numerosas pessoas. Cheguei a Helsingör ao meio-dia; o trem que traz os passageiros para a Suécia entra até o vapor e sobre este faz a travessia do Sund (20 minutos) até Helsinborg, onde tem de receber os passageiros para a Dinamarca.

Ao saltar-se no cais de Helsinborg vê-se logo um pequenino monumento que lembra a chegada de Bernadotte a 20 de outubro de 1810. A travessia do Sund é muito bonita e hoje foi favorecida por um mar tranquilo, de uma bela cor de esmeralda, e um tempo soberbo que permitia estender-se a vista até muito longe pelas costas da Suécia e depois pelas costas da Dinamarca.

Parti de Helsinborg pouco depois de uma hora da tarde. Às 4h cheguei a Holmstad, onde somente me foi dado almoçar. O buffet é curioso: sobre uma grande mesa há uma quantidade enorme de comidas – carnes, peixes, legumes, doces, frutas, queijo etc; o passageiro serve-se do que quer, come o que pode, bebe a quantidade de cerveja que lhe parece, toma as xícaras de café que apetece, paga depois 1 coroa e 75 öre e recebe um cartãozinho para apresentar na porta, onde um criado embarga a passagem a todo aquele que não tem esse *exeat*. Agradou-me essa organização; pelo menos está-se livre das surpresas que muitas vezes nos pregam os pratos pedidos pela carta. O diabo é que só se tem um quarto de hora para a refeição.

Cheguei a Gotemburgo às 7h15 da noite, debaixo de um sol ardente! O trajeto não oferece grande interesse; o terreno em geral é rochoso, passam-se muitas matas de pinheiro, a largos

traços costeia-se o mar, atravessam-se alguns rios, margeia-se o Klosterfjord.

Hospedei-me no hotel Eggers. A cidade (80.000 habitantes) tem o seu centro comercial na parte antiga, cujos pontos principais são o porto, sempre coberto de embarcações, e a Praça Gustavo Adolpho, onde há uma bonita estátua desse rei, e onde estão colocados o Hotel de Ville e a Bolsa, que pouco valem como edifícios; essa praça fica junto ao ponto de interseção dos dois principais canais da cidade. A parte nova, ainda muito em começo, já conta algumas ruas bem bonitas, com elevadas e imponentes construções; ela se estende ao lado da Nya Allee, uma soberba avenida de quatro filas de árvores magníficas, formando três passeios, dois estreitos laterais para peões e um largo central para carruagens; aqui e ali, aos lados da avenida, pequeninos parques. Na Nya Allee está situada a quinta de Oscar Dickson, o iniciador das expedições às regiões árticas; vê-se aí também uma reprodução do célebre grupo de Lutadores (Boltespormare) de Molin, cujo original está em Estocolmo: dois mancebos nus, ligados um ao outro por uma correia, segundo o uso dos antigos escandinavos e armados de pequenas facas, lutam com furor; sobre o pedestal quatro baixos-relevos – a embriaguez (eles bebem servidos por uma mulher), o ciúme, o combate e a dor da viúva.

Ao lado e no começo da Nya Allee há um aprazível parquinho (pertencente a uma sociedade) com jardins, fontes, um bonito restaurante etc.

Amanhã de manhã visitarei o parque de Slottaskog e à uma hora da tarde seguirei para Trollhätan, a fim de visitar as quedas de Götaelf; tenciono seguir amanhã mesmo à noite para Moss, onde tomarei o vapor para Christiania, pois quero chegar à capital da Noruega pelo Christianiafjord, a fim de gozar do soberbo espetáculo de que fala o Baedeker.

TROLLHÄTAN

13 de julho – Visitei de manhã em Gotemburgo, como tencionava, o parque de Slottaskog e à 1 hora da tarde tomei o trem para aqui, chegando antes das três. Da *gare* dirigi-me em ônibus para o hotel Utsigten de onde se tem uma bela vista das cachoeiras. Estas nada têm de extraordinário. Já vivo desconfiado das tais belezas naturais da Europa, cascatas, pontos de vista, vales etc. Quando leio os elogios e as descrições pomposas que aqui se fazem de qualquer acidente de terreno, qualquer cascatinha ou coisa semelhante, fico a pensar o que escreveriam estes europeus se conhecessem a natureza do meu Brasil. Quedas d'água tão bonitas como as de Trollhätan se encontram em qualquer rio do Brasil; bem perto do Rio de Janeiro o Paraíba oferece espetáculos mais grandiosos e mais belos. As tais cataratas têm 33 metros de altura, mas formando um declive de 1.500 metros, de sorte que a mais alta, a de Toppö tem apenas 13 metros. As principais são: de Gullö (7 metros), de Toppö (13), de Stampeströn (2,50) e do Inferno (8). Não há dúvida que a cena é bonita, sobretudo na queda de Toppö, que se pode ver imediatamente de cima do rio em uma ponte de ferro do governo; mas não está à altura dos grandes elogios que se lhe fazem. Junto à ponte de ferro de que acabo de falar há uma pedra côncava, que muito pretensiosamente chamam Gruta do Rei, onde, entre os nomes dos visitantes, se acham gravados os de vários reis e príncipes. É uma espécie de “marmita de gigante”, de que se encontra mais adiante um belo espécimen e que tão bonitas e numerosas se veem em Lucerna.

São 9h da noite e o trem para Moss passa daqui a 20 minutos. Fecho, pois, as notas de hoje.

Disse acima – 9h da noite – por dizer; nesta terra, por este tempo, não há noite; às 9h o sol se põe, mas o crepúsculo se prolonga até 1h da madrugada, quando o astro do dia torna a aparecer; durante toda a noite pode-se ler sem luz; para quem só

pode dormir no escuro, isto é um martírio; estou muito atrasado no sono.

CHRISTIANIA²⁰
(160.000 habitantes) (atualmente 1.144.000)

14 de julho – Cheguei às 8h30 da manhã e hospedei-me no Grand Hotel, situado na Karl-Johans Gade, que é a rua principal da cidade, mas que nem por isto, vale grande coisa. Fiz a viagem de trem, como pretendia, até Moss, onde cheguei às 4h30 da manhã, e daí pelo *fjord* no vaporzinho Alpha. No trem encontrei dois alemães, de Dresden, um dono de um café e o outro cantor de Ópera daquela cidade. Fizemos relações e conversamos muito. Eles iam desembarcar em Frederikshold para daí fazerem a viagem por mar para Christiania, mas dissuadi-os disto fazendo-lhes ver que a parte verdadeiramente interessante do trajeto era de Moss em diante. O cantor amolou-me durante a viagem e ainda me amola aqui no hotel; sabe uma ou outra palavra de francês, mas quer por força conversar comigo nesta língua e então que de esforços preciso para compreender-lhe a algaravia de palavras alemães afrancesadas e palavras francesas germanizadas, tudo pronunciado com um sotaque de fazer mal aos nervos! O tipo é um tanto atoleimado, mas não só ele como o companheiro são amáveis, prestativos e francos, o que é *avis rara* na Europa.

20 Hoje, Oslo.

Figura 17: Christiânia (Oslo) – Avenida Karl Johans



O trajeto de Trollhåtan para aqui é belíssimo, sobretudo a viagem pelo *fjord*. E só isso compensa a vinda a Christiania, porque a cidade por si não vale nada; foi uma decepção enorme que sofri.

Pelo caminho de ferro atravessam-se regiões muito bonitas, margeia-se durante algum tempo o lago Vener, depois o bonito lago de Famsjöan; mais adiante a pitoresca cidadezinha de Frederikshold à margem do Idefjord, em seguida passa-se a bela catarata Sarpsfor, formada pelo rio Glommon, e chega-se por fim a Moss, situada em uma baía do Christianafjord e célebre por ter sido aí assinada a convenção de 14 de agosto de 1814, que pôs fim à guerra entre a Suécia e a Noruega. O país é bastante acidentado; terreno rochoso, muitas florestas de pinheiro, lagos, rios, canais em quantidade; as construções em geral são de madeira, às mais das vezes pintada de vermelho escuro. Os trens são confortáveis; não há vagões-leitos, mas os divans são muito largos, bem acolchoados, forrados

na parte superior de um couro muito macio; há almofadinhas nos carros para servirem de encosto ou de travesseiro; os trens são iluminados à luz elétrica.

Como disse acima a viagem é soberba de Moss para Christiania pelo *fjord*, cujas águas serenas e claras banham um sem número de ilhazinhas pitorescas, cidadezinhas garridas, quintas, castelos, casinhas de banho. Há um número infinito de pequenas enseadas, de canais de formas variadas entre as ilhas, de panoramas etc; o *fjord* ora se alarga como um lago, ora se estreita como um rio, sempre sulcados por vaporezinhos, chalupas, barcos de pescadores etc. Por fim, ao cabo de três horas, dobra-se o cabo Nosodtangen e Christiania aparece de repente sobre uma colina.

O *fjord* lembra a baía do Rio de Janeiro: é menos majestoso, porém mais pitoresco.

A cidade (160.000 habitantes), como já disse não vale coisa alguma; as ruas são irregulares e ladeirasas; as construções insignificantes. Os edifícios principais são: a Storthing (Parlamento), um grande edifício de tijolo nu que nada tem de notável no interior; a Universidade, a Igreja do Salvador e o Castelo, que tem uma ou duas salas regulares. O museu não tem grande valor.

Entre as poucas curiosidades de Christiania, devo mencionar os navios de Vikings, dois grandes barcos antigos, bem conservados, onde, segundo os usos dos Vikings, eram inhumados os seus chefes.

Magnífica água, a melhor que já bebi na Europa, excelente cerveja, de que tenho feito regular consumo, apesar de não ser nada amador.

15 de julho – De manhã fui ao parque de St. Hanshaugen, de onde se tem uma vista esplêndida sobre a cidade, o *fjord* e os arredores. Passei ainda em diversos sentidos pela cidade, sem conseguir modificar minha primeira impressão. Nos arrebalde vão-se construindo algumas belas quintas. O novo teatro da cidade,

ainda em construção, vai ficar um bonito edifício. Nas proximidades do Castelo há uma série de grandes lojas estabelecidas em um enorme edifício²¹; parece uma casa só e a aparência é imponente; chama-se Victoria-Terrasse; antes de conhecer a cidade, supunha eu que era o castelo, por ser o edifício mais belo e majestoso de Christiania.

Uma coisa curiosa que aqui encontrei: um grande estabelecimento, a Dampkjörken, que fornece refeições por 27 a 45 öre a cerca de 200 pessoas; nas horas determinadas a multidão é tão compacta em frente da casa que intercepta o trânsito na rua.

Nada mais tendo a ver em Christiania, sigo às 5h20 para Estocolmo: o único trem expresso que há para ali é este de 5h da tarde e diz-se expresso por uma convenção, porque ele para por assim dizer em todas as estações e faz em dezesseis horas e meia uma viagem que em outro país se faria em metade deste tempo, pois a distância entre uma e outra cidade é de 560 km.

Não há vagões-leitos.

ESTOCOLMO

(250.000 habitantes) (atualmente 2.034.000)

16 de julho – Cheguei às 9h da manhã; hospedei-me no Hotel Continental.

21 *Shopping center*. Era o primeiro que ele via.

Figura 18: Estocolmo – Palácio Real



O trajeto é bonito; margeia-se durante muito tempo o rio Glommen, sempre cheio de milhares e milhares de toros de madeira, destinados às construções ou à exportação, e que em alguns pontos forma bonitas cachoeiras; atravessam-se numerosíssimos lagos, sobretudo na região chamada Sudermania da qual se diz que Deus esqueceu quando separou as águas da terra; avista-se o lago Vanern, passa-se o Elgafjord e nas proximidades de Estocolmo muitos castelos, quintas etc.

Estocolmo é uma cidade linda, não só pela sua posição excepcional, como pelas suas magníficas construções, cais soberbos, palácios suntuosos, parques, jardins, pontes etc. Tem uns 250.000 habitantes; é edificada sobre ilhas e no ponto em que o lago Molar deságua em uma formosa e profunda baía do Báltico, chamada de Saltsjön (lago salgado). Os edifícios em geral são de pedra, muitos de um granito cor de rosa, natural do país, que imprime

uma aparência encantadora às construções. De toda parte se tem magníficos pontos de vista sobre a cidade, as ilhas, as pontes, os seus monumentos e os dois lagos, sempre cobertos de vaporesinhos e pequenas chalupas, que se cruzam em todas as direções.

A maior parte da cidade é construída sobre o continente; daí se passa a diversas ilhas: a Kemgsholmen, a Staden e desta a Riddharholmen; Skeppsholmen e desta a Kastellholmen; a Djurgarden e desta a Beckolmen.

Saindo do hotel encaminhei-me para a Praça de Gustavo Adolpho, que é o centro da cidade, ligada por uma ponte de granito, a Norrbro, à Praça do Palácio Real, na ilha de Staden. Em caminho passei pelo belo palácio da Academia de Belas Artes. Na praça notam-se: uma bonita estátua equestre de Gustavo Adolpho sobre um pedestal de granito e mármore da Suécia; o palácio do príncipe herdeiro e o Teatro, que é uma construção soberba. Daí atravessei o Jardim do Rei, decorado com estátuas de Carlos XIII e uma bonita fonte, obra de Molin, e dirigi-me para o Museu Nacional, também um belo edifício com um pórtico de mármore verde da Suécia. Aí se acham: um museu histórico, um gabinete de medalhas, um museu de cerâmica, uma galeria de escultura e um museu de pintura. Entre as esculturas a obra-prima é um Endymion adormecido, achado em 1783 na Vila de Adriano, em Tívoli; entre as pinturas, que são muito numerosas, há belos quadros de pintores suecos, um grande número de telas da escola francesa e algumas de Rubens, Ostade e Rembrandt. Deste nota-se O Juramento de João Ziska, inacabado, o maior quadro do artista, depois da Ronda da Noite, que se admira no museu de Amsterdam.

Depois do museu saí para percorrer a cidade e passei: pelo Palácio Real, a grande Igreja de São Nicolau, a Bolsa, o Palácio Equestre (onde antigamente se reunia a Dieta), o Hotel de Ville, a Igreja de Riddharholm (*Panteon* dos reis e grandes da Suécia), a

Dieta, a Corte Suprema e os Arquivos; depois voltei novamente aos bairros do norte, subi a Drottninggatan, uma das ruas principais da cidade, vi o Museu Geológico, o Museu do Norte, a Academia de Ciências, o Observatório e, por fim, no pitoresco parque de Humlegard, o grandioso edifício da Biblioteca Nacional e a estátua colossal de Lineu, elevada no meio de um *parterre* artisticamente arranjado com as mais belas e variadas flores. Nas imediações deste parque admiram-se belíssimas construções.

Voltei ao hotel, que fica em frente à vasta Central Bangard (estação da via férrea), onde ainda palestrei cerca de uma hora com o intérprete, um rapaz muito parecido com Salazar que esteve alguns anos no Brasil e na República Argentina e que fala, com facilidade, uma mistura de português e espanhol.

17 de julho – Comecei o dia visitando o Palácio Real, que tem belos salões sobressaindo uma esplêndida galeria de 48 metros de comprimento e 7 de largura, ricamente decorada, com belas portas de carvalho, baixos-relevos, bustos e estátuas de mármore, e a Sala das Festas, com bonitos *plafonds* e as paredes revestidas de estuque, donde o nome que lhe dão Vita Havet, ou Mar Branco.

Fui depois à Igreja de Riddasholm, o panteon. As paredes são cobertas de armas e escudos dos membros da Ordem dos Serafins, à qual pertenciam os dois Imperadores do Brasil, que são lá representados pela coroa brasileira sobre o escudo português (sic). Apenas cinco membros da família real têm monumentos na igreja; os mais estão em simples caixões, nos subterrâneos. Entre aqueles há dois túmulos bonitos, o do grande Gustavo Adolpho (morto em 1632 na batalha de Lutzen), um belo sarcófago de mármore verde colocado em uma capela profusamente decorada com bandeiras tomadas por aquele monarca, e o de Carlos XIV (Bernadotte), um enorme sarcófago de pórfiro, também numa capela especial. Pela

grande nave da igreja e por todas as capelas há inúmeros troféus de bandeiras russas, alemães, polacas e dinamarquesas.

Dirigi-me em seguida para o Museu do Norte, uma imensa coleção de costumes, utensílios domésticos, armas, instrumentos agrícolas, de pesca, de tecelagem etc, da Suécia e Noruega: visitei as seções mais importantes.

À tarde fui a pé pelo cais de Blasickagnen, passei por trás do Museu Nacional, onde está o famoso grupo original dos Lutadores (Boltespdmare) de Molin, de que já havia visto uma reprodução em Göteborg, atravessei a ilha de Skeppsholmen, com bonitas aléas e alguns belos edifícios públicos, fui à ilha de Kastellholmen, onde há uma pequena fortaleza de cuja torre se descortina um grandioso panorama, e por fim passei em chalupa para a ilha de Djugarden, onde está a Exposição e onde é situado o parque do mesmo nome, que é o “Bois” de Estocolmo. A Exposição é pequena e compreende somente produtos artísticos e industriais do reino; há, entretanto, ali muita coisa interessante, desde os relativamente grandes edifícios construídos de espermacete, sabão ou chocolate até os mecanismos mais aperfeiçoados e as mais ricas obras de ourivesaria. Pode-se passar distraidamente algumas horas, como fiz. Das torres do edifício principal goza-se de uma vista magnífica e muito extensa. Dei ainda um passeio pelo parque, que é muito acidentado, mas tem belas ruas de árvores, muitos pontos pitorescos e alguns estabelecimentos de diversões.

À noite andei pelos esplêndidos Cafés Blanch, no Jardim do Rei, no parque Berzelins, e Strömparterre, ao lado da Norrbro, onde todas as noites há concerto.

Figura 19: Estocolmo – O cais da cidade



18 de julho – De manhã fui à Gustafberg, a duas horas de Estocolmo em barco a vapor. O que há de verdadeiramente interessante nesta excursão é a viagem, e por isso apenas demorei ali um quarto de hora. Demais a única curiosidade a visitar é uma fábrica de porcelana, fechada hoje que é domingo. O trajeto, pelo Saltsjön, é realmente o que há de mais encantador. As numerosas ilhas do lago, cada qual mais pitoresca, formam inúmeros canais que descrevem curvas caprichosas, e por eles passa o vaporzinho, às vezes ao largo, às vezes quase roçando na margem, parando aqui e ali em pequeninos portos graciosos. As ilhas são povoadas de quintas mui garridas, construções elegantes e de arquitetura caprichosa e variada, situadas em cantos aprazíveis, no meio de pequeninos parques e jardins em flor. O vaporzinho que tomei ia completamente cheio, pessoas que iam passar o domingo fora, em picnics de parentes e amigos, aquelas sobraçando as provisões, estas grandes bouquets ou pequeninos embrulhos naturalmente de

presentes. Em cada porto um bando de moças e rapazes, algumas vestidas com característicos costumes nacionais, esperavam as visitas, e o vaporzinho parava no meio de aclamações, de gritos de alegria, de mil manifestações de prazer; e depois seguiam-se os abraços, os beijos e os curiosos cumprimentos em moda no país – as moças fazem uma genuflexão, os homens curvam a cabeça com um movimento brusco, ao mesmo tempo que tiram o chapéu ou o boné, e logo dobram-se ao meio.

Durante a viagem passamos em algumas praias de banho e então notei com espanto a sem cerimônia com que os homens se banham completamente despidos e não procuram resguardar-se das vistas das famílias que passam nos numerosos barcos que cruzam os canais. Este mesmo fato chamou-me a atenção mais tarde em uma esplêndida casa de banhos sobre o lago Molar, onde, de volta de Gustafsberg, fui tomar banho: há duas grandes bacias de natação, uma delas ao lado de um café servido por moças, donde, apesar da porta de vidros fumaçados que faz a separação, não é difícil ver o que se passa num ou no outro lado; homens e crianças de todas as idades banham-se aí em comum, sem o menor recato.

Voltando de Gustafsberg visitei o museu de armaduras, situado no palácio real; domingo a visita é gratuita e por isto uma multidão enorme se atropelava na estreita porta de entrada: serviço mal feito, uma só porta dando sobre uma escadinha estreita e íngreme servia para a entrada e saída dos visitantes; daí o atropelo, o arrocho, os trambolhões. O museu contém uma grande coleção de armaduras, armas e costumes reais e também algumas relíquias históricas; há objetos de muito valor, incrustados de pedras preciosas e de notável labor artístico. Entre outras lembranças históricas, vê-se aí: a pele empalhada do cavalo castanho-alazão que Gustavo Adolpho montava na batalha de Lutzen; a espada e a roupa branca, ainda manchada de sangue, que esse rei trazia na mesma batalha; uma rica espingarda de dois canos dada por Luis

XIV a Carlos XI; e a espada que Carlos XII trazia quando foi morto em Fredrikshald.

Passei o resto do dia na Exposição, onde, desta vez, entrei por um bonde aéreo que, suspenso por um grosso fio, atravessa o canal que separa a ilha de Djugarden do continente.

19 de julho – Para entrar na Rússia é preciso ter um passaporte visado por uma autoridade russa na última estação ou porto estrangeiro. Eu tinha uma vaga ideia disto; supunha, porém, que o passaporte devia ser visado na primeira localidade russa. Como o passaporte que tirei em Londres não estava em regra, não tinha meus sinais característicos, era apenas um atestado da minha qualidade de cidadão brasileiro, resolvi ir hoje ao nosso consulado em Estocolmo pedir um novo documento daquela natureza. Fui recebido do modo mais gentil pelo nosso cônsul, major honorário Carlos Frankel, alemão naturalizado, genro de Benjamin Constant; apresentou-me à família, dispensou-me muitas amabilidades e fez-me ver (o que na realidade foi um grande serviço, pois eu me arriscava a voltar do porto de São Petersburgo) que eu devia fazer visar o passaporte em Estocolmo. Ao mesmo tempo quis por força acompanhar-me ao consulado russo, alegando que as suas relações com o cônsul facilitariam o preenchimento daquela formalidade e de fato acompanhou-me, apesar da chuva que desde manhã caía incessantemente. Visado o passaporte, convidei o simpático Sr. Frankel a acompanhar-me ao hotel, onde o forcei, por assim dizer, a almoçar comigo. Durante todo o tempo que estivemos juntos, não cessou de lamentar que só hoje o tivesse procurado, justamente no dia de minha partida (pois escrevo estas notas a bordo do Döbeen, em viagem para São Petersburgo), quando tão raro é o aparecimento de um brasileiro na Suécia; fez-me ver o isolamento em que vive aqui e o prazer que lhe causa a visita de um compatriota. Eu compreendo perfeitamente. Depois do almoço (ou jantar, eram 4h) disse-me que ia em casa buscar um pouco de

fumo brasileiro que me havia oferecido e, antes das 6h de partida do vapor, estaria a bordo comigo.

Desde o dia que cheguei a Estocolmo que resolvi seguir viagem no Döbeen para São Petersburgo; depois deste vapor somente no dia 23 teria eu outro e essa demora excederia um tanto o tempo destinado a capital da Suécia.

Levo de Estocolmo a mais grata impressão; não me cansei de admirar as suas belas construções e a sua maravilhosa situação; até aqui é a cidade mais bonita que tenho visto, depois de Paris.

Uma das coisas que chamam logo a atenção do estrangeiro é o costume das criadas, de algumas moças do povo e mesmo de algumas serventes de estabelecimentos públicos, como as do museu do Norte. Aliás, esse costume é de uso geral no campo, pelo menos em certas partes da Suécia: ora é uma saia encarnada com um corpete amarelo de vivos escarlates, ora uma saia azul marinho, com um largo debrum escarlate ou verde em toda a roda, corpete verde e cinto vermelho, ora a saia é branca, mas todas trazem um avental de listras de todas as cores em sentido transversal, parecendo uma larga fita escocesa. O chapéu ora é chato e redondo, formado de grandes laços e *puffs* de cambraia branca, ora é de pano azul marinho com vivos escarlates e a forma de antigo capacete romano. Os cafés, os restaurantes, quase todas as seções da Exposição, são servidos por mocinhas vestidas dessa maneira.

E por falar em restaurantes: em quase todos eles, há sobre uma mesa uma enorme exposição de *hors-d'oeuvres* – sardinhas, camarões, carnes frias, saladas, enfim, uma variedade de coisas de que eu nunca tinha ouvido falar – e diversas garrafas de aguardente; chama-se isto *smörgasbord*: tem um preço fixo, pode-se comer e beber quanto se queira e paga-se relativamente bem pouco. Não preciso dizer que muitas pessoas só almoçam e jantam *smörgasboard*.

Um dos meus primeiros cuidados ao chegar na Suécia foi saber a tradução dos rótulos das caixas de fósforos. “Fábrica de palitos inflamáveis de Jonkåpings; palitos inflamáveis de segurança, com parafina, sem fósforo nem enxofre. Só acedem de encontro à caixa”. O nome da cidade se pronuncia iondchåpings. É o caso de dizer como Wellington do campo de Waterloo: estragaram o nosso tão familiar Jonkåpings.

Os soldados de polícia na Suécia vestem uma sobrecasaca que chega abaixo dos joelhos, usam um capacete e espada curva de couro com guarnições de metal amarelo. Este mesmo casacão é a farda dos cocheiros e condutores de bondes. Nestes o pagamento é feito dentro de uma caixa, como em Manchester; o condutor, em caso de necessidade, troca 25 ore, 50 e até uma coroa; para este fim traz dentro de uma bolsa o troco já preparado, fortemente lacrado em papel azul, encarnado ou amarelo, conforme o valor da moeda que recebe; o passageiro rasga o invólucro e efetua então o pagamento, pois o condutor não deve tocar neste.

É curioso o modo por que os cocheiros de qualquer veículo fazem parar os cavalos: comprimem os lábios e expelem um som tremido, como as nossas rolinhas dos brinquedos de prendas.

Às 5h segui para bordo. Um quarto de hora antes de zarpar o vapor, surgiu-me o Frankel acompanhado de toda a família; que vinha apresentar-me as suas despedidas. Fiquei realmente penhorado com essa situação. Recebi o meu pacote de fumo goiano, com as competentes palhas, e despedi-me, com verdadeiro pesar, de tão amáveis compatriotas, prometendo enviar-lhes minhas notícias de São Petersburgo, conforme pediram.

Às 6h em ponto levantamos ferro. A travessia vai ser menos de 48 horas; tocaremos em Hangö e Helsingfors, dois portos russos. O vapor está literalmente cheio; preparam-se camas no salão, na sala de jantar, por toda parte. Felizmente pude obter na agência

um bom camarote. Os passageiros são quase todos russos, alguns suecos, poucos ingleses e alemães. A viagem vai sendo belíssima, pelas águas tranquilas do Saltrjön e através de dezenas e dezenas de ilhas pitorescas povoadas de lindas chácaras e graciosos chalets.

E antes de terminar, ainda uma nota: causou-me verdadeiro pasmo ver que em Dinamarca, Noruega e Suécia ainda não há serviço de esgotos, de *drainage*! Realmente não sei como compreender isto em países que contam com todos os melhoramentos modernos.

20 de julho – A viagem vai-se fazendo tranquilamente, sem incidentes, ainda por entre numerosas ilhas; o mar tem a serenidade de um lago; o Dölbeln desliza plácido e sereno. Às 3h chegamos a Hangö, pequenina cidade russa, à entrada do golfo da Finlândia. Durante a noite havíamos atravessado o mar Báltico, um pouco abaixo da entrada do golfo de Botnia.

Às 10h51 chegamos a Helsingfors²², de cujo porto se avistam bem o Palácio imperial e as cinco cúpulas da igreja de São Nicolau. Desceram aí muitos passageiros e entraram também alguns.

Tenho estado completamente isolado, escrevendo as minhas notas ou lendo o meu Baedeker.

Em Helsingfors termina o extenso arquipélago que temos vindo atravessando; o golfo se alarga, sem que, entretanto, se perca a terra de vista. O tempo conserva-se magnífico. Se não fosse a beleza da paisagem, a viagem seria grandemente insípida; não há uma pessoa que toque, que cante ou promova qualquer distração a bordo.

22 Hoje, Helsinque, capital da Finlândia.

Figura 20: São Petersburgo – Perspectiva Nevsky



SÃO PETERSBURGO
(1.000.000 habitantes) (atualmente 5.100.000)

21 de julho – Durante a noite fiz conhecimento com um finlandês que embarcou em Helsingfors e hoje com um jovem par de alemães, muito amáveis, que igualmente vêm dali.

Às 2h mais ou menos chegamos a Cronstadt, por entre cujas baterias o vapor passou. O golfo, aí muito estreito, oferece à navegação apenas dois canais, um muito raso que não oferece calado às grandes embarcações e ainda assim dominado pelas baterias da cidade; o outro, apertado e profundo, passa entre a fortaleza, os fortes Alexandre, Pedro I e Menchikov de um lado e de outro os fortes Risbank e Kronslott.

Depois de Cronstadt começamos em breve a avistar a massa confusa de São Petersburgo, de vez em quando esclarecida por um

reflexo do sol sobre o zimbório dourado de Santo Isaac. Chegamos às 3h30; apresentei o meu passaporte a um oficial russo vindo a bordo especialmente para isto, dei a minha bagagem a examinar (nem a abriram) e dirigi-me para o Hotel de France, na Rua Bolchaia Morekaia, onde estou hospedado.

Depois do jantar, ia saindo a passeio, quando o finlandês, que aqui também se alojou, convidou-me a sair com ele. Aceitei, mas antes não o tivesse feito, pois, o diabo do homem obrigou-me a descer com ele, a pé, quase toda a perspectiva Nevsky, que tem perto de 5 km de extensão! E preparava-se para voltar ainda a pé, como voltou, quando preteixei estar curioso de conhecer logo certos monumentos e deixei-o, prometendo encontrá-lo às 9h30 no hotel para irmos ao jardim zoológico, onde há muitas diversões, concertos, teatros etc.

A Perspectiva Nevsky é a principal rua de São Petersburgo; tem 35 metros de largura, é toda iluminada à luz elétrica e possui os mais ricos estabelecimentos comerciais; mas, como em todas as outras ruas da cidade, o calçamento é detestável, formado de pedrinhas irregulares e maldispostas, não é abaulado, é quase ao nível dos passeios que, por sua vez, são demasiado estreitos. Isto é de lamentar em uma cidade cujas ruas são todas extensas, retas e largas e ofereciam um magnífico aspecto se porventura fossem calçadas como, por exemplo, as ruas de Paris.

Na Perspectiva Nevsky, além de muito bonitas casas particulares, se acham: a Catedral de Kazan, bela igreja com uma fachada de 132 colunas coríntias em hemicírculo (no interior admiram-se 56 colunas monolíticas de granito finlandês, com base e capitéis de bronze; a iconostase, bem como a grade que a precede, é de prata; a imagem da Virgem é coberta de ornamentos em ouro e pedras valiosíssimas; o tabernáculo tem 16 colunas de pedras finas); o Gostinny Dvor, um imenso bazar; o velho edifício

da Biblioteca Imperial, que contém muito mais de um milhão de volumes; um pouco arredado o elegante teatro Alexandra, com uma fachada de colunas coríntias e uma quadriga de bronze no frontão, e em frente o monumento da grande Catarina; finalmente o grande palácio Anitchkov, habitado pela Rainha Mãe.

Voltando ao hotel um pouco mais tarde do que esperava, já não encontrei o meu finlandês, de sorte que fica para outro dia a visita ao jardim zoológico.

Uma coisa que chama logo a atenção do estrangeiro em São Petersburgo é o fanatismo²³ que domina esta gente. A cidade possui inúmeras igrejas, mas, além disso, se encontra a cada passo uma capelinha ou uma simples imagem em um nicho ou mesmo pregada a uma parede de casa. Todos os transeuntes ao passarem defronte das igrejas, das capelas, das imagens, benzem-se uma porção de vezes, a maior parte para, descobre-se, persigna-se dez, vinte vezes, faz outras tantas genuflexões e, por fim, prosterna-se e beija o chão. Isto é geral, vê-se em todas as classes da sociedade, nos peões, nos passageiros dos bondes, de carros de praça, de carruagens particulares. Nas ruas é um espetáculo grotesco! Para qualquer lado que a gente se volta vê numerosas pessoas a se benzerem, a fazerem mil genuflexões e trejeitos.

Outra curiosidade aqui é o cocheiro. Todos eles se parecem, trazem a barba longa e inculta; os cabelos cortados à moda de tonsura, uma veste azul escura, que chega aos pés, enrolada no corpo e amarrada na cintura, com uma faixa de fazenda de cor; o chapéu é uma cartolinha de forma original, de abas arrebitadas, com uma fivela de metal na frente, cartola na qual eles mergulham a cabeça até as orelhas. A vaidade do cocheiro é parecer gordo, e, por isso, todos eles trazem por baixo da veste enchimentos de pele de carneiro e outros, de maneira que cada qual ostente ancas mais

23 Quisera que o "fanatismo" de hoje em dia fosse assim, tão inofensivo..

proeminentes. Em geral são sujos e repugnantes. Os carros são tão pequeninos que parecem de crianças; são tirados, porém, por excelentes cavalos, velozes e ardentes. Os cocheiros particulares vestem-se do mesmo modo.

Todo o povo em São Petersburgo usa boné; somente os homens da classe mais elevada põem chapéu; na camada inferior é geral o uso de botas.

22 de julho – De manhã fui à Ermitage²⁴, a esplêndida coleção de pinturas de São Petersburgo. O edifício é soberbo; tem um terraço sustentado por 10 atlantes colossais de granito; na entrada 16 colunas de granito escuro da Finlândia com capitéis de mármore; a escada é de mármore ou de granito; no interior há 104 colunas de mármore ou granito; as salas são ricamente decoradas por estátuas e magníficos vasos e candelabros.

Não tive tempo de ver toda a coleção; depois da minha segunda visita, direi aqui quais os quadros melhores.

Próximo à Ermitage está situado o palácio do imperador, chamado de Palácio de Inverno, com 137 metros de comprimento, 106 metros de largura, decorado com muitos ornamentos, vasos, estátuas e pequenos zimbórios dourados. No meio da praça achase a coluna de Alexandre I, um monólito de 25 metros de altura, o maior que se conhece, de granito cor de rosa; a encimá-lo um anjo de bronze sobre um globo, com a mão esquerda sustentando uma cruz e com a direita apontando para o céu. Na Praça do Palácio e nas imediações ainda se nota: o palácio do Estado-Maior com uma fachada de 768 janelas e em cima um carro do deus da guerra tirado por seis cavalos, tudo de bronze (este edifício é também ocupado pelos Ministérios das Finanças e dos Estrangeiros); o Almirantado, com 420 metros de comprimento e 180 metros de largura, tendo acima da grande porta de entrada uma torre de 75 metros com uma

24 Por que o feminino?

flecha dourada muito aguda (aí se acham o Ministério da Marinha e a Escola Naval); a célebre estátua equestre de Pedro, o Grande, de Falconet (o cavalo se apoia somente em dois pés e na cauda); o Senado ao qual é ligado por uma arcada o Santo Sínodo, dois vastos e bonitos edifícios; e, finalmente, a igreja de Santo Isaac, a maior e mais rica igreja de São Petersburgo. Toda ela é de granito e mármore; têm quatro entradas de forma de pórticos, duas com 16 colunas monolíticas de 17 metros de altura, de granito vermelho, com bases e capitéis de bronze, e as outras duas com oito colunas no mesmo gênero; um magnífico zimbório dourado repousa sobre o tambor cercado de 24 colunas de granito de 9 metros de altura; sobre o zimbório outro tambor, menor, também com 24 colunas, e acima de tudo uma cruz dourada de 5,8 metros de altura. As portas de entrada são de bronze com ricas esculturas; as paredes no interior são todas revestidas de mármore; nas janelas da cúpula anjos colossais de bronze dourado. A *iconostase*, de mármore branco com ornamentos dourados, duas colunas de lápis lazuli e oito de malaquita, tem 33 imagens, muitas de mosaico; a porta que daí dá entrada para o santuário é de bronze dourado e de um valor artístico admirável. Todos os objetos de culto são de ouro ou de prata; as numerosas imagens espalhadas por todo o corpo da igreja, imagens que só têm de pintura o rosto e as mãos, são cobertos de pedras preciosas, formando coroas, diademas, pulseiras, colares, bordados nas vestes, etc. Os objetos de ouro que essa igreja possui pesam mais de 40 quilos e os de prata mais de 1.100.

Próximo da Catedral, na Praça Maria, está o bonito monumento de Nicolau I. É uma estátua equestre de bronze (o cavalo se apoia unicamente nas patas traseiras) sobre o pedestal de granito e mármore, tendo nos ângulos as figuras da Justiça, da Força, da Sabedoria e da Fé, que são retratos da mulher e dos três filhos de tsar.

Ainda neste bairro se encontram alguns belos edifícios, como o Correio, o palácio do Duque Nicolau Nikolaevich e a igreja inglesa.

À noite fui ao Jardim Zoológico, lugar de divertimentos muito frequentado, sobretudo, pelo *demi-monde*; aí assisti num teatro ao ar livre a uma peça interessante calcada sobre o Robinson Crusóe.

23 de julho – Um dos pontos mais bonitos de São Petersburgo é o cais do Neva, desde a ponte Nicolau até a ponte Alexandre, compreendendo o cais Inglês, do Almirantado, do Palácio e Gagarinskaia. A vista do rio e da parte da cidade situada na margem esquerda é esplêndida; o cais é largo e de granito, bordado de palácios magníficos. Além do Almirantado e do Palácio de Inverno se encontram ali: o teatro da Ermitage, decorado exteriormente de colunas e estátuas; o palácio do grão-duque Vladimir, lindo edifício no estilo florentino; o palácio do grão-duque Miguel, com uma ornamentação variadíssima; e o Palácio de Mármore, do grão-duque Constantino (a parte inferior das paredes é de granito; a parte superior é de mármore pardo e ornada de pilares de mármore avermelhados, de vasos e de urnas). Ao lado deste palácio há uma estátua de Souvarov e mais adiante se estende belo Jardim de verão, a cuja entrada eleva-se uma bonita capelinha de mármore, erigida no mesmo lugar em que Alexandre II escapou em 1866 do atentado Karakosov.

Além do jardim, no lado oposto ao cais, ergue-se o belo edifício da Escola de Engenharia, em frente do qual se vê uma estátua equestre de Pedro, o Grande.

Perto daí vê-se o soberbo Palácio Miguel, no estilo toscano, ao lado de cujo jardim está-se construindo uma igreja expiatória, no lugar em que Alexandre II foi ferido mortalmente pelos niilistas.

Visitei o museu das carruagens imperiais; fiquei deslumbrado, nunca vi carros tão bonitos e tão ricos: carruagens, trenós, arreios, tudo coberto de ouro e pedrarias. Aí se encontra também, todo

quebrado, o carro em que ia Alexandre II, quando em 1881 foi vítima da bomba dos nihilistas.

Agora, umas notas: São Petersburgo tem mais de um milhão de habitantes; a sua área é de cerca de 100 quilômetros quadrados; tem uns 14 km de comprimento sobre outros tantos de largura; além do Neva, que se divide em vários braços, tem 21 canais e 150 pontes, das quais, entretanto, somente duas são fixas, as outras são de barcos e se retiram quando o rio gela. As ruas principais se chamam Perspectivas.

Hoje fui à legação, sendo mui gentilmente recebido pelo ministro, Dr. Olyntho de Magalhães, o secretário, Dr. Teffé, e o cônsul Silveira Lobo, os quais vieram à noite ao meu hotel e levaram-me a dar um passeio pelas ilhas, que é Bois de Boulogne de São Petersburgo: é um vasto parque, ocupando diversas ilhas, bem plantado, com pontos de vista admiráveis, lagos, pontes etc.

24 de julho – Visitei hoje os bairros de Spass, Kazan, Liteiny e Rodjosvensky. Nos dois primeiros estão situados: o grandioso palácio dos Pagens; o Banco Imperial, um grande edifício em forma de ferradura; a Catedral de São Nicolau, uma grande igreja com cinco zimbórios dourados; e os dois teatros, o Grande Teatro, um edifício imponente, e o Teatro Maria. Nos dois outros: a Catedral Spasso Presbajensky, bonito templo cercado por uma grade formada de canhões turcos e franceses; o Antigo Arsenal, com uma soberba fachada decorada de troféus e figuras alegóricas; o palácio de Taurida; e o convento de Smoluy. Deste convento faz parte a Catedral da Ressurreição, uma grande igreja com cinco zimbórios. O interior é magnífico; tudo é de mármore alvíssimo com ornamentos dourados, somente o ladrilho é de mármore muito escuro e as escadas dos altares (cercados de balaustradas de cristal) são de mármore amarelo; tem numerosas imagens ornadas de pedrarias; todos os objetos de culto são de prata maciça; o

tabernáculo apoia-se em 24 colunas de jaspe; possui, finalmente, quadros de valor.

Voltei ao centro da cidade num bonde. Os bondes de São Petersburgo são verdadeiras tartarugas, andam talvez uns 2 km/h.

25 de julho – De manhã fui assistir aos ofícios na Catedral de São Jacques. Os cantos são muito bonitos, as vozes magníficas. Não há orquestra nem órgão, mas as vozes são tão afinadas e tão bem combinadas que a harmonia é perfeita e deliciosa; há alguma coisa de solene que impressiona e que se impõe ao espírito. A igreja estava repleta e a multidão que a enchia não estava quieta um só momento, benzia-se, ajoelhava-se, beijava o chão, fazia mil trejeitos que em outro lugar provocariam riso.

Depois visitei alguns bairros da cidade; fui até o Arco do Triunfo de Narwa e, na volta, à Catedral de Imailov ou da Trindade, uma bela igreja com cinco zimbórios pintados de azul claro e semeados de estrelas douradas. Em frente está original monumento da guerra da Turquia (1877-1878), uma coluna coríntia formada de canhões e encimada por uma Vitória de bronze. Fui também ao Arco do Triunfo de Moscou e depois ao Convento de Santo. Alexandre Nevsky, em cuja catedral se admira a caixa que contém as relíquias deste Santo: é uma pirâmide de 5 metros de altura de prata maciça, diante da qual, se veem um grande sarcófago e um enorme candelabro também de prata.

À tarde fui com o nosso ministro, o secretário e o cônsul visitar o palácio de Tsarekoie Selo, a meia hora de São Petersburgo. É um palácio suntuosíssimo, soberbo. Conta-se que Catarina II, depois que o concluiu, convidou o embaixador de França a visitá-lo; este, depois que saiu, olhava para todos os lados como que procurando alguma coisa – “O que procura?”, perguntou a imperatriz – “A redoma que deve resguardar essa joia”, respondeu o embaixador. E tinha razão. Ainda não vi um palácio tão belo, tão luxuoso, tão magnífico.

A fachada principal, rica de cariátides e outras ornamentações, mede 245 metros de extensão. O interior é de deslumbrar, tal a profusão, a riqueza e o luxo das decorações. Dos magníficos aposentos de Catarina II, ocorre lembrar um, cujas paredes são todas revestidas de ágata, e o quarto de dormir com paredes de porcelana branca, colunas de vidro violeta e soalho incrustado de nácar. Entre os salões: a sala de âmbar, cujas paredes são todas revestidas de âmbar amarelo e branco; a sala de prata, na qual todas as decorações são revestidas deste metal; a sala de baile, com 43 metros de comprimento e 16 de largura, cuja ornamentação é ouro e cristal; a sala de lápis-lazúli; a sala chinesa, ouro e preto, com figuras e ornatos no gosto chinês.

À noite, de volta a São Petersburgo, fizemos um longo passeio a carro pelas Ilhas.

26 de julho – Visitei os bairros de Vassily Ostrov e de São Petersburgo. No primeiro estão situadas: a Bolsa, um belo edifício de estilo grego, com um peristilo de 44 colunas dóricas; a Academia das Artes, uma construção imponente, ornada de colunas e estátuas e encimada por um zimbório com uma estátua colossal de Minerva. Aí se acham uma coleção de pinturas e um museu de antiguidades que percorri ligeiramente. No segundo se acham: a cidadela, cuja catedral é o Panteon dos soberanos da Rússia (grandes sarcófagos de mármore branco, completamente lisos, tendo na parte superior uma cruz dourada em relevo); e a Casa de Pedro, o Grande, uma pequenina casa de madeira (agora resguardada por uma outra de pedra) edificada por aquele tsar, a qual contém muitas lembranças dele, entre elas alguns objetos feitos pelo próprio Pedro, o Grande, e uma imagem que ele trazia sempre consigo, ricamente ornada de pedrarias.

Terminei hoje a minha visita à Ermitage. Este museu possui um grande número de obras-primas, é considerado mesmo como

uma das primeiras coleções da Europa. Aqui vai a indicação de alguns quadros: Seb. del Piombo, Descida da Cruz, considerada uma das melhores obras do artista; Veronese, o mesmo assunto; Tieppolo, o Festim de Cleópatra; Raphael, a Madona Conestabile e São Jorge; L. da Vinci, a Madona Litta; Corregio, a Madona del Latte; Ticiano, Madalena (é o retrato da filha do artista); Velásquez, o Duque de Olivares e Philippe IV, dois retratos que são duas obras primas; Murillo, a Assunção (belíssimo), a Libertação de São Pedro e mais uns dez quadros excelentes; Van Dyck, a Virgem das Perdizes e meia dúzia de magníficos retratos; Rubens, Jesus em Casa de Simão, Adoração dos Pastores e alguns belos retratos (além disto vários esboços de suas principais obras); Rembrandt, Sacrifício de Abraão, Descida da Cruz, Santa Família, Danae (figura nua, de grandeza natural), a Volta do Filho Pródigo; e numerosas composições de Wouvermann, Ostade, Potter, etc. Deste há um quadro muito interessante, a Vida do Caçador, relatada em 14 pequenas composições muito espirituosas.

A Ermitage possui também numerosas obras de escultura: há estátuas esplêndidas; nas galerias laterais da escada há 17 estátuas de mármore notáveis; na sala de entrada oito, uma das quais de uma mulher nua, representada com toda a minuciosidade.

À noite passei pelas Ilhas em companhia do Olyntho de Magalhães e do Teffé e fomos até um jardim de divertimentos²⁵ com um nome russo que agora não me lembro.

27 de julho – Hoje dei alguns passeios pelas ruas da cidade, fiz algumas compras, estive algum tempo na legação e estou me preparando para seguir viagem, pois às 7h30 tomo o trem para Moscou. Vou pesaroso por não ter visitado o Palácio de Inverno, do qual dizem maravilhas; mas a licença solicitada pela legação ainda

25 Hoje se chamaria “parque de diversões”.

não veio e não se sabe ao certo quando virá; nesta incerteza, não quero adiar a viagem.

São Petersburgo, apesar dos seus numerosos palácios e das muitas coisas bonitas que possuí, não é, como cidade, tanto quanto se me dizia. Há muitas coisas aqui que me causam má impressão, por exemplo: o detestável calçamento e os passeios demasiado estreitos, que afeiam muito as ruas; nas ruas principais, casas velhas e feias ao lado de palácios modernos e suntuosos.

Uma coisa que chama logo a atenção na capital russa é a pintura das casas; muitas delas são caiadas e de alvura deslumbrante; as outras são de cores vivas, sobretudo amarelo claro e vermelho.

Quase todos os comerciantes fazem pintar nas paredes exteriores de seus estabelecimentos os objetos de seu ramo de negócio; é um meio de suprir a ignorância do povo que, em grande parte, não sabe ler.

Os habitantes de São Petersburgo, sobretudo as mulheres, são em geral muito pálidos, sem dúvida pelo enclausuramento em que vivem durante o longo inverno.

O povo não prima pelo asseio. O tipo moreno é muito comum.

MOSCOU

(800.000 habitantes) (atualmente 12.000.000)

28 de julho – Cheguei às 9h30 da manhã; 14 horas de viagem, portanto; os trens russos não primam pela velocidade; de São Petersburgo a Moscou são 609 verstas²⁶ ou cerca de 650 km, viagem para nove horas. O trajeto nada tem de interessante e, por isto, logo cedo meti-me na cama e dormi a valer.

²⁶ Versta – medida russa que vale 1067 metros.

Hospedei-me no Hotel Metrópole, não tendo encontrado aposentos no Continental, onde pretendia alojar-me; os hotéis estão cheios por causa de um congresso científico que ora se reúne aqui.

Depois de entregar o meu passaporte para o visto da polícia, formalidade a que se está sujeito em qualquer ponto a que se chegue neste país de bárbaros, segui para o Kremlin, principal curiosidade da cidade, que eu estava ansioso de conhecer. O Kremlin é uma reunião de igrejas, conventos e palácios cercados por um muro de 20 metros de altura e quase dois quilômetros de circuito; este muro tem diversas torres e cinco portas. A principal destas é a Porta Spasky ou do Salvador, por baixo da qual ninguém pode passar sem descobrir-se, segundo uma ordem dada pelo tsar Alexis Mikailovitch em 1647 e ainda hoje religiosamente observada. O Kremlin compreende: dois conventos, o de Voznessensky ou da Assunção, com duas igrejas, e o de Tchoudov ou dos Milagres, com duas igrejas também, a de São Miguel e a de St. Aleixo: nesta em um grande sarcófago de prata, estão guardadas as relíquias do padroeiro.

Três catedrais: I – a da Assunção ou Uspensky, onde tem lugar o coroamento dos tzares. É uma igreja riquíssima: a iconostase tem cerca de 5.400 quilos de ouro; as imagens são cobertas de pedrarias; a da Virgem de Korsoun, que é atribuída ao Evangelista São Lucas, está em uma moldura avaliada em mais de 200.000 rublos, só a esmeralda que lhe orna a frente é avaliada em 30.000 rublos; no santuário há um Monte Sinai todo de ouro, avaliado em 1.275.000 francos. A igreja possui também, ou pelo menos, presume possuir o sudário e o vestido de Nossa Senhora, assim como um prego da verdadeira cruz. Na sacristia encontram-se diversos evangelhos riquíssimos, dos quais um pesando cerca de 64 quilos e cuja capa custou 200 mil rublos, ornamentos do coroamento, cálices, vasos de prata maciça, etc.

II – a catedral do Arcanjo ou Archangelsky, onde se acham os monumentos de alguns tzares, entre eles o de Ivan, o Terrível; há aí também dois ricos sarcófagos de prata contendo relíquias de santos.

III – a catedral Blagoviest Chensky ou da Anunciação, sobre um de cujos nove zimbórios se ostenta uma bela cruz de ouro. O ladrilho da igreja é de jaspe de cor. Ela possui muitas cruzes de ouro e prata ornadas de pedras preciosas e uma Assunção cuja moldura é toda de ouro. O santuário é de prata maciça.

– Dois palácios: o Pequeno Palácio, que nada tem de notável, e o Grande Palácio, edifício imponente, com uma grande e bela fachada e que compreende dois outros palácios, o Granovitaia e o Terem. Ele possui salas magníficas, esplendidamente decoradas. Em uma ala do Grande Palácio, chamada Oroujenaia Polata ou Palácio das Armaduras, acham-se os tesouros da família imperial e as joias da coroa. É uma coisa fabulosa: nunca vi tantas pedras preciosas reunidas. Além de armas de todas as espécies e de todas as épocas, escudos, capacetes, armaduras, bandeiras, joias, arneses, selas, etc, tudo coberto de ouro, prata e pedrarias, encontram-se reunidos numa sala dez coroas e nove tronos de uma riqueza incalculável. Entre estes sobressaem: o do czar Alexis, ornado de 876 brilhantes e 1.223 outras pedras preciosas; o de Boris Godounov, revestido de placas de ouro e guarnecido de 2.200 pedras preciosas e pérolas; e o de Ivan, o Terrível, ornado de 9.000 pedras preciosas, sobretudo turquesas.

Em outra sala há duas soberbas selas e correspondentes arreios, presente do sultão da Turquia a Catarina II, em que as pedras preciosas, principalmente brilhantes, se contam por milhares: a sela mesma, a cilha, o rabicho, as cabeçadas, tudo é revestido de placas de ouro cobertas de pedrarias; na parte das cabeçadas que devia ficar sobre a testa do cavalo, uma belíssima

estrela de numerosos e enormes brilhantes. Há ainda em outra sala cerca de mil objetos de ouro e prata, sobretudo baixelas, de subido valor intrínseco e artístico. Finalmente carros de gala, lembranças históricas, quadros, retratos, dois leitos de Napoleão tomados na passagem do Berezina, são outras tantas curiosidades a admirar neste museu.

– A torre de Ivan Veliky, com 82 metros de altura, um zimbório dourado de 10 metros de diâmetro, uma cruz de 16 metros São os sinos desta torre que anunciam que o tzar tomou posse do trono. De cima se tem uma vista soberba sobre a cidade e seus arredores, vista que arrancou a Mme de Staël essa exclamação – Eis a Roma Tártara! – ao lançar os olhos sobre os zimbórios dourados das quatrocentas igrejas de Moscou. Ao pé desta torre acha-se o sino do tzar, o maior do mundo: tem 8 metros de altura, 750 de diâmetro, 23,50 de circunferência e pesa 195.000 quilos. Todas as igrejas que acabo de citar, como quase todas as igrejas de Moscou, têm numerosos zimbórios (algumas até 9 e 12); estes zimbórios em geral são dourados e brilham com estranho fulgor quando o sol lhes bate de chapa; algumas, todavia, como 8 dentre os 12 do convento Tchoudov, são azuis, semelhando grandes bolas de anil.

– O Sínodo, que encerra a igreja dos Doze Apóstolos, a qual possui, além de um rico tesouro, um pedaço do manto e um pedaço da cruz de Jesus Cristo.

– O Senado, que é um grandioso edifício, e o quartel e o Arsenal, diante dos quais se acham os 875 canhões tomados em 1812 ao Grande Exército. Diante do quartel se acha também o canhão do Tzar ou o rei dos canhões: tem 5,30 metros de comprimento, pesa 39.000 quilos; o calibre é de 1 metro e a carga de 2.000 quilos.

Ao sair do Kremlin visitei a Praça Kresnaia, a maior de Moscou, onde se acham: o bonito edifício do museu histórico, o monumento de Minin e Pojarsky (que libertaram Moscou do

poder dos Polacos), o Novo Bazar, uma esplêndida construção, e a catedral de São Basílio, com 12 zimbórios de formas diversas e esquisitas. Dizem que Ivan o Terrível, depois de concluída esta catedral, mandou furar os olhos ao arquiteto para que ele não pudesse reproduzir tal obra-prima.

Da cidade entra-se nesta praça pela porta Ibéria, junto à qual se acha a pequenina capela Ibéria, uma das mais célebres da Rússia, constantemente repleta de fiéis a benzerem-se milhares de vezes, a ajoelharem-se, a beijarem o chão, a fazerem mil curvaturas. Na capela se acha a mais célebre imagem de Moscou, a Virgem Ibéria, ornada de magníficas pérolas, brilhantes e outras pedras preciosas. Quase todos os dias passeia-se esta imagem pelas ruas de Moscou em um carro tirado a seis cavalos, com lacaio de libré e cabeça descoberta. Ela vai visitar doentes ou assistir a festas de família e o povo a saúda profundamente na passagem. Conduzem-na por todos os compartimentos da casa e depois a gratificam com uma soma que varia entre 5 e 100 rublos, conforme a fortuna de cada um. Isto feito, levam a santa à casa de outra família para fazer uma visita do mesmo gênero.

Vi ainda diversos edifícios: o Hotel de Ville, a Bolsa, a Biblioteca do Sínodo e o museu Roumiantsov. Estes dois últimos são muito bonitos.

Só agora posso avaliar quanto é aborrecido viajar-se num país cuja língua não se conhece; tudo é difícil e às vezes até impossível, principalmente quando a gente tem de tratar com cocheiros, condutores, etc.

29 de julho – Miserável hotel este em que vim cair, só tem aparência. Além de só haver uma pessoa que fale outra língua que não seja o russo, acresce que o asseio é palavra aqui desconhecida em todos os idiomas. Esta noite, a horas já muito adiantadas, tive de mudar de quarto por não poder resistir em minha cama

ao assalto simultâneo de vários regimentos de percevejos. É a primeira vez que tal me acontece na Europa. Felizmente a criada de quarto foi bastante gentil para dar-me, mesmo àquelas horas, outro aposento.

Visitei hoje a igreja do Salvador, um templo majestoso e riquíssimo, sem dúvida o mais belo e suntuoso de Moscou. Tem cinco zimbórios dourados e exteriormente é decorada de grandes e bonitas estátuas e baixos-relevos de mármore. No interior tudo é mármore de diversas cores e há belos quadros e afrescos.

Fui depois ao convento Novo-Dievitchy ou das Virgens, onde há diversas igrejas e um cemitério, tudo cercado por um muro com 16 torres, como se fosse uma cidade fortificada. Na igreja principal, que possui ricas imagens, ouvi belos cantos religiosos, as mesmas vozes, a mesma harmonia que já tanto me haviam impressionado na catedral de Santo Isaac, em São Petersburgo.

À tarde fui ao belo parque de Sokolnihy, passando pela torre Sonkhanev, uma das construções curiosas da cidade, e pela porta Vermelha, uma espécie de arco de triunfo.

Moscou (800.000 habitantes) nada tem de bonito como cidade; é apenas curiosa pelo seu *cachet* todo especial. As ruas são detestavelmente calçadas e muito irregulares; a cidade tem numerosas e grandes ondulações; há alguns edifícios bonitos, mas em geral as casas são baixas e nada valem como construções. Quase todos os telhados são pintados de verde (não sei se o Floriano morou aqui algum tempo); a cidade, por causa dos jardins que cercam a maior parte das casas e por causa das grandes praças, ocupa uma área extensíssima. Vista de um ponto elevado, oferece um panorama soberbo, pelo contraste entre centenas de zimbórios dourados, os jardins, o rio, os tetos verdes das casas.

Temos tido grande calor, tão forte como no Rio em novembro ou dezembro; e, entretanto, para estes europeus o Brasil é inabitável!

30 de julho – Esta madrugada reproduziu-se a cena dos percevejos. Eu havia pedido outro quarto, pois não me agradava o que a criada me dera a noite passada. Tão mal que fiz! Depois de tocar a campainha por mais de meia hora, apareceu-me o diabo de um criado russo que só entendia o seu *patois*; por gestos fiz compreender ao bruto que não podia dormir ali, e ele me objetou que as chaves dos outros quartos estavam todas em poder do proprietário e não havia remédio senão conformar-me com a situação. Fiz então um barulho dos demônios, gritei, esbravejei, com grande espanto do selvagem, e por fim desci ao cubículo do porteiro, de quem consegui que me conduzisse ao quarto do proprietário. Informado do ocorrido, este mandou dar-me imediatamente, a meu pedido, o mesmo quarto em que eu dormira a noite anterior.

Passei pela cidade; vi o grande teatro, que é um belo edifício, o arco do triunfo erguido em memória das proezas (sic) de Alexandre I, percorri a Tvorskaia e a Pont des Marechaux, que são as principais ruas da cidade.

Sigo às 6h30 para Varsóvia.

31 de julho – É meia-noite, estamos a chegar a Varsóvia; levamos mais de uma hora de atraso. Esta madrugada, passamos Smolensk e, durante o dia, até Borissov, seguimos a estrada pela qual se retirou o Grande Exército, atravessando o Berezina sobre uma extensa ponte. A não ser isto o trajeto nenhum interesse oferece: extensas florestas de pinheiros, vastas planícies áridas e sem cultura, miseráveis aldeias construídas de madeira. Além de Smolensk, os lugares mais importantes que se atravessam são Minsk e Brest-Litovsk.

Tive ocasião de tirar mais uma vez a prova à ignorância destes europeus em matéria de geografia. No mesmo compartimento vinha comigo um francês condecorado e viajado, pois tem percorrido toda a Europa e grande parte da Ásia. Um francês condecorado, que viaja de 1ª classe e que já tem percorrido tantos países, deve ser um homem de certa posição social. Pois conversando comigo sobre o Brasil, mostrou-se muito convencido de que a nossa capital era Buenos Aires e que a nossa língua era o espanhol, pois que tínhamos sido colônia espanhola! Mas isto não admira: no hotel Metrôpole, em Moscou, o proprietário, homem também muito viajado, perguntou-me mui seriamente que distância havia do Rio de Janeiro ao Brasil (cuja capital ele também supunha ser Buenos Aires) e, depois de um milhão de dislates, concluiu por perguntar-me se o Brasil ainda era Portugal, e quando lhe respondi com espanto que não, teve esta frase soberba: “Ah! A capital de Portugal é Lisboa, eu me confundo porque são países limítrofes!!!”. Este sujeito é francês e durante muito tempo viajou com a corte da Rússia, a quem servia não sei em que caráter.

VARSÓVIA

(500.000 habitantes) (atualmente 3.250.000)

1º de agosto – Cheguei à 1h da madrugada; hospedei-me no Hotel d'Europe, situado no *faubourg* Cracóvia, a principal Rua da Cidade.

Varsóvia já não parece uma cidade russa, o que prova que tem conservado muito de sua antiga feição: já há algumas ruas bem calçadas, já se veem letras latinas, já não se encontra o fanatismo espetaculoso de São Petersburgo e Moscou, já não se veem os costumes e os tipos tão característicos dessas duas cidades. Não

se pode dizer que seja uma cidade bonita e pouca coisa tem digna de nota; mas é alegre, tem muita animação e inspira viva simpatia a quem conhece um pouco a sua história. Tem cerca de 500.000 habitantes, está situada à margem do Vístula, que tem 400 a 800 metros de largura, e é ligada ao arrebalde de Praga, do outro lado do rio, por uma bela ponte, a ponte Alexandre, que tem 508 metros de comprimento. O centro da cidade é a praça Zambowy, onde está situado o Castelo Real e onde se vê um monumento muito ordinário de Segismundo III. Daí partem o *faubourg* de Cracóvia e os seus prolongamentos, a rua do Novo-Mundo (Nowy Swiat) e a bonita aléa de Ujazdowskaia, que é o Bois de Boulogne da cidade. Os edifícios mais notáveis são: o Castelo, a Universidade, o Castelo de Saxe com um bonito jardim, a igreja de Santo Alexandre Nevsky, o castelo de Lazmiki com um parque magnífico, o palácio Krasinski (tribunal superior) e o Teatro: estes dois últimos são construções esplêndidas. O *faubourg* de Cracóvia é uma rua irregular, mas tem alguns edifícios bonitos, bons estabelecimentos comerciais e grande movimento. O arrabalde de Praga, teatro de grandes lutas da revolução polaca, nada tem de realmente importante; possui uma bonita igrejinha grega, com cinco zimbórios dourados.

2 de agosto – Dei alguns passeios pela cidade e visitei a igreja de São João, uma grande igreja gótica, que possui alguns monumentos, entre os quais o do conde Stanislas Malachowski, obra de Thorvaldsen.

Sigo hoje à tarde para Berlim; o meu passaporte já foi mais uma vez visado e já tenho permissão da polícia para atravessar a fronteira. A boa impressão que levo da Rússia é somente das suas igrejas, da magnificência, do luxo, das riquezas fabulosas que elas encerram.

Figura 21: Berlim – Portão de Brandemburgo



BERLIM

(1.800.000 habitantes) (atualmente 5.055.000)

3 de agosto – Cheguei às 7h da manhã, sentindo viva satisfação em achar-me afinal no meio de um povo civilizado.

Hospedei-me no Hotel Stadt Magdeburg, em face da *gare* de Friedrichstrasse.

O trajeto de Varsóvia a Berlim não tem interesse nenhum. Em Alexandrowo, fronteira russa, mais uma vez tive de exhibir o meu passaporte às autoridades daquele país, em Thorn, fronteira alemã, verificação de bagagem e ainda apresentação de passaporte, coisas a que, aliás, as autoridades alemãs pouca atenção prestaram.

Berlim tem-me causado a melhor impressão; o que tenho visto da cidade é muito bonito: edificação grandiosa e imponente, palácios suntuosos, ruas esplêndidas, estabelecimentos magníficos,

muito asseio, muito movimento. É uma cidade muito grande, inteiramente plana, contando cerca de 1.800.00 habitantes.

Comecei a minha visita, como era natural, pela avenida chamada Unter den Linden, que, com uma largura de 60 metros e 1 km de extensão, começa na porta de Brandenbourg e termina no Castelo Real. Ela conta muitos palácios particulares, ministérios, embaixadas, grandes hotéis, tudo ocupando soberbas construções. Aí se acham: a Kaisergallerie, uma belíssima passagem ricamente decorada e cheia de brilhantes armazéns; a célebre estátua equestre de Frederico o Grande, cercada de um grande número de personagens, em tamanho natural, contemporâneos daquele rei; a Academia Real; o palácio de Guilherme I; a Biblioteca; a Ópera; a Universidade; o Corpo de Guarda do Rei; o Arsenal; o palácio da imperatriz Frederica; e por fim o Castelo Real, além de muitas estátuas, entre as quais as de Blucker e Bulow.

Visitei o museu do Arsenal, uma coleção de armas, modelos da cidade, instrumentos de guerra, etc, compreendendo também muitas bandeiras e armas de todas as espécies tomadas aos franceses em 1870, e diversas lembranças e relíquias históricas, ocupando a chamada Galeria das Glórias, três salas bem decoradas com grandes quadros de batalhas e numerosos bustos de generais e figuras alegóricas.

Percorri depois algumas das principais ruas, tais como: Friedrichstrasse (3.300 metros), talvez a mais animada e luxuosa, próxima da qual, na praça dos Gendarmes, se acha o belo teatro da Comédia; a Wilhemstrasse, a mais distinta da cidade, contando numerosos palácios e residências particulares; a Leipzigerstrasse, onde estão o soberbo palácio do Correio e o do Ministério da Guerra; a Charlottenstrasse, a Behrenstrasse, a Prinz-Albreschtztrasse, onde se acham também dois belos edifícios, o Museu etnográfico e o Museu industrial. A Praça de Leipzig, onde

termina a Leipzigerstrasse é igualmente formada de construções magníficas, palácios de príncipes e ministérios. Nas proximidades se acham as gares de Postdam e de Anhalt; esta é a mais bonita de Berlim e uma das maiores do mundo. Finalmente fui à Praça Belle Alliance, onde se acha a elegante coluna da Paz, erigida em 1840 para comemorar os 25 anos de paz decorridos de 1815 àquela data, e de lá fui a Kreuzberg, a única eminência dos arredores de Berlim. Daí se tem uma bonita vista de conjunto da cidade e do vasto campo de manobras de Tempelhof. No cimo da colina, a qual é hoje ocupada pelo bonito parque Victoria, há uma curiosa pirâmide gótica erigida em 1821 para comemorar as vitórias de 1813, 14 e 15. Neste monumento lê-se a seguinte inscrição: “O rei à nação que, a seu apelo, sacrificou nobremente à pátria sangue e fortuna; em lembrança dos mortos, ao reconhecimento dos vivos e à imitação dos vindouros”.

No parque Victoria há uma belíssima cascata artificial.

4 de agosto – Visitei hoje os museus reais, em três bonitos edifícios, o Velho Museu, o Novo Museu e a Galeria Nacional. A Seção de esculturas possui as célebres frisas do altar de Júpiter em Pergamo, depois das esculturas do Parthenon a obra mais importante em seu gênero. A de pintura conta, entre outras, as seguintes excelentes telas: parte do celebre quadro dos Van Eyck, a Adoração do Cordeiro Místico, cuja parte principal se acha na catedral de São Bavon, em Gand; uma bela Virgem, de Massys; Leda, de Corregio; Virgem, de Raphael; Pietá de Piombo; o notável retrato de Gisze, de Holbein; Ressureição de Lázaro, Santa Cecília e outros, de Rubens; Descida da Cruz e Jesus Insultado, de Van Dyck; a Tentação de Santo Antonio, quadro humorístico de Teniers Junior; Suzana, a Visão de Daniel e José em Casa de Putiphor, de Rembrandt. Há também na Galeria Nacional, excelentes pinturas modernas de artistas alemães.

Continuei depois a visita da cidade, cujo circuito fiz de bonde. Nada de particularmente notável nesse passeio.

5 de agosto – Visitei: o Castelo Real, que tem algumas salas ricamente decoradas e uma rica capela revestida de mármore de diversas cores; a Bolsa, um belo edifício, cuja sala dividida em três partes por bonitas arcadas, tem 101 metros de comprimento; o museu Hohenzollern, no pequeno Castelo Monbijou, uma coleção preciosa e interessantíssima de lembranças da família real. Passando depois pela Grande Sinagoga, dirigi-me para a Praça Real. Aí se acham: o novo edifício do Reichstag, o mais belo e o mais imponente Palácio de Berlim; e a Coluna da Vitória (61,50 metros; é de granito, grés e bronze) um magnífico monumento comemorando as vitórias sobre a Dinamarca, a Áustria e a França. Na base há quatro grandes baixos-relevos, um dos quais representa a batalha de Sedan: o cavalo do imperador Guilherme tem uma das patas dianteiras sobre uma águia francesa. A coluna é toda ornada de canhões dinamarqueses, austríacos e franceses, todos dourados. No cimo, uma Vitória de asas abertas (8,30 metros de altura) igualmente dourada.

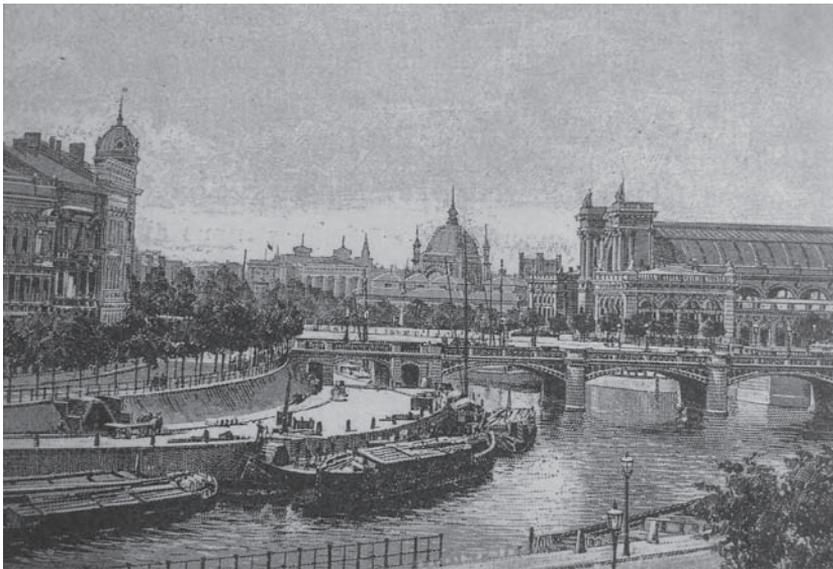
Percorri depois o Thiergarten, que é o Bois de Boulogne de Berlim. É um belo parque. Aí se encontram alguns monumentos: de Goethe, Lessing, de Frederico Guilherme III e da rainha Luiza.

6 de agosto – Percorri algumas ruas e fui até o aprazível parquezinho dos Inválidos. Nas proximidades, três bonitos edifícios: o Museu agrícola, o de geologia e o de história natural. Mais tarde fui a Charlottenburg, a uns 20 ou 30 minutos de Berlim, visitar o mausoléu real. Em caminho o magnífico edifício da Escola Técnica. O mausoléu contém apenas quatro monumentos, os de F. Guilherme III e da rainha Luiza, com duas soberbas estátuas de Rauch, e os de Guilherme I e da imperatriz Augusta, também com estátuas (inferiores) de Encke. O edifício é acanhado e insignificante;

está situado no bonito parque do Castelo de Charlottenburg, que, como construção, nada tem igualmente de notável. O trajeto, que se faz em bonde, é muito bonito: atravessa-se o Thiergarten em toda a sua extensão e depois diferentes ruas de Charlottenburg com belas construções e jardins.

Na volta fui ao jardim zoológico, que é também um parque muito aprazível e frequentado. A coleção de animais é bem regular, mas em todo caso inferior às de Londres e Anvers.

Figura 22: Berlim – O Rio Spre



7 de agosto – Passei pela cidade em diversas direções: belas ruas, construções sempre variadas e de aspecto grandioso. Entre os edifícios que vi, podem ser citados como mais bonitos: o Palácio da Justiça em Moabit, a Repartição da Polícia e o Hotel de Ville, que tem belas salas e uma torre de onde se goza uma vista soberba sobre Berlim. Infelizmente não pude apreciá-la demoradamente,

por haver-me sentido bastante incomodado logo que acabei de galgar as centenas de degraus da torre.

8 de agosto – Fui a Postdam, a meia hora de Berlim em caminho de ferro. É uma cidade de 60.000 habitantes, em um sítio aprazível sobre uma ilha formada por diversos lagos. A principal curiosidade é o célebre Castelo de Sans-Souci, de Frederico, o Grande, com o seu magnífico parque e a Orangerie. Os aposentos do Castelo são conservados ainda no mesmo estado; eles são bem decorados, possuem alguns quadros de valor e encerram muitas lembranças de Frederico. Aí se vê também o quarto que foi habitado por Voltaire. Ao lado do Castelo, o legendário moinho que deu origem à conhecida frase: “Ainda há juízes em Berlim”.

A Orangerie é um belo e imponente edifício de estilo florentino, ricamente decorado de estátuas. Ele contém numerosas cópias de pinturas de Raphael e algumas esculturas originais de Thovaldsen, Rauch e outros. Do terraço tem-se uma vista soberba sobre o parque, a cidade, os lagos e os arredores: dizem ser uma das mais bonitas do norte da Alemanha.

Visitei também o Novo Palácio, ainda uma obra de Frederico, o Grande. Tem igualmente alguns grandes quadros e algumas salas bem decoradas, sobretudo a sala das Conchas, que é original, pois tem as paredes inteiramente revestidas de magníficas conchas de todos os tamanhos, formatos e matizes, formando arabescos, dragões e ornatos de diversas naturezas.

Antes de ir a Postdam visitei o Museu Industrial, uma variadíssima coleção de produtos da indústria de todos os países.

Sigo amanhã para Dresden; deixo de ir a Leipzig por estar informado e haver lido que a cidade nada tem de interessante.

DRESDEN

(300.000 habitantes) (atualmente 1.150.000)

9 de agosto – Cheguei às 11h da manhã após três horas de viagem. Trajeto sem interesse. Hospedei-me no Hotel Weber.

Dresden, com cerca de 300.000 habitantes, capital do reino de Saxe, numa situação encantadora sobre o Elba que a divide em cidade velha e nova, é uma cidade bem bonitinha, iluminada à luz elétrica, quase toda calçada de asfalto, com alguns edifícios notáveis e algumas aléas e ruas animadas e bordadas de lojas e prédios elegantes. O centro da cidade é a Praça do Castelo, onde se acham: o Teatro e o Zuvinger, dois edifícios imponentes, a Igreja da Corte, decorada exteriormente com 64 grandes estátuas de santos; o Castelo, o Palácio dos Príncipes, atual residência do rei, e mais afastada, já na praça do Correio, a igreja de Santa Sofia, bonito templo de estilo gótico. As ruas principais são König Johann Strasse, Pragerstrasse e Waisenhausstrasse. Sobre o rio, que é largo e caudaloso, algumas pontes, sendo a principal a Augustbrücke (402 metros), de onde se tem uma bela vista sobre as margens do Elba e as colinas verdejantes que circundam a cidade. Ao longo da margem esquerda do rio há um terraço elevado, bem arborizado e ajardinado, que é um passeio muito concorrido. Chama-se Terraço de Bruhl. Aí se acha o imponente edifício da Academia de Belas Artes; este, o Tribunal de Justiça e o Teatro são os mais bonitos de Dresden. Próximo desse terraço acha-se o Albertinum, que é o museu de esculturas. Há aí algumas boas obras antigas e modernas; entre as primeiras, três estátuas de mulheres provenientes de Herculanium.

Depois da visita a este museu passei pela cidade em diversas direções. Na Burgesviere, uma larga rua ajardinada, formando quase um parque, vi um magnífico grupo de mármore de Baumer, Venus cortando as asas de Amor – trabalho bem-acabado, cheio

de naturalidade e expressão. Pela cidade há diversos monumentos; entre outros uma boa estátua de Lutero, em frente da igreja de Notre-Dame (Frauenkirche).

10 de agosto – Às 9h em ponto achava-me à porta do museu de pintura, que é a principal curiosidade de Dresden, porquanto a sua galeria é a primeira do mundo depois das de Paris e Florença. A obra mais notável e que é o orgulho da coleção, é a célebre Madona de São Sixto, de Raphael. É uma tela soberba, de 2,65 metros de altura sobre 1,96 metros de largura, representando uma Virgem formosíssima que aparece sobre nuvens, com o Menino Jesus nos braços, São Sixto à direita, Santa Bárbara à esquerda e dois anjinhos em baixo. A pintura é finíssima, as figuras são de uma verdade e beleza incomparáveis; entretanto notei que os olhos do menino Deus não têm certa naturalidade, estão muito abertos e dão-lhe um ar de terror que destoa da suave placidez das outras imagens. Este quadro foi pintado em 1515 e comprado em 1753 por 225 mil francos.

Além da Madona de São Sixto, há outra também célebre, a chamada Virgem de Holbein. O quadro é menor, a Virgem representa ter mais idade, o menino pareceu-me em proporção, muito pequeno. Entretanto a pintura é magnífica; pena é que se não conheça o autor, pois está verificado que esse quadro nada mais é que uma cópia do original de Holbein, que se acha em Darmstadt.

Entre as muitas outras obras-primas que possui o Museu de Dresden, devem ser citadas: Uma Virgem e Adoração dos Pastores, de Corregio; este último quadro é geralmente conhecido sob o nome de A Noite de Corregio; de Ticiano, o Dinheiro de César; de Palma o Velho, Bodas de Canaã, e Virgem; de Van Eyck um pequenino, mas esplêndido tríptico; de Rubens, Caça ao Javali e São Jerônimo; de Van Dyck, São Jerônimo; de Rembrandt, Enigma de Sansão; de

Durer, Jesus crucificado, e pequenas telas deliciosas de Ostade e Dou. Entre as telas modernas há algumas de valor.

Saindo do museu de pintura fui visitar a Grünes Gewölbe ou Galeria Verde, que é uma riquíssima coleção de objetos de arte e curiosidades em ouro, prata, âmbar, nácar, marfim, etc; há uma variedade infinita de objetos, alguns de valor inestimável: vasos, estatuetas, copos, escrínios, mesas, chaminés, relógios, escrivainhas, etc, etc. Entre as obras de marfim há uma representando a Queda dos Anjos que contém 92 figuras talhadas em um só pedaço de marfim de 30 cm de altura. Entre os relógios há um, grande, de movimento perpétuo, representando a torre de Babel; em torno da torre, de alto a baixo, há uma espécie de rampa pela qual rola uma bolinha de vidro; quando esta bolinha chega embaixo, desaparece em uma abertura e um soldadinho, colocado na parte superior da torre, bate um minuto com um pequeno martelo sobre uma campainha, ao mesmo tempo em que de outra abertura superior surge uma nova bolinha para descrever o mesmo trajeto.

A Grune Gewölbe contém também as joias da Coroa, que são riquíssimas. Entre outras, podem citar-se: um precioso colar com 38 brilhantes enormes; uma espada cujos copos tem 1.890 brilhantes; numerosos enfeites de cabelo, formados de grandes brilhantes, entre os quais um de 150 quilates; um outro enfeite com um magnífico brilhante verde de 160; um soberbo colar de pérolas; um lindo aparelho de chá, de ouro; e uma obra curiosíssima – o grão-mogol de Delhi cercado de sua corte – trabalho artístico admirável de Dinglinger.

Visitei ainda o museu histórico no edifício chamado o Johanneum. É uma grande coleção de armas, armaduras e seus acessórios, móveis, vestuários, arreios, guarda-joias, etc, que, em sua maior parte, pertenceram a príncipes nacionais ou estrangeiros.

Aí vi os sapatos do casamento de Napoleão e as botas que ele trazia na batalha de Dresden.

Passei ainda pela galeria de pintura para admirar mais uma vez a Madona de São Sixto; como de manhã, encontrei repleta de curiosos a sala reservada a este quadro.

Dei ainda alguns passeios pela cidade, fui até o monumento de Moreau, erigido nas proximidades do lugar onde ele foi ferido: é muito simples e tem esta inscrição – Moreau. O herói caiu aqui ao lado de Alexandre a 27 de agosto de 1813.

Esqueci-me de dizer que vi no museu um quadro muito conhecido, muito divulgado pela gravura, mas cujo autor eu ignorava: é uma moça loura, cabelos soltos, um seio descoberto, deitada e com a fronte inclinada sobre um livro; é a Madalena Arrependida, de Pompeo Battoni. Não sei se o quadro que vi é o original ou cópia; não pude ver bem, porque o copiavam na ocasião.

Sigo amanhã para Praga.

PRAGA

(200.000 habitantes) (atualmente 2.522.000)

11 de agosto – Cheguei pouco depois de 3h da tarde e tomei aposento no hotel Monopol; a viagem é mais ou menos de três horas e meia. O trajeto é muito bonito, atravessa-se a Suíça-Saxônia que oferece magníficas paisagens e também os belos vales do Elba e do Moldávia, este já na Boêmia. Bodenbach é a primeira estação austríaca; a verificação de bagagens tem lugar no trem mesmo e, pelo menos comigo, não foi nada exigente.

Praga, capital da Boêmia, com cerca de 200.000 habitantes, à margem do Moldávia, é uma cidade curiosa pelas antiguidades que possui e pela bela situação que ocupa; tem algumas portas, igrejas

e palácios antigos, notáveis pela sua arquitetura, mas que pouco interessam a um simples turista; tais são, entre outros, a porta chamada Pelrverthuran, o Hotel de Ville e no bairro Kleinseite, que ocupa uma colina na outra margem do rio, o Castelo e principalmente a Catedral, que encerra o mausoléu dos reis da Boêmia, feito de mármore e alabastro, e o monumento de São João Nepomuceno, um sarcófago de prata, com figuras alegóricas, pesando 30 quintais. A vista que desta colina se tem sobre a cidade e seus arredores é muito bonita.

O bairro Kleinseite é ligado à cidade pela ponte Carlos (497 metros de comprimento e 10 de largura); de cada lado há 15 estátuas ou grupos de santos; no meio uma placa de mármore marca o lugar onde São João Nepomuceno foi precipitado no rio por ordem do imperador Venceslau, por não ter querido revelar a confissão da rainha; em cada extremidade há uma velha torre.

Entre os edifícios modernos são dignos de nota o Rudolphinum (museus), o novo Museu Nacional, O teatro Alemão e o Teatro Boêmio. A rua mais bonita e mais animada chama-se Graban.

O que Praga tem de verdadeiramente encantador são dois ou três pequeninos parques (Stadtpark, o parque da Praça Carlos, etc); que belos *parterres*, que magníficas combinações de flores, que bonitos desenhos representando borboletas, coroas, letreiros, etc!

A impressão que tive ao desembarcar na cidade não foi boa; pareceu-me que saltava em uma cidade russa; os letreiros e indicações escritos em *tchèque* mais concorriam para tornar perfeita a ilusão.

O uniforme da polícia aqui é original: uma blusa preta, curta, quase sem vivos, uma calça parda e um chapéu de feltro comum com uma meia dúzia de penas pretas pregadas num lado.

É geral o uso do cachimbo entre os homens do povo, mas que cachimbos! Tem seguramente meio metro de comprimento.

Nada mais tenho que ver em Praga; darei amanhã cedo alguns passeios pela cidade e no expresso de 1h40 seguirei para Viena.

O meu plano de viagem era daqui para Nuremberg, Munich e Viena (deixando de visitar Stuttgart, Ulm e Augsburg que nada tem de particularmente interessante), a fim de seguir para a Itália pelo caminho de Semmering que é muito bonito; mas tendo hoje lido que a viagem para a Itália pelo Brenner é ainda mais bela e mais curiosa, resolvi modificar o meu itinerário assim: daqui para Viena, B. Pesth, Viena, Munich, Verona, etc, sacrificando a visita a Nuremberg, o que, aliás, não me causa grande pesar, porque de antiguidades já estou farto.

O calor hoje tem sido abrasador.

Figura 23: Viena – Rua de Graben



VIENA**(1.500.000 habitantes) (atualmente 2.340.000)**

12 de agosto – cheguei às 8h; pouco mais de seis horas de viagem. Dei hoje de manhã ainda alguns passeios em Praga, porém nada mais vi que mereça ser assinalado. O trajeto oferece algumas bonitas paisagens, sobretudo no vale do Danúbio, cujo curso se acompanha durante muito tempo; do trem viam-se os estragos causados pela última inundação.

Hospedei-me no hotel de Londres, mas pretendo mudar-me amanhã, pois não estou bem acomodado e demais o hotel não fica em posição vantajosa para a visita da cidade.

O calor de hoje, durante a viagem foi como dos piores dias no Rio de Janeiro: sinto-me prostrado, tão prostrado que nem ânimo tenho de ir olhar um pouco para essa Viena tão gabada e que eu tanta curiosidade tinha de ver. O que consigno desde já é que, durante o longo trajeto que fiz pela cidade, a iluminação pareceu-me péssima e o movimento relativamente insignificante. Enfim, vamos ver amanhã.

13 de agosto – Mudei-me para o Hotel de France, no Schottering. Viena (cerca de 1.500.000 habitantes), situada sobre o canal do Danúbio e o rio Viena que nele se lança, divide-se em 19 distritos, o primeiro dos quais Innere Stadt, é formado pela antiga cidade; demoliram as fortificações e construíram um grande *boulevard* circular com 3.800 metros de comprimento e cerca de 60 de largura. Este *boulevard*, que se chama Ringstrasse, toma diversos nomes especiais: Schottenring, onde está o meu hotel, Burgring, Opernring, etc, etc. Desde que aqui me acho, ainda não saí do primeiro distrito, não só porque nele se reúne a maior parte das curiosidades de Viena, como porque estou visitando a cidade com ordem e método.

A antiga cidade é formada de ruas estreitas e tortuosas, mas me parece que é o centro de todo o movimento comercial; há aí ricos estabelecimentos, sobretudo nas ruas chamadas Graben e Kohlmarkt, que são as principais. Os edifícios mais notáveis e mais bonitos são: a igreja de Santo Estevão, que é a Catedral, o Banco Nacional e o Palácio Imperial, que, aliás, é um conjunto de construções de diferentes épocas. Há também diversos palácios antigos, alguns dos quais ocupados por ministérios.

A Ringstrasse, que suponho ser a parte mais bonita de Viena, ficou um tanto aquém do que eu esperava; é um bonito *boulevard*, não há dúvida, sobretudo tendo em atenção os magníficos edifícios públicos que aí se encontram; mas o calçamento de paralelepípedos, a arborização falhada e raquítica e a iluminação deficientíssima amesquinham a impressão que deveria produzir. Os palácios que bordam a Ringstrasse são realmente soberbos; em nenhuma cidade, a não ser talvez em Paris, se encontra uma coleção de edifícios públicos tão belos e tão grandiosos, com a circunstância de serem eles aqui todos ou quase todos situados em uma mesma rua. Eis os mais notáveis, a partir do meu hotel: a Universidade, do estilo toscano; o Hotel de Ville, do estilo gótico; o teatro do Hofburg, do estilo da renascença; o Reichsrath (Parlamento), do estilo grego; e um pouco afastados, o Palácio de Justiça, do estilo da renascença alemã, e o Deutsches Volkstheater, da renascença italiana; os museus de História Natural e de Belas Artes, ambos do estilo da renascença; a ópera, do estilo da renascença francesa; um pouco afastada a Academia das Belas Artes, do estilo da renascença; o museu Austríaco ou de Artes e Ofícios, da renascença italiana; a Bolsa, ainda do estilo da renascença; e finalmente a Igreja Votiva, do estilo gótico, elevada em atenção ao fato de haver o imperador escapado a um atentado em 1853. Todos estes edifícios são esplêndidos; se fosse possível estabelecer preferências entre eles, citaria: a Ópera, o Parlamento, o Hotel-de Ville, a Bolsa e o Hofburg

Theater. Há também na Ringstrasse ou em suas imediações diversos monumentos; o mais notável é o de Maria Tereza, uma estátua assentada de 6 metros de altura, sobre um riquíssimo pedestal de mármore de 13 metros, cercado das estátuas equestres de quatro generais e de numerosas outras estátuas de homens de estado, artistas, etc.

A cidade não tem o movimento e a animação das grandes capitais, sobretudo à noite: logo que escurece, fecham-se os estabelecimentos comerciais e as ruas ficam reduzidas à deficiente iluminação pública, de gás carbônico, lampiões com um só bico, amortecido e mesquinho como os de Pernambuco.

14 de agosto – Visitei hoje: 1º – As galerias de pintura do palácio Harrach e da Academia de Belas Artes, que possuem alguns quadros bons. Nesta última encontrei, com surpresa, uma vista do Rio de Janeiro por Ender: uma paisagem com coqueiros, uma parte da baía e uma igreja.

2º – O museu de história natural, que é muito rico; aí vi entre outras curiosidades, um lindo *bouquet* de pedras preciosas em um vaso de cristal de rocha, avaliado em 60 a 70 mil florins e uma opala pesando 595 gramas e avaliada em dois milhões de florins.

3º – O museu Austríaco, coleção de esculturas, ourivesaria, cerâmica, móveis, etc.

4º – O Hotel de Ville, que tem várias salas luxuosamente decoradas.

5º – O soberbo palácio do Parlamento; as duas câmaras são separadas por um peristilo de 34 colunas monólitos de mármore de Untersberg; as paredes são revestidas de mármore de Carrara. As salas das sessões são semicirculares e no mesmo gosto, a dos senadores, porém, menor que a dos deputados. As salas são esclarecidas do alto por uma bela vidraça em forma de leque.

15 de agosto – Visitei a galeria Liechtenstein, uma bela e valiosa coleção particular, onde se encontram quadros dos mais célebres artistas. Passei depois pelo Stadtpark, um lindo parquezinho à margem da Ringstrasse, e pelos distritos de Leopoldstadt e Landstrasse, onde nada encontrei de particularmente notável. Está me parecendo que Viena é o Ring e não merece a grande reputação de que goza.

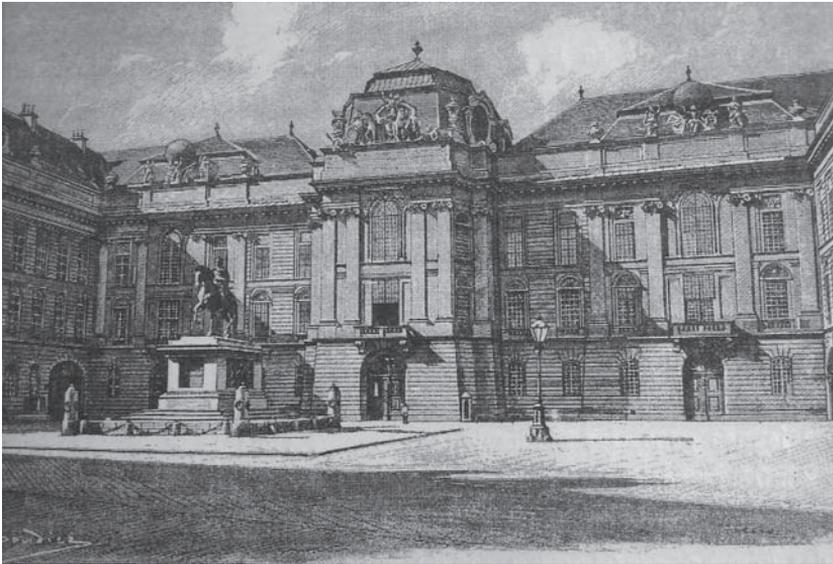
16 de agosto – Visitei hoje: – O mausoléu real, na igreja dos Capuchinhos. É um subterrâneo muito escuro, atulhado de ataúdes de ferro ou bronze, sem beleza e sem valor artístico. O mais vistoso é o sarcófago duplo de Maria Thereza e o marido, Francisco I. Lá se acham também os caixões de Maria Luiza e do rei de Roma, segunda mulher e filho de Napoleão. – A igreja dos Augustinhos, onde se acha o belo monumento de Maria Christina, filha de Maria Thereza, uma pirâmide de mármore de 9 metros de altura, com figuras alegóricas. É obra de Canova. – As galerias Schonborn e Czesnin, que possuem, sobretudo a última, alguns quadros excelentes. – As cavalariaças da Corte: muitos cavalos bonitos, muitos arreios e carros secundários. – O Prater, que é o Bois de Boulogne de Viena. O passeio da moda é a Hauptaller, uma esplêndida aléa de quatro ordens de castanheiros, extensa a perder de vista. Afora isto, o parque não é coisa extraordinária. Lá vi um Vivarium, uma coleção muito interessante de animais exóticos. O compartimento dos ursos brancos, uma imitação dos gelos polares, é muito curioso.

Percorri mais um bairro da cidade, Josephstadt, e continuo a pensar que de Viena, somente a Ringstrasse.

À noite fui à Ópera. O interior é soberbo, tudo é mármore. A escadaria é magnífica. Há cinco ordens de camarotes, decoração ouro e *grenat*. Chamou-me a atenção a simplicidade das *toilettes*, quer de senhoras, quer de cavalheiros; vi muito paletó saco de

cor, mesmo nos camarotes. Também o espetáculo consiste num bailado, muito bonito, muito bem desempenhado, mas a meu ver mais próprio de um teatro de 2ª ordem.

Figura 24: Viena – O Palácio Imperial



17 de agosto – De manhã visitei as joias da coroa; são em grande número, muito antigas e sem grande valor intrínseco, outras, porém, modernas e riquíssimas. Entre estas últimas: duas preciosas coroas, uma delas ornada só de pérolas e brilhantes, mas de tamanho descomunal; dois colares e três gargantilhas de pérolas soberbas; três diademas lindíssimos com adereços completos do mesmo gênero, um só de brilhantes, outro de brilhantes e rubis e o terceiro de brilhantes e esmeraldas. Lá se acha também um magnífico berço decorado de águias douradas e marcado com a inicial N; suponho ter sido do duque de Reichstadt, filho de Napoleão I.

Visitei depois o Museu artístico e histórico. A galeria de pintura é muito rica, possui mais de 1.700 quadros. Há muitas obras notáveis, mas para não me alongar demasiado, citarei apenas as seguintes: Pietá, de del Sarto; a Madona del Verde, de Raphael; Ecce Homo, de Ticiano; Santa Justina, de Moretto; a Violante (retrato), de Palma o Velho; a Virgem das Cerejas, de Ticiano; Santo Ambósio e São Teodósio, de Rubens; a Virgem com Santo Ildefonso, o arquiduque Alberto e sua mulher, do mesmo; e a Trindade, de Durer.

A coleção de antiguidades, de medalhas, de armas e de produtos industriais é igualmente muito rica; nesta última há inúmeros objetos de subido valor artístico e intrínseco.

Fui por fim a Schönbrunn, o célebre Castelo onde Napoleão teve o seu quartel-general em 1805 e 1809. Fica a uma meia hora da cidade em bonde. O interior tem algumas peças bonitas; lá vi o quarto que habitou e onde morreu o rei de Roma; é o mesmo aposento que ocupara Napoleão. Em uma colina próxima, no belo jardim que fica atrás do castelo, há um pórtico, chamado Glorieth, de cuja plataforma se tem uma extensa vista sobre Viena e os arredores.

Sigo amanhã para Buda-Pesth.

BUDA-PESTH (BUDAPESTE) **(500.000 habitantes) (atualmente 2.971.000)**

18 de agosto – Cheguei pouco depois de uma hora da tarde, tendo partido de Viena às 9h. Trajeto pouco interessante; calor intolerável. Em todo caso a viagem não me foi desagradável, pois encontrei um companheiro de *wagon*, um romeno, médico, com

quem palestrei muito e a quem pude prestar uns pequeninos serviços como intérprete.

Hospedei-me no Hotel Hungaria, um magnífico prédio situado no cais Francisco José.

Buda e Pesth (500.000 habitantes) são duas cidades separadas pelo Danúbio, a primeira situada sobre uma colina à margem direita, a outra, em uma planície na margem oposta. Elas foram reunidas em 1873 em uma só cidade sob o nome de Buda-Pesth. A cidade não é o que geralmente se diz. Pesth tem alguns bonitos *boulevards*, a Rua Andrassy (2½ km), que é soberba, toda de construções magníficas, o cais Francisco José, ao longo do Danúbio, que é bem arborizado e muito aprazível, e alguns belos monumentos, como o Parlamento, a Ópera, o Volkstheater e o Museu.

Buda é pequenina e, a não ser o Castelo Real, nada tem de curioso senão a sua esplêndida situação, de onde se tem magníficos golpes de vista, quer sobre Pesth, quer sobre os arredores.

As duas cidades são ligadas por três pontes, das quais as mais notáveis são a ponte Margarida, que é traçada em ângulo obtuso e a ponte suspensa (380 metros), uma das maiores da Europa. A extremidade do lado de Buda fica justamente no sopé da colina; vararam aí o monte por um bonito túnel, que facilita muito as comunicações: pagam-se dois kreutzers para atravessar a ponte, de Pesth para Buda, e outros dois para passar o túnel. Ao lado deste, há um plano inclinado. As faldas da colina são bem ajardinadas, e isto dá um aspecto encantador a Buda, vista do outro lado do rio: no alto a massa enorme do Castelo Real.

19 de agosto – Passeei pela cidade, fui ao Városliget, parque de Pesth, e à ilha Margarida, no Danúbio, onde há também um belo parque.

Sigo às 2h30 para Viena, pois nada mais tenho a ver aqui. O calor continua intolerável; felizmente tenho podido fartar-me de melancias, que eles aqui chamam de melão-branco, não sei por quê.

As húngaras merecem bem a reputação de que gozam; tenho visto muita menina bonita, muito tipo brasileiro.

VIENA

Cheguei às 7h, tendo vindo por outra estrada, igualmente pouco interessante. Voltei para o hotel de França e para o mesmo quarto. Felizmente a temperatura aqui está mais agradável.

Sigo amanhã para Munich, levando de Viena a mesma impressão que tive ao chegar: não está à altura dos elogios que se lhe fazem. Mais elogios merecem as vienenses, em geral muito *chics*, muito elegantes e muito bonitas.

Viena é uma das cidades que contam com maior número de cafés: há-os muito elegantes e muito ricos. Em todos eles, como em todos os hotéis e restaurantes, o serviço para cada pessoa é feito por três criados, um que serve os pratos, outro que serve o vinho ou a cerveja e o terceiro que recebe o dinheiro: é uma boa especulação em matéria de *pourboire*. Isto dá-se também em Praga, em Buda-Pesth e creio que em toda a Áustria. Uma coisa que me causou estranheza também foi contar-se o pão à parte, mesmo nos melhores restaurantes.

MUNICH (MUNIQUE)

(400.000 habitantes) (atualmente 2.808.000)

20 de agosto – Tendo partido de Viena às 7h45 da manhã, aqui cheguei com perto de 12 horas de viagem. Hospedei-me no Rheinischer Hof.

O trajeto, via Linz e Salzburg, é muito bonito: atravessa-se um país fértil, coberto de campos verdejantes, regado por numerosos rios, com belos golpes de vista sobre os Cárpatos e mais tarde sobre os Alpes; a paisagem é variada, altas montanhas, vastas campinas, aqui um castelo, ali uma aldeiazinha pitoresca, além uma bela cascata. O caminho de ferro tem grandes obras de arte, pontes, túneis, viadutos.

Ainda não posso dizer coisa alguma de Munich; parece-me uma bonita cidade, aseada como são em geral as cidades alemãs, e toda e exclusivamente iluminada à luz elétrica.

21 de agosto – O centro da cidade é a Praça Max-Joseph, onde se eleva o monumento (estátua assentada) de Maximiliano I. Nesta praça estão: a Residência ou o palácio real, que tem três partes, a Königsbau, que é a que tem fachada sobre a praça e é um belo edifício no estilo romano; a Festsalbau, que dá para o lado oposto sobre o jardim, e é também um magnífico edifício no estilo da renascença; e a Velha Residência, que fica no centro; – o belo Teatro da Corte, um dos maiores da Alemanha; – o Correio e a Casa da Moeda, edifícios muito elegantes com arcadas e colunas.

Da praça parte uma das mais bonitas ruas da cidade, a Maximiliansstrasse (1.664 metros de long. e 12 de larg.) na qual, além de vários monumentos; se veem dois belos palácios, o Museu Nacional e o Palácio do governo. Na extremidade da rua, sobre uma pequena elevação, se acha o Maximilianeum, escola superior para formar funcionários públicos. Ela contém grandes e excelentes

quadros modernos, entre os quais merece menção “A queda do homem” de Muller: Eva, uma mulher formosíssima, completamente nua (como era de rigor), deitada e apoiando a cabeça no tronco de uma árvore, ao pé da qual Adão está assentado em atitude desolada; acima o Padre eterno, com ar severo, acompanhado de um anjo.

Das proximidades da Residência parte outra bonita rua, a Ludwigsstrasse, onde se acham, além de outros edifícios públicos, a Biblioteca e a Universidade, que são notáveis. A rua termina em uma bonita porta, chamada Porta da Vitória. Nas proximidades acha-se a imponente Academia de Belas Artes. Em outra direção estão situadas a Antiga Pinacoteca (museu de pintura antiga), um magnífico edifício de estilo da Renascença, cuja fachada principal é decorada com 24 estátuas de pintores célebres; a Nova Pinacoteca, simples e muito elegante, que contém os quadros modernos, alguns bem bonitos; a Escola Politécnica, grande edifício de estilo jônico; em face o Palácio da Exposição de Belas Artes, muito bonito também, no estilo coríntio; o Propileus, uma bela porta com colunas dóricas e jônicas e ornada de baixos-relevos; e o Palácio de Vidro, semelhante ao Palácio de Cristal de Londres, mas inferior. Além destes edifícios ainda se podem citar o Novo Hotel de Ville, no estilo gótico, e o Palácio de Justiça.

A cidade possui muitos monumentos de reis e de homens notáveis. Na igreja de São Miguel está o belo monumento de Eugenio de Beauharnais, obra de Thorvaldsen: o príncipe é representado como herói grego, à direita a Musa da História, à esquerda os Gênios da Morte e da imortalidade, no alto a sua divisa – Honra e Fidelidade.

A igreja de Notre-Dame (Frauenkirche) encerra o túmulo de Luis V da Baviera, que é um trabalho notável do 14º século. Há nesta igreja um ponto onde não se vê nenhuma de suas janelas, a não ser a do fundo; fica por baixo do órgão.

Há belas praças em Munich, bem arborizadas e decoradas de estátuas. Enfim é uma cidade bem bonitinha. Nota-se que há um gosto pronunciado pelas arcadas, colunas e pinturas a fresco nos edifícios públicos e residências particulares. Esqueci-me de citar a Estação Central que também é uma construção imponente.

Munich, capital da Baviera, tem cerca de 400.000 habitantes. E está situada à margem esquerda do Isar, rio de águas barrentas e notável impetuosidade.

22 de agosto – Visitei as pinturas antigas. É uma coleção esplêndida. Entre os quadros mais notáveis: Durer, Jesus Descido da Cruz; Rembrandt, Descida da Cruz; Rubens, a célebre Caça ao Leão, o Grande e o Pequeno Juízo Final; Combate de Amazonas; Murillo, Pequenos Mendigos Comendo Uvas e Melões; Raphael, a Madona da Casa Tempi, a Madona da Casa Camigiani e a Madona della Tenda. Além destes há muitos outros belos quadros de Rubens, Murillo, L. da Vinci, Teniers, G. Don, e retratos de Van Dyck.

Fui depois ao Museu Nacional, que contém uma rica coleção de antiguidades, objetos d'arte e curiosidades.

Visitei também a Bavaria, uma estátua colossal de 19 metros de altura, colocada sobre um pedestal de 12 metros. Para se chegar à base do pedestal galgam-se 48 degraus; depois, para se atingir, pelo interior, a cabeça da estátua, sobem-se ainda 126. Na cabeça há espaço para oito homens; pelas aberturas se tem uma bela vista sobre a cidade e os Alpes.

Passei ainda pela cidade e pelo Jardim inglês, um grande e bonito parque. Nunca vi tanta Bierhalle como em Munich; será talvez porque a cerveja é magnífica e aguça o gosto proverbial dos alemães por essa bebida. Todos os cafés, cervejarias e a maior parte dos restaurantes são servidos por criadinhos, muito gentis e graciosas, como, aliás, as munichenses em geral.

Sigo amanhã para Verona. Levo excelente impressão da Alemanha.

VERONA **(65.000 habitantes) (atualmente 258.765)**

23 de agosto – Cheguei às 11h da noite, quase 12 horas de viagem. Tomei o Hotel de Londres, que, apesar de ser o melhor da cidade, é bem mesquinho em comparação aos hotéis em que me hospedei em outros países.

O trajeto, principalmente na travessia do Brenner, é o mais belo que tenho feito em minha viagem. De Munich a Innsbruck a viagem não deixa de ter atrativos; atravessa-se a bela província do Tirol, cuja fronteira se transpõe no desfiladeiro de Klause, percorrendo-se uma região fértil, regada de muitos rios, com bonitos campos, castelos, ruínas e altas montanhas, bem arborizadas. Mas de Innsbruck em diante é que o trajeto se torna verdadeiramente encantador, talvez mesmo sem rival na Europa. A passagem do Brenner é a mais baixa da cadeia principal dos Alpes. O caminho de ferro é uma obra d'arte notável; ela galga até a altura de 1.370 metros, com rampas que atingem até 25 cm por metro na subida e 23 na descida; tem 22 túneis, alguns dos quais semicirculares, e 60 grandes viadutos e pontes. Logo que se deixa Innsbruck, atravessa-se o monte Isel por um túnel de 653 metros e, depois de outro, passa-se o pequeno rio Sill sobre uma ponte de 24 metros de altura. Depois, durante muito tempo, o trem segue, a uma grande altura, a margem do rio, que em baixo rola impetuoso e com extraordinário fragor. A paisagem é tudo o que pode haver de mais sedutor; as montanhas de aspecto grandioso, entre as quais a Serlesspitze de 2.715 metros, ora cobertas de pinheiros

verdejantes, ora com feição selvagem, talhadas a pique, despidas de vegetação, formando desfiladeiros medonhos, os numerosos regatos de margens tapetadas de relva viçosa e florida, as pequeninas aldeias cujas casas rústicas se agrupam pitorescamente em torno da igreja; tudo isto dá um encanto infinito à região que se percorre. A 25 km de Innsbruck penetra-se no Vale de Schmirn e logo se vê, do outro lado, a entrada de um túnel que se vai em breve atravessar; à direita, muito em baixo, a aldeiazinha de St. Jodok e mais adiante, à esquerda, geleiras de Dux; ao cabo de alguns minutos se vê à direita, 70 metros mais abaixo, a parte da linha que se acaba de percorrer. A 38 km atinge-se o Brenner, a parte culminante da linha, logo depois de se haver marginado o pequeno lago do mesmo nome. Daí em diante começa-se a descer rapidamente e em poucos minutos chega-se a Schelleberg. A estação seguinte é Gosensass, que fica quase por baixo de Schelleberg, 177 metros mais abaixo; durante algum tempo vê-se, em direção justamente oposta à marcha do trem, a aldeia em que dentro em pouco se deve chegar, e para isto o caminho de ferro descreve mais adiante uma grande curva e atravessa um túnel semicircular de 763 metros de comprimento, ao sair do qual se avistam à direita numerosas geleiras. Depois entra-se num vale estreito, tão estreito que mal há espaço para o leito do caminho de ferro e para o regato que ele margina e dentro do qual parece às vezes que se vai precipitar; por fim desemboca-se na larga bacia do Sterzing, transpõem-se vários ribeiros, passa-se por alguns castelos e algumas ruínas e penetra-se no desfiladeiros de Brixener Klause, cuja saída é guardada pela fortaleza de Frauensfaste e onde se acha a muda de posta de Mittenvald, conhecida por uma derrota do corpo de Lefebvre em 1809. Em seguida percorrem-se diversos vales cobertos de luxuriante vegetação, avistam-se castelos e conventos edificadas na crista de rochedos que parecem inacessíveis, passa-se por Botzen, atravessa-se o desfiladeiro de Rocchetta, depois uma ponte

curva de 920 metros de comprimento, passa-se Trento, situada no magnífico vale do Adige, mais adiante o castelo onde Dante, banido de Florença como gibelino, morou em 1302; depois Avio, última estação austríaca, mais tarde à direita avista-se a aldeia de Rivoli, célebre pela batalha que aí se feriu durante a campanha da Itália; e, dentro de poucos minutos, entra-se na primeira *gare* de Verona.

Há poucos dias deu-se um desastre neste caminho de ferro; uma grande pedra desprende-se da montanha e caiu sobre a linha; o trem descarrilou, houve algumas vítimas. No lugar do sinistro, lá está ainda a máquina deitada à margem do rio, quase a tocar na água, e ao pé veem-se amontoados os destroços de três vagões e alguns outros bem deteriorados.

Tive por companheiros durante quase toda a viagem (até Trento) um oficial, a mulher e um velho, pai do primeiro. Conversei apenas com o velho durante algum tempo, sobre o desastre da via férrea e enquanto os dois companheiros merendavam no buffet de uma estação. A rapariguinha bonita, viva, elegante, mas também dengosa, exigente, por vezes, grosseira para o garboso oficial, que a tratava, entretanto, com muito carinho e, sobretudo, com muita paciência.

Em Ala, por ocasião da visita da alfândega italiana, mudei de carro; tive então por único companheiro um rapaz italiano. Logo ao sair do trem da estação, apagou-se a luz do nosso compartimento; ficamos inteiramente às escuras; o meu companheiro, não sei com que fim, vai precipitadamente debruçar-se na portinhola, e deu com a cabeça de encontro a vidraça, que se partiu. Vi-o então mui cautelosamente arriar a janelita; mas, por desgraça, ao chegarmos a Verona, um empregado lembrou-se de levantá-la novamente; deu pela coisa e intimou o pobre rapaz a pagar 2,50 liras pelo prejuízo. Debalde, o meu companheiro fez ver que não tinha culpa imediata no desastre, pois se tinha o dever de não quebrar as vidraças,

também a companhia tinha o dever de trazer os vagões bem esclarecidos. Afinal a questão foi afeta ao *capo di stazione* que, por sua vez, mostrou-se inexorável e o pobre lá teve de desembolsar as 2,50 liras. Isto me demorou algum tempo na estação, pois o meu companheiro pediu-me que o acompanhasse para dar em seu favor o meu testemunho; mas felizmente ainda alcancei o ônibus do hotel.

Nada pude ver ainda de Verona, pela hora adiantada em que cheguei. Estou muito fatigado, preciso de repouso.

24 de agosto – Capital da província do mesmo nome, situada ao pé dos Alpes e sobre o Adige, que aqui é muito caudaloso, é uma cidadezinha de ruas estreitas e tortuosas, curiosa apenas por algumas antiguidades que possui. As suas principais curiosidades são: 1º – O palácio del Consiglio, ordinariamente chamado de Loggia, bonita construção do começo da Renascença, a primeira que teve estátuas como coroaamento. 2º – Os túmulos dos Scaliger, mausoléus góticos da família Scala. 3º – A catedral, edifício gótico do século XIV, que encerra o túmulo de Santa Agatha, monumento também gótico de 1353, e um bom quadro, a Assunção, de Ticiano. 4º – A igreja de São Giorgio in Braida, que possui, entre outros quadros, duas obras-primas: o Martírio de São Jorge, de Paulo Veronese, e a Virgem com Santas Mulheres, de Moretto. 5º – A Arena, anfiteatro construído no tempo de Deocleciano, cerca de 290 anos depois de J. Cristo; tem 153 metros de comp., 122 de larg., 32 de alt., 455 de circ. e capacidade para 20.000 espectadores; há 43 ordens de arquibancadas de pedra. Este anfiteatro era cercado por um alto muro de quatro andares, do qual resta apenas uma pequena parte. Das arquibancadas superiores a vista é muito bonita sobre a cidade, o rio, os arredores até os Alpes. 6º – O palácio Pompei, que contém o museu de pintura, construído em 1530 por Sammicheli, arquiteto a quem Verona deve quase tudo que de notável possui em

construção. 7º – A casa dos pais de Julieta e o sarcófago que se diz ter-lhe servido de túmulo.

A rua principal é o Corso Cavour, estreita e torta como as outras. De edifícios modernos nada há digno de menção; quando muito o município (intendenza).

Sigo às 4h30 para Veneza.

VENEZA **(160.000 habitantes) (atualmente 270.000)**

Cheguei às 7h. O trajeto não é feio, mas não impressiona a quem acaba de atravessar o Brenner. Percorre-se uma região fértil, ao pé dos Alpes, cheia de vinhas, de plantações de milho e de canais de irrigação; passa-se nas proximidades de Ascoli, onde se feriu a célebre batalha de 15 a 17 de novembro de 1796, e toca-se em duas cidades relativamente importantes, Vicência e Pádua. Nas proximidades de Veneza vê-se como que a cidade surgir do mar e atinge-se a *gare* atravessando uma ponte de 3.601 metros de comprimento.

A estação fica quase na extremidade do Grande Canal. Logo que desembarquei tomei uma gôndola, único meio de locomoção nesta cidade que não conhece carro de espécie alguma, e mandei tocar (é um modo de dizer) para o hotel Mônaco, na outra extremidade do Canal. O maldito gondoleiro, porém, ao cabo de poucos minutos, meteu-se por um labirinto inextricável de canaizinhos escuros, atravessou mais longe o Grande Canal, perto da ponte Rialto, embarafustou novamente por outros canais estreitos e sombrios, soltando de vez em quando o grito de alerta, peculiar aos barqueiros venezianos, e veio surgir na escada do

Hotel; de sorte que não pude satisfazer a curiosidade de ver logo os palácios que bordam o “Canal Grande”.

Acabando o jantar, dirigi-me logo para a praça de São Marcos, que fica a dois ou três minutos do hotel; fiquei deslumbrado, mas preciso vê-la amanhã de dia e então consignarei sobre ela algumas notas. Estive também na Piazzetta, onde se acha o palácio dos Doges e na rua da Marcearia, a principal de Veneza, se é que se pode chamar de rua um corredor estreito e tortuoso, sem passeios, calçado de grandes lajes, como são aliás todas as “soi-disantes” ruas da cidade.

25 de agosto – Veneza (160.000 habitantes) é situada sobre lagunas, a 4 km da terra firme; tem 150 canais, 117 ilhas, 378 pontes e 15.000 casas que são numeradas seguidamente por bairros e não pelas ruas.

A Praça de São Marcos tem 175 metros de comprimento, 56 de largura numa extremidade e na outra 82; é calçada inteiramente de grandes lajes de granito e de mármore; a extremidade mais larga é ocupada pela igreja de São Marcos, a mais estreita pelo Átrio ou Nuova Fabricca, e os lados pelas Novas e Velhas procuradorias. A igreja de São Marcos é uma construção soberba, de um luxo extraordinário de decorações, mosaicos, mármore, estátuas, etc. Há mais de 500 colunas dentro e fora. O interior corresponde ao exterior; todas as cúpulas e arcadas são decoradas de mosaicos; o ladrilho é de mosaico de pedra. No vestibulo há três lajes vermelhas que assinalam o lugar em que o imperador Frederico Barbaroxa se reconciliou com o Papa Alexandre III. Segundo a tradição, o imperador ajoelhado dissera – “non tibi sed Petro” (não é a ti, mas a São Pedro que eu rendo homenagem) ao que o papa respondera – *et mihi et Pedro* (a mim e a São Pedro).

Sobre o altar-mor se acha a Pala D’Oro, ornamento de ouro coberto de pedras preciosas; tem talvez quatro metros de comp.

sobre três de largura. Por trás há outro altar com quatro colunas toscas de alabastro que, diz-se, pertenceram ao templo de Salomão. No batistério há uma pedra que passa por ter sido aquela em que São João Batista foi degolado.

As procuradorias são dois magníficos edifícios de mármore; a Nuova Fabricca não faz má figura em tão esplêndida companhia. As rés do chão destes edifícios se compõem de arcadas ocupadas por brilhantes cafés e armazéns.

Em frente a São Marcos está o Campanile, uma torre de 98 metros de altura de onde se tem uma vista magnífica sobre a cidade, as lagunas, os Alpes e o Adriático; é um dos mais belos panoramas que tenho visto.

Do outro lado da praça acha-se a torre do relógio, debaixo da qual começa a rua da Merceria: no alto da fachada o leão alado de São Marcos. Abaixo do mostrador do relógio há dois vidros onde se leem as horas e os minutos (estes mudam de cinco em cinco); à noite os algarismos são luminosos.

A praça de São Marcos é o ponto de reunião dos venezianos. À noite ela está repleta; passeia-se aí como em família, como num salão; quase sempre há concerto militar. Durante o dia uma multidão enorme de pombos invade a praça; são tão mansos que comem na mão de quem quer que queira mimoseá-los com um pouco de milho.

A Piazzetta prolonga a Praça de São Marcos até a laguna. Um dos lados é ocupado pela Biblioteca, que há quem julgue o edifício profano mais magnífico da Itália; o outro pelo palácio dos Doges, cuja fachada tem 75 metros de comp.; outra fachada dá sobre a laguna; a 3ª sobre um canalzinho que separa o palácio das prisões; a 4ª liga-se à igreja de São Marcos. É um dos mais belos palácios que tenho visto; é do estilo gótico, com duas galerias superpostas, 71 colunas na de cima e 39 na de baixo; a 9ª e a 10ª colunas na galeria

superior são de mármore vermelho: era daí que se proclamavam as sentenças de morte. Sobe-se ao 1º andar pela escada dos gigantes (assim chamada por causa das duas estátuas colossais de Marte e Netuno que aí se acham), acima da qual se coroavam os Doges; e daí ao segundo pela esplêndida escada de Ouro, outrora reservada aos que eram inscritos no livro de ouro como nobres. O interior possui numerosos quadros de Tintoreto, Palma, o Jovem, e Veronese. Na Sala da Bússola, outrora antecâmara dos três inquisidores do Estado, há uma abertura, naquele tempo coberta por uma cabeça de leão de mármore, cuja boca era destinada a receber as denúncias anônimas. A sala do Grande Conselho (52 metros de comp., 22 de larg., 15,40 de alt.) tem o maior quadro a óleo do mundo, o Paraíso, de Tintoreto, e uma frisa ornada com os retratos de 76 doges, em ordem cronológica: no lugar que devia ocupar Marin Faliero há um quadro negro com esta inscrição – *Hic est lócus Marini Falethri, decapitati para o criminibus*. Na sala do Escrutínio, ao lado, continua a série dos retratos, mais 39 até o último doge Luis Manin (1797). O palácio é ligado às Prigioni pela célebre Ponte dos Suspiros: os chumbos (Piombi) foram destruídos em 1797, mas os poços (Pozzi) existem ainda, são cárceres subterrâneos, pequeninos, escuros, lóbregos. Em frente ao portal principal do palácio, ao lado de São Marcos, há um bloco de pórfiro chamado *la pietra del bando* que era o lugar de onde a república proclamava os seus editos.

Visitei hoje também as igrejas de São Giorgio Maggiore (de cujo *campanile* se goza uma vista soberba) situada na pequena ilha do mesmo nome, e a igreja do Redentore, na ilha da Giudecca, templos imponentes, onde se veem diversos quadros antigos.

À tarde dei um passeio ao longo do Grande Canal. Ele tem mais de 3 km de comprimento e 30 a 60 metros de largura; atravessa toda a cidade descrevendo um S; nas suas margens igrejas e palácios magníficos, de fachadas de mármore e variada ornamentação, mas infelizmente já muito estragados. No meio do

canal passa a ponte do Rialto, de mármore também; ela tem 48 metros de comp. e 22 de largura; em cima há uma rua de lojas. Desde 1591 até 1854 foi a única ponte existente sobre o canal; na última daquelas datas construiu-se em outro ponto uma ponte de ferro. Eis os mais notáveis dos edifícios que bordam o canal: (começando da Piazzetta) a Alfândega, a igreja de Sta. Maria della Salute, palácio Corner dela Cá Grande (a prefeitura), palácios (2) Cantarini degli Serigni, pal. Papadopoli, pal. Guinani (tribunal de apelação), pal. de' Camerlenghi, Fondaco de'Tedeschi (correio), Cá D'Oro (belíssimo), pal. Corner dela Regina, pal. Pesaro, pal. Vendramin Calergi, igreja degli Scalzi, igreja São Sincario Piccolo.

Visitei ainda a igreja de São Salvatore, que possui uma bela Anunciação de Ticiano.

Como já disse, o meu hotel fica à entrada do Grande Canal. Das janelas de meu quarto gozo uma vista soberba: à direita o começo do canal, a Alfândega, Sta. Maria della Salute e por trás desta, ao longe, o grande zimbório da igreja do Redentore, em frente, além do canal de São Marco, a igreja de São Giorgio Maggiore e a ilha do mesmo nome; à esquerda, ilhas muito ao longe e, mais perto, uma parte do cais dos Schiavoni e o prolongamento da cidade até os jardins Públicos.

Nos canais há constantemente uma quantidade enorme de gôndolas a deslizarem em todas as direções; à noite fazem serenatas, de um encanto indizível. As gôndolas, embarcações finas, esguias, com duas proas reviradas, em uma das quais, a de diante, se eleva um ferro em forma de alabarda, são todas pintadas de preto, segundo uma lei do século XV; o gondoleiro conserva-se atrás em pé, e dirige o barco com um só remo.

26 de agosto – Visitei hoje: a Academia de Belas Artes. É uma rica coleção de pinturas antigas. A obra capital é a célebre Assunção de Ticiano, quadro que, no sentir de um crítico, o eleva à altura de

Raphael e Miguel Ângelo: a figura principal é a Virgem, rodeada de anjos, elevando-se para o céu; em cima o Padre Eterno, em baixo o grupo dos Apóstolos. O quadro é de grandes dimensões. Além desta tela há muitas outras de valor, entre as quais podem citar-se: Jesus em Casa de Levi, obra capital de Veronese; o Pescador entregando ao Doge o anel de São Marcos, de Paris Bordone, o mais belo quadro de cerimônia que existe, na opinião de Burckhardt; Descida da Cruz, última obra de Ticiano, concluída por Palma o Moço; a Apresentação, do mesmo, obra também muito gabada pelos entendidos²⁷. – A igreja de Santa Maria Formosa, que possui um esplêndido quadro de Palma o Velho: Santa Bárbara (figura principal e soberba) e em quatro compartimentos menores santos e Jesus descido da cruz. – S.S. Giovanni e Paolo, a igreja mais importante de Veneza depois da de São Marcos. Ela encerra vários túmulos de doges, monumentos colossais e alguns de subido valor artístico. Em frente a esta igreja acha-se a estátua equestre de Bartolomeo Colleoni, general da República: segundo Burckhardt, é o monumento equestre mais grandioso do mundo. – Santa Maria dei Miracoli, uma suntuosa igreja toda revestida de mármore preciosos interna e extremamente. – O Arsenal, onde há um museu de modelos de navios, armas, instrumentos de tortura, etc. Aí vi um dos famosos cintos de castidade: talharam as duas aberturas de sorte que a entrada dos dois orifícios ficava defendida por pontas de aço muito aguçadas. – Os Jardins Públicos, um bonito parquezinho criado por ordem de Napoleão, e onde há um monumento de Garibaldi. – Finalmente a igreja de Santa Maria della Salute, um bonito templo exterior e interiormente.

27 de agosto – Visitei: A igreja dos Frari, uma das maiores e das mais belas de Veneza. Ela encerra, entre soberbos monumentos de doges, os de Ticiano e Canova; o primeiro é colossal e decorado

27 Jacob Burckhardt, historiador suíço (1818-97), crítico de arte e cultura.

de estátuas (entre as quais a do pintor), baixos-relevos, etc; o segundo, de menores proporções, é em forma de pirâmide e muito semelhante ao da princesa Maria Christina, que se acha na igreja dos Augustinhos em Viena e que é obra de Canova. O túmulo do grande escultor foi executado por seus discípulos, segundo um modelo que ele havia feito para um monumento de Ticiano. A igreja possui também dois quadros notáveis: um tríptico de Giovanni Bellni; a Virgem com Santos e a Virgem da Família Pesaro, um dos mais estimados trabalhos de Ticiano. – A igreja de São Sebastiano, que possui muitos quadros de Tintoreto e o túmulo deste artista. – A Scuola di São Rocco, que tem um rico museu de objetos de culto e entre outros quadros conta: a Anunciação, de Ticiano, e um grande Crucifícamento, obra-prima de Tintoreto. – O museu municipal Correr, no belo e antigo Fondaco dei Turchi; é uma grande coleção de antiguidades, pinturas, lembranças históricas e objetos diversos.

Nada mais de importante tendo a ver em Veneza, sigo às 2h30 para Bolonha.

BOLONHA **(120.000 habitantes) (atualmente 390.000)**

Cheguei às 6h. O trajeto nada tem de interessante. Hospedei-me no hotel Pellegrino.

Bolonha, capital da Emilia, tem 120.000 habitantes. A sua célebre Universidade foi fundada no 5º século e deve sua reputação principalmente a Irnerius, que aí introduziu o estudo das leis romanas; nela professou a formosa Novella d'Andrea, que se ocultava por trás de uma cortina durante as lições para não distrair os seus discípulos por sua beleza. Foi em Bolonha que se ensinou pela primeira vez a anatomia do corpo humano e que Galvani

descobriu, em 1789, o galvanismo. Pouca coisa vi da cidade; amanhã depois de visitá-la, consignarei as minhas notas.

No hotel em que me acho *albergò* em agosto e setembro de 1819 Lord Byron: é o que diz uma entusiástica inscrição mandada gravar em mármore pelo proprietário e colocada no vestibulo.

28 de agosto – A cidade não é bonita, mas tem uma edificação original: quase todas as casas têm arcadas no rés do chão, sustentadas por pilares ou, às mais das vezes, colunas de todos os estilos. Há ruas inteiramente assim, como por exemplo, a via dell’Indipendenza, a mais bonita de Bolonha. Há alguns palácios antigos interessantes e um realmente belo, a Mercanzia. Edifício moderno há apenas a Caixa Econômica, de mármore de Verona.

A principal curiosidade de Bolonha, ou pelo menos a mais original são as duas torres inclinadas, a de Asinelli (97 metros de alt. e 1,23 de inclinação) e a torre Garisenda (49,60 de alt. e 3,04 de inclinação), de que fala o Dante em seu Inferno. Afora isto, há apenas a notar o museu de pintura e algumas igrejas, todas muito velhas, mas que possuem algumas obras de valor. Dos quadros de museu os mais importantes são: Guido, Madonna della Pietà, com São Pertronio, São Carlos Borromeo, São Domingos, São Francisco e São Proculo; a grande e bela composição, encomendada em 1616 pela municipalidade que, além do preço convencionado, deu mais ao artista uma cadeia de ouro e uma medalha; e a célebre Santa Cecília, de Raphael (no meio a bela padroeira dos músicos, à direita Santa Madalena, à esquerda São Paulo, atrás São João Evangelista e Santo Agostinho, em cima sobre nuvens seis anjos que repetem a ária que a santa acaba de tocar).

Das igrejas a principal é a vasta Catedral de São Petrônio, que nunca se concluiu. No coro vê-se um rico baldaquim de mármore, sob o qual foi Carlos V coroado a 24-2-1530 por Clemente VII; em uma capela o bonito monumento de Elisa Bacciochi, grã-duquesa

de Toscana e irmã de Napoleão, bem como o de seu marido e de três de seus filhos.

A igreja de São Domenico encerra o túmulo do pintor Guido e o de São Domingos, este último um esplêndido sarcófago de mármore branco, de um lavor artístico admirável.

A igreja de São Giacomo Maggiore possui a obra-prima de Francia, uma Virgem com anjos, São Sebastião à direita e o doador à esquerda.

Fui ainda ao cemitério, onde há magníficos monumentos; entre outros o de uma filha de Murat com uma bela estátua deste.

No centro da cidade há uma vistosa fonte antiga, a fonte de Netuno, com uma estátua colossal desse deus; embaixo duas sereias apertando os seios e seringando água pelas tetas.

Sigo à noitinha para Florença.

FLORENÇA **(130.000 habitantes) (atualmente 380.000)**

29 de agosto – Cheguei ontem às 11h da noite. Tomei o hotel de Londres. Nada pude ver do trajeto, que diz o guia ser bem bonito; o caminho de ferro tem numerosas obras d'arte, pontes, viadutos e cerca de 30 túneis, um dos quais de 2.725 metros de comprimento.

Destinei hoje o dia a visita de museus. Comecei pela célebre Galeria dos Ofícios, no palácio do mesmo nome. As obras mais notáveis estão aí agrupadas em uma pequena sala octógona, chamada a Tribuna, onde, entre outras obras-primas da escultura antiga, se acha também a tão conhecida Vênus de Médicis. Quadros: de Raphael duas obras célebres a Virgem do Cardeal (ave) e o retrato do papa Julio II; de Seb. Del Piombo, um soberbo retrato de mulher que outrora se supunha ser a Fornarina de Raphael; de

Miguel Ângelo, uma Santa-Família, único quadro dele na Itália; do Ticiano, a Vênus d'Urbino, uma formosa mulher nua, com a mão esquerda descansando em certa parte; a Vênus e o Amor, outra mulher linda nua, mas com tudo à mostra. Da primeira vi uma reprodução ou cópia no museu de Dresden. Nas outras salas há ainda: de del Sarto, um esplêndido quadro com a Virgem, São João Batista e São Francisco; de Ticiano, a Flora, uma bela veneziana; e uma pequena Madalena de Albori, igual à que vi em Dresden com o nome de Pompeo Battoni, apenas com a diferença de ter ambos os seios, e não só um, descobertos.

Visitei depois a galeria do grandioso Palácio Pitti; é uma coleção de obras-primas. Aí se veem: de Giorgione, Um Concerto (um monge ao piano dá o tom a um mancebo e a outro monge que tem uma guitarra na mão); de Raphael, A Virgem do Grão-Duque, a Virgem da cadeira (incomparável, a mais bela que tenho visto) e alguns retratos, tais como: o do papa Julio II, reprodução do que se acha na Galeria degli Uffizi; o de Leão X com dois Cardeais; o de sua amante, o chamado a Velata (a dama do véu) e o de uma senhora grávida, conhecido por La Donna Grávida: os dois primeiros se contam entre as suas melhores obras; de Ticiano, um magnífico retrato de mulher, chamado – Bella di Ticiano, provavelmente a duquesa Eleonora de Urbino, que se supõe ser também a Vênus d'Urbino, de que acima falei; um retrato de Aretino, chamado por este mesmo uma terrível maravilha; e ainda outros retratos; de Seb. Del Piombo, Martírio de Sta. Agatha, uma bela mulher quase inteiramente nua e dois sujeitos apertando-lhe com torqueses os bicos dos peitos; de Allori, uma soberba Judith, muito divulgada pela gravura.

Percorri em seguida o belo jardim Boboli, de onde se têm golpes de vista magníficos sobre Florença e o vale do Arno.

De volta visitei ainda a Loggia dei Lanzi, uma espécie de pórtico onde se acham algumas esculturas notáveis, entre elas Perseu com a cabeça da Medusa (bronze), obra-prima de Benevenuto Cellini, e a Judith e Holophernes, grupo em bronze de Donatello.

30 de agosto – Visitei: – O Palazzo Vecchio, outrora residência do governo da República e hoje Câmara municipal. É uma espécie de castelo com uma torre de 94 metros de altura; construção antiga, em pedra nua, como, aliás, todos os palácios de Florença. No interior, salas decoradas de afrescos e estátuas, que não merecem menção especial. – O Batistério ou igreja de São João Batista, de forma octógona e ornada exteriormente de mármore de cor. Ela possui três portas de bronze célebres, uma de André Pisano, representando cenas da vida de São João; outra de Lor. Ghiberti representando cenas da vida de Jesus; a terceira também de Ghiberti representando cenas bíblicas. Desta última dizia Miguel Ângelo que era digna de fechar o paraíso. – O Duomo ou Catedral de Santa Maria dei Fiori, magnífico templo literalmente revestido no exterior de mármore vermelho, branco e verde, formando belos desenhos e variados ornatos. O interior é muito nu e nada encerra do realmente notável. Ao lado eleva-se o Campanile (84 metros) construído no mesmo gênero e decorado de diversas estátuas, entre as quais o célebre David Zuccone (o calvo). – O Museu Nacional, coleção de objetos diversos, armas, bronzes, mármore, tecidos, etc. Aí se acham: um Baco ébrio, de Miguel Ângelo; o célebre David (bronze) e o não menos célebre São Jorge, de Donatello; um notável busto em terra-cota pintada, do mesmo. – A igreja de Santa-Cruz, que possui: os monumentos de Miguel Ângelo, Dante (este, aliás, sepultado em Ravenna), Alfieri, Maquiavel, Aretino e Galileu; um púlpito de mármore que é reputado o mais belo da Itália; e os célebres afrescos de Giotto apresentando cenas da vida de São João Batista, São João Evangelista e São Francisco de Assis. – A casa

Buonarotti ou de Miguel Ângelo, que contém algumas lembranças e esboços do grande artista.

Passei depois pela cidade vendo alguns dos seus antigos palácios.

31 de agosto – Visitei: – A igreja da Annunziata, que possui uns célebres afrescos de Andréa Del Sarto e, em uma capela anexa, o túmulo de Benevenuto Cellini. – A igreja de São Marcos, onde se acha o túmulo de Pico dela Mirandola, e o convento do mesmo nome com uns afrescos notáveis do Angélico e a cela e algumas lembranças de Savonarola. – A Academia de Belas Artes com muitos quadros antigos, de valor para os competentes, o célebre David, grande estátua de mármore, de Miguel Ângelo, e excelentes quadros modernos, entre os quais a Morte de Raphael, de Morgari (o pintor em seu leito de morte olha um cardeal que se assenta à cabeceira como pedindo seja condescendente para a Fornarina que, ajoelhada e em lágrimas lhe segura a mão). A igreja de Santa Maria Novella, onde há também excelentes afrescos de Guirlandaio. – A de São Lourenço, onde está o túmulo de Donatello, de quem se veem aí algumas obras. – A de São Miniato, que tem uma bela fachada com incrustações de mármore de cor e um interior ricamente decorado.

Fui ainda ao Viale dei Colli, que se diz um dos mais belos passeios da Itália e de onde se tem uma vista arrebatadora sobre Florença, o vale do Arno e as montanhas em redor.

Estive, finalmente, nos Cascine, o bosque de Boulogne da cidade.

1º de setembro – Visitei hoje as igrejas do Santo Spirito, que nada tem de notável, e de Santa Maria del Carmine, onde há uns afrescos célebres de Masolino, Masaccio, e Filippino Lippi sobre a vida dos apóstolos e especialmente de São Pedro.

Fui depois à Cappella dei Principi, mausoléu da família dos Médicis. É uma construção octógona, toda revestida interiormente de mármore de cor e esplêndidos mosaicos de pedra, com excelentes

pinturas na cúpula. Os sarcófagos de granito, em número de seis, estão colocados em nichos e alguns suportam estátuas de bronze dourado. A construção desta capela custou 22 milhões de francos pagos pela fortuna particular dos Médicis.

Anexa a esta capela está a Nova Sacristia (da igreja de São Lourenço) construída por Miguel Ângelo para servir de mausoléu à mesma família Médicis, mas aí só há dois monumentos, o de Juliano e o de Lourenço Médicis. O sarcófago deste é decorado com as estátuas do Crepúsculo e da Aurora, a primeira inacabada; o daquele com as famosas estátuas do Dia (também por concluir) e da Noite, tudo de Miguel Ângelo. Um poeta contemporâneo do artista, entusiasmado pela beleza da Noite, escreveu nela os seguintes versos:

*La Notte, che tu vedi in si dolci atti
Dormire, fu da um Ângelo scolpita
In questo sasso, e perchè há vita
Destala, se no'l credi, e parleratti*

Miguel Ângelo, cheio de desgosto por ver a república esmagada por Alex de Médicis e que, por isto mesmo deixara de concluir a sua obra, respondeu:

*Grato m' è 'l sonno e piu l'esser di sasso,
Mentre che 'l danno e la vergogna dura
Non veder, non sentir m' è gran ventura
Pero non mi destar; doh! Parla basso*

Visitei ainda a biblioteca de São Lourenço que possui manuscritos antiquíssimos, de Virgílio, Cícero, Dante, Alfieri, Petrarca, Boccacio, etc, um exemplar dos Pandectos do 6º século e outras obras preciosas.

À tarde fiz uma excursão a Fiesole, pequenina cidade situada em um monte elevado, a uns 40 minutos de Florença. O trajeto é

lindíssimo; as encostas do monte são povoadas de vilas graciosas e durante a viagem se têm golpes de vista magníficos sobre Florença e os arredores. Mas onde o espetáculo é realmente esplêndido, imponente, soberbo, é de cima: com a vista abraça-se toda a cidade, todo o largo vale do Arno, formando como que uma bacia cujas bordas fossem as altas montanhas azuis que se veem ao longe; os arredores de Florença parecem um imenso tapete verde escuro, marchetado de inúmeros pontos brancos, vilas, campanários, pequeninas aldeias, etc.; à direita a cidade dominada pelo enorme zimbório da catedral; mais longe o Arno a torcer-se em curvas graciosas e a refletir a luz radiante do sol. Fiquei encantado.

Em Fiesole visitei um teatro antigo, escavado em 1873: é uma espécie de anfiteatro com 16 ordens de bancos de pedra. No mesmo lugar veem-se também uns restos de uma muralha etrusca e de termas, tudo bem conservado.

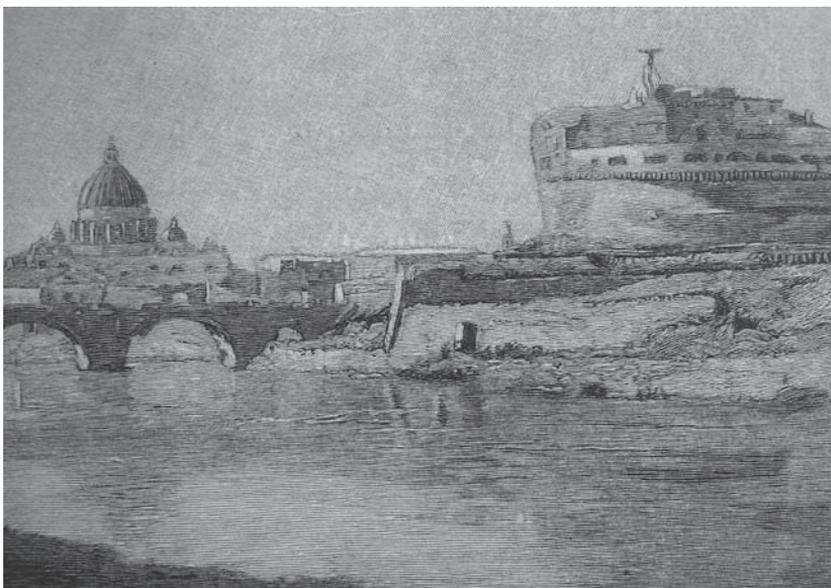
Já vi tudo que Florença possui de mais notável; sigo amanhã cedo para Roma.

(Vou realmente encantado com o hotel em que aqui me hospedei; jamais fui tão bem tratado; o administrador é um rapaz excelente; vivi aqui como em família. É um hotel pequenino, sem pretensões, mas proporcionando todo o conforto e bem-estar.)

ROMA

(470.000 habitantes) (atualmente 4.194.000)

Figura 25: Roa – Rio Tibre, Mausoléu de Adriano (Castelo Sant’Angelo) e a Cúpula de São Pedro – ao fundo



2 de setembro – Cheguei pouco depois de uma hora da tarde, tendo feito a viagem para o Arezzo, Cottona, Terontola e Chiusi. Depois de Terontola margeia-se durante algum tempo o belo lago Trasimeno, em cujas margens o cônsul C. Flaminius foi derrotado por Aníbal no ano 217 a J.C. Hospedei-me no hotel Suisse, via Nazionale.

Já dei alguns passeios pela cidade; visitei a Piazza del Popolo, decorada com um obelisco e diversas estátuas; a igreja de Sta. Maria del Popolo; o Pincio, um belo passeio de onde se tem uma vista magnífica sobre a cidade; a célebre igreja de Sta. Maria Maggiore,

cujo interior é ricamente ornamentado, tem esplêndido *plafond* em que foi empregado o primeiro ouro vindo da América, numerosas colunas de mármore, bonitos mosaicos, capelas suntuosas e vários túmulos de papas. O altar-mor desta igreja é de pórfiro e está colocado sob um baldaquim apoiado em quatro colunas também de pórfiro; ela contém o corpo do apóstolo Matias. A igreja possui também quatro tábuas da creche de Jesus Cristo.

Fui ainda à majestosa fonte de Trevi e às ruínas do fórum de Trajano – as partes inferiores de quatro ordens de colunas. Em frente eleva-se a famosa coluna de Trajano, toda de mármore, com 43 metros de altura, baixos relevos em espiral e em cima a estátua do imperador. Na praça Colonna há uma outra coluna semelhante, que servia de pedestal à estátua de Marco Aurélio, a qual foi substituída pela de São Paulo.

Finalmente dei alguns passeios pelas ruas mais animadas, vendo outras coisas de valor secundário.

3 de setembro – De manhã fui a São Pedro. Percorre-se, a partir da piazza Venezia, o Corso Vittorio Emanuele, uma das principais artérias da cidade, atravessa-se o Tibre, perto da ponte de Sant'Angelo, passa-se junto ao Castelo deste nome, mausoléu colossal construído por Adriano para si e seus sucessores, e chega-se à Praça de São Pedro, cercada pelas colonadas grandiosas da igreja. As colonadas são formadas por quatro ordens de colunas (284) e pilares (88) de ordem dórica e ornadas no alto com 162 estátuas de santos. No meio da praça um obelisco, aos lados duas belas fontes; entre estas e aquele há um ponto de onde uma pessoa aí colocada só vê uma ordem de colunas; na extremidade do lado direito das colonadas, junto à igreja, está o *Portone di bronzo*, entrada principal do Vaticano. O exterior do templo é verdadeiramente imponente, majestoso; o interior, esplendidamente decorado de mármore de cor, é de uma suntuosidade que deslumbra. Acima da entrada

do meio, do lado de fora, está a varanda, onde o Papa recebia a tiara, antes da anexação de Roma, e de onde abençoava o povo aglomerado na praça. Logo que se atravessa a porta principal vê-se no chão uma laje de pórfiro, de forma circular, sobre a qual outrora se coroavam os imperadores. A abóboda é de um efeito magnífico. Perto do altar-mor na grande nave, uma estátua de bronze de São Pedro, assentado em uma cadeira de mármore branco; o pé direito desta estátua está gasto pelos beijos dos fiéis, mal se distinguem os dedos. Há uma profusão enorme de estátuas e mosaicos. O altar-mor está colocado sob um bellissimo baldaquim de bronze, suportado por quatro colunas ricamente douradas; em frente uma dupla escada de mármore que desce à Confissão, a qual é cercada de 89 lâmpadas sempre acesas, e encerra em um nicho resguardado por uma porta de bronze dourado o sarcófago de São Pedro.

Não pude terminar a minha visita à igreja, pois precisava ir ver as Loggie di Raphael, que não se abrem ao público todos os dias.

Saindo, pois, de São Pedro, entrei no Vaticano. Aí visitei: – A célebre Capela Sistina, ornada de afrescos dos mais notáveis pintores e onde se acham, na abóboda e na parede do altar, os famosos afrescos de Miguel Ângelo, ali cenas da criação, aqui o Juízo Final, obras-primas de reputação universal. – As salas e as loggia de Raphael, ornadas de afrescos notabilíssimos do grande mestre, sobre assuntos históricos e religiosos. – A galeria de pintura, formada de poucos, mas excelentes quadros e onde se encontram: a Madona de Foligno, de Raphael, e a Transfiguração, o seu último quadro.

À tarde fui ao Capitólio. A praça deste nome é formada pelo palácio do Senado (intendência), dos Conservadores e o museu do Capitólio, no meio eleva-se a célebre estátua de bronze de Marco Aurélio. Daí desci e percorri as ruínas do Fórum Romano, onde se

veem ainda restos dos templos de Saturno, de Vesta, de Faustina, da basílica de Constantino, do palácio das Vestais, os arcos de Septímio Severo e a massa enorme do Coliseu, que também visitei.

Do Coliseu segui para o monte Gianicolo, na outra margem do rio, por trás do bairro do Trastevere, a fim de ver o panorama de Roma ao pôr do sol: é de fato surpreendente, a vista abraça toda a cidade, desde a basílica de São Paulo até a de São Pedro, e uma grande parte de seus arredores; o horizonte é limitado muito ao longe por belas montanhas azuladas.

4 de setembro –Voltei hoje a São Pedro para continuar a minha visita do grande templo. Eis mais algumas notas. No absídeo, por trás do altar-mor, está a “cadeira de São Pedro”, uma cadeira de bronze, de forma fantástica, pesando 74.000 quilos e encerrando o trono de madeira de São Pedro, sustentada por quatro santos colossais. Aí e em ambas as naves laterais há numerosos monumentos de papas, cada qual mais belo e suntuoso. Na primeira capela da nave direita acha-se a célebre Pietá de Miguel Ângelo e também uma coluna que se diz ter pertencido ao templo de Jerusalém. Em quase todos os altares, magníficos quadros em mosaico; a igreja possui poucas pinturas. No braço esquerdo do transepto o túmulo de Palestrina; há aí também dez confessionários para diversas línguas, entre as quais a portuguesa. A fachada principal do templo é coroada com as estátuas colossais de Jesus e dos Apóstolos. Na cruz do obelisco que se acha no meio da praça guarda-se um pedaço da verdadeira cruz.

Saindo de São Pedro fui visitar o museu de antigos no Vaticano, no gênero a primeira coleção do mundo. Há um sem número de obras-primas, entre elas: a linda Vênus de Praxiteles, o busto de Júpiter d’Otricoli, a mais célebre e a mais notável das cabeças de Júpiter que existem; o célebre Grupo de Laocoonte, um sacerdote de Apolo e mais dois filhos enlaçados por duas serpentes, por ordem daquele

deus; obra que Miguel Ângelo chamou uma maravilha de arte e que é atribuída a Agesandro de Rhodes; o famoso Apolo do Belvedere, etc.

Visitei depois as seguintes igrejas: Santa Maria sopra Minerva, onde se acha o célebre Jesus com a cruz, de Miguel Ângelo e cujo pé direito calçaram com um sapato de bronze para que não o gastem os beijos dos fiéis; a igreja possui também o túmulo do pintor Angélico. – Gesù, que tem capelas muito ricas, sobretudo a de Santo Ignácio, onde se admiram belas colunas de lápis-lazúli e bronze dourado, grandes estátuas, um globo de um só bloco de lápis-lazúli, que é o maior que existe, e um rico ataúde de bronze dourado, que contém os ossos de Santo Ignácio. – Santa Maria dos Anjos, que ocupa uma parte das termas de Deocleciano e encerra o túmulo de Salvatore Rosa: é também esplendidamente decorada de colunas de mármore de cor e grandes quadros, em sua quase totalidade os mesmos que, em mosaico, se veem em São Pedro. – São Luiz dos Franceses e Santo André della Valle, que nada têm de particularmente notável.

Passei depois pela cidade para ver alguns edifícios públicos: a Câmara dos Deputados e o Senado pouco valem exteriormente; o Banco da Itália e a Galeria de arte moderna, sobretudo o último, são dois magníficos edifícios.

Um dos uniformes mais originais que se veem em Roma é o dos suíços do papa: é um vestido de arlequim, formado de retalhos amarelos, pretos e encarnados; usam calções fofos, meias de listras amarelas e pretas, até o joelho, sapatos rasos e um pequenino gorro preto.

Figura 26: Vaticano – Praça e Igreja de São Pedro



5 de setembro – Cada dia vou tendo a confirmação do juízo que fiz quando cheguei; como cidade moderna, Roma é muito inferior às principais capitais da Europa, avantajando-se, porém, a todas elas pelas suas antiguidades e pelas recordações históricas que a elas se ligam. Agora é que se começa a construir alguns bairros novos e a fazer certos melhoramentos nas margens do Tibre; mas em geral a cidade é formada de ruelas estreitas e tortuosas, edificações sem valor e somente aqui ou ali um velho palácio de aspecto venerando.

Hoje visitei o museu do Palácio dos Conservadores (esculturas antigas e alguns quadros) e o Capitólio. Neste há muitas obras notáveis: Marforio, estátua colossal representando um rio, sobre a qual se afixavam as réplicas às críticas de Pasquino (cujas estátua existe ainda, muito estragada, ao lado do Ministério do Interior); o grande pedestal sobre o qual repousava a estátua de Cornelia, mãe dos Gracchos; o Gladiador moribundo, mármore célebre; e a Vênus

do Capitólio, a melhor das reproduções e variantes da Vênus de Cnido por Praxiteles.

Depois, em companhia do Bruno Chaves, com quem almocei, visitei algumas igrejas, vi de passagem alguns palácios e monumentos e, mais tarde, dei um longo passeio pela Passegiata Margherita, onde há uma soberba estátua equestre de Garibaldi e de onde se tem esplêndidos golpes de vista sobre a cidade e os arredores, e pelo parque da Villa Borghese, uma espécie de Bois de Boulogne da capital italiana.

6 de setembro – De manhã visitei as ruínas do Palatino, os palácios de Tibério, Augusto, Septimo Severo, Calígula e a casa de Lúvia. São restos veneráveis de construções monumentais, que, mesmo no estado de ruínas, excitam ainda hoje a admiração de todos. Foram palácios riquíssimos, com um luxo extraordinário de decorações em mármore, mosaicos, pinturas, de que se veem restos ainda bem conservados. Lá se acha também uma parte da primeira muralha de Roma, obra de Rômulo ao que se diz.

Descendo do Palatino visitei ainda algumas velharias situadas nas imediações, o arco de Janus Quadrifronte, a Cloaca Máxima, esgoto que ainda hoje serve e dois templos antigos.

À tarde fui a: – São João de Latrão, uma das mais belas e ricas igrejas de Roma. Na praça eleva-se um grande obelisco de 32 metros de altura (47 com o pedestal), o maior que existe. O vasto interior do templo é suntuosamente ornado de belas colunas de mármore, estátuas, mosaicos, dourados e pinturas; há capelas magníficas, das principais famílias de Roma; no altar-mor, onde só o Papa pode dizer missa, um elegante baldaquim de mármore, encerrando na parte superior numerosas relíquias, entre as quais os crânios de São Pedro e São Paulo; o teto é soberbo; há alguns túmulos notáveis, entre eles o de Inocência III que é admirável. Ao lado da igreja está o Batistério, edifício octógono como o de

Florença, cujo interior tem bonitos afrescos e belas colunas de pórfito. Há aí uma porta de bronze que produz, ao fechar ou abrir, sons argentinos, variados e nítidos como os de um instrumento de sopro. Em uma das capelas vê-se o monumento de Alexandre Borgia, aliás, sepultado em Montserrat, Espanha. Na mesma praça acha-se a casa que encerra a Escada Santa, a do palácio de Pilatos em Jerusalém e pela qual subiu J. Cristo: foi dali trazida em 326 pela imperatriz Helena. É uma escada de 28 degraus de mármore, agora cobertos de madeira como medida de conservação; não se pode subir essa escada senão de joelhos; na ocasião em que lá estive, três pessoas, duas senhoras e um rapaz, faziam a ascensão. Não me animei a imitá-los, preferi subir por escadas profanas que existem ao lado: em cima acha-se a antiga capela particular dos papas. – À igreja de São Clemente, que se compõe na realidade de duas igrejas, a alta e a subterrânea; deixei de ver esta última por já ser um pouco tarde e desejar ainda ir à Igreja de São Lourenço-fora-dos-muros, uma bonita igreja que encerra numa esplêndida capela o simples e modesto túmulo de Pio IX.

Saindo daí dei um golpe de vista no cemitério do Campo Verano e fiz um giro pela cidade; percorri a rua Vinte de Setembro, bordada de belas construções particulares e onde se acha o grandioso palácio do Ministério da Fazenda; passei pelo palácio do Quirinal, um casarão sem beleza arquitetônica, em cuja praça se veem o belo palácio do Ministério dos Estrangeiros, um obelisco e ao pé deste uma fonte e aos lados dois colossais domadores de cavalos (obra antiga, de mármore).

7 de setembro – Visitei hoje: – O Pantheon, hoje igreja de Santa Maria Rotonda, uma grande rotunda esclarecida somente por uma abertura no centro da cúpula, o que é de um efeito admirável; ele encerra os túmulos de Raphael e de Victor Emanuel, o “Padre della Patria”. – A igreja dos Santos Apóstolos, que possui em um pequeno vaso o sangue de São Jacques Menor,

ainda líquido. – As Galerias Doria e Colonna, onde se veem alguns belos quadros antigos: na primeira um retrato de Inocêncio X por Velásquez, que é uma obra-prima. – A igreja de São Paulo-fora-da-cidade, um belo e majestoso templo, um dos mais suntuosos que tenho visto aqui: o interior é ricamente decorado com mármore preciosos, com bonitas pinturas e os retratos em mosaico de todos os papas; tem cinco naves, divididas por 80 colunas de granito do Simplon. O altar-mor está colocado sob um elegante baldaquim, cujas quatro colunas de mármore se apoiam em magníficas bases de malachita.

Visitei depois as ruínas do fórum dos imperadores, do Pórtico de Octávio, do teatro de Marcellus e a Pirâmide de Cestius, um antigo túmulo.

À noite fui jantar com o Bruno Chaves, para festejarmos juntos o aniversário da independência do Brasil. Esteve presente o Dr. Dario Galvão, secretário de nossa legação junto ao Vaticano. Creio que somos os três únicos brasileiros atualmente em Roma.

8 de setembro – Fui de manhã a São Pedro; visitei a Sacristia que possui algumas pinturas de valor e o tesouro, onde se veem muitas curiosidades, entre outras a *dolmática* que Carlos Magno vestiu em seu coroamento.

Saí daí para o Museu Nacional, nas termas de Deocleciano, que possui algumas esculturas antigas notáveis.

À tarde visitei as igrejas de: São Pietro in Vincoli, onde se acha o belo túmulo de Julio II, por Miguel Ângelo, decorado com diversas estátuas, entre as quais o célebre Moisés, do artista: é uma figura colossal, com muitos defeitos de detalhe, mas de um conjunto soberbo, imponente. – Santa Prassede, onde se conserva a coluna à qual Cristo foi amarrado para ser flagelado: tem mais ou menos um metro de altura, é de mármore branco lavrado de verde, o capitel se acha bastante deteriorado. – Santa Maria in Trastevere,

uma bonita igreja, com muitos mosaicos, um magnífico teto com esculturas de madeira dourada e alguns monumentos notáveis.

À noite fui jantar com Dario Galvão e depois fomos, em companhia do B. Chaves, ao Coliseu que, visto à luz do luar como o vimos, é de um efeito majestoso, fantástico.

Na sacristia de São Pedro, ou antes, no tesouro, entre algumas obras de valor, há dois magníficos castiçais de B. Cellini que um austríaco, que lá se achava na mesma ocasião, querendo meter-se a falar francês, chamava mui convencidamente um – *hors d'oeuvre!*

9 de setembro – Voltei ainda hoje a São Pedro, a cujo zimbório subi, até a bola de bronze que se vê no alto e que parece tão pequena; tem espaço, entretanto para 16 pessoas. A vista que se tem das galerias exteriores da cúpula é simplesmente esplêndida, abraça-se com o olhar toda a cidade e uma vasta extensão da campanha romana.

À tarde dei um longo passeio com o B. Chaves e o padre Fernandes Távora, do Ceará, por bairros, praças e ruas que ainda não conhecia. Há belas construções novas em Roma, uma infinidade delas por acabar, obras interrompidas pelas recentes falências de bancos e consequente crise financeira; esses bairros, porém, ainda com muitos terrenos baldios, ou são mal habitados ou não têm animação, não têm vida. O movimento concentra-se no chamado bairro dos estrangeiros, relativamente moderno, mas ainda assim formado em geral de construções antigas, de ruas tortuosas e estreitas. Neste bairro as ruas mais largas, mais animadas e mais bonitas são: via Nazionale, via del Tritone, via del Corso, via 20 di Settembre e Corso Vittorio Emanuele.

Sigo amanhã cedo para Nápoles.

NÁPOLES

(540.000 habitantes) (atualmente 1.000.000)

10 de setembro – Cheguei a 1h30 da tarde, tendo partido de Roma às 8h20 da manhã. O trajeto é bonito, atravessa-se uma região bem interessante, passa-se por algumas cidades conhecidas – Cápua, Caserta, etc. Hospedei-me no Hotel Riviera, na Riviera de Chiaia. Da minha varanda, no quarto andar, tenho uma vista soberba: em frente, no primeiro plano o belo jardim chamado Villa Vittoria e depois a vasta baía de Nápoles limitada ao longe por montanhas azuladas, à esquerda, e a ilha de Capri em face, à direita, em baixo, grandes construções modernas, uma delas o Grande Hotel, em cima, colinas cobertas de vegetação e de vilas (Posilippo); à esquerda, primeiro o monte de Pizzo Folcone, inteiramente povoado, com a pequena península em que está o Castelo do Ovo, por trás os dois picos do Vesúvio, um deles sempre coroadado com o seu penacho de fumo. O golfo de Nápoles é incontestavelmente muito bonito; é cercado de colinas que se elevam em forma de anfiteatro e cujas encostas são cobertas de belas habitações e de luxuriante vegetação; parece-se alguma coisa com a baía do Rio de Janeiro, mas não há dúvida que lhe é inferior: basta não ter as ilhas pitorescas que tanto encanto dão ao nosso porto.

A cidade (540.000 habitantes) tem algumas ruas e praças modernas bem bonitas; mas é muito maior o número das vielas estreitas, tortuosas e imundas. A rua principal é a de Roma, antes de Toledo, rua antiga, mas quase reta, com excelentes casas de comércio. Uma das mais belas praças é a do Plebiscito, formada pelo grande Palácio Real, de um lado, ornado com as estátuas dos chefes das dinastias que reinaram em Nápoles (lá está Murat), e em face à bonita igreja de São Francisco de Paula, com uma rotonda imitando o Pantheon e umas colunadas imitando São Pedro, de Roma; depois a Prefeitura e em face o Comando de Armas. No meio

da praça duas estátuas equestres de antigos reis e uma fonte. Perto desta praça se acham: o teatro de São Carlos, um dos maiores da Itália (debaixo das arcadas encontram-se sempre muitos sujeitos que fazem profissão de escrever cartas para os analfabetos); e a soberba passagem ou Galeria Umberto I, com uma bela fachada ornada de estátuas, um grande zimbório de ferro e vidro, e uma bonita decoração de estuque e ouro.

Logo que cheguei dei um bom passeio pela Vila Vittoria, o aprazível jardim que fica em frente ao hotel. Aí se acha um magnífico aquário.

O movimento nas ruas de Nápoles é extraordinário; o barulho é ensurdecedor: sujeitos a apregoarem jornais, fósforos, cordões de botinas, bugigangas e mil outras coisas; cocheiros a estalarem chicotes e a oferecerem em altas vozes os seus carros; pianos, realejos e outros vários instrumentos a tocarem, etc, etc, tudo isto atordoia a quem chega aqui pela primeira vez.

Há ruas inteiramente ocupadas por pequenas lojas ambulantes onde se vende tudo; aí se aglomera uma multidão enorme da última camada da população.

Tenho sentido um calor insuportável, agravado pelo siroco; o ar é pesado e enervante.

O luar é esplêndido, quase tão belo como o da Paraíba; assim à luz da lua, é soberbo o panorama que, das janelas do quarto, se desenrola a meus olhos.

De manhã e à tarde, diziam-me que se viam em Nápoles magotes de cabras e vacas, com grandes chocalhos, tal qual como em nossas pequenas cidades do interior; à tarde, já tive ocasião de verificar que isto é uma verdade.

Há um número infinito de jumentos na cidade; são de uma pequenez fenomenal; são atrelados às carroças, alugados para a

ascensão das eminências da cidade e do Vesúvio; muitos carrinhos particulares são tirados também por jumentos.

11 de setembro – De manhã fui a Pompeia. O trajeto (de 35 minutos em trem expresso) oferece magníficos pontos de vista; o caminho corre entre o golfo e o sopé do Vesúvio. A cidade, sepultada, como se sabe, no ano de 79, por uma chuva de pedaços de pedra pomes e de cinzas, acha-se em grande parte descoberta, com as suas ruas retas, estreitas e bem calçadas, seus edifícios públicos, suas lojas, mercados, casas particulares, fontes, etc; todos os telhados desapareceram, subsistem apenas as paredes; no interior das casas restos de pinturas, de mosaicos e estuques; as estátuas e todos os objetos de valor têm sido retirados para o museu de Nápoles. Logo à entrada das ruínas há um museu muito interessante; contém diversas curiosidades encontradas em Pompeia, entre outras: vasos, tintas para pintura, pães e outros comestíveis carbonizados, e vários corpos humanos, cujas partes carnudas desapareceram, mas aos quais as cinzas endurecidas conservaram perfeitamente as formas na mesma atitude em que os desgraçados faleceram; há uma moça com um anel no dedo; há dois cadáveres, mãe e filho, encontrados ao lado um do outro; há um homem que ainda conserva as partes; em quase todos eles veem-se perfeitamente os dentes. Aí se acha também um cadáver de cão, deitado de costas e como que ainda se retorcendo nos vasos da agonia.

Na cidade há muitas casas interessantes, mais ou menos bem decoradas, segundo a fortuna de seus antigos habitantes. Entre as que mais atraem a atenção dos homens está o lunapar, ornado de pinturas obscenas ainda bem conservadas. Ao lado vê-se uma antiga farmácia onde sem dúvida os rapazes perguntavam frequentemente pelo lunapar; na parede ainda se lê a seguinte inscrição: “*Otiosis lócus hia non est, discede morator*”.

De volta de Pompeia visitei a Catedral e a igreja de São Giovanni a Carbonara, que possuem bonitos monumentos; a primeira é bem decorada de mármore e tem capelas muito ricas, como a de São Gennaro que possui numerosas colunas de mármore (44), diversos quadros e 46 bustos de prata de santos e benfeitores da igreja. Ali se acha como relíquia o sangue de São Gennaro, que se liquefaz três vezes por ano.

12 de setembro – Visitei hoje o Museu Nacional, preciosíssima coleção de pinturas murais trazidas de Pompeia, mármore e bronzes antigos, quadros, vasos, etc. Além de outras obras notáveis possui ele: o célebre grupo do Touro Farnese, o Hércules Farnese, a Vênus de Cápua, e o famoso mosaico da batalha de Alexandre, achado em Pompeia, representando a batalha de Issus. Vi aí uma estátua colossal de Napoleão (inteiramente nu) de Canova; e algumas múmias perfeitamente conservadas, uma delas, de mulher, com o crânio ainda inteiramente coberto de cabelos.

Dei depois longos passeios pelo Corso Vittorio Emanuele, sobre o monte de Santo Elmo dentro da cidade e pela entrada nova de Posilipo, que margeia o golfo no lado oposto ao Vesúvio: ambos os caminhos oferecem belos e variados panoramas sobre a cidade, o porto, o vulcão e toda a região circunvizinha.

13 de setembro – Subi hoje o Vesúvio; a ascensão é longa e fatigante. Tomei lugar com três austríacos em um carro da companhia Cook; ao cabo de quatro horas de viagem, tomam-se cavalos para atravessar uma parte da estrada, que foi destruída pela erupção de 1895, e chega-se à estação inferior do funicular; sobe-se por esse mais 800 metros, por uma ladeira tão íngreme que causa vertigens, e finalmente mais 200 metros a pé. O trajeto, pelos pontos de vista, é realmente soberbo; o olhar abraça um horizonte imenso: Nápoles, o golfo, Capri, Ischia, o mar, todo

o país circunvizinho, a vasta planície que se estende por trás de Nápoles, cidades e montanhas longínquas.

Durante toda a viagem os passageiros são caceteados por pedintes, sujeitos que tocam e cantam, que oferecem amostras de lavas, obras feitas de pedras e outras curiosidades do vulcão, mulheres que oferecem vinho *lacrima Christi* (delicioso, aliás), crianças que dançam e dão cambalhotas, mendigos, etc.

Atravessam-se vinhas luxuriantes e grandes extensões de lavas coaguladas de diversas erupções; parece lama endurecida em grandes torrões e tendo às vezes formas caprichosas, e em tal quantidade que daria para enterrar cidades inteiras. A partir do funicular começa o cone de cinzas, uma areia escura, finíssima e em alguns pontos com reflexos metálicos; já não se vê mais lava coagulada.

Na estação superior do funicular toma-se o guia e sobe-se, como já disse, uns 200 metros pela areia para chegar à borda da cratera.

No cimo do monte há como uma espécie de *plateau* e no meio deste escancara-se a boca imensa e pavorosa.

Dos meus companheiros dois tiveram medo e voltaram logo; o terceiro aproximou-se mais um pouco; eu, mesmo, apesar do receio e talvez por ser o único que podia compreender as garantias que dava o guia, fui até a borda do precipício.

É medonho. É uma escavação enorme, redonda, a expelir fumaça mais ou menos escura conforme a quantidade de cinza; das profundezas sobem de vez em quando ruídos estranhos como de trovões tremendos que estalassem nas entranhas da terra; o ar tresanda a enxofre; quando o vento sopra na direção em que a gente está traz da cratera um calor insuportável; uma vez por outra um ruído mais forte, ou antes, um trovão mais violento abala a montanha e uma nuvem de pedras atravessa a fumaça e chega até a altura das bordas da cratera; em torno de nós diversas pequeninas

aberturas expellem fumaça, aí o calor é asfíxiante e o interior dessa cavidade é candente como ferro em brasa.

À hora em que escrevo, 11h da noite, parece que o Vesúvio vomita chamas, é o reflexo da lava candente da cratera sobre o penacho de fumo que se eleva acima do monte: primeira vez que isto acontece depois que aqui me acho; é um bonito espetáculo que, da minha janela, ainda não cansei de apreciar.

Engraçado quiproquó deu-se, quando subíamos, entre um francês que achava – sale – uma faca de cortar papel, feita de pedra do Vesúvio, e o italiano (que, aliás, metia-se a falar francês), o qual invocava todos os testemunhos e apresentava mesmo a pedra ainda bruta para provar que a faca era de pedra e não de sal.

Os meus austríacos fizeram um papel tristíssimo a cavalo; agarrados ao “Santo Antonio”, de vez em quando auxiliados pelos condutores, mostraram bem que não nasceram para soldados de cavalaria; quando voltamos manifestaram por todos os modos a sua admiração pelo desembaraço com que eu cavalgara a alimária, e, entretanto, força é confessar que não sou dos mais fortes em equitação.

14 de setembro – Fui hoje a Capri. A viagem se faz pelo golfo, tocando-se em Sorrento, uma pequenina cidade de pouco mais de 7.000 habitantes, pitorescamente situada e onde, seja dito de passagem, não há nem sombra dos palácios de que fala Castro Alves. A travessia dura três horas e é interessante pelos bonitos panoramas que se têm sobre Nápoles, o vulcão e as povoações que lhe ficam ao pé, Torre del Greco, Annunziata, Castellamare, etc. O vaporzinho que faz o serviço é simplesmente detestável, é sujo e não oferece nenhum conforto. Foram meus companheiros ainda os três austríacos de ontem, aos quais, no vapor, se juntaram também dois holandeses. Havíamos desde ontem combinado a excursão, na

qual diziam que eu era figura obrigada, sem dúvida pelos serviços que lhes podia prestar como intérprete junto aos italianos.

A principal curiosidade de Capri é a Grotta Azzurra. É uma gruta cuja entrada tem apenas um metro, mas no interior tem 54 metros de comprimento, 32 de largura, 13 de altura. E a água tem apenas 15 metros de profundidade. Para entrar é preciso que a pessoa se deite no pequenino bote que a traz do vapor. O interior é o que pode haver de mais belo, de mais encantador.

A água é de um lindíssimo azul claro, vivo, brilhante e transparente; os objetos que se veem mergulhados, como, por exemplo, o corpo de um menino que lá se oferece para isto, parecem inteiramente prateados; pela abóboda e pelas paredes da gruta há reflexos azulados de um efeito indescritível; o ar mesmo tem uns tons de azul, a claridade é doce, suave, deliciosa.

Foi só o que visitei em Capri; o intervalo entre a chegada e a partida do vapor é apenas de três horas; parte desse tempo consumimos em um suculento almoço, regado com magnífico vinho da ilha²⁸.

A viagem de volta foi muito aborrecida; o vaporzinho saltou como um endemoniado; várias pessoas, entre elas um dos meus austríacos, enjoaram a mais não poder. Ao jantar, no hotel, entretive-me largo tempo com um professor de Berlim e a filha, uma gentil mocinha, ingênua e graciosa, que manifestava o mais vivo prazer em ouvir-me sobre os diferentes países que tenho percorrido. Depois fui, como tenho feito nos dias anteriores, ouvir o concerto no café Gambrinus (piazza del Plebiscito) e no café Starace (Galeria Umberto I), os dois principais cafés da cidade.

15 de setembro – Visitei as igrejas da Santa Chiara e São Domenico Maggiore, as quais, como em geral as igrejas da Itália, têm mesquinha aparência, mas são magníficas no interior

28 Que pena! Capri merecia uma estada mais longa.

pela profusão de decorações em mármore, afrescos, quadros e monumentos; a de São Domenico é notável sob este ponto de vista.

Subi depois ao monte de Sant'Elmo para visitar a igreja e o museu de San Martino. A igreja, de pequenas proporções, é ricamente ornada de mármore de cor, mosaicos e pinturas: entre estas, uma Descida da Cruz, de Ribera, obra capital deste artista. O museu contém diversos quadros, lembranças históricas, vidros, etc. Em uma das salas desse antigo convento acha-se um lindo presépio, de proporções colossais, representando o menino Jesus, os Magos, diversos tipos napolitanos, animais, tudo em figuras muito bem-feitas e expressivas. De San Martino tem-se uma das mais belas vistas de Nápoles.

Voltando à cidade baixa fui ainda ao Museu Nacional, onde me faltava ver a 1ª parte da galeria de pintura, justamente a mais notável, que possui excelentes telas de Corregio, Salvador Rosa e Ticiano. No museu existe também um gabinete reservado contendo peças muito interessantes.

Sigo hoje às 3h para Roma. O calor tem sido extraordinário; dizem todos aqui que é o sirocco; a cidade mais que nunca tresanda a imundície. Nápoles só tem de realmente belo a sua situação e os seus arredores; a parte nova é ainda muito pequena para pagar a má impressão que causa a cidade antiga.

ROMA

16 de setembro – Cheguei ontem depois de 8h da noite. A viagem correu sem incidentes; tive como companheiro um dos meus austríacos, que seguiu ontem mesmo para Livorno e com o qual me encontrarei provavelmente em Pisa. Voltei para o mesmo Hotel Suisse.

Saí do hotel já ao meio-dia; almocei com o Bruno Chaves e passei com ele o resto do dia. À tarde fomos ao cemitério do Campo Verano e depois demos a carro um passeio pela cidade.

Roma tem uma população de 470.000 almas.

Sigo amanhã para Pisa.

PISA

17 de setembro – Aqui cheguei às 2h da tarde com seis horas de viagem. O trajeto nada tem de particularmente interessante: durante grande parte do caminho o trem corre pela costa. Hospedei-me no hotel Washington.

Pisa é uma cidadezinha de 30.000 habitantes, situada sobre o Arno; ruas estreitas e mal alinhadas, mas bem limpas, com alguns palácios antigos, algumas peças bonitinhas e belos cais ao longo do rio. A sua principal se não única curiosidade é a *piazza* Del Duomo, onde se acham a catedral, o batistério, a torre inclinada e o Campo Santo. A catedral é um templo magnífico, todo construído de mármore branco com incrustações de cor; a sua fachada principal, formada na parte superior de quatro ordens de colunas superpostas, diminuindo gradualmente, é do mais belo efeito. O interior conta 68 colunas e uma rica e variada decoração de quadros, mosaicos e estátuas; lá se acha ainda suspensa a lâmpada de bronze que sugeriu a Galileu a invenção do pêndulo.

O batistério, igualmente de mármore, é de forma circular, com uma bonita galeria de colunazinhas e coroado por um grande zimbório.

O interior, muito elegante, contém uma soberba fonte batismal de forma octógona e de mármore, e o célebre púlpito de Nocilas Pisano, de forma hexágona, suportado por sete colunas e ornado de baixos-relevos, tudo também de mármore.

A famosa torre inclinada tem 54,50 metros de altura e 4°30 de inclinação; é redonda, de mármore também, tem oito andares cercados de pilastras e de seis galerias de colunas.

O Campo Santo é um pequeno cemitério cercado de uma construção em forma de claustro de convento: há aí muitos afrescos notáveis, belos monumentos fúnebres e esculturas antigas.

Sigo amanhã para Gênova.

GÊNOVA

(220.000 habitantes) (atualmente 600.000)

18 de setembro – Cheguei quase às 3h da tarde, tendo partido de Pisa pouco depois de 9h da manhã. Hospedei-me no Hotel Royal Aquila, perto da *gare* principal, na praça Acquaverte, decorada com um bonito monumento de Cristóvão Colombo. O trajeto é muito bonito: o caminho de ferro corre quase sempre pela costa escarpada do Mediterrâneo, chamada a Riviera do Levante, em oposição à costa além de Gênova que se chama a Riviera do Poente; tem-se, pois, à esquerda o mar, belíssimas enseadas, rochedos de formas bizarras e aspecto selvagem, coroados por cidadezinhas interessantes; à direita um país cultivado, limitado por montes verdejantes, povoados de castelos e de casas de campo. Entretanto, nem sempre se pode apreciar a paisagem: nunca viajei numa estrada que tivesse tantos túneis; há mais de oitenta num percurso que é apenas de 65 quilômetros; alguns deles são muito extensos, o trem leva quatro, cinco e até oito minutos a atravessá-los; de Spazzia a Sestri pode-se dizer que é um túnel de 45 km, pois há somente pequenos intervalos onde são situadas as estações intermédias, tão pequenos que as extremidades do trem, quando para, ficam ocultas no túnel que acaba de percorrer e naquele que vai atravessar; é um

aborrecimento, nem se pode ler, pois que a iluminação dos trens italianos é sobremodo escassa, nem se pode ver o caminho que se percorre.

Gênova, a Soberba (220.000 habitantes), assim chamada pela sua situação admirável e pelos seus numerosos palácios de mármore, é edificada em anfiteatro na encosta de elevadas colinas e à borda de um magnífico porto do Mediterrâneo. As suas ruas, formadas de casas elevadíssimas, são em geral vielas tortuosas e tão estreitas que a luz do sol não pode penetrar; há, entretanto, ruas modernas muito bonitas tais como a Via Roma e o seu prolongamento Via Assaroti, a Via Carlo Felice, a Via di Circonvallazione a Monte, aberta sobre a altura em que se apoia a cidade, passando ao nível dos terceiros e quartos andares das ruas inferiores e tomando diferentes nomes em seu extenso percurso. Estas ruas e ainda outras que poderia indicar têm construções esplêndidas e ricos estabelecimentos comerciais; são iluminadas à luz elétrica e sempre muito animadas.

O que chama logo aqui a atenção é o luxo de mármore; há ruas, como por exemplo, a Via Garibaldi, que são inteiramente formadas por palácios de mármore; os balcões de todas as casas são de mármore; quase todas elas têm portadas e às vezes toda a fachada de mármore; colunas e decorações de mármore se encontram por toda a parte; nas igrejas então a profusão é extraordinária.

Visitei a catedral, que possui capelas suntuosas, belas esculturas e alguns quadros excelentes; a igreja de Santo Ambrosio e a da Annunziata, que é a mais rica de Gênova: o interior é belíssimo, tem 12 elegantes colunas de mármore branco incrustadas de vermelho (colunas caneladas) e magníficas abóbadas douradas.

Entre os palácios que vi hoje, destacam-se: o grandioso Palácio Ducal, antiga residência dos doges, o Palácio Municipal, o Palazzo

Rosso, a Universidade e o Palácio Real. Além destes há inúmeros outros espalhados pela cidade.

Visitei também o pequenino parque de Sequarola e o esplêndido jardim da Villetta di Negro, situado numa altura de onde se tem uma vista soberba sobre a cidade, o porto e os arredores.

Entre os monumentos da cidade notam-se os de Colombo, sobre um alto pedestal cercado de estátuas alegóricas; Mazzini, também num elevado pedestal; e as estátuas equestres de Garibaldi e Vittorio Emanuele.

Vim encontrar em Gênova o mesmo uniforme de polícia que já me havia chamado a atenção em Verona: os soldados vestem sobrecasaca preta, calça da mesma cor e chapéu alto, como qualquer paisano: o distintivo é apenas uma bengala com castão prateado.

19 de setembro – Visitei a igreja de Santa Maria in Carignano e depois fui ao Campo Santo, o cemitério de Gênova e uma de suas principais curiosidades. É um verdadeiro museu de escultura. Há longas galerias de arcadas sob as quais são dispostos os monumentos particulares. Alguns destes são verdadeiramente notáveis pelo trabalho artístico ou pela riqueza.

Uma coisa que já me havia chamado a atenção desde Roma e que aqui encontrei de maneira acentuada é o estilo guindado e, por vezes, bombástico em que os italianos redigem as inscrições dos túmulos; alguns epitáfios são verdadeiras biografias, outros extensos panegíricos, tudo em linguagem gongórica e pretenciosa.

Dei ainda alguns passeios na cidade, um dos quais pela rua da Circunvallazione a Monte, que já ontem havia percorrido; infelizmente não pude gozar de belo panorama que dali se avista, pois, o dia está sombrio como um dia de inverno: desde ontem à noite que se abate sobre a cidade uma verdadeira tempestade, chuva a cântaros, relâmpagos e trovões de fazerem pavor. E como parece que este mau tempo se prolongará até à noite, tomo o

alvitre de seguir agora às 3h para Turim; o que há de mais curioso em Gênova já vi, o resto não merece que passe ainda aqui o dia de amanhã, uma vez que hoje nada mais poderia visitar.

TURIM

(340.000 habitantes) (atualmente 2.300.000)

Cheguei às 7h da noite ou às 19h, como se diz aqui na Itália. Hospedei-me no Hotel Central, via delle Finanze, quase esquina da grande Via Roma.

O trajeto pouco tem de interessante; de Gênova a Serravalle (47 km) atravessam-se 24 túneis, um deles de 8.294 metros de extensão, passa-se por Alexandria, Asti e outras cidades de menor importância.

20 de setembro – Turim (340.000 habitantes), capital da Itália de 1859 a 65, situada sobre o Pó em uma vasta planície ao pé dos Alpes, é uma bela cidade. As suas ruas se cortam em ângulo reto, as construções são elegantes, em grande parte de arcadas sustentadas por pilares ou colunas: há ruas inteiras assim, como, por exemplo, a Via Pó, uma das principais e das mais belas da cidade; além dessa, notam-se as ruas de Roma, Garibaldi, da Academia de Ciências, a galeria ou passagem da Indústria Subalpina, que são muito animadas, bem esclarecidas à luz elétrica e têm ricos armazéns. É sem dúvida uma das cidades mais regulares da Europa e até aqui a mais bonita que vi na Itália. Poucas curiosidades, porém, oferece à visita do turista. Dos edifícios que já vi os mais notáveis são: o grandioso palácio Garignan, onde nasceu Vittorio Emanuele e que serviu ao parlamento italiano de 1860-65, o Hotel de Ville, o Tribunal de Justiça e o Palácio Madama ou o Castello, que tem uma bela colunada de mármore; o Palácio Real e a Academia de

Ciências, vastas construções em tijolo, agradam menos aos que são profanos em arquitetura.

A cidade é cercada de vastos *boulevards*, que os italianos chamam de Corsi (sing. corso). Há também algumas igrejas bonitas, como a Consolata e a Madre di Dio. Os monumentos abundam na cidade; entre os que vi hoje agradaram-me mais: a estátua equestre de Emanuel Philiberto, na praça São Carlos, e a estátua de Cavour (mármore de 14,20 metros de altura) na “*piazza Carlina*”.

Visitei: O Museu das Armaduras, uma coleção escolhida de armas antigas e modernas, armaduras, escudos, lembranças históricas, etc. Aí se acham: a espada usada por Napoleão quando general-em-chefe do exército da Itália e uma madeixa de seus cabelos; uma espingarda e um par de pistolas de tartaruga com incrustações de ouro e profusamente guarnecidas de pedras preciosas, etc. – O Museu de Pinturas, que possui alguns quadros excelentes de Veronese, Rubens, magníficos retratos de Van Dyck, etc. – A Catedral, onde se acham os túmulos dos duques de Saboia, quatro belos monumentos em uma magnífica capela de mármore escuro, quase negro; aí se conserva também uma preciosa relíquia: um pedaço da mortalha de Jesus Cristo²⁹.

Fiz à tarde uma excursão a Superga, uma bonita igreja construída no alto de um monte de 700 metros de altitude; Turim, por sua vez, já se acha a mais de 200 metros acima do nível do mar. Arrependi-me desse passeio: encontrei a igreja fechada, de sorte que não pude ver os túmulos reais; à tarde, muito nublada, não me deixou apreciar bem o grandioso panorama que de lá se avista e que abrange a cadeia dos Alpes, a cidade, o curso do Pó e a imensa planície circunvizinha coalhada de culturas e de aldeias. O frio, intensíssimo desde ontem, tornou-se insuportável naquelas alturas constantemente batidas pelo vento, fui forçado a esperar

29 O Santo Sudário.

duas horas o trem em que devia voltar e que se arrastou afinal lentamente como uma lesma, gastando quase duas horas em um trajeto que poderia fazer em meia hora.

Hoje é aniversário da entrada das tropas italianas em Roma; esperei que aqui se fizessem grandes festas, mas não, parece que tudo se limitou a umas iluminações muito ordinárias.

21 de setembro – Muito bonita Turim. Hoje levei mais longe os meus passeios pela cidade, percorri os novos *corsi* ou *viali*, grandes e largos *boulevards* com quatro ordens de árvores e bonitas construções; há numerosos jardins e *squares* bem tratados e com lindos *parterres*, quase todos decorados de monumentos de homens notáveis; esplêndidos estabelecimentos comerciais, muita vida e animação nas ruas.

De manhã fui ao Monte dos Capuchinhos, ao lado da cidade; de lá tem-se uma vista soberba sobre esta e a cadeia dos Alpes, sempre brancos de neve. Visitei depois o novo Jardim Público, um belo parquezinho onde se eleva o grande castelo real de Valentino, hoje escola de engenharia; mais tarde fui ao museu municipal que não tem grande valor.

Nos meus passeios pela cidade vi diversos edifícios públicos, entre os quais merecem menção a Gare Central e a Mole Antonelliana, que devia ser uma sinagoga, mas que, comprada pela cidade, vai ser um museu consagrado à memória de Victor Emanuel: é uma construção em forma de torre, com 160 metros de altura, um grande zimbório e uma bonita fachada com diversas ordens de coluna.

Entre os monumentos notam-se: o do monte Cerus (o gênio da ciência sobre um monte de rochedos debaixo dos quais jazem vencidos os gigantes das montanhas); o do duque Fernando de Gênova na batalha de Novara, em que seu cavalo foi mortalmente ferido; e o de Pietro Micca, mineiro que, à custa de sua vida, salvou

a cidadela de Turim em 1706, lançando fogo em uma mina, quando os franceses já se achavam às portas.

Sigo amanhã para Milão.

MILÃO

(430.000 habitantes) (atualmente 8.071.000)

22 de setembro – Cheguei às 11h40, com três horas de viagem; hospedei-me no hotel Victoria ou do Leão ou Três Suíços (tem todos esses nomes), situado no Corso V. Emanuele, uma das principais artérias da cidade. O trajeto é interessante pela bela vista que se tem sobre os Alpes, principalmente sobre a massa enorme do Monte-Rosa.

Uma das estações intermediárias é Magenta, onde a 4 de junho de 1859 se feriu a conhecida batalha do mesmo nome entre os austríacos e o exército franco-sardo. Há na estação um monumento comemorativo.

Milão, a Grande, capital da Lombardia, conta 430.000 habitantes e é, em sua maior parte, formada de ruas estreitas e irregulares; há, todavia, belas ruas novas, bordadas de construções grandiosas. O principal monumento é a Catedral, templo imponente e soberbo, que os milaneses com justo orgulho chamam a oitava maravilha do mundo. É imenso, pode conter cerca de 40.000 pessoas; é todo de mármore, até o teto; tem, no exterior, 98 torrezinhas góticas, além da grande torre que tem 108 metros de altura, e é decorado, também no exterior, com cerca de 2.000 estátuas de mármore, das quais uma representa Napoleão I. Os vidros pintados do coro são os maiores do mundo. (Há no interior uma estátua de São Bartolomeu esfolado, obra de Marcos Agrate,

com a seguinte pretenciosa inscrição: “non me Praxiteles, sed Marcus finxit Agrates”³⁰.

Do alto da torre (494 degraus) se avista um panorama imenso. O interior da igreja não corresponde à beleza e majestade do exterior.

Na praça da Catedral, decorada com uma estátua equestre de V. Emanuel, se acha a grandiosa passagem ou Galleria Vittorio Emanuele, a mais bela da Europa: tem 195 metros de comp., 15,50 de largura e 16 de altura no meio um enorme zimbório de 50 metros de altura; é bem ornamentada e possui magníficos cafés e estabelecimentos comerciais iluminados à luz elétrica. Por trás da galeria, na Praça Scala, há um belo monumento de Leonardo da Vinci e o célebre teatro della Scala, o maior da Itália depois do de São Carlos em Nápoles.

Visitei a galeria de pintura da Biblioteca Ambrosiana, que não tem grande valor; a igreja de São Maurício, que tem excelentes afrescos; a de Santo Ambrosio; vi algumas construções antigas, o Hotel de Ville, que é um bonito palácio, a Bolsa, etc.

23 de setembro – Visitei o museu Brera ou palácio de Belas Artes, uma excelente coleção de pinturas, onde, entre muitos quadros de valor, sobressai o célebre Sposalizio (Casamento da Virgem), de Raphael. Depois fui à igreja de Santa Maria delle Grazie ao lado da qual, no refeitório do antigo convento, se acha a famosa Ceia, de Leonardo da Vinci, infelizmente já muito estragada³¹. Visitei ainda São Lorenzo, Santo Eustorgio, São Sativo e o Cemitério, onde se encontram belos monumentos: aí percorri um forno crematório, muito interessante.

30 Não foi Praxiteles, mas Marcos Agrate que me fez.

31 Hoje em dia completamente restaurada.

Dei à tarde alguns passeios pela cidade e fui ao jardim público, parque aprazível com bonitas alamedas, *parterres*, estátuas, cascatas, lagos, etc. Amanhã devo fazer uma excursão pelos lagos.

Em Milão, como nas últimas cidades que tenho visitado a partir de Pisa, nota-se uma grande diminuição no número de mendigos.

BELLAGIO

24 de setembro – Depois de haver visitado o teatro Scala, que não me produziu a impressão que eu esperava, parti de Milão pelo expresso de 12h30. Uma hora depois cheguei a Como, pequena cidade de 12.000 habitantes, situada em uma das extremidades do lago do mesmo nome, em um sítio muito pitoresco. É a pátria de Volta. Aí visitei a catedral, bela e vasta igreja, toda de mármore, e às 3h30 tomei o vaporzinho para Bellagio. O trajeto é lindíssimo. O lago, bastante estreito, mormente nesta parte que constitui apenas um braço, assemelha-se um pouco ao *fjord* de Christiania. Apertado entre montanhas de 2.000 metros de altura, ele é bordado de aldeiazinhas encantadoras, lindas casas de campo, magníficos jardins e terraços cobertos de vinhas. Bellagio, onde cheguei às 6h (hospedei-me no Hotel des Etrangers) é uma aldeia de 800 habitantes, situada no ponto de junção dos dois braços do lago e gozando, por isto mesmo, de uma vista esplêndida.

O braço que hoje percorri conserva o nome de Como; o outro é chamado lago de Lecco.

Amanhã prosseguirei a excursão para visitar os lagos de Lugano e Maior.

O tempo, felizmente, tem-se conservado soberbo; a temperatura deliciosa: nem o calor asfixiante de Nápoles, nem o frio insuportável de Turim.

PALLANZA

25 de setembro – De Bellagio atravessei para Menaggio, que fica em frente, e aí tomei o trem para Porlezza, à margem do lago de Lugano. Em Porlezza tomei novamente o vaporzinho e percorri o lago até Lugano, cidade suíça. Aí passei duas ou três horas e depois segui, pelo lago, até Ponte Tresa, onde tomei o trem para Luino, à margem do lago Maior; de Luino vim em vapor até aqui, chegando às 7h30 da noite. Hospedei-me no Hotel São Gothardo. Todo o trajeto, quer pelos lagos, quer pelo trem, é muito bonito. Pallanza, como, aliás, todas as aldeias das margens dos lagos, é um lugarejo sem importância, procurado apenas como estação de verão. O lago de Lugano não oferece os pontos de vista pitorescos do de Como, mas o lago Maior pode rivalizar com este em beleza de paisagem.

MILÃO

26 de setembro – Cheguei à 1h da tarde. De Pallanza tomei o vaporzinho para Arona, de onde segui para aqui pelo trem. O trajeto de Pallanza a Arona, que fica em uma das extremidades do lago, é belíssimo, sobretudo quando se passa pelas ilhas Borromeu, das quais a Isola Bella é inteiramente ocupada por um castelo e magníficos jardins dispostos em terraços.

Em Milão visitei ainda algumas igrejas e um interessante museu de lembranças históricas.

Hoje é domingo, o que quer dizer que as ruas regurgitam de povo; as classes pobres e os camponeses dos arredores, com seus trajes festivos, inundam a cidade. É notável a quantidade de velhos vestidos de casaca de cor e cartolinha baixa de abas enormes, que se encontram pelas ruas.

Levo boa impressão da Itália: é um belo país, mesmo sem ter em conta os seus grandes tesouros artísticos.

A mendicidade e o *pourboire*, apesar do que se me dizia, não são tão exigentes e importunos ao ponto de absorver os encantos da viagem. Mendigos e candidatos a *pourboire*, todos se contentam com pouco, com muito pouco mesmo; são corteses, atenciosos e não regateiam agradecimentos: o contrário se vê em França, onde se toma essa contribuição como um dever.

Sigo amanhã para Paris.

BASEL (BASILEIA)

27 de setembro – Parti de Milão às 8h da manhã e aqui cheguei às 4h30 da tarde, o melhor trem daqui para Paris é o que parte às 10h30 da noite; tendo, pois, seis horas diante de mim, aproveitei-as para rever Basel, que, há três anos justamente, visitei em condições muito mais felizes. Cheguei a me arrepender dessa interrupção da viagem, tão triste foram as recordações que me assaltaram.

O trajeto de Milão à Suíça pelo São Gothardo é soberbo: passa-se pelos três lagos, de Como, Lugano e Maior, atravessam-se vales esplêndidos, têm-se magníficos golpes de vista sobre rios, cascatas, montanhas cobertas de neve, geleiras, o lago dos Quatro Cantões, o de Zung e Lucerna. O caminho de ferro conta 56 túneis, com um comprimento total de 41 km, 10 viadutos, 32 pontes e 24 pontilhões, isto só entre Lucerna e Lugano (206 km). O famoso túnel do São Gothardo, aberto pelo engenheiro Louis Favre de 1872 a 82, tem 14.912 metros, o trem leva 16 minutos a atravessá-lo. Há diversos túneis em espiral (7), alguns formando uma espiral perfeita; por esse meio se galgam alturas consideráveis, e é então curioso ver-se muito em baixo a estrada que se acaba de percorrer, e às vezes mais acima outra que se atravessará brevemente: desta

sorte acontece mesmo passar-se três vezes a vista pela mesma aldeia, em alturas diferentes.

Durante a viagem fiz conhecimento com um médico alemão, oficial da reserva, com o qual me entretive longamente. Ele me ofereceu uma bússola, por meio da qual pude bem apreciar as curvas e as espirais dos túneis. Basel não é bonita, considerada em seu conjunto: tem uma bela catedral, algumas construções modernas bem regulares, belos cais ao longo do Reno, que aqui é muito impetuoso, e jardins bem tratados.

PARIS

28 de setembro – Cheguei às 6h da manhã, por um tempo triste e aborrecido. Pesa sobre a cidade um nevoeiro espesso, denso, quase tanto como os nevoeiros de Londres. Faz hoje justamente quatro meses que daqui saí. Passei quase o dia inteiro a percorrer hotéis, sem encontrar aposentos nas condições que desejava; afinal hospedei-me menos mal no Gr. Hotel de l'Europe, rue Le Peletier, quase esquina do boulevard des Italiens. Estou cansado da viagem e vou meter-me nos lençóis.

29 de setembro – Hoje o tempo está melhor, de quando em vez o sol põe o nariz de fora; a temperatura conserva-se muito agradável. Levei a manhã a fazer arrumações e depois do almoço andei a percorrer os *boulevards*, vendo as lojas e armazéns, procurando e comparando algumas coisas que pretendo levar para o Brasil. Será agora a minha faina de todos os dias. No banco Brasileiro obtive os últimos números do *Jornal do Commercio*, por meio dos quais me pus ao corrente do que se vai passando pela terra.

30 de setembro – Tempo detestável. Não há dúvidas que não tenho sorte com as minhas visitas a Paris. Em maio, em plena

primavera, fazia um frio de pleno inverno; agora, quando ainda há poucos dias eu lia na Itália que o outono em Paris se convertera em primavera, venho encontrar o nevoeiro, a chuva, a lama, o diabo. Não obstante, passei todo o dia na rua, a entender-me com fotógrafos sobre uns retratos que tenciono mandar fazer. Para isso procurei a intervenção de uma terceira pessoa; mas convenci-me mais uma vez de que os meus negócios são sempre melhores quando os trato só. Felizmente pude ainda atenuar o prejuízo que ia ter.

1º de outubro – Passei o dia flinando pela cidade, fazendo compras e posando para os retratos. À noite fui à casa do Gad. O tempo continua nublado e frio.

2 de outubro – Tenho passado as manhãs em casa, repouso a que tem direito quem acaba de percorrer, só em caminho de ferro, mais de 16.000 quilômetros. Hoje visitei o Tribunal do Comércio, Notre Dame e parte do museu de Cluny, interessante coleção dos mais diversos objetos: móveis, sapatos de mil qualidades e formas, quadros, carros, esmaltes, faianças, tecidos, etc.

3 de outubro – Como nos dias antecedentes saí depois do meio-dia; levei a manhã a escrever cartas para o Brasil. Depois do almoço fui a Versailles ver as águas, últimas deste ano. Apesar do frio e da neblina a multidão no trem era enorme, concorrendo para isto as corridas de Longchamps, para onde a maior parte dos passageiros se dirigia.

Aproveitei a estada em Versailles para visitar a célebre sala do Jogo da Palla, que ainda não conhecia e onde se acham reunidas muitas lembranças da Grande Revolução, e para rever uma parte do museu de pintura, as galerias do império e das Batalhas, que tantos atrativos têm para mim. Assisti depois ao jogo das águas, de que já falei quando estive aqui em maio; apesar, porém, de não ser um espetáculo novo para mim, senti-me ainda encantado por aquela

“maravilha de hidráulica” a ostentar-se no meio dos esplêndidos jardins de Le Nôtre.

A temperatura tem baixado sensivelmente; hoje de manhã tivemos 3 graus acima de zero, o que já faz procurar instintivamente capas e cobertores. O dia hoje foi feio, nublado, triste, com essa cor cinzento-escura que pesa tanto sobre o espírito dos que nasceram sob o sol resplandecente do Brasil.

4 de outubro – Continua o mau tempo, chuva, nevoeiro e muito frio. Fui à igreja de São Francisco de Paula e lá subi até a colina de Montmartre, onde se está edificando a basílica do Sacré Coeur. A chuva e o nevoeiro, porém, não me deixaram gozar da vista, que dizem ser uma das mais belas de Paris. Tenciono voltar lá outro dia. Andei depois em exploração pela cidade, tomando nota das lojas onde posso adquirir certos objetos que tenciono comprar.

Anteontem esqueci-me de dizer que estive também na Morgue, onde se achavam expostos cinco ou seis corpos, cuja identidade ainda não se pudera verificar.

5 de outubro – A temperatura continua a baixar; o frio tem sido intenso; esta noite passada caiu neve nos arredores de Paris! Parece que o inverno vai ser de rigor excepcional.

Hoje de manhã visitei o curiosíssimo museu do Conservatório de Artes e Ofícios, preciosa coleção referente à astronomia, química, física, geodésia, etc, etc.

Fui mais tarde ao museu dos Inválidos, que não pudera visitar todo durante a minha estada aqui em maio. Demorei-me longo tempo na seção que mais encantos tem para mim, aquela que encerra as lembranças históricas do primeiro império. Lá se acham: o banco favorito de Napoleão em Santa Helena, todo de madeira inclusive o assento, faltando no encosto um dos toros que o imperador mandou arrancar para poder meter o braço e achar posição mais cômoda durante a sua moléstia; o seu leito

de campanha; os moldes de seu rosto e de sua mão direita em Santa Helena; o óculo de alfança de que se serviu na batalha das Pirâmides; diversas armas que lhe pertenceram; redução do seu ataúde feita em Santa Helena por Marchand com a mesma madeira que serviu para o original; uma sela bordada; um *robedechambre* branco; a farda de Marengo; o sobretudo cinzento; o chapéu da campanha de França e um lenço de linho marcado com a sua inicial, o bastão de marechal de Lefebvre e a espada de honra que lhe ofereceu o Diretório; o bastão de Augereau e o sabre que lhe deu o Diretório em memória de Arcole; uma belíssima espada com bainha de madrepérola e ouro que pertenceu a Murat; um sabre de Desaix; um outro dado a Hoche pelo Diretório depois da pacificação da Vendéia; um outro oferecido pela cidade de Milão ao príncipe Eugenio; bastão e armas de Bessières, entre elas a espada de Veissenfels em que ele morreu; bastão de Davout; espada de Lariboisière em Wagram e Moskowa, etc.

Por fim visitei a bela igreja moderna de Santa Clotilde e à noite fui ao Nouveautés assistir pela segunda vez ao Sursis, que já está na sua 320ª representação.

6 de outubro – O termômetro hoje de manhã chegou a um grau acima de zero! Quase que tenho saudades do calor de Nápoles. O vento do Norte há uns quatro dias que sopra impetuoso e isto ainda torna o frio mais agudo.

Hoje visitei: as igrejas de São Germain des Près, de São Sulpício, de Santo Estevão do Monte e da Sorbonne, onde se acha o túmulo de Richelieu; o Pantheon, o jardim do Luxemburgo e o palácio do mesmo nome, onde funciona o Senado e onde se admiram a soberba sala do Trono e o encantador quarto de dormir de Maria de Médicis. A sala das sessões, decorada de pinturas e estátuas, é em forma de semicírculo; a mesa é situada também em um pequenino hemicírculo com a abertura voltada, já se vê, para a

do grande hemiciclo em que se assentam os senadores; a tribuna é encostada à mesa, de sorte que o orador dá as costas ao presidente.

7 de outubro – A temperatura hoje elevou-se um pouquinho; não sei se foi bem assim ou se foi ilusão minha, devido a ter juntado mais uma camisa às três que já tinha.

Visitei o museu Carnavalet ou o museu histórico da cidade, grande coleção de objetos relativos à história de Paris, principalmente durante a revolução de 1789. Aí se acham uma bela caixa com objetos de uso que Napoleão trazia em campanha; um modelo da Bastilha talhado em uma pedra mesmo da velha fortaleza; a Constituição de 1793 encadernada em pele humana; uma espada de honra dada a Latour d’Auvergne, “o primeiro granadeiro de França”; um sabre de honra dado a Augereau; uma escada de corda e torosinhos de madeira, de 80 metros de comprimento, fabricada pelo engenheiro Latude e com a qual ele se evadiu da Bastilha, onde fora encarcerado por Mme de Pompadour, mediante uma ordem em branco, etc.

Dei depois um passeio pelo bairro do Templo, onde está situada a prisão de Luis XVI, cujo local é hoje ocupado por um belo *square*; vi os Arquivos, a Imprensa Nacional e a praça des Vosges, antiga Praça Real, decorada com uma estátua de Luis XIII: essa praça foi o pátio do antigo palácio de Tournelles, onde teve lugar o célebre torneio em que foi mortalmente ferido Henrique II, marido de Catarina de Médicis.

À noite fui às Folies Dramatiques assistir a Mam’selle Nitouche: o engraçado papel de Celestin é magistralmente desempenhado pelo estimado Baron.

8 de outubro – A temperatura baixa outra vez; hoje de manhã, às 7h o termômetro desceu a zero! Entretanto, o dia, como o de ontem, foi muito bonito.

Estive na Bolsa, belo edifício de estilo greco-romano com um magnífico peristilo de 66 colunas coríntias. O interior é muito simples: uma vasta sala ornada apenas no teto por admiráveis *grisailles*, tão bem-feitas que iludem completamente parecendo baixos-relevos. A algazarra, que se ouve desde a praça e as ruas circunvizinhas, é de ensurdecer.

Fui depois à Biblioteca Nacional, passando pelo estabelecimento do Selo e pela igreja de Nossa Senhora das Vitórias. A Biblioteca, a primeira do mundo, contava em 1894 três milhões de volumes impressos, cartas e coleções geográficas, dois milhões e quinhentas mil estampas, cem mil volumes de manuscritos, quatrocentas mil moedas, etc. Veem-se aí obras raríssimas, encadernações preciosas (entre as novas há um riquíssimo livro oferecido pelas senhoras russas às francesas), autógrafos de homens célebres, etc, etc. No departamento das moedas, joias e antigos, acha-se o maior camafeu que existe, representando a apoteose de Augusto.

Estive depois na legação, rue de Lisbonne 47, e à noite fui ao Teatro Francês assistir a *Vie de Bohême*. Há neste drama um velho que, tal qual como o da Morgadinha, acha muito curto um soneto. Pura coincidência ou um autor teria copiado o outro?

Há oito dias que não bebia água, bebi hoje obra de quatro colheres; com franqueza, não me julgava capaz de tão prolongada abstinência.

9 de outubro – Visitei o museu e os *ateliers* dos Gobelins; depois fui ao cemitério de Montparnasse, onde há alguns monumentos bonitos, e dei um longo passeio pelos *boulevards* Raspail, Montparnasse, avenida do Observatório, uma das mais belas de Paris, onde se acha a estátua de Ney, próximo do lugar onde ele foi fuzilado, *boulevard* São Michel, etc, etc.

À noite fui à Ópera Cômica, onde levaram a Cavalaria Rusticana e o Barbeiro de Sevilha.

10 de outubro – Passando pelos belos edifícios do Instituto e da Casa da Moeda, fui à Escola de Belas Artes que, além de algumas obras originais, possui um rico museu de cópias dos quadros e esculturas notáveis dispersos pelo estrangeiro. Depois visitei o que me faltava rever no museu de Cluny, faianças, móveis, joias, ferragens, marfins, etc. Como hoje é domingo, havia lá enorme multidão, o que acontece igualmente em todos os numerosos museus de Paris: aqui o povo se interessa por essas coisas. Em duas vitrines, sobretudo, da sala de ferragens notava eu grande aglomeração principalmente de mulheres; procurei diversas vezes aproximar-me, para saber o que punha em prova a curiosidade feminil, mas não pude; ao mesmo tempo notava que elas tinham um ar meio enleado e procuravam fazer acreditar que o que as atraía ali era coisa muito diferente daquilo que realmente lhes prendia a atenção. Afinal, com grande esforço, consegui abordar as vitrines e então vi que a causa de tão grande ajuntamento eram dois cintos de castidade, um para proteger apenas uma entrada, o outro “à double usage”, como dizem os franceses: o primeiro parece ter pertencido a gente fina, o cinto é forrado de veludo grenat e a chapa protetora, com a forma da parte protegida, e uma abertura serrilhada, é de marfim; o segundo mais grosseiro, é todo de aço e a abertura posterior é quase em forma de trifólio.

À noite estive no Robert Houdin vendo umas exposições de cinematógrafo.

11 de outubro – Mau tempo, dia sombrio e chuvoso; passei-o todo a fazer compras e à noite não tive coragem de pôr o nariz de fora, meti-me no quarto a ler folhas do Brasil, que me mandou hoje o Piza.

12 de outubro – Continuei hoje as compras e nisto ocupei todo o tempo. O dia esteve bonito, a temperatura mais tolerável,

a noite está esplêndida, tanto quanto pode ser nesta latitude, céu sem nuvens, lua clara.

Dei um longo passeio pelas ruas mais animadas.

13 de outubro – Dia chuvoso e triste; passei-o no hotel a escrever cartas e pôr em ordem certos papéis. À noite o tempo levantou; fui então às Folies Bergères: espetáculo variado, no qual admirei, sobretudo, a destreza extraordinária de um senhor Cinquavalli e as habilidades pasmosas de uma malta de cães de bombeiros, que jogavam o sôco, que representavam a viúva chorando sobre o corpo do marido, que, alternando-se uns com os outros, saltavam na corda como as crianças, e mil outras diabruras.

14 de outubro – Ora graças! Tivemos hoje um dia magnífico, sol brilhante, céu azul, temperatura agradável.

Fui à tarde a Montmartre, no cimo de cuja colina se está construindo, como disse há dias, a basílica do Sacré Coeur: de lá se tem uma vista soberba sobre Paris, podendo-se facilmente indicar os seus principais monumentos.

Depois fui ao cemitério de Montmartre, onde há belos túmulos, muitos dos quais de nomes geralmente conhecidos: Lannes, o pintor Horacio Vernet, Théophile Gautier, a mulher de Junot, o pintor Scheffer (capela onde repousa também Renan, que era sobrinho do pintor), Dumas filho, o romancista Mory, o representante Baudin, morto pela tropa na ocasião do golpe de Estado, a 3 de novembro de 1851, etc. Logo à entrada do cemitério veem-se quatro monumentos de exilados polacos; em um deles lê-se – *exoriare aliquis nostris ex ossibus ultor!* – (possa um dia de nossas cinzas surgir um vingador!).

À noite fui ao célebre Moulin Rouge. O edifício, no *boulevard* de Clichy, é original: tem mesmo a forma de um moinho, é todo pintado de vermelho; à noite, quando as pás do moinho, que são guarnecidas de lanterninhas de cor, se põem em movimento, o

efeito é admirável. Interiormente, um pequeno palco onde se exibem cantoras bem secundárias, quer pela voz, quer pelo físico, e uma vasta sala de baile, onde o público se diverte numa confusão e numa pouca-vergonha surpreendentes. As mulheres então primam pela desenvoltura e cinismo: para elas o *chic* é levantar as saias até a cintura e mostrarem as calças que elas, por meio de posições e evoluções forçadas, ajustam indecentemente às carnes. Todas, todas sem exceção se conduzem assim nas quadrilhas, nas quais só elas tomam parte em pequenos grupos de quatro; na quinta parte é de praxe terminarem levantando o pé direito acima da cabeça e cruzando-o com o da vis-à-vis na mesma posição e assim permanecerem por alguns segundos. Nas valsas e polkas entram os cavalheiros, e então é um gosto apreciar a variedade de tipos, de modos de dançar e de atitudes grotescas.

Dentro do edifício há cafés, salas de tiro e outras diversões.

Retirei-me uma hora depois de começar o baile; pelos modos a coisa mais tarde se tornaria ainda mais indecente.

15 de outubro – Dia soberbo também o de hoje. Ah! Se Paris fosse sempre assim...

Andei hoje ocupado em compras. À noite dei um longo e agradável passeio pela Avenida da Ópera, Rua do Rivoli, Praça da Concórdia, Rua Royale, *boulevards*.

16 de outubro – Mais um dia soberbo, temperatura entre 14 e 19 graus! Nas ruas, nos *squares*, nos jardins uma multidão imensa: distrações por toda parte, matinées, corridas de toda natureza, jogos de crianças, concertos, etc, etc, etc. Por que os domingos de Londres não são como os de Paris? Estive algum tempo na Avenida dos Campos Elísios a admirar embasbacado o movimento espantoso de carruagens e *bicyclettes*, tão grande, tão extraordinário que os *sergents de ville* lutavam com dificuldade para

regularizar o trânsito dos peões: e isto se dava em uma das mais largas artérias de Paris.

Visitei hoje o museu dos Arquivos, que ainda não conhecia. É uma reunião importantíssima de documentos históricos desde tempos mui remotos até nossos dias. Lá vi os originais do edito de Nantes e de sua revogação, do Juramento do Jogo da Pela, das constituições da República Francesa; o testamento de Luis XVI; um dos interrogatórios de Maria Antonieta na Conciergerie, a última carta escrita por ela às 4h da manhã de 16 de outubro de 1793, à cunhada; autógrafos de todos os vultos notáveis da Revolução, do consulado e do Império (a escritura de Napoleão tem quase sempre ao lado uma tradução, tão pouco legível é). Lá se acha também a mesa sobre a qual foi colocado Robespierre nas Tuileries, depois de ferido no Hotel-de-Ville.

Fui também ao museu de Belas Artes ver algumas salas que me faltavam e que contêm cópias de quadros célebres de Raphael, Ticiano, Rembrandt, Velásquez, Veronese, F. Lippi, Peregrino, etc, e quadros e esculturas originais que desde alguns anos tem sido laureados com o *grand prix*.

Depois dei um agradável passeio pelo jardim das Tuileries, Praça da Concórdia e Campos Elísios e à noite fui ao Olympia.

18 de outubro – O tempo continua esplêndido. Dei diversos passeios pela cidade. Fui pelo Sena da ponte da Concórdia até o Jardim das Plantas e dali voltei, ainda embarcado, e segui até o Trocadero; visitei o Aquário e depois, passando pela torre Eiffel e as outras construções adjacentes da exposição de 89, fui até a Escola Militar, de onde voltei ao centro da cidade.

À noite fui à Opera ouvir Aida. E, a propósito, aqui vão algumas notas sobre este magnífico edifício. É o maior teatro do mundo, ocupa uma superfície de mais de 11.000 metros quadrados. Todavia, os teatros de Scala, em Milão, e de São Carlos,

em Nápoles, e a Ópera de Viena têm maior número de lugares. Só o terreno em que está edificada a Opera custou 10.500.000 francos; as despesas de construção se elevaram a 36.500.000. O exterior é imponente com as suas arcadas, os seus grupos e estátuas alegóricas, sua *loggia* de 30 colunas coríntias monolíticas, os seus grupos e estátuas de bronze dourado e balcões de mármore verde da Suécia, com os seus bustos dourados de compositores e, em cima, os seus grandes grupos alegóricos igualmente dourados. O interior é soberbo: o vestibulo é ornado de estátuas de compositores; a escada de honra, a obra-prima do arquiteto Garnier, tem os degraus de mármore branco, os balaústres de mármore vermelho, a base desses balaústres de mármore verde e o corrimão de ônix amarelo da Argélia; trinta colunas monolíticas de mármore sarrancolino se elevam do 1º ao 3º andar; por toda parte mármore, bronzes, bustos, estátuas, cariátides, pinturas, candelabros, etc, etc. A sala é decorada de vermelho e dourado, predominando este; há cinco ordens de camarotes, um belo *plafond* e um lustre colossal. O salão ou *foyer* é, como a sala, de uma extraordinária riqueza de ornamentação: tem 54 metros de comprimento, 18 de altura e 13 de largura; cinco janelas e duas portas dão sobre a *loggia*; em face das janelas espelhos de 7 metros de altura e vinte colunas, duas a duas, com estátuas alegóricas douradas; nas extremidades duas chaminés colossais apoiadas em cariátides (a parte superior, bem entendido); no *plafond* numerosas pinturas alegóricas.

19 de outubro – Estive ocupado em preparativos de viagem grande parte do dia. À tarde fui a passeio até o mercado de animais e o matadouro da Villette. Este é formado de numerosos edifícios, ocupando uma área imensa; aquele consta de três construções de ferro e vidro, podendo conter 4.600 bois, 7.000 vitelos e porcos e 22.000 carneiros.

O tempo continua agradável.

20 de outubro – Dia frio, mas claro e bonito. Fui almoçar com o Piza; depois estive na legação, onde encontrei diversos brasileiros, o barão do Rio Branco, o Dr. Betim, etc.

Recolhi-me cedo, muito endefluxado.

21 de outubro – Visitei ontem a antiga e célebre igreja de Saint Germain l’Auxerrois, de onde partiu o sinal para o massacre de São Bartolomeu a 24 de agosto de 1572, e hoje fui ao Louvre, onde percorri a primeira parte do museu de antiguidades asiáticas, a primeira parte de museu de antiguidades egípcias, a sala dos bronzes antigos, o museu dos desenhos, as coleções Thiers e Ilis de la Salle e o museu dos objetos de arte da idade média, da renascença e dos tempos modernos.

A temperatura está descendo sensivelmente.

A noite passada tivemos grande rebulição no hotel. Um dos criados, tendo ido à adega retirar algumas garrafas de vinho que para seu casamento lhe dera a proprietária, deixou por lá algum fósforo aceso ou qualquer outra coisa que comunicou fogo a um saco de pó de serra. Entre dez e onze horas da noite a fumaça invadia todos os aposentos daquela parte do hotel; os hóspedes, meio sufocados, fugiam espavoridos de seus quartos ao grito de – fogo –, sobraçando os seus objetos de valor e expondo as suas ligeiríssimas *toilettes* aos olhos curiosos da grande multidão que logo se aglomerou em frente do edifício; os bombeiros, chegados com alguma demora por causa de um desarranjo no aparelho de aviso, conseguiram penetrar na adega e extinguir logo o fogo, que não passara do tal saco de pó de serra, causa de tanto alarido e de tanto susto. O meu quarto é situado justamente no lado oposto, de sorte que, apesar de achar-me recolhido, nada vi nem ouvi; soube do fato hoje ao almoço.

22 de outubro – Visitei hoje o Hotel de Ville, que tem numerosas salas muito bonitas, decoradas de pinturas e esculturas

modernas, algumas ainda incompletas. Passei depois pelas igrejas de São Gervais e de São Paulo, e da Praça da Bastilha fui a Vincennes pelo *tramway*, passando pela praça de la Nation (antiga barreira do trono), onde se elevam duas altas colunas com as estátuas de São Luis e de Philippe o Belo, pela entrada do Cours de Vincennes, talvez a avenida mais longa de Paris (tem 2.752 metros de comprimento), por Saint-Maudé, etc.

Em Vincennes vi o castelo (o exterior somente), antiga prisão, onde estiveram detidos o rei de Navarra em 1574, o grande Condé em 1650, e o duque de Enghien (1804), aí condenado como chefe da conspiração Pichegru, fuzilado e enterrado; algumas bonitas avenidas, numa das quais – o Cours Marigny – se eleva a estátua do general Daumesnil, defensor do castelo em 1814 e 1815, o qual respondeu às ofertas dos aliados dizendo que só lhes entregaria o castelo quando eles lhe restituíssem a perna, que havia perdido em Wagram; e a Mairie, que é um belo edifício estilo renascença.

Voltei pelo trem.

23 de outubro – De manhã visitei as belas igrejas de Nossa Senhora de Lorette e da Trindade, e depois do almoço fui ao Père-Lachaise, o principal cemitério de Paris. Há ali monumentos muito notáveis; entre os mais grandiosos notam-se os seguintes: de Casimiro Perier (m. 1832) deputado, orador célebre e ministro de Luis Philippe, uma estátua de bronze sobre um alto pedestal; o do barão Gobert, general morto em Espanha em 1808, belíssimo grupo representando o general na ocasião em que cai do cavalo; do general Foy, com estátua; do príncipe russo Demidoff, imponente mausoléu de estilo semioriental; de Thiers, grande capela de estilo renascença; a dos soldados mortos no cerco de Paris, alta pirâmide com quatro estátuas de bronze representando militares. Neste cemitério acham-se sepultadas muitas pessoas notáveis, algumas em túmulos muito bonitos, embora de proporções menos

grandiosas que os acima citados. Eis os nomes de várias dessas celebridades: Rachel (m. 1858) a trágica; Abelardo e Heloisa (m. 1141 e 1163) com as estátuas dos dois infelizes amantes; Lebrun (m. 1828) duque de Plaisance, 3º cônsul depois de 18 brumário; La Bédoyère, o primeiro coronel que se declarou por Napoleão em sua volta da ilha de Elba, fuzilado em 1815; Victor, duque de Belleme (m. 1841), marechal do império e ministro de Luis XVIII; Chopin, o pianista (m. 1849); Gohier (1830), presidente do Diretório; Talma (m. 1826), o célebre trágico; Tamberlick, o tenor (m. 1889); Bellini, o compositor (m. 1833), cujas cinzas já foram transferidas para Catânia, sua pátria; Kellermann (m. 1820), marechal do império e duque de Valmy; Maret, duque de Bassano (m. 1839) diplomata e ministro do primeiro império; Sieyès, cônsul (m. 1836); marechal Gouvion St. Cyr (m. 1830), diretor dos Correios, condenado à morte, quando voltaram os Bourbons e que se evadiu com a roupa da mulher; marechal Suchet (m. 1826), duque d'Albufera; marechal Lefebvre, duque de Dantzig (m. 1820); marechal Massena, duque de Rivoli e príncipe de Ersling (m. 1817); Beaumarchais, o autor dramático (m. 1799); marechal Mortier, duque de Treviso, ministro (m. 1835); Manuel, representante do povo, expulso da Câmara em 1823 (m. 1827); Béranger, o poeta (m. 1857); Lafontaine (m. 1695) e Molière (m. 1673), transferidos para o Père Lachaise em 1804; Victor Noir, jornalista morto em 1870 pelo príncipe Pedro Bonaparte; Alan Kardec (m. 1869), fundador da filosofia espiritista; general Gourgaud, companheiro de Napoleão em Santa Helena (m. 1852); Balzac (m. 1850); Michelet (m. 1875); o duque de Morny (m. 1865); Pozzo di Borgo, diplomata russo, antagonista de Napoleão I (m. 1842); Rossini (m. 1868), cujas cinzas já foram transferidas para Florença; Alfred de Musset (m. 1857), etc, etc.

Em uma das principais avenidas do cemitério vi o túmulo da família do visconde do Rio Branco.

24 de outubro – Hoje fui almoçar com a família Guerra, cujo chefe foi meu companheiro de viagem de Pernambuco a Lisboa. De lá voltei às 5h da tarde, comprometido a ir almoçar depois de amanhã uma feijoada.

25 de outubro – De manhã fiz ainda algumas compras. Depois fui a St. Cloud. O famoso palácio, como se sabe, não existe mais, foi incendiado em 1870, durante a guerra. O seu local é hoje ocupado por terraços e bonitos jardins, perto dos quais ostenta-se a magnífica cascata, tão conhecida pelas gravuras. De St. Cloud vim pelo parque (do qual se têm esplêndidos golpes de vista sobre Paris) até Sèvres, onde visitei a célebre manufatura de porcelanas. Há três coisas a ver aí: a exposição, onde se encontram vasos de grande valor e reproduções primorosas de quadros célebres, com uma fineza de linhas e uma pureza de tintas que encantam; um rico museu de cerâmica de todos os países; e finalmente os *ateliers*, onde alguns operários explicam o modo de fabricação.

De Sèvres vim pelo rio até o Louvre. É uma viagenzinha encantadora: passa-se a princípio entre as ilhas de Séguin e St. Germain, depois por baixo do grandioso viaduto do Point-du-Jour (do caminho de ferro da cintura), que liga Auteuil à outra margem, em seguida pela ilha dos Cisnes, onde se acha uma redução da estátua da Liberdade, do porto de Nova York (obra de Bartholdi); e por fim entra-se na cidade passando-se as pontes de Iena, Alma, Inválidos, Concórdia, Solferino, etc, etc.

26 de outubro – Almocei em casa da família Guerra, como fora combinado. Depois visitei o museu de etnografia e parte do museu de escultura comparada no Trocadero, e também parte da coleção Guimet (museu de religiões).

À noite fui às Folies Bergère ver as últimas invenções de Loie Fuller, a dança do fogo, à noite, o lírio do Nilo, o firmamento, etc,

que são realmente magníficas e produzem um efeito fantástico sob as luzes combinadas de diferentes lanternas mágicas.

27 de outubro – De manhã visitei a igreja de Santo Eustáquio, onde se acha o túmulo de Colbert, ministro das finanças sob Luis XIV, e que é uma das mais notáveis de Paris.

À tarde fui à Magdalena, cujo interior contém magníficos grupos de mármore, e depois ao belo parque Monceaux, onde foi um destes dias inaugurado o monumento de Maupassant.

28 de outubro – De manhã fui ao enterro da sogra de meu correspondente, o Libanio dos Santos. Os carros fúnebres em Paris são como grandes berlindas completamente negras; os convidados acompanham a pé o enterro, formados em filas de quatro ou seis pessoas.

Fui ainda ao Louvre, onde percorri a segunda parte do museu das antiguidades egípcias, o museu de cerâmica antiga, o de marinha, o de etnografia, o museu chinês e a sala das caixas (preciosa coleção de desenhos de antigos mestres).

Do Louvre segui para o Palais de Glace, nos Campos Elísios, estabelecimento de patinação sobre o gelo, ponto de reunião de todo o *high-life* de Paris.

À noite, em companhia do Bender, visitei alguns cafés muito originais de Montmartre. Fomos primeiro ao Café do Céu: à entrada a estátua de um anjo; no interior o bezerro de ouro, ídolos, um porco assentado, com a língua pendente do lado da boca, sustentando um castiçal; criados vestidos de branco, com asas de anjos e capela de flores brancas; a orquestra formada de serafins; um sujeito vestido de preto, com uma vassourinha de lavar certos vasos, a saudar todas as pessoas que entram com frases pilhéricas e ao mesmo tempo alusivas às regiões celestes; no meio da sala uma longa mesa em torno da qual se sentam os visitantes; toma-se alguma coisa, recebe-se no momento de pagar, um bilhete que

mais tarde dará ingresso no paraíso. Em um momento dado um dos serafins sobe ao púlpito e profere um sermão humorístico, cheio de trocadilhos e *calembours* licenciosos; seguem-se depois algumas aparições celestes, espécie de quadros vivos através de uma tela iluminada por lanternas mágicas, e no fim aparece São Pedro em uma janela superior, com um vaso ignóbil em uma mão, e asperge a multidão dos crentes. Sobe-se então ao Paraíso, cujas paredes são semeadas de estrelas e de figuras alegóricas e onde, numa espécie de teatrinho, se exibem algumas raparigas vestidas de meia em poses pouco decentes.

Do céu passamos ao Inferno, que fica ao lado. Tudo aí é alusivo também às regiões que o Café representa: os criados são vestidos de vermelho, têm chifres e cauda; das paredes, do teto, de toda parte pendem animais terríveis com olhos e boca de fogo; a orquestra formada igualmente de demônios, toca dentro de uma caldeira; o tampo das mesas, feito de vidro de cor, aparece luminoso. Depois de tomar-se alguma coisa, passa-se ao antro de Satanás, onde se assiste a aparições fantásticas e a mil proezas do demônio.

Daí fomos ao Quatre-Z'A, um café de outro gênero, onde se exibem cantores em voga, que cantam algumas vezes as suas próprias produções. Quando entramos estava ao piano um rapaz engraçadíssimo que cantava uma crítica sobre assuntos políticos, artísticos e mundanos de Paris, e acabou imitando com admirável perfeição vultos e atores conhecidos, caminho de ferro, instrumentos, telefone, gramofone, etc, etc.

Passamo-nos em seguida para o Café du Néant. A sala tem oito mesas formadas por ataúdes; as paredes são revestidas de negro; o lustre é formado por uma caveira e diversos ossos do esqueleto humano; do teto pendem diversas caveiras e de uma das paredes um esqueleto completo; quando se entra, os criados, vestidos de preto, exclamam: “Entrai, Macabeu, sentai-vos à direita ou à

esquerda e escolhei o vosso caixão”, e, com a bebida que se pede trazem dois pequenos círios que colocam sobre o ataúde. Nesta sala mesma há umas ilusões muito interessantes: há diversos quadros representando cenas alegres, danças, folguedos, passeios; de repente todas as figurinhas pintadas nos quadros transformam-se em esqueletos. Depois passa-se a um subterrâneo, onde se assiste a outras ilusões também muito curiosas; entre elas foi muito aplaudida a seguinte: dentro de um ataúde em posição vertical colocava-se um espectador; pouco a pouco ele ia empalidecendo e tomando o aspecto de um cadáver em breve começavam a aparecer-lhe no rosto manchas esquisitas e a decomposição se manifestava; ao cabo de alguns segundos restava dentro do ataúde apenas um esqueleto.

Do Café du Néant fomos finalmente ao Café Bruant, café concerto muito acanhado, a cuja entrada se encontra logo uma figura com um vaso sujo de betume ao pescoço e este cartaz – Benitier fin de siècle: no mais, muita gritaria, muita palavrada e cançonetas indecentes; o dono do Café, vestido de veludo negro, grande cabeleira, botas até os joelhos, comanda a manobra.

E daí voltei ao hotel para arrumar as minhas malas, pois parto amanhã para Cherbourg afim de tomar o Thames, que segue para o Brasil.

29 de outubro – Parti de Paris às 8h40 da manhã e cheguei a Cherbourg às 4h42. O trajeto é bonito; atravessa-se a Normandie, uma das mais belas províncias de França; e foi muito agradável, pois todos os passageiros de meu compartimento eram brasileiros: o engenheiro Fonseca Costa, filho do visconde da Penha, a senhora e um moço taquígrafo em São Paulo, Numa d’Oliveira, que vão também, para o Brasil; e mais um Sr. Calógeras³² e um Sr. Guerra,

32 Pandiá Calógeras, que viria a ser companheiro de Epitacio na Conferência da Paz e, depois, seu ministro da Guerra.

meu companheiro na vinda do Brasil, que vieram acompanhar o Dr. Costa até Cherbourg.

Depois de jantarmos todos alegremente no Hotel de France, seguimos às 7h em um vaporzinho para o Thames. Encontramos mais um engenheiro Alvim, que também vai para o Brasil. Saímos de Cherbourg às 8h da noite.

30 de outubro – Vamos navegando sem novidade; o mar bastante agitado, talvez somente para justificar a fama da baía de Biscaia, tem feito muita gente enjoar. Ao meio-dia tínhamos feito 293 milhões a partir de Southampton. A maioria dos passageiros é formada por ingleses que vão para Buenos Aires.

31 de outubro – Ao meio-dia tínhamos percorrido mais de 337 milhas.

Às 4h30 chegamos a Vigo, pequena cidade edificada em anfiteatro na encosta de uma colina, a qual é cerrada por um forte. Aí demoramos umas três horas, durante as quais a monotonia de bordo foi quebrada pelos vendedores de frutas, cigarros e jornais que vinham oferecer as suas mercadorias.

Temos tido mau tempo, chuva, vento e mar.

1º de novembro – Chegamos a Lisboa meia hora depois de meio-dia. Tempo chuvoso; de quando em vez enormes bâtegas d'água. Não obstante fui a terra, a fim de trazer minha cadeira e outros objetos que deixara no Hotel Borges em minha passagem em abril. Voltei todo encharcado; levei água muita durante todo o trajeto do porto até o vapor.

Em Lisboa tomamos cerca de cinquenta passageiros para o Brasil; de 3ª classe felizmente tomamos apenas uma meia dúzia: em compensação mais de seiscentos embarcaram no famoso Melange que parte hoje também.

A nossa distração a bordo tem sido um Aboliau, espécie de órgão, que um escocês leva para a República Argentina para fazer propaganda.

2 de novembro – A viagem continua sem incidentes; o mar ainda bem picado; muita gente enjoada. Ao meio-dia tínhamos vencido mais de 220 milhas, a partir de Lisboa, de onde saímos às 8h da noite. Hoje se fez pela primeira vez a loteria das milhas.

3 de novembro – Mais 352 milhas. O tempo melhorou sensivelmente. Às 8h da noite passamos entre as Canárias. Belo luar, noite fresca e agradável; os enjoados, completamente restabelecidos, sobem afinal ao tombadilho.

Piano, dolian e canto no salão; o comandante, com a sua voz de quem tem batatas quentes na boca, não deixou de exhibir-se.

4 de novembro – Bom tempo. Percorremos mais 347 milhas; no jogo das loterias fui contemplado com um prêmio de valor – 2 shillings!

À noite tivemos muito vento, chuva e relâmpagos; o mar encapelou-se e o vapor jogou bastante. Apesar disto tivemos danças no salão inferior; o baile, porém, esteve bastante chinfrim.

5 de novembro – O dia amanheceu nublado, mas a partir de 10h o tempo levantou e o mar calmo e azul oferece um belo espetáculo aos assíduos do tombadilho.

Andamos mais 349 milhas; devemos chegar amanhã às 8h a São Vicente.

6 de novembro – Chegamos a São Vicente às 8h da manhã. Nada tenho a acrescentar sobre o que escrevi por ocasião de minha passagem em abril. A temperatura tem subido sensivelmente; já começa o calor. Partimos às 4h por um tempo magnífico. Estas últimas noites temos tido canto no salão.

7 de novembro – Amanheceu chovendo e até 9h da manhã grossas bátegas d'água caíram sobre o vapor. Felizmente depois do almoço o tempo levantou.

Hoje, domingo, houve o serviço religioso a bordo.

Mar tranquilo, temperatura agradável, tempo soberbo.

Ao meio-dia tínhamos percorrido 292 milhas a partir de São Vicente.

8 de novembro – Mais 330 milhas. A viagem prossegue sem incidentes. Tempo magnífico. Nenhuma distração temos tido a bordo, a não ser à noite o canto no salão: exibem-se aí algumas inglesas, uma brasileira, a senhora do engenheiro Fonseca Costa, e o infalível capitão. Pela minha parte passo o tempo a ler e a conversar com o Fonseca Costa, a senhora, o Dr. Alvim e o taquígrafo Numa d'Oliveira, os quais, exceto o Dr. Alvim, são também meus companheiros de mesa.

9 de novembro – Nada de novo. O tempo continua esplêndido. Ao meio-dia tínhamos vencido mais 342 milhas. O jogo da loteria tem-se feito diariamente e, afora isto, nada mais tem quebrado a monotonia de bordo.

10 de novembro – Nenhuma novidade. Às 11h começamos a avistar Fernando de Noronha, a primeira terra brasileira. O tempo mantém-se soberbo, embora um tanto quente. Contamos chegar a Pernambuco amanhã às 9h.

Nada tem quebrado a monotonia da viagem. Levamos o tempo a ler ou a conversar.

SEGUNDA PARTE
BIOGRAFIA DE EPITACIO PESSÔA



BIOGRAFIA

Epitacio Pessôa nasceu a 23 de maio de 1865 na Fazenda Marcos de Castro, em Umbuzeiro, na Serra do Cariri, do lado paraibano da divisa com Pernambuco. Embora sua família, dos dois lados, proviesse de Pernambuco e ele tivesse estudado no Ginásio Pernambucano e na Faculdade de Direito do Recife, sempre se considerou paraibano. Deveu o nome incomum ao Santo do Dia, conforme a folhinha da época.

Caçula de cinco irmãos e preferido do pai, a quem acompanhava até em suas viagens a cavalo pelo sertão, teve uma infância feliz. Aos oito anos, contudo, a varíola levou-lhe mãe e pai com o intervalo de um mês. Sem recursos, foi acudido pela obtenção de uma bolsa de interno no Ginásio de Pernambuco. Muitos anos mais tarde, comentava em família que a triste orfandade fora decisiva para seu êxito futuro: “se meu pai tivesse vivido, eu não teria podido estudar com regularidade, ele não se resignava a separar-se de mim”. Teria sido, quando muito, um próspero senhor de engenho.

No Ginásio, sua inteligência brilhante e suas notas elevadas, livraram-no várias vezes do enquadramento disciplinar que frequentes atos de rebeldia talvez merecessem. Até que, episódio final, felizmente após a conclusão do curso, mas antes da solenidade de premiação, levou-o a brusca ruptura com o prestigioso

estabelecimento de ensino. Ao reclamar da bolacha dura e intragável do café da manhã ao bedel responsável, este respondeu-lhe com ironia: “é sempre quem está de favor no colégio que mais reclama”. Era uma alusão mesquinha à bolsa de estudos que havia sido mantida por mérito do aluno e recomendação do diretor, não por favor do governo. Epitacio reagiu com a fúria dos Pessôa, atirando-lhe na cara a tal bolacha. Trazido ao refeitório o diretor, monsenhor Joaquim Arcoverde (mais tarde sagrado o primeiro Cardeal brasileiro), aplicou a Epitacio vibrantes golpes de palmatória e condenou-o a oito dias, a pão e água, na “cafua” (cubículo imundo no socavão da escada). Ao cabo de três dias, Epitacio conseguiu fugir pela alta janela, graças às suas insuspeitadas aptidões de acrobata, e não voltou ao colégio.

Figura 27: Umbuzeiro (Paraíba) – casa da infância de E. P.



Fonte: Acervo pessoal

Na Faculdade de Direito do Recife, foi aprovado com distinção e louvor em todas as matérias do primeiro ao último ano. Sofreu a influência do monismo evolucionista pregado pelo brilhante professor Tobias Barreto, abandonou a fé da infância e fez-se agnóstico. Deu aulas particulares para sustentar-se, namorou e compôs sonetos de amor, tocou violão, dançou muito e nadou ainda mais. Colou grau em novembro de 1886 e já em fevereiro de 87 foi nomeado Promotor Público da Comarca do Cabo, vizinha a Recife. Dois anos e meio depois, por causa de um desentendimento de ordem processual com o juiz de Direito, demite-se do cargo e resolve partir para o Rio de Janeiro, aonde chega a 12 de novembro. Levava consigo uma carta de recomendação de influente senhor de engenho no Cabo para um senador pernambucano e a esperança de obter uma promotoria no Sul. Sofre a desilusão de não ser sequer recebido pelo indigitado parlamentar. No dia seguinte, 14 de novembro à noite, é levado pelo irmão mais velho, tenente José Pessôa, à casa do marechal Deodoro da Fonseca. Assistiu, assim, às horas finais da conspiração que mudaria a história do Brasil e viria a ser o ponto de inflexão da trajetória de sua já então promissora carreira.

Figura 28: Na Faculdade de Direito (Recife – 1882)



Fonte: Acervo pessoal

Figura 29: Quartanista na Faculdade aos 20 anos



Fonte: Acervo pessoal

Proclamada a República, Deodoro, chefe do governo Provisório, designou para cada uma das antigas províncias, agora estados, um representante de sua confiança, encarregando-o de organizar o governo local. Para a Paraíba, foi o general Almeida Barreto, paraibano, que já conhecera Eptacio e apreciava as qualidades do jovem advogado. Almeida Barreto indicou para governador Venâncio Neiva e para secretário-geral do Estado, Eptacio Pessôa.

De volta à Paraíba, após a curta permanência de um mês e meio no Rio, Eptacio, por sua atuação na secretaria-geral, ganhou a estima e a confiança do governador Venâncio Neiva, que, à sua revelia, incluiu-o na lista de candidatos a deputado federal. Nas eleições de setembro de 1890, aos 25 anos, Eptacio foi o mais votado para a bancada paraibana na Assembleia Constituinte.

No Parlamento, teve atuação destacada. Primeiro, na fase Constituinte, quando algumas de suas intervenções, foram verdadeiras aulas de Direito Constitucional, a respeito de temas variados, como os crimes de responsabilidade do presidente da República, a representação dos estados na Câmara (o sistema adotado foi cópia do norte-americano, de representação proporcional à população; Eptacio combateu-o em vão) e a precedência do casamento civil sobre o religioso. Depois, na Câmara Federal, apresentou seu primeiro projeto de amparo às zonas flageladas pela seca no Nordeste e pronunciou discursos lapidares sobre a lei de responsabilidade do presidente da República, da qual foi um dos principais redatores.

Mas, sem dúvida, foi na liderança da oposição a Floriano Peixoto, que Eptacio Pessôa se consagrou como orador parlamentar e, sobretudo, como cultor da lei. Sua atuação de oposicionista na Câmara de Deputados foi comparada à desenvolvida no Senado por Rui Barbosa, ambos fiéis ao Direito e brilhantes na argumentação.

Floriano Peixoto, vice-presidente de Deodoro, subira ao poder com a renúncia do marechal em novembro de 1891. Pela Constituição era obrigado a convocar eleições para a substituição do presidente. Não o fez. Enveredou, desde logo, pelo caminho do autoritarismo absoluto, apoiado na maioria que detinha no Congresso Nacional. Derrubou governadores e dissolveu assembleias, demitiu juízes, reformou militares sem motivo justo e, servindo-se do estado de sítio que decretara na ausência do Congresso, prendeu e desterrou parlamentares e jornalistas capazes de denunciar-lhe o arbítrio.

Epitacio, indignado com o desrespeito à Constituição que ajudara a elaborar, começa, já em janeiro de 1892, a criticar o governo a propósito da deposição de governadores. A partir de maio, recrudescer o vigor de sua oposição. Floriano parece protelar indefinidamente o envio ao Congresso das razões do estado de sítio. Quando estas são finalmente apresentadas, Epitacio, em dois discursos memoráveis pelo conteúdo jurídico, denuncia o caráter sete vezes inconstitucional da medida. Seguiram-se inúmeros discursos veementes, inflamados às vezes de retórica exagerada, mas sempre escrupulosamente apoiados em argumentação cerrada sobre fatos incontestáveis. Crescia a reputação do tribuno, ao mesmo tempo em que se firmava o prestígio do jurista. Várias vezes, às aclamações em plenário, juntavam-se manifestações entusiásticas da população nas ruas.

Sua campanha contra o governo culminou em 23 de maio de 93, data em que Epitacio fazia 28 anos. A Revolução federalista no Rio Grande do Sul que começara em junho de 92 já completava um ano de devastação e morticínio, sem que o governo federal interviesse efetivamente para pacificar aquele estado. Foi apresentado pela oposição na Câmara um projeto de pacificação. Epitacio defendeu-o em discurso de tamanha ênfase e tão profundo sentimento de solidariedade humana com as vítimas da carnificina,

que vários deputados governistas com ele se congratularam. No fim da peroração o entusiasmo nas galerias foi indescritível. Basta dizer que uma figura emblemática salta ao plenário, dirige-se à tribuna e, em lágrimas, abraça Epitacio. Era José do Patrocínio.

Apesar da repercussão favorável na imprensa e na opinião pública, o discurso não surtiu efeito. O projeto de intervenção pacificadora não foi aprovado no Congresso, a guerra civil no Sul prosseguiu implacável. Só foi terminar depois que a Revolta da Armada, em setembro, proporcionou a Floriano Peixoto a oportunidade de pela combatividade redimir-se de erros passados.

Floriano já havia em 1892 tentado atrair Epitacio para seu lado, oferecendo-lhe primeiro a chefia política da Paraíba (através de Antonio Azeredo, amigo comum) e depois o Ministério das Relações Exteriores (através do coronel Valadão, chefe de polícia e amigo do vice-presidente). Ambos convites foram recusados. Em 93 volta à carga com uma oferta menor, a reeleição para a Câmara Federal, sem empecilhos. Novamente rejeitada, mas, sem dúvida, indicativa da possibilidade da desforra que estava por vir.

Epitacio ainda pronunciou a 16 de setembro seu último discurso contra Floriano Peixoto. Após discorrer sobre todos os crimes do governo e apontar a duplicidade e o feitio sinuoso da atuação política, desde o tempo do Império, do chamado Marechal de Ferro, adverte o Parlamento sobre o risco de uma manobra golpista antes das eleições de 1º de março de 94.

Há muito tempo, senhor presidente, que a nação anseia pela eleição. Há muito tempo que a nação anseia pela colocação na suprema magistratura da República de um homem que possa subtraí-la à ação esterilizadora do militarismo; mas há muito tempo, que se forma e se avoluma corrente de opinião que entende que o vice-presidente não procederá à eleição e se conservará ditatorialmente no poder.

Senhores deputados, a vós que tendes perante a história, perante a nação e perante o mundo civilizado, imediata responsabilidade pela fundação do Novo Regime, cumpre acautelar-vos contra o desvairamento dessas ambições, que os fatos vão denunciando, se não quereis assistir aos funerais da República Brasileira.

Quinze dias depois de encerrada a sessão do Congresso e advertido pelo próprio ministro da Fazenda, Serzedelo Corrêa, dos riscos que corria, Epitacio viajou para o Nordeste e iniciou a campanha pela reeleição.

Não se confirmou a funesta desconfiança de golpe de Estado. Floriano transferiu o poder a Prudente de Moraes devidamente eleito, mas teve tempo de exercer sua mesquinha desforra contra o opositor cuja bravura respeitara, sabe Deus por que designios.

Epitacio teve que pagar seu preço: claramente reeleito no pleito de 1º de março de 1894, teve negado o reconhecimento de seu mandato pela Comissão de Poderes da Câmara, que exercia as funções de Justiça Eleitoral naquela época.

Há, contudo, males que vem para o bem. Epitacio antes dos trinta anos consolidara seu prestígio em quatro anos de atuação na política federal. Tivera participação substantiva na Constituinte, principalmente na luta frustrada pela igualdade dos estados e na redação do projeto sobre os crimes de responsabilidade do presidente da República. Fora fiel amigo de Deodoro e, embora tenha criticado em sua presença o ato de fechamento do Congresso, defendeu o marechal sistematicamente dos ataques dos apaniguados do novo governo. Defendera também em três discursos enxutos no estilo e fartos em documentação, o desempenho do tio, barão de Lucena, à frente do Ministério da Fazenda (o tio que na época do Império era uma figura distante,

ora na Corte, ora no exercício do governo provincial, passou a ter orgulho do sobrinho).

Dos colegas no Parlamento, Epitacio conquistara a admiração entre os correligionários e o respeito dos adversários. Na imprensa e nas ruas era saudado como o orador empolgante a quem chamavam “Patativa do Norte”. Um interregno de afastamento era bem-vindo. E lhe valeu mais tarde como credencial adicional na sua escolha para o Ministério de Campos Salles.

Epitacio aproveitou os anos seguintes para cuidar de formar família, aprofundar seu estudo do Direito e conhecer o mundo, vale dizer a Europa.

Epitacio Pessôa casou-se em junho de 1894, com Francisca, de 18 anos, filha de Carlos Justiniano das Chagas, deputado por Minas Gerais. Partiram para uma longa viagem à Europa. Dez meses mais tarde, Chiquita, faleceu de parto, dando à luz um menino morto, o qual teria sido o filho varão que Epitacio nunca teve. Desse casamento breve ficou-lhe a saudade da mulher-menina e conservou viva a estima dos sogros, que partilharam a mesma dor no hospital de Paris e na longa e triste viagem de volta.

Ganhou também a amizade do primo de seu sogro, mas seu coetâneo, Carlos Chagas, amizade que a admiração recíproca fortaleceu ao longo da vida³³. Juntos, um quarto de século mais tarde, iriam executar o mais ambicioso programa de saúde pública já realizado no Brasil: Epitacio Pessôa na presidência propôs ao Congresso a criação de um Ministério da Saúde; não tendo obtido apoio da maioria, optou por reforçar a estrutura existente, criando o Departamento Nacional de Saúde Pública e chamou Carlos Chagas para dirigi-lo. O cientista, já consagrado como colaborador

33 Carlos Chagas Filho, em seu livro *Meu Pai*, observa, a respeito da relação entre Epitacio Pessôa e Carlos Chagas, nascida exatamente nos idos de 1897, que “a admiração e a amizade recíproca nunca se esgarçaram”.

de Oswaldo Cruz, mereceu de novo a gratidão do país pelo êxito de sua atuação praticamente ministerial.

A segunda viagem à Europa, objeto dos “diários”, foi concluída antes do tempo programado, pela necessidade de ajudar o ex-sogro, às voltas com problemas financeiros. Epitacio regressou ao Brasil em novembro de 1897. Sob a Petrópolis onde passa o verão de 98 e onde conhece Mary Manso Sayão, filha do médico José Francisco Manso Sayão e de Maria Olímpia de Avelar Brandão, oriunda de família de fazendeiros da região de Vassouras. Mary tinha 19 anos, tivera educação requintada, era pintora premiada pela Academia de Belas Artes, falava inglês, francês e alemão, fazia sucesso pela beleza e pela inteligência, mas principalmente pela personalidade afirmativa e extrovertida. Era natural que Epitacio se apaixonasse e passasse os meses seguintes mais interessado no namoro do que na política. Em setembro ficaram noivos. Dias depois, com grande surpresa, ele recebeu o convite de Campos Salles para ser ministro da Justiça.

Manoel Ferraz de Campos Salles, governador de São Paulo, republicano histórico, ministro da Justiça no governo Provisório, havia sido escolhido como candidato único à sucessão de Prudente de Moraes e se comprometera a fazer um governo de restauração financeira e eminentemente profissional. No seu livro *Da Propaganda à Presidência*, explicou por que escolhera Epitacio para a pasta da Justiça:

Conheci o Dr. Epitacio Pessôa na Constituinte e havíamos colaborado juntos na Comissão Mista do Senado e da Câmara, que organizou o importante projeto convertido em Lei sobre os crimes de responsabilidade do presidente da República. Aí tive a ocasião de admirar seu alto critério jurídico. Depois de ter feito brilhar seu extraordinário talento no seio do Congresso, deixara a atividade política,

conservando-se estranho às lutas apaixonadas dos últimos tempos. Foi dessa situação pessoal que ele saiu para tomar a direção da pasta da Justiça a meu convite.

As rigorosas restrições financeiras recomendadas pelo presidente a todos seus ministros, Epitacio cumpriu-as à risca, com permanente envolvimento na simplificação dos serviços e no controle das despesas das repartições da Justiça, da Polícia, da Educação e da Saúde, todas afetas a seu Ministério.

O que marcou, do ponto de vista jurídico, a passagem de Epitacio Pessoa pelo Ministério da Justiça foi, sobretudo, o projeto do Código Civil.

Vigoravam ainda entre nós, naquela época, as Ordenações do Reino, velhas de três séculos e revogadas no próprio Portugal. Epitacio convidou para elaborar o projeto de Código Civil seu colega dos tempos de academia, Clóvis Beviláqua, já então professor de Legislação Comparada na Faculdade de Direito do Recife e autor de obras conhecidas sobre Direito Civil. (Juristas ilustres, como Teixeira de Freitas, José Tomaz Nabuco de Araújo, Felício dos Santos e Antonio Coelho Rodrigues, haviam em diferentes ocasiões tido seus nomes ligados ao empreendimento, sem conseguir levá-lo a cabo ou obter a aprovação das respectivas comissões revisoras).

A escolha foi criticada por Rui Barbosa que a chamou “obra mais de coração do que de cabeça”. Revelou-se providencial. Clóvis Beviláqua trabalhou de abril a novembro. Concluído o projeto, o ministro convocou nova comissão revisora que, sob sua presidência, realizou mais de sessenta sessões, as últimas das quais, com a presença do autor. Finalmente em novembro de 1900 o projeto foi aprovado pela comissão, apresentado ao presidente Campos Salles e por este remetido ao Congresso.

O projeto Clóvis Beviláqua passou no Congresso por quinze longos anos de peripécias e vicissitudes, até ser transformado em

lei em 1916, no governo de Wenceslau Braz, quando o relator geral dos trabalhos no Senado foi o próprio Epitacio Pessôa. O Código Civil de 1916 chegou até nossos dias e só foi substituído em 2002.

Figura 30: E. P. ministro da Justiça e recém-casado (1900)



Fonte: Acervo pessoal

Outra contribuição de Epitacio Pessôa à frente do Ministério da Justiça, foi a reforma do ensino secundário e superior.

A reforma devia inaugurar com o século XX, o redirecionamento da educação no Brasil. A começar pela base, posto que instituiu um regulamento para o ensino secundário, antes inexistente, que obrigava a equiparação das escolas particulares aos institutos oficiais,

com a imposição da fiscalização permanente, a frequência obrigatória e a admissão de gratuidade para alunos necessitados. A princípio foi bem aceita por professores e estudantes. Aboliram-se, desde logo, irregularidades de toda ordem até então vigentes, francamente perniciosas à qualidade do ensino.

Existia, havia muito tempo, verdadeira “indústria de aprovações indevidas”; admitia-se a realização de exames por alunos matriculados ou não, a qualquer época do ano, de tal forma que não havia férias; pior ainda, a opção pelos exames cumulativos permitia que o aluno improvisado de uma escola particular estudasse atabalhoadamente os rudimentos do curso completo de tantas matérias quisesse para prestar um exame final, “empistolado”, no liceu oficial, com acesso garantido ao curso superior. Todo mundo que tinha o mínimo de relacionamento influente, era “acadêmico” sem sacrifício algum. A reforma acabava com isso. Corrigia, também, do lado docente, uma série de erros antigos, remodelando o processo dos concursos de modo a selecionar professores mais competentes. Disciplinava o regime de gratificações do magistério, fazendo-as mais estimulantes do verdadeiro empenho profissional. Limitava por outro lado a trinta anos o exercício efetivo do professorado, “meio indireto de renovar mais frequentemente o pessoal docente das escolas” (conforme dizia o Relatório do Ministro, de 1901).

Era tudo muito avançado para a época. Os estudantes do Distrito Federal começaram a protestar contra algumas medidas. O ministro da Justiça não conseguiu convencê-los com suas explicações. Estouraram greves que foram apoiadas pelos arruaceiros de costume. Houve depredações na capital. Epitácio, que já desarmara seis meses antes com a bravura de sua presença e o vigor de sua argumentação a greve dos cocheiros e carroceiros (equivalentes aos empregados de transporte e carga de hoje), não

quis, dessa vez, baldados seus esforços de persuasão, recorrer à ação policial.

O governo se aproximava do fim e a reabilitação financeira já custara a Campos Salles considerável desgaste de popularidade. Epitacio preferiu demitir-se em agosto de 1901.

Campos Salles atendeu-lhe o pedido, acrescentando a gentileza de um bilhete no seguinte teor:

Acedendo a suas solicitações, resolvi exonerá-lo do cargo de Ministro da Justiça e Interior, em cujo exercício prestou assinalados serviços ao governo da República. Privado agora do seu concurso, cabe-me trazer-lhe os meus sinceros e profundos agradecimentos pela dedicação e austera lealdade com que se houve na gestão da pasta a seu cargo, comunicando o espírito de ordem e economia, em geral conjunto, à parte que lhe foi distribuída no meu governo.

Meio ano antes, em dezembro de 1900, Epitacio Pessôa assumira interinamente o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Por um lado, foi experiência enriquecedora. Durante dois meses que durou a interinidade, o ministro jurista pôde inteirar-se de assuntos técnicos e esse conhecimento lhe serviria dali em diante e, muito especialmente, duas décadas depois.

Por outro lado, foi motivo de uma frustração. Epitacio, no Ministério da Viação, teve como secretário ninguém menos do que Machado de Assis, que já tinha 61 anos de idade e mais de 30 anos de serviço público. Além disso, era o presidente da Academia Brasileira de Letras e acabara de publicar *Dom Casmurro*. Epitacio já o conhecia, admirava-o como escritor, dera apoio e prestigiara a Academia durante os seus anos de ministro da Justiça (e também da Educação). Mas, por alguma razão de temperamento – um era hiperativo e impaciente, o outro, metódico e minucioso – o jovem ministro não gostou do desempenho do genial escritor na repartição.

Infeliz desajuste! Se os dois se tivessem articulado melhor nas tarefas daquele breve período de colaboração funcional, Epitacio talvez pudesse ter requisitado Machado de Assis para o Ministério da Justiça. Machado, que estava feliz por ter voltado à atividade no serviço público após um ano em disponibilidade, provavelmente aceitaria o convite. Epitacio poderia ter compartilhado com ele a elaboração do Código de Ensino de 1901. Outro teria sido o resultado daquela tentativa de melhorar a educação de nosso povo. Duvido que houvesse estudantes descontentes capazes de arremessar baderneiros bastantes para torpedear um Código de Ensino a que estivesse ligado o nome de Machado de Assis. Provavelmente Machado teria trazido boas ideias para aperfeiçoar o projeto em benefício da educação secundária e superior. Anos mais tarde, os presidentes da República, que quiseram entrar para a Academia, teriam, certamente, destinado mais verbas e empenhado maior interesse pessoal para implementar o Código de Ensino Machado de Assis e, desse modo, angariar, de antemão, a simpatia e os votos dos “imortais”... Passado um século de obediência a um Código de Ensino Machado de Assis, seguramente registraríamos melhores resultado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e alcançaríamos mais honrosa posição nas comparações acadêmicas internacionais.

A reforma do ensino perdeu o prestígio inicial, muitas ideias foram abandonadas e algumas reaproveitadas na reforma de 1914. O ímpeto do “século da educação” foi encontrar ressonância em outras paragens e nossos índices culturais permanecem insatisfatórios, para usar uma expressão amena.

Figura 31: Mary Sayão Pessôa (autorretrato na época do seu casamento)

Doado ao Museu Histórico Nacional, atualmente no Museu da República



Fonte: Acervo pessoal

Epitacio abriu um escritório de advocacia na Rua do Rosário e, dispensado dos deveres de ministro, dedicou mais tempo à profissão e à família. Sua mulher tivera a primeira filha, nascida em Petrópolis, durante o verão. O casal se dedicava, então, à rotina inaugural da família.

Novamente em Petrópolis, na casa da Rua Souza Franco, em 25 de janeiro de 1902, Epitacio recebeu o seguinte telegrama:

Tenho particular satisfação em comunicar que acabo de assinar decreto sua nomeação para ministro do Supremo Tribunal Federal, elevado cargo em cujas funções julguei dever aproveitar a sua superior capacidade intelectual e moral. Aceite afetuosos cumprimentos de seu amigo Campos Salles³⁴.

Estava para começar a fase de plena maturidade de Epitacio Pessoa. Sua obra jurídica seria doravante produzida com regularidade. O convívio com grandes magistrados, como Alberto Torres, João Barbalho, A. J. de Macedo Soares, Olegário Herculano de Aquino e Castro, Joaquim de Toledo Piza e Almeida, Pindaíba de Mattos, Hermínio do Espírito Santo, Ribeiro de Almeida, Lucio de Mendonça e seu colega de faculdade e amigo por toda a vida Antônio Pires de Carvalho e Albuquerque, há de ter sido permanente estímulo ao trabalho.

Na nova casa, comprada por 60 contos, na Rua Voluntários da Pátria, instalou com espaço e conforto sua biblioteca, lindo reduto que emoldurou para sempre sua figura na memória de seus netos.

34 Telegrama original no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Figura 32: A casa da Voluntários da Pátria



Fonte: Acervo pessoal

No Supremo Tribunal Federal Epitacio revelou-se como juiz. Nunca foi vencido como relator de um processo. Fez-se estimado de seus pares e mereceu a admiração dos advogados militantes. Um deles, Levi Carneiro, deu seu testemunho: “Quantos o vimos proferindo suas decisões, fundamentando seus votos, pleiteando pelos direitos da União Federal, pelas prerrogativas do Poder Judiciário, pela boa aplicação da lei, tivemos uma impressão indelével da dignidade da Justiça”³⁵.

35 Ver Levi Carneiro, *O Livro de um Advogado*, p. 24.

Outro, Heráclito Sobral Pinto, salientou dois aspectos impressionantes da atuação de Epitacio no Supremo: a energia com que se opôs à extensão indevida do instituto do *habeas corpus* e o zelo pela coerência da própria jurisprudência do STF. Citando-o: “No sentido de firmar essa jurisprudência, Epitacio exerceu uma ação pessoal e constante junto aos colegas, esforçando-se por estabelecer, através da repetição dos julgados, uma jurisprudência uniforme para todas as hipóteses jurídicas semelhantes”.

Figura 33: E.P. no Supremo Tribunal, 1907/1908



Fonte: Acervo pessoal

No Supremo Tribunal Epitacio tratou de assuntos variados: impostos interestaduais, competência da Justiça Federal e das

Justiças locais, terras públicas, capacidade política dos militares, patentes de invenção, *habeas corpus*, *impeachment*, vencimentos do cargo vitalício, unidade do alistamento eleitoral, entre muitos outros temas. Foram dez anos de vigorosa atividade intelectual, intensificada no período de junho de 1902 a outubro de 1905, durante o qual exerceu cumulativamente as funções de procurador-geral da República. Nesse posto defendeu os interesses da lei e do patrimônio nacional no tempo em que o procurador-geral falava em todas as causas e era consultado por todos os ministérios. Deu pareceres sobre assuntos de toda ordem: Código de Ensino, provimento de cátedra em escolas superiores, patrimônio do Colégio Militar, extradição de estrangeiros, execuções contra a Fazenda Nacional, responsabilidade civil da União, etc.

Datam dessa época seus trabalhos intitulados *Dos terrenos de Marinha* e *O Recurso extraordinário*, ambos publicados em monografias que se tornaram leitura utilíssima para os entendidos dos assuntos.

Foram também dez anos de tranquilidade pessoal e fruição da felicidade familiar, interrompidos, contudo, pelo súbito falecimento de seu sogro, Dr. Manso Sayão, em Petrópolis, no verão de 1907. Epitacio ficou de tal modo abalado que sofreu um esgotamento nervoso. Seus dois médicos, Dr. Joaquim Moreira, em Petrópolis, e Miguel Couto, no Rio, exigiram repouso absoluto e prescreveram tratamento rigoroso, obrigando-o a pedir uma licença do trabalho no Supremo.

Embora encantado com o nascimento de sua segunda filha, Angelina, no mês de novembro, o casal decidiu, a conselho médico, embarcar para a Europa em 1908. No itinerário, Londres e Paris. Mas o tempo mais longo foi passado em Carlsbad, estação de águas na fronteira austríaca, e em Caux, na Suíça, nos arredores

de Montreux, lugarejo a 1.000 metros de altura, de clima ameno e propício à recuperação da saúde.

De volta ao Brasil e ao Supremo Tribunal, Eptacio foi convidado pelo barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, a redigir um projeto de Código de Direito Internacional Público.

A codificação do Direito Internacional Público e Privado fora uma das decisões da Terceira Conferência Pan-Americana, reunida em 1906, no Rio de Janeiro, sob a presidência de Joaquim Nabuco. Rio Branco convidou o jurista Lafayette Rodrigues Pereira para o projeto de Código de Direito Internacional Privado e escolheu Eptacio Pessoa para o outro projeto. Já havendo recusado ao Barão, por compromissos de trabalho, os convites para comparecer como delegado às Conferências Pan-Americanas anteriores, Eptacio, dessa vez, aceitou o desafio, que o iniciaria como internacionalista. Produziu a obra entre 1909 e 1911, sem prejuízo dos trabalhos no Supremo.

Em junho de 1912, a Junta Internacional de Jurisconsultos reuniu-se no Rio de Janeiro, com o fim de examinar os dois projetos. Eptacio Pessoa foi aclamado presidente da mesma.

Antes disso, ainda em 1911, Eptacio sofrera violenta crise hepática. As cólicas de fígado se repetiam cada vez mais intoleráveis, com febre alta intermitente. Uma junta médica, composta dos doutores Miguel Couto, Aloysio de Castro e Azevedo Sodré, recomendou-lhe a aposentadoria. Como recurso extremo, uma ida à Europa para consultar os maiores especialistas de então. Em julho ele parte com sua mulher. Os dois meses seguintes passam em romaria pelos consultórios da França, Suíça e Alemanha. Faz-se necessária a intervenção cirúrgica para a extração da vesícula. Eptacio é operado em Paris, em setembro. Contam ele e Mary com a presença do médico, Dr. Joaquim Moreira, e com as visitas diárias de dois amigos paulistas e as respectivas esposas, o deputado

Alberto Sarmiento e José Manoel de Azevedo Marques, professor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Após rápido período de convalescença em Vichy, Epitacio voltou ao Brasil e ao Supremo. Os mesmos três médicos, que o assistiram antes da viagem, impõem-lhe o abandono da vida sedentária de juiz.

A aposentadoria, que solicitou em agosto de 1912 em virtude do laudo da Junta Médica, parecia abrir-lhe a perspectiva de uma vida privada mais tranquila e de maiores cuidados com a saúde.

Caberia aqui um comentário: o cargo de ministro do Supremo Tribunal foi o que deu maior satisfação pessoal a Epitacio, tanto que cogitou de voltar a exercê-lo, depois de recuperar plenamente a saúde. Primeiro, foi no breve período da presidência de Delfim Moreira, com quem chegou a falar do assunto. A designação para a Conferência da Paz e a eleição para a presidência da República tiveram precedência. Bem mais tarde, logo após a vitória da Revolução de 1930, voltou a cobiçar o posto. Getúlio Vargas que já lhe tinha oferecido a embaixada em Washington, resolveu nomeá-lo. Aconteceu, infelizmente, a aposentadoria forçada de alguns ministros do Supremo, a respeito da qual Epitacio dera parecer contrário, obviamente. Foi motivo bastante para afastar a ideia de aceitar a nomeação e redigir bela carta de recusa ao chefe do governo. O rascunho da carta ficou no Arquivo de Epitacio. Dela, o seguinte trecho dá testemunho de como ele reverenciava a magistratura:

Membro que fui do Supremo Tribunal Federal ao tempo em que ele representava o coroamento de um poder independente; magistrado que nunca reconheci no exercício do meu ministério outro limite nem outra inspiração que não fossem os da minha própria consciência, não me sinto com forças, presidente, para tomar assento numa Corte

*da qual possa amanhã ser afastado, violentamente, sem forma nem figura de juízo, ao primeiro voto que o governo, por motivos só dele sabidos, não considere inteiramente conforme ao seu critério pessoal de justiça*³⁶.

Dois meses depois da aposentadoria no STF, os dois únicos partidos políticos da sua Paraíba convidam-no a aceitar a candidatura ao Senado. Epitacio recusa, alegando razões de saúde. A insistência dos dirigentes políticos se intensifica em numerosos telegramas. Epitacio argumenta precisar viajar de novo para buscar o completo restabelecimento. Os próceres paraibanos transmitem-lhe, de imediato, sua anuência: querem-no no Senado, ainda que ausente pelo tempo necessário.

Eleito ainda em 1912, Epitecio Pessôa compareceu ao Senado nos quatro últimos dias da sessão legislativa. Em 30 de dezembro pronunciou magnífico discurso em defesa própria. Defende a legitimidade de sua aposentadoria e defende sua atuação no rumoroso caso da denegação do *habeas corpus* impetrado por Rui Barbosa em favor das autoridades da Bahia. O seu voto, rigorosamente baseado na estrita convicção de que se deve manter aquele recurso como remédio jurídico, jamais como remédio político, custou-lhe, somente a ele e não aos outros seis Juizes da mesma opinião, violenta campanha de difamação por setores da imprensa sem escrúpulos. Epitecio neutralizou a campanha com argumentação irrefutável, mas nunca pensou em livra-se dela. Sabia que voltaria.

Tranquilo em sua consciência, viajou para a Europa, com toda a família, já completa com o nascimento da caçula, Helena, em 1910. Era uma viagem de recuperação da saúde, mas também o prosseguimento de um processo de aprendizado, se é que se

36 O episódio, com menção à carta de Epitecio a Getúlio, foi referido pelo ministro Francisco Rezek na magnífica conferência que pronunciou, a convite do Tribunal de Justiça da Paraíba, na comemoração do Sesquicentenário de Epitecio Pessôa.

pode assim chamar a absorção de padrões mais exigentes de cultura e mais sensatos de comportamento político. Dessa vez, a viagem prolongou-se, com volta em meados de 1914. Epitacio só vai ocupar a tribuna do Senado em outubro para defender a competência do Supremo Tribunal em questões políticas, cuja solução seja indispensável para amparar um direito de ordem privada submetido ao seu exame.

Torna a falar em 11 de novembro, quatro dias antes da transmissão do poder, para defender o presidente Hermes da Fonseca que, não obstante merecesse todas as críticas pelos erros do seu governo, estava sendo vítima, com sua família, do *achincalhe* torpe de adversários desatinados pelo ódio político. Foi um discurso de nobreza elementar, digno de registro por ser a voz singular no Senado a revoltar-se contra a sordidez da campanha de oposição. Mas essa intervenção, ao apagar das luzes do quadriênio, não justifica que Epitacio tenha sido chamado por João Mangabeira de “líder do governo Hermes da Fonseca”.

Em 1915 começa o envolvimento mais direto de Epitacio Pessôa na política da Paraíba. Durante os dez anos no Supremo Tribunal, escusado dizer, não cuidara de tais assuntos. Em 1912 intercedera junto ao presidente República para poupar à Paraíba o dissabor de ser incluída na onda de “soluções militares” então em voga. Daí surgira o acordo entre os dois partidos estaduais, de que resultara sua candidatura ao Senado, em substituição a Castro Pinto, eleito governador pela coalizão. No início de 1913, antes de seguir para a Europa, Epitacio visitou a Paraíba, a fim de agradecer aquela investidura. Foi aclamado por toda parte. O Partido Republicano Conservador elegeu-o presidente de sua Comissão Executiva.

A coalizão partidária na Paraíba durou pouco. Em 1915 travaram-se eleições disputadíssimas. Os epitacistas tiveram vitória

convincente. O novo líder participou ativamente da campanha. Fiel ao que manifestara em carta ao presidente Wenceslau Braz, no sentido de que “a beleza e a eficácia do regime republicano dependem principalmente da legitimidade da representação”, Epitácio implantou no estado sistema eleitoral honesto: dali em diante a minoria oposicionista passou a contar com representantes efetivamente eleitos na Assembleia e nos Conselhos Municipais. Também na esfera federal, o senador pela Paraíba batalhou diversas vezes em favor da verdade eleitoral e do reconhecimento legítimo dos poderes, responsabilidade que competia na época a comissões do Parlamento. Era atitude mais de magistrado do que de político.

Figura 34: E.P. na biblioteca, 1917/1918



Fonte: Acervo pessoal

Nos anos 1915 a 1918, aliás, sua participação nos trabalhos do Senado foi predominantemente de natureza jurídica. Primeiro, como membro da Comissão de Legislação e Justiça, foi nomeado

relator-geral da Comissão Especial do Código Civil; na revisão do mesmo, para correção de erros, teve ele novamente intenso envolvimento; foi também relator da Comissão do Código Comercial; presidiu depois a Comissão de Legislação e Justiça, produzindo inúmeros pareceres e pronunciando discursos em plenário, distintos no conteúdo e na forma das orações de inspiração política.

Nessa época, aceitou algumas causas de advogado. Foi patrono do estado do Amazonas na questão de limites com o Pará e do estado de Santa Catarina, na questão com o Paraná. Ambos esses trabalhos foram publicados em monografias, de grande utilidade para os estudiosos do assunto.

Sua atuação serena e construtiva, valorizada pela qualidade de seus discursos, fez crescer seu prestígio no Senado. Em 1917, quando a Convenção Nacional escolheu o conselheiro Rodrigues Alves para candidato à presidência, foi Epitacio Pessôa designado para saudá-lo como orador do banquete oficial, que se realizou no Clube dos Diários, a 28 de outubro. Essa saudação, a que Rodrigues Alves respondeu lendo seu discurso-plataforma, viria a ser, ela própria, pelas contingências do destino, uma espécie de plataforma do governo Epitacio. Isso porque, após os merecidos elogios a Rodrigues Alves, o orador discorrera sobre todos os desafios que a situação interna e as consequências da guerra mundial iam apresentar no novo quadriênio. A certa altura, ao elaborar sobre a necessidade de conquistar para o Brasil a posição que lhe devia caber no panorama do pós-guerra, Epitacio comenta: “Feliz carreira a do homem a quem as circunstâncias reservaram tão gloriosa missão”.

Era um discurso de estadista para estadista. Quis o destino que um devesse substituir o outro.

Em dezembro de 1918, Epitacio Pessôa foi convidado por Rodrigues Alves a fazer parte da delegação que o Brasil ia enviar, sob a chefia de Rui Barbosa, à Conferência da Paz, em Versalhes. Rui veio a recusar a missão e Epitacio foi nomeado para chefiar a delegação.

Partiram todos, a 2 de janeiro de 1919, a bordo de um navio do Loide Brasileiro, confortável, mas lento. Na escala em Lisboa tiveram a triste notícia do falecimento de Rodrigues Alves. Após 26 dias de travessia o “Curvelo” finalmente chegou ao Havre. À delegação brasileira que contava com a participação do embaixador Raul Fernandes, do consultor Jurídico Rodrigo Otavio, do general Malan d’Angrogne, do comandante Armando Burlamaqui e de cinco diplomatas do Itamaraty, juntou-se em Paris Pandiá Calógeras, que ali já se encontrava e conseguiu o adiamento do exame das questões que diziam respeito ao Brasil.

Figura 35: Delegação brasileira à Conferência da Paz. Sentados, comandante Armando Burlamaqui, Pandiá Calógeras, Epitacio Pessôa, Rodrigo Otavio e general Malan d'Angrogne; de pé, os diplomatas do Itamaraty, entre os quais, Maurício Nabuco, Fernando Souza Dantas, Hélio Lobo, Francisco Pessoa de Queiroz e J. J. Monis de Aragão.



Fonte: Acervo pessoal

Duas questões de natureza patrimonial interessavam ao Brasil: a primeira era o café de São Paulo, colocado, antes da guerra, nos portos de Antuérpia, Bremen, Hamburgo e Trieste, e que havia sido dado em garantia de empréstimos contraídos por aquele estado; a segunda eram 70 navios alemães apreendidos em portos brasileiros. O café havia sido vendido pelo governo paulista ao estourar a guerra e o valor resultante, superior a 125 milhões de marcos, depositado na Casa Bancária Bleischroeder, com o compromisso do governo alemão de restituí-lo após a assinatura da paz.

O governo brasileiro considerava bom negócio se a Alemanha retivesse o preço do café e o Brasil guardasse os navios.

Epitacio Pessôa discordou logo de início: “tratava-se de duas questões independentes, de fato e de direito, regidas por princípios diversos e sem laço algum de afinidade ou subordinação”, como explicou em seu livro *Pela Verdade*. O preço do café, a Alemanha devia restituí-lo com juros; o preço dos navios seria pago por encontro de contas.

Setores da imprensa e parte da opinião pública queriam o melhor dos mundos: o pagamento do café pela Alemanha e a retenção dos navios pelo Brasil, sem atinar para o fato de que a participação do Brasil na guerra fora modesta – uma missão médica, uma missão naval que ficou retida em Dacar, já em 1918, pela epidemia de gripe, e a ajuda no patrulhamento do Atlântico Sul. As nossas perdas tinham sido relativamente diminutas: dois navios mercantes torpedeados.

As tratativas não começaram bem para o nosso lado. A questão do café fora entregue à Comissão Financeira, onde o Brasil não tinha representante. A Comissão considerou a dívida como “caso particular”, a ser discutido entre a Alemanha e o estado de São Paulo. Primeira objeção brasileira. A dívida passou a ser incluída entre as “dívidas de reparações”, cujo saldo a Alemanha teria 30 anos para pagar em anuidades “repartidas entre os países beligerantes na proporção das perdas de cada um”. Epitacio tornou a objetar:

o dinheiro depositado na Casa Bleischroeder era o preço de bens pertencentes ao Brasil por títulos anteriores à guerra... bens... que não faziam parte do ativo da Alemanha e assim não podiam ser aplicados a saldar responsabilidades desse país para com as outras nações aliadas. O caso era de restituição de depósito, não era de reparação de danos (Pela Verdade, cap. I, p. 11).

Outro contratempo, indicativo de nítida má-fé, surgiu, depois que a Comissão Financeira teve de aceitar a argumentação brasileira. O projeto elaborado pela Comissão estipulava que o preço do café fosse restituído ao câmbio do dia do pagamento (!) e classificava os juros entre as dívidas de guerra (aquelas a serem pagas ao longo de 30 anos). Epitacio procurou o delegado americano Davies, que sabia ser o autor do projeto, e discutiu com ele, em duas conferências sucessivas, os aspectos jurídicos da questão. Dias depois a Comissão aceitou unanimemente o ponto de vista brasileiro, expresso no artigo 263 do Tratado de Paz³⁷.

A questão dos navios, muito mais complicada, levou longo tempo a resolver-se.

Os 70 navios alemães refugiados em nossos portos haviam sido apreendidos pelo governo Wenceslau Braz a 13 de abril de 1917, após o rompimento de relações diplomáticas e alguns meses antes de nossa declaração de guerra à Alemanha. O governo disse no Diário Oficial e na Mensagem ao Congresso Nacional que a apreensão dos navios representava medida de polícia e segurança, “excluída, no entanto, a ideia de confisco que tanto repugna ao espírito de nossa legislação e ao sentimento geral do país”. (Belas palavras que tiveram seu preço.) Imediatamente, dois decretos legislativos autorizavam o governo a utilizar esses navios e a fazê-los arvorar o pavilhão nacional.

A um protesto do governo alemão, transmitido pelo ministro da Holanda, respondeu o governo brasileiro, frisando o caráter de simples medida de precaução e penhor dado ao sequestro dos navios, mas advertindo que esses bens sequestrados “poderão incontestavelmente servir à reparação de interesses lesados”, caso a Alemanha não os venha a reparar.

37 A Alemanha pagou ao estado de São Paulo os 125 milhões de marcos-ouro, convertidos em libras esterlinas ao câmbio da data do depósito, como queria o Brasil.

Declarada a guerra, transformaram-se os navios em propriedade inimiga. “Se, então”, comenta Epitacio Pessoa, “o governo brasileiro houvesse convertido a posse em captura e submetido esta ao julgamento dos tribunais de presa, teria adquirido, por decisão da Conferência de Paz, a propriedade dos mesmos, sem ônus de qualquer indenização”. E acrescenta: “O ato do Brasil seria uma consequência lógica de sua Nota ao ministro da Holanda: a declaração de guerra era a prova de que “a satisfação exigida continuava sendo recusada” e assim os navios apreendidos podiam servir à reparação de interesses lesados”.

Aliás, Portugal, que apreendera, como o Brasil, navios alemães, em regime de neutralidade e que, sobrevivendo a guerra, os considerou presa bélica, submeteu-se aos tribunais e viu os seus direitos de propriedade reconhecidos pela Conferência sem necessidade de qualquer indenização.

O Brasil, ao contrário, manteve a sua posição de indefectível respeito à propriedade privada e deixou passar o período das hostilidades, sem pleitear a transformação dos navios apreendidos em presa bélica.

Na Conferência da Paz, o Brasil não podia resignar-se a restituir os navios e pagar a utilização dos mesmos, aguardando, por outro lado, as indenizações devidas pelo país vencido, na medida e tempo fixados para todos os beligerantes e sujeito o pagamento a exclusões previstas no Tratado de Paz.

A delegação brasileira, ao fim de sucessivas reuniões internas, imaginou uma proposta, que acautelava nossos interesses sem quebrar nossa linha de coerência, no que se referia aos princípios do direito internacional. Seria a adjudicação dos navios ao Brasil mediante uma indenização razoável, calculada pelo valor da época de apreensão e paga por encontro de contas. Respeitávamos,

assim, o direito de propriedade dos armadores alemães e nos apoderávamos de uma considerável frota mercante.

A proposta brasileira encontrou na Conferência³⁸ vigorosa oposição. Sem tomar em conta as pretensões brasileiras, a Comissão Financeira deliberou a partilha entre os aliados, na proporção de suas perdas marítimas, de todos os navios mercantes alemães apreendidos, que não houvessem sido submetidos a tribunais de presas, com exceção dos navios apreendidos pelos Estados Unidos, por haverem servido ao transporte de tropas e víveres para os exércitos aliados. Essa decisão traria prejuízo enorme para o Brasil, cujas perdas marítimas tinham sido de valor comercial irrelevante.

Epitacio Pessôa protestou energicamente em reunião com Loucheur, presidente da Comissão de Finanças, e, no dia seguinte, 25 de abril, apresentou protesto escrito ao Conselho dos Quatro (França, Inglaterra, Estados Unidos e Itália), insistindo na tese, já anteriormente defendida na Conferência, do direito de cada nação guardar, mediante indenização razoável, os navios que houvesse apreendido ao inimigo.

Teve início imediato intenso trabalho de diplomacia bilateral no cenário multilateral. Felizmente, Epitacio, ao chegar a Paris, visitara os líderes da Conferência, Clemenceau, Lloyd George, Balfour, Vittorio Orlando e o presidente Woodrow Wilson. Deve tê-los impressionado favoravelmente, porque contou nos meses seguintes com acesso cordial a todos eles, e, de parte de Wilson, com franca simpatia pessoal.

38 A única biografia de Epitacio em inglês é do historiador Michael Streeter e foi publicada em 2010 pela editora Haus Publishing UK, na coleção *Makers of the Modern World*, que retrata participantes da Conferência da Paz.

Figura 36: Comitê Organizador da Liga das Nações – Paris, 1919
(O presidente Woodrow Wilson, de pé, ao centro; Epitacio Pessôa, sentado, à direita ao lado de Victor Orlando, da Itália)



Fonte: Acervo pessoal

No caso dos navios, embora pudesse acreditar na solidariedade dos Estados Unidos, Epitacio sabia que as maiores resistências vinham da França. Não por qualquer razão jurídica ou política, mas por interesse comercial. Dos 70 navios alemães apreendidos, 30 haviam sido arrendados à França por um convênio que estava prestes a expirar. O governo francês queria renovar o convênio em termos inaceitáveis pelo Brasil. O assunto prolongou-se em negociações, tanto no Rio, como em Paris. Enquanto isso, a França punha sua influência em jogo para evitar o atendimento à pretensão brasileira. Epitacio apresentou por escrito aos delegados americanos, Wilson, House e Lansing, as razões do Brasil. Para, de viva voz, reforçar o pleito, janta com House e visita Wilson, que lhe parece conquistado à causa do Brasil. Dias depois, Loucheur

comunica-lhe que o seu protesto fora rejeitado pelo Conselho dos Quatro. Epitacio se dá conta de que não basta a solidariedade norte-americana. Volta à carga junto a House, braço direito de Wilson, mas procura Lloyd George e intensifica as conversações com os franceses. (A Itália não votava no Conselho dos Quatro enquanto não se resolvesse a questão de Fiume).

House, no fim da conversa, diz-lhe considerar-se a si mesmo “representante do Brasil na questão dos navios”. A Lloyd George, Epitacio comunica com firmeza que o Brasil se verá obrigado a não assinar o Tratado de Paz, caso não lhe reconheçam os direitos sobre os navios apreendidos. Após longa conferência, o inglês parece convencido, mas promete apenas buscar uma solução conciliatória. Com os representantes franceses procura um entendimento sobre a possível prorrogação do afretamento.

Tudo isso foi articulado com o chanceler Domício da Gama em longa correspondência telegráfica.

A 2 de maio, primeira boa nova! Os Estados Unidos defendem no Conselho a tese brasileira da conservação dos navios pelas nações apreensoras, voltando atrás de seu voto na Comissão de Reparações a favor da partilha.

Epitacio Pessôa torna a procurar House, Balfour, Clemenceau e Lloyd George. Este último dá sinais de inclinar-se ainda mais pela causa brasileira. Wilson escreve a Epitacio, assegurando-lhe que “os Estados Unidos jamais fariam intencional ou conscientemente qualquer coisa que prejudicasse os interesses do Brasil”. Acrescenta, concluindo: “Há mesmo toda a probabilidade de seguir-se o caminho indicado por Vossa Excelência”.

A 8 de maio, o Conselho adota o chamado Protocolo Wilson-Lloyd George, que dá às nações aliadas a propriedade dos navios, mediante indenização a ser paga por encontro de contas: de um

lado o preço dos navios, do outro, as perdas marítimas de cada nação.

O protocolo não satisfaz totalmente as ambições do Brasil. O encontro de contas, em vista de nossas perdas marítimas diminutas, nos obrigaria a pesado desembolso. Epitecio mais uma vez reclama. Pleiteia a aplicação do artigo 297 do Tratado ao caso dos navios, o que vem a obter. Os navios ficam equiparados aos outros bens privados alemães, “que houvessem sido objeto de medidas excepcionais por parte das nações aliadas” e o encontro de contas se estabelece entre o valor dos navios e todas as responsabilidades da Alemanha, a título de reparações.

A França se recusara a assinar o protocolo na parte referente ao Brasil. Epitecio insiste várias vezes. O governo francês faz, afinal, a proposta de assinar, caso o Brasil concorde em vender-lhe os 30 navios afretados. Após demoradas negociações, a venda foi substituída por curta prorrogação do afretamento e a França assinou o protocolo na parte referente ao Brasil, a 2 de maio de 1920.

Estava, também, a questão dos navios solucionada de modo plenamente satisfatório para o Brasil.

De todas as negociações, Epitecio expedira, como era seu dever, amplos e minuciosos relatórios ao chanceler Domicio da Gama e pedira-lhe que, na medida do possível, desse divulgação do conteúdo dos mesmos. O fato de que, na imprensa e na opinião pública, predominassem as expressões de descontentamento é prova cabal dos riscos de qualquer veleidade de diplomacia plebiscitária.

Epitecio estava prevenido por intuição. Em janeiro de 1919, a caminho da Europa, discursara na sua Faculdade de Direito do Recife. Referindo-se aos “fáceis censores” que espreitavam sua missão, dissera:

Acréscue que o espírito público, orientado erroneamente por uma imprensa irrefletida, que leva agora a deturpar os intuitos que inspiraram a nossa entrada na guerra e a exagerar o valor do nosso concurso, estará disposto a achar pouco tudo aquilo que eu conseguir, ainda que seja tudo aquilo a que tenhamos direito.

Na Conferência de Versalhes, Epitacio Pessôa atuou muitas vezes como porta-voz das pequenas potências. Era uma escolha natural, decorrente de seu saber jurídico, sua facilidade de expressão e seu acesso aos líderes das grandes potências. Seu êxito foi relativo. Na reunião plenária de 4 de fevereiro, combateu o projeto do Sir Robert Cecil, que queria reservar estritamente às grandes potências a representação no Conselho Executivo da Liga das Nações. Epitacio pleiteou a representação de todas as nações grandes, médias e pequenas, no que foi apoiado por Portugal, Bélgica, Sérvia e China, e obteve a concordância da França e da Itália. Prevaleceu, afinal, o projeto primitivo de Wilson, que concedia às cinco grandes potências cinco lugares permanentes no Conselho e às demais nações, quatro, mediante eleição anual.

Ao se organizarem as Comissões Econômica e Financeira da Liga, Epitacio reuniu os delegados das pequenas potências para concertar uma ação em comum. Não logrou acordo completo, mas, ainda assim, com o grupo dividido, conseguiu aumentar o número de representantes daquelas nações de dez para treze.

O prestígio do Brasil foi elevado. Nosso país foi escolhido como uma das quatro nações “à interêts particuliers”³⁹, com assento no Conselho Executivo da Liga das Nações. Tivemos representante na Comissão Econômica – o único da América Latina – e quatro delegados nas Subcomissões em que ela se dividiu.

39 Bélgica, Espanha e Grécia eram as três outras.

Foi o prestígio do Brasil que fez onze governos da Europa e das Américas convidarem nosso embaixador na Conferência da Paz, eleito presidente da República, a visitar os respectivos países.

Em fevereiro, Eptacio havia feito algumas intervenções eloquentes em defesa das pequenas potências na organização do Conselho Executivo da Liga das Nações. Certo dia, no fim do mês, começaram a chegar-lhe telegramas de felicitações. Como a linguagem telegráfica sucinta não era explícita, atribuiu-os a sua recente atuação. Os telegramas continuaram a chegar, causando espécie. Na manhã seguinte, Olyntho de Magalhães, seu amigo desde 1897 e colega do Ministério Campos Salles, então nosso ministro em Paris, dá-lhe por telefone as felicitações por sua candidatura à presidência da República. Eptacio, a princípio, não o leva a sério, mas seu interlocutor confirma a veracidade da informação. No dia 25 de fevereiro chega o telegrama oficial, pelo qual a Mesa da Convenção Nacional lhe comunica a escolha de seu nome.

Durante mês e meio, as comunicações telegráficas com os próceres políticos transmitiam instruções, esclarecimentos sobre a plataforma de governo, que devia ser desdobrada a partir do discurso-saudação a Rodrigues Alves, e, principalmente, desmentidos de toda ordem às acusações injuriosas veiculadas contra o candidato.

Seu opositor, Rui Barbosa, sem nada a ver com essas infâmias, fazia campanha cerrada, com viagens, comícios e entrevistas. Aos 70 anos, exhibe energia de um jovem.

Como era de esperar, as eleições de 13 de abril dão a vitória a Eptacio, candidato ungido pelo consenso das forças políticas.

Como surgira esse consenso?

Quando se colocou o problema da sucessão, com o falecimento de Rodrigues Alves, a 17 de janeiro, os principais líderes políticos

cogitaram do nome de Altino Arantes, presidente do estado de São Paulo. Vetou-o o Rio Grande do Sul.

Entre outros nomes examinados, despontou Artur Bernardes, eleito havia pouco presidente de Minas Gerais. São Paulo e Rio Grande não aceitaram. Desenhava-se o impasse. Nilo Peçanha, representando o estado do Rio de Janeiro, propõe o nome de Rui Barbosa, que já tentara duas vezes a eleição presidencial e era por todos os títulos uma figura de projeção nacional. Setores prestigiosos da imprensa da capital deram-lhe logo o seu apoio.

A princípio não houve veto ao candidato e a única objeção veio de J. J. Seabra, representante da Bahia, veementemente contrário, mas sem cacife para impor sua opinião. O próprio Rui, porém, pôs a perder sua oportunidade, negando-se a comparecer às reuniões preliminares da Convenção Nacional, por não a considerar uma fórmula constitucional.

Os próceres políticos saíram à procura de outro candidato. Vários nomes cogitados não alcançaram consenso. Novamente a disputa entre São Paulo e Minas parecia impedir qualquer acordo. A data da Convenção se aproximava. Borges de Medeiros, do Rio Grande do Sul, propôs um nome de conciliação: Epitacio Pessôa.

Representante de um estado pequeno e do Nordeste, detentor de qualidades reconhecidas como parlamentar e magistrado, ex-ministro da Justiça e ex-juiz do Supremo Tribunal, ausente na Europa no desempenho de importante missão diplomática e, portanto, afastado do cenário de combates partidários, Epitacio foi aceito sem hesitação pelos chefes das diversas correntes e, imediatamente, apoiado por dezoito estados e até por muitos opositoristas.

Como disse Lauro Müller, a candidatura de Epitacio Pessôa era uma obra de “estética política”.

A Convenção Nacional, reunida no Senado em 25 de fevereiro de 1919, deu 139 votos a Epitacio Pessôa e 42 a Rui Barbosa, que decidiu candidatar-se pela oposição.

Rui, sem atacar pessoalmente o adversário, concentra sua campanha em arguir-lhe a elegibilidade, por haver sido aposentado do Supremo Tribunal. Aposentados já tinham sido ministros, senadores, deputados, governadores, prefeitos, plenipotenciários; por que não poderiam ser presidentes? Rui chegou a ponto de permitir que correligionários mencionassem a possibilidade de impetrar-se um *habeas corpus* ao Supremo Tribunal, para que este declarasse inelegível à presidência da República o magistrado aposentado.

Epitacio já respondera cabalmente a alegação semelhante a propósito de sua eleição para o Senado em 1915. Desta vez, nem lhe foi preciso argumentar. Em entrevistas ao *Rio-Jornal*, amplamente divulgada, Clóvis Beviláqua, autor do Código Civil e, àquela altura, jurista de alta reputação, matou a questão, magistralmente. Recorrer ao Supremo, para que este declarasse uma inelegibilidade que a lei não estabelece, seria pleitear que o órgão máximo do Judiciário invadisse a esfera do Legislativo, a que cabia pela Constituição a total e exclusiva responsabilidade pelas eleições.

Os jornais da oposição prosseguiram batendo na mesma tecla com exaltação crescente, mas o próprio Rui Barbosa preferiu explorar outro tema: passou a criticar a atuação da delegação brasileira à Conferência da Paz, chamando-a subalterna em relação aos Estados Unidos e em relação ao Itamaraty. Como se uma missão no exterior devesse deliberar e agir à revelia do Ministério das Relações Exteriores. É verdade que não ataca diretamente o chefe da delegação. Encarregam-se de fazê-lo os jornais da oposição, com conhecimento superficial do assunto. Seu açodamento mostrou-se

contraproducente, pois os resultados favoráveis às pretensões brasileiras em Versalhes começaram a aparecer.

Quem fez, neste caso, a defesa de Epitacio, de modo brilhante, foi o embaixador Raul Fernandes, em longa carta dirigida a seu amigo Nilo Peçanha, à qual, infelizmente e por óbvias razões, o líder fluminense, partidário de Rui, não deu publicidade, mas cuja cópia se encontra no Arquivo de Epitacio Pessôa. Raul Fernandes, como diplomata experiente, nem se dá ao trabalho de rebater as críticas sobre a subordinação ao Itamaraty. Estende-se, todavia, a respeito do relacionamento entre as delegações do Brasil e dos Estados Unidos. Diz a Nilo Peçanha:

Não sei se aí se faz ideia do espírito que domina a Conferência; a verdade é que, à parte o idealismo pessoal de Wilson, não partilhado, aliás, pela política norte-americana e frequentemente vencido, tudo é o mais feroz egoísmo e ultrajante menosprezo das nações fracas. Nessa atmosfera é que o Epitacio teve de agir.

Proseguia:

Sei que muitos prefeririam o rompimento; mas o amuo não é uma política, é uma atitude, e para as nações fracas é um luxo que leva ao suicídio.

Quanto à suposta subordinação aos americanos, estou certo de que o senhor será o primeiro a rir de semelhante fábula. Divergimos deles na questão da igualdade das raças e todos sabem que aí eles jogaram uma partida séria com os japoneses. A verdade é que colhemos simplesmente os frutos da política de aproximação tradicional do Itamaraty e singularmente acentuada pelo senhor, quando, sozinho contra a Câmara e o Senado, exigiu e obteve que primeiro quebrássemos a neutralidade em favor dos Estados Unidos.

Estes retribuíram largamente a nossa confiança, exigindo para nós um tratamento excepcional só concedido mediante pressão enérgica.

Assim nos foi dada a classificação honrosa na escala da Conferência e concedida a representação no Conselho Executivo da Liga das Nações. Nas questões puramente brasileiras tivemos, do mesmo modo, o apoio em toda a linha dessa potência. Aceitá-lo em favor dos nossos interesses é tirar da política do Itamaraty as conclusões lógicas e os proveitos que a inspiraram. Recusá-lo ou prescindir dele seria uma bravade estúpida e criminosa; tanto mais quanto nada cedemos nem prometemos para o obter. Em suma, não se marcou aqui o ponto de partida de uma política de renúncia ou de diminuição; ao contrário, consagrou-se o desfecho da amizade que vimos cultivando de longa data.

A 13 de abril de 1919 Eptacio Pessoa foi eleito presidente da República com 249.342 votos, contra 118.303 de Rui Barbosa. A eleição transcorreu em absoluta ordem, como, aliás, Eptacio havia solicitado enfaticamente ao presidente da Convenção Nacional e vice-presidente do Senado. (A 20 de julho seria proclamado o reconhecimento dos poderes. Os parlamentares da oposição votam pelo reconhecimento de Eptacio Pessoa, que conta com a unanimidade de votos).

Nesse ínterim, Rui Barbosa dirige, através do jornal *O Imparcial*, o seu manifesto à nação: após discorrer sobre as manobras políticas que comprometeram sua eleição, presta bela homenagem ao candidato vencedor, “cujo merecimento pessoal nunca ofereceu matéria a negação ou controvérsia”, e termina por assinalar a situação moralmente privilegiada com que o novo chefe de Estado inicia seu mandato. Disse Rui, com sua veemência característica:

Timbra o Sr. Epitacio Pessôa em reiterar a declaração de que está sem compromissos. Sendo assim, teremos pela primeira vez um Chefe de Estado que não vai ao poder com as mãos atadas pelas facções. Desta predestinação raríssimos homens terão gozado alhures. No Brasil, ainda ninguém.

(O exagero das “mãos atadas” ofendia naturalmente todos os antigos presidentes da República).

A 21 de julho Epitacio Pessôa chega de volta ao Brasil. Dos três meses decorridos desde a eleição, ocupara o primeiro ainda no trato dos assuntos de interesse do Brasil na Conferência da Paz, passando a Pandiá Calógeras a honra de assinar o Tratado quando o mesmo fosse concluído. Os dois meses seguintes gastou-os em viagens oficiais para atender a convites de nações amigas.

Era a primeira vez que o presidente do Brasil tinha sido eleito quando se encontrava no exterior, em missão que lhe granjeara a simpatia e a admiração de seus pares e, por via de consequência, certo renome internacional. Coincidia com o imediato pós-guerra e uma rearrumação do cenário mundial promovida pela Conferência da Paz. Um país exótico e longínquo, identificado por presença marcante no mapa-múndi, sabidamente detentor de solo ubérrimo, onde o café, o cacau, a cana de açúcar e o algodão prosperam sem limites, e de subsolo quase inexplorado, onde as jazidas de ferro prenunciam a existência de tantos outros minerais, não podia deixar de atrair a atenção de governos interessados em estimular a economia abalada pela guerra.

O tempo do colonialismo ostensivo já passara, porém persistia intacta a ambição de lucro dos capitalistas, agora chamados de investidores, à procura de oportunidades além-mar.

A ocasião era propícia para o convite ao presidente-eleito, favorecida pelo ineditismo da eleição *in absentia* e pelas qualidades

personais do embaixador tão atuante. Epitacio Pessoa foi convidado a visitar seus respectivos países pelos governos da Bélgica, Itália, Reino Unido, Holanda, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Canadá, Peru, Chile e Argentina. A França, onde já se encontrava o presidente eleito, antecipou-se e o convidou a visitar o *front* de guerra. Os três países da América do Sul, Epitacio achou, com muito otimismo, que poderia visitar mais tarde, durante o período de governo. Entre os demais, teve de sacrificar ainda a ida à Holanda e à Espanha por causa da premência de tempo.

A sucessão de visitas oficiais foi um rosário feito só de mistérios gozados. De um lado, as três cortes europeias, da Bélgica, da Itália e do Reino Unido, e a jovem república portuguesa puseram em funcionamento seu cerimonial refinado para receber o visitante. Este, por sua vez, mobilizou todos os recursos de eloquência e charme pessoal para conquistar seus anfitriões. Os resultados, excelentes para o prestígio do Brasil, mostraram-se sob feito diferente em cada um dos países. Na Bélgica estabeleceu-se de imediato uma relação de franca simpatia entre o casal real e seus hóspedes. Talvez a predisposição favorável viesse do fato de ter sido o Brasil o primeiro país a protestar contra a invasão da Bélgica pelos alemães em 1914; talvez viesse das boas ausências que o embaixador belga Wymans há de ter feito a respeito de seu colega brasileiro em Versailles, onde ambos uniram esforços na promoção dos interesses das potências secundárias. De toda forma, o rei Alberto foi o primeiro chefe de Estado a convidar o presidente-eleito a visitar seu país; foi o primeiro a recebê-lo com a formalidade de estilo na *gare* de Bruxelas e, à noite, na intimidade de um jantar de família, durante o qual teve a gentileza de dizer a Epitacio sua intenção de conferir-lhe a Grã-Cruz da Ordem de São Leopoldo, a mais alta honraria de seu país.

Com certeza, fora advertido através dos canais diplomáticos que aos cidadãos da jovem república sul-americana, era vedado pela Constituição aceitarem condecorações.

Epitacio contava haver tido instantes de hesitação. Logo prevaleceu o bom senso: recusar a condecoração, além de ser uma desconsideração, traria laivos de uma quase ridícula lição de “desapego a coisas do gênero” (é sabido que até hoje há nações que cultivam tal restrição, sujeita à mesma interpretação depreciativa). Talvez o antigo constituinte soubesse que na Carta Magna há cláusulas pétreas e cláusulas tolas. Preferiu considerar que aquele capricho de inspiração positivista não deveria ser aplicado a dignidades honoríficas oferecidas por nações estrangeiras. Aceitou a Grã-Cruz, como as demais que vieram depois, e passou a usá-las nas ocasiões apropriadas. Estava aberto o caminho para as pequenas vaidades de dignitários de toda a espécie e dos diplomatas de carreira.

O significado desse gesto, a eloquência de Epitacio Pessoa nas cerimônias oficiais e sua objetividade nas conversas com os industriais belgas granjearam-lhe instantânea popularidade na imprensa local e contribuíram para fortalecer a nascente amizade com os Soberanos. Surgiu a ideia de convidá-los a visitar o Brasil, que foi logo informalmente aceita.

Na Itália, os vínculos afetivos da população com o país longínquo, que acolhera mais de dois milhões de seus compatriotas, aqueceram as manifestações de rua ao visitante. O próprio cenário de Roma tem a virtude de dar colorido de história a qualquer evento menos trivial. A passagem da comitiva presidencial assumiu, muitas vezes, pela espontânea aclamação popular, o aspecto de desfile triunfal. Os discursos de Epitacio em italiano fizeram vibrar a sensibilidade das plateias locais, no Parlamento como na praça pública, diante de nossa embaixada. Nessa ocasião,

Gabriele D'Annunzio deixou-se contagiar pelo entusiasmo e fez bela saudação ao Brasil e a seu presidente.

O rei Vittório Emanuele III dispensou a Eptacio Pessôa todas as honras de estilo: hospedou-o no Quirinale, deu-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Annunziata, compareceu ao almoço de retribuição na residência do embaixador Luiz de Souza Dantas e, como o rei Alberto e a rainha Elizabeth haviam feito na Bélgica, recebeu Eptacio e sua família para um jantar informal na Villa dos Savoia, com sua mulher, a rainha Elena.

Naquela casa que Eptacio e Mary Pessôa visitariam outras vezes com suas filhas, passados poucos anos, viviam, então, os reis da Itália uma existência tranquila e sem luxo, voltados para a criação de uma família encantadora. Nada permitia suspeitar que o destino lhes reservasse pesada carga de sofrimento. A Vittorio Emanuele faltavam a aura e o porte de herói que faziam do rei Alberto, seu futuro consogro, o soberano mais admirado da Europa. Sobravam-lhe, por outro lado, simpatia, simplicidade e mesmo certo grau de ternura, qualidades em geral associadas à figura de um avô, não à de chefe de Estado.

A estada em Roma da comitiva de Eptacio Pessôa ganhou relevo no penúltimo dia com uma visita ao Vaticano e uma audiência com o papa Bento XV.

Desde a tomada da cidade e a ruptura de relações diplomáticas entre a Itália e a Santa Sé, era essa a primeira vez que um presidente de um país de maioria católica, convidado do rei, tinha a honra de ser recebido pelo Santo Padre.

De volta a Paris, Eptacio foi agraciado coma Grã-Cruz da Legião de Honra e homenageado pelo presidente Raymond Poincaré com um banquete de gala, a que compareceram grandes personalidades do mundo oficial francês, do marechal Foch ao futuro e malogrado presidente Paul Deschanel.

Epitacio quis reunir-se de novo, com a comunidade brasileira residente em Paris, cujos corações, em sua maioria de monarquistas saudosos do “Ancien Régime”, conquistara no encontro anterior: tinha sido no dia treze de maio e Epitacio incluiu em seu discurso uma referência à Lei Áurea e prestou homenagem calorosa à princesa Isabel. A nova oportunidade de conagração com os compatriotas foi a recepção de despedida que o casal Pessôa ofereceu no Hotel Ritz, nas vésperas da partida. Os brasileiros compareceram em peso e deram um ar de festa nossa a um evento, de outro lado, formal, onde os demais convidados eram os delegados à Conferência da Paz, integrantes do governo francês e o corpo diplomático.

No Reino Unido a acolhida mostrou-se, a princípio, tipicamente britânica: correta, mas desprovida da vibração latina.

A Inglaterra se considerava ainda a primeira potência mundial. Vencedora da guerra, de que não guardava cicatrizes como a França ou a Bélgica, detentora de vasto Império, manobrava grande parte do dinheiro do mundo e sequer desconfiava que pudesse haver declínio.

Minúcias do protocolo indicavam tal condição de alto convencimento. Embora trazido de Boulogne-Sur-Mer em *destroyer* britânico, o presidente-eleito do Brasil foi recebido em Londres, na Estação Ferroviária de Westminster, pelo jovem príncipe de Gales, futuro e breve Eduardo VIII e não pelo rei George V; foi hospedado no Hotel Carlton e não em Buckingham Palace. O jantar inaugural foi-lhe oferecido por Lord Curzon, ministro das Relações Exteriores.

Somente na manhã seguinte George V foi visitar Epitacio Pessôa.

Felizmente estabeleceu-se uma relação de cordialidade entre ambos, facilitada pelo espírito alegre e avesso a cerimônia do Soberano. Epitacio retribuiu-lhe a visita logo em seguida e, durante

a conversa, como já fizera na véspera com Lord Curzon, insistiu em dizer que sua visita ao Reino Unido visava a fortalecer os vínculos comerciais entre ambos os países. “It meant business”, literalmente. A guerra terminara, o mundo se estava rearrumando, as nações secundárias viam a oportunidade de aumentar sua riqueza e melhorar o padrão de vida de sua população. A Inglaterra tivera no passado, presença importante na economia brasileira e seus investimentos continuariam a ser bem-vindos, mas a competição doravante seria mais acesa, porque nosso país começava a ser melhor conhecido, seus recursos e seu potencial mais cobiçados por um número maior de parceiros interessados em refazer-se das perdas da guerra.

A mensagem, que voltou a ser repetida no almoço oferecido pelo Lord Mayor em Mansion House, calou fundo nos ouvidos dos interlocutores, sobretudo na plateia de industriais, banqueiros e negociantes convidados do prefeito de Londres. A imprensa londrina deu-lhe simpática divulgação, chamando atenção para a abundante oferta de recursos agrícolas e minerais que um país imenso como o Brasil significava.

Talvez em consequência dessa impressão favorável, o banquete de Estado em Buckingham Palace revestiu-se de toda a solenidade e o convidado de honra foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Banho. Pode ele comentar com os integrantes de sua comitiva que a visita ao Reino Unido tinha alcançado seus objetivos: tanto o rei como o secretário do Exterior, o Lord Mayor e o presidente da Associação Comercial haviam enfatizado em seus discursos a urgência de intensificar o intercâmbio com o Brasil.

No dia seguinte o cruzador “Renown” partiu com destino a Portugal, levando a comitiva brasileira e estendendo por 24 horas até o Tejo a hospitalidade britânica, já agora plenamente calorosa.

Os dois dias da estada em Portugal deram ensejo aos brasileiros de experimentar a dupla impressão de volta à casa e de volta ao passado. Cada um dos visitantes se viu de novo à vontade em meio às manifestações de carinho do povo português e todos identificaram no cenário local, na arquitetura de Lisboa, de Coimbra e de Cintra, as raízes da história comum das duas nações.

Epitacio captou bem esse estado de espírito propício à confraternização e expressou-o, emocionado, em seu improviso durante a Sessão Magna do Parlamento. Os aplausos delirantes suplantaram todas as anteriores demonstrações.

Portugal se encontrava em crise. O rei D. Carlos fora assassinado, a Monarquia terminara, mas a República não lograra firmar-se. As forças políticas digladiavam-se sem rumo. Naquela ocasião, ao ouvir as palavras do presidente do Brasil, os parlamentares portugueses tiveram a sensação de que a história havia dado meia-volta. Essa foi a ilusão do momento.

A antiga Metrópole, sacudida pela revolução, desnorteada pelos acontecimentos recentes, esvaziada de perspectivas, empobrecida e envolta em apreensões. A antiga Colônia, egressa sem trauma da monarquia, com seu regime republicano consolidado a ponto de escolher seu presidente pelos méritos pessoais e à distância; sobretudo, aberta para o futuro e sintonizada com o mundo de paz que se presumia duradouro. A percepção desse contraste foi generosamente compartilhada no Plenário do Parlamento Português. O entusiasmo dos aplausos refletiu a fruição solidária dos aparentes triunfos dos irmãos d'alemar.

Nessa hora, Epitacio Pessôa imaginou, pela primeira vez, como seria bom comemorar o centenário de nossa Independência, dando a Portugal o merecido relevo.

O governo francês, sempre cioso da competição com a Inglaterra, pusera à disposição do presidente eleito o cruzador

“Jeanne d’Arc” para levá-lo de Lisboa aos EUA. Ao gesto nobre seguiu-se luxuosa adaptação do vaso de guerra, o que não impediu a parada do mesmo por desconserto das máquinas ao cabo de seis dias de viagem e ainda nas imediações dos Açores.

Além da comunicação ao Itamaraty, Epitacio expediu três telegramas, o primeiro, ao Encarregado de Negócios em Washington pedindo-lhe que explicasse o ocorrido ao governo norte-americano, que, imediatamente, instruiu o navio-transporte “Imperator” a efetuar o resgate da comitiva visitante; outro ao ministro brasileiro em Paris para que transmitisse ao governo francês quanto o impressionara o esforço da tripulação do “Jeanne d’Arc” por solucionar o problema imprevisto; o terceiro telegrama foi para Enrico Marconi para testemunhar-lhe seus agradecimentos pelo precioso invento de que se servia para obter socorro.

O navio-transporte “Imperator” trazia de volta à pátria doze mil combatentes da guerra na Europa. Sua chegada a New York foi saudada com um misto de solenidade protocolar e delírio patriótico. Essa recepção, tipicamente norte-americana, e a ausência do presidente Woodrow Wilson, ainda retido na Conferência da Paz, deixaram Epitacio Pessoa à vontade, para despir de excessiva formalidade sua estada no país e aproveitá-la nos seus aspectos pedagógicos, procurando apreender tudo de útil na experiência de modernidade norte-americana.

Cumpriu seus compromissos oficiais em New York e em Boston. Em Washington foi recebido pelo vice-presidente Marshall. Discursou no Congresso e na União Pan-Americana (predecessora da OEA), visitou a casa de George Washington em Mount Vernon, na Virgínia. Abriu mão, por premência de tempo, da ida ao Texas e à Geórgia, onde pretendia observar os trabalhos de irrigação, mas visitou o Canadá por dois dias como prometera. Por toda parte deu ênfase à necessidade de fortalecer a solidariedade interamericana

do ponto de vista político e incrementar o comércio regional. Em encontro com o secretário do Tesouro e com os representantes dos principais bancos norte-americanos, na Sociedade Pan-americana, menciona nosso interesse em ver maior presença norte-americana na economia brasileira. Tempos diferentes aqueles!

Epitacio teve de desistir de viajar para o Brasil no navio brasileiro “Uberaba” por atraso nos preparativos do mesmo. Por outro lado, julgou indelicado recusar a oferta feita pelo governo norte-americano do encouraçado “Idaho”, que já se achava equipado em New York para transportá-lo ao Brasil.

A 6 de julho partiu. Fez uma única escala na Paraíba, por óbvias razões sentimentais, e chegou ao Rio de Janeiro em 21 de julho. Durante os quinze dias dessa viagem, como fizera na travessia de Lisboa a New York, o presidente eleito anotou cuidadosamente em folhas de papel encontradas em seu Arquivo o que chamou “Algumas ideias que resumi para o governo na viagem da Europa para o Brasil”.

Entre essas ideias estava a firme resolução de

separar nas pastas militares a administração propriamente dita do serviço de Estado-Maior. A primeira é política e, por sua natureza, transitória; o segundo é técnico e profissional, e deve ser, o mais possível, permanente. A administração deve ficar a cargo de um civil, justamente para afastar a força armada da política; o preparo da tropa caberá ao militar, sem intervenção nem mesmo do ministro.

Essa foi a primeira questão controversa de seu governo, embora sem razão, porque no Segundo Reinado fora comum a escolha de paisanos para as pastas militares e é esta até hoje a prática tradicional nos principais países da Europa e nos Estados Unidos.

Felizmente, após tentativa frustrada do então ministro da Marinha, almirante Gomes Pereira, de demover Epitacio de sua

decisão, a nomeação dos ministros civis foi publicada. Não houve reação contrária no Exército nem na Marinha, passada a comoção breve resultante da novidade. O próprio almirante Gomes Pereira aceitou o convite para ser chefe do Estado-Maior da Armada. Felizmente, Pandiá Calógeras e Raul Soares contam-se entre os melhores e mais respeitados ministros das duas pastas.

Os demais ministros foram escolhidos pelo critério de competência, sem interferências das facções políticas, como bem havia previsto Rui Barbosa. A pasta da Justiça, a mais política do Ministério, foi entregue, por sinal, a um partidário da candidatura de Rui, o advogado Alfredo Pinto, catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Para o Ministério das Relações Exteriores foi nomeado José Manoel de Azevedo Marques, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, homem culto e viajado, amigo antigo de Epitacio. Para a Fazenda, Homero Batista, ex-presidente do Banco do Brasil e, por muitos anos, relator do Orçamento da República na Câmara Federal. Para a Agricultura, o deputado gaúcho Ildefonso Simões Lopes, administrador de larga experiência e profundo conhecedor de assuntos agrícolas. Finalmente para o Ministério da Viação, Epitacio convidou o engenheiro paulista José Pires do Rio, jovem, mas renomado técnico, que já havia sido diretor da Inspetoria de Secas e, por isso, se credenciava à preferência do presidente nordestino.

Os dois civis nas pastas militares foram de escolha pessoal do presidente. O engenheiro e historiador João Pandiá Calógeras, especialista em assuntos militares, era seu amigo havia mais de 20 anos, colega no Parlamento e vizinho dos verões de Petrópolis, na Rua Souza Franco. Era então seu substituto na chefia da delegação à Conferência da Paz. Raul Soares, político mineiro de grande prestígio, futuro governador do estado, teria carreira ainda mais brilhante se a morte prematura não tivesse privado o país de seus serviços.

Foi, aliás, Raul Soares quem, em frase curta, definiu a característica predominante do presidente. Durante reunião ministerial, sentado ao lado de Azevedo Marques, observou-lhe: “esse Epitacio tem a obstinação da Justiça”. De fato, a vocação de magistrado determinou a diretriz de seu governo. Em algumas ocasiões, fê-lo aceitar o sacrifício da popularidade em troca da plena satisfação da consciência do dever.

PRESIDÊNCIA

Os primeiros meses do governo Eptacio, pareciam uma exultante lua de mel. O prestígio do presidente estava altíssimo. Até os opositoristas o elogiavam. A conquista da opinião pública expandiu-se com a divulgação da Mensagem presidencial de 3 de setembro, dirigida ao Congresso, mas também ao povo. Era uma espécie de “estado da União”, à moda norte-americana, redigido de próprio punho, passados pouco mais de um mês de sua posse. Nesse documento Eptacio apresenta a lista dos principais males que preocupam a nação. Sob o ângulo da política, aponta a ausência de partidos de amplitude nacional, com programas definidos, e a falta de verdade eleitoral, em grande parte resultante da excessiva liberdade dos estados nessa matéria, que enfraquecia a União e expunha o exercício do poder, sujeito às vicissitudes do julgamento eleitoral local, à influência de interesses menores. Reformas eleitorais são necessárias. “A prática nesse campo de uma política de justiça, de respeito aos direitos dos contrários, deve ser adotada em todos os estados, a fim de não desmoralizar a federação”. Eram conceitos antecipatórios da criação de uma Justiça eleitoral de âmbito federal.

A mensagem se ocupa da situação econômica do país. A crise financeira resultara da combinação perversa entre, de um lado, o

decrécimo violento da arrecadação dos impostos alfandegários em decorrência da guerra e, do outro, a imprevidência administrativa que aumentara os gastos e imprimira papel moeda, provocando a inflação. A situação piorava a cada ano. Os *deficits* orçamentários se repetiam desde 1914. Os empréstimos externos e internos se acumulavam. Diante da perspectiva nada auspiciosa, o novo governo não hesitaria em promover a redução rigorosa de todas as despesas não essenciais, que não se relacionassem com a salvaguarda da integridade nacional ou com o aumento de nossas riquezas produtivas.

Epitacio recorda os sacrifícios exigidos durante o governo de Campos Salles, promete o empenho de todos os ministérios, convoca o apoio do Congresso e pede a compreensão do povo.

Em 3 de maio de 1920, o presidente dirige ao Congresso sua primeira mensagem anual, na qual presta contas do que fora feito nos dez meses transcorridos do governo e antecipa o que pretende fazer. São mais de duzentas páginas de redação própria, enxuta e sem retórica. É obra de administrador.

Não cabe aqui discorrer detalhadamente sobre a atividade de cada um dos sete ministérios. A leitura das mensagens presidenciais compete, de preferência, aos historiadores, porque lhes dá o retrato do país, segundo a visão do chefe do Executivo. No entanto, alguns itens do relatório de maio de 1920 merecem menção.

No Itamaraty, fizera-se a reforma da Secretaria de Estado, do corpo diplomático e consular. O Executivo tomara a iniciativa de alertar o Congresso sobre a conveniência de passar a fornecer regularmente recursos orçamentários destinados à aquisição de sedes para nossas Missões diplomáticas no exterior, todas elas até então instaladas em prédios alugados. A ideia frutificou, talvez

lenta, mas consistentemente. Hoje em dia o país dispõe de próprios nacionais em quase todas as capitais de primeira linha.

Figura 37: E. P. no Palácio do Catete, com a família e os auxiliares da Casa Civil e da Casa Militar



Fonte: Acervo pessoal

Dera-se andamento às negociações com a França referentes aos navios ex-alemães, que alcançariam solução plenamente favorável aos interesses brasileiros. Foram restabelecidas as relações diplomáticas com a Alemanha e iniciadas relações comerciais com os novos países surgidos no após-guerra, como a Finlândia, a Polônia, a Checoslováquia, a República da Áustria e a Armênia.

Pela primeira vez, os chefes de missão diplomática foram instruídos a se ocupar da promoção comercial, tarefa anteriormente exclusiva dos cônsules e dos adidos comerciais.

Avançaram os estudos e as tratativas com nossos vizinhos, Peru, Bolívia e Uruguai, para delimitar definitivamente nossas fronteiras.

A delegação brasileira à Conferência da Paz, sempre ao lado da causa das pequenas potências, fora, por isso mesmo, honrada em figurar entre os nove membros do Conselho Executivo da Liga das Nações.

No Ministério da Justiça e Negócios Interiores – ao qual estavam também entregues os assuntos da Saúde e da Educação – duas iniciativas pioneiras marcaram com distinção aquele período governamental: a criação da Universidade no Rio de Janeiro, a primeira do país, e a do Departamento Nacional de Saúde Pública, embrião do futuro Ministério da Saúde. Este último, entregue ao gênio científico e às aptidões administrativas de Carlos Chagas, deu imensa contribuição inovadora nos setores da profilaxia contra as doenças transmissíveis, da inspeção médica regular, da assistência infantil, do fornecimento de soros e vacinas e do exame químico dos gêneros alimentícios, em áreas nunca antes beneficiadas por tais serviços.

Era a primeira vez que a União estendia a todos estados que o desejassem, o apoio científico e financeiro para a instalação de hospitais, postos sanitários e dispensários para acudir à necessidade da profilaxia e tratamento das principais doenças, algumas das quais até então totalmente desassistidas no meio rural.

No Instituto Oswaldo Cruz, na Santa Casa de Misericórdia e nos melhores hospitais do Distrito Federal, concentraram-se os esforços de pesquisa médica, postos a serviço dos estabelecimentos do interior. Essa tarefa de disseminação da prática médica, em especial para o combate à tuberculose, principal flagelo patológico naquela época, dependia primordialmente do concurso de enfermeiras-visitadoras. Entretanto, constatava-se na capital e nas maiores cidades do país a falta de enfermeiras tecnicamente

educadas. A resposta foi a criação da Escola de Enfermagem Ana Nery que, de início, abriu vasto campo à atividade produtiva da mulher e, desde então, tem prestado imensos serviços à população brasileira.

A profilaxia da sífilis e das doenças venéreas, que não se praticava no Brasil, começou a ser aplicada em bases amplas no Distrito Federal e em quinze estados, rigorosamente regulamentada e acompanhada de campanha de educação higiênica de âmbito nacional.

A vacinação sistemática contra a varíola praticou-se com grande êxito em todos os centros populacionais e se expandiu, na medida do possível, pelo interior, com boa aceitação por toda parte. Em 1921, por exemplo, registraram-se na cidade do Rio de Janeiro 614.859 aplicações, para uma população de 1.147.000 habitantes.

Não há dúvida de que o Departamento Nacional de Saúde, sob a brilhante direção de Carlos Chagas, deveria ter sido imediatamente sucedido por um Ministério da Saúde, se houvesse continuidade administrativa no Executivo e sensibilidade no Legislativo. Em vez disso, demoramos mais de 30 anos para ver sua criação.

O controle da qualidade dos alimentos importados, feito diretamente nos portos de chegada, por fiscais habilitados pelo Departamento Nacional de Saúde, assim como os serviços de inspeção permanente estabelecidos pela Diretoria da Indústria Pastoral nos estabelecimentos de carne e derivados, através dos Centros Zootécnicos espalhados pelo país, eram novidade naquele tempo. Revelavam preocupação sanitária incomum e davam bom exemplo de cooperação entre dois Ministérios, cada um deles assoberbado de responsabilidades em outras áreas. Estávamos antecipando a adoção de prática do primeiro mundo.

Sob a designação de “Indústria Mineral”, compreendia-se, então, tudo o que muitos anos depois iria figurar como atribuição do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do

Desenvolvimento Industrial. Nos anos 20, eram assuntos da alçada do Ministério da Agricultura.

Nas Mensagens Presidenciais de 1920, 21 e 22, Epitacio Pessôa dedicou várias páginas aos temas minerais, mantendo o Congresso, informado das atividades do setor. A ênfase do próprio presidente escolheu os combustíveis e a siderurgia.

No que se refere a combustíveis, a preocupação primordial do governo era com o carvão. Embora os trabalhos do Serviço Geológico tenham sido também direcionados para a pesquisa do petróleo e das rochas betuminosas, a produção das minas carboníferas de São Jerônimo, Butiá e Gravataí, no Rio Grande do Sul, de Criciúma e Urussanga em Santa Catarina, e o beneficiamento de seu produto ocuparam a atenção da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, criada em 1921. Amostras de nosso carvão foram enviadas a laboratórios de Dallas e Saint Louis, nos Estados Unidos, de Criggestone Colliery na Inglaterra, à Escola de Minas Mormonthshire em South Wales, às usinas de Evence Coppée na Bélgica, e de Hoganas, na Suécia. Os resultados, em termos de redução do teor de cinzas, foram animadores, mas não suficientes para recomendar seu emprego como coque siderúrgico. O carvão nacional conservaria suas funções alternativas de gerador de vapor e de produtor de gás de iluminação, ambas economicamente significativas naquele tempo.

A Estação Experimental de Combustíveis e Minérios prosseguiu em suas pesquisas sobre o carvão, mas diversificou seus campos de investigação. Curiosamente, na Mensagem de 1922, o presidente Epitacio informa o Congresso de outro serviço em andamento naquela Repartição:

Merece destaque, embora não estejam ainda concluídos os respectivos estudos, o importante problema do aproveitamento do álcool como sucedâneos da gasolina nos

motores de explosão. A importância desse problema resulta, de um lado, da colossal importação de gasolina no Brasil e, de outro, do amparo que a sua solução prestaria à nossa indústria açucareira.

Isso em 1922, oitenta anos antes que a frota de carros *flex* proporcionasse a opção de combustíveis à classe média e melhor fortuna aos usineiros (pelo menos até que a Petrobrás fosse obrigada a vender gasolina com prejuízo para reduzir a inflação e aumentar a popularidade de certos políticos).

Quanto ao carvão, as pesquisas tecnológicas indicavam que, por enquanto, o nacional não podia competir com o importado. Era preciso aguardar o surgimento de algum processo mais eficaz de beneficiamento.

Mas Eptacio estava convencido da urgência de instalarmos uma indústria siderúrgica. Tinha testemunhado, nos países por onde passara, quão decisiva era aquela ferramenta para o progresso.

Havia mais. Ao passar pelos Estados Unidos, de volta da Conferência da Paz, o presidente-eleito fora procurado por Percival Farquhar, controvertido magnata norte-americano, que, na primeira metade do século XX, esteve diretamente envolvido em vultosos empreendimentos desenvolvimentistas da iniciativa privada no Brasil.

Farquhar estava entusiasmado com a ideia de exportar minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, operação naquela época impedida pelas autoridades brasileiras, temerosas do esgotamento das reservas e otimistas quanto à valorização futura das mesmas.

Eptacio convidou Farquhar a desenvolver o assunto no Brasil e, logo de início, submeteu o projeto a quatro condições:

Primeira, que as tratativas fossem conduzidas pessoalmente por Farquhar, sem as intervenções de “advogados administrativos” (os lobistas já então eram mal vistos, pelas suas contumazes tentativas de corrupção); segunda, que fosse construída usina siderúrgica para transformar em aço pelo menos 5% do minério exportado; terceira, que a estrada de ferro Vitória-Minas fosse prolongada e servisse ao transporte de terceiros; quarta – exigência crucial para o respeito ao sistema federativo – que o contrato fosse aprovado pelo governo de Minas Gerais (como não acontece hoje em dia com o petróleo fluminense e capixaba, o minério era mineiro...).

Essa última exigência foi fatal para o projeto de Farquhar. O contrato da “Itabira Iron” não foi ratificado por Arthur Bernardes, governador de Minas Gerais, e, a partir dali, enfrentou inumeráveis vicissitudes. O empresário norte-americano passou praticamente o resto da vida, em tratativas vãs com sucessivos governos e morou seus últimos anos no Edifício Biarritz na Praia do Flamengo. Viu parte de seu projeto dar à luz a vitoriosa estatal Vale do Rio Doce. Criou a Acesita, de aços especiais e perdeu-a para os bancos credores. Acreditou até o fim no Brasil, embora tenha feito aqui mais desafetos do que admiradores. Mereceu uma biografia encomiástica de um seu patrício, muito preconceituoso contra o Brasil, e um seriado de televisão quase tanto, mas em sentido inverso.

Para Epitacio Pessôa a ideia de transformar o “Quadrilátero” no “Ruhr do Brasil”, sonho que cultivava desde as primeiras viagens à Europa, permaneceu como frustração. Ao menos, graças à inovação que foi a abertura do assunto à discussão pública, pôde ver desmentida a cisma dos tímidos que a exportação de minérios de ferro esgotaria nossas reservas. Muito contente ficaria ele se pudesse saber que a Vale é hoje a maior empresa do setor e que,

em 2010 a exportação de minérios alcançou 27 bilhões de dólares, sendo este o primeiro item a superar a barreira dos 20 bilhões e sozinho garantir o superávit de nossa balança comercial.

A frustração, contudo, persistiu com respeito à grande usina siderúrgica, que somente surgiu, passados mais de vinte anos, no fim da Segunda Guerra, e Eptacio não viu nascer.

Frustração ainda maior, muito maior, sofreu o presidente Eptacio Pessoa com as obras contra a seca do Nordeste, como se verá mais adiante.

Eptacio adolescente presenciara a “grande seca” de 1877-79, cujos efeitos trágicos determinaram a intervenção assistencial do poder monárquico em prol das populações flageladas. Dali em diante, o socorro esporádico do Estado confundia-se com as iniciativas da caridade pública e as medidas preventivas, com escassos recursos, eram adotadas sem planejamento efetivo ou executadas com deficiências patentes.

Na virada do século, o melhor conhecimento das condições de produtividade do Nordeste, excelente nos intervalos de, em média, quinze anos entre duas secas, inspiraram a União a criar sucessivamente a Comissão de Açudes e Irrigação, em 1901, e as Superintendências de Estudos e de Obras contra os Efeitos das Secas respectivamente em 1904 e 1908. Os serviços científicos e técnicos então levados a cabo e a observação da experiência de outros países demonstraram que, sem a irrigação combinada com a construção de grandes açudes, o problema das secas não teria solução definitiva. Embora a Inspetoria de Obras contra Secas, criada em 1909, houvesse procurado imprimir a necessária sistematização aos trabalhos, os poucos recursos anuais, distribuídos irregularmente por diferentes ministérios, somente puderam ser aplicados em obras escolhidas, não entre as mais úteis, mas entre as que cabiam nos estreitos limites orçamentários.

Ainda assim, a seca de 1915-17, tão violenta quanto a de 1877, teve suas consequências econômicas, por comparação, muito atenuadas. De toda forma, as estatísticas já registravam mais de um milhão de mortos nos quarenta anos desde aquela “grande seca”. Não era possível continuar adiando o combate eficaz contra o flagelo.

Epitacio, nesse mesmo ano de 1917, no discurso de saudação ao conselheiro Rodrigues Alves, candidato à presidência, fez veemente apelo em favor do Nordeste:

Nos cuidados que deve merecer a situação interna da República, um dos problemas cuja solução se impõe, porque aumentará grandemente a nossa capacidade econômica, é o da extinção das secas no Nordeste brasileiro, fenômeno desolador que periodicamente nos rouba vidas preciosas, nos estanca fontes abundantes de renda e não abona a previdência dos governos do Brasil.

Após queixar-se de tudo que se tinha feito até então, sem plano, sem continuidade, desordenado e desconexo, passa a comparar o montante dos investimentos federais nas duas regiões do país. Conclui: “Será honroso para o governo de um filho do Sul mostrar, por medidas inequívocas, que essa desigualdade não resulta de causas intencionais”.

Ano e meio mais tarde, ao assumir o governo, em sua primeira mensagem ao Congresso, de 3 de setembro de 1919, inclui a extinção das secas no Nordeste, juntamente com o aparelhamento da nossa defesa militar como exemplos de programas a cujas despesas a nação devia acudir, mesmo com sacrifício, porque necessários para assegurar a própria integridade do país e desenvolver áreas de riqueza potencial, onde a população pobre vinha suportando pesadas privações.

Duas semanas depois, a 17 de setembro, em nova mensagem extraordinária ao Congresso, Epitacio Pessoa discorreu longamente sobre os estudos realizados pela Inspetoria das Secas desde 1909 e, sobre a experiência de países com regiões sujeitas a inclemências semelhantes – Índia, Egito, Argélia e Estados Unidos – onde a irrigação, bem planejada e melhor executada, era apontada como a solução definitiva do problema. Terminava por pedir ao Congresso:

1. Autorização ao governo para fazer operações de crédito, internas ou externas, não excedentes de 40 mil contos por ano (4,5 milhões de dólares) até o máximo de 200 mil contos, destinadas a construção e custeio de grandes reservatórios e canais de irrigação no Nordeste, bem como das obras complementares necessárias;
2. Criação de uma Caixa Especial das Secas, que, além do produto dessas operações, compreenda os seguintes recursos, aplicados aos serviços de juros e amortização dos empréstimos e às despesas de construção e custeio das obras:
 - 2.1. 2% da receita geral da República pelo prazo necessário à construção das obras;
 - 2.2. de 2 a 5%, pelo mesmo prazo e conforme a importância das obras, da receita ordinária dos estados, dependendo essa contribuição de acordo com o governo federal e podendo ser feita em terras devolutas;
 - 2.3. o produto da venda das terras cedidas pelos estados e das que forem desapropriadas;
 - 2.4. as rendas provenientes das obras de irrigação;
 - 2.5. contribuições ou donativos de qualquer outra procedência;

3. Desapropriação das terras necessárias para a construção das obras, das terras inundadas e, bem assim, das florestas indispensáveis à proteção dos mananciais;
4. Construção das obras administrativamente ou por contratos com profissionais ou companhias que já tenham executado trabalhos dessa natureza;
5. Administração e exploração das obras pelo governo federal até o pagamento das quantias despendidas;
6. Estabelecimento de taxas de irrigação e de conservação das obras assim como de preços de arrendamento das terras desapropriadas;
7. As terras irrigadas serão também sujeitas a desapropriação se seus proprietários deixarem de cultivá-las, de acordo com os regulamentos expedidos pelo governo, ou de pagar as taxas durante dois anos, fazendo-se em tais casos, a desapropriação por uma avaliação correspondente ao estado anterior das terras, excluídas as benfeitorias (era a reforma agrária *avant la lettre...*);
8. Preferência na venda e no arrendamento das terras desapropriadas em favor de famílias de agricultores residentes nos respectivos estados;
9. Autorização ao governo federal para regulamentar o funcionamento da Caixa, a arrecadação das taxas e a administração das obras.

A mensagem justificava convincentemente a instituição da contribuição por parte dos estados, objeto de acordo entre estes e o governo federal e proporcional aos resultados gradativamente verificados.

Como houvessem falhado as chuvas invernais daquele ano no Nordeste e a seca se estendesse, não foi difícil aprovar o projeto no Congresso. Com a data altamente significativa de 25

de dezembro de 1919, foi votado o decreto-legislativo nº 3965, que autorizava o início imediato das obras. Foi o natal mais festejado naqueles oito estados da federação.

O plano consistia basicamente na construção de reservatórios, canais, portos e estradas, assim como previa todas as obras ancilares necessárias.

Como as quatro empresas brasileiras convidadas se escusaram, por não terem condição de construir barragens daquele vulto, as obras foram contratadas com três firmas estrangeiras: a primeira era a maior empreiteira do ramo nos Estados Unidos, responsável pela construção de várias represas de enormes dimensões naquele país e por obras recentes de irrigação nos estados de Idaho, Colorado e Novo México; a segunda, inglesa, fora a construtora das redes hidráulicas de Londres e Manchester, e, durante a guerra, executara serviços de emergência para o governo britânico, na Romênia e em França (seu engenheiro-chefe dirigira obras de portos e estradas na Áustria, no Canadá, em Suez e no Chile, bem como a construção da imensa barragem de Lwymon no País de Gales; a terceira, também britânica, fora a construtora do porto do Rio de Janeiro e, portanto, tinha competência e idoneidade amplamente conhecidas no Brasil.

Nem a escolha criteriosa dessas três empresas, nem o fato de terem sido, por contrato, submetidas a controle direto e constante, com poder decisório, do governo federal no correr das obras, impediu que alguns jornalistas, os mesmos que, de início, as haviam visto como um ato de patriótica benemerência, passassem a explorar o tema com preconceito oposicionista, indiferentes aos interesses dos nordestinos e absolutamente jejunos em questões de engenharia.

Começou-se a denunciar o “panamá das secas” e o “conluio montado entre o governo e as firmas estrangeiras para lesar o

Tesouro Nacional”. Esse juízo destorcido não teve a aceitação pretendida, mas chegou a influenciar muita gente predisposta à crítica por pruridos de mau regionalismo.

Felizmente houve reações contrárias. São Paulo não se deixou contagiar. Em viagem àquele estado, em setembro de 1921, quando as obras do Nordeste avançavam a todo vapor, ao mesmo tempo em que o plano de valorização do café já prenunciava o surto de prosperidade paulista, o presidente Epitacio foi aclamado pela população reconhecida em Santos, em Ribeirão Preto e na capital. Em sessão solene no Teatro Municipal de São Paulo, o orador oficial, em sua saudação ao presidente, disse: “Nós abençoaremos a mão que empregar nas obras do Nordeste os lucros que das operações do café advierem ao estado de São Paulo”.

O presidente agradeceu o aplauso e o incentivo dos paulistas em empolgante discurso. Estava determinado a levar adiante, até o limite de seu mandato, a empreitada da redenção do Nordeste. Sua peroração ficou gravada na memória dos nordestinos:

Ide, os que combatem e malsinam a ação do meu governo; ide, penetrai naquela fornalha ardente; lançai as vistas sobre aqueles campos calcinados, onde as plantações desapareceram de todo, onde a vegetação feneceu e mirrou, e os bebedouros se ressequiram sob a centelha comburente do sol impiedoso; ide, percorrei aqueles chapadões intérminos, onde o silêncio apavorante das quebradas é apenas interrompido, de longe em longe, pelo mugido desesperado do gado sequioso e faminto; ide, segui agora as estradas, e vede aqui as ossadas daqueles que não puderam fugir mais longe ao horroroso flagelo e tombaram, inanidos e moribundos, para servirem de pasto, ainda com vida, à voracidade das feras e das aves de presa; ide e vede mais longe os que acabam de cair, alucinados

e arquejantes, e, olhos cravados na abóbada candente, numa última prece de compaixão e piedade, ou, talvez, numa derradeira imprecação de desespero e de insânia, aguardam, aniquilados e vencidos, o suplício dantesco dos que os precederam; ide e vede, por fim, a feira infinita dos que ainda podem arrastar-se, andrajosos e esqualidos, a face descomposta, o olhar desvairado, sem forças mais para carregarem os pequeninos, sem gota de leite para lhes calar o choro triste, enfraquecido e pungente, com o estômago torturado a contorcer-se na agonia da fome, a garganta em fogo a queimar-se no desespero da sede, a alma despedaçada, o coração confrangido de luto, de desolação e de dor; ide, vede, ouvi e dizei-me, depois, se eu estou ou se eu não estou redimindo um crime da Nação!

Esse discurso foi o mais vibrante, o mais exaltado e, por isso mesmo, o mais reproduzido em órgãos de divulgação. Muito sucesso alcançou também o discurso feito na Faculdade de Direito de São Paulo, por ser dirigido à juventude e por tratar de temas atraentes, como justiça e nacionalismo, na cadência típica da oratória de Epitácio:

Já alguém me chamou de “nacionalista”. Não pode haver qualificativo mais grato ao meu coração de brasileiro. Mas o meu nacionalismo, como já tive ocasião de dizer em público, não é feito de ódios e prevenções contra o estrangeiro, cuja colaboração nos é necessária, cujo auxílio desejamos para a exploração de nossas inesgotáveis riquezas latentes. O meu nacionalismo é feito de amor e de carinho por tudo quanto se relaciona com o Brasil, de zelo pelo seu nome, de esforço pelo seu progresso, de sonhos pela sua glória. O meu nacionalismo figura para mim um Brasil novo, rico e poderoso: o seu vastíssimo território rasgado de caminhos

de ferro, os seus rios imensos coalhados de barcos, uns e outros conduzindo para os seus portos, convertidos nos mais vastos empórios comerciais da pátria, os produtos variados do seu seio exuberante; a instrução difundida até as mais baixas camadas sociais; as suas artes, as suas ciências, as suas indústrias levadas ao apogeu do desenvolvimento; a sua palavra recebida com acatamento e respeito pelas mais poderosas nações do mundo nas conferências internacionais; a sua raça unida, robusta e laboriosa, procurando fazê-lo cada dia mais forte, mais culto e mais belo.

Moços, amai assim o Brasil! Amai-o desse amor que absorve a personalidade inteira; amai-o desse amor que se faz de abnegação e de sacrifícios, de devotamento e de ternura; amai-o e o vosso amor o iluminará, e o vosso amor o transformará em breve nessa grande nacionalidade dos meus sonhos, respeitada e temida, progressista e fecunda, gloriosa e feliz⁴⁰.

Essa viagem triunfal a São Paulo deve ter significado o auge de satisfação em seu período presidencial. Não por causa da vaidade lisonjeada, mas pela certeza de que o “estado-locomotiva” aprovava o projeto de desenvolvimento do Nordeste e não o deixaria esmorecer.

40 Os registros da crônica paulista, no fim desses discursos de Epitacio Pessôa, não falam, apenas, de “prolongados aplausos”, de “entusiásticas palmas”, mas de “ovação entusiástica e delirante”.

Figura 38: Estátua de E. P. na capital da Paraíba

Fonte: Acervo pessoal

As obras do Nordeste prosseguiram em ritmo acelerado durante todo o ano de 1922. De acordo com o plano inicial, a investida avançava em várias frentes: a construção simultânea de pequenas e médias barragens, de vias de comunicação – estradas de ferro, de rodagem e caminhos carroçáveis, capazes de levar material aos locais de trabalho e trazer a produção agrícola para os mercados – e, igualmente importante, o aparelhamento de portos para receber a maquinaria pesada importada do exterior e servir de escoadouro para a safra de algodão. Por sorte, a lavoura do “ouro branco” prosperava e esperava-se que voltasse a figurar com destaque na pauta de exportação da região.

O engenheiro Arrojado Lisboa, diretor-geral da Inspetoria das Secas, informava com regularidade do andamento das obras o presidente que, por sua vez, transmitia ao Congresso o quadro animador. Paralelamente ao avanço dos serviços fundamentais,

iam surgindo por toda parte núcleos de civilização: casas de habitação, armazéns, depósitos, farmácias, clínicas, oficinas e até usinas de eletricidade e sistemas de água. Tudo isso transformava a fisionomia do sertão e dava novo garbo a sua gente.

Epitacio queria viajar ao Nordeste para ver a evolução dos trabalhos e sentir a euforia da convalescença de sua terra natal. Já era 1922 e os acontecimentos preliminares da crise política ligada à sucessão presidencial retiveram-no na capital. Teve de abandonar a ideia da viagem. Resolveu designar uma comissão de três pessoas do Sul, idôneas, sem vínculos partidários e, portanto, insuspeitas, com a incumbência de avaliar as obras realizadas e dar parecer sobre se o dinheiro público estava sendo aplicado de maneira judiciosa.

Isso refletia também uma apreensão legítima. Era a manifestação do temor ante os perigos da descontinuidade administrativa, que entre nós faz mais estragos que muita calamidade climática. Havia o risco de que o governo seguinte procurasse ganhar prestígio junto à corrente oposicionista, esvaziando as obras do Nordeste de seu ímpeto ou, até mesmo, suspendendo-as.

A melhor estratégia era adiantar os trabalhos até o ponto em que se tornassem irreversíveis, por exigência da opinião pública local. Deviam, então, alcançar a etapa da construção dos grandes reservatórios, em que todos depositavam tantas esperanças.

As primeiras notícias da Comissão Verificadora foram auspiciosas. Davam conta dos serviços que se executavam no Ceará e na Paraíba. O telegrama dizia:

Todos os materiais necessários, quer aos portos, quer aos açudes, estradas de ferro e de rodagem em perfeita ordem e boa guarda. Todos os estudos das bacias hidrográficas, assim como o fornecimento do material nacional e o transporte do importado a cargo da Inspeção Federal, perfeitamente executados. Digna de menção a organização técnica e

administrativa dos serviços a cargo dos contratantes das obras, satisfazendo plenamente todos os requisitos para seu andamento rápido, sendo excelente o aparelhamento e proficiente, zeloso e disciplinador o pessoal profissional. Francos louvores também à parte das construções, à fiscalização e aos estudos confiados à Inspetoria Federal das Obras contra as Secas.

A Comissão Verificadora percorreu, no breve espaço de 32 dias, dois mil quilômetros em estradas de ferro e três mil e oitocentos de automóvel em minuciosa análise das obras realizadas e dos serviços implantados. Ainda assim, dos oito estados beneficiados, somente cobriu os do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Tanto lhe bastou para dar depoimento enfático em favor da correta aplicação dos dinheiros públicos nos serviços visitados.

O relatório final da Comissão só foi publicado após a transmissão do poder. Por um lado, não se prestou, por isso mesmo, a qualquer insinuação de intuitos adulatorios. Todos os elogios se dirigiam ao governo transato. Todos os números se referiam a resultados já ultrapassados e se limitavam aos três estados inspecionados. Afirmava a Comissão ter verificado ali as seguintes obras: a) 290 km de estradas de ferro construídas e em tráfego; 340 km com o leito preparado e 104 km em construção; b) 556 km de estradas de rodagem em tráfego total; 1.887 km em tráfego parcial e 143 km em andamento; c) 1.192 km de caminhos carroçáveis em tráfego total e 786 km em tráfego parcial; d) 229 açudes construídos e 51 projetados ou em estudos; e) 139 poços tubulares perfurados; f) os portos de Fortaleza, Natal e Paraíba em avançado estágio de construção; g) uma extensa rede telefônica; h) o serviço de coordenadas geográficas que, “organizado e dirigido superiormente, honra a Inspetoria de Obras contra as Secas”; i) “a maior parte dos elementos materiais para a conclusão das

obras, aparelhados, bem organizados e em franco movimento de trabalho útil”.

Infelizmente o relatório tardio da Comissão Verificadora não chegou a tempo de permitir a mobilização de uma campanha de opinião pública que impedisse a suspensão das obras contra as secas. Tampouco o filme feito pela Inspetoria Federal sobre os trabalhos já realizados influiu para alterar a decisão do novo governo. Em março de 1923, foram as obras suspensas “por motivo de ordem financeira”.

O relatório da Comissão Verificadora teve, contudo, um mérito inesperado e, seguramente, não intencional. Tendo levantado várias dúvidas específicas sobre a melhor oportunidade de determinados serviços, sobre a preferência por estradas ou caminhos carroçáveis, sobre a área irrigável por tal ou qual açude e coisas do gênero, o relatório forneceu matéria para que Epitacio Pessôa desse ainda maior substância técnica a sua defesa do projeto, na vã tentativa de o ressuscitar.

Durante três anos, até 1925, no Senado, em cartas enviadas da Haia, quando já era juiz da Corte de Justiça Internacional, em entrevistas à imprensa e, finalmente, em 50 páginas de seu livro *Pela Verdade*, o ex-presidente fez completa apresentação e emocionante justificativa das obras do Nordeste. Para ele, tudo havia sido um sonho de reparação social. Para os nordestinos, tratava-se de um plano de estadista que, levado adiante, significaria proteção contra a aspereza do clima e, muito mais, a abertura para a prosperidade.

As obras tinham custado no triênio 304.040 contos, dos quais 187.770 de material.

Epitacio encerra o capítulo do *Pela Verdade* sobre as obras do Nordeste com um misto de resignação e otimismo:

A irrigação do Nordeste tem que se fazer. É isto um dever de patriotismo, que não permite deixar ao abandono e improdutiva uma das mais férteis regiões do país, nem consente que se subordinem problemas dessa ordem a inspirações egoístas de um regionalismo imprudente; é também um dever de humanidade, que não deixa conservar exposta às ameaças periódicas de uma terrível calamidade, que já nos roubou mais de um milhão devidas, a população de oito estados da federação.

Na verdade, as obras do Nordeste, naquela extensão e com aquele ritmo, como Eptacio Pessoa as idealizara, nunca mais foram retomadas. Seus resultados parciais tiveram efeitos positivos e negativos.

Os efeitos positivos são óbvios. Os açudes construídos passaram a beneficiar os sertanejos ao seu redor. As estradas implantadas continuaram a prestar serviço à economia e às populações, inclusive possibilitando assistência e socorro aos flagelados. Da mesma forma, os portos e todas as instalações permanentes contribuíram para elevar a qualidade de vida do nordestino.

Os efeitos negativos foram menos ostensivos, mas insidiosos e duradouros. Os modestos melhoramentos levados ao Nordeste atuaram como pernicioso analgésico sobre a consciência nacional, entorpecendo-a. O próprio flagelo das secas perdeu dramaticidade, porque passou a ser acudido com mais presteza. Com o tempo, não se falava mais em dever de humanidade ou dívida de honra da nação. O nível de pobreza no semiárido nordestino continuou o mesmo, mas o resto do país aceitou conviver com isso. O sertanejo, que antes se apegava ao seu quinhão natal, olhou as estradas, inventou o “pau de arara” e migrou para o Sul. Nem nordestinos ilustres e gestores competentes, como José Américo, Juarez Távora ou Celso

Furtado, conseguiram trazer de volta o Nordeste para a posição de vanguarda que lhe prometiam a Geografia e a História.

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste e a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), o próprio DNOCS, herdeiro da Inspetoria das Obras contra as Secas, do lado oficial, os investimentos dos capitalistas atraídos pelos incentivos fiscais, as bandeiras da esquerda, de reforma agrária ou ligas camponesas, nada disso logrou mudar o destino daquela sofrida região. O açude de Orós, no Ceará, o maior do mundo, esperou quarenta anos para ser concluído por Juscelino Kubitschek em 1960 e, à míngua de canais de irrigação, beneficiou 25 mil hectares em vez de 120 mil, mas regularizou o regime do Rio Jaguaribe.

O presidente Lula, o mais bem-sucedido dos retirantes, deu aos nordestinos o “bolsa-família”, tábua de salvação, ou melhor, de sobrevivência. Mas o Nordeste, terra natal dele e de tantos outros que se mudaram e, muita vez, são discriminados alhures, o Nordeste, que poderia ter tido a sorte das zonas áridas de tantos outros países redimidas pela irrigação, o Nordeste, que poderia ser para o Brasil o celeiro de riquezas como é de cérebros, nunca encontrou quem o arrancasse da triste posição de segundo plano, motivo de frustração e de ressentimento⁴¹.

41 Nos anos recentes, mais ainda, o Nordeste ficou esquecido ou “fora de moda”, como observou o historiador Marco Antonio Villa, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, em terrível artigo-denúncia, publicado no jornal *O Globo*, de 9 de novembro de 2010.

OUTROS CAPÍTULOS DA PRESIDÊNCIA

A INTERVENÇÃO NA BAHIA

A crise política na Bahia eclodira após a eleição de dezembro de 1919 para governador. O grupo situacionista indicara como candidato o seu chefe, senador J. J. Seabra, “caudilho” conhecido em todo o estado por seus antecedentes políticos. A oposição, liderada por Rui Barbosa, lançara o nome do Dr. Paulo Martins Fontes e iniciara campanha pelos municípios do interior.

Epitacio Pessôa conhecia a má fama do “seabrismo” e tratava Seabra no Senado com frieza, ao passo que mantinha com Rui Barbosa relações de admiração e respeito mútuos, que haviam persistido após a disputa pela presidência, tanto que o convidara, já a 6 de setembro de 1919, para o cargo de embaixador representante no Conselho Executivo da Liga das Nações. Alertado de que o “seabrismo” estava utilizando agentes federais para contrariar direitos dos adversários, o presidente removeu-os todos, inclusive o comandante da Região Militar. Foi logo acusado de parcialidade a favor dos opositoristas. Ainda procurou promover o entendimento entre as facções em conflito, telegrafando a J. J. Seabra e concitando-o, em vão, a renunciar à candidatura em favor de um *tertius*.

A 29 de dezembro realizou-se a eleição, que transcorreu em ordem e sem incidentes, segundo o depoimento do novo comandante militar, general Cardoso de Aguiar, dos Diretores das Faculdades do Estado e de representantes da imprensa carioca enviados a Salvador para acompanhar o pleito. Naturalmente, as duas correntes se declararam vitoriosas. Dias depois, chegavam notícias do interior do estado da formação de bandos armados com a intenção de marchar sobre a capital.

A princípio restrita a alguns municípios, a sublevação se alastrou, assumindo proporções ameaçadoras. A 17 de fevereiro, o governador Antonio Moniz, impotente para dominá-la com as forças estaduais, telegrafou ao presidente, pedindo a intervenção federal, nos termos do artigo 6º, nº 3, da Constituição, “para o restabelecimento da ordem e da tranquilidade públicas”. No dia seguinte, o presidente do Superior Tribunal da Bahia, Dr. Bráulio Xavier, fazia comunicação ao chefe de Estado, em termos semelhantes, reforçando o pedido.

Epitacio solicita ainda o depoimento do general Cardoso de Aguiar e, sem aguardar a resposta, tenta nova gestão junto a J. J. Seabra, desta vez, por telegrama de 19 de fevereiro, instando-o a renunciar ao cargo para o qual se dizia eleito, perante a Assembleia, que convocaria novas eleições com o lançamento de um nome aceitável de conciliação. Seabra respondeu relutante, sem se comprometer.

Nesse ínterim, o general comandante da Região reforçara o pedido de intervenção, com depoimento alarmante sobre a situação reinante, confirmado por telegramas de pessoas insuspeitas de parcialidade.

Epitacio insiste junto a Seabra, por telegrama de 21 de fevereiro e, novamente, no dia seguinte, pinta-lhe, em longo telegrama, os riscos envolvidos por uma intervenção federal para a população do estado. Aponta-lhe também o prejuízo político para ele próprio, presidente, em início de mandato, obrigado a tomar medida tão impopular.

Seabra, ou porque estivesse finalmente convencido pela persuasiva argumentação do presidente, ou porque, conhecedor das idiosincrasias da política baiana, soubesse, de antemão, inviável sua renúncia de undécima hora, telegrafa ao presidente aquiescendo com a proposta e comprometendo-se a indicar à convenção do partido o nome do presidente do Senado estadual,

Frederico Costa, para candidato ao governo. De posse desse telegrama, recebido na manhã de 23, Eptacio chamou ao Palácio Rio Negro (em Petrópolis) o senador Pedro Lago e pediu-lhe que consultasse Rui Barbosa se aceitava o acordo na base proposta por Seabra.

Eptacio talvez achasse que Rui estava na Bahia. Este talvez achasse que a sublevação seria vitoriosa ou considerasse o nome do presidente do Senado estadual tão ruim quanto o do caudilho. Talvez julgasse que o presidente, com quem mantivera diversos encontros sobre o assunto, não decretaria a intervenção contra o seu abalizado parecer. De toda forma, a resposta de Rui Barbosa foi uma negativa peremptória.

No mesmo dia foi decretada a intervenção.

Passados tantos anos do episódio que causou maiores danos ao Brasil do que à Bahia, cabe especular sobre as consequências da falta de comunicação. Se os dois ilustres brasileiros, Eptacio e Rui, se tivessem encontrado naquele dia – afinal, estavam a quinhentos metros um do outro, pois essa é a distância entre o Palácio Rio Negro e a casa de Rui Barbosa, na Avenida Ipiranga, em Petrópolis – não teria sido possível uma solução que evitasse ao país a perda de um brilhante embaixador na Liga das Nações e o trauma de uma intervenção federal, que trouxe sério desgaste de popularidade ao governo? Foi nessa ocasião que surgiram os primeiros insultos e descomposturas contra o presidente que agira no estrito cumprimento do dever de magistrado.

Atendendo a expressas recomendações de Eptacio, o general Cardoso de Aguiar negociou separadamente com cada um dos chefes insurretos e a intervenção se fez sem qualquer derramamento de sangue; a 24 de março completou-se a pacificação do sertão baiano.

Entretanto, no dia mesmo do decreto de intervenção, o senador Rui Barbosa escreveu ao presidente, renunciando, antes de

assumi-lo, o cargo de representante na Liga das Nações. Na longa carta Rui fazia profecias calamitosas sobre o destino da Bahia, cuja existência seria virtualmente extinta, “encharcada mais quatro anos na política inominável de um governo dela indigno e por ela repudiado”. Posteriormente publicou uma série de artigos, que formam o primeiro volume de uma obra intitulada *O artigo 6º da Constituição e a intervenção na Bahia em 1920*.

Epitacio contestou-o em 30 páginas da Mensagem ao Congresso, de 3 de maio de 1920, reproduzidas no *Pela Verdade*, livro-síntese do seu governo. A carta-renúncia de Rui Barbosa, a resposta de Epitacio e o debate entre os dois sobre a interpretação da Constituição alinham-se entre as mais estimulantes leituras para quem se interessa pela História daquela época e pela soberania do Direito.

À primeira vista, a decisão do presidente pareceu um ato puramente jurídico, antes que político. Como teria sido fácil para qualquer outro negligenciar o rigor de sua convicção sobre a obrigatoriedade da intervenção e buscar uma saída paliativa, para poupar-se do dissabor de ir de encontro ao pensamento da maioria da opinião pública. Como teria sido melhor contar com o aplauso de Rui Barbosa do que dar vantagem a J. J. Seabra, cujo reconhecimento de antemão dispensava. Como teria sido mais cômodo livrar-se da irritação, senão da revolta, de ler insultos na imprensa e adotar uma linha de menor resistência (não necessariamente nos moldes da alvitrada em telegrama por Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã* e, àquela altura, pressuroso em agradecer, que sugeria o nome do general Pessôa, irmão do presidente, para interventor na Bahia). E não teria sido preferível concentrar sua atenção e seus esforços no equacionamento dos grandes problemas nacionais, a dispersá-los, primeiro, em tentativas de acordo entre as facções baianas, depois, com a colaboração de Calógeras, em minuciosa orientação ao general Cardoso de Aguiar para obter

a rendição dos sublevados em termos aceitáveis e sem disparar contra eles um tiro sequer?

Sim, teria sido mais fácil, mas não preferível. E nem se fale do ponto de vista da consciência. Mesmo do ponto de vista político, a intervenção teve um mérito incontestável. Se o governo federal, por omissão ou distorção do entendimento do texto constitucional, tivesse favorecido a derrubada da situação baiana, por mais reprovável que essa parecesse, e o acesso ao poder da corrente oposicionista, por mais simpática à opinião pública, estaria assumindo as funções de “instância revisora dos atos dos poderes estaduais”. A destituição dos governos estaduais ficaria ao alvitre do governo federal. Seria a ditadura, como o país conheceria mais tarde, por duas vezes e por tempo excessivo.

Para quem não quiser buscar na leitura dos documentos citados a minúcia dos fatos, aqui vai uma tentativa de resumo.

O artigo 6º da Constituição de 1891 dizia que o governo federal não poderia intervir nos estados, salvo nos casos que ela indicava. Esses casos eram: a) a invasão por um exército estrangeiro (art. 6º, nº 1); b) a subversão da forma republicana federativa (art. 6º, nº 2); c) para o restabelecimento da ordem e da tranquilidade pública (art. 6º, nº 3) e, finalmente, d) na ocorrência de violação das leis e sentenças federais.

Ora, não tinha havido invasão estrangeira, nem subversão da forma republicana, pois que os três poderes, executivo, legislativo e judiciário do Estado estavam reconhecidamente em funcionamento. Se tivesse havido violação das leis federais, como alegava a oposição, referindo-se às leis que garantem os direitos e as liberdades dos cidadãos e desejando que a intervenção fosse feita a seu favor, o pedido de intervenção deveria ser da competência do poder judiciário, que não o fez.

Restava, portanto, o caso de comoção interna e a intervenção para o restabelecimento da ordem e da tranquilidade pública. A requisição fora feita por um governo de legitimidade incontestada e a gravidade das ocorrências era proclamada também pelos adversários.

O argumento inicial da oposição era de natureza semântica. A palavra “salvo”, que abria exceções a uma proibição, daria ao governo a liberdade de intervir ou não. Tendo o arbítrio de não intervir, não o deveria ter feito.

Epitacio contestou essa interpretação em sua mensagem de 3 de maio. Acaso o governo federal poderia intervir ou não se um estado fosse invadido por um exército estrangeiro? Poderia intervir ou não, onde se tenha abolido a forma republicana federativa e proclamado o regime monárquico?

Não sendo admissível que entre três dispositivos subordinados à mesma cláusula exceptiva do mesmo preceito proibitório, dois signifiquem obrigação e o terceiro faculdade, força é convir que, se as exceções abertas pelos números 1 e 2, do artigo 6º à regra proibitiva de sua frase inicial não representam permissões, de permissão também não cogita a exceção do nº 3.

Uma vez verificada a existência real de subversão e evidente a legitimidade dos poderes estaduais que requerem o auxílio da União, o dever do presidente da República é atender à requisição. O seu arbítrio cinge-se à verificação dos fatos alegados. Fora daí, não há arbítrio, só há dever.

O novo argumento dos opositoristas passou a ser que o presidente devia ter intervindo, nomeando um interventor “mediante quem presidisse a uma eleição livre, onde, concorrendo

as duas partes, se liquidasse a verdade sobre a eleição anterior, objeto e causa do conflito”.

Em sua contestação, Eptacio trata da figura jurídica do interventor, para lembrar que ainda era um dos pontos controvertidos da nossa jurisprudência:

O maior dos nossos constitucionalistas, o Sr. Rui Barbosa, entendia em 1906 que “à nomeação do interventor se opõe o regime constitucional, analisado como deve ser”. Mais tarde, em 1913, Sua Excelência modificou essa opinião, admitindo que “o Congresso Nacional, mas não o Presidente da República, pode nomear interventor”. Outros sete anos depois, em 1920, o nobre Senador corrigiu ainda uma vez o seu modo de ver, para cair no extremo oposto e ensinar que também “o poder executivo pode nomear interventor em qualquer caso do art. 6º, mesmo no caso do nº 3”.

Eptacio Pessoa sempre julgou constitucional a figura do interventor. “Nem é possível conceber intervenção sem interventor, seja este o próprio presidente da República ou um seu representante”. Mas há categorias diferentes de interventor. Há o agente simplesmente incumbido de executar sua função sob as ordens do governo federal, sem qualquer atribuição administrativa, como foi o general Cardoso de Aguiar, e há o enviado político com poderes administrativos e certa independência, capaz de anular um pleito e convocar outro. Era esse o interventor que a oposição baiana passou a querer.

Eptacio julgava que a intervenção feita a pedido do governador do estado e decretada com fundamento no artigo 6º, nº 3 da Constituição é um auxílio que a União lhe presta para garantir-lhe a autoridade e, portanto, não pode começar por privá-lo dessa autoridade, destituindo-o. Seria uma violência e uma deslealdade.

Como Epitacio Pessôa não cometeu esse ato, foi criticado, sem perdão, até o fim de seu governo pela facção descontente dos baianos.

Perdão e reconciliação prosperaram rapidamente na Bahia, que não deixou de existir, nem se encharcou de sangue. Dois anos depois da malfadada intervenção, J. J. Seabra, o Réprobo, foi candidato a vice-presidente da República, na chapa de Nilo Peçanha, com o apoio vigoroso de seus ex-adversários baianos.

A intervenção federal na Bahia deflagrou, como Epitacio previa, a campanha de oposição ao seu governo de alguns importantes órgãos da imprensa.

A lua de mel entre o presidente e a oposição, porém, não acabou abruptamente. Mesmo o *Correio da Manhã*, cuja circulação foi sempre diretamente proporcional aos seus ataques aos governos, manteve durante meses atitude de respeitosa cerimônia. Embora contrariado com o desfecho da crise baiana, seu diretor-proprietário, Edmundo Bittencourt, publicou, em artigo assinado de 21 de janeiro de 1921, o seguinte:

Quanto ao governo atual, a minha convicção de brasileiro é que ainda não houve no Catete, depois de Prudente de Moraes, um homem da capacidade e da inteireza moral de Epitacio Pessôa. Por isso, tenho vergonha e sinto frêmitos de indignação, quando vejo um gatuno (referência a um colega de imprensa) cobrir de insultos e de chalaças grosseiras este homem de bem que está no seu posto de governo, servindo honradamente a sua Pátria...

E mais adiante:

A oposição ao honrado Dr. Epitacio Pessôa, fique sabendo o público e, sobretudo, a mocidade brasileira, que tem o dever de velar pela dignidade do Brasil, provém de uma só causa: o governo suspendeu todas as subvenções que o

Tesouro pagava aos jornalistas mercenários e, apesar das ameaças, da chantagem e das súplicas que estes lhe têm feito, permanece inflexível. Esta é que é a verdade. É pena que o honrado Dr. Epitacio Pessôa, por mal-entendida solidariedade com os seus antecessores, não queira publicar a lista das pensões que ele suspendeu...

De fato, o próprio presidente Campos Salles admitira em seu livro *Da Propaganda à Presidência* haver subvencionado a imprensa, para evitar que a facção desabrida e escandalosa o impedisse de levar adiante “a obra de salvação financeira do país”.

Epitacio Pessôa não subvencionou a imprensa, mas, tampouco, procurou cerceá-la por meios antidemocráticos. O que ele fez sistematicamente foi, a exemplo do barão do Rio Branco, servir-se das “várias” e “a pedido” do *Jornal do Commercio* para defender-se e a seu governo de ataques imerecidos.

Esse procedimento calou fundo na consciência do povo. Ao longo do governo cresceu o prestígio do presidente junto à opinião pública, agradada com as explicações provenientes do Catete para cada ato, cada decisão, cada projeto que houvesse suscitado críticas da oposição.

Sobretudo a maioria responsável das forças armadas se deixou impressionar favoravelmente por esse comportamento altamente democrático, que combinava rigoroso exercício da autoridade com o devido apego à aprovação da cidadania.

Episódio ilustrativo do tipo de imprensa escandalosa e de má-fé, ocorrido em 1920, com desdobramento posterior, vem minuciosamente relatado pelo próprio Epitacio Pessôa em seu livro *Pela Verdade* (I.N.L., 1957, p. 503-532).

Era do conhecimento geral que as chamadas “classes produtoras” – indústria e comércio da capital – representadas pela já centenária Associação Comercial do Rio de Janeiro, haviam

apoiado a candidatura de Rui Barbosa na eleição de 1919. Por essa razão, os membros da ACRJ acreditavam que se acentuaria o ostracismo em que aquela entidade vinha sendo mantida de algum tempo por sucessivos governos da República.

Epitacio julgou, corretamente, de maior valor contar com a colaboração desse importante setor da sociedade e, para tanto, marcou uma visita à sede da Associação, em maio de 1920.

Segundo depoimento escrito de Antonio de Araujo Franco, então presidente da ACRJ, “o discurso sensacional” que o presidente proferiu na ocasião conquistou a entusiástica aprovação da numerosa plateia. Sensibilizado pelo generoso acolhimento, Epitacio resolveu oferecer em julho, no Palácio do Catete, uma recepção ao Comércio e à Indústria. Fê-lo a título particular e à sua própria custa.

Coube, então, aos expoentes das ditas classes produtoras a iniciativa da retribuição. Organizaram um baile para o mês de agosto, no Clube dos Diários, em honra do casal presidencial. A fim de evitar a contribuição pecuniária da Associação Comercial ou de outras agremiações, conforme explicou o presidente da ACRJ, foi aberta uma lista de adesões entre comerciantes e industriais.

A subscrição superou o orçamento da festa e com o excedente foi comprado um mimo-surpresa para a senhora Mary Pessôa— um colar de pérolas (de volta única).

A festa e a entrega da joia verificaram-se no dia 14 de agosto de 1920 (grave-se esta data).

Pois bem. Mais de dois anos antes, em junho de 1918, preocupado com o desabastecimento de gêneros de primeira necessidade em função da guerra, o governo anterior, de Wenceslau Braz, havia criado o Comissariado de Alimentação Pública, incumbido de fixar limites à exportação, sujeitando-a ao regime de licenças especiais, e de estabelecer preços máximos para a venda

por atacado de determinados produtos, tais como carne, cereais, café, açúcar, banha, etc.

Na primeira mensagem ao Congresso, Eptacio Pessôa manifestou a intenção de encaminhar a volta à liberdade do comércio, tanto mais que as circunstâncias criadas pela guerra já não exigiam as severas restrições previamente vigentes. Não quis, porém, eliminá-las ex-abrupto para não correr o risco de escassez e carestia de gêneros, intolerável para as classes menos favorecidas. Autorizado pelo Congresso por lei de janeiro de 1920, o governo passou a suspender pouco a pouco as tabelas de preços máximos e autorizar quotas crescentes de exportação, sempre atendida a exigência de estoques suficientes para o mercado interno. A volta paulatina e cautelosa à plena liberdade das transações fez-se através de várias medidas de caráter geral, extensivas a todas as regiões do país e amplamente divulgadas; três das quais anteriores ao tal baile do Clube dos Diários e ao presente do colar. A quarta providência liberatória, a 5 de outubro de 1920, cinquenta dias depois daquele evento social, declarava livre a exportação de açúcar pelos diversos portos brasileiros, garantidos determinados estoques nas capitais dos estados e na capital federal, para atender às necessidades do consumo interno.

Tanto bastou para que alguns jornais oposicionistas da capital afirmassem que a medida governamental tinha sido tomada para beneficiar a firma do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Este empresário negou que houvesse exportado uma saca sequer de açúcar em todo o ano de 1920 e exibiu a certidão da alfândega nesse sentido. A intriga não prosperou e a tentativa de difamação do presidente pareceu frustrada. O próprio diretor-proprietário do *Correio da Manhã* publicou o referido artigo encomiástico ao presidente Eptacio Pessôa em janeiro de 1921.

Dois anos e meio mais tarde, já no governo de Artur Bernardes e na ausência do Sr. Edmundo Bittencourt, o diretor responsável interino do *Correio da Manhã* publicou editorial seguido de uma série de artigos, em que se continha a acusação formal de suborno do ex-presidente pelo “grupo de negociastas” da Associação Comercial.

Foi um passo em falso, porque subestimava a capacidade de indignação de Epitacio Pessôa, seus conhecimentos jurídicos e sua competência como advogado⁴².

O resultado foi desastroso para o difamador. Foi condenado a um ano de prisão, decisão confirmada em instâncias sucessivas até o Supremo Tribunal Federal. A pena, aliás, deveria ter sido de dois anos, segundo a lei, mas o juiz se enganou. Epitacio não se interessou por corrigir o equívoco porque se apiedou da família do caluniador. Não quis, entretanto, perdoá-lo porque não notou qualquer sinal de arrependimento do detrator.

VISITA DOS REIS DA BÉLGICA

A visita dos reis da Bélgica foi o grande acontecimento social em 1920. Mais do que isso. Tamanha honra, em caráter exclusivo para a jovem República, representou considerável acréscimo de prestígio internacional, numa época em que a comparação com a Argentina em quase nada nos favorecia.

42 Ernani Sátiro, o ilustre político e escritor paraibano, escreveu sobre Epitacio-advogado: “Não fica devendo nada a ninguém – mas, absolutamente a ninguém, neste país – no poder de argumentação. Seus arrazoados jurídicos – sobre terrenos de marinha, como sobre recurso extraordinário, sobre intervenção federal, como sobre o *habeas corpus* – constituem um cerco de onde se não consegue sair. Não é só o brilho, o vigor, o conhecimento dos institutos jurídicos. É principalmente a dialética. Nesse ponto ninguém o excedeu. Ninguém. E como gosto de dizer as coisas por inteiro, não posso ocultar o que estou sentindo: nem Rui Barbosa o suplantou”.

Figura 39: Chegada dos reis da Bélgica (1920) – O rei Alberto e E. P.



Fonte: Acervo pessoal

O rei Alberto conquistara a admiração mundial durante a Grande Guerra. Opusera-se à passagem das tropas alemãs por território belga e combateu-as à frente de seu modesto exército, mudando seu quartel-general de Louvain para Antuérpia e de Antuérpia para La Paume, de onde visitava frequentemente as trincheiras. Quando a ofensiva final dos aliados decidiu a guerra, o rei comandava as divisões belgas e francesas do Setor Norte; retomou Ostende e Brugge e fez entrada triunfal em Bruxelas, em novembro de 1918. Acompanhava-o sua mulher, Elizabeth, que trabalhara todo o tempo como enfermeira no Hospital de La Paume⁴³.

Hábil condutor de homens, dotado de personalidade ao mesmo tempo afirmativa e cativante, o rei Alberto soube mobilizar

43 As placas da Avenida Rainha Elizabeth, na Zona Sul do Rio de Janeiro, a identificam como rainha-enfermeira.

os melhores elementos dos principais partidos políticos para promover a reconstrução da Bélgica. Seu reinado no imediato pós-guerra transcorreu em produtiva harmonia. Foi o último período de imperturbada prosperidade, antes que as dissensões internas, agravadas pela Segunda Guerra e o consequente desequilíbrio entre a ascendente Flandres e a decadente Valônia, passassem a ameaçar a própria unidade nacional.

Figura 40: A rainha Elisabeth e Mary Pessôa (1920)



Fonte: Acervo pessoal

A rainha Elisabeth, mais alegre e extrovertida que o marido, menos dotada do que ele para as atividades atléticas, era, contudo, detentora de uma curiosidade científica de alto nível. Era da linhagem dos Wittelsbach, parecia possuir os encantos pessoais

de sua tia e homônima imperatriz da Áustria, sem qualquer dos seus defeitos. O casal representava o que de mais fascinante podia oferecer ao mundo a nobreza europeia no ocaso da *Belle Époque*.

A viagem dos monarcas belgas ao Brasil foi um tremendo sucesso. Encheu de orgulho o povo anfitrião, principalmente a população do Rio, de São Paulo e de Minas Gerais, que participou com emoção das homenagens aos visitantes. Ainda mais privilegiada sentiu-se a sociedade das três capitais, que os conheceu mais de perto nas recepções, nos banquetes oficiais, nos *garden parties*, nos concertos e na festa veneziana na enseada de Botafogo. Emocionados e orgulhosos ficaram os cientistas, os técnicos e os funcionários de Manguinhos, do Butantã, do Museu Nacional, do Instituto de Pinheiros, do Observatório Astronômico que puderam exibir ao casal real e sua comitiva suas instalações e seus serviços. (Na visita a Manguinhos, o rei, de tão favoravelmente impressionado, pediu que dois pesquisadores belgas viessem completar seus estudos naquele Instituto).

Os tempos eram outros. Nossas cidades, de aspecto provinciano, desconheciam a violência. Mesmo no Distrito Federal, que contava o dobro dos habitantes de São Paulo, a população cultivava hábitos tradicionais, reagindo de modo homogêneo ao estímulo dos acontecimentos, como se tratasse de uma cidade do interior. Os institutos de pesquisa de opinião se existissem naquela época, correriam menor risco de erro.

Em geral, atuante e participativo, o povo mostrava melhor sintonia nas manifestações coletivas. Festejava nas ruas o carnaval, vibrava nas paradas militares e nas procissões religiosas, começava a entusiasmar-se pelo futebol, frequentava com maior assiduidade os parques do que as praias, vestia-se de maneira uniforme,

atendida naturalmente a condição social. Era mais fácil mobilizá-lo, embora não houvesse ainda estações de rádio⁴⁴.

A visita dos reis da Bélgica foi, por isso, um acontecimento retumbante. Era natural e vibrante o envolvimento popular, tanto nas cidades, como no percurso entre elas. Nos lugarejos onde houvesse uma estação de estrada de ferro, o trem da comitiva oficial era obrigado a parar pela aclamação do povaréu aos visitantes reais.

Todo mundo participava do espetáculo, quase sempre espontaneamente, movidos uns por admiração, outros por curiosidade. Décadas mais tarde, ainda se ouviam relatos, com detalhes, de testemunhas envaidecidas de terem estado presentes e compartilhado o entusiasmo coletivo.

Essa acolhida calorosa, bem brasileira, conquistou Albert e Elizabeth definitivamente. O carinho popular teve inúmeras oportunidades de manifestar-se, graças ao programa informal e descontraído, que, na medida do possível, foi oferecido aos soberanos, permitindo-lhes tempo livre para atividades esportivas e de lazer. Assim é que, todas as manhãs, o rei saía do Palácio Guanabara e ia nadar em Copacabana em meio aos frequentadores anônimos do Posto 6. A rainha preferia passeios pelos arredores do Rio, em especial, a Floresta da Tijuca.

Ambos apreciavam instruir-se sobre a fauna e a flora tropicais, com perguntas específicas, que, à falta de entendidos de plantão, Epitacio e Mary Pessôa procuravam responder de maneira convincente.

Além das visitas oficiais a Belo Horizonte e São Paulo, onde foram hóspedes dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís, os reis desceram às profundezas da mina de ouro de Morro

44 A primeira transmissão radiofônica no Brasil foi realizada com certa solenidade pelo presidente no dia 7 de setembro de 1922 e ocorreu simultaneamente à inauguração da exposição internacional em comemoração ao centenário da Independência.

Velho, pernoveram na maior fazenda de café de São Paulo, em Guatapar, e, de volta  capital, subiram a Petrópolis e Teresópolis, inaugurando a recém-concluída estrada de rodagem entre as duas cidades de veraneio. Tão encantados ficaram com a nossa mata atlântica que pediram para acampar naquele cenário, por todos os títulos diferente da monotnia de seu *plat pays*. Seu desejo foi satisfeito: armaram-se barracas na floresta, perto de Teresópolis, para que o rei e a rainha passassem três dias em contato com a natureza, em companhia de ajudantes-de-ordens dos dois países, empenhados em diminuir-lhes o desconforto da situação.

Figura 41: E. P. com o rei Alberto, em Teresópolis



Fonte: Acervo pessoal

Entre os programas escolhidos pelo casal Pesso para distrair o casal visitante, causou-lhes grande prazer a exposição do conjunto “Os 8 batutas”, que marcou o início da consagração de Pixinguinha.

Os reis dos belgas e sua comitiva haviam sido trazidos da Europa no encourado “São Paulo”, que, antes, fizera visitas de

cortesias à Inglaterra e à França. A travessia de Zehbrugge ao Rio de Janeiro durou 19 dias, de 1º a 19 de setembro. A 16 de outubro o “São Paulo” partiu, levando-os de volta. Foi outra travessia de duas semanas e meia.

O monarca de maior renome no mundo fora hóspede do Brasil durante mais de dois meses e voltava encantado. Para recebê-lo de modo condigno, houve, por certo, despesas extraordinárias, autorizadas pelo Congresso. A maior parte delas constituíam benfeitorias que passaram a enriquecer o patrimônio nacional. O Palácio Guanabara foi, com seus jardins, remodelado e guarnecido de mobília, tapetes, alfaias e quadros. Ficou pronto para sua função específica, a de receber hóspedes ilustres da Nação. O encouraçado “São Paulo” passou por luxuosa adaptação. Concluiu-se uma estrada de rodagem e renovaram-se equipamentos de estradas de ferro. Foram adquiridos seis automóveis. Houve aquisições para a Marinha e o Exército.

Todas as despesas foram obviamente aprovadas pelo Tribunal de Contas. Somaram 11.420.542\$262. Nesse total incluiu-se a despesa do retorno ao Brasil do encouraçado “São Paulo”, que, como se sabe, fez escala em Lisboa para receber os restos mortais de D. Pedro II e de D. Tereza Cristina, uma vez que Epitacio Pessôa obtivera do Congresso a revogação do banimento da família imperial e autorizara a volta ao país dos restos mortais do imperador e da imperatriz.

Pois bem. Durante a estada dos reis da Bélgica no Brasil, alguns jornalistas da capital passaram a cobrar do governo publicação do montante das despesas incorridas com a visita oficial. Epitacio admoestou-lhes a falta de educação. Em verdade, era a primeira vez que o país recebia a visita de um chefe de Estado europeu e não se podia esperar muito do traquejo social de certos setores de nossa imprensa naquela época. Mas querer dizer ao hóspede

quanto se despende para obsequiá-lo era uma grosseria! Mais que isso. Era fazer oposição ao governo à custa da boa reputação do país no exterior.

A exploração do tema parecia oferecer atrativos tentadores para os profissionais da difamação e para aprendizes do gênero, então em voga na imprensa carioca. Passados vários meses do retorno dos reis à Europa, quando as despesas com a visita estavam sujeitas à apreciação do Tribunal de Contas, em abril de 1921, um jornal da capital obteve, provavelmente por indiscrição de algum funcionário daquele órgão a lista de gastos realizados. Não resistiu à oportunidade do “furo”. Sem escrúpulos, publicou-a completa, com os nomes corretos dos 122 fornecedores, mas com as importâncias aleatoriamente majoradas pela anteposição, intercalação ou posposição de um ou dois Algarismos. A despesa total passou a ser 27.366.273\$114 em vez de 11.420.542\$262. É lógico que a fraude foi facilmente desmascarada. A falsificação resultou impropícia nesse caso. Mas não foi descartada como substituta espúria da notícia verdadeira. Voltaria na hora da sucessão presidencial, com o episódio das “cartas falsas”, que tanto dissabor trouxe ao candidato Artur Bernardes e tamanhos riscos às instituições democráticas.

Os anos de 21 e 22 deviam ser marcados por eventos auspiciosos, para os quais a comemoração do Centenário da Independência e a exposição internacional por sua causa organizada seriam o ápice apropriado.

Com efeito, os acontecimentos pareciam atropelar-se, em ritmo acelerado. Uns retrocediam ao passado, outros miravam o futuro como ocorre quando a gente é contagiada de otimismo.

Havia razão para tanto. A Grande Guerra terminara e, acreditava-se então, “acabara com todas as guerras”. A paz tivera seu ordenamento e sua manutenção entregues a uma entidade, a

Liga das Nações, adrede criada pelos melhores estadistas. A reconstrução da Europa ganhava ímpeto. Nas Américas falava-se mais da cooperação do que de imperialismo.

O Brasil fora eleito para o Conselho da Liga das Nações e tivera solução favorável para as duas questões econômicas que levava à Conferência da Paz. O país completava um triênio de prosperidade. O crescimento de produto interno bruto alcançara a média de 7,4 por cento durante o mandato de Epitacio Pessôa, o resultado mais alto desde a proclamação da República e que somente seria igualado mais de duas décadas depois.

O maior dinamismo no processo de formação de capital decorrente *da grande expansão do investimento estrangeiro, a inflação controlada e os efeitos sociais do bom desempenho do governo nas áreas da agricultura, da saúde e da infraestrutura (viação e obras públicas)* contribuía para a difusão da euforia.

Na capital da República a população se mostrava propensa a festejos de toda ordem. O Rio apresentava feições renovadas e um leque de obras de envergadura abria a perspectiva de melhoria urbana por toda a parte. O prefeito Carlos Sampaio estava decidido a conduzir com brilho sua administração.

O desmonte do morro do Castelo avançava ligeiro. O chão de terra cedia aos jatos d'água e ia criar como aterro novas áreas nobres na orla do mar, do Calabouço ao bairro da Urca. A urbanização e saneamento da Lagoa e do Jardim Botânico chegavam ao fim. A Avenida Atlântica fora refeita, após calamitosa ressaca. O túnel João Ricardo, recém-perfurado, passava a servir à população da Saúde e da Gamboa, ligando a zona portuária à Central do Brasil. Havia sido iniciadas as obras da rodovia Rio-Petrópolis (somente concluídas no quadriênio Washington Luís). Fora aprovado o projeto da Avenida Independência, de acesso à Zona Norte (somente executada mais de 20 anos depois, com traçado paralelo ao original

e com o nome de Avenida Presidente Vargas). Havia sido obtido o financiamento para eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil (também ela adiada para a geração seguinte de usuários).

O Jardim Botânico fora reformado, tanto do ponto de vista paisagístico, quanto do funcionamento técnico. Havia sido criada a Diretoria de Meteorologia, desmembrada do Observatório Nacional, com a incumbência de realizar a previsão de tempo e o fornecimento regular de informações para a atividade agrícola, nas regiões Sudeste e Sul, e para a incipiente navegação aérea entre o Rio e Porto Alegre.

Era um surto de progresso que se irradiava em diferentes direções, estimulando a criatividade das pessoas e fazendo-as antecipar o futuro com um misto de confiança e ansiedade.

Multiplicavam-se no Rio as pedras fundamentais: da Câmara de Deputados, no local da antiga Cadeia Velha, onde Tiradentes fora martirizado; do monumento ao Cristo Redentor, no pico do Corcovado; do Jockey Club Brasileiro, à beira da Lagoa recém-saneada; da Policlínica de Botafogo, a primeira a levar assistência médica diária à Zona Sul.

Longe do Rio, no Planalto Central, uma expedição do governo em busca do lugar adequado, após meses de trabalho multidisciplinar, escolheu o local para a futura capital e plantava mais uma pedra fundamental: o marco da futura capital federal pode ser visto a 12 km da Praça dos Três Poderes, testemunhando a acurácia dos métodos empregados por aquele grupo pioneiro.

As Forças Armadas participavam também daquele afã contagiante.

O Exército construía 36 quartéis, inclusive em pontos remotos, Oiapoque, Cucuí e Tabatinga. Incentivado pela presença da Missão Militar Francesa, inaugurara cursos de Estado-Maior, de Aviação Militar e de Intendência. O serviço da saúde fora

totalmente renovado. Durante o mês de março de 22, realizaram-se no Rio Grande do Sul, na presença do ministro da Guerra, grandes manobras militares. Fez-se, pela primeira vez, um ensaio de mobilização de reservistas, cujo comparecimento, não obstante as muitas remissões, contentou a oficialidade e aumentou o prestígio da tropa⁴⁵.

Atender às reivindicações da Marinha tinha um custo muito elevado. Ainda assim, os encouraçados “São Paulo” e “Minas Gerais” haviam sido totalmente reformados no exterior e os dez contratorpedeiros de nossa esquadra estavam seguindo um programa escalonado de reparos em estaleiros nacionais. Mas o almirantado e o próprio presidente convenceram-se da necessidade de dispormos de um arsenal amplo, eficiente e multiuso, capaz, até mesmo, de realizar a substituição gradual e contínua das unidades inutilizadas pelo serviço ou desvalorizadas pela obsolescência acelerada naquele período de pós-guerra.

45 No mesmo ano de 1922, começou a funcionar o Orfanato Osório, educandário para filhas de militares, hoje conhecido pelo nome de Fundação Osório, situada no bairro do Rio Comprido. O fato nada tem a ver com a azáfama de que se vem tratando. Faço-lhe menção, apenas, como testemunho do zelo que Epitácio Pessôa tinha pelo Exército, sua primeira vocação, o que os intrigantes ignoravam ao tentar induzir os militares ao golpe.

Figura 42: E. P. e o ministro da Marinha, Raul Soares no Enc. Minas Gerais



Fonte: Acervo pessoal

A grande aspiração da Marinha passou a ser o Porto Militar. Após longa discussão, a escolha recaiu sobre a enseada da Ribeira, na bacia da Ilha Grande, a meio caminho entre Rio e São Paulo.

O presidente Epitácio, em sucessivas mensagens ao Congresso, encampou a ideia e alinhou argumentos em seu favor. Naturalmente ciente dos elevados custos do empreendimento, procurou adiantar os serviços que podiam ser executados com recursos orçamentários, a saber, o levantamento topográfico da zona a ser adquirida e os estudos hidrográficos da região. A ideia era ousada. Duas quedas d'água nas proximidades forneceriam energia para todas as instalações do porto, para a vila residencial e para a usina siderúrgica capaz de produzir as chapas e todo o aço de que o arsenal e, em especial, o estaleiro viessem a precisar.

Era projeto bom demais para a época. Mas a instalação do estaleiro da Armada na Ilha das Cobras já foi, de imediato, importante passo à frente. Com visão realística, o governo determinou a construção do dique e das oficinas da Ilha das Cobras, que pudessem servir de arsenal de reparos, provisório, mas adequado. Iniciou, ao mesmo tempo, os estudos para a consecução de outro sonho da Marinha: o Palácio do Ministério, no qual fossem reunidas todas as repartições, até então dispersas por inúmeros locais, muitos deles de conforto precário.

Todas essas providências já teriam bastado para selar a irreduzível lealdade da Marinha ao presidente Epitacio. Houve mais. Inovações curriculares na Escola de Guerra Naval proporcionavam aos oficiais superiores maiores habilidade e prestígio. A mudança de volta da Escola Naval da enseada da Tapera para a Ilha das Enxadas permitia melhorar a qualidade do corpo docente e, portanto, da formação profissional. A aquisição de terrenos na Ponta do Galeão para a transferência da Escola de Aviação Naval, até então mal instalada no espaço insuficiente da Ilha das Enxadas, antecipava o surgimento da futura força aérea para a qual a contribuição importante e simultânea foi a abertura do aeroporto de Campo de Marte em São Paulo.

A pesca, antes confiada ao Ministério da Agricultura, passara ao da Marinha, incumbido de dar-lhe regulamento especial e fiscalização permanente. Era a maneira de pôr em prática a nacionalização da pesca. A matrícula de pescador só era permitida a cidadãos brasileiros, natos ou naturalizados, incentivados a organizarem-se em colônias cooperativas. O Crédito Marítimo instituído pelo Ministério da Marinha, começara a fornecer-lhes material de pesca e pretendia estender suas operações ao financiamento de barcos, fábricas de gelo e de conservas, e até dos estaleiros para a construção de embarcações de pesca. Dois projetos do governo, em estudo no Almirantado, após minucioso

exame por comissões competentes, promoveriam reformas nas Capitânicas dos Portos e a concentração das escolas de aprendizes e grumetes em grandes unidades regionais. A reforma da Justiça Militar contara na redação de seu projeto com a participação pessoal de Pandiá Calógeras e de Eptacio Pessôa.

A Marinha, tanto quanto o Exército, gozava naquela altura da admiração, confiança e estima da população.

Estavam desfeitos os pruridos de ressentimento pela nomeação de ministros civis para as pastas militares. Assim como Calógeras no Exército, Raul Soares e seu sucessor, Veiga Miranda, têm, até hoje, seus nomes lembrados entre os mais queridos ministros da Marinha.

As iniciativas tomadas no setor da agricultura, em grande parte devidas à operosidade e à competência do ministro Ildefonso Simões Lopes, talvez tenham sido a contribuição mais duradoura do governo Eptacio Pessôa para o desenvolvimento do país.

A ideia de Eptacio era promover total remodelação do Ministério da Agricultura. Para isso, foram criados sucessivamente diversos órgãos. Em primeiro lugar, veio o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, destinado a implantar métodos de agricultura mais adequados às diversas regiões, uma vez conhecidas as condições da lavoura em cada uma delas. Em seguida, o Serviço das Sementeiras e o Instituto Biológico da Defesa Agrícola, que cuidaram do aperfeiçoamento das espécies e de sua defesa contra pragas e doenças. Foi baixado o primeiro Regulamento da Defesa Sanitária Vegetal, que estabeleceu normas para a fiscalização permanente da entrada de sementes e plantas vivas no país.

A Indústria Pastoril foi totalmente reorganizada, com grande ampliação das competências de sua Diretoria-Geral que, passando a dispor de recursos suficientes, iniciou a rotina da importação de reprodutores de diversas novas espécies, da distribuição de vacinas

e da concessão de assistência para a prática dos melhores processos de zootecnia, conducentes, a longo prazo, à criação de um vasto rebanho de alta qualidade.

O Serviço do Algodão, criado em março de 1920, com estações experimentais e campos de cooperação instalados em diversos estados, combinado com a redução dos impostos de exportação do produto, permitiu a disseminação da cultura, antes circunscrita ao Nordeste, pelos estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a ampliação continuada de sua exportação.

Esforços pioneiros foram dirigidos à cultura do trigo que, ao lado do aço e do carvão, representava grande fator de drenagem de nossos recursos em divisas para o exterior. Os primeiros resultados, bem mais animadores do que tudo que se havia testado até então, serviram principalmente para a seleção das espécies mais adequadas ao nosso clima e a escolha das regiões no Sul do país melhor habilitadas para o cultivo do cereal. Era uma tentativa precoce de zoneamento econômico-ecológico. Estávamos longe ainda de pensar em autossuficiência e assim haveríamos de permanecer, até mesmo por considerações da política de boa-vizinhança.

Melhores resultados alcançaram os esforços do governo na assistência aos produtores de cana-de-açúcar e de fumo, ambos destinados, dali por diante, a figurar com destaque crescente em nossa pauta agrícola.

Outros assuntos do âmbito do Ministério da Agricultura, tratados já na mensagem presidencial de 1920, com propostas inovadoras ao Congresso, foram a organização do serviço fiscalizador da imigração de lavradores e a introdução de legislação reguladora do trabalho, em conformidade com as recomendações da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Washington, em outubro de 1919.

O Ministério da Viação e Obras Públicas era aquele que melhor se prestava à exibição dos progressos alcançados ao longo dos três anos e meio do governo de Epitacio Pessôa. Até porque era o ministério que lidava com os maiores bens do patrimônio nacional: estrada de ferro, portos, navios mercantes, linhas telegráficas, agências postais e, sobretudo, todas as instalações para o fornecimento de luz e água à população. Sem falar das obras do Nordeste, a “menina dos olhos” do presidente e do ministro Pires do Rio. Vale citar, para o mérito do jovem ministro, a construção de mais de mil quilômetros de estradas de ferro, a revisão efetuada nos contratos ferroviários que levou às duas nacionalizações; a da Estrada de Ferro do Sul de Minas e a da Compagnie Auxiliaire do Rio Grande do Sul, bem como a criação da Inspetoria Federal de Navegação para incentivar e disciplinar a navegação de cabotagem e a atenção especial dedicada ao Loide Brasileiro.

Figura 43: Mary Pessôa na época da presidência do marido



Fonte: Acervo pessoal

SITUAÇÃO POLÍTICA – A QUESTÃO SUCESSÓRIA

Em março de 1921, Washington Luís, que governava São Paulo, mandou a Petrópolis o líder da bancada paulista, Carlos de Campos, com a incumbência de consultar o presidente da República sobre a futura sucessão. Era gestão prematura, mas não surpreendente. Já se falava na possibilidade da candidatura de Artur Bernardes, mas São Paulo queria, antes de tudo, conhecer a preferência do presidente.

O prestígio de Epitacio era alto naquele estado, que ele visitara, na companhia ilustre dos reis da Bélgica, com imenso sucesso. Lá investira a maior parcela dos recursos federais aplicados na infraestrutura ferroviária. A expectativa a respeito do iminente aval do presidente ao plano de valorização do café realçava nele a feição simpática de administrador benfazejo. Nada reforça mais o prestígio do que a capacidade de distribuir benesses, sobretudo as merecidas e esperadas.

Naquela altura, ainda a meio do mandato, Epitacio nem de longe lembrava um *lame duck*. Uma palavra sua, em matéria de candidaturas, teria o dom de inspirar adesões contagiantes e despertar ambições ou sepultar veleidades, conforme os pretendentes fossem por ele lembrados ou esquecidos (pior ainda, rejeitados).

Candidatos de qualidade não faltavam. Uma simples menção a um nome paulista, vinda do Catete, inflamaria logo a argumentação em favor de retomar-se por São Paulo a alternância tradicional do “café com leite”, interrompida ocasionalmente pela presidência de um nordestino. Afinal, o último quadriênio completo fora o de Wenceslau Braz e o falecimento de Rodrigues Alves dera a vez, novamente, embora em caráter provisório, à situação mineira. Se quisesse abrir mão de sua convicção sobre

a necessária neutralidade do supremo magistrado, Epitacio teria, naquele estado, ampla escolha.

Além de propor o próprio Washington Luís que, com certeza, aceitaria antecipar de quatro anos suas pretensões, Epitacio poderia apontar o nome de Altino Arantes, que fora cogitado em ocasião anterior, ou de qualquer um de seus dois competentíssimos ministros paulistas, o chanceler Azevedo Marques ou José Pires do Rio, o jovem titular de Viação e Obras Públicas. Este último traria o trunfo adicional de garantir o prosseguimento da campanha de redenção do Nordeste, porque fora exímio diretor da Inspeção de Obras contra as Secas.

José Manoel de Azevedo Marques, jurista ilustre e professor da Faculdade de Direito de São Paulo, com larga experiência de política internacional, realizara no Itamaraty ampla reforma, que preparava o Brasil para a sua nova projeção no cenário mundial pós-guerra⁴⁶.

Ademais, era Azevedo Marques o mais antigo amigo de Epitacio no Ministério.

Ainda do elenco de seus sete ministros, o presidente enfrentaria *l'embarras du choix* se quisesse atender o pedido do governador de São Paulo. Além dos dois paulistas, já mencionados, e de Raul Soares que deixava o Ministério da Marinha para concorrer ao governo de Minas e era partidário da candidatura Bernardes, havia quatro nomes de igual prestígio. Pandiá Calógeras se destacava como político, engenheiro e historiador, admirado e benquisto pelo Exército, tanto quanto por seus antigos colegas do Parlamento. Ildelfonso Simões

46 O Regulamento Azevedo Marques, de 1920, instituiu o cargo de embaixador como integrante de mais alta hierarquia na carreira diplomática, destinado a chefiar a representação do país nos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Portugal e Santa Sé. Os enviados extraordinários chefiavam os postos na Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia, Peru, Cuba e América Central, México, Alemanha, Áustria, Espanha, Bélgica, Suíça, Holanda, China e Japão. Os ministros residentes representavam-nos na Colômbia, no Equador, na Venezuela, na Grécia, na Suécia, na Dinamarca e Noruega.

Lopes e Homero Batista rivalizavam entre si pela excelência dos serviços prestados à frente das pastas da Agricultura e da Fazenda, respectivamente. Ambos tinham a virtude adicional de, sendo gaúchos, desfazer a inquietação crescente no Rio Grande do Sul com a sistemática ausência de nomes dos seus próceres na hora decisiva da seleção presidencial. (Pouco tempo depois, como se viu, o Rio Grande do Sul se alinharia com a dissidência, primeiro na chamada Reação Republicana, mais tarde na Aliança Liberal).

Alfredo Pinto, titular da Justiça, o ministério de mais vastas atribuições naquele tempo, ganhara renome adicional nas áreas da educação e da saúde. A criação no Rio de Janeiro da primeira Universidade do Brasil e a convocação da Primeira Conferência Interestadual do Ensino Primário mostravam o esforço da União no sentido de coordenar, difundir e melhorar o ensino no país, do nível básico ao superior. Por outro lado, a obra extraordinária de Carlos Chagas no Departamento Nacional de Saúde fez recair sobre o ministro boa parte da gratidão das populações beneficiadas. Como colaborador direto de Epitacio na solução da maioria dos litígios de fronteiras entre os estados da federação, Alfredo Pinto havia consolidado sua popularidade de Norte a Sul. Pernambucano de origem, mas radicado havia muito tempo na capital da República, catedrático da Faculdade de Direito, amigo pessoal de Rui Barbosa, tinha as credenciais necessárias para mobilizar amplo apoio político e dissipar qualquer tipo de rejeição partidária ou regionalista.

Fora do Ministério vários nomes mereciam entrar na lista de cogitações do presidente se ele se dispusesse a tanto. Paulo de Frontin, José Maria Whitaker, Afonso Penna Junior, Carlos Chagas, Borges de Medeiros, Afrânio de Mello Franco são alguns que lhe ocorreriam por serem seus amigos, correligionários e competentes.

Qualquer um deles teria encontrado mais branda oposição do que Artur Bernardes e, provavelmente, não reagiria de maneira tão

canhestra à tentativa impertinente de veto de uma facção militar. Por isso, qualquer um deles poderia desfrutar de um quadriênio mais tranquilo, sem estado de sítio, e desempenhar um governo mais efetivo em benefício do país.

Artur Bernardes teve, no fim das contas, de esperar mais de duas décadas para que a opinião pública lhe concedesse maior grau de aprovação. E, assim mesmo, ficou com o pífio consolo de ser considerado, como Jimmy Carter, melhor ex-presidente do que presidente⁴⁷.

Um nome que, com certeza, atrairia a atenção de Eptacio Pessoa, se a circunstâncias fossem outras, era o de Nilo Peçanha, com quem mantinha antigas e estreitas relações. Mas o político fluminense era, naquela época, partidário exaltado da candidatura de Artur Bernardes. Tanto era que, ao tomar conhecimento na Europa da exoneração de Raul Soares do Ministério da Marinha e atribuindo-a a uma possível objeção do presidente à declarada preferência de seu ministro pela candidatura de Artur Bernardes, apressou-se em telegrafar ao ministro demissionário, protestando o seu apoio ao Dr. Bernardes “com ou sem o Eptacio”.

De toda forma, fosse Nilo o contemplado pela preferência presidencial, poderia, sem constrangimento, antecipar de três meses sua reviravolta política. Explicaria ao Dr. Bernardes que fora “uma convocação do Catete”, ter-se-ia poupado do telegrama a Raul Soares e se aprestaria a voltar ao poder, operação quase sempre fascinante.

47 Foi, sobretudo, no combate à ideia da criação do Instituto da Hileia Amazônica, em 1950, que o nacionalismo do então deputado Artur Bernardes prestou seu supremo serviço ao país, quase um quarto de século após deixar o governo. Registro este reconhecimento, conquanto melindrado com as injustas generalizações críticas a respeito do Itamaraty, feitas no seu discurso de 24 de janeiro de 1950, na Câmara de Deputados.

O destino não quis assim. A resposta de Epitacio Pessôa à diligência do Dr. Carlos de Campos, taxativa, ele a citou, com plenas explicações, no *Pela Verdade*:

Respondi ao emissário do presidente de São Paulo que, de conformidade com os propósitos, reiteradamente manifestados desde o início do governo, eu, de modo algum, me envolveria na escolha de meu sucessor; era tarefa que competia às correntes políticas da Nação; formava elevado conceito do Dr. Artur Bernardes pelo que ouvia dizer de sua administração em Minas, mas estava resolvido a não ter candidato e conservar-me dentro do que me parecia ser o meu papel constitucional, isto é, manter a ordem e assegurar, quanto em mim coubesse, a liberdade da eleição a todos que disputassem; a mim se afigurava sempre um desvirtuamento do sistema o intervir o presidente da República, com todo o peso de sua imensa autoridade, na indicação ou na escolha de um candidato à sua sucessão.

Melhor teria sido para ele, senão para sua consciência de magistrado, certamente para a tranquilidade do tempo restante de seu mandato, se houvesse agido de maneira diferente. E, muito provavelmente, melhor para o país se tivesse aproveitado a oportunidade para propor à Nação a ideia das primárias, cuja recente adoção nos Estados Unidos lhe fora contada por Woodrow Wilson durante a Conferência de Versalhes em termos muito apreciativos. Com as necessárias adaptações, seria prática adequada à realidade brasileira e especialmente benéfica para os estados menores que passariam a projetar imagem mais prestigiosa no cenário político nacional.

Não foi assim. Nem a indicação de um nome para a vice-presidência quis Epitacio fazer. Em resposta à consulta que, então, lhe fez o Dr. Carlos de Campos, ainda por instrução de Washington

Luís, esquivou-se, alegando, além das razões já expostas, que o vice-presidente ficaria diminuído se a sua escolha emanasse exclusivamente das preferências do Poder Executivo, enquanto a do seu companheiro de chapa tivesse origem na livre manifestação da maioria dos diretores da política⁴⁸.

Finalmente, meses mais tarde, os “diretores da política”, vale dizer, os representantes da situação dominante nos estados, com a exceção de Borges de Medeiros, do Rio Grande do Sul, puseram-se de acordo em favor do nome de Artur Bernardes.

A escolha do vice foi mais trabalhosa. Os governadores de Pernambuco, José Bezerra, e da Bahia, J. J. Seabra, apresentaram-se como candidatos. Ambos, irredutíveis. Foram baldados os esforços, inclusive os de Epitacio, para demovê-los e levá-los a um acordo. A maioria optou por um *tertius*, Urbano dos Santos, do Maranhão, que já exercera o cargo no período de Wenceslau Braz.

A Convenção Nacional foi marcada para 8 de junho. O presidente Epitacio Pessoa devia ter procurado adiá-la, mas não o fez. Se o tivesse feito, deixaria que cozinhassem em água morna as desavenças e rivalidades de bastidores, sem que interferissem em sua administração, enquanto pairasse sobre a cena política a expectativa de manifestação do Catete. Determinado a não se envolver na escolha de nomes, deixou que o processo sucessório se precipitasse, a sua revelia.

Recebeu por essa época dois visitantes que regressavam de viagem. Primeiro, foi o marechal Hermes da Fonseca. Voltava da Europa, onde vivera vários anos de tranquilidade, após seu tumultuado governo. Era amigo de Epitacio desde a Proclamação da República. Guardava com gratidão a lembrança do apoio que dele recebeu no Senado e, especialmente, de um discurso veemente e indignado do representante da Paraíba contra as torpezas de que

48 Conforme transcrito no *Pela Verdade*, p. 405.

ele, Hermes, e sua mulher, D. Nair de Teffé, haviam sido vítimas na fase final do seu quadriênio.

Nessa visita de cortesia, o marechal disse ao presidente que tencionava manter-se afastado da política e que estava desinteressado da coisa pública. Ia viver em Petrópolis.

O outro visitante, ao contrário, interessou-se por política. Vindo de mais curta temporada europeia, Nilo Peçanha foi ao Catete no próprio dia da chegada. Agradeceu ao presidente duas gentilezas: ter-se feito representar horas antes no Cais do Porto e ter sugerido um curto adiamento da reunião preparatória da Convenção Nacional, a fim de que ele, Nilo, pudesse estar presente. Pediu a Epitacio que lhe fizesse breve histórico da evolução da candidatura Bernardes-Urbano. Declarou achar muito feliz a combinação. Disse-lhe que, antes mesmo de partir para o exterior, se manifestara a favor de Bernardes. Conversaram sobre a reunião da Convenção Nacional, convocada para a semana seguinte. Nilo mencionou a “perversidade” de uma folha da capital, o *Correio da Manhã*, que reeditara, segundo acabava de saber, declarações feitas por ele, tempos atrás, a propósito da constituição das convenções. Não se lembrava bem do que então dissera; ia ler o referido jornal e ver que procedimento adotar, contanto que não faltasse a seus compromissos.

No dia seguinte, Nilo Peçanha voltou ao Palácio. A narrativa de Epitacio Pessôa prossegue:

Disse-me nesta segunda e última visita que, à vista do documento publicado pelo aludido periódico, não compareceria à Convenção, mas à tarde redigiria uma carta que ia dirigir ao senador Antônio Azeredo, presidente da convenção, comunicando-lhe que, não podendo estar presente à reunião por questões de princípios, prometia, todavia, o seu apoio e o dos seus amigos à chapa Bernardes-Urbano.

À saída, acompanhei-o até a escada. Depois de descer o primeiro lance, Nilo, voltou-se e disse-me: “Vou agora mesmo isolar-me e escrever a carta. Preciso redigi-la em termos que desmoralizem previamente as intrigas a que vai dar lugar a minha ausência da Convenção. Não deixe de lê-la”⁴⁹.

De nenhum desses seus dois antecessores, Eptacio Pessoa contava que pudessem surgir problemas políticos na campanha sucessória prestes a iniciar-se. Ledo engano.

A carta de Nilo só apareceu dois dias depois no *Jornal do Commercio*. O texto impreciso, dúbio, obscuro não fez Eptacio desconfiar do que estava por vir.

A Convenção Nacional, a 8 de junho, proclamou candidatos os senhores Artur Bernardes e Urbano dos Santos, com o apoio de dezoito estados, inclusive o estado do Rio. Votaram contra o Rio Grande do Sul, de Borges de Medeiros, que desde o início vetara o nome de Bernardes, Pernambuco e Bahia, dos dois pretendentes frustrados à vice-presidência. O estado do Rio de Janeiro, ausente do recinto, deu apoio à chapa oficial por meio da carta frouxa de Nilo Peçanha.

Uma semana depois, Rio Grande do Sul, Pernambuco e o estado do Rio de Janeiro lançavam a chapa da dissidência: Nilo Peçanha – J. J. Seabra.

Teve início, então, uma campanha furiosa, na qual parte da imprensa da capital se excedeu em descomposturas contra o candidato majoritário. Desde logo, o alvo passou a ser duplo, a fim de incluir o presidente da República, “o déspota”, acusado de ter-se posto inteiramente a serviço da candidatura Bernardes.

A intenção era clara. Derrotar nas urnas a candidatura apoiada pela imensa maioria dos estados constituía proeza impossível.

49 *Pela Verdade*, p. 421.

Agitar a opinião pública, explorar a vaidade de segmentos militares, tentar desestabilizar as instituições à espera de alguma solução favorável, era empreitada mais tentadora. Bastava abstrair dos escrúpulos a quem os tivesse e aos demais dar larga à inventividade, à capacidade de difamação e à vocação da intriga.

Ao presidente restava o dever de cumprir a Constituição, assegurando a manifestação da vontade popular e, para isso, permitindo às duas facções o livre exercício de suas atividades de propaganda.

Não havia Justiça Eleitoral naquele tempo. A responsabilidade de garantir a lisura do pleito recaía sobre o Poder Executivo e a de apurar seu resultado e proclamar os vencedores ao Congresso Nacional.

Epitacio Pessôa estava determinado a cumprir sua obrigação com total neutralidade. Nem tinha razão para agir de modo diverso. A atitude de Nilo Peçanha, em verdade, lhe parecera uma deslealdade, uma felonía. Mas nada o ligava, pessoal ou politicamente, a Artur Bernardes, que conhecera, apenas, quando visitou Minas Gerais em companhia do rei Alberto no ano anterior. Fossem outros tempos, ou diferente a sua personalidade, o natural é que chamasse a Palácio Nilo, seu amigo de tantos anos, conversasse com ele, promovesse um encontro seu com Raul Soares, gracejasse com ambos sobre o teor do tal telegrama e começassem a explorar a hipótese de uma solução conciliatória. Afinal, era político e não somente magistrado. Um pouco mais de intuição, melhor dito, de premonição o teria levado a adverti-los do perigo do militarismo deliberante que rondava a República desde os primeiros dias.

Esse mesmo fantasma, de imediato, seduziu os partidários mais exaltados da Reação República, como se fosse possível invocá-lo e, depois, esconjurá-lo. Com a conivência, ou, pelo menos, a irresponsável indiferença dos próceres, algumas folhas da oposição

passaram a utilizar dupla tática: sórdida difamação do candidato da maioria, extensiva ao presidente, seu suposto sustentáculo, e, ao mesmo tempo, toda a sorte de bajulação dos militares, derradeira esperança de atendimento a ambições insatisfeitas e interesses inconfessáveis.

A imparcialidade do presidente ficou documentada em suas instruções a todos os ministros e em suas mensagens telegráficas a todos os governadores, tanto aquelas como estas, amplamente divulgadas para conhecimento público⁵⁰. Não logrou, todavia, arrefecer aquele processo de intriga e servilismo. Parte da oficialidade mais jovem e, portanto, mais vulnerável à propaganda, deixou-se contaminar pelo incentivo à indisciplina.

Não. Nada adiantou que as medidas de disciplina autorizadas pelo presidente da República fossem aplicadas igualmente a partidários das duas candidaturas e, sempre, de feição tolerante. Até o fim da luta partidária, somente foram reprimidas as manifestações coletivas de militares que Epitacio, por princípio, não admitia. Ainda assim, o presidente era constantemente acusado de “restringir os direitos políticos dos militares, os direitos políticos

50 Vale a pena transcrevê-las. Do *Pela Verdade*, p. 417: “Desde o início fiz empenho em que todos os dependentes do governo ficassem sabendo que a minha posição era de rigorosa neutralidade entre os candidatos. Para isso, determinei a cada um dos ministros, uma vez apresentadas as candidaturas, que fizessem saber de modo formal a todas as repartições e subordinados, civis e militares, que o governo puniria imediata e severamente todos os funcionários, qualquer que fosse a sua categoria, que se prevalecessem do cargo para desvirtuar de qualquer maneira a livre manifestação dos eleitores, ou pusessem ao serviço das suas preferências partidárias a autoridade de que se achassem investidos. Esta ordem foi expedida e publicada nas repartições civis e em boletins das forças armadas. Teve, além disso, por meu cuidado, a mais ampla divulgação na imprensa.”

E o telegrama-circular a todos governadores dos estados (transcrito na página 424 do mesmo livro): “Estou certo de que V^a Excia, cioso dos nossos créditos de nação civilizada, tomará, com pontualidade e decisão, as medidas que estiverem ao seu alcance, a fim de que a próxima eleição presidencial nesse Estado corra para todos, amigos e adversários, com a maior segurança e liberdade. Releve-me, todavia, que solicite a sua atenção para a exaltação cada dia mais intensa dos partidários de um e outro candidato, e peça encarecidamente a Va Excia que redobre de cuidados e esforços no sentido de evitar que, em pleito de tão alta significação para o país, possa o exercício do direito de voto ser, de qualquer modo, desvirtuado. É um caso que envolve a honra política e a educação moral do Estado e de suas autoridades. Cordiais saudações”. Que contraste com o que vigora atualmente!

do Exército, os direitos políticos da Armada”. E foi obrigado a dar aula pública até a juristas exaltados que repetiam essa tolice. Disse mais de uma vez: “não há direitos políticos do Exército, como não há direitos da magistratura, dos professores, dos funcionários ou de qualquer outra classe; só há direitos políticos do cidadão. O Exército não vota, quem vota é o oficial, e este mesmo não vota por ser oficial, mas por ser cidadão. A Constituição considera os oficiais do Exército como cidadãos, e por isto é que eles têm direitos políticos (...) Nenhum preceito da Constituição dá direitos políticos aos militares como tais. A parte da Constituição que trata do assunto tem por epígrafe – “Dos cidadãos brasileiros”; no art. 70 diz ela: – “São eleitores os cidadãos...”; §2º do mesmo artigo: – “São inelegíveis os cidadãos...”. Quando se ocupa da eleição para a Câmara (art. 26, nº 1), para o Senado (art. 30) e para a presidência da República (art. 41, §3º, nº1) é só ainda do cidadão e não de classes que a Constituição fala. A ideia de direito político, portanto, implica a de cidadão, não corresponde à ideia de classe; quem é eleitor é o cidadão militar, é o cidadão oficial, não é o Exército, não é a Marinha. Falar de direitos políticos do Exército ou da Armada é, pois, usar de expressão injurídica, imprópria, sem sentido.

Apesar dessa argumentação irresponsável o governo preferiu agir com tolerância, reduzindo a repressão de abusos somente aos três casos mais graves (quando dois Generais nílitas e um bernardista foram transferidos de suas funções de comando, respectivamente na 5ª, 6ª e 7ª Região Militar), mas fazendo vistas grossas a vários outros episódios de indisciplina praticada por oficiais de patente inferior.

Talvez esse descompasso entre a leniência na prática e o irretorquível direito do governo de usar de maior energia tenha contribuído para atizar a violência da campanha de oposição. Talvez tenha despertado a receptividade encontrada pelo movimento rebelde entre precursores do tenentismo. Certamente, em

decorrência da convicção de que chegar ao poder pela via eleitoral era inviável, a campanha de oposição cedo degenerou para aberta conspiração.

Mas faltava um estopim.

Anunciava-se para meados de outubro a viagem do governador de Minas Gerais à capital da República. No dia 9 daquele mês, um jornal do Rio de Janeiro, de grande circulação (o *Correio da Manhã*), publica em primeira página, uma carta atribuída a Artur Bernardes endereçada a Raul Soares, na qual se continham impropérios e insultos contra “a venalidade do exército”, o marechal Hermes da Fonseca, “esse sargentão”, e “os generais anarquizadores, seus apaniguados”.

A carta recomendava a seu pretenso destinatário que fizesse o presidente da República mostrar “a sua apregoada energia” e punir “essa canalha”; caso “o Epitacio, com medo”, não atendesse, “comprasse os que fossem venais, que é a grande maioria”, “com todos os seus bordados e galões”.

O linguajar do texto era o bastante para denunciar a falsidade do torpe expediente.

Mas o escândalo foi imediato. A visita de Artur Bernardes ao Rio transcorreu em meio a vaias e assuadas, a que não faltou o reforço de sortido contingente militar.

De nada servem as negativas peremptórias de Artur Bernardes, feitas por telegramas enviados ao presidente, ao ministro da Guerra e ao marechal Hermes da Fonseca, quanto à absurda atribuição da autoria das cartas (houve uma segunda também ofensiva ao Exército), nem a opinião dada por Rui Barbosa no mesmo sentido de apontar a mistificação, nem o fato material de que o papel utilizado na falsificação só ter sido entregue pela Imprensa Oficial ao Palácio do governo de Minas no mês de julho, portanto, posteriormente à data que figurava na falsificação. O

Correio da Manhã insistia em que os militares ofendidos verificassem a autenticidade das ofensas e passou a exibi-las em sua redação.

Logo o Clube Militar aceitou a ideia. A princípio, o marechal Hermes mostrou-se contrário à intervenção do Clube no assunto. Na primeira reunião que presidiu, no dia 4 de novembro, com a presença de 100 oficiais, o marechal se opôs à proposta de um exame pericial das cartas e chegou a declarar: “isto é uma indignidade”. Diante da exaltação crescente da plateia, retirou-se, dizendo: “o meu telegrama, em resposta ao do Dr. Artur Bernardes, encerra o incidente”. Sai, sem convencer; talvez com suas próprias convicções abaladas.

Oito dias depois, volta a presidir nova reunião do Clube Militar, muito mais numerosa e ainda mais aguerrida. Já não lhe parece prudente resistir. A proposta do exame pericial das cartas é aprovada por 436 a favor, 114 contrários e 58 abstenções, e é constituída a comissão para o executar.

Bernardes, presa de surpreendente ingenuidade ou persuadido de que uma prova de absoluta confiança seria a atitude eficaz para afastar quaisquer dúvidas quanto a sua inocência, anuncia submeter-se ao veredicto do Clube Militar.

Esse deplorável erro político iria custar ao candidato alguns meses de afletiva expectativa, mal disfarçada por um falso otimismo ou uma confiança injustificada na correção de seus desafetos. Pior ainda, serviria de pretexto para a exacerbação de um desvirtuado militarismo, de prolongadas e funestas consequências para o país.

O fato é que novembro e dezembro transcorreram em plena campanha em torno do tema, com exaltadas manifestações de incentivo à baderna por elementos da imprensa oposicionista e por vários integrantes das forças armadas.

Nos últimos dias do ano, veio a público o veredicto do Clube Militar. Até as vésperas, o prognóstico dos partidários de

Bernardes, trazidos várias vezes ao Palácio por Raul Soares, era de unanimidade em favor do governador mineiro. O resultado foi outro. “As cartas são verdadeiras!”, sentenciou a Comissão.

Que importava haver o general Gomes de Castro ter-se dela desligado, taxando-a de parcial?! Que importava que da própria família do marechal Hermes tenha, afinal, vindo a denúncia do falsificador?!⁵¹ Que importava o manifesto à Nação, divulgado por Artur Bernardes a 31 de dezembro de 1921?!

A comoção foi tremenda. O *Correio da Manhã* exultava. Na edição de 29 de dezembro exclama: “O pundonor, o liberalismo e a intrepidez das classes armadas são ainda o grande escudo a opor às saturnais da República”.

A esperança de ganhar as eleições em 1º de março continuava tênue. Era preciso esquentar a campanha subversiva, passar à conspiração, aliciar maior número de militares.

Artur Bernardes já estava definitivamente rotulado como incompatível com o Exército. Um general chegou a declarar: “Se o Sr. Bernardes for presidente da República, será preciso dissolver o Exército”. Por enquanto, e mais urgente, era preciso, isto sim, dissolver a autoridade do presidente Epitacio, que toda gente sabia decidido a manter a Constituição e, portanto, a dar posse ao candidato eleito, uma vez reconhecido como tal pelo Congresso.

Os ataques a Epitacio Pessoa recrudesceram e baixaram a um nível lamentável, na certa com o propósito de inflamar as massas, como se todo o povo gostasse do calão. O resultado foi misto. A combinação de intriga com impropério logrou influenciar uma parcela minoritária das forças armadas e os populares propensos,

51 Fora Oldemar de Lacerda que confessara a um amigo do Dr. Fonseca Hermes, irmão do marechal, haver sido o autor da fraude. Depois da revolta de 5 de julho, o deputado Mario Hermes, filho do marechal, confirmou essa denúncia e lamentou que “sócios apaixonados do Clube Militar foram irredutíveis a quantas provas se lhes ofereceram da falsidade das cartas” (Discurso de 27 de julho de 1922 na Câmara Federal).

por natureza, à baderna e às arruaças como, hoje, às depredações. Mas, por outro lado, despertou uma campanha de defesa e promoção do governo. Nisso, Epitacio era inexcedível e conseguiu conquistar em seu favor a maioria da opinião pública e manter a fidelidade dos principais comandantes militares, o que lhe seria de crucial importância nos momentos decisivos que estavam por vir. Inúmeras vezes, o presidente, ele próprio, redigia “várias” e “notas de secretaria”, publicadas em jornais para prestar esclarecimentos. Tais manifestações de seu espírito democrático não deixavam de impressionar a consciência ilustrada do Exército e da Marinha.

Ainda assim, houve, ao longo do primeiro semestre de 22, episódios de indisciplina que enchiam de júbilo os responsáveis por sua cabala na imprensa e de preocupação os responsáveis pela defesa das instituições. (Paulo de Frontin, em rasgo de coragem cívica, que lhe valeu não poucos aborrecimentos, verberou no Senado “a canalha das ruas e a ambição dos quartéis”, culpados da agitação crescente).

O pleito de 1º de março transcorreu em ordem em todo o país, sem denúncias de irregularidades. Mas não serenou os ânimos da oposição. Restava a proclamação dos eleitos, tarefa que, naquela época, competia ao Congresso Nacional, por determinação constitucional.

O Congresso foi imediatamente tachado pela Reação Republicana de suspeito, de parcial, predisposto a declarar eleito o candidato da maioria. Logo em seguida, os jornais partidários da chapa Nilo-Seabra, sem interromper a campanha de aliciamento dos militares alimentada por injúrias a Bernardes, “o réprobo, incompatível com as Forças Armadas”, e Epitacio “o déspota, mero galopim eleitoral do réprobo”, fazem propaganda em favor da criação de um Tribunal de Honra para, em lugar do Congresso, apurar a eleição e proclamar o vencedor.

A ideia surgira em uma carta confidencial de Nilo Peçanha a Antônio Azeredo, vice-presidente do Senado, datada de 22 de março. Prematuramente divulgada, deu ensejo a que o Clube Militar manifestasse seu apoio, também por carta ao mesmo parlamentar. Esse documento, também ele, foi dado à publicidade antes mesmo que o Senado dele tomasse conhecimento.

Alguns espíritos, de natureza alerta, deram-se conta de que o reconhecimento, por esse processo extra constitucional, do candidato que diziam incompatível com as forças militares, não teria a virtude de apagar a incompatibilidade. Pelo menos para os mais exaltados vigorava a restrição mental de que a conclusão desse processo só valeria se fosse favorável ao outro candidato. A pressa com que o Clube Militar se antecipou a outros órgãos de classe para dar seu aval à nova fórmula não deixou de suscitar suspeitas de outro tipo.

Até aquele momento o caso das cartas falsas não havia sido resolvido pela confissão de seu autor. O veredicto da Comissão do Clube estava de pé, a envenenar o julgamento do Exército e da Armada sobre um dos candidatos à presidência do país. Manifestar-se o mesmo Clube a respeito do processo de apuração das eleições, antes que o fizessem, por exemplo, a Ordem dos Advogados, ou a Associação Comercial, ou o Clube de Engenharia, ou qualquer agremiação dos ferroviários, da lavoura, ou qualquer sindicato de trabalhadores, parecia denunciar uma hipertrofia da vocação para árbitro das questões políticas da República.

Em todo caso, o Tribunal de Honra representava a última esperança de Nilo Peçanha de chegar ao poder por meios aparentemente legítimos.

A essa altura, ele próprio, como alguns dos líderes mais moderados da chamada Reação República, já devia estar preocupado

com a excessiva inflamação da imprensa e, por contágio, de alguns setores militares.

De fato, desde o início do ano a indisciplina militar se havia expandido, por vários estados da federação e já envolvia, além dos tenentes, suscetíveis de ceder aos melindres de classes, oficiais superiores, em alguns casos, no exercício de funções de comando. A princípio, o governo tolera manifestações individuais para não ser acusado de perturbar o processo eleitoral. Após o pleito, diversos generais foram repreendidos ou remanejados em decorrência de manifestações políticas, abertamente subversivas.

Nilo já se devia estar perguntando até que ponto esses comandantes militares estariam dispostos a pôr em risco suas carreiras simplesmente para impedir a posse do candidato adversário. Não seriam eles movidos por ambições? Os adeptos extremados do “militarismo deliberante” não dariam preferência a uma ditadura de farda em lugar de um governo civil predestinado a contar com apoio minoritário?

Talvez fosse mais prudente insistir por uma solução política.

Infelizmente essa possibilidade da negociação de undécima hora não logrou desarmar os espíritos já comprometidos com os planos de mazorca.

Os meses de março e abril transcorrem em meio a agitação crescente. A propaganda da revolução encontrava mais espaço na imprensa oposicionista do que o reclame de produtos de consumo. Não mais a “revolução pacífica” sugerida, no início do ano, em circular do Clube Militar, para quando começasse o novo governo. Por que esperar tanto tempo? O mais fácil seria afastar o presidente atual, maior obstáculo à mudança das regras do jogo. Deposição ou assassinio. Depois, cuidar-se-ia das instituições.

Repetem-se as tentativas frustradas de revolta, primeiro na Marinha, depois em guarnições no Norte e em Porto União, em Santa Catarina (ex-Contestado).

O novo governador do Maranhão, correligionário de Urbano dos Santos, é deposto. A tropa federal hesita em obedecer a ordens, mas o repõe no cargo. Multiplicam-se as manifestações de indisciplina militar, inclusive as de oficiais generais.

Crescem os rumores de um atentado ao presidente a ser perpetrado no dia de sua descida de Petrópolis.

Naquele tempo, a viagem a Petrópolis era longa e deixava o presidente vulnerável em diversas ocasiões, na estação, no trem, na Praia Formosa e no trajeto do carro aberto até o Catete. Epitacio havia fixado sua descida para o dia 29 de abril. Dias antes, uma tentativa de ataque armado ao Palácio Rio Negro fora cancelada, devido à intervenção pessoal de Nilo Peçanha e à desistência de alguns aliciados. Mais adiante, foi descoberto um plano de bombardeio do trem presidencial por aviões da Marinha. Falava-se, agora, da contratação de sicários. Na véspera da programada viagem, os telefones do Rio Negro não paravam de trazer advertências e pedidos de amigos, auxiliares, de estranhos e até de adversários políticos: que ele adiasse a viagem, que viesse em dia imprevisto e por caminho alternativo. A última investida de dissuasão fez-se, já à noite, por intermédio de um convento de freiras de Petrópolis, que chamaram Mary Pessôa e disseram-lhe: “Não deixe seu marido partir amanhã. Sabemos de fonte segura que ele será assassinado em viagem”.

Mary, aflita, transmitiu mais essa apreensão a Epitacio. Este perguntou-lhe: “Que acha você?”. Mary respondeu: “Acho que o teu dever é descer assim mesmo” e acrescentou: “Vai, meu filho, Deus te preservará”.

Epitacio partiu no dia marcado, às 3h da tarde. Foi, não apenas preservado, como surpreendido pela mais tocante consagração.

Na estação, toda florida e apinhada de gente, saudou-o vibrante, o Dr. Joaquim Moreira, em nome da cidade que queria se despedir com pompa do chefe de Estado, mas voltaria a receber o velho amigo com sempre renovado carinho até o fim de sua vida. A viagem do trem foi interrompida várias vezes por manifestações populares. No Alto da Serra, falou Aristides Werneck, por delegação das famílias das imediações, presentes com a criançada; em Estrela, falou o operário Francisco Caetano de Jesus, em nome dos trabalhadores têxteis da região; em Meriti, compareceram para aplaudir os presidentes e os integrantes das Câmaras Municipais de Rio Claro e Angra dos Reis. Em lugarejos ao longo do percurso moças e crianças atiravam flores sobre o vagão presidencial de janelas abertas. Em Amorim, concentram-se os operários da Baixada Fluminense em formação de ambos os lados da linha férrea.

Na Praia Formosa, a multidão aguardava a chegada do trem. Sem que o presidente soubesse, a Comissão de Festejos do Centenário preparara uma recepção apoteótica para o Chefe de Estado e um cortejo grandioso para levá-lo até o Palácio do Catete. Desenvolveu-se como uma *avant-première* do que viria a ser o desfile cívico, no 7 de setembro, inaugural da exposição da Independência. Sem as missões estrangeiras, mas com a adesão do corpo diplomático e o comparecimento maciço de delegações de todos os estados e de representantes de todas as classes da capital. O percurso no centro da cidade estava todo ocupado por populares que sacudiam bandeiras, ostentavam cartazes e davam vivas à passagem do carro aberto de Epitacio. Na Avenida Rio Branco a aglomeração, de tão compacta, obrigava o préstito a avançar quase a passo. Nos degraus do Palácio Monroe, reservados às autoridades, o homenageado há de ter sentido o conforto de reconhecer tantos rostos amigos de congressistas, diplomatas e

altos oficiais do Exército e da Marinha. O aplauso da Avenida Beira-Mar, já iluminada ao cair da tarde, acrescentou um toque feérico ao espetáculo. Na chegada do cortejo ao Catete, de uma tribuna montada em frente ao Palácio, saúdam o presidente oradores populares voluntários que inflamam o entusiasmo da multidão ali concentrada, à espera, havia muitas horas.

Depois, escalados para prestar-lhe o tributo mais representativo da cidade, falam, de enfiada, o advogado Alcibiades Delamare, o deputado Godofredo Maciel, o conde Afonso Celso e, finalmente, Dr. James Darcy, que lhe fez o discurso-síntese, mais para a História do que para a plateia.

Epitacio Pessôa, cansado e comovido, agradeceu com um improviso que não chegou a ser uma de suas mais brilhantes peças oratórias, mas foi um verdadeiro desabafo de quem sofrera por tanto tempo a infâmia de detratores sem escrúpulos e se via agora acolhido com carinho por seu povo. Teve, como principal mérito, a sinceridade de dizer: “tudo isto assinala o dia de hoje como o ponto culminante de minha carreira política, como o dia supremo de minha vida”.

Ainda bem que ele não se tinha deixado convencer a cancelar a descida de Petrópolis naquele dia!

A descida de Petrópolis ofereceu ao presidente o teste de popularidade. A jugulação de uma tentativa de levante da Marinha, dias antes, reforçara-lhe a sensação de segurança. Mais profundo, ainda, o sentimento de autoconfiança que deriva da experiência do dever cumprido fora-lhe proporcionado anteriormente pelo episódio do veto do orçamento.

O VETO DO ORÇAMENTO

A concatenação desses três episódios sucessivos teve o efeito de inspirar o presidente a tomar a iniciativa no terreno da crise política, ele, que até então vinha mantendo ostensivamente inalterado afastamento da refrega partidária propriamente dita. Antes, porém, de acompanhá-lo em sua *démarche* eleitoral, vamos examinar o veto do orçamento.

O caso do veto do orçamento, por seu ineditismo no Brasil, mas não só por isso, merece ser observado com atenção.

O Congresso mandara ao Executivo o projeto da lei de meios referente a 1922 em duas etapas e com atraso injustificável. O orçamento da receita foi enviado a 31 de dezembro. O da despesa, a 13 de janeiro, e já revelava em suas tabelas um *deficit* de 318 mil contos que, acrescido das autorizações de execução obrigatória, atingiria 352 mil contos. Ou seja, um estouro de 35% da receita.

Isso, sem contar numerosas disposições que importavam despesas inevitáveis e impossíveis de ser previamente calculadas.

O projeto, como saiu do Senado, revelava também, à primeira leitura, a inclusão aterradora de uma série interminável de disposições que invadiam a esfera de competência do Poder Executivo para satisfazer interesses pessoais.

Não se tratava apenas dos deslizes que se insinuam no orçamento, através de emendas que os partidos negociam entre si e que o Poder Executivo tolera. Nem de encargos que a rigor incumbiam aos estados e eram empurrados para a União. Nem de gastos perfeitamente adiáveis. Eram verdadeiras aberrações. Em muitos casos, determinava-se a criação de cargos e o provimento dos mesmos submetido a condições somente satisfeitas por pessoas facilmente identificáveis. Era, além de uma invasão das atribuições do Executivo, uma acintosa distribuição de favores a apaniguados de um ou outro congressista.

Outras vezes, eram promoções discriminatórias, concessão de gratificações a esmo, alteração de regulamentos, criação de quadros especiais, preterição de provas, dispensa de interstícios, elevação desequilibrada de vencimentos do funcionalismo, readmissão de ocupantes de cargos extintos. Como não poderia faltar, havia a abertura aos deputados que fossem livres docentes (e os havia muitos) do acesso a Substituto e Catedrático, contrariando preceito constitucional que proibia aos membros do Congresso receber do Poder Executivo empregos remunerados.

Esses dispositivos, em sua maior parte, não tinham sequer previsão de gastos. Tudo isso significava a instauração do caos administrativo, além de provocar, inevitavelmente, a falência do Estado.

É difícil explicar as razões desse projeto de orçamento. Tratava-se, como é sabido, de ano eleitoral, quando os congressistas têm o hábito de distribuir favores. Então, o Senado, ao aumentar os vencimentos do funcionalismo público, civil e militar, sem competência para criar a receita correspondente e ciente de que à Câmara não restava mais tempo para fazê-lo, sabia estar praticando ato demagógico. Com quê propósito? Custa crer que fosse manobra meramente eleitoreira. Podia todo o projeto ter sido o resultado da ação insidiosa de partidários da Reação Republicana, no intuito de criar dificuldades ao governo e enfraquecê-lo no ano da grande decisão sucessória? Neste caso, como entender a omissão dos senadores da Maioria?

O mais provável é que tenha sido um episódio precoce de corrupção coletiva. A palavra ainda não estava na moda para definir uma prática que já existia.

De toda forma, Epitacio Pessoa vetou o orçamento.

“Nunca antes na história deste país um de nós praticou tal ato”, poderia dizer o ex-presidente Lula, se tivesse interesse pela crônica

de fatos remotos. Essa constatação do ineditismo bastou para que opositores, jejunos em Direito Constitucional, declarassem que Epitacio não podia tê-lo feito. E, para reforçar sua convicção, argumentavam que o veto em geral caíra em desuso havia muito tempo na Inglaterra e na França, assim como nunca fora usado na Bélgica e no Brasil Império. Pareciam ignorar as diferenças entre o regime parlamentar e o presidencial.

As críticas tiveram o mérito de atizar em Epitacio o gosto pelo debate. Na mensagem de 10 de março, que expôs ao Congresso as razões do veto, o presidente, após verberar quinze disposições absurdas do projeto de orçamento vetado, passa a fazer a defesa da sua prerrogativa de vetá-las. É uma admirável lição de Direito Constitucional⁵².

Durante a sessão extraordinária do Congresso, convocada para deliberar sobre o veto, o presidente, em sua Mensagem, reforçou sua denúncia e elevou de quinze para vinte e sete o número de disparates encontrados no projeto de orçamento.

Em certa altura de sua mensagem, Epitacio escreve:

A sanção do presidente é requisito essencial à lei. Sem ela, o ato legislativo é incompleto e ineficaz (...) O orçamento é a lei que mais fundo pode ferir os interesses nacionais, interesses de toda a ordem – políticos, administrativos, comerciais, industriais, financeiros, econômicos; não seria, portanto, razoável, sobretudo, no regime presidencial, que ficasse a sua elaboração reservada exclusivamente, ao Poder Legislativo, justamente o mais acessível às influências estranhas e onde a divisão de responsabilidade enfraquece as resistências, gera rigores excessivos ou

52 Em quarenta páginas do *Pela Verdade*, Epitacio Pessôa esgota o assunto, explicando, também, porque decidiu estabelecer limites às despesas governamentais, por decreto de 30 de janeiro, uma vez vetado o orçamento. Foi o arbítrio que ele quis espontaneamente limitar.

autoriza condescendências demasiadas. O Poder Executivo, que nasce também diretamente do povo, que é também um delegado dos contribuintes, que representa do mesmo modo a Nação, encontra na consciência da responsabilidade que nele se concentra, se isola e se personifica, como poder singular que é, estímulo mais forte para a defesa dos interesses da comunhão.

O presidente tinha sido precavido. Juntamente com o veto, para não paralisar o funcionamento da administração, decretara que as despesas de pessoal fossem feitas de acordo com as leis e regulamentos de cada serviço e as de material dentro dos limites do orçamento não sancionado. Era a maneira de restringir o seu próprio arbítrio, tornando-se inatacável desse ponto de vista. Ao mesmo tempo, era uma deferência ao Congresso, ao aproveitar a parte aceitável do projeto.

O veto foi aprovado pela quase unanimidade da Câmara de Deputados e novo orçamento foi votado, representando considerável economia sobre o anterior e fazendo desaparecer “todos os favores pessoais, todos os excessos de poder, todas as violações da Constituição, todas as medidas prejudiciais aos cofres públicos que nele abundavam”. Ademais, estendeu a todos os funcionários públicos o aumento de vencimentos, abolindo o privilégio de alguns.

Epitacio Pessoa recolheu generoso apoio popular por esse gesto de bravura e prudência. Registrou no *Pela Verdade*:

Nunca houve ato do meu governo que merecesse aplausos mais gerais e mais entusiásticos. De todos os pontos, de todas as classes, dos homens mais respeitáveis do Brasil, dos mais estranhos à política e, o que é significativo e tocante, dos mais favorecidos pelo orçamento – às vezes, simples

operários ou pequeninos empregados – recebi milhares e milhares de telegramas e cartas de felicitações e de apoio.

No fim, aquela singularidade de natureza política e econômica, o veto do orçamento, foi, para usar uma palavra em voga, um plebiscito em favor do presidente. Mas foi plebiscito espontâneo, não preparado de caso pensado.

Entretanto, a crise política avançava e, com ela, a conspiração militar.

Embora estivesse naturalmente preocupado com o rumo dos acontecimentos e se visse acusado de favorecer a candidatura de Bernardes e de opor-se a todas tentativas de conciliação, Epitacio Pessôa, sempre compenetrado do que devia ser o papel do chefe de Estado, mantinha-se afastado de qualquer atividade partidária. Sentia, contudo, que devia desmentir a acusação de ser o obstáculo a todo possível entendimento entre as correntes adversárias. Hesitava em tomar qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como indício de fraqueza do governo diante da agitação militar.

Já havia algum tempo o presidente se sentia contrariado com o que lhe parecia inação e desinteresse dos partidários da candidatura majoritária na defesa de seu governo, cada vez mais violentamente atacado.

Como ele próprio escreveu mais tarde:

Viviam no melhor dos mundos, inteiramente alheios aos acontecimentos e ignorantes das graves circunstâncias políticas que os rodeavam. Absorvidos pela ideia da eleição em si, que supunham tão simples e fácil como das outras vezes; sem bem avaliarem o embaraço e o perigo que representava para o seu candidato a intromissão do elemento militar no pleito; sem perceberem a ameaça que o militarismo incipiente, se não fosse desde logo dominado, constituiria para a posse do mesmo candidato,

e mais tarde para o seu governo, com prejuízo irreparável dos interesses do país; os correligionários do Dr. Artur Bernardes, honrando-me com a sua tranquila confiança e repousando inteiramente no prestígio do governo, julgaram talvez desnecessário defender o Presidente dos ataques dos contrários, e concorriam assim para o enfraquecimento de uma autoridade que era sua principal garantia.

O presidente da República resolveu convocar alguns dos políticos mais influentes da maioria para uma reunião, no Palácio do Catete, com o duplo propósito de arregimentar os partidários do Dr. Artur Bernardes para a defesa do governo e de declarar-lhes, por dever de lealdade, que somente se oporia a qualquer pacto resultante das tentativas de acordo mencionadas na imprensa entre as duas correntes políticas, se o mesmo, como o falado Tribunal de honra, ferisse a Constituição.

Foi realizada na noite de 1º de maio, uma reunião informal como indicava a escolha dos convidados: Álvaro de Carvalho, senador paulista, e Afrânio de Mello Franco, deputado mineiro, pelos laços de amizade com Eptacio; Raul Soares, seu antigo ministro e principal prócer do bernardismo. Antônio Azeredo, senador por Mato Grosso, vice-presidente do Senado, naquela altura ainda, um dos mais fiéis epitacistas no Congresso; Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara e um dos elementos de ligação de Eptacio com Washington Luís; e Bueno Brandão, líder da bancada mineira.

Foram também convidados os dois ministros das pastas militares, Pandiá Calógeras, da Guerra, e Veiga Miranda, da Marinha, ambos ex-parlamentares e, melhor do que ninguém, a par da gravidade da situação em seus respectivos ministérios. Mas não lhes foi encomendada com antecedência a preparação de depoimento algum sobre o assunto. A ideia era uma troca informal

de conhecimento e comentário sobre a situação vigente e seus possíveis desdobramentos.

É falso que o presidente haja convocado essa reunião porque começava a hesitar quanto à atitude de recusa intransigente à iniciativa de um acordo para a escolha de um terceiro candidato, como insinuou o jornal *O País*, então ressentido com o governo, logo que veio a lume a realização do encontro.

Mais falso ainda, porque inventado com intuito da intriga e repetido no ano seguinte pelos abissínios, que pululam entre nós toda vez que muda o governo, foi o boato, difundido por alguns órgãos da imprensa carioca, que o presidente Epitacio convocara a reunião do Catete para promover a retirada da candidatura Bernardes e substituí-la pela de outro da sua predileção.

Ora, se o presidente tivesse querido sugerir um candidato, teria feito um ano antes, quando consultado pelo emissário de Washington Luís. Se tivesse, realmente esse sucessor preferido, seria fácilimo ver realizado seu desejo mais adiante, quando se deu a cisão entre as duas correntes.

A balela foi contestada no *Jornal do Commercio* pela pena insuspeita de Felix Pacheco, que seria a seguir chanceler do governo Bernardes (e cujo nome virou Instituto e goza até hoje de credibilidade a ponto de garantir a identidade de grande parte da população). O próprio Epitacio lembrou, mais tarde, que, por essa época, mandara transmitir ao Dr. Washington Luís sua opinião pessoal de que os correligionários do Dr. Artur Bernardes deviam resistir às ameaças do elemento armado para não dar origem a um precedente funestíssimo ao prestígio e à estabilidade da República. Mas era mister que essa resistência se organizasse de modo inteligente e eficaz e não repousasse unicamente na ação isolada das autoridades constituídas. Fora portador desse recado o Dr. Pires do Rio, ministro da Viação.

Se, naquela altura, contrariando tudo que havia dito anteriormente, o presidente quisesse provocar a renúncia do Dr. Artur Bernardes a uma candidatura já então vitoriosa, mas contestada, o seu primeiro cuidado teria sido, após as necessárias confabulações preliminares, convocar todos os líderes dos 16 estados que haviam sufragado aquele nome. Nessa assembleia numerosa, na qual predominavam amigos dedicados seus, ele teria segura margem de manobra. Epitecio comentou posteriormente: “Não iria reunir apenas seis políticos, dos quais três mineiros, para retirar uma candidatura mineira. Seria inépcia”.

Por outro lado, se estivesse convencido de que, para o bem do país, para evitar a convulsão total, era imprescindível a renúncia de Bernardes, o lógico seria comunicar-se diretamente com o candidato ou enviar-lhe um emissário de toda confiança para expor-lhe a situação e os perigos iminentes que ameaçavam a ordem pública. Finalmente, não se podia cogitar de persuadir um candidato a renunciar, sem a certeza de que seu adversário faria o mesmo. Ora, Nilo Peçanha, talvez envergonhado com o “papelão” que fizera e, na certa, constrangido com as agressões de seus correligionários ao presidente, nunca mais o procurara. Não tendo havido qualquer contato entre ambos, como garantir a disposição do candidato da Reação Republicana a renunciar?

No entanto, essa intriga, logo veiculada por alguns jornais da oposição, informados da reunião por algum inconfidente, encontrou adeptos, a tal ponto convencidos de sua veracidade que passaram a difundi-la, como se tivessem estado presentes. Até mesmo um, que tinha estado presente, resolveu encampá-la, três anos e meio mais tarde, para servir a interesses inconfessáveis. Mas isso é outra história, que veremos depois. Por enquanto, espaço à reunião do Catete.

No longo introito o presidente descreveu a situação reinante e a indisciplina em certos setores das forças armadas, atizada pela violenta campanha de imprensa. Deu ênfase à conveniência de se unirem os partidários da candidatura Bernardes às autoridades na defesa da manutenção da ordem e no combate ao fermento de revolta, porque do fortalecimento do governo dependia a chegada a bom termo da mesma candidatura. Disse estar seguro de que poderia controlar as ameaças de baderna e dar posse ao eleito no dia 15 de novembro, mas temia o que sucederia, então, quando, a bem dizer, já não há governo e ainda não há governo. Preocupava-o também que a paixão política, combinada com a ameaça de intervenção militar, viesse perturbar irremediavelmente a vida administrativa a partir daquele momento. Por isso, queria advertir os dirigentes partidários dos perigos que via no horizonte, para que os pudessem enfrentar ou contornar, se considerassem viável algum tipo de acordo digno e legal, isto é, que não ferisse a Constituição. A esse respeito, acrescentou que não desejava ser visto como o único obstáculo a uma possível conciliação. Repetiu o que havia declarado em ocasiões anteriores, que considerava o falado Tribunal de Honra uma proposta contrária à Constituição. Esta determinava fosse feita a apuração do pleito pelo Congresso, e quem diz Congresso, diz senadores e deputados. Admitia, contudo, haver meios e modos de garantir a isenção das comissões do Congresso incumbidas daquele processo, de forma a torná-lo aceitável por ambas as correntes. Se fosse possível chegar a um acordo, que evitasse o pior, todos os brasileiros haveriam de regozijar-se. Caso contrário, só lhe restava, como presidente, respeitar a proclamação pelo Congresso do eleito e dar-lhe posse a 15 de novembro.

A seguir falaram os ministros das pastas militares. Calógeras, que nem sabia do propósito da reunião, deu seu testemunho, breve, mas incisivo. Falou das precauções tomadas, mas observou que o

laudo do Clube Militar sobre as cartas atribuídas a Bernardes inflamara o antagonismo em muitas guarnições à ideia de um governo chefiado por quem “insultara o Exército”, segundo o tal laudo.

Veiga Miranda foi mais específico. Estendeu-se em comentários comparativos entre as duas corporações, para concluir que a situação na Marinha era muito mais grave que no Exército. Salientou o perigo de contaminação da ideologia sediciosa, que já grassava na oficialidade, ao pessoal subalterno, que manejava as máquinas. Lembrou a façanha de João Cândido em 1910. Preocupava-o, sobretudo, o risco que corriam os encouraçados “São Paulo” e “Minas Gerais”, recém-saídos de onerosíssima renovação, se envolvidos em confronto armado. Embora acreditasse ser possível dominar outras tentativas de motim, como ocorrera dias antes, não queria admitir o absurdo de ver a nossa Marinha de Guerra sofrer perdas irreparáveis por causa de um candidato. Era francamente favorável a uma conciliação, mesmo com o sacrifício das duas candidaturas. Defendeu seu ponto de vista com tanto ardor que quase foi a vias de fato com Raul Soares, o mais exaltado defensor de Bernardes. Houve debate, por vezes acalorado.

As opiniões se dividiam. Quatro eram favoráveis a um acordo e, portanto, à renúncia de Bernardes: Calógeras, Veiga Miranda, Álvaro de Carvalho e Antonio Azeredo⁵³.

Quatro eram absolutamente contrários: Raul Soares, apoiado por Afrânio, Arnolfo e Bueno Brandão.

Duas ou três vezes tentaram extrair do presidente uma manifestação de desempate. Em vão. Epitacio repetia que “estava ali para expor, não para alvitrar”. No auge da discussão, tornou a

53 Epitacio já devia conhecer a preferência de, pelo menos, três deles. Os dois primeiros eram seus ministros e Azeredo, em janeiro daquele ano, tinha pretendido, em vão, obter autorização do presidente para entabular negociações com Washington Luís, com vistas à escolha de um *tertius*.

afirmar que responderia pela manutenção da ordem por ocasião do reconhecimento do candidato eleito e a este transmitiria a presidência no Palácio do Catete. Recolocou a adversativa sobre o que poderia acontecer logo depois, “quando, por assim dizer, já não há governo e ainda não há governo”.

Raul Soares interrompeu-o, como quem quisesse exorcizar uma assombração: “Vossa Excelência acha, então, que o Artur deve renunciar?”. Epitacio respondeu-lhe simplesmente: “Esta é uma hipótese a considerar”.

Boca que tal disseste.

Desagradou a gregos e troianos. Aos partidários do Sr. Artur Bernardes pareceu um inesperado balde de água fria sobre as ardentes expectativas com que já saudavam a proximidade do poder. Aos adeptos da Reação Republicana, quando tomaram conhecimento do diálogo, configurou menos do que uma afirmação e, portanto, a perda da oportunidade de forçar a desejada conciliação.

A reunião prosseguiu por algum tempo, com controvérsia e sem definição sobre a maneira de proceder-se à apuração do pleito. Epitacio mandou vir o café. Antes da despedida, Afrânio de Mello Franco sugeriu que se conservasse secreto o assunto do encontro – o que era óbvio, mas não foi cumprido – e se comunicasse tudo aos senhores Artur Bernardes e Washington Luís. O presidente concordou e sugeriu que os políticos escolhessem quem iria pessoalmente a São Paulo e Belo Horizonte. (Mais tarde se soube que ninguém viajou: Bernardes foi informado por carta de Raul Soares e Washington, por carta de Arnolfo Azevedo.) Dissolvida a reunião, saíram todos da sala da Capela. O senador Antonio Azeredo deixou-se ficar por último, junto com o anfitrião, e, a caminho da escada, falou-lhe ao ouvido: “Vamos ver qual é a resposta do

Bernardes; seja qual for, você conta comigo, se entender que a candidatura deve ser afastada”⁵⁴.

Como era de esperar, a resposta de Bernardes foi pela manutenção de sua candidatura, contra todas as eventualidades. Veio trazê-la a Palácio o Dr. Raul Soares, dois ou três dias depois. Nesse ínterim, o presidente já tinha mandado ao governador Washington Luís, por intermédio do ministro Pires do Rio, sua mensagem pessoal, da qual o portador guardou registro:

Pensa o Dr. Epitacio, comuniquei verbalmente, que será um grande serviço prestado à República a manutenção do nome do Dr. Bernardes; cumpre, porém, que São Paulo e Minas se previnam, em todos os terrenos, para que o governo federal não tenha de agir isolado no meio das ameaças que se fazem.

Prossegue o Dr. Pires do Rio:

Julgo poder resumir com fidelidade as considerações do Dr. Washington Luís da seguinte maneira: Não devemos exagerar o valor das ameaças; mas na situação a que chegamos, não poderíamos retroceder nem com as ameaças de uma guerra civil. O governo federal terá todo o apoio de São Paulo para defesa da ordem constitucional.

54 Mais de três anos depois, estando Epitacio Pessoa na Haia, como juiz da Corte Internacional de Justiça, o senador Azeredo, em discurso no Senado, afirmou que, na Reunião do Catete, o presidente Epitacio queria afastar a candidatura de Bernardes, tanto que à pergunta de Raul Soares sobre se “achava que o Artur deve renunciar” respondera “Sim, sem dúvida”. Acrescentou que ele, Azeredo, se empenhara, então, denodadamente, pela manutenção da candidatura.

Como havia sofrido outros ataques do senador mato-grossense, outrora seu dedicado amigo, Epitacio decidiu responder-lhe, quando voltou ao Brasil. Fê-lo em três memoráveis discursos no Senado, em 16, 19 e 21 de outubro de 1925. Munido do depoimento escrito dos demais participantes da reunião, desmentiu o antagonista, na presença deste. Com uma catadupa de argumentos rebateu todos seus outros ataques. E ainda deixou provado que o senador Azeredo tinha o mau hábito de atacar seus adversários ausentes, deixar que fossem publicados os seus discursos na imprensa e, depois, modificá-los para a edição do Diário do Congresso, dificultando ou impedindo o legítimo exercício de resposta.

(Curiosamente, dois meses antes da revolta armada, o governador de São Paulo achava exageradas as ameaças...)

Ao ouvir de seu ex-ministro a decisão de Artur Bernardes, o presidente Epitacio lhe disse:

Minhas felicitações, Dr. Raul Soares. Eu, se estivesse na posição dos senhores, tomaria a mesma atitude. Como presidente da República, porém, devia à nação uma prova de imparcialidade, de isenção de ânimo, um propósito de paz. Os senhores resolveram sustentar o presidente eleito. Estão com a boa causa e só me resta apoiá-los. Agora, definida a situação, terei mais autoridade para punir e remover oficiais sem poder ser acusado de presidente partidário⁵⁵.

A consciência do presidente Epitacio devia estar satisfeita quanto ao desenrolar e o desfecho da reunião do Catete. Advertira os próceres da Maioria sobre os perigos que ameaçavam a candidatura deles e as instituições do país. Mobilizara-os a se aliarem ao governo na defesa mais aguerrida das mesmas. Por indiscrição de um deles, não importa, a opinião pública tomara conhecimento de que o presidente não era o alegado obstáculo intransigente a todo arranjo de conciliação nacional. As queixas, as deturpações e a invencionice de intuito rasteiro viriam depois. Por ora, era preciso levar adiante sua função de árbitro, combinada com seu dever maior de defensor da ordem pública. Foi o que procurou fazer, em sua última tentativa de entendimento entre as duas facções adversárias.

No dia 15 de maio, o presidente Epitacio Pessôa enviou ao governador Borges de Medeiros, por intermédio de Ildefonso Simões Lopes, e ao governador Washington Luís, por intermédio

55 Informação prestada pelo próprio Dr. Raul Soares ao Dr. Edmundo da Luz Pinto, que o fora procurar, apreensivo com os boatos que circulavam em relação à causa de Artur Bernardes, candidato de ambos.

de Arnolfo Azevedo, mensagens do mesmo teor. Estende-se em conceitos muito pertinentes sobre a necessidade de: verificar honesta e imparcialmente qual dos dois candidatos foi o eleito do povo; afastar, por descabida, a alegada incompatibilidade de um dos candidatos com as forças armadas; proceder à apuração em obediência aos trâmites legais, isto é, pelo Congresso, como determina expressamente a Constituição; e comprometerem-se os candidatos e seus partidários a respeitar a vontade da Nação. Em seguida, observa que, para a apuração da verdade eleitoral, a lei estabelece normas; essas normas podem ser, por acordo prévio, definidas e acrescidas, de tal modo que conduzam ao afastamento de toda presunção de fraude; nessa linha, sugere, por exemplo, três medidas que poderiam ser ajustadas, entre outras, para tornar meramente mecânico o trabalho das comissões julgadoras do Congresso, a serem compostas por sorteio. Finalmente, pede que os dois governadores designem, cada um seu representante, e se oferece para examinar com os mesmos outros pontos que pudessem ser objeto de acordo.

Estava tudo muito bem, com a exceção das comissões do Congresso a serem compostas por sorteio. Washington Luís, em resposta, designou logo como representante dos correligionários de Artur Bernardes o deputado Carlos de Campos. Borges de Medeiros, contudo, respondeu a 18 de maio com um longo despacho telegráfico, judicioso, no qual sugere que a comissão parlamentar (no singular) fosse composta de igual número de representantes de ambas as parcialidades e contivesse um ou mais elementos alheios ao Congresso. Submete a essa questão preliminar e fundamental a designação de um delegado para “ajustar as bases do processo de apuração como exemplificastes, certo de que fácil seria acordá-las em toda a plenitude”.

Epitacio replica, no dia seguinte, insistindo em que o enxerto de elementos estranhos ao Congresso seria desrespeito à

Constituição. Aferra-se à razão constitucional, mas garante que, do entendimento entre ele e os delegados das duas correntes, sairiam bases firmes para eliminar todo arbítrio das comissões verificadoras. Conclui apelando que Borges de Medeiros examine de novo o assunto, porque “a minha sugestão oferece as mesmas garantias e estamos assim mais próximos um do outro do que à primeira vista parece”.

No entanto, naquele mesmo dia 19º Congresso sorteou as comissões apuradoras. Epitacio informa Borges de Medeiros de que as mesmas têm cinco dias para apresentar os pareceres e que esse prazo pode ser prorrogado.

No dia 22 de maio, porém, o governador gaúcho dá sua negativa final. Começa pela observação de que “tendo o Congresso iniciado os trabalhos de apuração pelo sorteio das comissões verificadoras das eleições, estão *ipso facto* prejudicadas todas as nossas proposições conciliatórias”... Tece comentários sobre o domínio do Congresso por uma grande maioria facciosa e sobre a inevitável margem de arbítrio ou critério individual no exame dos casos concretos. Lastima que a coparticipação de um ou mais juízes do Supremo Tribunal, como havia sugerido, não tenha sido aceita, nos trabalhos da apuração. (Na verdade, era a primeira vez que mencionava juízes do Supremo, o que talvez pudesse ser mais aceitável do que o enxerto de particulares nas comissões do Congresso.) Termina por agradecer ao presidente a honra e a benevolência com que o distinguiu, consultando-o nesse transe da nossa vida republicana.

Estava selado o fracasso das gestões de Epitacio em favor de uma conciliação. Cabe perguntar se ele não poderia ter sido um pouco mais flexível nessa undécima hora, quando ele próprio percebia que as posições pareciam convergir para um entendimento. Que mal haveria em consultar os próceres da

Maioria sobre a introdução de um juiz da Suprema Corte, escolhido de comum acordo, no processo de apuração? Como se verificou, logo adiante, Bernardes teve 60% dos votos, contra 40% de Nilo. Dificilmente novas urnas impugnadas chegariam a alterar esse resultado. Provavelmente, Epitacio teria merecido um julgamento mais leniente de seus adversários.

Resta saber se tal sacrifício de suas convicções de magistrado, intransigente na defesa da Constituição que ajudara a redigir, bastaria para desarmar os espíritos. Duvido. Naquela altura, os militares subversivos e seus discípulos ingênuos já não estavam mais interessados em Nilo e Seabra, mas em lavar a honra do Exército e, para isso, levar o marechal Hermes ao poder.

As manifestações de indisciplina se multiplicavam. No Pará, no Ceará, em Sergipe, em Florianópolis e Porto União sucedem-se episódios de franco desafio às autoridades. Na Marinha fora desfeita uma conspiração durante as manobras navais, fracassara tentativa de revolta da aviação e, em fins de abril, fora abortada sublevação promovida pelo comandante Álvaro de Vasconcelos no “Minas Gerais”. O perene sentimento de superioridade social do pessoal da Armada cedia, naturalmente, o passo à solidariedade da farda. Veiga Miranda tinha razão. Em Santa Catarina é detido um portador, com a mensagem de Oficiais da Marinha aos seus colegas do Rio: “Ansiosos aguardamos ordens”.

Os generais Barbedo, Cardoso de Aguiar, Joaquim Inácio e o almirante Silvado telegrafam aos tenentes da guarnição do Ceará, anunciando-lhes a iminência da revolução e concitando-os a iniciar a derrubada dos governadores pelo do Ceará. A recusa do comandante do 23 naquele estado, frustra a empreitada. O general Clodoaldo da Fonseca, sobrinho do marechal Hermes, parte para assumir seu comando em Mato Grosso já mancomunado com os conspiradores.

Custa crer que esses senhores armados, muitos jovens idealistas afetados pelos melindres da corporação, outros, veteranos, imbuídos da falsa prerrogativa de tutores do regime, fossem, de repente, desmotivados e desmobilizados pela simples decisão dos políticos paisanos de se porem de acordo em torno de uma comissão apuradora apenas melhorada. E se o resultado ainda favorecesse aquele “que insultara o Exército?”. E se ele se pusesse “em conluio com seus adversários” para a escolha de um *tertius* e a formação de um governo de coalizão, sem o aval da farda? Onde ficaria “a responsabilidade das forças armadas pela salvação da República?”.

A conspiração militar já avançara demais. Qualquer esforço de entendimento entre os políticos não lograria desarmá-la.

Os acontecimentos se precipitavam, em cronologia suspeita. Houve ameaças de motins no Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas; atos de indisciplina nas tropas do Piauí, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; demonstrações sediciosas em São Paulo, Minas e Bahia; telegramas de senadores e deputados insuflando guarnições e flotilhas.

A 8 de maio, falecera, em viagem do Maranhão para o Rio, o vice-presidente eleito, Urbano dos Santos. A oposição resolve pedir o reconhecimento de J. J. Seabra, o candidato derrotado. O expediente quase surte efeito. Embora o Congresso houvesse, como era de direito, declarado vago o lugar de vice-presidente e mandado proceder a nova eleição, um juiz de primeira instância concede o *habeas corpus* a Seabra. O caso chega ao Supremo Tribunal, onde a pretensão de Seabra é negada por maioria de um voto!

A 31 de maio, Oldemar de Lacerda assina a confissão de que falsificara as cartas atribuídas a Bernardes, “com o intuito político de elevar à presidência o meu eminente amigo, marechal Hermes”. A notícia desse fato somente é publicada no *A pedidos* do *O Jornal*

no dia 13 de junho! Antes disso, ocorreram a proclamação de Bernardes pelo Congresso, como eleito, no dia 9 e o lançamento de manifesto à Nação pelos líderes dissidentes no dia 10.

O manifesto, assinado por Nilo Peçanha, J. J. Seabra e Borges de Medeiros, era mais que um brado de convocação à revolta, era a palavra de ordem:

A Reação Republicana, hasteando a bandeira das liberdades civis e políticas que ela levantou dos escombros da Constituição, não se submete, nem se conforma com essa solução revolucionária. Todos quantos ao nosso lado se vêm batendo por um grande ideal, mais do que nunca confiam na regeneração e salvação da República.

O emprego do elemento militar, como recurso extremo de triunfo era coisa decidida. A hora era essa. A ideia da “revolução pacífica” a 15 de novembro estava ultrapassada. Nilo Peçanha, que havia prevenido o governo que se tramava um atentado contra o Congresso, já não se mostra tão categórico na negativa ao recurso às armas. (Pelo menos, foi essa a impressão que ele deixou em entrevista a Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, segundo depoimento deste último ao chefe de Polícia, Geminiano da Franca, após o 5 de julho.)

Restava realizar as articulações finais. Depois, fixar a data.

Uma última crise foi produzida, de propósito, para dar motivo adicional ao movimento revolucionário. Posteriormente, em vista das personalidades envolvidas, foi erigida em estopim do mesmo. Tratava-se da eleição para governador de Pernambuco. A política do estado achava-se dividida entre três grupos antagônicos, praticamente irreconciliáveis: o de Estácio Coimbra, o do marechal Dantas Barreto e o dos senhores Rosa e Silva e Manuel Borba. Este último grupo detinha o poder, naquela ocasião, e se alinhava com a Reação Republicana.

Ao contrário do que acontecera em outros estados, não houve acordo entre as correntes partidárias. O conde Pereira Carneiro, espécie de chefe informal da colônia pernambucana na capital da República, pediu ao presidente Epitacio seus bons ofícios no sentido da conciliação para evitar a luta iminente. O presidente intercedeu por telegramas dirigidos aos principais líderes políticos do estado. Quatro ou cinco nomes foram lembrados, sem lograr aprovação unânime. A 8 de maio, o conde Pereira Carneiro transmitiu por carta ao presidente a sugestão do nome do barão de Suassuna, que gozava de elevado conceito no estado e fora escolha primeira em reunião dos pernambucanos no Rio. Epitacio não consegue aliciar para ele o apoio das facções em conflito. Tenta, ainda, o nome do desembargador Silva Rego, magistrado íntegro e acatado, sugerido por outro grupo de pernambucanos. Em vão. Opôs-lhe o veto o senador Manuel Borba.

O presidente Epitacio desistiu de promover o acordo em Pernambuco. Limitou-se a recomendar, enfaticamente, total neutralidade ao comandante militar, coronel Jaime Pessôa da Silveira (não era parente do presidente, mas conquistara a confiança do governo por seu desempenho no ano anterior, no Espírito Santo, em circunstâncias semelhantes). Epitacio instruiu-o a manter as tropas federais afastadas dos inúmeros incidentes que passaram a ocorrer em Pernambuco. Essas reiteradas advertências eram tornadas públicas pelo Ministério da Guerra, para que não pairassem dúvidas quanto à isenção do governo federal.

No dia 27 de maio, realizaram-se as eleições no estado. Transcorreram em perfeita ordem, segundo depoimentos de ambos os lados. No dia seguinte, começaram as violências na cidade do Recife, que se estenderam e se agravaram ao longo de todo o mês de junho. Repetidas vezes, o presidente mandou instruções ao comandante da Região, no sentido de que a tropa fosse mantida dentro dos quartéis, alheia a toda disputa entre as facções, e só

atuasse, quando necessário, em defesa própria ou de edifícios federais. A troca de correspondência telegráfica dos protagonistas no Recife com o Ministério da Guerra e com o Palácio do Catete ocupa boa parte do extenso relato do caso, que Eptacio Pessoa incluiu no *Pela Verdade*. As quarenta páginas que ele dedicou ao assunto constituem leitura recomendável a historiadores. A nós, leigos, basta o resumo.

Se o presidente tivesse um candidato para o governo de Pernambuco, não teria aceitado meia dúzia de nomes alternativos e os submetido à apreciação dos dirigentes políticos locais. Se quisesse favorecer o tal candidato – contrariando a postura que adotara em todos os estados onde houvera eleições – teria agido antes do pleito, por ser mais fácil do que no período pós-eleitoral, quando o candidato do governo estadual já estava eleito. Ao longo desse mês de junho, os incidentes com soldados da guarnição (inclusive o lamentável episódio do assassinato de um dentista apartidário por uma patrulha) só serviram de pretexto para a contratação de mais cangaceiros pelo governador, de azedume nas relações deste com o comandante da Região Militar e de acirramento das arruaças.

Finalmente e mais importante: se a crise política em Pernambuco não tivesse sido instigada de fora, com o propósito de fazê-la secundar a revolução prestes a explodir na capital da República, não teria sido resolvida, como por encanto, logo que a revolta de 5 de julho foi jugulada. As facções em conflito se puseram de acordo, o candidato eleito renunciou, sendo substituído por um *tertius*, o governador fez um trato com o coronel Valdomiro Lima, que dias antes assumira o comando da Região Militar, retirou da cidade todos os cangaceiros e fez regressar aos respectivos municípios todos os destacamentos que haviam sido concentrados no Recife. A paz voltou a reinar no litoral, no agreste e no sertão.

Voltemos, porém, aos dias que antecederam a “revolução”. Os encontros de conspiradores se repetiam amiúde e de modo às vezes indiscreto, como o deslocamento dos generais Barbedo e Vileroy a Pindamonhangaba para ultimar as articulações com os elementos sediciosos de São Paulo. Os ministros das pastas militares e o chefe de Polícia mantinham o presidente a par da evolução dos acontecimentos, cotejando os informes de suas respectivas fontes. A indicação prevalecente era de que a explosão do movimento estava marcada para o dia 5 de julho. Os jornais partidários da baderna, sobretudo depois do manifesto dos líderes da Reação Republicana, adotaram atitude facciosa. Somente davam notícias desfavoráveis ao governo, ignoraram o fato comprovado da falsidade das cartas injuriosas ao Exército e insistiam em pregar o recurso às armas. Obviamente, o caso de Pernambuco era objeto de constante exploração.

No dia 30 de junho, o marechal Hermes da Fonseca, que presidia o Clube Militar, mandou um telegrama ao comandante da Região Militar no Recife e deu publicidade ao mesmo pela imprensa:

Nesta data telegrafei ao comandante da Região nestes termos: o Clube Militar está contristado pela situação angustiosa em que se encontra o estado de Pernambuco, narrada por fontes insuspeitas, que dão ao nosso glorioso Exército a odiosa posição de algoz do povo pernambucano. Venho fraternalmente lembrar-vos que mediteis nos termos dos arts. 6 e 14 da Constituição, para isentardes o vosso nome e o da nobre classe a que pertencemos da maldição de nossos patrícios. O apelo que ora dirijo ao nosso ilustre consócio é para satisfazer a instantes pedidos de camaradas nossos daí, no sentido de apoiá-los nessa crítica emergência, em que se procura desviar a força armada do seu alto destino. Confiando no vosso patriotismo e zêlo pela perpetuidade

do amor do Exército ao povo de nossa terra, vos falo neste grande momento. Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica. Saudações.

Esse telegrama era um atentado contra a disciplina. O marechal insinuava, com a invocação do artigo 6º da Constituição, que o presidente estava intervindo em Pernambuco fora das condições legais, pondo em dúvida as afirmações contrárias do seu chefe constitucional, a quem imputava falsamente a expedição de ordens que desviavam a força armada da sua missão. Com a menção ao artigo 14, aconselhava à guarnição que desobedecesse às ordens do governo.

Nesse mesmo dia, o presidente mandou que o Ministério da Guerra indagasse ao marechal Hermes se era de sua autoria aquele despacho. Encarregou-se da missão o general Neiva de Figueiredo, que, primeiro, enviou para Petrópolis, onde o marechal tinha o bom gosto de residir, o seguinte telegrama: “De ordem do Sr. ministro, informai se é de vossa autoria um telegrama dirigido ao comandante da 6ª Região Militar (Recife), o qual foi publicado no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil* de hoje, 30 de junho”.

Informado pelo ministro da Guerra de que o marechal Hermes não subira a Petrópolis, Neiva de Figueiredo escreveu-lhe carta, que lhe foi entregue por um capitão, no Palace Hotel, às 8h30 da noite, na ocasião em que o marechal recebia de retorno o telegrama de Petrópolis. A carta dizia:

Departamento do Pessoal da Guerra. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1922.

Ao Exmo. Sr. marechal Hermes da Fonseca cumprimenta atentamente o abaixo assinado e, de ordem do Sr. Ministro, pede a fineza de informar se é da autoria de V. Excia. o telegrama passado ao comandante da 6ª Região Militar

(Recife) e publicado na segunda página do Correio da Manhã de hoje. O Sr. Ministro deseja que V. Excia. responda hoje mesmo ao pedido de informação que ora faz o de V. Excia. camarada e menor criado...

O marechal Hermes respondeu, no dia seguinte, diretamente ao presidente da República:

Surpreendido ontem à noite por insistentes recados telegráficos do comandante(!) do Departamento da Guerra, que por ordem do ministro pretendia inquirir-me se era de minha autoria o telegrama passado ao coronel comandante da 6ª Região Militar, venho declarar a V. Excia. que não deve pairar a menor dúvida sobre a veracidade de tal documento, do qual assumo inteira responsabilidade.

O presidente mandou repreender o marechal. (Mais tarde, para justificar sua leniência, Epitacio Pessoa disse ter levado em consideração a elevada patente de Hermes, o fato de ele ter sido presidente e a circunstância de, decerto, o interesse dos que o cercavam haver prevalecido sobre sua boa-fé na hora da deliberação.)

A tolerância do presidente foi interpretada como sinal de fraqueza. Por isso, o marechal, incorrendo em falta ainda mais grave, saltou por cima do ministro da Guerra, seu superior imediato, de quem recebera o aviso de repreensão, e enviou diretamente a Epitacio ofício em que declarava não se submeter à punição infligida.

A redação infeliz do ofício parece indicar a autoria de algum assessor, menos preparado e mobilizado às pressas para a tarefa. Nele, o marechal Hermes ora chama a si, como *chefe do Exército Nacional* (sic), a responsabilidade do telegrama, ora a compartilha com o Clube Militar; aqui dá a entender que não foi ao governo que ele imputou o crime de desviar de seu dever as forças armadas, “que se haviam deixado arrastar por um dos partidos”; mais adiante,

acusa de descortês o general Neiva de Figueiredo; e termina por uma conclusão sem nexó lógico com as suas premissas. Eis o texto do ofício:

Clube Militar

Rio, D. F., 2 de julho de 1922.

Exmo. Sr. Presidente da República,

Considerando que a minha alta patente e a situação de chefe do Exército Nacional me conferem tacitamente o direito de aconselhar e encaminhar na senda honrosa, sempre trilhada pelas forças armadas, aqueles oficiais, que porventura possam ser mal orientados;

Considerando que os distúrbios ocasionados pela política em Pernambuco, entre a polícia local e as forças do Exército, alarmaram a população da cidade do Recife;

Considerando que diariamente chegavam ao Clube Militar reclamações de sócios indignados pelos apodos atirados àquele núcleo de jovens oficiais, que se haviam deixado arrastar por um dos partidos contra o próprio governo do Estado;

Entendi de meu estrito dever apelar para o espírito de classe do comandante da Região e seus oficiais, a fim de se absterem de qualquer ato de hostilidade contra o povo, no soberano direito que exercia de livremente escolher o novo presidente do estado.

Neste sentido submeti à Diretoria do Clube Militar o teor do telegrama que redigi e expedi ao comandante da 6ª Região Militar.

Por telegrama assinado pelo general Neiva e expedido em nome do ministro da Guerra, fui intimado em termos descorteses e insistentes a declarar se esse despacho era da minha lavra e se tomava a responsabilidade do mesmo despacho acima citado.

*Por isso declaro a V. Excia. que não posso aceitar a injusta e ilegal pena que me foi imposta. Saúde e fraternidade.
Marechal Hermes R. da Fonseca.*

Não há dúvida de que a carta exigia uma punição mais rigorosa. Se não viesse, seria a deposição virtual do governo. A autoridade do presidente da República estaria substituída pela do presidente do Clube Militar.

O presidente mandou prender o marechal Hermes. Foi uma prisão disciplinar. Durou poucas horas. Durante esse tempo o marechal ficou recolhido ao quartel do 3º Regimento, para o qual, por um escrúpulo de gentileza (com um militar que, no governo, recolhera presos generais e almirantes a uma fortaleza comandada por coronel), Epitacio mandara transferir o comando da respectiva brigada.

No dia da repreensão aplicada ao marechal Hermes, o Clube Militar, através de declaração distribuída à imprensa por seu diretor-secretário, fez saber que o indigitado telegrama à guarnição de Pernambuco havia sido expedido em virtude de deliberação do Clube. Era mais que uma provocação, um desafio coletivo à autoridade do governo. Epitacio, que diversas vezes, mesmo antes de tomar posse, tinha advertido os militares contra as manifestações coletivas, mandou fechar o Clube Militar por seis meses.

O decreto, de próprio punho, justifica amplamente a medida:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o presidente do Clube Militar dirigiu ao comandante da Região e aos oficiais da guarnição de Pernambuco um telegrama, em que se permitiu pôr em dúvida a palavra do governo e lhe atribuiu falsamente propósitos contrários à Constituição;

Considerando, com efeito, que nesse telegrama, à afirmação do governo de que as forças federais ali estacionadas, obedientes às ordens recebidas, se têm conservado alheias à questão da sucessão presidencial do Estado, aquele general antepôs a narração do que ele chama “fontes insuspeitas”, que dão à tropa federal de Pernambuco a “odiosa posição de algoz do povo pernambucano”;

Considerando que o presidente do Clube pediu ainda a atenção das ditas forças para “os termos dos arts. 6º e 14º da Constituição”, insinuando, assim, que o governo estava intervindo em negócios peculiares ao Estado de Pernambuco, o que é inexato, e dando às forças daquela guarnição ordens contrárias às leis ou às instituições constitucionais, o que é falso também, porquanto, das ordens publicadas, que são todas as transmitidas ao comandante da Região, o que se vê é que o presidente da República recomendou sempre ao mesmo comandante “a maior prudência, a fim de não parecer existir por parte do governo federal qualquer propósito de intervir em assuntos da economia do Estado” e “não ser praticado ato algum que possa parecer intervenção indébita do governo da União na questão propriamente eleitoral”, e ainda recentemente declarou, em telegrama dado também à publicidade e dirigido a um

dos candidatos “que não interviria” nessa questão, que “as forças do Exército se conservariam neutras”, e, em outro despacho, endereçado no mesmo dia ao comandante da guarnição, “reiterou a ordem de não se envolverem as forças em questões propriamente da política local”;

Considerando que o presidente do Clube, no seu telegrama, atribuiu ainda ao governo o pensamento de “procurar desviar a força armada do seu alto destino”, o que também não é verdade, nem em Pernambuco nem em qualquer outra parte, pois o empenho do governo atual, como pode testemunhar toda a Nação, tem sido o de fazer o Exército, à custa dos maiores sacrifícios, uma verdadeira força nacional, disciplinada, instruída, rodeada de conforto, provida dos meios necessários à sua missão e afastada inteiramente das questões políticas, onde a sua coesão se enfraquece, o seu prestígio se abate e diminui a sua autoridade, e neste último propósito é justamente no Clube Militar, arvorado em grêmio político, ou em oficiais dominados por ambições políticas, que tem encontrado resistência;

Considerando que pelo telegrama referido – ato da flagrante indisciplina – o governo repreendeu severamente aquele general;

Considerando que o telegrama foi expedido em virtude de deliberação do próprio Clube, segundo faz certo a declaração do seu diretor secretário, hoje publicada nos jornais;

Considerando que, em tais condições, é também o Clube Militar, composto de militares, que investe, em um ato público, por meio de manifestações de dúvida, veladas censuras e insinuações desrespeitosas, contra a autoridade do presidente da República, que é ao mesmo tempo o

chefe constitucional das forças armadas, e tenta assim enfraquecê-la com grave perigo para a ordem constitucional da Nação;

Considerando que, de algum tempo a esta parte, o Clube Militar, desviando-se dos fins e da missão que os seus estatutos lhe determinam, está a intervir em questões da política nacional, arrogando-se um direito que compete individualmente a cada um dos seus membros, mas não pode ser exercido por eles reunidos em associação, sem grave coação à liberdade civil;

Considerando que essa intervenção se tem produzido por meio de deliberações e correspondências atinentes, a princípio, à eleição do presidente e vice-presidente da República, mais tarde à verificação dos poderes dos candidatos eleitos, e, agora, aos sucessos que em Pernambuco se relacionam com a escolha do governador do Estado;

Considerando que a resolução do Clube Militar, relativa ao caso político de Pernambuco, revela, como as demais, o espírito de indisciplina nele reinante, pois seus estatutos não lhe permitem adotar medidas que não sejam referentes aos assuntos especificados no artigo 1º;

Considerando que desta sorte o Clube mais uma vez se desvia de sua missão e continua a acoroçar a indisciplina no Exército, apesar de se constituir de oficiais que, pelo fato de se associarem, não perdem o seu caráter militar e permanecem, como tais, sujeitos às normas de subordinação e disciplina que regem as forças armadas como coletividades;

Considerando que de nada tem valido a tolerância do governo, que há longos meses procura por todos os meios de convicção afastar os militares das lutas políticas;

Considerando, à vista dos fatos expostos, que o Clube Militar, em vez da corporação destinada à defesa dos interesses legítimos do Exército, que os seus estatutos preveem, se está convertendo em um centro de indisciplina militar, agitação política, de perturbação do sossego público, de ameaça à ordem civil e de coação às forças políticas da nação;

Considerando que a Nação reúne e arma as forças de terra e mar para defendê-la no exterior e manter suas leis internas, mas nunca para coagir os cidadãos desarmados, e é por isto que os regulamentos lhe vedam as manifestações coletivas;

Considerando que o Clube Militar é uma associação civil, embora formada por militares;

Considerando que, segundo o art. 12, da lei nº 4.269, de 17 de janeiro de 1921, “o governo pode ordenar o fechamento, por tempo determinado, de associações, sindicatos e sociedades civis, quando incorram em atos nocivos ao bem público”;

Resolve mandar fechar o Clube Militar pelo prazo de seis meses, a contar desta data, e proibir-lhe o funcionamento, salvo no tocante ao serviço especial de assistência, para o qual, entretanto, não poderá ser convocada nenhuma assembleia geral.

Rio de Janeiro, 1º de julho de 1922, 101º da Independência e 34º da República.

As duas medidas, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, têm sido, às vezes, apontadas como os fatores determinantes da revolta de 5 de julho. Terão sido decisivos para precipitar a ação de parentes do marechal. Mas não demoveram os principais chefes militares de seu dever de defender as instituições e manter a ordem interna. Nenhum deles viu naqueles atos qualquer intenção de ofensa ao Exército.

Há quem considere o caso de Pernambuco um episódio superveniente, que não alterou a decisão, já tomada, do recurso às armas. A participação do marechal Hermes e do Clube Militar contribuíram, apenas, para acelerar o processo. Epitacio sempre acreditou que a crise em Pernambuco foi provocada e agravada no contexto revolucionário, por políticos e militares que queriam pela força impedir a posse de Bernardes.

Mais tarde se apurou que, em Pernambuco, havia culpa dos dois lados, havia cangaceiros dos dois lados e violência recíproca. Havia, também, uns sobrinhos do presidente, envolvidos na política daquele estado, que, à sorrelfa e traíndo a confiança do tio, enganavam a boa-fé do comandante da guarnição e não poucas vezes causaram atritos entre a tropa e a polícia local.

De todo modo, a evolução dos acontecimentos deu resultado benéfico para o Brasil.

Se o caso de Pernambuco foi, de fato, engendrado pela oposição, que arrastou Hermes e o Clube Militar a se manifestarem na esperança de meter medo ao governo, o plano fracassou. E provocou para seus patronos duplo prejuízo. De um lado, a reação enérgica de Epitacio há de ter convencido muita gente graduada, que talvez estivesse hesitante, de que não valia a pena enfrentá-lo e arriscar a carreira sem garantia de sucesso. Por outro lado, melindrou um pequeno grupo de militares de pavio curto e fê-los agir precipitadamente e, portanto, falhar.

Outro teria sido possivelmente o desfecho da revolta, como se verá adiante, se a conspiração continuasse a evoluir por mais tempo, atizada pela parcela mais exaltada da imprensa e pela facção política derrotada. Talvez a melhor articulação entre um número maior de militares contrários à posse de Bernardes tivesse logrado derrubar o governo, antes mesmo daquele intervalo da transmissão do poder, sem autoridades efetivas. Se esse esquema saísse vitorioso, contudo, não iria beneficiar os partidários da Reação Republicana. O país, afundado na ditadura militar, sem ideologia e sem rumo, ficaria à mercê do primeiro tirano, que prevalecesse sobre os camaradas, um ano depois, quando viria a falecer o marechal Hermes da Fonseca.

A REVOLTA DE 5 DE JULHO⁵⁶

A “revolta de Copacabana” rebentou na madrugada de 4 para 5 de julho. Uma questão semântica surge, quanto à designação do evento: por que “revolta” ou “revolução”? Por que não “tentativa de golpe” ou “intentona”, como se convencionou chamar, pejorativamente, treze anos depois, o frustrado levante comunista? A melhor explicação é que alguns protagonistas ou simpatizantes da sedição de 22 sobreviveram, para ter, posteriormente, atuação política destacada e influência bastante sobre a versão da história⁵⁷.

Não importa o nome. De fato, o movimento ocorreu dois dias depois da breve prisão do marechal Hermes. No entanto, que não havia relação de causa e efeito, senão para a participação direta do capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal, e talvez

56 Relato com base nos testemunhos de Laurita Pessôa Raja Gabaglia, presente no Palácio do Catete, dos ministros Pandiá Calógeras, da Guerra, e Veiga Miranda, da Marinha, e no Relatório do Dr. Carlos Costa, procurador-geral da República.

57 Hoje em dia, até a imprensa que o apoiou só se refere ao “golpe de 1964”.

para a adesão tardia de algum amigo hesitante, basta mencionar que o governo já sabia da data. Ou atentar para a partida, dias antes, do general Clodoaldo da Fonseca para Mato Grosso, já com a incumbência de “levantar precisamente no dia 5 de julho as tropas daquela região”, conforme depoimento posterior do mesmo.

A imprensa de oposição não deixou, contudo, que passassem aqueles dois acontecimentos – a prisão de Hermes e o fechamento do Clube Militar – sem procurar insuflar nos militares indecisos um derradeiro bafo de incitação. *O Imparcial*, desatento ao próprio nome, publicou no dia 3: “O marechal continua com a espada desembainhada. O poder pessoal mais atrabiliário e violento só transige, só cede, só se contém diante da força material”. *O Correio da Manhã*, comentando a suspensão do Clube Militar, diz: “Torna-se alarmante, não porque o governo fosse capaz de o praticar, mas como a classe o pudesse, como pôde, aceitar. As ligas de carroceiros e estivadores costumam agir de outra maneira, quando os comissários de polícia entram em suas sedes”.

O presidente Epitacio, com a mulher e as três filhas, reuniu-se, depois do jantar, aos sobrinhos mais dedicados, aos amigos mais próximos e aos auxiliares das Casas Civil e Militar, para aguardarem os anunciados acontecimentos. No andar térreo, começava a afluência dos ministros, o primeiro dos quais, Homero Baptista, da Fazenda, permaneceria inarredável até a jugulação final da revolta. Chegavam, também, pessoas do povo, atraídas pelos boatos, que vinham trazer sua solidariedade ao presidente.

O telefone tocava a todo minuto. Os ministros recebiam notícias e davam instruções. Os ajudantes de ordens subiam com mensagens, que provocavam o cruzamento de comentários, a que sucedia o silêncio da expectativa.

À 1h20, uma detonação abalou o palácio. Era o forte de Copacabana anunciando o início da rebelião. Todos sabiam seus

objetivos imediatos: depor o presidente da República e proclamar o regime militar.

Juntamente com o forte de Copacabana, comandado por Euclides Hermes da Fonseca, rebelavam-se parte da guarnição do forte do Leme, parte da Vila Militar e a Escola dos Cadetes.

O levante da Vila Militar fracassou nas primeiras horas. Sabedoras de que um grupo de oficiais estranhos à guarnição pretendia entrar na Vila para revoltar a tropa e impedi-la de resistir à Escola Militar já sublevada, as autoridades mais graduadas prenderam três daqueles oficiais, tendo-se escapado outros. Novas tentativas malograram. Em uma delas, o tenente Cristiano Buys cercou com alguns soldados o Cassino da Vila, onde se achavam seus colegas legalistas. Interceptado pelo tenente Barbosa Monteiro, mandou que fizessem fogo sobre este, que foi a primeira vítima do 5 de julho. O tenente Buys foi logo preso.

Na Escola Militar, os cadetes foram despertados por seus instrutores sediciosos, que contavam levá-los à Vila Militar, de onde descessem, incorporados aos demais revoltosos e liderados pelo marechal Hermes, até o Palácio, para depor o presidente. Na verdade, travou-se luta com as tropas legalistas no Realengo e os cadetes retornaram em desordem, seguidos do coronel Xavier de Brito, comandante do motim, e dos últimos oficiais, que vinham descarregando suas armas a esmo. Segundo o relatório do procurador-geral da República, na Escola, para onde voltaram, “a derrota dos amotinados foi assinalada pela passagem da cavallhada da artilharia revoltosa, desatrelada e em desabrida fuga”.

No forte de Copacabana todos os preparativos estavam concluídos. Na véspera, às 11h da noite, uma tentativa do governo de desarmar a rebelião fora frustrada. O general Bonifácio Costa, comandante do 1º Distrito de Artilharia de Costa, se dirigira ao forte, para substituir o capitão Euclides pelo oficial de igual

patente, José da Silva Barbosa. Interpelado pelo general, Euclides, a princípio, tentou iludi-lo, mas acabou confessando que a rebelião ia explodir. A seguir, sob as armas apontadas pelos soldados, depois de ouvir as imprecações exaltadas, não de Euclides, mas de Siqueira Campos, o general e o novo comandante foram obrigados a render-se.

De manhã, o forte de Copacabana iniciara os disparos dos canhões de 190 mm. Os dois primeiros visaram a ilha de Cotunduba, em frente à praia do Leme, e eram o sinal convencionado de “postos de combate”; o terceiro visava o 3º Regimento, em protesto por haver recebido preso o marechal dias antes. Outros disparos foram dirigidos contra o quartel-general, a ilha das Cobras e o Túnel Novo, onde já se achavam tropas legalistas.

De manhã, cedo, trouxeram ao presidente a notícia de que se rendera a Escola Militar. Ao contrário da revolta do forte, já esperada, a dos cadetes foi uma surpresa para Eptacio. Provavelmente, de sua vocação inicial para a carreira das armas, ficara-lhe um carinho especial pela Escola Militar. Com a ajuda de Calógeras, havia feito muito para melhorá-la, intelectual e materialmente. Contava com a fidelidade dos cadetes. Almoçara com eles, em seu refeitório, menos de um ano antes. Por ocasião de sua descida de Petrópolis, muitos deles o haviam escoltado, como voluntários, da estação até o Palácio. Como se revoltavam agora? Apesar de muito magoado, recomendou várias vezes: “Poupem os rapazes!”.

Em atenção à ordem do presidente, por outro lado, a fortaleza de Santa Cruz lançou o primeiro ataque contra o forte de Copacabana, que lhe respondeu com alguns tiros do canhão de 305 milímetros. A Marinha já se aprontava para iniciar as hostilidades, quando Calógeras, à revelia do presidente e sem se comunicar com Veiga Miranda, tentou obter pela persuasão a rendição do forte. Falou pelo telefone a Euclides Hermes, com quem mantinha relações de

amizade. Disse-lhe que o forte era a única unidade ainda revoltada na capital e que seria dominado sem dificuldade. Euclides retrucou que ia franquear a saída do forte aos companheiros, mas que permaneceria ali até a morte. (De fato, dos 300 que constituíam a guarnição, saíram 272, inclusive 19 oficiais à paisana).

As expectativas dos revoltosos não se confirmaram. Somente um grupo do forte do Vigia, no Leme, veio, em um bonde, de luzes apagadas e cortinas arreadas, seguido de dois automóveis cheios de munições, juntar-se aos companheiros no outro extremo de Copacabana. Ao partir, os oficiais adesistas haviam participado a seu comandante no Leme, capitão Maximiliano Fernandes da Silva, que iam juntar-se “à revolta geral”. Nenhum outro corpo da capital aderiu ao movimento. Não houve revolta geral.

Na tarde do dia 5, Euclides já pensava no “armistício”. Os revoltosos foram inteirados de que o movimento geral que esperavam fracassara. Convenceram-se de que a vitória se esquivava e ficaram perturbados com o pensamento de que o governo ia mandar fuzilá-los. Aos oficiais amigos que, pelo telefone, os aconselhavam a render-se, respondiam que não, porque “o presidente os mandaria passar pelas armas”.

No dia 6, cedo pela manhã, os encouraçados “Minas Gerais” e “São Paulo”, acompanhados de um contratorpedeiro, atacam o forte, ainda à distância, sem lhe infligir maiores danos. Euclides tenta desviar na direção dos navios a cúpula dos canhões de 305. Sem sucesso. A cúpula não atende ao prato de direção “devido à pressão diminuta”. Euclides, mais tarde, iria atribuir o contratempo à ação de algum dos companheiros que, ao se retirar do forte, quando lhes foi franqueada a saída, houvesse inutilizado o motor. (Ver a entrevista de Euclides Hermes da Fonseca ao jornal *A Noite*, de 1º de fevereiro de 1927). De toda forma, foram utilizados os canhões de 190 e, quando a esquadra voltou a suas bases, os

alvos escolhidos foram o quartel-general, o Arsenal de Marinha e o forte do Vigia. O Palácio do Catete escapou, segundo se soube depois, porque os rebeldes haviam extraviado a tabela para a carga reduzida, que o tenente Siqueira Campos tinha calculado.

Poucos minutos se passaram e Calógeras chamou de novo ao telefone o capitão Euclides (as ligações se faziam por intermédio do restaurante da Mère Louise, vizinho ao forte). Dá-se, então, o seguinte diálogo, relatado pelo próprio Euclides na sua entrevista de 1º/2/1927:

O governo, disse Calógeras, pretende a todo transe terminar a situação, apesar de saber que poucos homens restam no forte. E tem elementos para destruí-lo, realizando ataques combinados das forças de terra e mar, e ainda da esquadrilha de Aviação Naval. O forte será sitiado por todos os lados, simultaneamente, e não poderá resistir.

Mas há o reverso. Desde que o forte seja atingido pela primeira granada, eu e meus companheiros lançaremos o ferro e o fogo sobre a cidade, sem escolha de posição.

E o capitão Euclides, cinco anos depois, na entrevista, acrescenta o comentário: “O ministro devia saber o que significava na verdade essa ameaça; nós tínhamos no forte setenta e duas toneladas de explosivo da melhor qualidade, isto é, uma arrasante”. (“Uma arrasante”, no jargão militar daquela época, devia ser o equivalente a “um tsunami” de hoje em dia. Custa crer que os rapazes estivessem dispostos a perpetrá-lo para impedir a posse de Artur Bernardes...).

Chocado com esse diálogo, o ministro da Guerra mandou dois emissários ao forte, para entabular negociações de rendição. As tratativas já iniciadas foram interrompidas pelo ataque inesperado de hidroaviões, que não tinham sido advertidos da

tentativa conciliatória de Calógeras. Logo a seguir, Euclides passa o comando a Siqueira Campos e sai, segundo disse posteriormente, para negociar a rendição⁵⁸.

A notícia de que o capitão Euclides havia deixado o forte de Copacabana surpreendeu o Palácio do Catete por volta das 11 da manhã. Deu-a o engenheiro Saturnino de Brito. Ao sair do túnel de Copacabana em direção à praia, vira o filho de Hermes aproximar-se em outro taxi, em sentido oposto. Imaginou que Euclides fosse detido pelo oficial do 3º Regimento, que guardava aquela passagem. Curioso de assistir à cena, fez parar o seu próprio taxi. Para sua surpresa, viu-o prosseguir viagem, após demorada conversa com o colega. Mandou então o engenheiro que o seu carro fosse no encalço do outro. Não o alcançou, mas teve o cuidado de anotar a placa do taxi e foi encontrá-lo, já vazio, na Praça José de Alencar. Soube pelo motorista que ele deixara o passageiro na Rua Guanabara 60. Era a casa do marechal Hermes da Fonseca. O engenheiro apressou-se em comunicar o fato ao governo.

Informado pelo general Hastínfilo de Moura, chefe da casa militar, o presidente pede-lhe que designe um de seus auxiliares para ir prender o capitão Euclides, imediatamente. O major Marcolino Fagundes é incumbido da tarefa, acompanhado por dois soldados.

Era a hora do almoço. À mesa, com a família e alguns amigos, Epitacio especula sobre as razões que teriam levado o capitão revoltoso a deixar o forte. À sobremesa, chega Pandiá Calógeras. Vem comunicar ao presidente que Euclides se acha na secretaria do Palácio e já foi interrogado pelo general Hastínfilo, a quem

58 O capitão Euclides disse ter sido chamado pelo ministro para uma conferência e que deixou o forte "muito a contragosto". Calógeras negou-o, categórico. Foi Euclides que o chamou após o ataque aéreo, quando ele, Calógeras, se encontrava no forte do Leme, e mencionou que iria apresentar-se. De uma maneira ou de outra, a tentativa de conciliação de Calógeras, muito provavelmente, salvou a vida de Euclides Hermes da Fonseca, mas o privou do papel de protagonista da "arrancada dos 18".

declarara haver deixado no forte instruções para bombardear a cidade se ele não voltasse em duas horas. Epitacio pergunta a seu ministro por que Euclides deixara o forte a seu comando. Tem, então, pela primeira vez, notícia das tentativas de acordo feitas na véspera e ainda naquela manhã. As gestões de Calógeras lhe parecem incompatíveis com a dignidade do governo. Ergue-se da cadeira e diz-lhe: “Dr. Calógeras, eu não trato com rebeldes de armas na mão. Que o capitão Euclides telefone para o forte e comunique aos seus companheiros que o governo exige a rendição incondicional. Se aceitarem, muito bem. Se não, mande-se atacar o forte, como já se deveria ter feito desde ontem”.

Calógeras desceu ao andar térreo e encontrou o militar rebelde sendo interrogado pelo ministro da Marinha. Veiga Miranda fez menção de retirar-se, mas seu colega o reteve. E é dele a narrativa do que presenciou. Calógeras, severo, dirigiu-se a Euclides da Fonseca, chamando-o pelo apelido: “Com efeito, Chiru... Você, um oficial de minha confiança, da minha amizade!”. Euclides, acabrunhado, procurou desculpar-se. Alegou a prisão do pai, um marechal do Exército, um ex-presidente da República. Agira num desagravo de filho, não por questões políticas. Calógeras dialogou com ele, numa cena rápida e grave, que terminou por uma ligação telefônica. Quando Siqueira Campos atendeu, Euclides disse-lhe: “Olhe, Siqueira... Estou preso... Estou falando na presença do ministro da Guerra e do ministro da Marinha...”. “Onde?” “Do Palácio do governo... Prenderam-me na rua... Tudo com que contávamos falhou... Estamos perdidos...”. E, engasgado pela emoção, foi repetindo, palavra por palavra, o que Calógeras lhe ditava: que os companheiros se rendessem, tivessem prudência, não atrasassem inutilmente sobre a cidade. A certa altura, voltou-se Euclides para o ministro: “Pergunta quais as condições...”. “Sem condições”, declarou terminantemente Calógeras.

E o capitão ao telefone: “Siqueira, escuta, sem condições...”.

Ouviu-se o *toc* do aparelho do lado de lá, desligando. Debalde Euclides chamava: “Siqueira, Siqueira...”. Não houve meios de obter resposta. Do restaurante da “Mère Louise”, por intermédio do qual se faziam as comunicações com o forte, informaram que “de lá não atendiam mais”⁵⁹.

Sobe então o ministro da Guerra e conta o que acabava de passar a Epitacio. O presidente levanta-se, vai ao telefone oficial e ordena ao chefe do Estado-Maior da Armada que faça atacar o forte, simultaneamente, pelos dois encouraçados e por uma esquadrilha de aviões. A seguir, ordena que as forças de terra ataquem também. Era preciso investir por todos os lados, antes que se pudesse sequer iniciar o bombardeio da cidade.

A essa altura, no forte, Siqueira Campos, desiludido, reúne na praça d’armas o grupo remanescente, recorta uma bandeira nacional em 28 pedaços e os distribui entre eles. Esse gesto de feição épica contribuiu para conquistar-lhe perante a História um nicho de simpatia, reforçada por sua morte prematura, em acidente de aviação, poucos anos depois. Não o exime, porém, da culpa de desatender o apelo de seu chefe e sacrificar a vida dos companheiros de aventura.

Daí por diante foi o caos, o desespero. O *São Paulo* chegara de volta e lançou sobre o forte um petardo que lhe abriu um rombo de dez metros. Os aviões da Marinha passaram a usar como alvo essa abertura na muralha de concreto, enquanto a artilharia de terra entrava em ação.

Os rebeldes abandonaram o forte. Felizmente, não tiveram tempo ou nem cogitaram de disparar os canhões assestados sobre a cidade, inclusive um direcionado sobre o Catete e com a mira já retificada. Na hora da saída, dez fugitivos escaparam em direção

59 Extraído do artigo de Veiga Miranda, publicado nos *Diários Associados* por ocasião da morte de Calógeras, março de 1934.

a Ipanema. Os outros caminharam cerca de dois quilômetros pela Avenida Atlântica, à beira da praia, até a altura do posto 4. Ali se encontrava uma unidade de tropas legalistas. O comandante procura persuadi-los à rendição. Rispidamente repellido por Siqueira Campos, dá ordem de fogo. Se não o tivesse feito, provavelmente lograria detê-los mais adiante, em poucos minutos. Afinal, os rebeldes que restavam eram quatro oficiais, treze praças e um civil⁶⁰. Teria evitado o morticínio que foi a maior razão para os elogios da História.

A fotografia da “arrancada dos 18”, que os mostra caminhando na formação em linha esparramada pela Avenida Atlântica, parece uma montagem fotográfica. O feriado de 5 de julho, decretado em 1933 pelo chefe do Governo Provisório, foi, obviamente, gesto de aliciamento para evitar objeções armadas contra a prorrogação indefinida do “provisório”. Os festejos que o Exército promove regularmente naquela data deviam ser entendidos como extensivos aos militares legalistas que, cumprindo as ordens do governo, defenderam as instituições. A simpatia que até hoje nos desperta a evocação dos “18” tem muito a ver com nossa natural inclinação em favor dos *underdogs*, dos desesperançados, dos desprovidos da sorte. Nada diminui, contudo, a admiração pelo destemor daqueles jovens.

Não há negar, tampouco, a qualidade da iniciativa de *marketing* eleitoral da UDN (União Democrática Nacional), em 1945, que consistiu na edição de cartões com a famosa fotografia e, no reverso, os versos: [...] “Não são mais que dezoito e tem por norte a esperança fugaz e derradeira, de conquistar com sangue e a própria morte a liberdade de uma pátria inteira!”.

60 O brigadeiro Eduardo Gomes, um dos sobreviventes, afirmou, anos mais tarde, que eram onze, não dezoito, os rebeldes da marcha.

(Infelizmente para a campanha do “Brigadeiro”, como era conhecido o candidato Eduardo Gomes, o recurso de propaganda não deu resultado. Foi neutralizado pela p erfida intriga do “marmiteiro”, segundo a qual o candidato teria dito não precisar dos votos de marmiteiros, e, sobretudo, pela máquina eleitoral de muitos anos de ditadura).

Tão logo soube da retomada do forte, Epitacio Pessôa saiu em visita aos feridos. Foi primeiro a Copacabana e assistiu   remoção dos que ali se achavam. Em seguida, foi ao Hospital São João Batista, ao Quartel do Areal, ao Hospital da Força de Polícia e ao Central do Exército. No Quartel do Areal, encontrou, ferido no ventre, Siqueira Campos, que lhe virou ostensivamente o rosto. Vendo que o oficial tiritava de frio, Epitacio pediu um cobertor e cobriu-o com suas próprias mãos. Depois, fingindo não perceber a atitude de rejei o, perguntou-lhe se se sentia mais aquecido, se queria outro cobertor. Siqueira Campos olhou-o pela primeira vez e agradeceu: estava bem, não precisava de mais nada⁶¹. Um pouco adiante estava o tenente Newton Prado. Epitacio comentou com ele: “Como   que o senhor se meteu numa aventura desta ordem?”. A resposta veio de pronto: “São coisas da vida, Sr. presidente”. Newton Prado parecia levemente ferido, mas durante a noite morreu. No Hospital Central do Exército, Epitacio encontrou o corpo de Mario Carpenter e demorou-se a seu lado. Fora ele quem comandara a guarda do Palácio na véspera do levante. “São coisas da vida, Sr. presidente”.

O Congresso votara o “estado de sítio”, por unanimidade no próprio dia 5, com o voto dos oposicionistas e até de Rui Barbosa, já gravemente enfermo. A suspensão das garantias constitucionais, além da capital, se estendia ao estado do Rio. Em Niterói havia sido preparado um movimento, para estourar juntamente com o do Rio.

61 Siqueira Campos faleceu em 1930, em desastre de avião.

Foi frustrado pela recusa do chefe de polícia em envolver a força pública estadual. Limitou-se à ocupação das estações telegráficas e telefônicas por um contingente da tropa federal.

Enquanto isso, em Mato Grosso se sublevava o general Clodoaldo da Fonseca, perfeitamente sintonizado com seus parentes no Rio. O presidente soube da proeza por São Paulo no dia 7 e só teve confirmação por telegrama do governador no dia 9. Pediu e obteve a extensão do sítio a Mato Grosso. O plano de Clodoaldo, como declarou mais tarde, era vir por São Paulo até o Rio de Janeiro, juntar-se aos revoltosos de outros estados, para depor o presidente da República. Diante da oposição das tropas legalistas do coronel Potiguara, o general insurreto não conseguiu transpor o rio Paraná, mas dominou por vários dias o sul de Mato Grosso, chegando a impor a censura de imprensa. A 12 de julho, o general Cardoso de Aguiar, na condição de correligionário do revoltoso, ofereceu ao governo os seus préstimos de mediador. Em Três Lagoas encontram-se os dois generais, e Cardoso de Aguiar convence o colega a render-se, não sem antes mostrar-lhe o artigo de Borges de Medeiros, publicado a 7 de julho no jornal *A Federação*, condenando a “revolução” e concitando o povo à ordem. O general Clodoaldo comentou mais tarde ter-se sentido abandonado por muitos colegas: “Na campanha das cartas falsas, no Clube Militar, em duas sessões que ali fui, contei a presença de nove generais comprometidos nos planos, fora dois que estavam ausentes. Quando cheguei a São Paulo, estava sozinho com a minha tropa. Era de desanimar”.

No Rio, o marechal Hermes e seu colaborador, general Joaquim Inácio, não se tendo apresentado em atenção aos chamados por editais do quartel-general, foram presos e recolhidos a dois navios: o marechal, ao encouraçado “Floriano” (o que não há de ter agradado ao sobrinho de Deodoro), e o general, ao navio-tênder “Ceará”. Mais tarde, o marechal Hermes admitiu ter sido muito

bem tratado durante sua detenção e ter tido o regime inicial de incomunicabilidade relaxado por ordem do presidente Epitacio.

Os líderes civis da Reação Republicana exoneraram-se de qualquer responsabilidade pela rebelião. Borges de Medeiros, por intermédio de seus amigos Penafiel e João Simplicio, comunicou à Câmara de Deputados que fora alheio e negava toda solidariedade à “revolução”. Em outro artigo publicado pela imprensa, escreveu: “a política rio-grandense não podia ser, não é solidária com tais processos. Dentro da ordem, sim; nunca pela desordem, parta de onde partir”. J. J. Seabra, em declarações prestadas à polícia no Rio e em discursos na Bahia, repudiou toda participação no levante. Nilo Peçanha, por sua vez, em carta ao presidente do Senado, lembrou que “em 33 anos de vida pública não havia jamais abandonado o caminho da lei”.

Pena que todos eles tenham, durante meses, permitido à imprensa escandalosa, sua correligionária, caluniar o candidato adversário, difamar o presidente da República, pregar sua deposição e assassínio; tenham acirrado os melindres das forças armadas, na esperança de levá-las a intervir na política em seu favor; e não tenham tido o bom-senso de fazer soar o alarme, quando perceberam a ameaça à ordem civil, que em nada ia beneficiá-los, mas poderia lançar o país nas trevas de uma ditadura militar por tempo indefinido.

Na verdade, o Brasil correu risco muito sério em 1922. A República contava pouco mais de trinta anos. Uma parcela dos militares na ativa tinha, na juventude, participado do movimento que mudara o regime. Desse grupo, os mais exaltados tinham a convicção de que foi o Exército quem fez a República. Não aceitavam repartir o mérito com todos que defendiam a ideia da mudança do regime. Julgavam-se tutores do país e criam com firmeza no predomínio militar. Felizmente, eram poucos, talvez

meia dúzia, os remanescentes desse grupo que se envolveram na sedição de 1922. Se tivessem conseguido convencer maior número de colegas, seja nas reuniões do Clube Militar, seja por obra dos foliculários a seu serviço na imprensa de escândalo, muito possivelmente o resultado da rebelião teria sido outro. Teríamos, então, instalada uma ditadura militar, sem ideologia, sem diretriz política de qualquer espécie, inspirada unicamente na pretensão da supremacia de casta e no culto da personalidade. Naquela ocasião, o “ícone” era o marechal Hermes. No ano seguinte, com a morte dele, o ambicioso mais carismático o substituiria. E assim, sucessivamente. O bolchevismo e o fascismo, como aves de presa, estariam à espreita. O país não teria percorrido pelas décadas seguintes a trajetória, cheia de percalços, é bem verdade, durante a qual consolidou na alma de seu povo a preferência pela democracia, o anseio de liberdade e a expectativa pela definitiva supremacia da lei e da justiça. Em vez disso, teríamos tido um regime de força, com a coloração do momento, de esquerda ou de direita, conforme as influências externas, chefiado por um renque de caudilhos fardados ou de prepostos paisanos.

Epitacio Pessôa, até o fim de sua vida, se lembrava com orgulho de haver defendido, em 22, a integridade da ordem civil. Em verdade, defendeu-a com eficácia parcial, no sentido de que a imunizou contra a frequência dos ataques desmotivados, isto é, decididos ao bel prazer dos “tutores da República”. Mas não logrou impedir que os “tutores” voltassem a intervir, toda vez em que foram instigados a fazê-lo por correntes insatisfeitas da comunidade política.

Há quem pense, até hoje, que melhor teria sido se a “revolução” de 22 houvesse vingado. É lícito especular-se com o critério às avessas? Seguramente, a entrega do poder ao marechal Hermes teria sido um mau retrocesso, a julgar por sua atuação no quadriênio de 1910 a 1914. Pior que isso. A Constituição rasgada, a

liberdade oprimida, a República submissa ao arbítrio de uma casta, comprometido o prestígio internacional do país, mais o risco do predomínio das ideologias totalitárias estrangeiras, tudo teria um preço elevado. Sem falar dos milhares de vidas sacrificadas na inevitável luta fratricida. “Mas, quem sabe?”, dirão os tontos: talvez esses males fossem, apenas, as dolorosas contrações do parto para o advento do “benfeitor da pátria”. Ele viria, ungido pelos deuses, distribuir benesses ao povo: corrigir o desequilíbrio regional, abolir as injustiças sociais e toda forma de preconceitos, expandir a sabedoria e proscreever a ignorância, implantar a siderurgia e prospectar com sucesso o petróleo, abrir estradas de rodagem e preservar as ferrovias, promover a integração com os países vizinhos, incentivar o comércio e a indústria, alcançar o pleno emprego, executar as reformas, impedir a corrupção e punir as diversas categorias de malfeitos. Sobretudo, esse “Ataturk tropical” haveria de chegar despojado de ambição e decidido a passar o poder, tempestivamente, a quem se habilitasse a dar seguimento a sua obra ou a fazer melhor, desde que escolhido pelo voto popular. Quimeras, meras quimeras.

Da tentativa de sedição ficaram trinta mortes a lastimar e o mau exemplo que perdurou e contaminou muitos militares frustrados daquela geração.

De toda forma, vencido o pesadelo da “revolução”, voltaram-se as atenções do governo para os assuntos da administração. Entre estes, destacavam-se as obras do Nordeste e os preparativos para as comemorações do Centenário da Independência. Ambos sofreram atrasos. Nas obras contra as secas, infelizmente, os atrasos tiveram consequências graves. O presidente Epitacio não pôde realizar, como pretendia, sua viagem de inspeção ao Nordeste e, embora o engenheiro Arrojado Lisboa o mantivesse a par da evolução dos trabalhos, a verdade é que, ao final do quadriênio, a obra ciclópica não alcançara aquele estágio “of no return”, que teria impedido a

desastrosa decisão do abandono, tomada pelo governo Bernardes, pouco depois de sua posse. Outra seria a história daquela região, se a investida de progresso, tão auspiciosamente inaugurada há quase um século, não tivesse sido interrompida, então, para não ser jamais retomada no mesmo ritmo, na mesma diversidade e com o mesmo entusiasmo. (Ainda hoje, passado quase um século, a calamidade das secas atormenta o Nordeste!)

Os preparativos para o Centenário também foram prejudicados pelo inevitável atraso. Na capital, ainda por cima, ocorreram duas enormes ressacas, que destruíram os cais da Avenida Atlântica e da Praia do Flamengo.

A MODERNIZAÇÃO DA CAPITAL

Felizmente, o prefeito do Distrito Federal, o engenheiro e professor da Politécnica Carlos Sampaio, pertencia a uma geração de administradores que não acreditava nos milagres de última hora e, portanto, confiava no planejamento antecipado. Por outro lado, como bom empreendedor, sabia mobilizar quem se responsabilizasse pelas tarefas.

Desde 1920, haviam sido intensificados os trabalhos na cidade do Rio de Janeiro. O morro do Castelo foi desmontado em um ano, dando entulho suficiente para que se executassem os aterros da Glória, da Urca e da Ponta do Calabouço, onde Epitacio Pessoa colocou a pedra fundamental do futuro aeroporto da cidade (hoje, Aeroporto Santos Dumont). Na esplanada resultante do desmonte, ergueram-se as edificações da Exposição do Centenário e projetaram-se as vias retas do novo centro administrativo e comercial da cidade. Para o aterro da Glória, o urbanista Alfred Agache desenhou a Praça Paris, executada e concluída no período do prefeito Prado Junior. É um belíssimo jardim, que antecipa

a visão da Igreja do Outeiro. Ao pé deste monumento religioso, Epitacio pediu a um amigo que construísse o Hotel Glória, o mais antigo arranha-céu do Rio e, em breve, se tudo der certo, hotel ainda mais lindo⁶².

Na Urca, ao longo dos anos, se desenvolveria um dos bairros residenciais mais exclusivos da cidade, de onde os moradores não querem sair. Na Zona Sul, além da nova Avenida de Contorno do Morro da Viúva, fez-se aterro parcial da Lagoa Rodrigo de Freitas, seguido de urbanização completa à sua volta, dando origem a um dos cartões postais do Rio moderno. Diante do Jardim Botânico, foi iniciada a construção do Jockey Clube Brasileiro, que seria inaugurado no governo seguinte para orgulho dos cariocas, turfistas ou não.

Quis o destino – seria melhor dizer, se não fosse pretensioso, permitiu a Providência Divina – que Epitacio Pessoa fosse escolhido para autorizar a elevação da imagem do Cristo Redentor no alto do Corcovado. Fê-lo por decreto, atendendo à petição de um grupo de senhoras católicas, encaminhada ao governo pela Arquidiocese do Rio de Janeiro. Antes de anunciar sua decisão, o presidente pediu o parecer do procurador-geral da República para evitar que os adversários da ideia criassem problema invocando o laicismo da Constituição. E, quando alguns fiéis de outras religiões indagaram por quê fora dada preferência ao Cristo, Epitacio respondeu, simplesmente, que a Arquidiocese tinha sido a primeira a apresentar a solicitação... Dessa forma, antes do fim do governo,

62 O Hotel Glória ficou pronto para as festas do Centenário, ao passo que o Copacabana Palace, que Epitacio pedira a outro amigo, Otavio Guinle, teve sua obra atrasada pela ressaca e só ficou pronto no ano seguinte. Os outros hotéis de primeira linha, naquela época, eram o Grande Hotel, na Avenida Rio Branco, o Hotel Central, na Praia do Flamengo e o Balneário Sete de Setembro, também construído a pedido do governo, na nova Avenida do Contorno, entre o Flamengo e Botafogo, a seguir chamada Avenida Rui Barbosa. Este último prédio foi usado, por muitos anos, como sede da Escola de Enfermagem Ana Nery e, atualmente, aguarda sua utilização como Colégio de Altos Estudos, da UFRJ.

pôde ser colocada, com muita solenidade a pedra fundamental do futuro monumento. Este levou quase dez anos para ser construído, mas valeu a pena esperar.

A Zona Norte da cidade já começava a enfrentar um processo de pauperização, que se acentuava em direção ao subúrbio. O governo procurou obstá-lo, atuando em várias frentes. A primeira ideia foi abrir novas vias de acesso e melhorar as existentes. Alguns projetos puderam ser concluídos, como a perfuração do túnel João Ricardo e a pavimentação de diversas ruas subsidiárias. Outros ficaram no papel e só foram executados mais tarde, como a Avenida Independência, que ligaria a Rio Branco à Praça da República e seguiria até o canal do Mangue (aberta vinte anos depois, com traçado paralelo ao projeto original e com o nome de presidente Vargas) e a eletrificação dos ramais do subúrbio da Central do Brasil, infelizmente preterida por trabalhos urgentes da ferrovia⁶³.

Outra linha de ação contemplou o ensino e a saúde. Numerosas novas escolas foram implantadas, preferentemente nos bairros daquele lado da cidade. O Hospital São Francisco de Assis, na altura do Mangue, criado graças à iniciativa de Carlos Chagas, à frente do Departamento Nacional de Saúde Pública, foi, durante muitos anos, o foco de atuação de luminares de nossa clínica e o celeiro da primeira geração de enfermeiras da Escola Ana Nery, instalada no anexo a seu prédio principal.

A regulamentação das feiras livres e sua distribuição disciplinada por logradouros selecionados foi medida logo imitada por outras cidades Brasil afora.

63 Esse atraso na eletrificação das linhas de subúrbio da Central acarretou a privação por muitos anos de uma melhoria considerável nas condições de vida dos moradores daquela área. Foi um dos erros da administração Epitácio Pessoa. Talvez tenha contribuído para o processo de favelização da cidade, que se acelerou mais tarde, sob pressão demográfica. Por ironia, a região da Rocinha, cuja ocupação por pequenas granjas ou roças começou exatamente naquela época para atender à demanda das feiras livres, então regularizadas pelo governo, tornou-se uma das comunidades mais vulneráveis à infiltração de criminosos.

O ano de 1922 foi um de congressos e conferências: o Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro, o Primeiro Congresso de Carvão e Combustíveis⁶⁴, o Congresso Sul-Americano de Ferrovias, o Congresso de História das Américas, a Conferência Interestadual do Ensino Primário. Só esses exemplos bastavam para dar a impressão de que nascia no país uma cultura da educação. O Primeiro Congresso Eucarístico Nacional parecia dar ao processo a bênção eclesiástica. A fundação do Partido Comunista Brasileiro mostrava que a extrema esquerda estava alerta e livre. A Semana da Arte Moderna em São Paulo despertava a vanguarda da inteligência contemporânea.

O governo decretou que a União passasse a apoiar, com subvenções adequadas, a educação primária para fazê-la obrigatória, gratuita e eficaz. Eram as ideias do ministro de Campos Salles, revalidadas pelo presidente, passados vinte anos. A intenção era melhorar o país, melhorando o estudo. Quase um século depois, o Brasil continua na triste retaguarda em todos os índices comparativos em matéria de educação.

O ano de 1922 foi também um de eventos. Naturalmente, o de maior repercussão foi a Comemoração do Centenário, celebrada juntamente com a Exposição Internacional do Rio de Janeiro.

Antes dela, porém, a chegada ao Rio dos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a 17 de junho, foi um acontecimento! Pioneiros da travessia do Atlântico Sul, numa aventura aérea, várias vezes interrompida e retomada, de quatro mil e quinhentas milhas de distância e dois meses e meio de duração, a bordo de sucessivos e insensatos teco-tecos, os dois heróis lusitanos tiveram no Rio a consagração que mereciam,

64 O 1º Congresso Brasileiro de Carvão e Outros Combustíveis Nacionais, organizado pelo governo e presidido pelo ministro da Agricultura, Ildefonso Simões Lopes, recomendou a adoção de incentivos para a utilização do álcool como combustível e o início da prospecção de petróleo na Bacia de Campos. Isso em outubro de 1922!

oficial e popular. Pena que o nosso Santos Dumont, já abalado em sua saúde e ausente das comemorações, não tenha podido verificar que o voo deles, ao contrário dos da Grande Guerra, abria caminho para a aviação como instrumento de progresso, no contexto de paz⁶⁵.

Esse episódio auspicioso, combinado com a vinda do presidente de Portugal, Antonio José d'Almeida, para o encerramento da Comemoração do Centenário, teve um efeito benéfico para as relações luso-brasileiras.

Os festejos da emancipação política poderiam ter despertado sentimentos de antagonismo contra a antiga metrópole, tanto mais se o assunto fosse deliberadamente explorado nesse sentido com uma visão histórica ultrapassada. Ainda por cima, a nacionalização da pesca, que havia sido decretada pelo governo brasileiro, prejudicava a atividade de pescadores aqui radicados, em sua maioria portugueses. O tema estava sendo utilizado por uma parcela da imprensa de oposição, convencida de que poderia contribuir para desestabilizar a situação política. No entanto, a calorosa acolhida dispensada a Gago Coutinho e Sacadura Cabral mobilizou a simpatia da comunidade portuguesa.

Para completar a conjunção de fatores favoráveis ao fortalecimento da amizade luso-brasileira, problemas mecânicos atrasaram a chegada do presidente de Portugal ao Rio de Janeiro, dando-lhe destaque singular nas festividades finais do Centenário.

65 Três meses depois, ao agradecer a Eptacio Pessoa ter comparecido ao lançamento da pedra fundamental do monumento em homenagem a seus feitos aeronáuticos, Santos Dumont escreveu: "Com esse gesto vem V. Excia. ao encontro mais uma vez de minha sincera admiração e simpatia, pois é com prazer que lembro a chegada de Vossa Excelência ao Rio de Janeiro em 1919, quando tive o grato ensejo de saudar Vossa Excelência do alto de um avião, deixando cair um ramo de flores no convés do navio que trazia Vossa Excelência à Pátria". (Telegrama de 26 de setembro de 1922, no Arquivo de Eptacio Pessoa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

O povo carioca recebeu-o com carinho e, em várias ocasiões, com entusiasmo. O presidente Epitacio começou por saudá-lo no próprio dia de sua chegada ao Rio, com um discurso muito inspirado; depois, estabeleceu com ele um relacionamento intelectual estimulante, precursor de uma amizade, que durou até a morte de Antonio José d'Almeida em 1928. (Poucos dias antes Epitacio o havia visitado em Lisboa e deixou comovido testemunho sobre o presidente português em suas declarações à imprensa daquele país).

A EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO⁶⁶

A fim de assinalar com maior solenidade a data do Centenário, o presidente Epitacio Pessôa resolveu, de véspera, pelo Decreto 15.071, declarar oficial a letra do hino nacional, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada. Dias antes, o governo tinha adquirido os seus direitos autorais. Até então havia diversas letras, adotadas livremente, conforme a região do país, nenhuma delas oficial. A partir daquela data, e embora seja um desafio permanente para a memória de crianças e adultos, o hino passou a ser cantado com prazer patriótico crescente, muitas vezes a capela.

O local da Exposição se estendia da praia de Santa Luzia (onde fica hoje a rua de mesmo nome) até a Praça Mauá. Duas portas de grandes proporções, uma na altura do Palácio Monroe (infelizmente demolido nos anos 70, no fim da Avenida Rio Branco), outra em frente ao Mercado Municipal (também demolido, só restando o Restaurante Albamar), davam entrada à área principal, onde se concentravam os projetos de destaque dos arquitetos nacionais – Palácios das Festas, dos Estados, do Distrito Federal, das Grandes Indústrias, da Caça e Pesca, da Música – e os Pavilhões

66 A Exposição realizou-se em parte da esplanada resultante do desmonte do morro do Castello.

estrangeiros: de Portugal, França, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos, Argentina e Japão, todos de alvenaria, firme e duradoura, e os da Suécia, da Noruega e da Dinamarca, em estrutura de madeira. Muitos desses prédios resistiram à passagem do tempo. Haja vista o Museu Histórico Nacional, a Academia Brasileira de Letras, o Museu da Imagem e do Som e o Ministério da Agricultura, este último demolido depois da mudança da capital para Brasília.

Ainda recentemente, o cronista Artur Xexéo observou com admiração quanto aquele evento deixara de benefícios para o cenário da cidade. Muito mais teria deixado, se os trinta imóveis então construídos houvessem sido preservados pelos governos seguintes, tornando mais atraente a monótona arquitetura da Esplanada do Castelo. Para dizer do impacto causado pela Exposição na época, basta mencionar que o menino Vinicius de Moraes, dotado de sensibilidade precoce, aos nove anos, registrou a sensação de “deslumbramento”, ao visitá-la⁶⁷.

Mais de vinte nações enviaram embaixadas especiais e marcaram presença nos pavilhões da Exposição: todos os vizinhos da América do Sul, o México, os Estados Unidos, a China, o Japão e, da Europa, a Santa Sé, Portugal, França, Inglaterra, Bélgica, Itália, Checoslováquia e Bulgária. As demais nações com as quais mantínhamos relações diplomáticas fizeram-se representar por seus plenipotenciários aqui acreditados ou por delegados extraordinários.

Provavelmente Epitacio Pessôa convidou a Bulgária a fazer-se representar na Exposição do Centenário por ter sido colega do então primeiro-ministro búlgaro, Alexander Stamboliski, na Conferência da Paz em Versailles.

(Curiosamente, a missão enviada pela Bulgária pode ter tido uma inesperada influência indireta na História do Brasil). Epitacio

67 Essa lembrança de infância de Vinicius vem anotada por Antonio Bulhões, em seu excelente livro *Diário da Cidade Amada – Rio de Janeiro – 1922*, v. III, p. 225.

mandara convidar aquele pequeno país balcânico, também, por um sentimento de simpatia pelos percalços de sua história, remota e recente, bem como de admiração pela bravura de seu povo. Como se sabe, os búlgaros, que haviam sido os cristianizadores do mundo eslavo⁶⁸, viram-se dominados pelos otomanos durante vários séculos. Quando, finalmente, experimentaram, de novo, a liberdade, em consequência de uma guerra russo-turca em 1878, foram obrigados a submeter-se outra vez ao jugo do Império Otomano por decisão das potências ocidentais no Congresso de Berlim. Essa humilhação durou trinta anos e custou-lhes a perda de territórios. Na primeira Guerra Mundial, iludida pelas promessas do kaiser, a Bulgária lutou do lado dos alemães e, mais uma vez, conheceu o infortúnio: encontrava-se derrotada e empobrecida no início dos anos 20. Por tudo isso, o convite vindo daquele país distante para os festejos de sua independência centenária era irrecusável para o pequeno reino europeu. Organizou-se uma delegação, de natureza política, mas também com o propósito de prospecção comercial. Para chefiá-la foi escolhido o ministro da Educação, Stoyan Omarchevski. As peripécias da longa viagem inspiraram ao chefe da delegação, que tinha pendores literários, um livro intitulado, em sua tradução inglesa “Towards the Equator – At the World Exposition in Rio de Janeiro, Brazil”.

Omarchevski ficou encantado com a acolhida que lhe foi dispensada pelas autoridades brasileiras e, em particular, pelo presidente e sua família. Contra toda expectativa, em vista do atraso de sua chegada ao Rio, o ministro búlgaro conseguiu montar um *stand* de produtos do seu país no pavilhão industrial brasileiro e, com isso, conquistar prêmios e menções honrosas. Iniciou, mesmo, a venda de essência de rosas para as perfumarias brasileiras. Estendeu sua viagem a São Paulo e ficou impressionado

68 São Cirilo e São Metódio eram búlgaros e irmãos. Converteram os povos eslavos e inventaram o alfabeto cirílico para facilitar a tarefa, a princípio clandestina.

com tudo que viu. Seu relatório entusiástico é enriquecido pela extensa dissertação sobre a história do Brasil e a apresentação minuciosa de dados estatísticos do nosso país.

O autor, conhecedor da situação crítica em que se encontrava a Bulgária naquele imediato pós-guerra, observa que o Brasil, dadas as diferenças de clima e de natureza da agricultura não deve ser alvo preferido para a emigração em massa de seus patrícios. Deixa, porém, em aberto a perspectiva tentadora para a elite dotada de conhecimento e espírito de aventura.

O livro de Omarchewski teve, na época, ampla divulgação na Bulgária, talvez porque de sua delegação fazia parte Assem Stamboliski, filho do famoso Alexander Stamboliski, então primeiro-ministro do reino⁶⁹.

É bem possível que a leitura desse fascinante relato haja capturado a atenção e o interesse do pai da ex-presidente Dilma Rousseff. Em vez de ir para a União Soviética, que seria a escolha natural de um jovem búlgaro imbuído de ideias progressistas e insatisfeito com as acanhadas perspectivas balcânicas daquela época, ele preferiu deixar-se seduzir pela aventura e viajar para terras longínquas, onde uma imensa nação comemorara seu primeiro centenário com tamanho êxito e oferecia tantas oportunidades.

Se, ao contrário, tivesse prevalecido a tentação ideológica e Petar Russev fosse ter a Moscou, hoje haveria uma Ludmila Russeva, rivalizando com Vladimir Putin no combate a toda sorte de malfeitos. E o Brasil teria sido privado de sua primeira presidenta.

Como já ficou dito, Portugal, em gesto de alto significado, fez questão de representar-se pelo próprio presidente da República, Antonio José d'Almeida, figura brilhante de intelectual na política. Por um capricho da sorte, sua viagem atrasou-se vários dias em

69 Foi a neta de Stamboliski quem me deu notícia dessa obra, quando eu era embaixador do Brasil em Sófia na virada do século.

meio do Atlântico por avaria nas máquinas e ele só chegou ao Rio a 18 de setembro. Por isso, coube a Portugal a exclusividade de participar do encerramento das comemorações e a Epitácio Pessôa o privilégio de conviver mais tempo com o colega português, com o qual reconhecia ter inúmeras afinidades.

Ao receber Antonio José d'Almeida em solenidade no Palácio do Catete, o presidente brasileiro fez-lhe saudação de improviso, que, dadas as circunstâncias históricas e o sucesso que teve na comunidade portuguesa, merece transcrição, conforme anotada pelos taquígrafos:

Espíritos menos observadores poderão, talvez, acreditar que, nessa comemoração, à qual a presença de V. Excia. dá excepcional relevo, se dissimula o júbilo nacional pela vitória que os brasileiros alcançaram contra os portugueses em 1822. Um exame menos superficial do acontecimento, porém, logo dissipa o equívoco, e mostra a toda luz que o que estamos festejando, neste momento histórico, é antes uma data da raça.

Por que não haveria Portugal de comemorar hoje conosco a emancipação política de um país que ele descobriu, povoou e defendeu contra a cobiça dos invasores? Por quê, se mesmo em 1822, tantos portugueses de nascimento se bateram ao lado dos brasileiros pela obra da Independência?

Não! A guerra de Independência não foi uma luta de brasileiros contra portugueses aliados entre si, mas contra a orientação retrógrada e impolítica das Cortes de Lisboa, empenhadas em destruir a obra que vários séculos haviam já consolidado – a unidade nacional dentro da imensa vastidão do nosso território.

Ninguém mais trabalhou pela Independência do Brasil do que D. João VI, que, nos seus treze anos de administração, cuidou exatamente de preparar o país para o governo de si mesmo, abrindo-lhe os portos, dando-lhe arte, escolas, academias, bibliotecas, imprensa, liberdade de comércio e indústria, meios de transporte, vias de comunicação, exército, armada, culturas, em uma palavra, tudo quanto podia conduzir-nos à vida de soberania. Fê-lo com o propósito declarado e firme de formar, no Brasil, o grande Império do futuro. Quando ele partiu, em 1821, já o nosso país tinha seis anos de vida como reino, com a sua política, a sua justiça, a sua administração e o seu credo religioso – condições essenciais à formação da nova nacionalidade. Essa formação já o velho monarca a previa, tanto que, ao deixar as nossas plagas, aconselhava o filho a pôr na cabeça a nossa coroa antes que o fizesse qualquer aventureiro.

Assim, pois, o grito do Ipiranga, dado pelo filho às margens do ribeirão paulista, nada mais foi do que a consequência lógica dos atos do pai. Esse grito, partido da alma portuguesa de D. Pedro, com aplausos de portugueses e filhos de portugueses, não foi nem podia ser um brado de guerra contra Portugal, mas um protesto vibrante contra os desatinos das Côrtes de Lisboa.

Fez-se a independência.

As relações entre os dois povos, ou melhor, entre os dois ramos do mesmo povo, que a força irresistível da evolução natural desunira sem separar, ou cujos corpos separara sem as almas desunir, nem foram, a bem dizer, interrompidas. Os portugueses que ficaram conosco não se sentiram, em 1822 como não se sentem hoje, em terra estranha. As forças

mandadas de Lisboa pelas Cortes hostis, que sonhavam ainda com reduzir as nossas Províncias à condição de colônias, sem a menor ligação entre si, essas forças não tiveram contra si apenas os brasileiros feridos no seu orgulho, mas também os portugueses liberais, indignados com a ditadura coletiva dos deputados da Regeneração.

Portugal, pelo seu rei, preparara o Brasil para a Independência, como o pai prepara o filho para maioridade. O 7 de Setembro de 1822 é, pois, uma data luso-brasileira, é uma data da Raça. E, assim, nada mais natural que os dois povos, unidos outrora por esse espírito de justiça e liberdade, de progresso e de empreendimentos ousados, que levara os portugueses ao Descobrimento e impelira os brasileiros à Independência, se reúnam hoje também, com amizade e o carinho de sempre, para festejarem juntos um acontecimento que a ambos deve encher de orgulho.

UM PASSEIO EM FAMÍLIA

Em um dos últimos domingos de sua presidência, Epitacio organizou um passeio com a mulher e as duas filhas menores, Angelina e Helena (a mais velha, Laurita, já estava casada com o engenheiro Edgard Raja Gabaglia). Devia acompanhá-los o sobrinho, Antonio Pessôa Filho, o Tonho, que se fez responsável pela escolha de um roteiro de duração razoável e bem ilustrativo, pois a ideia era mostrar às meninas o que havia sido feito em benefício da cidade nos três anos e meio do governo.

A participação de Tonho teve um mérito adicional. Sua memória minuciosa e o conhecimento que tinha dos assuntos tratados em todo o percurso permitiram-lhe guardar registro

preciso do que foi visto e comentado. Anos mais tarde, Tonho era consultado para lembrar detalhes do passeio.

Quando já estavam todos prontos para partir, chegou de surpresa João Pessôa, o outro sobrinho querido de Eptacio. Convidado, aceitou juntar-se à excursão familiar, para grande alegria das primas, que achavam o Joca companhia divertidíssima.

Ao sair do Palácio do Catete, foram diretamente para a Exposição do Centenário, que todos já tinham percorrido várias vezes. Eptacio foi mostrando às meninas os principais prédios da Exposição e disse-lhes que alguns deles poderiam ser aproveitados depois: “pelo seu tamanho, poderão ser Ministérios ou Repartições importantes...”.

A atenção das jovens, a essa altura, tinha sido desviada pela visão de um prédio particularmente bonito. O pai contou-lhes a história do Calabouço e disse-lhes que doravante seria um lindo Museu Histórico. Apontando o outro lado da rua: “Ali, há alguns dias foi colocada a pedra fundamental do futuro aeroporto da cidade”.

Disse que graças ao desmonte do morro do Castelo fora conquistada ao mar aquela grande extensão de terra. No futuro, quando as pessoas viajassem de avião, seria possível desembarcar ali e alcançar a pé o moderno centro da cidade.

Foram ver o túnel João Ricardo, recém-perfurado, e passaram pelos bairros da Gamboa e Santo Cristo. Quando chegaram ao canal do Manguê, Eptacio comentou como seria bom se já existisse a avenida de ligação desde a Avenida Rio Branco, que ficara só no projeto.

Dalí seguiram para São Cristóvão. O pai indicou às filhas onde tinha morado quando chegara da Paraíba pela primeira vez. Já no subúrbio, comentou quanto esses bairros seriam beneficiados com a eletrificação dos trens que ele decretara, mas não iniciara. Reconheceu essa outra falha da sua administração.

Falou-se bem das feiras livres e de sua recente regularização. A conversa derivou para pesca e a recente nacionalização dessa atividade. Epitacio defendeu a medida, contra as desconfiças dos dois sobrinhos. Referiu-se aos resultados alcançados em dois anos de sua aplicação, desde a transferência da responsabilidade do Ministério da Agricultura para o da Marinha. Mencionou a criação de colônias e cooperativas, de escolas de aprendizes, de escolas para filhos de pescadores. Falou sobre o Crédito Marítimo, que limitava suas operações aos instrumentos de pesca, mas poderia estendê-las ao financiamento de embarcações e de frigoríficos.

Na altura de Manguinhos, Epitacio falou da estrada de rodagem até a raiz da serra e do início da rodovia para Petrópolis. Fez menção à solenidade realizada na Pavuna para a inauguração das obras e disse ter insistido por começá-las ainda no seu governo. Voltando-se para as filhas: “quando terminarem, vamos poder ir de automóvel até Petrópolis. Nada de barca da Praia Formosa até o fundo da baía, nem de trem até a raiz da serra”. (A estrada ficou pronta em 1928, já no governo de Washington Luís).

Ao avistar o Instituto Oswaldo Cruz, Epitacio estendeu-se em elogios aos dois cientistas, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Deteve-se algum tempo a falar sobre os progressos alcançados pelo Departamento Nacional de Saúde Pública e deu ênfase aos cuidados dispensados à proteção da infância⁷⁰.

Ao voltar à Zona Sul pelo Rio Comprido, hesitaram, mas, por causa do tempo curto, acabaram não parando na Fundação Osório, fundada no ano anterior para acolher e dar ensino de qualidade a órfãs de militares, instituição pela qual Epitacio, também ele órfão precoce, guardaria sempre especial carinho.

70 Três anos depois, em outubro de 1925, Epitacio recebeu do Doutor Fernandes Figueira, benemérito do tratamento médico materno-infantil, telegrama de felicitações “por ser o primeiro estadista no Brasil a realizar a intervenção do Estado em favor da criança”. (Telegrama de 12 outubro de 1925, Arquivo de Epitacio Pessôa, no IHGB).

Por sugestão de Mary Pessôa, resolveram ir até a casa da Rua Voluntários da Pátria para controlar os preparativos da mudança que se aproximava. Arranjou-se, às pressas, um almoço que se prolongou devido à conversa.

A certa altura, falou-se da visita do rei Alberto e da rainha Elizabeth dois anos antes. Várias personagens foram lembradas e alguns nomes esquecidos.

Surgiram os comentários habituais sobre a precariedade da memória. Memória para nomes, para fatos, para fisionomias; detalhes mais ou menos significativos que ajudam a lembrança. Episódios curiosos foram contados, recentes ou remotos. João Pessôa levantou o tema da memória histórica: “Por que razões determinados vultos têm registro controvertido na História? Às vezes, depende das circunstâncias, de uma só atitude...”. Tonho interrompeu-o: “Conforme o grau de importância que se atribua a um ou outro aspecto de suas biografias, o veredicto da História será favorável ou contrário”.

Esse comentário do primo sugeriu a João Pessôa referências à História do Brasil, até que, dirigindo-se ao tio, perguntou-lhe: “E o senhor, como acha que será lembrado na História?”.

Antes mesmo que Epitacio esboçasse resposta, Joca prosseguiu: “Eu, pessoalmente, acho que as obras contra as secas do Nordeste são o ponto máximo da sua administração. Por elas, sobretudo, hão de lembrá-lo”.

Teve início, então, um torneio de opiniões. Mary foi taxativa:

Você não pode ser julgado, apenas, pelo período da presidência. Afinal, você foi o único brasileiro que ocupou os mais altos cargos nos três Poderes da República. Tua atuação no Congresso? E o que você fez no Ministério de Campos Salles? Os teus dez anos no Supremo Tribunal?

Foi perguntando por outros temas:

O envolvimento com o Código Civil? E o Código do Ensino de 1901? Os pareceres jurídicos? E, no setor internacional, a Conferência de Versalhes, o Código de Direito Internacional Público, as visitas oficiais de 1919? Você tem que ser julgado por tudo que você fez na vida pública”. Acrescentou em tom jocoso: “Lá no Céu, o teu prestígio já está garantido. Vem da autorização para erguer um Jesus Cristo no topo do Corcovado.

Tonho, ao narrar-me tudo isso, em 1965, lembrava-se de ter ele próprio intervindo para dizer que a tendência natural é levar em conta, na hora do julgamento, o desempenho na principal função exercida pelo vulto objeto de análise. Afirmou na ocasião: “Tio Epitacio será avaliado pelos três anos e meio de sua presidência. Felizmente, quase tudo deu certo”. Fez referência à gestão financeira, bem-sucedida, aos novos investimentos em obras públicas, à atração de capitais externos, ao plano de valorização do café, que acelerou o desenvolvimento de São Paulo. Falou da crise política da sucessão e da ameaça do militarismo, que, finalmente, fizera do presidente o consolidador do poder civil. Citou vários dados sobre agricultura e deu ênfase à atuação do governo federal nesse setor, que era a mola-mestra da economia naquela época. Disse do prestígio internacional que o Brasil conquistara desde a Conferência da Paz e a criação da Liga das Nações.

Lembrava-se de ter comentado que testemunho desse prestígio era a participação de tantos países nas comemorações do Centenário, com o sucesso da Exposição que ainda se prolongava. Acabou por concordar que as obras contra as secas, quando fossem concluídas, haveriam de consagrar o Tio como o grande benfeitor do Nordeste.

Até as meninas opinaram. Falaram bem da ideia de trazer os corpos do imperador e da imperatriz, e permitir a volta da família imperial; do convite ao presidente de Portugal para as comemorações da independência; do desmonte do morro do Castello, do Museu Histórico e do futuro aeroporto.

João Pessôa aproveitou o que fora dito pelas primas e rematou: “É verdade, tio. O senhor fez o país valorizar seu próprio passado. E o Museu Histórico ajudará nisso as futuras gerações”. Referiu-se a algumas iniciativas do administrador no âmbito das forças armadas e deu destaque à realização do recenseamento em 1920, tão minucioso e com tantas informações de caráter econômico, chamando-o “medida de benefício duradouro, que há de ser imitada com regularidade”. Voltou a enfatizar: “Mas estou convencido de que a História vai reconhecer-lhe, tio Eptacio, a redenção do Nordeste como seu grande feito, de consequência social inestimável”. Disse, ainda, que o comportamento de magistrado na presidência ficaria consignado como exemplo para os governantes do futuro⁷¹.

Tonho fez, também, uma observação sobre as questões de fronteiras entre os estados da federação, que Eptacio Pessôa resolvera. Comentou como isso era importante para a paz interna, para o bom relacionamento entre estados vizinhos. Lembrava-se de ter soltado uma frase de efeito: “O barão do Rio Branco fixou nossas fronteiras externas e tio Eptacio fixou nossos limites interestaduais”⁷².

Chegara a sobremesa. Pareceu a Eptacio oportuno encerrar a conversa e calar a especulação que se prolongava. Olhando para a mulher e as filhas, disse, mais ou menos, o seguinte:

71 Lastimavelmente, João Pessôa errou nos seus vaticínios. Nem a redenção do Nordeste teve prosseguimento, nem o modelo de presidente-magistrado vigorou com sucesso.

72 Eptacio Pessôa solucionou 18 das 20 questões de limites interestaduais então existentes.

Deus permita que até o fim de minha vida, eu tenha o apoio e, se preciso, o amparo de minha família. O carinho de tantos amigos, o aplauso dos correligionários e a gratidão dos humildes vão completar meu contentamento. De minha reputação póstuma, cuidarão vocês e meus netos. E, mais tarde, os netos de meus netos, se até eles chegar o conhecimento do que fui e do que fiz. O julgamento da História, em todo caso, cabe aos historiadores. Espero ter tempo e disposição para fornecer a estes um pequeno subsídio, a justificativa de muitos atos e decisões do meu governo, pelo menos dos mais controvertidos. Além disso, os historiadores terão acesso a meu Arquivo, que pretendo organizar melhor, doravante, com tua ajuda, Tonho, como meu secretário.

Era a primeira vez que ele fazia menção à ideia de um livro que, três anos depois, seria publicado com o título *Pela Verdade*. Também, a primeira vez que Tonho recebia o convite para as funções que executaria com competência e admirável dedicação até o fim da vida.

Depois do almoço retomaram o passeio. Ao sair de casa, na raiz da Rua Voluntários da Pátria, Mary apontou o pico do Corcovado e antecipou o futuro com uma frase que hoje soaria de total banalidade: “Do alto daquele pedestal Jesus Cristo vai abençoar toda a cidade”.

Seguiram em direção ao Jardim Botânico, onde, a pedido das meninas, o carro fez breve pausa. Indicando as obras já iniciadas na planura recém-conquistada à Lagoa, do outro lado da rua, Epitacio passou a descrever em detalhes o que viria a ser o Jockey Club Brasileiro, de acordo com o projeto que lhe tinha sido submetido por Linneo de Paula Machado, presidente da entidade hípica. Contou da concessão feita ao Jockey em troca de terrenos na Zona

Norte, que pertenciam aos dois clubes de carreiras de cavalos. (Em um desses terrenos foi construído o Estádio do Maracanã.) Encerrou o assunto com um comentário que bem serviria como *slogan* de publicidade: “Nesse local e com essa vista será o mais lindo hipódromo do mundo”⁷³.

Subiram a Rua Marquês de São Vicente até a chácara da Casa de Santa Ignez, que Mary Pessôa criara, como internato e centro de saúde para moças pobres. Houve confraternização entre as jovens⁷⁴.

Na volta, contornaram toda a Lagoa Rodrigo de Freitas. O saneamento e a urbanização do antigo pântano vinham de terminar e todo o grupo concordou com a previsão de que aquele se tornaria um belo cartão postal e um ótimo bairro para morar. O mesmo comentário foi feito ao chegarem pela Ponte das Tábuas à Avenida Meridional, recém-inaugurada (hoje, Avenida Delfim Moreira). Epitacio apontou, ao longe, à direita, o início da Avenida Niemayer, que seu governo fizera alargar para permitir o trânsito de viaturas nos dois sentidos. Consultou o relógio e observou que não valia a pena prolongar a excursão até o outro lado da montanha, mas disse que, na outra encosta, estavam desenvolvendo pequenas plantações de frutas e hortaliças para abastecer as feiras livres da cidade. A região estava sendo chamada de Rocinha. Virando-se para a esquerda e olhando para o Arpoador, lembrou-se do quadro que o pintor Batista da Costa lhe havia dado no início do século.

73 Por ocasião da inauguração do Hipódromo da Gávea, em 1925, Linneo de Paula Machado telegrafou a Epitacio, então na Europa, dizendo que “o Jockey Club não poderia esquecer e não esquecerá nunca o que deve ao amparo e estímulo de seu governo”. (Telegrama no Arquivo de E.P., Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)

74 A Casa de Santa Ignez passaria a ser referência permanente para nossa família. Naquela chácara, durante muitos Natais assistimos todos à Missa do Galo. Ali, Mary Pessôa viveu seus últimos dias, em uma casa anexa que mandara construir para sua “extrema velhice” e que doou à instituição. Da Capela de Santa Ignez saiu seu funeral em 1958. À rua que se abriu em frente à chácara, o governador Carlos Lacerda, filho de adversário político de Epitacio, deu o nome de Mary Pessôa.

Comentou que “a paisagem do Batista que está lá em casa na subida da escada” seria certamente modificada no futuro pela afluência de moradores naquele extremo da cidade⁷⁵.

Entraram por Copacabana e foram ver as obras de recuperação da Avenida Atlântica, seriamente danificada pela ressaca de 21. Chegaram ao Copacabana Palace, quase pronto. Tão bonito e imponente, não era difícil imaginar que viesse a ser o orgulho da cidade: louvores unânimes foram feitos ao amigo Otavio Guinle e a seu arquiteto, o francês Joseph Gire. Mas um reparo souo discretamente: “ainda bem que o Hotel Glória ficou pronto a tempo”. (A conclusão do Copacabana Palace foi atrasada para o ano seguinte pela ocorrência das ressacas.) Ao deixar Copacabana pelo Túnel Velho, resolveram parar na casa da Rua General Polidoro, para uma rápida visita a madame Sayão, sogra do presidente⁷⁶.

Alguém sugeriu que passassem pelo Hotel Glória, antes de voltar a Palácio. De Botafogo fizeram um desvio em direção à Praia Vermelha, para ver, ou melhor, adivinhar como ficaria o futuro bairro da Urca, por enquanto, apenas, um descampado que o desmonte do Morro do Castelo conquistara ao mar, aterrando-o. Dessa vez, foram as meninas que se manifestaram: “Eu gostaria de morar aqui”, disse uma; “com essa vista e à sombra do Pão de Açúcar, eu também”, completou a outra.

De retorno à Praia de Botafogo, deram a volta ao morro da Viúva, pela Avenida do Contorno, recém-aberta (hoje, Avenida Rui Barbosa), onde viram o Hotel-Balneário Sete de Setembro,

75 João Batista da Costa, um dos mais renomados pintores brasileiros da época, era amigo antigo de Epitacio Pessôa e foi diretor artístico do Comitê de Seleção da Exposição do Centenário. A paisagem mencionada é uma vista do Arpoador, em primeiro plano, com os morros Dois Irmãos e a Pedra da Gávea ao fundo.

76 Maria Olimpia Manso Sayão era chamada pelos bisnetos de Vovó Sayão. Quando enviuvara, em 1907, mudou-se para a Rua General Polidoro, de modo a poder ver do seu quarto o túmulo do marido, na primeira fila do Cemitério São João Batista. Apesar dessa decisão, de gosto duvidoso, foi pessoa alegre e divertida até o fim de sua longa vida.

inaugurado para a comemoração do Centenário. Vieram pela Praia do Flamengo, mas já era tarde quando chegaram ao Hotel Glória. Epitacio achou melhor não saltarem e abreviar o retorno. Houve tempo, ainda, para seu comentário, de que o Glória, pela localização à beira da baía e pelo esmero da construção, teria doravante que dividir com o Copacabana Palace a hospedagem de visitantes ilustres. Cabia aos brasileiros, principalmente aos governantes, fazer de modo que os mesmos levassem do Brasil uma lembrança positiva, não apenas dos dons da natureza, mas do progresso que beneficiasse todo o povo. O passeio terminava com esse toque de expectativa otimista.

Os últimos dias de governo foram de incessante correria para a família do presidente: atender a despedidas, desfazer uma casa grande e distribuir coisas por duas casas menores, a de Voluntários e a de Petrópolis, arrumar malas para a viagem já programada para o dia 16 de novembro, falar com um mundo de gente pelo telefone, além de receber visitas de manhã à noite. Toda essa azáfama deixou em minha mãe, Angelina, a mágoa, perdoada, mas não esquecida: seu aniversário de quinze anos, no dia 15, data da transmissão do poder, só foi lembrado no dia seguinte...

A viagem à Europa teve o efeito de desligar Epitacio das obrigações e das preocupações da presidência. Significou também a retomada de um hábito que a família contava poder usufruir dali em diante em ritmo de maior tranquilidade, se não com mais frequência. A estada em Roma estendeu-se por quatro meses, interrompida por uma excursão a Nápoles, Capri, o Vesúvio e Pompeia, em companhia do embaixador Luiz de Souza Dantas (grande amigo, que, vinte anos mais tarde, ganharia o reconhecimento da História por conceder vistos a judeus, contrariando as ordens da ditadura de Getúlio Vargas).

Em Roma, Epitacio mostra às duas filhas menores, detidamente, monumentos, museus e igrejas. Recebe no Hotel Excelsior a visita do rei Vittorio Emanuele, prova raríssima de especial consideração. Vai jantar no Quirinale, onde as meninas estabelecem, logo, animada camaradagem com as princesas, particularmente, com Giovanna, futura rainha da Bulgária. De Roma, sobem por Florença e Siena, até as águas de Montecatini. Depois, Milão, Veneza e os lagos italianos. Despertada por essa agradável experiência, a expectativa de viagens mais tranquilas, de roteiro mais variado, que contemplasse, além das cidades visitadas em 1897, outras, ainda desconhecidas, especialmente em direção ao Oriente Médio e à Terra Santa, acabou por alterar-se, de surpresa.

Em setembro de 1923, recém-chegado de volta ao Brasil, Epitacio recebe a notícia de que seu nome havia sido escolhido pelo Conselho da Liga das Nações para a vaga na Corte Permanente de Justiça Internacional na Haia, que Rui Barbosa, falecido em março daquele ano, não chegara a ocupar. Era uma honra irrecusável e uma prova do prestígio do Brasil. Mas, dali por diante, todos os anos ele teria que participar das sessões da Corte, de maio a setembro, pelo menos.

Felizmente, faltavam vários meses até maio e Epitacio contava poder aproveitá-los em família. Teve, porém, de enfrentar uma contrariedade. Um grupo de amigos e admiradores havia organizado um banquete de congratulações, que se realizou, com grande sucesso, no dia 10 de novembro, tendo o homenageado sido saudado pelo conde de Afonso Celso, testemunho de apreço dos monarquistas pelo republicano que os reintegrara na vida pública brasileira.

Na véspera do evento, o jornal *Correio da Manhã*, tentando torpedear-lo, publicou o já mencionado editorial, em que acusava

Epitacio Pessôa de ter-se deixado subornar, na presidência da República, três anos antes, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, para liberar a exportação de açúcar por empresa de diretor daquela entidade. Era uma deslavada injúria, que foi documentadamente desmentida⁷⁷.

Com o trabalho na Corte, a partir de 1923, tem início a fase de Epitacio Pessôa – internacionalista.

Sua atividade política no Brasil foi drasticamente reduzida. Cogitou de renunciar ao Senado, a que tinha sido reconduzido em 1924. O governador João Suassuna, em nome do povo da Paraíba, dissuadiu-o: “Se o Sr. renunciar a cadeira, a Paraíba o reelegará de novo. Há de reelegê-lo tantas vezes quantas o Sr. renunciar”. Restringiu, então, sua atuação a intervenções sobre assuntos importantes, como a reforma econômica e a reforma da Constituição. O pôs-se ao projeto de reforma da Constituição, por achar errado fazê-la na vigência do estado de sítio, mas opinou detalhadamente sobre várias emendas propostas, produzindo trabalhos didáticos sobre temas controvertidos, como o *habeas corpus* e as atribuições específicas dos três Poderes da República.

Na sua volta ao Brasil em 1925, Epitacio traz consigo, quase pronto o *Pela Verdade*. É um livro de seiscentas páginas, em que o ex-presidente explica, em linguagem clara e acessível, muitos atos de seu governo, especialmente os controvertidos ou que foram, a seu ver, objeto de críticas injustas. Não é a história do governo, mas presta esclarecimentos úteis para quem pretenda fazê-la. Por serem, na ocasião, ainda de vivo interesse, o livro começa com os temas econômicos que envolviam o Brasil na Conferência da Paz – o café de São Paulo retido em portos da Europa e os navios ex-alemães

77 O caso está relatado nas páginas 284 a 286, bem como nas páginas 503 a 532 do *Pela Verdade*. Embora vitorioso no processo que moveu contra o diretor-interino do jornal, o ex-presidente atravessou meses desgastantes, durante os quais teve de suportar insultos diários do réu e irritar-se com a solidariedade corporativista que parte da imprensa manifestou com o colega caluniador.

apreendidos pelo Brasil. Depois, trata da eleição presidencial de 1919, do programa de governo, da escolha de ministros civis para as pastas militares; em ordem cronológica, aparecem temas políticos, como a intervenção na Bahia; a gestão financeira, que se estende por 120 páginas; as obras contra as secas; assuntos econômicos, a siderurgia, o contrato da “Itabira Iron”; o veto do orçamento; a sucessão presidencial de 1922, a Reunião do Catete; a revolta de 5 de julho, a prisão do marechal Hermes e o fechamento do Clube Militar; a intervenção em Pernambuco; finalmente, acusações que foram rebatidas, sobre assuntos variados, como a Superintendência do Abastecimento, exportação de açúcar e o processo do *Correio da Manhã*; despesas de representação no exterior e com a visita dos reis da Bélgica, e outros ataques menores e igualmente falsos, até sobre os seus bens pessoais.

Publicado em setembro de 1925, o *Pela Verdade* ganhou um segundo volume, de outras quatrocentas páginas, que transcrevem os discursos e artigos que Epitacio Pessoa produziu em defesa do próprio livro. Os discursos, pronunciados em outubro e novembro de 1925, foram brilhantes peças oratórias, em muitos trechos irônicos, divertidíssimas. Atraíram ao Senado público entusiasmado. Talvez merecessem transcrição. Como o orador foi inclemente com os seus detratores, é preferível que esses discursos repousem discretamente nos anais do Congresso.

A CORTE DA HAIA

A Corte Permanente de Justiça Internacional era composta de onze juízes: cinco eram nacionais das grandes potências da época, Inglaterra, França, Itália, Japão e Estados Unidos (este último não era membro da Liga das Nações, mas os juízes não eram representantes dos respectivos países, mas juristas de alto

conceito e, portanto, não havia impedimento)⁷⁸. As seis pequenas potências que forneceram juízes foram Suíça, Espanha, Holanda, Dinamarca, Cuba e o Brasil.

A Corte funcionava como órgão consultivo do corpo executivo da Liga das Nações e como tribunal julgador. Eptacio Pessoa participou de várias questões importantes: entre a Grécia e a Inglaterra; entre a Albânia e a Iugoslávia; duas, entre Alemanha e a Polônia; entre a França e a Turquia; entre a Grécia e a Turquia; entre a Grécia e a Bulgária. Deu parecer sobre as atribuições da Organização Internacional do Trabalho. Propôs emendas ao projeto de reforma da Corte. Foi voto vencido na questão entre a França e o Brasil, a respeito do pagamento em francos-ouro ou francos-papel dos juros devidos a credores franceses de um empréstimo levantado pelo governo brasileiro em 1911 (embora ele fosse juiz e não advogado do Brasil concordou com a argumentação do nosso advogado, o professor Eduardo Espínola, e seu voto foi chamado de “luminoso” até por comentaristas franceses).

78 Por essa mesma razão, os Juízes espanhol e brasileiro não tiveram de se demitir da Corte quando a Espanha e o Brasil saíram da Liga das Nações.

Figura 44: E. P. na Haia (Corte Internacional de Justiça) 1924



Fonte: Acervo pessoal

No fim do primeiro ano de sessões, seus colegas quiseram elegê-lo presidente da Corte. Epitácio recusou, porque não podia imaginar a ausência permanente do seu país que o cargo exigia. Em 1926, pensou em pedir demissão, quando o Brasil decidiu desligar-se da Liga das Nações. O presidente Bernardes não apoiou a ideia e persuadiu-o a não pedir demissão. Em agosto de 1930, após sete anos de “vida de nômade”, metade do ano fora de sua pátria, Epitácio Pessoa informou ao Conselho da Liga das Nações não poder aceitar a renovação de seu mandato.

Figura 45: E. P. em Montecatini em 1927



Fonte: Acervo pessoal

Figura 46: Foto com dedicatória a Antonio Pessôa Filho



Fonte: Acervo pessoal

A POLÍTICA NO NORDESTE

Durante todo esse tempo de prolongadas ausências, Epitacio procurou aliviar seu envolvimento nas questões políticas da Paraíba. A verdade é que não conseguiu. A julgar pelo grande volume de documentos e de correspondência referentes a esse período e guardados em seu Arquivo, pode-se afirmar que, em boa parte de seu tempo pós-presidência, sua atenção e seus cuidados tiveram a ver com assuntos do Nordeste, em especial da Paraíba. São cartas e telegramas recebidos, de pedidos ou agradecimentos, conselhos e recomendações enviados aos detentores do poder e a personalidades atuantes no estado.

Figura 47: E. P. e os brasileiros na viagem para Europa, a bordo do “Capitão Polonio” 1928



Fonte: Acervo pessoal

Essa permanente preocupação com a Paraíba proporcionou-lhe, muitas vezes, genuína satisfação. Apesar do cancelamento do programa de obras contra as secas, diversas vias de acesso foram concluídas e levaram à região do cultivo do algodão os recursos necessários ao desenvolvimento da produção. Em pouco tempo a Paraíba pode orgulhar-se de um vigoroso aumento da exportação do produto, que era considerado o melhor algodão de fibra longa do mundo. Os níveis de salários no estado acusavam melhora considerável e o aproveitamento de integrantes das camadas mais humildes da população em obras civis e em funções da administração estadual fazia baixar os índices de desemprego. A capital, Paraíba, conhecia período de intensa renovação. Em contrapartida, a construção do porto de Cabedelo estava atrasada e o estado continuava a depender de Pernambuco para suas exportações. Outro problema grave, o crescimento da violência, resultante da proliferação de cangaceiros, afligia Epitacio profundamente. E a inclemência da seca se manifestava com regularidade.

Em 1927 surgiu um impasse para a escolha do governador que deveria suceder a João Suassuna. Como de costume, recorreram a Epitacio. Dessa vez, sua decisão foi prenhe de consequências.

Figura 50: Casamento de Angelina Pessôa e Raphael Pardellas. O presidente Washington Luís e senhora, padrinhos, ao centro (maio de 1927)



Fonte: Acervo pessoal

Haviam-se passado vários dias e ele próprio não chegava a uma conclusão.

Certa noite, em Voluntários, comentou detidamente o problema com os dois sobrinhos, João e Antonio. A dada altura, virou-se para o primeiro – em opção que quem conhecesse o temperamento de ambos os sobrinhos certamente aprovaria – e disse-lhe: “se eu tivesse alguém como tu, Joca, para indicar...”.

A conversa, logo, tomou feição mais séria. João Pessôa começou por colocar em dúvida suas credenciais e aptidões para o cargo. Seus dois interlocutores retrucaram com argumentos, a princípio em tom irônico, depois crescentemente persuasivos. O tio ainda achou prudente contrapor as objeções mais evidentes: o despreparo de um jurista para enfrentar as brigas da política local,

o desconforto da mudança para a família, o problema dos estudos dos quatro filhos e até o sofrimento da separação do núcleo familiar e dos amigos que ficariam para trás. Não adiantou. Na mente de Joca, a ideia já não era apenas um desafio, era um compromisso de mostrar-se à altura da confiança do tio. Ele costumava dizer que “se não fosse tio Epitacio, eu, meus irmãos e meus primos não passaríamos de estivadores na Alfândega do Recife”. Não podia, agora, deixar escapar a oportunidade de desmentir sua própria zombaria.

Ao saírem da casa de Voluntários, João Pessôa, determinado, disse ao primo: “Veja Você, Tonho, vou dar com os costados na Paraíba”. Tonho percebeu-lhe na expressão a alegria de quem antecipava uma trajetória feliz.

João Pessôa foi uma revelação como governador do estado. Conseguiu pôr em ordem as finanças, acelerar as obras públicas, sobretudo, a construção de estradas, melhorar a assistência médica e oferecer mais escolas à população, estimular a produção agrícola e combater a violência do cangaço, na medida do possível. Tornou mais rigoroso o sistema tributário, desagradando não poucos negociantes. A capital, Paraíba, ostentava o verde abundante de seus parques e jardins, rasgado por novas avenidas pavimentadas. Os resultados, no fim do primeiro ano, eram muito positivos e o governador fez-se querido de seu povo.

Mantinha permanente sistema de informação e consulta com seu tio Epitacio, tanto no Rio, quanto na Europa, deixando-o cada vez mais orgulhoso e tranquilo com o desempenho de dedicação e eficiência de seu escolhido.

O doce remanso político durou pouco. Cedo se soube que o presidente Washington Luís queria fazer seu próprio sucessor, Júlio Prestes, governador de São Paulo e seu amigo do peito.

Os acontecimentos políticos nacionais daqueles meses de 1929 soam como coisa muito remota. E é verdade, em parte porque ofuscados pela crise financeira internacional.

Washington Luís queria impor seu sucessor. O que, hoje em dia, não surpreenderia ninguém. Em julho de 29, contrariando solicitação do governador de Minas, consultou os governadores sobre a candidatura Júlio Prestes, o que equivalia a uma cobrança de apoio. Dezesete respostas foram afirmativas. De propósito ou por acaso, a consulta à Paraíba atrasou. Era de conhecimento geral que a disposição de João Pessôa não favorecia a adesão. A 29 de julho, ele transmitiu a recusa de apoio. Suas ponderações, apropriadas, não figuram na História, que as trocou pelo conciso “Nego”, gravado na bandeira do estado.

Antes de convidar João Pessôa para compor a chapa de oposição como candidato à vice-presidência, o governador de Minas Gerais, Antonio Carlos, consultou Eptacio Pessôa, que se encontrava na Haia. Este, naturalmente, deu sua aprovação. E telegrafou ao sobrinho: “Mandei dizer Antonio Carlos, embora dispensável consentimento pedido dada tua autonomia, podia convidar-te a vice-presidência. Isto significa tu aceitarás”.

A resposta afirmativa selou o destino de João Pessôa e, indiretamente, desenhou a evolução e o desenlace da crise política, que levou o país à revolução de 30. Produziu, antes, dois efeitos imediatos: acentuou a simpatia de Eptacio pela Aliança Liberal e concentrou sobre a Paraíba toda a agressividade que o governo federal, por óbvia prudência, não ousava dirigir contra Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os dois outros estados que se opuseram à decisão de Washington Luís.

O pequeno estado nordestino começou a sofrer bloqueio marítimo e terrestre, cada dia mais rigoroso, censura postal e telegráfica, demissões e remoções de funcionários federais. O que

era, a princípio, um penoso incômodo, passou a ser, a partir de março de 1930, um martírio para a população da Paraíba.

Convém, todavia, retroceder alguns meses e acompanhar a evolução da crise.

Todo mundo sabia que Epitacio Pessôa era, por princípio, contrário sequer ao envolvimento do presidente no processo sucessório. Que dizer da imposição de um nome como o escolhido do Catete?! A pedido de muitos amigos do Congresso, que conheciam seu total desligamento da disputa eleitoral, Epitacio aceitou tentar abrir com o presidente a possibilidade de uma ampla negociação para o exame do problema sucessório. Diversas vezes, em encontros com Washington Luís, com quem mantinha boas relações⁷⁹, procurou, sem sucesso, encaminhar o assunto para um desfecho favorável. Sempre em vão. Sua intenção conciliatória perdurou enquanto foi possível.

Nos primeiros dias de novembro de 1929, recém-chegado da Haia, quando a cisão já parecia irreversível e a Aliança Liberal já tinha lançado seus candidatos, Epitacio, credenciado pelos líderes oposicionistas, foi ao Palácio conferenciar com o presidente. Propôs-lhe um acordo: Getúlio Vargas e João Pessôa retirariam suas candidaturas e a Aliança aceitaria a sugestão de qualquer nome, exceto Julio Prestes. Usou insistentemente todos os argumentos em favor dessa solução e fez todas as advertências a respeito dos riscos da intransigência. Inutilmente. Washington Luís insistia: “O candidato será Júlio Prestes”. A certa altura, comparou: “Retroceder agora, Dr. Epitacio, seria dispersar as enormes forças políticas já arremetidas. Seria como se disseminassem as pérolas de um colar bem enfiado. Onde encontrá-las depois?”. Mais adiante, categórico: “No Brasil só existe uma força, que é governo federal”. Epitacio saiu desiludido, mas não rompeu com

79 Washington Luís e sua mulher haviam sido padrinhos do casamento de meus pais, em 1927.

Washington. Ainda esperava um retrocesso e uma abertura à negociação.

Foi a última chance de salvação da Primeira República. Nem o colar estava bem enfiado, nem a força do governo era inexpugnável, naquela altura.

A 15 de novembro de 1929, após duas semanas de assédio dos amigos e da imprensa. Epitacio Pessôa decide tornar público seu apoio à Aliança Liberal. Em longa entrevista a *O Jornal* expõe as razões de sua discordância com Washington Luís e denuncia diversas ações abusivas já praticadas pelo governo federal contra os estados dissidentes e as candidaturas de oposição. A entrevista é saudada com entusiasmo pelos aliancistas. Um grupo de líderes comparece à casa de Voluntários para agradecer a manifestação de apoio, que vários deles chamam de “um libelo irresponsável” e “o mais idôneo dos depoimentos”. O texto da entrevista é lido da tribuna pelo deputado José Bonifácio para que conste dos anais da Câmara Federal.

O final do ano 29 foi um período de exaltação política e Epitacio participou de dois episódios marcantes com a presença de candidatos da Aliança, o que não há de ter agradado o governo federal. Teve início a preparação da desforra. Era preciso encontrar um pretexto para a intervenção na Paraíba.

O município de Princesa, no sertão paraibano, quase na fronteira de Pernambuco, tinha como chefe político um rústico José Pereira, “coronel” epitacista desde 1915. Em fevereiro de 30, João Pessôa, em campanha para as eleições legislativas de 1º de março, visita Princesa. Hospeda-se na casa de Zé Pereira, que lhe oferece concorrido banquete, com direito a discurso encomiástico. De volta à capital, dois dias depois, o governador recebe do anfitrião da antevéspera o mais surpreendente telegrama de rompimento. Nunca se soube, ao certo, por quê ou por quanto o chefe sertanejo

resolveu atacar João Pessôa. Falou-se que ele se ressentira de declarações inamistosas a seu respeito, o que não era verdade. Ou que discordara da chapa de candidatos escolhida pelo governador, na qual não figuravam alguns correligionários de sua preferência.

A estrita disciplina tributária imposta por João Pessôa desagradara inúmeros negociantes, inclusive primos seus radicados no Recife. Estes haviam promovido violenta campanha pela imprensa contra o primo governador, a que não faltaram ataques pessoais. João Pessôa respondera nos mesmos termos. Tio Epitacio procurara intervir, com severas censuras a ambos os lados. Após algum tempo, a briga parecia ter cessado, ao menos no seu aspecto público. Ilusão!

O ressentimento perdurou, entrou em ebulição, buscou atos e consequências. Os parentes de Pernambuco insuflaram José Pereira à revolta e teriam ajudado a financiar, armar e municiar o bando de jagunços que espalhou o terror no sertão da Paraíba. Foi o primeiro choque daquele “annus horribilis” para Epitacio.

A situação rapidamente se agravou na Paraíba. O governo do estado, impedido pelo bloqueio federal de receber reforços, dependia do escasso contrabando que os amigos de João Pessôa conseguiam fazer-lhe chegar, da magra produção de uma pequena fábrica improvisada de munições e de toda sorte de armas precárias trazidas pela população solidária para enfrentar a sedição de Princesa, que se alastrava com o apoio maciço vindo através da fronteira de Pernambuco.

As tentativas de socorro articuladas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul não logravam alcançar o objetivo. Apesar do otimismo de João Pessôa e da bravura de sua gente, tudo indicava que a resistência não poderia prolongar-se. Enquanto isso, no Sul, uma vez anunciado o resultado das eleições, com a inevitável vantagem da chapa oficial, teve início a conspiração entre próceres

políticos mineiros e gaúchos. A irritação popular contra o governo de Washington Luís cresceu, em abril, diante da desfaçatez com que foram “degoladas” por ordem dele uma terça parte da representação de Minas e a totalidade da Paraíba no Parlamento recém-eleito. Perpetrava-se assim nova vingança contra o governador que ousara discordar do Poder.

Epitacio procurou, em vão, dissuadir colegas no Congresso de coonestar a trapaça; ainda tentou defender no plenário do Senado o diploma de Tavares Cavalcante, eleito senador, mas esbulhado pela Junta Apuradora. Sucessivas manobras protelatórias da Maioria obrigaram-no a adiar até o limite a partida para a Haia e, finalmente, o impediram de pronunciar o discurso-denúncia. O *Jornal do Commercio* publicou o texto integral sob a forma de entrevista a 25 de maio, dia seguinte ao de sua partida.

O final da denúncia contém uma advertência premonitória: a propósito do conflito na Paraíba, entre o presidente da República e o governador, diz:

Quem sairá perdendo não é João Pessôa, mas o Presidente... lamentavelmente inferior à sua elevada magistratura, traindo-a no interesse de pequenas vinganças pessoais, desacreditando o regime aos olhos do povo... e, o que é mais grave do que tudo isso, provocando reações que ninguém sabe aonde poderão conduzir o país.

Junho marcou uma inflexão, tanto na luta da Paraíba, quanto na conspiração do Sul. Lá, contra toda expectativa, as forças legalistas tomaram a iniciativa e avançaram sobre Princesa. No Sul, o movimento, que conhecera período de certo desânimo entre os articuladores, mostrava-se de novo ativo. Talvez tenha sido efeito da adesão de muitos jovens militares, egressos das frustradas aventuras de 22 e 24. (Um comentarista de língua inglesa observou com razão: *mixed blessings*. De fato, a tutela militar, da qual a

república parecia desvencilhar-se naquela última década, voltaria em breve, a todo vapor.)

Na Haia, Epitacio Pessôa recebe notícias fragmentadas da luta na Paraíba e da evolução dos acontecimentos políticos no resto do país. Ainda quando João Pessôa lhe envia, a 6 e 18 de julho, dois telegramas dando conta da iminente tomada de Princesa pelas forças paraibanas (chefiadas por José Américo de Almeida, seu amigo e secretário de Segurança), Epitacio se diz preocupado com o que pode ocorrer depois.

O ASSASSINATO DE JOÃO PESSÔA

Em 26 de julho, pela manhã, João Pessôa viajou ao Recife, para visitar um amigo, o juiz Cunha Melo, que convalescia de uma operação cirúrgica. Tencionava regressar cedo. O motorista tranquilizou-o: “antes das seis estaremos de volta”. Após a conversa com o amigo no hospital, João Pessôa almoçou no conhecido restaurante Leite, esteve rapidamente na redação de dois jornais e foi ao estúdio de um fotógrafo para tirar uma fotografia. Resolveu tomar um sorvete na Confeitaria Glória. Ali estava na companhia de dois amigos, quando os dois assassinos invadem a sala e o alvejam com quatro tiros⁸⁰.

A morte de João Pessôa e a reação popular na Paraíba e, depois, na capital da República, durante seu sepultamento, inflamaram a crise política e precipitaram a revolução.

Epitacio soube da tragédia, sozinho no seu apartamento no Hotel des Indes, na Haia. Mary Pessôa tinha ido a Oberamergau assistir à encenação da paixão de Cristo, mas, felizmente, deixara duas filhas e o genro fazendo companhia ao marido. Eles, contudo,

80 João Duarte Dantas e seu cunhado, Augusto Moreira Caldas, pertenciam à facção de José Pereira, chefe da rebelião de Princesa. O primeiro já havia feito diversas ameaças a João Pessôa.

não foram chamados naquela manhã de domingo e, por duas horas, Epitacio amargou sozinho a terrível notícia. Nunca confidenciou aos seus quais foram os primeiros pensamentos de estupor. Talvez à dor da perda do sobrinho querido se somassem o remorso de tê-lo feito trocar de emprego, a fúria contra a política que engendrara o crime e o desalento de ver frustradas suas esperanças de ajudar o herdeiro a transformar a Paraíba.

A primeira consequência física do tremendo abalo, uma crise cardíaca na semana seguinte, debelada a tempo, obrigou-o a passar uma temporada de recuperação na Suíça. No lugarejo de Sierre, quase isolado do mundo, tomou decisões importantes: renunciar definitivamente à Corte Internacional de Justiça e, portanto, livrar-se das longas ausências na Europa, desligar-se do comando efetivo que exercera por tantos anos na política de seu estado e afastar-se de toda atividade pública. Este último propósito mostrou-se sábio antes mesmo de poder ser completamente implementado.

A ALIANÇA LIBERAL

A Aliança Liberal acabou sendo uma grande desilusão para Epitacio Pessoa. Nunca, até então, um movimento cívico em favor da renovação republicana contara com tantos patronos ilustres e com a participação efetiva de tanta gente idealista. A campanha tivera origem, como já se viu, na insatisfação de setores políticos importantes com a intenção do presidente Washington Luís de impor como seu sucessor Júlio Prestes, seu amigo pessoal. Tal comportamento do chefe de governo contrariava gritantemente o pensamento de Epitacio a respeito dos direitos e deveres do presidente-magistrado em face do processo eleitoral.

Na viagem para a Europa, em 1927, durante longas conversas, que quebravam a monotonia de bordo, com o deputado mineiro

José Bonifácio, irmão do governador do estado, Epitacio expusera o ponto de vista de que melhor seria para Minas não indicar o candidato à sucessão do presidente, mas manter o controle do processo político, para assegurar, da próxima vez, a satisfação das justas expectativas do governador Antônio Carlos.

Em 1928, já informado daquele conselho pelo irmão e talvez convencido de sua judiciosa conveniência, Antônio Carlos encarregou o deputado Afrânio de Mello Franco de consultar o amigo, de regresso ao Brasil, sobre o problema sucessório. Durante a conversa, na sala-de-estar de Voluntários, Epitacio foi perguntado se “os seus amigos de Minas” poderiam escolhê-lo como candidato, caso Washington insistisse na indicação de Júlio Prestes. Respondeu negativamente, com ênfase, e disse estar decidido a jamais voltar à presidência. Reiterou a opinião de que Minas Gerais deveria conduzir o processo de seleção de um candidato de outro estado, a fim de romper a rotina do “café com leite”, e credenciar-se a indicar o nome de Antônio Carlos, mais adiante.

Afrânio falou em três nomes: o governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, e dois gaúchos, Borges de Medeiros e o governador Getúlio Vargas. Pareceu-lhes que Pernambuco, estado relativamente pequeno, não traria a Minas Gerais o reforço eleitoral necessário para contrapor-se ao candidato do Catete, se fosse o caso. Restavam os dois do Rio Grande. Embora grato a Borges de Medeiros por ter sido quem sugerira seu nome como a melhor solução, dez anos antes, para a vaga deixada pelo falecimento do presidente eleito Rodrigues Alves, Epitacio reconheceu que o veterano prócer positivista talvez não reunisse o apoio das correntes divergentes no seu próprio estado e, em razão de sua crença filosófica, tampouco alcançasse plena aceitação do eleitorado nacional, predominantemente católico⁸¹. Observou

81 Getúlio Vargas também era positivista, mas, naquela época, menos ostensivo que Borges de Medeiros.

então, que o Dr. Getúlio Vargas, na qualidade de governador, contaria com apoio maciço no Rio Grande. Ademais, como ex-ministro da Fazenda de Washington Luís, credenciava-se a ser o continuador do plano econômico de que o governo federal tanto se orgulhava.

Seguramente, essa já era a preferência do governador de Minas Gerais. Todavia, Eptacio guardou a convicção de haver, ali, contribuído para a consolidação da candidatura de Getúlio Vargas.

Os acontecimentos se precipitaram, enquanto Eptacio se encontrava na Haia, participando da seção de 1929 da Corte Internacional. Durante sua longa ausência, como já ficou dito, o presidente, contrariando a sugestão de Antônio Carlos, que lhe pedira consultar os demais governadores sobre a candidatura de Getúlio, fizera, na verdade, a proposta da candidatura de Júlio Prestes e apresentara falsamente o resultado como a preferência espontânea de dezessete estados. João Pessôa negara apoio, aliando-se a Minas e Rio Grande e fora escolhido como candidato a vice-presidente na chapa da oposição.

De volta ao Brasil e baldada sua diligência em favor de uma conciliação, Eptacio havia declarado, na entrevista de 15 de novembro, seu total apoio à Aliança.

No fim do ano de 29 chegam ao Rio os dois candidatos, Getúlio Vargas e João Pessôa. São aplaudidos pela multidão no trajeto até o Hotel Glória, onde são saudados em vibrante discurso pelo deputado José Bonifácio. Todos, políticos e a plateia, aguardam a palavra do candidato a presidente. Frustrando-os, Getúlio vira-se para João Pessôa e diz-lhe: “Dr. João Pessôa, eu não tive tempo de preparar uma resposta. O Sr. poderia falar em meu lugar?”. O candidato a vice foi quem agradeceu de improviso a recepção entusiástica da capital da República. Em atenção à insistência

geral, Epitacio Pessôa também falou, congratulando-se com ambos e logrando disfarçar o mal-estar de que também participava.

Na noite seguinte, os dois candidatos compareceram à casa de Voluntários, acompanhados de pequeno grupo da campanha. Getúlio queria mostrar ao anfitrião a plataforma que devia ler dois dias depois. Epitacio fez, apenas, ligeiras observações e sugeriu incluir três temas: 1) aviação militar – o futuro Ministério da Aeronáutica; 2) saneamento rural; 3) ensino profissional.

No dia 2 de janeiro de 1930, antes do comício a realizar-se na Esplanada do Castelo, houve um banquete, ao fim do qual, a pedido dos líderes presentes, Epitacio Pessôa falou de improviso, empolgando a plateia a favor da Aliança. Novamente, a 23 de janeiro, quando João Pessôa embarcou para o Nordeste com uma caravana de aliancistas, Epitacio discursou no cais repleto, atendendo à insistência do povo. Concluiu com um apelo aos eleitores do Nordeste. Os taquígrafos anotaram o discurso, que foi publicado na imprensa com destaque para a peroração, bastante rebuscada:

Que as caravanas que ora seguem para o Nordeste, para o Nordeste a quem votei todos os afetos de minha alma de filho daquela zona infeliz e todas as minhas preocupações e cuidados de homem público; para o Nordeste, mirrado e ressequido, cuja sede tentei desalterar, pobre e olvidado, cujo futuro de bem-estar e grandeza constituiu um dos sonhos mais caros de meu governo; para o Nordeste, por amor de quem nunca medi sacrifícios, nem mesmo o da minha reputação pessoal, largo tempo lançada como pasto à voracidade insaciável de mercenários desprezíveis, cuja venalidade recusei satisfazer e que tudo sacrificam à gana do dinheiro, menos a honra porque não a possuem; para o Nordeste, a quem, se me fosse lícito dirigir uma súplica,

seria que sufragasse com ardor e entusiasmo os candidatos liberais, em cuja personalidade e em cuja palavra podemos confiar para a solução de nosso problema secular. Que as caravanas, que se destinam ao Nordeste, façam sentir aos divergentes de lá que o Brasil da Independência e da Abolição, o Brasil de mais de um século de instituições democráticas e mais de quarenta anos de República, conquistas estas para as quais o Nordeste nunca deixou de concorrer com o seu braço e o seu sangue, que o Brasil, nesta fase de evolução cívica da Humanidade, não pode consentir que o despojem de direitos e prerrogativas que são inerentes à sua personalidade política e a sua soberania, e se alguém, bastante ousado e temerário, tentar esse esbulho, desgraçado do seu autor, porque ele será esmagado pela força irresistível das reivindicações populares!

O discurso alcançou enorme sucesso, principalmente, no Nordeste.

Essa participação entusiástica demonstra que o veterano ex-presidente vibrava em sintonia com a Aliança Liberal. Ele, como os dois outros ex-presidentes, Wenceslau Braz e Artur Bernardes, viam naquele movimento a mobilização popular pela reforma das instituições republicanas, dentro da lei e em absoluto respeito ao processo democrático.

Logo de início, como se viu, Epitácio tentou promover um acordo, que preservasse os aspectos positivos da tradição republicana e contribuísse para aperfeiçoar o sistema eleitoral. De certo, ninguém tinha como ele prestígio e autoridade para conduzir a conciliação. Três dos seus antigos ministros – Calógeras, Pires do Rio e Veiga Miranda – embora continuassem seus amigos inabaláveis, eram ligados a Júlio Prestes. Por intermédio deles e com perseverança, talvez lograsse um acordo. Tinha a seu favor

nessa empreitada política, como trunfo adicional, a difundida certeza de que nenhuma ambição pessoal movia sua atuação. Além de ser visto, nessa altura, como personalidade internacional, com desempenho regular e obrigatório no exterior, Epitacio, reiteradas vezes e com ênfase, negara autorização para qualquer iniciativa em torno de seu próprio nome. Nas conversas com líderes que o procuravam, nas entrevistas à imprensa e na intimidade de amigos, era fato consabido sua inarredável recusa a voltar à presidência. Na transparente sinceridade dos saraus familiares, ele explicara porque a experiência de governo fora muitas vezes extenuante e, outras tantas, frustrante em projetos prioritários e, por tudo isso, não deixara saudades.

Talvez tivesse sido melhor para o país que o destino tomasse uma inflexão alternativa, que a resistência de Epitacio fosse vencida e que o dever de patriota o levasse a aceitar de novo o múnus do poder. Teria ele próprio a satisfação de terminar muita coisa que deixara inconclusa: no setor agrícola, que tanto avançara e era a mola-mestra da economia nacional; na mineração e na siderurgia, possivelmente o contrato da “Itabira Iron”, que, bem controlado por um governo capaz, representaria um salto de vinte anos no progresso do país; no aparelhamento da rede ferroviária e na implantação de rodovias; nas forças armadas, o Porto Militar da Ilha Grande e os novos vasos de guerra para equiparar em suprimento a Marinha ao Exército; na Educação, o ensino gratuito e obrigatório e a Universidade de primeira linha; na Saúde, o Ministério que ficara faltando, dotado de recursos para estender seus benefícios a todo o país. No exterior, a consolidação do prestígio nacional que ganhara vulto no recente pós-guerra. “Last but not least”, na cadeira de comando, o comportamento de obediência à lei e de isenção partidária, sobretudo, na hora improrrogável da transmissão do poder.

Em vez da ditadura de quinze anos, teríamos possivelmente tido a escolha sucessiva de homens como Antonio Carlos de Andrada, Oswaldo Aranha, José Maria Whitaker, Afonso Penna Junior e José Américo de Almeida, ou mesmo de Getúlio Vargas, resignado a governar por um quadriênio constitucional.

Em vez da radicalização entre, de um lado, a demagogia que resvalou do fascismo à pseudo-esquerda e, de outro lado, o autoritarismo militar, teríamos a alternância de governos escolhidos por processo eleitoral aperfeiçoado. Em vez de outra ditadura de vinte e um anos, quiçá o despontar de uma geração de homens políticos formados na tradição republicana e imbuídos de ideias modernas, livres dos preconceitos da guerra fria. Quem sabe, um segundo mandato para um Juscelino Kubitschek, decidido a reabilitar as ferrovias e, talvez, botar o trem-bala para beneficiar Brasília? Por que não, o parlamentarismo com Santiago Dantas? Mais tarde, um Fernando Henrique, carioca assumido, orgulhoso de ter nascido na Pró-Matre e disposto a prestigiar o Rio de Janeiro após mais de vinte anos de decadência. A seguir, um Lula de anel de grau, isento dos recalques de retirante, porque o Nordeste já teria sido redimido, e, portanto, um Lula capaz de conciliar a retórica populista comedida com a administração econômica sensata e com o radical combate à corrupção. Enfim, poderíamos ter tido um modelo comparável ao que de melhor existe em países do Norte, coroado de resultados talvez superiores, em virtude da abundância de recursos...

Nada disso aconteceu.

Epitacio Pessoa partiu para a Europa a fim de participar da sessão da Corte de Justiça, sem ter podido coordenar qualquer conciliação política. Na Haia, soube da morte de João Pessoa e sofreu as consequências do abalo. As notícias da revolução, em outubro, chegaram-lhe, fragmentadas e contraditórias, enquanto

se encontrava em tratamento de saúde na Suíça. Preocupou-se, a princípio, com o envolvimento excessivo de militares, que podia desvirtuar o caráter civil do movimento, e, quando estabelecido o governo provisório, com a ausência nele de um representante da Paraíba.

Ainda na Europa, recebe e recusa convite do novo presidente para ser embaixador em Washington.

No início de dezembro de 1930, Epitacio chega de regresso ao Brasil. Dias depois vai visitar o chefe do governo. De volta a casa, diz à família: “O Getúlio pretende perpetuar-se no poder. Não fará o plebiscito, nem convocará as eleições para a Constituinte”.

Os desmandos dos interventores militares nomeados para os estados, a censura à imprensa, a criação de um Tribunal de Segurança e diversas declarações do presidente levaram Epitacio à convicção de que os ideais da Aliança Liberal estavam sepultados. A “reforma” do Supremo Tribunal, que impôs a aposentadoria de quatro ministros, contra a qual Epitacio, consultado, dera parecer obviamente contrário, foi o lance derradeiro de sua decepção com o novo regime. Dali em diante afastou-se da vida pública e manteve com o presidente relações de fria cortesia.

Getúlio Vargas, naturalmente, notou a mudança no relacionamento entre ambos. Não podendo atribuí-la a qualquer daquelas razões, preferiu ignorá-la e fazer de contas que o ex-presidente não simpatizava é com a Aliança Liberal. Em seu Diário, pequena nota de pé de página diz que Epitacio dera apoio restrito à Aliança Liberal⁸².

82 No entanto, em telegrama endereçado a Epitacio Pessôa em 5 de novembro de 1930, dois dias depois de tomar posse, finda a revolução, Getúlio Vargas escrevia: “Cumpro dever de comunicar a minha posse na chefia do Governo Provisório da República, agradecendo ao mesmo tempo desvanecido as congratulações do eminente brasileiro pela vitória das reivindicações liberais, para a conquista das quais foi dos mais altos e maiores colaboradores, bastando recordar atitude heroica Parahyba, culminante sacrifício imortal João Pessôa. Getúlio Vargas”. E Alzira Vargas do Amaral Peixoto, em seu livro “Getúlio Vargas, meu Pai”, diz que Epitacio “teve um papel orientador consultivo na Aliança Liberal”.

Afastado da política e acumulando desapontamentos com ela, Eptacio passou a dedicar-se à atividade jurídica, como jurisconsulto internacional e como advogado e consultor no Brasil.

De 1931 a 1933 preside a Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Público, da qual fazem parte Clóvis Beviláqua, Rodrigo Otavio, Raul Fernandes, Eduardo Espinola, Levi Carneiro e Prudente de Moraes Filho. A partir de 1936, a Comissão volta a ter sede no Rio de Janeiro e Eptacio volta a integrá-la.

Em 1932 é convidado pelo presidente Herbert Hoover para ser o representante não nacional dos Estados Unidos na Comissão bilateral criada com a Inglaterra pelo Tratado de setembro de 1914 para a Manutenção da Paz (o representante não nacional da Inglaterra era o ex-presidente da França, Alexandre Millerand).

No mesmo ano, autoriza o International Law Committee, da Universidade de Tulane, no estado de Luisiana, a publicar seu Projeto de Código de Direito Internacional Público, que datava de 1911 e continuava a ser objeto de análise nas Conferências Pan-Americanas.

Em 1936 é nomeado membro da Comissão de Peritos, organizada pela Conferência de Buenos Aires para a Codificação do Direito Internacional e, no ano seguinte, é designado, juntamente com Clóvis Beviláqua, membro honorário do Instituto Pan-Americano de Direito Internacional.

No campo interno, Eptacio produz pareceres jurídicos e advoga no foro da capital. Entre os primeiros, alguns se destacam pela importância do assunto, como o que concedeu a José Thomaz Nabuco, em 1935, sobre se o presidente da República era ou não litisconsorte nos pleitos contra a Fazenda, à luz da Constituição de 1934. O artigo 171 daquela recente Carta Magna dispunha que os funcionários públicos eram responsáveis solidariamente com a Fazenda “por quaisquer prejuízos decorrentes de negligência,

omissão ou abuso no exercício de suas funções”. Tratava-se de saber se, além do funcionário autor do ato que dera origem ao feito, o ministro e até o presidente deviam ser citados como litisconsortes, solidariamente com o Tesouro. Epitacio opinou que não, com base em razões irrespondíveis. Outro parecer, de tema pitoresco, era sobre a instituição do monopólio para o fumo e os fósforos de que cogitava o governo, inspirado talvez no exemplo da Suécia. A ideia não prosperou, de certo por causa do *lobby* da indústria do tabaco. Entre as questões forenses, em que atuou e que completaram dois volumes de suas obras, cabe citar a última, aliás, vitoriosa, em que defendeu a causa do tabelião Djalma da Fonseca Hermes, sobrinho do marechal, o que significou uma reaproximação entre as duas famílias.

Em 1937, concedeu parecer ao ministro do Exterior da Argentina, Carlos de Saavedra Lamas (Prêmio Nobel da Paz em 1936) a respeito da competência dos diversos órgãos de codificação, criados pela Conferência de Montevideú em 1933 e modificados pela Conferência de Buenos Aires para a Manutenção da Paz, em 1936.

Figura 51: E. P. de partida para a última viagem à Europa (1936). Nas extremidades, à esquerda, o Desembargador Antonio Rodolfo Toscano Espínola, seu amigo desde o tempo da Casa Civil; à direita, os genros Edgard Raja Gabaglia e Raphael Pardellas



Fonte: Acervo pessoal

Em 1936 Epitacio realiza com a mulher a última viagem à Europa. Estiveram em Paris, em Berlim, já dominada pelo nazismo, na estação de águas de Wiesbaden, e, depois, na Bélgica e na Holanda. Na volta, o navio parou no Recife e ele percorreu pela última vez os caminhos de sua infância.

Em setembro de 1937 sofre violenta crise cardíaca. Escapa à morte, mas não se refaz completamente. Já começa a apresentar os primeiros sinais do mal de Parkinson. A doença não afetou a atividade de seu cérebro e foi, por isso mesmo, muito penosa para ele. Manteve, todo o tempo, plena consciência das limitações físicas cada vez mais acentuadas. Resignava-se a elas com doçura exterior, que camuflava a íntima amargura. Arrastava os pés, a mão tremia, a voz era fraca. Nunca se queixava, para não incomodar os

próximos. Mas a mente permanecia lúcida e sofria. Sofria também com a percepção de seu mundo em crise.

Sua rotina, no Rio, se restringe à leitura, organização de seu arquivo, resposta à correspondência e visita diária às filhas. Cumpria um ritual rigoroso para cultivar o convívio com a família: saía de Voluntários da Pátria, depois do almoço, visitava a casa da filha Laurita, na Praia do Flamengo, atravessava o terreno para a casa de Angelina, na Rua Senador Vergueiro. Normalmente, já era a hora em que nós, crianças, chegávamos do colégio. Dali, voltava para Botafogo e terminava a peregrinação na casa de Helena, na Rua Mena Barreto. Em geral, Mary o acompanhava, mas quando ela não podia, ele vinha sozinho. Nos fins de semana, filhas, genros e netos iam visitá-los. Eram frequentes as ocasiões em que, por algum pretexto, a casa de Voluntários se enchia de outros parentes e amigos. Para mim, era dia de festa.

No verão, a temporada na serra se prolongava além de três meses, primeiro na casa de Souza Franco, em Petrópolis, mais tarde, no sítio Nova Betânia, em Nogueira, vizinho a Itaipava. Mudava o cenário, mas se repetia a rotina familiar, valorizada, para os adultos, pelo contato com a natureza, para as crianças, pelo amplo espaço de folguedos e, particularmente para Epitacio, pela possibilidade de envolver-se, de novo, nos prazeres de limitada atividade agrícola, no que muito o ajudava o genro, Archimedes de Lima Câmara, engenheiro-agrônomo.

Figura 52: E. P. na varanda da casa de Petrópolis (1936/1937)



Fonte: Acervo pessoal

Epitácio Pessoa passou grande parte da vida indiferente à religião. Deixava à mulher e às filhas a frequência das igrejas e a prática dos ritos sacros. Desconhecia o mistério da revelação e não se preocupava com isso. Tampouco se importava com o que pensassem os outros a respeito de sua inapetência religiosa.

A chegada da velhice e a maior disponibilidade de tempo resultante da parcial aposentadoria despertaram nele o interesse pelas coisas espirituais. De início, eram conversas com Mary ou com uma das filhas e leituras por elas recomendadas. Depois, a intervenção do cardeal Sebastião Leme e do Padre Leonel Franca, em visitas esporádicas e não programadas, foi aprofundando a natureza da verdadeira catequese.

A evolução religiosa de Epitacio Pessôa foi descrita em admirável capítulo de sua biografia por Laurita Pessôa Raja Gabaglia, que unia ao amor de filha a sensibilidade de futura carmelita. (Tive a tentação de transcrevê-lo na íntegra, porque é leitura fascinante, mas só para quem tem fé.)

Até o fim da vida, Epitacio apreciava, com genuína alegria, a companhia de amigos. Entre os mais íntimos e, portanto, mais assíduos no Rio ou na Serra, contavam-se Alcibiades Delamare, que alternava as visitas com intensa correspondência, Toscano Espínola, conterrâneo, amigo antigo, remanescente da Casa Civil, Oscar Weinschenck, prefeito de Petrópolis e vizinho da Rua Sousa Franco, os Graça Couto, os Figueira de Melo, os Leão Teixeira, sem falar dos diplomatas Luis de Souza Dantas, Orlando Guerreiro de Castro e Eugênio Catta-Preta, quando estavam no Brasil.

Figura 53: A casa de Petrópolis



Fonte: Acervo pessoal

O embaixador Luiz de Sousa Dantas visitava-o toda vez que vinha ao Brasil, porque devia a Eptacio sua permanência em Paris depois da revolução de 1930. Informado na Europa de que Sousa Dantas ia ser posto em disponibilidade, Eptacio enviou longo telegrama ao chanceler Afrânio de Mello Franco, em 12 de novembro de 1930, defendendo o amigo de acusações infundadas. Sousa Dantas permaneceu até 1944 e pôde salvar a vida de centenas de judeus, concedendo-lhes vistos sem a autorização do governo ditatorial.

Do desenrolar da moléstia de meu avô, guardei registro na memória pelo relato muitas vezes repetido e comentado por meu pai, Raphael Pardellas, que foi médico dedicado do sogro. Por isso, cresceu em mim uma sorte de solidariedade, incomum e um pouco condescendente, entre o menino, com a vida pela frente, e o único ancião fisicamente decadente de sua intimidade diária. Interessava-me pela sua saúde, quer perguntando-lhe diretamente, quer através de minha mãe.

Uma vez, em 1940, minha mãe, vendo-o muito sério e com o olhar distante, indagou: “Papai, você está triste?”. A resposta veio imediata e minha mãe guardou lembrança daquele desabafo: “Sim, minha filha, triste com o mundo... mas contente com vocês em torno de mim. Meu paradigma parece quebrado”. E fez questão de explicar-se logo. Tanta coisa por que havia lutado, deixara-o desiludido. A Liga das Nações fracassara. A guerra devastava a Europa. O nazismo prevalecia e a democracia vacilava. As notícias dos jornais e do rádio eram péssimas. Disse esperar que o presidente Roosevelt convencesse o Congresso para os Estados Unidos entrarem na guerra do lado das democracias. Falou da falta de líderes. Lamentou o papel grotesco de Mussolini e suas consequências para a Itália. No Brasil as coisas andavam de mal a pior. As obras do Nordeste não voltariam tão cedo ao ritmo desejável e a seca de 1939 fora terrível. A federação estava

desfeita, a autonomia dos estados, anulada. O Congresso, fechado. A expectativa de redemocratização, inexistente. Mencionou os Interventores, o Tribunal de Segurança, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a censura dos jornais, as prisões políticas. Em lugar do presidente-magistrado, tínhamos um ditador, que sucedera a si mesmo e pretendia eternizar-se no poder. Ainda por cima, diziam ser simpático ao nazismo. De que valera a Revolução de 30? Sacudindo a cabeça, concluiu que não faltava motivo para entristecer-se. Mas sorriu para a filha e animou-a: “Tu e teus filhos, se Deus quiser, viverão dias melhores”.

Outra vez, numa tarde já do verão de 1942, no sítio de Nogueira, quando a conversa se estendera por longas horas, com a presença das filhas e de vários netos, Epitacio parecia distante, absorto. A tal ponto, que Mary, sem se dar conta, e querendo reforçar o comentário elogioso de alguém a respeito da Itália, cometeu o *lapsus linguae*: “Quando um de nós morrer, eu vou viver em Roma”. Epitacio deu um sorriso diferente, irônico, e rebateu: “Quando um de nós morrer, eu volto para a Paraíba”. A risada coletiva, a que ele próprio aderiu com agrado, seguida de um gesto de carinho de sua mulher, é a imagem que guardo, muito nítida na memória, como última cena de meu avô em vida.

Naquela última temporada no sítio Nova Betânia, Epitacio e Mary puderam contar com a presença de duas filhas em Petrópolis (a terceira, Helena, estava presa ao Rio por maternidade recente). Portanto, houve frequente reunião de família. E meu pai, médico, ia, dia sim, dia não, visitar o sogro, já de noite, ao chegar a Petrópolis, para controlar-lhe a saúde. Embora visse o progresso inexorável da enfermidade, assistia-o com medicamentos e o animava com meia hora de conversa. Às vezes, a conversa se estendia muito além da meia hora clínica, porque Raphael Pardellas se detinha a explicar a Epitacio detalhes de seu projeto de “seguro-doença”, que o governo aceitara no meado do ano 1941 e que faltava programar. (A ideia era

simples: aplicar pequena porcentagem do salário do trabalhador para que o instituto ou caixa de previdência lhe proporcionasse assistência médica de qualidade. Era o embrião do item principal da seguridade social). Meu pai se preocupava com a maneira pela qual a novidade seria implantada e desenvolvida. Então, era Eptacio quem animava o genro, dizendo-lhe que, diante de ideia tão boa, o Getúlio tomaria a peito torná-la realidade. E debatiam juntos possíveis aspectos da evolução do assunto.

Eptacio se distraía com a leitura dos jornais e de um ou dois livros alternados. Apesar da dificuldade física em escrever procurava manter a correspondência em dia. Trocava etapas na escrivania, colocada no quarto de dormir, por períodos na varanda, de contemplação do gramado e das árvores. Apreciava as visitas de amigos fiéis – naquele tempo era hábito mais frequente do que hoje em dia – e demorava-se em conversa com eles. Convencido de que o fim se aproximava, preparou a papelada para seu próprio inventário e fez recomendações a respeito de seu Arquivo, a ser entregue aos cuidados do Instituto Histórico e Geográfico.

No dia 13 de fevereiro, Eptacio havia marcado receber a visita do cardeal D. Sebastião Leme, na parte da tarde. A crise cardíaca, entretanto, se manifestou desde cedo, com fortes dores precordiais. Era dia de semana, antevéspera do Carnaval. O genro médico descera para o consultório. O Dr. Henrique Roxo, outro médico de Eptacio, também estava no Rio. As ligações telefônicas, naquela época, eram difíceis e, naquele dia, praticamente impossíveis. O médico de um sanatório vizinho foi chamado a acudir o doente. Mary e as duas filhas que chegaram de Petrópolis revezavam-se à cabeceira dele. Houve melhoras. As dores aliviaram. Eptacio, prostrado, permanecia consciente. De surpresa, chegaram o sobrinho Antonio e sua mulher Alice e ainda foram saudados com o comentário em voz débil: “Que pena, Tonho, vocês virem num

dia destes. Eu, assim, não vou poder receber D. Sebastião Leme. Acho melhor desmarcar a visita”.

Às 4h da tarde, a situação se agravou. As tentativas de comunicação telefônica com Raphael Pardellas mais uma vez se frustraram. Mary e as filhas resolveram mandar um carro buscar o cardeal Leme. Ele chegou a tempo de dar a Epitacio a Extrema-Unção e segurar-lhe a mão até o momento final, às 5h30.

D. Sebastião Leme voltou ao sítio às 11h da noite, com autorização extraordinária do papa Pio XII para celebrar missa de corpo presente à meia-noite. Por decisão de Mary Pessôa, o traje escolhido para o sepultamento foi a beca de juiz da Corte Internacional de Justiça. Era o mais apropriado para o cultor da Lei que foi Epitacio Pessôa. De fato, em todas as atitudes na vida pública, principalmente nas decisões de poder, ele procurou pautar-se pela consciência da Justiça. Mesmo nas ocasiões em que via com nitidez o prejuízo de sua popularidade, não tergiversou. Quando, desiludido, abandonou a política, ainda atuou como jurisconsulto e praticou por vários anos a advocacia. Quando a saúde já nem isso lhe permitia, fez da leitura de obras de Direito sua distração preferida.

Raphael Pardellas, acompanhado de Eugênio, o neto mais velho de Epitacio, desceu ao Rio para buscar a veste solene.

Um trem especial conduziu o corpo de Epitacio Pessôa do portão do sítio ao Rio de Janeiro, passando por Petrópolis, para as homenagens da cidade que ele tanto amou.

O enterro saiu da Igreja de São João Batista, porque a casa de Voluntários estava em obras. A família declinou o oferecimento do governo de custear o funeral e prestar a Epitacio honras de chefe de Estado. Na saída da Igreja, quando o féretro se aproximava do carro fúnebre, o engenheiro Luís Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque bradou: “Um homem desses leva-se a braço!”. Várias

vozes concordaram e assim foi feito, revezando-se no percurso familiares, velhos amigos, admiradores e moços do povo. No cemitério falaram diversos oradores, mas a família guardou na memória as palavras de gratidão de uma humilde senhora que fora nomeada por Eptacio guardiã de uma escola pública e as corajosas palavras de afeto e admiração do advogado Heráclito Sobral Pinto, que, imperturbado pelos possíveis melindres da ditadura e impelido pelo amor à verdade, louvou em Eptacio Pessôa, acima de tudo, o Homem da Lei.

Deliberadamente ou não, Getúlio Vargas sancionou esse conceito, ao designar para representá-lo no funeral o jovem ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha⁸³. Era como se a História quisesse, desde logo, proclamar um reconhecimento.

No dia de seu centenário, 23 de maio de 1965, os restos mortais de Eptacio Pessôa e de sua mulher foram levados para a Paraíba e acolhidos em lugar nobre e adequado, na cripta do Tribunal de Justiça do Estado.

Seu Arquivo, como já ficou dito, foi entregue ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Seus livros de Direito foram doados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Suas condecorações e os presentes de chefes de Estado – alguns preciosos, como a coleção de pratos de porcelana representando as cidades belgas e acondicionados em grande móvel-estojó, lembrança do rei Alberto – haviam sido confiados por Mary Pessôa ao Museu Histórico Nacional, que Eptacio fundara. Com a mudança da capital para Brasília, o conjunto foi transferido para o Museu da República, então criado no antigo Palácio do Catete.

83 O chanceler Oswaldo Aranha compareceu de moto próprio, assim como o ex-presidente Artur Bernardes, possivelmente arrependido da hostilidade ingrata com que seu governo tratara o de Eptacio vinte anos antes.

Durante algum tempo, houve ali uma Sala de Epitacio Pessôa, na qual estavam reunidos todos esses objetos. Depois, devem ter sido levados para algum depósito de reserva.

Epitacio Pessôa recebeu as mais altas condecorações dos seguintes países: Ordem de Cristo, da Santa Sé; Ordem do Elefante, da Dinamarca; Ordem dos Serafins, da Suécia; Ordem da Águia Branca, da Polônia; Legião de Honra, da França; Ordem de Leopoldo, da Bélgica; Ordem de São Maurício e São Lázaro, da Itália; Ordem do Banho, da Grã-Bretanha; Ordem de Santo Olavo, da Noruega; a Banda das Três Ordens, de Portugal; Ordem do Crisântemo, do Japão; Ordem do Libertador Simon Bolívar, da Venezuela; Ordem do Sol, do Perú; Medalha de Primeira Classe Al Mérito, do Chile; Diploma de Doutor “Honoris Causa” da Universidade de Buenos Aires. (A Grã-Cruz com Colar da Ordem do Banho, como é de praxe, foi restituída à embaixada inglesa após a guerra).

Figura 54: Missa na Igreja da Candelária, no dia do centenário de Epitacio Pessôa. No primeiro plano os casais Carlos Alberto Pessôa Pardellas, Antonio Pessôa Filho e Jorge Pessôa. (Os demais membros da família tinham viajado à Paraíba com os restos mortais de Epitacio e Mary Pessôa)



Fonte: Acervo pessoal

Epitacio Pessôa teve uma infância feliz no sertão da Paraíba, cedo interrompida pela orfandade. Conheceu a provação financeira e a disciplina do internato. Por merecimento alcançou sucesso precoce. Foi deputado aos 25 anos, ministro da Justiça aos 32, juiz do Supremo Tribunal e procurador-geral da República antes dos 40. Foi senador, embaixador na Conferência da Paz, presidente da República e juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional.

Sempre deu preferência aos estudos jurídicos, mas batalhou com ética e bravura na política. Teve adversários acérrimos e os tratou, muita vez, sem piedade. Autoritário e cerimonioso, contentou-se com poucos bons amigos.

Viveu uma existência interessante, produtiva e bem recompensada. Mas sofreu uma velhice dolorosa que o fez purgar os pecados. Deve ter ido para o céu, sem demora, apesar da conversão incompleta.

Três filhas cultas e inteligentes podiam fazê-lo temer que procriassem meia dúzia de “epitacinhos”, ansiosos por seguir carreira política apoiados na fama do avô.

Alarme falso. Nenhum de nós, na prole, cultivou pretensões nesse ramo. Isso, certamente, terá levado satisfação a Epitacio, se é que as almas se informam de sua posteridade.

Posso imaginá-lo em visita dominical à plataforma celeste dos romancistas, de onde se descortina vista mais ampla e mais nítida da cena deste mundo, e à qual os políticos e os juristas têm acesso restrito, aqueles pelos muitos erros cometidos no exercício da profissão, estes por não os saberem suprimir com o rigor da lei.

Lá, Epitacio há de comparecer com regularidade e procurar sempre entreter-se com Machado de Assis. É uma forma de desculpar-se por não o ter requisitado para o Ministério da Justiça, em 1901, e não o ter convidado a participar da elaboração do Código de Ensino. Foi, de suas falhas de administrador, a de mais triste consequência: a reforma frustrada custou o prolongamento do atraso na educação popular, que ele próprio não logrou corrigir vinte anos mais tarde e que dura até hoje.

Naturalmente, nos encontros entre os dois, não há lamentações, nem críticas recíprocas, porque remorso e recriminações não cabem na beatitude do paraíso. A simples presença de Epitacio vale como testemunho de seu arrependimento. E a conversa envereda por outros temas.

Na ocasião em que Epitacio Pessoa se deu conta da abstinência definitiva de seus netos em matéria de política, deve

ter comunicado seu contentamento a Machado de Assis. Talvez, apenas, um monólogo:

Joaquim Maria (sim, porque no céu os católicos se tratam uns aos outros pelo nome de batismo para prestigiar o sacramento), Joaquim Maria, eu não fui em vida um pessimista como Brás Cubas; por isso, assumi o risco de ter três filhas, que, aliás, encheram de alegrias meus dias terrenos e acrescentaram mais uma, póstuma. Vejo, agora, que conseguiram expurgar de meu legado o DNA da ambição política. Você sabe que, depois do nosso tempo, os cientistas descobriram o DNA, que explica muita coisa do nosso legado. Não creio que se possa manipulá-lo. Acho que foi pura sorte.

Daqui em diante, para nossos filhos e netos, já passou o tempo da quarentena – que devia haver e não há, para restringir a ação de herdeiros de homens públicos – ninguém vai criticá-los por se meterem em política e, de toda forma, a fama de Eptacio Pessoa virou vaga lembrança.



APÊNDICE

Obras Completas de Eptacio Pessôa

Volume I – Discursos Parlamentares – Câmara de Deputados (1890-1893)

Volume II – Primeiros Tempos – Promotoria do Cabo (1887-1889) e Paraíba (1ª fase)

Volume III – Acórdãos e Votos no Supremo Tribunal Federal (1902-1912)

Volume IV – Pareceres e Consultas na Procuradoria-Geral da República

Volume V – No Ministério da Justiça (1898-1901)

Volume VI – Pareceres Legislativos – Senado Federal (1913-1918)

Volume VII – Discursos Parlamentares – Senado Federal (1912-1918)

Volume VIII – Questões Forenses (Tomo I)

Volume IX – Questões Forenses (Tomo II)

Volume X – Questões Forenses (Tomo III)

Volume XI – Pareceres Jurídicos (Tomo I)

Volume XII – Pareceres Jurídicos (Tomo II)

Volume XIII – Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos (1912-1927)

Volume XIV – Conferência da Paz – Diplomacia

Volume XV – Política da Paraíba (1912-1916) (2ª Fase)

Volume XVI – Laudos Arbitrais

Volume XVII – Mensagens ao Congresso Nacional

Volume XVIII – Mensagens Especiais – Vetos – Discursos

Volume XIX – Defesas Diversas (de sua vida pública)

Volume XX – Miscelânea (Autógrafos – Brindes – Prefácios –
Traduções)

Volume XXI – Pela Verdade (Tomo I)

Volume XXII – Pela Verdade (Tomo II)

Volume XXIII – Corte Permanente de Justiça Internacional

Volume XXIV – Aliança Liberal – João Pessôa – Princesa

Volume XXV – Revolução de outubro de 1930 – República Nova







Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	10,9 x 17cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Electra LH 17, Chaparral 13 (títulos); Chaparral Pro 11,5 (textos)

S. Petersburgo.

Muito jovem, Epitacio Pessôa passou quase todo o ano de 1897 em viagem pela Europa e anotou, cada dia, o que tinha visto ou feito.

Mais de um século depois, seu neto, de posse desse diário, observou como aquela viagem tinha sido útil para a formação do futuro presidente. Nesse sentido, fez comentários sobre o diário e decidiu publicá-lo.

Pareceu-lhe necessário ir mais a fundo e produzir uma biografia atualizada. Foi a parte mais demorada do trabalho, porque exigiu consulta à documentação, especialmente no Arquivo de Epitacio Pessôa, guardado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a releitura de suas Obras Completas.

Resultou para o leitor uma visão ampla da vida daquele estadista e seu exercício vai enriquecido pelos textos de Alberto da Costa e Silva, Sérgio Moreira Lima e Francisco Rezek.



www.funag.gov.br

